



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**DO DEMOCRÁTICO NACIONAL AO DEMOCRÁTICO POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DO PERÍODO HISTÓRICO**

RAUL HENRIQUE FLORINDO

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**DO DEMOCRÁTICO NACIONAL AO DEMOCRÁTICO POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DO PERÍODO HISTÓRICO**

RAUL HENRIQUE FLORINDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Doutor Fernando Corrêa Prado

Foz do Iguaçu
2020

VERSO DA FOLHA DE ROSTO

FICHA CATALOGRÁFICA

RAUL HENRIQUE FLORINDO

**DO DEMOCRÁTICO NACIONAL AO DEMOCRÁTICO POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DO PERÍODO HISTÓRICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Fernando Corrêa Prado
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Não existe um único produto do trabalho que possa ser feito por um indivíduo isolado; com este não foi diferente. Quando mais jovem eu sempre reivindicava – em um misto de raiva e admiração - uma passagem de *O Capital* de Marx que versava sobre como os trabalhadores se sentem emulados ao operar em conjunto e como em sua realização contraditória o capital subverteu esta potência ontológica do trabalho às suas tautológicas necessidades. Por isto sempre busquei operar em bando, porque ali me sinto mais humano. Sempre foi na fisionomia de Paulo, em sua existência paulina que me completei, e nenhuma ideologia burguesa será capaz de me convencer a buscar-me em mim mesmo. É no outro que me completo como sujeito. Acredito que este espaço esteja reservado por nomear alguns destes “Paulos” que me fizeram e que de uma ou outra forma contribuíram diretamente para a produção desta dissertação.

Nasci em uma família operária em São Bernardo do Campo. Não foram poucas as vezes que vi minha família orgulhar-se dos feitos de meus avós, ou de seus genros, noras, filhos e filhas. Quais eram estes feitos? Ter composto um piquete na porta da fábrica, ter participado do ato do 1º de maio de 1980, dar fuga a polícia, chegar ensanguentado em casa, marcas negras no corpo (cicatrizes da batalha), subir a mesa em um bar para propagandear a raiva, ter composto um movimento de massa expressivo na história do país, ter aparecido em um VHS do show do Zé Geraldo no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, de ter derrubado um muro após uma “entrevista” para pedreiro, de ser a mulher que mais cortava cana em Guatapará (interior de São Paulo), etc. etc. etc. É verdade que tal como a própria evolução da história, estas memórias são cada vez menos ardentes, mas elas me educaram – desde muito cedo – que uma boa pessoa não está do lado do opressor, ou já entusiasmado nos churrascos de família, uma boa pessoa não pelega. Este foi o maior ensinamento de meus familiares, uma família que não usa black-tie. Deixo desta forma meu mais sincero agradecimento a todos e todas que compartilharam do meu cuidado e da minha educação primeira.

Claro que destes dedico especial agradecimento aos meus pais, Marlene Leal Florindo e Vanderlei Florindo. Minha mãe, uma jovem metalúrgica de bocas de porco, transportadora escolar em ruelas sem saída, manicure e pedagoga freiriana, soube transmitir – em meio ao lamaçal dos anos 1990 – toda sua sensibilidade através de músicas e ações, toda sua generosidade com o outro. Com sua voz que entoava Clara Nunes, me fez mais um rapaz latino-americano, destes que se importam com o futuro.

Minha mãe, “a mãe de Gorki”, como ela costuma se espelhar, foi e é para mim um farol que ao mesmo tempo me indica onde aportar, me acomoda em mares tempestuosos. Meu velho pai deu provas diárias de como não podemos nos iludir um único segundo com o modo de produção capitalista. Ex-metalúrgico, transportador escolar, motorista de ônibus, motorista de caminhão nas Casas Bahia, pintor e pedreiro nas horas vagas; poucos foram os dias que dormiu em paz. Vi meu pai ser brutalizado pelo capital e recorrer à História para resgatar sua sensibilidade. Nada mais exemplar! Agradeço infinitamente a ambos nossa amizade e amor.

Ainda no seio da família, um outro sujeito possui especial influência neste trabalho, meu tio Valtinho. Ensinou-me os primeiros acordes no violão, montou um tabuleiro de xadrez feito com pilhas, rolhas e botões, pôs a nu pela primeira vez aos meus olhos os grandes dilemas da filosofia. Partilhei toda minha adolescência com ele, discutindo madrugadas e madrugadas adentro todos os tipos de assuntos, de Balzac a Daniel Galera, de Platão a Marx, do amor ou libertinagem, de Brecht à proselitismo pequeno burguês nos teatros da praça Roosevelt em São Paulo. Com ele fui à minha primeira passeata, e me atrasei. Com o Valtinho partilhei parte das dores mais profundas que já senti, e foi mútuo. Meu tio, que em verdade é meu amigo, agradeço por tudo.

Neste caminho de trinta anos me tocou a possibilidade de estudar Ciências Sociais na Fundação Santo André, no ABC paulista. Tão logo entrei na universidade, tão logo me senti em casa com meus pares. No curso de ciências sociais encontrei alguns marcos de estrada em minha vida. Ali reunia-se em torno do colegiado de ciências sociais, mas não apenas, uma escola de pensamento crítico abertamente marxista. Foi um curso que tomou partido na filosofia, como tantos outros que o fazem dissimuladamente (enrustidos em justificativas acadêmicas), mas que na FSA não tinha máscaras. Era um curso de marxistas para formar marxistas, pensado propositalmente em se instituir no coração do operariado paulista no final dos anos 1980. Agradeço de antemão meus primeiros mestres: Terezinha Ferrari, Glauco Zegna, Carlos César Almendra, Antônio Rago Filho, Ivan Cotrim e, com especial carinho, nossa querida Livia Cotrim (*in memoria*).

Ainda na FSA, agradeço a todos/as os/as amigos/as com quem compartilhei inúmeras experiências, com quem lutei ombro a ombro em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Aos camaradas que estiveram presente em minha primeira detenção, aos camaradas que empunharam suas marretas para derrubar o muro construído para nos cercear o direito a organização, aqueles que estiveram juntos na luta contra minha expulsão e de outros companheiros, aos camaradas que juntos trancamos

inúmeras vezes as avenidas. Agradeço aos companheiros/as que construíam a Escola Livre de Ciências e Artes, que mantinham a chama viva de uma personagem icônica para as artes plásticas no Brasil e no mundo, Gontran Guanaes Netto. Com eles vivenciei dias e noites inesquecíveis de trabalho árduo. Continuadores diretos do trabalho de Maiakóvski, obrigado pelo exemplo. Também na FSA conheci Paulo Braz, o livreiro. Com Paulo pude trabalhar e aprender com suas memórias de luta, com suas análises sobre o que estava acontecendo na universidade em particular e na conjuntura em geral. Foi o Paulo que me emprestou 10 caixas de livro para vender em Foz do Iguaçu (todos marxistas), cidade que situa a universidade a qual agora submeto minha dissertação, me garantindo a condição de seguir com meus estudos.

Deste período destaco um agradecimento especial à Lívia Marcelino Xavier - minha amiga de estudos e aventuras ao largo de toda a universidade (e desde antes) – e a Dimitrie Doja. Ambos sempre foram meu porto seguro com quem eu dividia diferentes momentos e com quem eu amadureci conjuntamente. Agradeço também a Leonardo Cória, um gravurista anarquista com quem compartilhei inúmeros momentos de trabalho e alegria, meu amigo de mais de 10 anos.

Foi também na FSA que encontrei meu mais fraterno camarada, Guilherme Sávio Marchi. Nossa amizade – que se consolidou mais tarde, já em terras fronteiriças – ocupa lugar insubstituível em meu peito. Este trabalho não seria possível sem o Guiga. Com ele enfrentamos os olhares atravessados da decolonialidade nos corredores unileiros, éramos verdadeiros alienígenas defendendo uma análise que não usurpe a totalidade, defendendo a necessidade da violência revolucionária, defendendo Cuba, defendendo a URSS, enfim, defendendo o marxismo; compartilhamos inúmeras vezes debates políticos, filosóficos, estratégicos, com ele discuti os mínimos detalhes; com ele sai pela manhã para trabalhar, com ele voltei ao fim do dia exausto, com ele saboreei uma marmitta em cima de uma caçamba de Kombi após um frete, com ele contei as moedas para uma cerveja, com ele sorri e chorei algumas vezes. Muito obrigado Guiga!

Em um outro momento, já em Foz do Iguaçu, fui acolhido por um grupo que compunha a vanguarda teórica da UNILA, o Grupo de Estudos sobre Teoria Marxista da Dependência (GETD). Ali conheci todo entusiasmo do marxismo latino americano, conheci nossa querida Marina Machado Gouvêa, a quem eu admiro muito. Sua disposição, erudição, didatismo e sorrisos são inesquecíveis e foram imprescindíveis em minha passagem por Foz. Foi com eles/as que conheci mais de perto o pensamento de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Agustín Cueva entre outros/as.

Das distintas pessoas que compartilhei estudos neste grupo, algumas delas gostaria de agradecer nomeadamente pela partilha de dias juntos, é o caso de Ferenc Diniz Kiss, Mauri Gauer, Karina Fernandes, Fernando Carnebia Lopez, e aquele mais próximo de todos, Henrique Lacerda - meu querido camarada-irmão. Também no GETD conheci Fernando Correa Prado, a quem farei os agradecimentos em separado.

Agradeço a todos/as amigos/as que juntos passávamos horas discutindo em minha banca de livros no pátio da UNILA, camaradas com os quais também dividi momentos de militância, perdas e boas risadas. É o caso de agradecer pontualmente a Paulo Silva, Tania Rodriguez, Fernando Raposo, Diogo Tabanez Dias de Moraes, Camila Coradetti Marchi, entre tantos outros/as que fizeram de minha passagem por Foz do Iguaçu mais bonita.

Também nesta cidade conheci a militância sindical e partidária. Ali me organizei junto às/aos camaradas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ainda que hoje eu esteja afastado de minhas tarefas políticas nesta organização, guardo um carinho imenso por cada camarada com quem pude aprender e construir este germe de futuro. Nomeadamente: camarada Mirian, camarada Alexandre Palmar, camarada Kariny, camarada Dani, camarada Fabiano, camarada Fran, camarada Tati (Cascavel), camarada Thay, camarada Ives (aquele que sustenta a foice e o martelo há mais de 60 anos – que me presenteou com inúmeros livros de Lenin que foram amplamente utilizados para a produção deste trabalho), camarada Celso, camarada Eder, camarada Tati (Londrina), camarada Matheus, camarada Tata, camarada Pedro, camarada Gustavo e, especialmente meu camarada Diego Valdez. Todos estes/as que elenquei, e mais tantos outros que não destaquei, cada um à sua maneira, me educaram, me lapidaram e fizeram de mim algo maior que minha existência minuta ensimesmada; neles me completei, neles me tornei comunista. Agradeço infinitamente cada momento que pude compartilhar com vocês o árduo trabalho de construir o amanhã.

Indiscutivelmente devo meu mais profundo agradecimento também à belíssima escola de formação do Núcleo de Educação Popular-13 de Maio. Cheguei à esta escola sem saber muito bem onde me metia, perdido. No entanto, ali acabei me encontrando definitivamente. Este trabalho está diretamente atravessado por cada discussão, por cada ênfase, por cada ranger de ferradura, por cada manifestação de afeto que vivenciei nesta escola. A dimensão do fazer revolucionário, da grandeza de nossas tarefas, da profundidade de nossas mazelas, da mesquinhez que nos absorve, do insubstituível papel da ironia, da intolerância ao revisionismo, da dialética, da parede de vidro que separa as

organizações políticas da esquerda rebelde, tudo isto vivenciei nesta escola. Ali conheci outros/as mestres, ali realizei o processo de “conheça-te a ti mesmo” espelhando-me na história da humanidade. Um agradecimento especial a Luiz Carlos Scapi (nosso arquiteto de perguntas incômodas), a Mauro Iasi, a Daniel Lage, ao Cris, a Sabrina, ao Felipe Boechat e Samara Marino – muito obrigado pelo roteiro de viagem. Agradeço também a todos/as de minha turma (31^a) que emprestaram seus corpos e mentes naquela rica sopa de humanidade que vivemos juntos. Também ali conheci outros camaradas indispensáveis para a construção desta dissertação; refiro-me especialmente a Rian Rodrigues, com ele atravessei madrugadas e problematizei os mínimos detalhes dos parágrafos estudados, com ele filosofei autenticamente, com ele chorei poemas e sonhei outubros mais consequentes. Também agradeço ao camarada João que sempre teve a paciência em explicar-me os distintos tensionamentos existentes no interior de cada espaço político e sempre me convidou a enfrentá-los conjuntamente.

Como dito, em Foz do Iguaçu e especificamente no GETD conheci Fernando Correa Prado, o orientador desta dissertação. Nos anos recentes o Fernando partilhou comigo cada dimensão da minha vida, com ele estudei o pensamento latino-americano, com ele discuti as lições do NEP-13 de Maio, com ele planejei ações de luta no interior do PCB, com ele ministrei cursos de formação política, com ele conversei sobre a vida em sua dimensão terrena, com ele me diverti e dividi o cansaço da luta e do trabalho. Estes agradecimentos a você Fernando são mais que votos frios de quem agradece um orientador, dedico aqui meus mais sinceros agradecimentos à confiança e camaradagem que pude encontrar em você. Agradeço a paciência e ternura com a qual você sempre acolheu minhas ‘pirocações’ (como diria o velho Scapi). Este trabalho não seria possível sem sua contribuição direta.

Agradeço a Victor Neves e Rodrigo Castello que se dispuseram prontamente a compor a banca examinadora deste trabalho em seu momento de qualificação. Para mim foi um momento chave poder escutar as considerações de dois camaradas a quem possuo muita admiração. Ambos exerceram a crítica ao meu trabalho de modo duro como a postura entre camaradas deve ser – uma vez que está comprometida com algo maior que todos nós -, mas o fizeram sem perder um só segundo a dimensão da generosidade que orienta a fraternidade comunista, e por não sucumbir as veleidades acadêmicas que submetem a ciência, por vezes, ao engodo, contribuíram para a construção desta dissertação – validando algumas de minhas preocupações e contestando-as quando pertinente.

Agradeço a UNILA pela bolsa emergencial concedida ao largo do segundo semestre do ano de 2020. O faço em função de acordo firmado para aquisição da bolsa, por obrigação portanto, visto que a UNILA (enquanto instituição) é uma abstração vazia. Há de se agradecer efetivamente às pessoas que se movimentaram no interior desta instituição para garantir este mínimo respiro para a manutenção das dissertações que vinham sendo desenvolvidas. A estes/as professores/as e TAE's sim, dedico meu agradecimento; esta bolsa emergencial foi sumamente importante para a continuidade desta pesquisa.

Por fim, agradeço à companheira de meus dias e do porvir, minha amada Camila Cristina Loureiro de Mauro. É com ela que cruzei aventuras nos últimos 10 anos, como dois piriquitinhos que voam por aí – juntos, juntinhos. É com quem me sinto à vontade para exprimir minhas mais íntimas angústias, com quem aprendo a sensibilidade 'da grandeza do ínfimo', com quem partilho a tarefa de enfrentar o cotidiano sem brutalizar-se, de manter-se em pé mesmo diante da morte generalizada que nos rodeia; Camila é flor diante da náusea, é ela que permite romper o asfalto diariamente. É com sua voz doce e cortante junto ao meu violão desengonçado que rasgamos o silêncio e entoamos nossos sonhos. É a mulher que amo em sua existência concreta, sem romantismos burgueses, sem máscaras, a nu – como deve ser. É nela que o signo Amor encontra seu correspondente direto, onde a solidão se comprime até a inexistência. Com ela, em sua fisionomia genuína, que me torno Raul. Muito obrigado por tudo Camila.

Dedico este trabalho aos meus pais e a Camila, como um pequeno esforço, um contributo a dias melhores que não de ser retirados do futuro, para que possamos, enfim, viver toda humanidade contida potencialmente em nossas relações.

Dedico também este trabalho ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em homenagem aos seus 100 anos de existência.

Venceremos!

Era para ter sido melhor que os outros o nosso século XX.
Agora já não tem mais jeito,
os anos estão contados,
os passos vacilantes,
a respiração curta.
Coisas demais aconteceram,
que não eram para acontecer,
e o que era para ter sido
não foi.
Era para se chegar à primavera
e à felicidade, entre outras coisas.
Era para o medo deixar os vales e as montanhas.
Era para a verdade atingir o objetivo
mais depressa que a mentira.
Era para já não mais ocorrerem
algumas desgraças:
a guerra por exemplo,
e a fome e assim por diante.
Era para ter sido levada sério
a fraqueza dos indefesos,
a confiança e similares.
Quem quis se alegrar com o mundo
depara com uma tarefa
de execução impossível.
A burrice não é cômica.
A sabedoria não é alegre.
A esperança
já não é aquela bela jovem
et cetera, infelizmente.
Era para Deus finalmente crer no homem
bom e forte
mas bom e forte
são ainda duas pessoas.
Como viver – me perguntou alguém numa carta,
a quem eu pretendia fazer
a mesma pergunta.
De novo e como sempre,
como se vê acima,
não há perguntas mais urgentes
do que as perguntas ingênuas.
“O caso do século”
Wisława Szymborska

RESUMO

A presente dissertação toma como ponto de partida a atual crise da classe trabalhadora no Brasil, manifesta em seus aspectos organizativos, políticos e filosóficos. Para além de sua aparência fortuita e desagregada, enquadramos tal crise como o resultado da evolução da estratégia democrático-popular (EDP), sendo esta tecida no calor das batalhas dos anos 1980 e animada através de seu principal operador político, o Partido dos Trabalhadores. Para nós, a posta em marcha desta estratégia, premida pela tensão contínua entre acúmulo de forças e ruptura, orientada por sua razão democrática, ao contrário de lograr seu objetivo socialista, terminou por engendrar uma profunda derrota da classe trabalhadora, esta mesma que vivemos atualmente. Assim, esta derrota histórica demarca o fim de um ciclo de lutas encampado pela classe trabalhadora. Em nosso trabalho procuramos, pois, compreender quais são as determinações que configuram os eixos estruturantes desta estratégia.

Entendemos a EDP como resultante do desenvolvimento histórico da luta de classes no Brasil e no mundo. Assim, a fim de captar a gênese da EDP, fomos obrigados a percorrer o ciclo de lutas que a precedeu, marcado pela Estratégia Democrático-Nacional (EDN), protagonizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); analisamos seu nascimento, desenvolvimento e subsequente esgotamento com o golpe de 1964; este encerramento de ciclo inaugurou um entre-ciclos, no qual os diferentes balanços que se estabeleciam, ao passo que procuravam superar os eixos teóricos estruturantes da EDN, terminaram por informar os eixos essenciais da EDP; neste momento procuramos destacar algumas sínteses teóricas produzidas internamente no Brasil, e, ao mesmo tempo discorreremos sobre algumas sínteses produzidas pelo Movimento Comunista Internacional, que julgamos ter incidido diretamente na configuração da nova visão de mundo que se alicerçava. Feito isto, a pesquisa procurou discorrer sobre o desenvolvimento e evolução da EDP em particular, que, à semelhança da EDN, aprisionou o movimento operário às lutas dentro da ordem, sendo incapaz de superar o capitalismo e, por isto, engendrando uma derrota histórica.

Após percorrido este caminho, concluímos que ambas estratégias se identificam naquilo que possuem de mais essencial – a negação da luta socialista na imediatidade e a adoção de uma etapa pretérita como condição ao salto socialista – e, ainda, que ambas são, na verdade, momentos particulares do desenvolvimento de um mesmo processo histórico inaugurado com a revolução soviética em 1917.

Palavras-chave: Estratégia Democrático Nacional – Estratégia Democrático Popular – Socialismo
– Revolução Brasileira

RESUMEN

Esta disertación toma como punto de partida la actual crisis de la clase trabajadora en Brasil, manifestada en sus aspectos organizativos, políticos y filosóficos. Más allá de su apariencia casual y desagregada, la enmarcamos como el resultado de la evolución de la estrategia democrático-popular (EDP), que se tejió en el fragor de las batallas de los años ochenta y dirigida por su principal operador político, el Partido de los Trabajadores (PT). Para nosotros, el lanzamiento de esta estrategia, presionados por la tensión continua entre la acumulación de fuerzas y la ruptura, orientada por su razón democrática, frente a la consecución de su objetivo socialista, terminó por generar una profunda derrota de la clase obrera, la misma que vivimos actualmente. Así, esta derrota histórica marca el final de un ciclo de luchas emprendidas por la clase trabajadora. En nuestro trabajo, por tanto, buscamos comprender las determinaciones que configuran los ejes estructurantes de esta estrategia.

Entendemos la EDP como resultado del desarrollo histórico de la lucha de clases en Brasil y en el mundo. Así, para captar la génesis de ella, nos vimos obligados a atravesar el ciclo de luchas que la precedió, marcado por la Estrategia Democrática Nacional (EDN), liderada por el Partido Comunista Brasileño (PCB); la analizamos en su nacimiento, desarrollo y posterior agotamiento con el golpe de 1964; este final de ciclo inauguró un interciclo, en lo cual los distintos balances que se establecieron, al intentar superar los ejes teóricos de la EDN, acabaron informando los ejes esenciales de la EDP; en este momento tratamos de resaltar algunas síntesis teóricas producidas internamente en Brasil y, al mismo tiempo, discutimos algunas síntesis producidas por el Movimiento Comunista Internacional, que creemos que incidieron directamente en la configuración de la nueva visión de mundo que se fundó. Hecho esto, la investigación buscó discutir el desarrollo y evolución de la EDP en particular, que al igual que EDN, aprisionó al movimiento obrero a las luchas dentro del orden, siendo incapaz de superar al capitalismo y, por tanto, engendrando una derrota histórica.

Luego de seguir este camino, concluimos que ambas estrategias se identifican en lo que tienen de más esencial - la negación de la lucha socialista en el inmediato y la adopción de una etapa comprendida como condición para el salto socialista - y sin embargo, que ambas son, en realidad, momentos particulares del desarrollo del mismo proceso histórico inaugurado con la revolución soviética en 1917.

Palabras clave: Estrategia Democrático-Nacional; Estrategia Democrático-Popular; Socialismo; Revolución Brasileña.

Índice

INTRODUÇÃO – UMA PRIMEIRA EXORTAÇÃO.	15
CAPÍTULO I	33
1.1 A MORTE DE UMA ESTRELA	33
1.2 CICLOS E ENTRE-CICLOS.	45
CAPÍTULO II	73
2.1 A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO NACIONAL.....	73
2.1.a. A negação que convida à um retorno.....	73
2.2. A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA-NACIONAL, PRIMEIROS PASSOS.	81
2.2.a O caráter da revolução.	83
2.2.b O debate estratégico e o encontro com a Internacional Comunista.....	96
2.2.c Correspondências democráticas e nacionais para além do PCB.....	111
2.3 A EDN E O GOLPE DE 1964	120
CAPÍTULO III	148
3.1. PORQUE FOMOS DERROTADOS: 1ª FASE DO ENTRE-CICLOS.....	148
3.1.a. O balanço do PCB - reinscrições e distensões:	154
3.1.b. Caio Prado Jr. - entre a crítica e a rerepresentação.	159
3.1.c A Teoria Marxista da Dependência: a atualidade da Revolução Socialista e o Programa Socialista para o Brasil.....	171
3.2. A 2ª FASE DO ENTRE-CICLOS: O ENCONTRO COM O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI)	207
3.2.a. O eurocomunismo e sua incorporação pelos ‘renovadores’.....	245
CAPÍTULO IV – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR	260
4.1 COM A CLASSE: IRROMPEM AS GREVES DO ABC - A FUSÃO DE CLASSE E O NASCIMENTO DO NOVO OPERADOR POLÍTICO	265
4.2 O IVº E O Vº ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – O NASCIMENTO DA ESTRATÉGIA	275
4.3 ‘PELA’ CLASSE E ‘CONTRA’ A CLASSE – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA EM SUA REALIZAÇÃO.....	320
CONSIDERAÇÕES FINAIS	341
REFERÊNCIAS	350

Introdução – uma primeira exortação.

Para iniciar nossa trajetória, interpelaremos nossas primeiras linhas com um poema bastante conhecido de Bertold Brecht, chamado *Aos que hesitam*, pois acreditamos dialogar profundamente com a consciência de muitos em nosso tempo, visto que versa sobre a aturdia de um período histórico marcado pelo desalento. Em sua primeira estrofe Brecht diz:

Você diz:
Nossa causa vai mal.
A escuridão aumenta. As forças diminuem.
Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo
Estamos em situação pior que no início.

Estamos convencidos de que este sentimento seja compartilhado por uma infinidade de camaradas que estão perplexos com o curso geral da conjuntura, com a miserável impotência em que nos encontramos para fazer frente aos ataques sistemáticos às conquistas do movimento operário em seus mais de 100 anos de história no Brasil. Ilustrando alguns episódios da história recente, cuja temporalidade encontra-se demasiado acelerada, lembremo-nos que vimos passar um golpe parlamentar em 2016, engolimos a seco uma contrarreforma Trabalhista, uma contrarreforma do Ensino Médio, uma contrarreforma da Previdência, agora mesmo está em curso uma contrarreforma Administrativa que provavelmente passará; assistimos a destruição de duas cidades - Mariana e Brumadinho - ocasionadas pela impune Vale; vimos grande parte da classe trabalhadora eleger um presidente que se projetou defendendo torturadores, proferindo os mais vis discursos e personificando a substância mais reles do anti-humanismo; vimos o assassinato de Marielle Franco acompanhado do aumento das milícias, vimos um Ministro da Cultura citando Hitler, vimos pouco a pouco a camarilha fascista adentrar o poder público, vimos uma queda de braço entre as facções burguesas, vencida – momentaneamente – por Bolsonaro. Acompanhamos a progressão do COVID-19 no Brasil, aparelhada de modo genocida pelas classes dominantes. Tragamos a fumaça do fogo no Pantanal e na Amazônia, que em sua ferocidade criminosa

pavimenta, através da devastação irreversível, a atualização dos grandes desertos verdes, palco do agronegócio.

Temos um quadro de aproximadamente 15 milhões de desempregados no Brasil, desconsiderando aqueles desalentados que desistiram de procurar trabalho por uma absoluta falta de perspectiva. Dos que conseguiram trabalho, uma imensidão de pessoas está submetida ao subemprego, a empregos de alta rotatividade; cresce a informalidade, o trabalho infantil, etc; em função da pandemia mais de 100 milhões de trabalhadores recorreram ao magro auxílio emergencial, que contemplou pouco mais que a metade destes – 60 milhões. Em pleno auge do desenvolvimento das forças produtivas, setores significativos da classe trabalhadora recorre à lenha para cozinhar; a fome, este espectro permanente no capitalismo, se descortina novamente; neste mesmo sentido, no irromper pandêmico que estamos imersos, deparamo-nos com uma vastidão de trabalhadores que sequer possuíam/em acesso à água e sabão, que dispensa qualquer comentário a respeito de sua necessidade primária para além do combate ao COVID-19. Enfim, é agônico enumerar a infinidade de mazelas a que estamos submetidos, sendo a lista da tragédia brasileira interminável e expansiva.

Claro está que em meio a tudo isto, no interior da conjuntura que nos devora, houve manifestações de resistência. Nos últimos quatro anos nossas principais bandeiras de luta podem ser sintetizadas da seguinte forma: “Não vai ter golpe!”; “Fora Temer!”; “Lula Livre!”; “Ele não!” e, já no contexto da pandemia, gritamos de nossas janelas “Fora Bolsonaro!” – que, com a mesma espontaneidade que emergiu, submergiu. Todas estas bandeiras estão permeadas de uma infinidade de sentidos a elas atribuídas, em uma pulverização tática e estratégica da esquerda como um todo, e ainda que tenha nos custado enormes esforços, o que interessa destacar é que perdemos em todas. Olhando mais de perto nossas últimas batalhas, encontramos um cenário caótico: de um lado, desde 2013, qualquer inclinação mais ofensiva que se projetou foi acusada de leviandade, concluindo que o momento não é de radicalidade uma vez que isso aceleraria o curso dos ataques à classe trabalhadora¹; os exemplos são vários, mas encerramos em apenas dois que nos

1 A semelhança da social-democracia, como nos informa Przeworski: “Armam-se de coragem e explicam à classe trabalhadora que é melhor ser explorado que criar uma situação que envolve o risco de ser prejudicial à própria classe. Recusam-se a aventurar seu destino em um agravamento da crise. Oferecem o compromisso, mantêm-no e defendem-no” (PRZERWORSKI *apud* LAGE, 2019 p. 93).

parecem mais emblemáticos: em 2018, após a eleição presidencial, os grandes atos feministas do “Ele não!” chegaram ser responsabilizados pela vitória de Bolsonaro, uma vez que sua radicalidade havia – supostamente - pesado negativamente para a catalisação de votos à Haddad; ou ainda, mais recentemente, vimos diversos posicionamentos frente aos atos antifascistas – eclodidos em junho pela iniciativa de torcidas organizadas -, que indicavam o caminho contrário das ruas àquele momento; aqui o argumento girava em torno da premissa de que ao tensionar a luta entre as classes daria a Bolsonaro o precedente para um golpe – como se este, em algum momento, precisasse de uma desculpa para alavancar seu projeto. Na trama do período recente, em meio à caoticidade completa, existiram aqueles que compraram e venderam bandeiras do tipo “Fora Todos!”, compartilhando palavras de ordem – e por vezes, iniciativas como a Lava Jato - que alimentavam a estratégia burguesa; tivemos uma série de paralisações nacionais, equivocadamente entendidas como greves, algumas delas foram bastante expressivas, mas interessa lembrar que, no bojo desta resistência, a mais robusta instância organizativa da classe trabalhadora, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), furou greve abertamente em junho de 2018, com a mesma escusa de não tensionar para ganhar no momento eleitoral. Construimos duas frentes: a Brasil Popular, e outra, a Povo sem Medo, sendo que a do Brasil popular não se popularizou, e a sem medo não tem intimidado ninguém.

Passamos quase dois anos gritando “Lula Livre” e este, quando solto (não em razão da pressão popular), pouco depois, ao ver estourar uma greve no setor petrolífero, com possibilidades reais de encampar uma primeira grande derrota ao governo profascista de Bolsonaro, simplesmente silencia e faz coro - mudo - com a grande mídia burguesa, e, pior, contraditoriamente, no mesmo período concedeu uma entrevista (UOL 26/01/2020) expondo que devemos respeitar a candidatura de Bolsonaro, uma vez que esta teria sido legítima e mereceria cumprir com seus 4 anos de mandato. Vale apontar, essa mesma greve do setor petrolífero - a maior desde 1995 - terminou aceitando as demissões na Fafen². Seguindo o poema como fio condutor da exposição que aqui fazemos:

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

2 <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/25022-sem-margem-para-nova-negociacao-trabalhadores-da-ansa-fafen-decidem-por-proposta-imposta-por-tst-e-petrobras>

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.
Mas nós cometemos erros, não há como negar.
Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem
Estão em desordem. O inimigo
Distorceu muitas de nossas palavras
Até ficarem irreconhecíveis.

Irreconhecível é uma palavra que expressa bem as conturbadas relações de identidade vividas pelo proletariado atualmente. Aos olhos da classe trabalhadora, como discernir os aliados dos inimigos se estes, por vezes, dizem as mesmas coisas? Como explicar a inquietante consonância entre Rui Costa - governador do Estado da Bahia e militante do PT - e o Governo Federal? Como digerir o fato de que o Partido dos Trabalhadores, às vésperas das eleições municipais de 2020, anunciam em seu arco de alianças, 89 candidaturas em coligação com a última legenda de Bolsonaro, o Partido Social Liberal (PSL).

A distorção de nossas palavras de ordem em nosso cenário conjuntural fica ainda mais conturbada quando identificamos que todas as organizações majoritárias no cenário político brasileiro, indiscriminadamente, de direita ou de esquerda, compartilham um mesmo norte, tendo por eixo central o horizonte do desenvolvimento³. Esta finalidade controversa se revela absolutamente inverossímil quando a palavra de ordem *desenvolvimento* – entendido enquanto um horizonte utópico, um simulacro naturalizado no senso comum - ‘estranhamente’ perde validade, uma vez que de súbito recebemos a notícia de que o Brasil já não mais figura enquanto país emergente, sendo hoje considerado pelos próprios países imperialistas, um país desenvolvido⁴. O mesmo ocorre com um conjunto de outras palavras, tais como democracia, liberdade, justiça, igualdade, etc. todas estas estão presentes nas mais variadas bocas, sendo indiscriminadamente compartilhadas. Naturalmente, a distorção de nossas palavras e a assunção problemática de outras produzem, aos olhos da classe trabalhadora, uma generalização vazia de distinções, contribuindo para o quadro atual de indiferença em que estamos atolados.

Mesmo sabendo que se tratam de forças sociais distintas, que mobilizam sentimentos e expectativas diferentes para a luta política no país, vê-se, como elemento da caoticidade do real, *aparentes* pontos de identidade entre estas

3 Para uma melhor acepção do problema, indica-se a leitura de “O desenvolvimento como horizonte utópico e como ideologia”, sendo este o primeiro capítulo do livro *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*, publicação recente de Fernando Correa Prado (2020).

4 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/trump-retira-brasil-da-lista-de-paises-em-desenvolvimento/>

mesmas forças políticas – e isto não pode ser diminuído uma vez que o real em sua manifestação fortuita informa o senso comum de nosso tempo, e, por sua vez, a ação concreta dos sujeitos. Escutamos há alguns anos, em 2009, Lula proferir um chamado aos trabalhadores, afirmando que “*Não é hora de pedir aumento*”, e na mesma oportunidade, entendendo que os custos das crises capitalistas devem ser divididos e por isto os trabalhadores precisam assumir sua parte de responsabilidade para a saída desta crise, Lula diz que “*Época de crise é época em que todos perdem*”. (ESTADO DE SÃO PAULO, 2009⁵). Coincidentemente, este apelo de Lula possui profunda conexão com um dos pronunciamentos mais emblemáticos de Bolsonaro quando anunciou que “*Os trabalhadores terão de escolher entre todos os direitos e desemprego, ou emprego sem direitos!*” (Entrevista ao Jornal Nacional em 2018⁶). Se isto não bastasse, Lula, que sempre apareceu como um paladino da democracia, após sua soltura, contraditoriamente para defender a legalidade democrática, lançou a seguinte sentença: “*No tempo do regime militar, eles tinham mais respeito pela Constituição. Tratavam a ordem democrática com um pouco mais de sensibilidade*”⁷. Sabemos que não são a mesma coisa, definitivamente. Todavia, o que estamos fazendo não é um exercício retórico, trata-se de captar como a aparência dos fenômenos incide na luta política produzindo um efeito de indiferenciação, que transborda para a ação política dos trabalhadores. Este lamaçal, ao que nos parece, de uma forma ou de outra, termina por incidir na conformação da atual apatia da classe trabalhadora. Os sintomas de nossas impotências se estendem para outros campos. Para além do organizativo e político, nossas formulações teóricas parecem cada vez mais confusas, e nossas explicações parecem explicar cada vez menos. Se na política cotidiana as forças de esquerda quase não possuem acordos entre si, no terreno das formulações teóricas a incompatibilidade é regra, não havendo ponto pacífico em praticamente tudo. Há uma generalização de teorias que negam a centralidade do trabalho como eixo estrutural da vida sob o capital; há aqueles que defendem que a forma partido já não mais encontra vazão na classe trabalhadora e por isto devemos criar outros mecanismos de organização política; ao adentrarmos os debates em torno das lutas

5 Disponível em jornal O Estado de São paulo, 28 de março de 2009.

6 Entrevista concedida ao Jornal Nacional em 28 de agosto de 2018.

7 <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-02-22/na-ditadura-tinham-mais-respeito-pela-constituicao-do-que-agora-diz-lula.html>

contra as opressões racistas e machistas, a discordância torna-se quase pressuposto; não bastassem as dúvidas sobre a possibilidade da alternativa socialista, pululam afirmações que trabalham pela sua negação; no interior do próprio campo marxista, sobram digladiações: há aqueles que reivindicam um Gramsci que não existe, outros esforçam-se por depreciar seus adversários enquadrando-os como stalinistas, como se isto em si os elevasse a tal ponto que prontamente descartasse a necessidade de um debate filosófico profundo a respeito das experiências revolucionárias do século XX; neste mesmo sentido, estabelecemos discussões infundáveis sobre a qualidade da República Popular da China, sendo orientada pela disjuntiva: socialismo ou capitalismo? Debates sobre a própria natureza do socialismo; controvérsias em torno da categorização do imperialismo, do subimperialismo, da exploração ou superexploração, de quem seria, em termos formais, o proletariado (os trabalhadores produtivos, exclusivamente os fabris ou todos os trabalhadores?), etc. Também neste sentido, o poema de Brecht, mais que nunca, cobra sua atualidade, e em meio a tudo isto, o inimigo está aí, mais forte do que nunca, com sua aparência de invencível.

Além disso, cabe uma advertência para pensar como nosso “marco zero”, a referência de início de todas as angústias. Comumente, nos mais variados espaços de organização militante, este marco figura a partir de 2016 com o golpe parlamentar, mas ao que nos parece, as contradições que saltam aos olhos sugerindo um mínimo de perplexidade precedem um pouco este episódio. Afinal, não nos parece razoável o fato de um Partido dos Trabalhadores, forjado no calor das batalhas contra a ditadura militar no Brasil, que em sua origem empunhava como uma de suas principais bandeiras de luta o fim da Lei de Segurança Nacional, terminar sua história atualizando e impondo-a contra o próprio movimento operário que o criou. Ao figurar o marco de nossas preocupações no emblemático ano de 2016, perde-se de vista, por exemplo, que a contrarreforma da Previdência e o Ajuste Fiscal não são exatamente novidades, tendo sido implementados - embora com outra intensidade - desde os governos progressistas de Lula e Dilma. Como tomar como natural o fato de que o Partido que possui vínculos orgânicos com o maior movimento social do mundo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não apresentou nenhuma resistência ao agronegócio, ao contrário,

tendo-o por aliado?⁸ Afinal, a carbonização do bioma não é um velho companheiro deste mesmo setor que o PT orgulhou-se de ‘desenvolver’? Por isto, o ano de 2016, embora sendo um momento chave para a compreensão da contemporaneidade, não é suficiente para explicitar a profundidade da miséria brasileira. Desta forma, enquanto este cenário caótico se apresenta, ao qual nosso descritor inicial perspectiva apenas elucidar em seus contornos gerais, estamos aturdidos vendo dia a dia dirigentes indígenas serem mortos, dirigentes sem-terra, sem-teto, mestres Moa tombando um a um; embora anunciada, tarda a vez das “*Marias, Mahins, Marielles, malês*”, dos nossos *Cristos pretos, pobres e de cabelos descoloridos*. Ao passo que nos devora, a conjuntura segue afogando de lama e merda nossos “*parasitas*”, enquanto muitos acreditam que tudo pode ser simplificado a uma mera *vertigem da democracia*.

Este breve descritor apresentado tem por finalidade expor o quadro geral de como a imediaticidade se apresenta de maneira caótica, indeterminada, arbitrária e fortuita; além disso, demonstrar como estes traços gerais da conjuntura exprimem nossa ínfima – ainda que momentânea - capacidade de agir com autonomia, de se antecipar, de emplacar um projeto societário que seja capaz de superar a barbárie do capital. Por fim, um desenho geral de como estamos enquanto classe no atual momento.

Uma vez admitida esta imagem, torna-se quase impossível não afirmar que o movimento operário, para o bem ou para o mal, está em crise, e esta, como vimos, nos absorve de maneira completa, leia-se: organizativa, política e filosoficamente. Este é o primeiro elemento que a disposição destes fatos nos permite afirmar, e a presente dissertação procurará capturar algumas de suas determinações.

Contudo, enquanto crise, contraditoriamente, esta inaugura um leque de novas possibilidades. Isto porque, ao olharmos um sujeito em crise, vemos que este é um sujeito que inevitavelmente se pergunta basicamente três coisas: quem sou eu, de onde vim e para onde vou? Estas três questões, fundamentais para qualquer projeto que queiramos emplacar, apenas podem nascer de um sujeito que está com suas certezas fragilizadas, que no bojo de suas convicções encontram-se fraturas

8 “Desde o início, foi evidente que a reforma agrária do governo do PT estava marcada por dois princípios, como apontou Ariovaldo Umbelino de Oliveira: ‘Não fazê-las nas áreas de do mínimo do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil’” (BORGES, 2016. p. 40).

irremediáveis, que no interior das afirmações que o dirigiam, reinam as mais variadas dúvidas.

Hegel já dizia que só se filosofa verdadeiramente nas épocas de crise, que são exatamente os momentos em que se aprofunda o “contraste entre opinião e verdade”. O filósofo alemão vê esse fenômeno, por exemplo, na decadência da vida grega, ou na decadência da vida pública e política de Roma (“que parecia tão grande, tão rica, tão magnífica, mas que interiormente já estava morta”). A filosofia começa com a decadência do mundo real: “filosofar supõe que já não estou satisfeito com minha vida”. Esse mesmo princípio vale para as formas estabelecidas de visão de mundo e, portanto, de consciência (IASI, 2014. p. 31).

Por mais controverso que pareça, a atual crise em que estamos envolvidos contém em seu interior uma potencialidade de reorganização. Isto é sumamente importante, uma vez que este ser coletivo imerso em sua crise, através das respostas das três questões acima apresentadas, pode negar suas antigas convicções em detrimento de uma nova visão de mundo, que supere as limitações anteriores. Para o conjunto da classe trabalhadora, a crise de sua estratégia já é sentida, e como desdobramento prático tem respondido através de movimentações espontâneas, de greves esparsas ou contraditoriamente com uma radicalidade catalisada pelo projeto burguês que termina agindo contra a própria classe trabalhadora. Ocorre que mesmo a crise sendo objetiva em todo seu envolvimento organizativo, político e filosófico, de modo geral a classe trabalhadora e seus setores mais avançados desconhecem em profundidade as razões que a originou. Para muitos, como veremos na primeira seção do capítulo I, trata-se de justificar as mesmas respostas que conduziram a ação e consciência de classe até o presente, não questionando sua própria validade. Na contramão desta tendência, para nós o primeiro passo que pode direcionar a crise para a reorganização revolucionária de nossas forças é assumirmos esta – a crise - sem justificar as razões de sua origem; apenas assim “pegaremos o boi pelos chifres”. Neste sentido, se admitirmos que “nossa causa vai mal”, uma tarefa central – para além daquelas que já cumprimos de modo defensivo – é filosofar; claro, não como um filósofo feuerbachiano, desinteressado na transformação concreta do real; nosso esforço intelectual deve estar rigorosamente assentado na atualidade das demandas impostas pela história, para a partir destas irromper em novas sínteses que sejam capazes de subverter o estado atual de nossa condição. É neste preciso sentido que se justifica nosso singular esforço apresentado através desta dissertação. Enquadramos este trabalho, pois, tomando para nós as preciosas pistas dadas pelo velho comunista italiano

Antônio Gramsci:

Não se pode separar a filosofia da história da filosofia; nem a cultura, da história da cultura. No sentido mais imediato e colado [à realidade], não podemos ser filósofos, isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente, sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. **A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e “originais” em sua atualidade.** Como é possível pensar o presente, e um bem determinado presente, com um pensamento elaborado por problemas de um passado frequentemente bastante remoto e superado? Se isto ocorre, nós somos “anacrônicos” na época em que vivemos, nós somos fósseis e não seres modernos. Ou, pelo menos, somos “compostos” bizarramente. E de fato, ocorre que grupos sociais que, em determinados aspectos, exprimem a mais desenvolvida modernidade, em outros manifestam-se atrasados com relação a sua posição social, sendo, portanto, incapazes de completa autonomia histórica (GRAMSCI, [1932-33] 2010. p.71 – grifo nosso).

De acordo com a formulação proposta por Gramsci, nossas questões são sempre questões historicamente determinadas, muito próprias de um período particular e estamos convencidos de que as questões que nossa atualidade nos coloca são, igualmente, determinadas pela materialidade contemporânea, a saber: a derrota de uma experiência histórica da classe trabalhadora. Num esboço genérico, quando estamos dizendo que fomos derrotados, estamos assumindo que a estratégia preponderante do último ciclo de lutas do proletariado no Brasil, a Estratégia Democrático-Popular (EDP), que teve por principal operador político o Partido dos Trabalhadores, está hoje morta como alternativa consequente para a superação do capitalismo; morta e ao mesmo tempo viva, pois, como veremos, figura no imaginário de diferentes militantes, partidos, etc., como uma possibilidade de reinscrição, isto é, como uma resposta fossilizada ante a realidade.

Rapidamente, quando nos referimos à estratégia preponderante de um tempo, apontamos para o movimento pelo qual, através de um processo de fusão de classe – a conversão de um aglomerado serializado para uma unidade classista –, o proletariado arquiteta com base em sua visão de mundo um conjunto de mediações que perspectivam a superação radical da sociedade capitalista. Na história recente do Brasil, no contexto de saída da ditadura militar, no calor das lutas do final da década de 1970, e, em especial, a partir das greves do ABC paulista em 1978-80, o proletariado fundiu-se em uma classe para si, fundando uma organização que representava o desdobramento concreto de sua consciência, o Partido dos Trabalhadores; esta consciência cobrava uma ação prática que não era capaz de

tergiversar o socialismo como a única alternativa para inaugurar aos trabalhadores o fim do estado de miséria a que são submetidos sob o capital. Seguindo nesta exata direção, procurou-se arquitetar um caminho pelo qual isto seria efetivado, assim, cristalizou-se – com base na visão de mundo que orientava o conjunto das avaliações dos sujeitos históricos deste momento – uma estratégia, que logrou triunfar frente todas as outras alternativas. A sistematização deste caminho estratégico encontrou sua forma final materializada em 1986-87 no Vº e VIº Encontro Nacional do PT (ENPT)⁹, e ficou historicamente conhecida por Programa Democrático Popular. Este programa estratégico, como dito, tinha por objetivo o socialismo, mas em sua manifestação real, não se confirmava como uma estratégia socialista, grosso modo, porque negava a possibilidade de sua realização na imediaticidade, e centralizava suas ações à conquista da democracia; isto porque julgava, dentre outras coisas, que o proletariado não reunia forças suficientes para um projeto de tamanha envergadura. Assim, para a realização do objetivo socialista, este – o proletariado - deveria percorrer um largo período de acúmulo de forças, que combinava em seu interior a interação entre as lutas cotidianas nos sindicatos, nos movimentos sociais em geral e, a inserção no Estado burguês; em síntese, estas seriam as duas frentes de batalha em que o proletariado deveria movimentar-se, praticando o que à época se chamava ‘reformismo revolucionário’. Aqui, embora o objetivo seja socialista, configurou-se uma estratégia que apontava a conquista gradual da democracia como intermédio, como uma espécie de transição prévia à transição socialista, que em sua posta em marcha significava a abstenção da luta aberta pelo socialismo e aprisionava a força política dos trabalhadores às conquistas políticas e econômicas dentro da ordem do capital¹⁰. Esta mediação da etapa democrática como caminho ao socialismo tem por substância outras tantas fundamentações teóricas, bem como teorias que concluem pela incompletude do capitalismo – desautorizando uma transição ao socialismo e cobrando a

9 Para um exame mais detido indica-se a tese de Doutorado de Isabel Mansur Figueiredo *A Estratégia Democrática e Popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Questão da Incompletude do Capitalismo no Brasil* apresentada em 2018 à Escola de Serviço Social da UFRJ. Para seção dedicada à caracterização e evolução particular da EDP esta tese nos servirá de guia.

10 “É nesse sentido que falamos em ‘estratégia democrática’, diferenciando-se de ‘estratégia socialista’. É que na primeira, ainda que o objetivo final declarado seja criar as condições para um dia se chegar ao socialismo (o objetivo pode ser outro: por exemplo, fortalecer-se a própria democracia, tomada como um fim em si), os embates presentes são organizados em torno do aprofundamento da democracia e de conquistas sociais tidas como relacionadas a ela. Deixa-se, assim, o objetivo socialista de lado, momentânea ou permanentemente” (IASI *et.al*, 2019, p. 15).

necessidade de realização das chamadas tarefas em atraso, sendo uma, dentre elas, a própria consolidação da democracia; análises que identificavam a democracia como a substância do próprio socialismo, etc. Esta estratégia democrática, por fim, apontava que para sua consecução o proletariado deveria tomar como aliados os estratos pequenos e médios da burguesia, numa grande luta popular contra os monopólios, contra o latifúndio e contra o imperialismo. Estes são alguns apontamentos muito genéricos sobre o ser desta estratégia, que evidentemente não os esgotaremos neste momento, cabendo apenas uma apresentação sumária. Acreditamos que a posta em marcha desta estratégia, ao contrário de conduzir a luta social ao socialismo, acabou por engendrar uma profunda derrota à classe trabalhadora, esta mesma a que vimos fazendo remissão em nosso texto.

Vale dizer que este movimento de consolidação estratégica da EDP procurou, em seu processo de afirmação, diferenciar-se da estratégia preponderante que a precedeu, a Estratégia Democrático-Nacional, cujo principal operador fora o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Contudo, guardadas as diferenças, acreditamos que estas possuam um ponto de contato em seu núcleo estruturante: ambas se alicerçam na negação da possibilidade de realização do socialismo [na imediaticidade] em função de um diagnóstico da realidade que conclui pela incompletude das relações sociais capitalistas no Brasil.

Em nossa dissertação, procuraremos demonstrar, ao tomar o trabalho como um todo, como ambas sínteses estratégicas constituíram-se como momentos particulares de um mesmo processo histórico de lutas que se inaugurou a partir da revolução de soviética em outubro de 1917. Para nós, a EDP se afirma tomando por referência elementos do debate da esquerda mundial – manifestos através do eurocomunismo - que são em sua origem, desdobramentos práticos, uma evolução da conduta dos comunistas em sua perspectiva de construção da revolução mundial, claramente, frustrada. De tal forma, quando a EDP pensa superar a EDN, em verdade, acaba por reapresentá-la em outros termos.

Assim, partimos da premissa de que o último ciclo histórico, em íntima conexão com as determinações da luta de classes a nível mundial, encerrou-se engendrando uma derrota à classe trabalhadora, que, como dissemos, impõe a crise por nós vivida. De tal sorte, a tomar a realidade por este ângulo, sem nenhum tipo de velamento, imediatamente ganhamos uma boa questão a ser respondida: resta

saber porque fomos derrotados. Acreditamos que no cerne de nossas incertezas, e em meio as dificuldades de apreensão do real em que também nós somos parte, responder esta questão permitirá novamente preencher com respostas não fossilizadas a pergunta que baliza todos nossos esforços: qual o caminho para a revolução socialista? Ou, em outras palavras, com qual estratégia superaremos o capitalismo? Sendo esta uma das condições que nos permitirá apresentar – uma vez mais – o comunismo como possibilidade. Tanto a resposta ao porque fomos derrotados, quanto à nova estratégia, deverão ser obrigatoriamente coletivas e atravessadas pela práxis revolucionária.

Por isto, ainda em consonância com o proposto por Gramsci, se queremos responder a nossas questões candentes, se pretendemos ousar responder as questões que nos acometem, precisamos dispor de um profundo conhecimento da historicidade que nos trouxe até aqui e, conjuntamente, um conhecimento das formulações filosóficas que a acompanham, isto é, necessitamos compreender quais as determinações gerais que deram forma e conteúdo a esse produto histórico. Se estamos de acordo com a formulação de que o produto esconde o processo que o criou, não nos resta outra alternativa a não ser refazer este caminho. Assim:

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, também criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou vestígios consolidados na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em cada pessoa uma infinidade de traços recebidos “sem benefício do inventário” [sem saber sua origem]. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (GRAMSCI, [1932-33] 2010. p. 70).

Este chamado inventário da estratégia democrático popular, certamente, não se esgotará nesta dissertação, sendo ele uma tarefa histórica que apenas pode ser encampada através dos múltiplos esforços combinados. O presente trabalho é apenas um marco de estrada neste caminho que já vem sendo lapidado por outros(as) camaradas de luta, que em suas trajetórias produziram primeiras aproximações que nossa pesquisa toma como principais ponto de referências¹¹.

11 Aqui é impossível não fazer remissão aos autênticos e calorosos debates que são estimulados pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (NEP-13 de Maio), que em seus cursos de formação procuram capturar o conjunto de determinações que incidem no produto histórico do qual somos parte. A expressão cunhada por Gramsci, o inventário, é tomada como uma das finalidades que

Nosso objetivo, em alguma medida, consiste apenas em produzir uma sistematização sintética das várias sínteses já produzidas em torno desta problemática, ou seja, não temos a pretensão de produzir algo exatamente novo. Como de costume, a presente dissertação, embora interpelada pelas várias contribuições em que nos apoiamos, é de inteira responsabilidade nossa. Se no curso de nosso trabalho uma ou outra contribuição lateral for alcançada – para além das que nos apoiamos – estaremos felizes.

Por fim, cabe dizer que na perspectiva de inventariar a EDP, entendendo-a como uma parte constitutiva da evolução da luta de classes no século XX, estruturamos nosso caminho da seguinte forma: no capítulo I, dedicamos duas seções, sendo a primeira reservada à uma percepção sobre como o imaginário político da esquerda brasileira contemporânea ainda está refém das formulações próprias da estratégia democrático popular, isto é, mesmo no interior de um esforço crítico, este termina por encerrar-se nos aspectos formais do objeto criticado, em geral o processo de putrefação do próprio PT, perdendo de vista que este produto histórico possui correspondência com a própria estratégia que o originou; assim, nesta seção apontamos que esta perspectiva de superação acaba por rerepresentar a própria estratégia, sendo insuficiente para uma superação real da crise em que estamos envolvidos; em uma segunda seção, discorreremos sobre nossa compreensão a respeito do processo de consciência da classe trabalhadora, que em seu movimento – por vezes – forja estratégias para a superação da sociabilidade burguesa, sendo o período que configura a ascensão e esgotamento destas estratégias enquadrados como um *ciclo histórico*, e o intervalo entre o encerramento de um ciclo – em geral marcado pela derrota histórica da classe trabalhadora – e o irromper de um novo, compreendemos como um *entre-ciclos*, que, igualmente, possui suas características particulares. Atualmente, ao que nos parece, este é o sentido de fundo que qualifica nosso período histórico.

Em seguida, o capítulo II desta dissertação dedica-se a compreender as características gerais que deram forma e conteúdo a estratégia democrático

erigem os cursos de formação desta escola, sendo o *História do movimento operário no Brasil*, aquele que se dedica a isto mais diretamente. O presente trabalho não seria possível sem a passagem por este espaço. O conjunto destas problematizações resultou em diferentes produções teóricas, que foram parcialmente agrupadas em uma recente publicação: *A estratégia democrático popular – um inventário crítico* (IASI, FIGUEIREDO, NEVES, 2019). Este livro, e alguma outras obras que tiveram por referência as provocações dos principais monitores desta escola – Mauro Luís Iasi e Luis Carlos Scapi – estão assimiladas por este trabalho como referências elementares.

nacional, protagonizada pelo PCB. Procuramos analisar este ciclo histórico em sua gênese e evolução, que encontrou seu esgotamento, fatalmente, na derrota de 1964. Julgamos necessário este movimento de retorno uma vez que parte central dos objetivos deste trabalho consiste em perceber a EDP e a EDN como momentos particulares de um mesmo processo histórico. Há de fundo outras duas razões: a) a EDP se erige procurando negar a EDN, cabendo portanto ilustrar ambas em sua particularidade – que ao fim e ao cabo, após tê-las discorrido, será explicitado sua identidade; b) porque ao contar a história da gênese de uma estratégia, deve-se entendê-la como expressão do desenvolvimento de uma formação social, posta em marcha através da luta constante entre as classes sociais.

Exposto este primeiro ciclo, dedicamos o capítulo III à uma caracterização do entre-ciclos. Aqui procuramos enumerar algumas das formulações que procuraram ou rerepresentar a EDN sem mediações, ou, para o que nos interessa diretamente, como as perspectivas de superação desta, ao passo em que se objetivam informam os pressupostos teóricos que se plasmarão novamente em uma síntese estratégica. Assim, procuramos dividir este capítulo em duas seções, uma primeira que versa sobre os debates internos no PCB, entre a rerepresentação crua do VI Congresso (1966) e as formulações de Caio Prado Jr. através de seu livro *A revolução brasileira*; em seguida, situamos a controvérsia da dependência e, focando especialmente nos contributos da *teoria marxista da dependência* (TMD), enquanto um importante marco no processo de negação da EDN. Neste momento, dedicamo-nos em discorrer genericamente quais são os elementos chaves que alicerçam este ferramental teórico e ainda, muito discretamente – e não isentos de dúvidas - procuramos polemizar com estes no sentido de apresentar uma possível conexão entre as teses centrais que estruturam a EDP e alguns dos enfoques levantados pela própria TMD.

Em um segundo momento, procurando responder se a derrota do movimento operário no Brasil em 1964 seria uma derrota nacional apenas ou seria um momento nacional da derrota mundial, sendo que, ao que nos parece, a segunda resposta parece mais adequada, entendemos que o proletariado, tomado em seu conjunto, a partir da década de 1950 vivia uma crise filosófica, que suas respostas à construção do socialismo sofriam profundas revisões, que culminaram na sistematização conhecida por *eurocomunismo*; nosso trabalho segue na direção de captar como o entre-ciclos no Brasil se identifica em larga medida com as sínteses produzidas por

todo Movimento Comunista Internacional (MCI), que apontavam, por exemplo, para um trânsito pacífico ao socialismo através da posta em marcha de uma estratégia democrática. No curso de nossa pesquisa, encontramos como uma das raízes do eurocomunismo a linha política de Frente Popular, indicada em 1935 pela III Internacional Comunista à luta antifascista. Com isto julgamos captar algumas das determinações que configuram o entre-ciclos no Brasil, e, além disto, a partir deste contato entre o MCI e o entre-ciclos no Brasil, acreditamos ter captado o elo de ligação entre a EDP e a EDN, que nos autoriza julgá-las como momentos distintos da evolução de um mesmo conteúdo.

Dedicaremos, ainda um último capítulo, que tratará em particular dos contornos gerais da EDP em sua constituição e evolução histórica. Em um percorrido panorâmico, buscando captar o movimento da estratégia como um todo, dividimos nosso capítulo em 3 momentos constituintes desta estratégia, aquele em que o PT nasce da ação concreta da classe trabalhadora, e neste momento inicial está fundido organicamente a ela, aquele em que em função de suas sínteses filosóficas e estratégicas passa a agir “pela” classe e, por fim, o momento final em que esta organização, por executar a estratégia que a orientava, termina atuando “contra” a classe. Estes três momentos da evolução da EDP correspondem à mesma evolução da socialdemocracia. Neste caminho, procuramos polemizar com algumas das formulações que jugamos ter estruturado a visão de mundo da EDP, é o caso de asseverar a crítica a interpretação de um capitalismo incompleto no Brasil e aventar a crítica a noção de um Estado Autocrático, visto que julgamos que estas duas noções pilares da EDP terminam por estimular uma esperança civilizatória no interior do modo de produção capitalista; consideramos necessário comentar de modo sumário como a qualidade do socialismo petista está estritamente arraigada à própria interpretação da formação social brasileira, e, no limite, como esta não supera os marcos estreitos de um socialismo pequeno burguês, dirigindo desta forma, a classe e suas organizações à derrotas históricas que abrem fendas no terreno da luta de classes para a atuação do fascismo. Acreditamos que apenas assim voltaremos para os elementos aparentemente caóticos de nosso período histórico, dispondo de melhores condições para percebê-los para além de sua dimensão fenomênica, apreendendo-os através de sua lógica interna e, com isto, nos brindando melhores condições de uma atuação com autonomia histórica novamente. Eis o objetivo deste trabalho.

Ao largo de todo o trabalho o leitor verá que buscamos basicamente dois tipos de fontes para captar o sentido geral do período que estávamos buscando compreender, sendo elas os documentos das organizações em questão e as formulações de intelectuais que julgamos manifestar no plano do pensamento, formulações unitárias e coerentes que exprimem o ser da nossa classe seja em sua compreensão sobre o real (mais ou menos fiel à própria realidade) e amparado nisto, suas escolhas políticas. Mesmo buscando mobilizar ambas as fontes como documentos válidos ao caminho do ‘conhece-te a ti mesmo’, terminamos por priorizar a seleção de pensadores(as) individuais. Acreditamos que a seleção destes(as) intelectuais serviu-nos como forma de adentrar com maior profundidade nos terrenos filosóficos que alicerçaram (e alicerçam) em grande medida a concepção de mundo da classe, sendo portanto incontornável seu tratamento mais detido para uma superação efetiva das estratégias pretéritas que nos conduziram até aqui¹². Claro está que pra tentar captar a totalidade das determinações que

12 Sabemos que esta escolha está envolta por um rico debate metodológico que não o faremos aqui. Cabe apenas destacar que no interior do “inventário” que se está construindo de pouco a pouco, esta postura metodológica mobiliza distintas ferramentas para sua solidez. É o caso de ilustrar o pequeno esboço feito por Victor Neves sobre as categorias que subsidiam esta escolha: “Tais configurações estratégicas se mostram como únicas e inescapáveis em cada ciclo, e partimos da hipótese de que isso está relacionado ao fato de que elas, em torno do objetivo da revolução (e no caso brasileiro, da revolução brasileira), são erigidas sobre reflexos mais ou menos fidedignos da realidade objetiva – visões sociais de mundo, concepções de mundo ou interpretações unitárias e coerentes da realidade– a partir das quais conquistam posição dirigente face à classe trabalhadora, forçando assim, histórico-concretamente, a remissão. Faz-se necessário, neste ponto, explicitar melhor algumas das categorias com as quais tenho trabalhado até aqui. Quanto às visões sociais de mundo: para Lucien Goldmann, visões de mundo são “a expressão psíquica da relação entre certos grupos humanos e seu meio social e natural”, sendo seu número necessariamente limitado em dado período histórico devido à sua pertinência necessária a um grupo. Indo de encontro à posição epistemológica deste autor 6 , mas me apropriando do que considero ser uma intuição fecunda sobre o assunto, remeto a categoria, a partir do Lukács da Estética ([1963] 1966, especialmente o capítulo 1), ao reflexo no pensamento das determinações ontologicamente postas tais como se apresentam na realidade externa ao sujeito que busca apreendê-la – ou seja, ao processo de passagem da existência das categorias de ontologicamente postas a reflexivamente reconstituídas. Quando o termo aparecer neste texto, é a esta tentativa de síntese que fará remissão. Nas sociedades divididas em classes sociais, é a estes grupos que se vinculam mais diretamente as visões de mundo, representando o máximo de consciência possível de cada classe (Goldmann, 1979). Nas sociedades capitalistas só há duas classes sociais “puras” ou fundamentais, no sentido de que “sua existência e evolução baseiam-se exclusivamente no desenvolvimento do processo moderno de produção” (Lukács, [1923 [2006], p. 156): burguesia e proletariado. É, portanto, necessariamente a elas que se vinculam as visões sociais de mundo em disputa pela direção desta sociedade tomada enquanto totalidade. Michael Löwy trata do mesmo objeto (e é a ele que devemos a precisão categorial no sentido de defini-las como visões sociais de mundo), enriquecendo-o com mais determinações. Combinando esta sua contribuição àquela de Antonio Gramsci, podemos afirmar que as visões sociais de mundo (o marxista italiano diria: concepções de mundo) constituem-se a partir de interpretações unitárias e internamente coerentes da realidade objetiva capazes de apreender determinações postas por ela, e a partir daí servir de base a programas eficazes de intervenção – o que significa que se podem, por um lado, apreender determinações fundamentais do real, podem também distorcer, ocultar e mistificar alguns de seus aspectos fundamentais, desde que isto não

influíram na síntese histórica da EDP fomos obrigados a percorrer um largo caminho que remonta à história da luta de classes no século XX. Isto por si mesmo já revela as limitações de nosso trabalho, que, ao passo que tateou esta história desde uma visão panorâmica, sem dúvidas terminou por abandonar inúmeros elementos sobre os quais não fomos capazes de discorrer, seja por tempo de pesquisa ou por qualquer outra razão. Esperamos que isto não tenha condenado por completo nosso trabalho e que, ao fim, sejamos capazes de sistematizar um enquadramento da história da luta de classes no Brasil, entendendo-a enquanto uma unidade, que em sua aparência desagregada teve por elo de continuidade a perspectiva de uma superação do capitalismo através de uma estratégia democrática, sendo esta mesma estratégia extensão – com autonomia – das sínteses históricas produzidas pelos revolucionários a nível mundial.

Assim, na perspectiva da produção deste inventário – obrigatoriamente coletivo – imerso nas limitações que nos acometem, trata-se de adentrar uma vez mais, e quantas vezes forem necessárias, em nossa trajetória enquanto classe trabalhadora. Nada daquilo que nos pertence enquanto história do movimento operário deve ser estranho. Para nós, todas as nossas derrotas, todas as nossas dores, todas as nossas conquistas, fusões e pulverizações enquanto classe; todos os detalhes nos importam, devendo-se revisitar e acender debates tomados como superados ou mesmo tomados como incontestáveis, formuladores engolidos pelas traças devem ser ressuscitados e as autoridades absolutas devem novamente serem indagadas; deve-se vasculhar cada esquina de nossa trajetória, para saber em qual delas nos perdemos.

Nossa postura frente a estas incontáveis derrotas que a classe trabalhadora sofrera em seu percurso histórico remonta às últimas linhas de Rosa Luxemburgo, que diante de um momento catastrófico do movimento operário alemão, tece as seguintes conclusões:

O quê é que nos mostra senão toda a história das revoluções modernas e do socialismo? O primeiro facho que iluminou a luta de classes na Europa foi a insurreição dos sedeiros de Lyon em 1831, que terminou com uma flagrante derrota. O movimento dos Cartistas na Inglaterra concluiu também com uma derrota. O levantamento do proletariado em Paris, durante as jornadas de 1848, desembocou igualmente numa esmagadora derrota. E a Comuna de Paris teve semelhante desenlace... Todo o caminho do

inviabilize sua eficácia (o que conduz ao problema da ideologia, cuja abordagem constituirá momento, ainda que acessório, da pesquisa, já que está indubitavelmente posto pela própria natureza do objeto da investigação)” (NEVES, 2013, p. 51-52).

socialismo está efetivamente asfaltado de derrotas, apesar do qual vemos que a história do mesmo avança inexoravelmente, passo a passo, para a vitória que há de ser definitiva. Onde estaríamos hoje sem estas "derrotas" das que tiramos a experiência histórica que nos permite reconhecer a realidade das coisas em toda a sua dimensão? Na atualidade, quando temos conseguido chegar já ao limiar da batalha final, é precisamente quando melhor podemos reconhecer que é sobre todas essas "derrotas" sobre as que nós ficamos em pé. Não podemos prescindir de nenhuma delas, porque cada uma das mesmas faz parte da nossa força atual (LUXEMBURGO [1919] 2020)¹³.

Neste sentido, é preciso que desde já seja dito que ao resgatar a história da EDN e EDP, tomando-as em sua unidade contraditória, perpassando pelos corredores históricos da formação e desenvolvimento prático do Partido Comunista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores, tomaremos esta como nossa história, haja vista que nos entendemos genericamente vinculados a estes. A história da luta dos trabalhadores em suas estratégias correspondentes, é a história de uma classe que com as ferramentas que possuía ousou subverter as famélicas estruturas da sociedade moderna. Por isto, o direcionamento dado por Gramsci, onde o inventário nada mais é do que um 'conhece-te a ti mesmo', é adotado como princípio em nossa pesquisa.

Dito isto, por fim, o fechamento do poema de Brecht é o início de nossos trabalhos:

Daquilo que dissemos, o que agora é falso:
Tudo ou alguma coisa?
Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora
Da corrente viva? Ficaremos para trás
Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?
Isto você pergunta. Não espere
Nenhuma resposta senão a sua.

13 Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1919/01/ordem.htm>> Acessado em 13 de setembro de 2020.

CAPÍTULO I

1.1 A morte de uma estrela

“Para nós, este é um governo Democrático e Popular. Não da forma idealizada como querem alguns, mas com as concessões necessárias para uma ampla aliança. O PDP deu nisso. Nesse sentido, nossas organizações foram vitoriosas quanto ao que se propuseram. Nós contribuimos com este processo, no entanto hoje percebemos que esta estratégia não leva ao Socialismo, ao contrário, transforma as organizações da classe em colaboradores da expansão e acumulação do capital. O que se apresenta como uma vitória para nossas organizações, na perspectiva da luta de classe, é uma derrota.”¹⁴

Dentre os diferentes aspectos apontados na introdução deste trabalho, a fim de começar a organizar analiticamente a caoticidade aparente da conjuntura, gostaríamos de resgatar um de seus aspectos como ponto de partida de nosso trabalho: as sucessivas reapresentações da estratégia democrático-popular. Constatamos que o movimento operário brasileiro encontra-se em uma profunda crise que permeia todas as frentes de atuação da classe trabalhadora no Brasil (política, organizativa e filosófica); esta crise, que envolve a todos, encontra sua expressão mais evidente na organização que protagonizou todos os embates da classe trabalhadora nos últimos 40 anos, o Partido dos Trabalhadores.

No interior deste cenário, um conjunto de formulações têm sido produzidas para tentar captar o sentido geral deste momento histórico, combinando isto com a análise do caminho percorrido pelo PT até os dias atuais. Estas críticas possuem um piso sólido, pois partem de uma percepção de que o PT mudou, e mudou muito desde sua formação no início da década de 1980: como se vê, o PT que assumiu o Governo Federal em 2002 em nada se assemelha ao PT que se negava fazer coligações nas eleições de 1982; o partido que saiu do governo estiolado pela burguesia em 2016 – contando com o apoio de parte dos próprios trabalhadores - é nitidamente diferente do partido que congregou em torno de si a esperança de toda

14 “Carta de saída de nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas”, divulgada em 2011.

classe trabalhadora no Brasil. O Lula da frase “É hora da onça beber água!”¹⁵ já não é mais o mesmo. Esta metamorfose é sentida por todos - não petistas e petistas -, e a tentativa de avaliar criticamente o que aconteceu é igualmente partilhada por muitos. Mesmo as proposições críticas ao PT existindo desde muito tempo, em função do acirramento de nossa situação, tem sido cada vez mais comum ouvirmos críticas ao PT acompanhadas de pronunciamentos de “morte da esquerda”, relatos sobre a imobilidade da esquerda como um todo, etc.¹⁶ Neste movimento, embora com exceções importantes, é recorrente encontrarmos no núcleo estruturante destas concepções, sínteses que poderiam ser expressas através das seguintes noções: abandono ou rebaixamento do projeto inicial, traição, ou ainda, uma negação da própria história do partido, como um velamento do próprio passado. Ao que nos parece, esta crise vivida pela classe trabalhadora e por suas organizações se traduz – para além de um debate teórico - também em uma pulverização prática, onde inúmeras forças buscam uma superação da condição à qual nos encontramos. Acreditamos que, no curso dessas fragmentações, existam tentativas genuínas de compreender criticamente a história do último ciclo, em uma perspectiva de reposição do futuro socialista como possibilidade. Um marco importante deu-se, por exemplo, com a fundação do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL. Este partido nasceu após uma tensão vivida no interior do PT, quando no contexto da aprovação

15 Esta frase foi proferida por Lula em 1980 pouco depois do assassinato de um dirigente petista local – Wilson de Souza Pinheiro - em uma assembleia sindical de trabalhadores rurais no Acre. Após o retorno de Lula à São Paulo, este se inteirou da notícia de que os trabalhadores haviam matado o assassino do ex-dirigente petista. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/10/ditado-popular-levou-lula-pela-primeira-vez-ao-tribunal-ha-36-anos.htm>>

16 A título de exemplo, em fevereiro deste ano, Vladimir Safatle publicou um artigo que aparentemente teve boa aceitação, segue um trecho para elucidar sua posição: “Talvez seja o caso de insistir neste ponto porque, como dizia Maquiavel, o povo prefere um governo ruim a governo nenhum. Não são as qualidades do Governo **Bolsonaro** que dão a ele certa adesão popular. É o vazio, é o fato de não haver nenhuma outra alternativa realmente crível neste momento. E a razão disso é simples: a esquerda brasileira morreu, ela tocou seu limite e demonstrou não ser capaz de ultrapassá-lo. Isso vale tanto para partidos, sindicatos quanto para a classe intelectual (na qual me incluo). Nossas ações até agora não se demonstraram à altura dos desafios efetivos. O melhor a fazer seria começar a se perguntar pela razão de tal situação” (SAFATLE, 2020). Numa outra direção, constatando um fato real, a impossibilidade momentânea da esquerda revolucionária incidir decisivamente na realidade nacional – tragicamente no exato momento em que as fissuras do governo Bolsonaro começam a surgir -, Edemilson Paraná conclui com a seguinte sistematização: “Vale certamente também para o campo progressista, que, não fosse sua total desarticulação, incapacidade e desarme político, intelectual e organizativo teria nas mãos agora uma boa oportunidade para explorar as rachaduras que finalmente – por certo grau de contingência – comecem a aparecer na mencionada frente ampla que sustenta o programa hegemônico da burguesia brasileira. A má notícia é que, nesse particular, algo segue, infelizmente, como antes: as esquerdas foram e continuam sendo basicamente espectadoras nessas disputas e reacomodações. Já passou da hora de tomar a iniciativa, em todos os aspectos possíveis; mas muito pouco indica que isso ocorrerá” (PARANA, 2020).

da Reforma da Previdência, capitaneada pelo próprio Partido dos Trabalhadores em 2003, alguns militantes se negaram votar em conformidade a orientação partidária: João Fontes, João Batista Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena foram os nomes que figuraram em tal episódio; isto se constituiu em um acontecimento político que assumiu força suficiente para articular os mais variados sujeitos que não mais sentiam-se cômodos em seu berço, dando fôlego e permitindo o nascimento de um novo partido no cenário brasileiro, que reunira ao seu redor quadros importantes na história do PT, dentre eles, Luíza Erundina, Plínio de Arruda Sampaio, Chico de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, etc.¹⁷ Contudo, embora imerso em um movimento de inclinação crítica à experiência pretérita, pode-se perceber, em um documento de seu 1º Congresso em 2007, com maior clareza o sentido geral da crítica feita à experiência petista e algumas das razões essenciais que erigiram o novo partido:

18 - em verdade a desorientação estratégica que marcou o período recente deve-se em boa medida ao abandono do Programa Democrático Popular (PDP) - instrumento que o PSOL assume como o mais adequado para a atual situação da luta de classes no país. O abandono do programa serviu como desmobilizador e constituiu-se num retrocesso político enorme (...) 19 - O PDP não implanta o socialismo, mas abre espaço e amplia as condições para melhor acolhê-lo do ponto de vista político, ideológico, organizativo, econômico e social. É um programa encorajado pela pré-disposição popular de lutar contra o capitalismo em seu estágio avançado - imperialista; por negar o monopólio, o latifúndio e confrontar a financeirização globalizada (...)
(...) No quadro do capitalismo brasileiro, o fato da classe dominante não responder às demandas nacionais e ainda se associar à ordem do capital para movimentos que operam no sentido da desconstrução da nação,

¹⁷ Acompanhando o descritor de Juliano Medeiros, atual presidente do PSOL, podemos ter uma dimensão das condições em que se deram o nascimento desta jovem organização: “pela primeira vez o PT defendia a retirada de direitos dos trabalhadores. A reforma da previdência abriu uma crise entre o governo e parte do movimento sindical brasileiro. Os servidores públicos, históricos eleitores do PT, se converteriam a partir daí em base do eleitorado da oposição. No âmbito do partido, a bancada mostrava-se rebelde. A oposição interna gerou uma dissidência pública. Parte dos parlamentares petistas votou contra a reforma da previdência, sendo expulsa em seguida; outra parte se absteve, sofrendo uma série de sanções internas. Mesmo diante da saraivada de críticas, o governo conseguiu aprovar, na noite do dia 11 de novembro de 2003, a famigerada reforma da previdência, que entre outras medidas aprovou a taxaço dos servidores públicos inativos e o aumento da idade mínima para a aposentadoria. Era a primeira vez na história política brasileira que o PT capitaneava um ataque aos direitos dos trabalhadores. Naquela noite, o partido assinou sua primeira certidão de óbito como alternativa para a transformação social. Ali morria, simbolicamente, o PT nascido no Colégio Sion, em 1980. Apesar do engajamento de toda a chamada “esquerda petista” em sua defesa, os parlamentares dissidentes foram expulsos do partido em 2004. O grupo era formado pelos deputados João Fontes, Babá e Luciana Genro e pela senadora Heloísa Helena. Junto com eles saíram outras lideranças petistas de peso, como o jornalista e ex-deputado Milton Temer, o filósofo Leandro Konder e o sociólogo Francisco de Oliveira, dentre outros. No mesmo ano surge o Movimento por uma Esquerda Democrática, embrião de um novo partido político. Deste movimento participavam, além de lideranças egressas do PT, dirigentes oriundos do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e lideranças do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL). Esse grupo daria origem, em julho de 2004, ao o PSOL” (MEDEIROS, 2017).

coloca 'para as classes subalternas as tarefas históricas nacionais e democráticas não cumpridas pela burguesia.'
(...) Desde já indicamos nosso entendimento de que nenhum projeto revolucionário se sustenta apenas em sua dimensão classista. A própria luta de classes não se manifesta como tal. Daí a importância do global, nacional e local. Nestes termos, outros elementos crescem de importância em nossa estratégia: dentre eles, o ecológico, gênero, raça, religião, orientação sexual, além da centralidade da questão nacional (...)¹⁸

Pode-se perceber que o eixo de sua crítica possui uma palavra-chave, que erige todas as demais formulações: **abandono**. Vê-se que mesmo no interior de uma ruptura abrupta que originara o nascimento de outro partido, há um elemento de permanência, onde a crítica ao PT, ou o atestado de morte deste, diz respeito mais à sua forma que propriamente a seu conteúdo, abandonado.

Da mesma forma, com o mesmo significante, Frei Betto, que ninguém duvida de sua relação orgânica com o PT, faz coro às teses do abandono. Vejamos como isto aparece em uma entrevista concedida por este:

Quando percebeu que o PT abandonou seu projeto inicial? Isso desaparece na campanha de 2002, quando o PT faz a opção de assegurar a governabilidade pelo mercado e pelo Congresso – daí as alianças e a “Carta aos Brasileiros”, que na verdade é a “carta aos banqueiros”. Ali, o PT abandona sua matéria-prima, que são os movimentos sociais pelos quais deveria ter assegurado a governabilidade, como fez Evo Morales na Bolívia, que não tinha apoio no congresso, se apoiou nos movimentos sociais e, através deles, conseguiu mudar o perfil do congresso. Hoje, ele tem apoio dos dois, é o presidente mais consolidado de toda essa safra progressista. O PT optou pelo mercado e pelo Congresso. Agora, está refém dos dois e pagando um preço muito alto. Tanto que chamou um homem do mercado para ver se melhora a economia e entregou a parte política para o PMDB (BETTO *apud* MOTTA, 2016, p.88).

O mesmo pode ser lido na fundação de outra organização, que se hoje já não figura como um ator expressivo na conjuntura, outrora angariou as expectativas de muitos; trata-se da Consulta Popular que fora constituída – tal como o PSOL - desde a perspectiva de superação da experiência petista, “não só porque o PT se transformara num partido eleitoral, mas também pelas consequências que essa transformação causou em sua forma organizativa” (CARTA, 2011). Ricardo Gebrim, então dirigente nacional desta organização, em uma entrevista prestada ao jornal Brasil de Fato em 2010, diz:

Ao longo de seu processo de construção, o PT aprovou em 1986 o

18 Passagem disponível na apostila de estudos do curso *História do Movimento Operário no Brasil*, fornecido pelo NEP-13 de Maio.

chamado “Programa Democrático Popular”. Segue sendo um programa extremamente atual que enfrenta os principais problemas estruturais de nosso país. Ainda que alguns setores não gostem do nome, todas as principais forças populares sustentam o mesmo programa porque nossos problemas permanecem os mesmos. Porém, esse não foi o programa adotado no governo Lula. O programa implementado pelo governo rebaixa completamente aquele programa histórico (GEBRIM, 2010).

Neste caso, a palavra nuclear da exposição é **rebaixamento**. Qual o sentido por detrás destas formulações? Que estas organizações estão projetando para si aquilo que supõem ter existido enquanto possibilidade na experiência petista, isto é, aventam um outro desfecho que não o vivenciado, avaliado em termos quase moralizantes a história, recaindo desta forma numa idealização do próprio movimento contido na estratégia por eles defendida. Ao fim ao cabo, ao que parece, ambas as posições, rebaixamento e abandono, ao validar seu conteúdo, repreendem o PT por não ter sido suficientemente petista, e enquanto dissidências fiéis aos princípios democrático-populares alistam-se como os executores mais autênticos desta estratégia supostamente abandonada. É neste preciso sentido que as advertências levantadas caminham lado a lado das acusações de traição, que divide semanticamente a mesma cadeia de significantes.

Este enquadramento parece ter adentrado as avaliações de intelectuais importantes para a ciência política latino-americana. É o caso, por exemplo, de Atilio Borón, que procurando captar os lineamentos gerais das experiências populares na América Latina, responde, no caso específico do Brasil, com a seguinte exposição:

Outra forma, ainda mais perigosa, é a dos partidos populares que tem base social bastante firme, mas renunciam a exercer o poder. Estou pensando, fundamental porém não exclusivo, no caso do Brasil. Trata-se de um caso muito complexo para ser analisado brevemente, mas digamos o seguinte: no Brasil houve uma situação, em 2002, em que uma amplíssima maioria da população repudiou a continuidade neoliberal, José Serra, que obteve apenas 27% dos votos no primeiro turno das eleições. O restante dos candidatos somados – entre eles muitos que denunciavam explicitamente o neoliberalismo, a globalização neoliberal, o Consenso de Washington e todos os mecanismos de opressão e exploração – alcançou 73% dos votos. Nesse contexto, criou-se no Brasil uma situação extraordinariamente favorável para dar início a um processo de profundas transformações. Mas no mesmo momento houve também uma lamentável abdicação. O Brasil é um país que poderia ter tentado um caminho diferente ao transitado até hoje, com resultados tão pobres (BORÓN, 2011, p. 99).

Rebaixamento, abandono ou traição agora expressou-se através do vocábulo abdicação, mantendo o mesmo sentido geral e, por isto, possuindo completa

identidade. De forma similar, um conjunto de críticas à experiência política do último período ocorre no interior do próprio Partido dos Trabalhadores. Se tomarmos, por exemplo, uma exposição de Ademário Costa em 2011 (à época, secretário de finanças do PT-Bahia e atual presidente do PT em Salvador), podemos perceber que o núcleo não é exatamente uma crítica, mas uma defesa do feito até o momento - ainda que advertindo seus limites mais evidentes. Em sua exposição há uma intenção de justificar o caminho contencioso trilhado pelo partido, validando em última instância a estratégia que os conduziram; contudo, após a realização desta etapa necessária (apresentada como a realização de um conjunto de tarefas abandonadas pela burguesia brasileira) julga possível e necessária uma reconversão do partido para um outro curso, agora não mais conciliador, que retome o programa democrático e popular, flexibilizado em função das necessidades. Tem-se aqui a manifestação de uma outra ponta do mesmo fenômeno: a conjectura de uma guinada à esquerda por parte do PT:

[...] foi necessário que o PT, nascido das lutas de enfrentamento aos patrões, chegasse ao governo para estabilizar um processo de desenvolvimento com inclusão social em um regime democrático burguês. Estamos cumprindo um série de tarefas de organização do estado, típica das revoluções burguesas clássicas na Europa e na América do Norte. Para isso, optamos por construir um governo de colaboração de classes [...] Os interesses entre burgueses e proletários são de natureza contraditória e conflituosa, sabemos que a atual conjuntura nos permite navegar pela trilha da chamada concertação, mas não é possível continuar conciliando indefinidamente os interesses antagônicos das classes sociais [...] Os socialistas devem se submeter a um constante preparo para serem capazes de colaborar com a classe trabalhadora no seu processo de reencontro com as mobilizações sociais. São tarefas deste preparo: exercitar constantemente disputa política e ideológica, colocar na ordem do dia o programa democrático popular, estimular as lutas sociais de massa, disputar o PT e fortalecer as organizações da esquerda socialista (COSTA, 2011)¹⁹.

Mais recentemente, em ocasião dos debates pré congressuais do PT em 2019, a mesma ideia volta a ser vocalizada, agora através de Camila Moreno (membro da Diretório Nacional do Partido) e Alfredo Santos Júnior (Diretor de Imprensa do Sindiquímica e Secretário de Administração e Finanças da CUT-BA). Ambos reconhecem que a conciliação de classes, embora negativa, brindou incontáveis avanços para o desenvolvimento do país, e constituía parte da

19 <https://bahiaja.com.br/politica/noticia/2011/06/29/conquistas-do-pt-devem-ser-politicas-de-estado-por-ademario-costa,37937,0.html>

realização da estratégia projetada; contudo, em virtude do necessário balanço que o golpe de 2016 impôs à todos, ambos dirigentes censuram o partido por ter abandonado um de seus aspectos chave para condução do projeto democrático e popular, a mobilização de massas e a realização das reformas estruturais. De certa forma, as colocações feitas por ambos credenciam o conteúdo estratégico do partido, apenas condenando as ilusões que o período de conciliação alimentou no seio de sua organização, reivindicando, portanto, que a saída seja à esquerda, e isto, nada mais seria que a retomada do objetivo socialista posto em marcha através do mesmo projeto democrático e popular²⁰. Se por um lado cada vez mais os militantes do PT tensionam em seu interior debates que apontam para uma crítica de suas posições, indicando uma perspectiva de renovação, ou mesmo um reencontro com sua história combativa – ainda que do ponto de vista prático isto não tem se convertido em nenhum redirecionamento na linha política do partido –, de nenhuma forma esta conduta fica encerrada em suas próprias fileiras. Desde 2014 não foram poucos os que compravam e vendiam a expectativa da chamada ‘guinada à esquerda’ por parte do PT, foi recorrente ouvirmos nos diferentes espaços pessoas afirmando que era a hora de uma - tão esperada - autocrítica do PT, para a partir disto, concedido o perdão, colocar novamente os bois na frente do carro, ou seja, atuar na direção ‘correta’ novamente. O problema é que esta chamada ‘guinada à esquerda’ seria a defesa daquilo que produziu o PT, em última instância, sua estratégia. Neste sentido, estamos de acordo com as colocações de Fábio Luís

20 “Foi graças a esses programas que o país experimentou, pela primeira vez em sua história, crescimento econômico aliado à distribuição de renda. Foi também graças a eles que os trabalhadores conquistaram sucessivos aumentos reais de salário e renda, que foi possível acabar com a miséria e a fome que assolavam o país, assim como também foi possível que bancos e indústrias tenham experimentado crescimento e lucratividade acima de qualquer expectativa. Era o apogeu econômico promovido por Lula. Diante de tamanho sucesso econômico e social, fortaleceu-se uma ideia de que era possível e desejável uma eterna conciliação de interesses que combinassem o aumento do poder de compra e crédito dos pobres o aumento do lucro dos ricos. Diante desse cenário extremamente positivo, os governos petistas pouco avançaram nas reformas de base e não enfrentaram a base da infraestrutura social do país. [...] Aquela gigantesca base social que mobilizamos no segundo turno das eleições de 2018 precisam vir para o PT, viver o PT, construir o PT, ter espaço no PT. Nossas sedes precisam estar nas periferias, nosso trabalho de base não pode acontecer somente no período eleitoral. Aquela multidão que lotava as plenárias de candidatos petistas precisam também ir para as ruas contra os retrocessos. É inadmissível que petistas tergiversem sobre a Reforma da Previdência, o Pacote do Moro ou sobre a gravidade do retrocesso no campo da educação. É essencial que nossos governadores, prefeitos e parlamentares compreendam que precisam ser mais que bons gestores das instituições burguesas. É necessário todos os petistas ocupem governos para disputar a ideologia social e se contrapor ao projeto entreguista e ultraconservador que assumiu o governo federal” (MORENO, C. SANTOS Jr., A. 2019) Disponível em: <<https://pt.org.br/a-saida-e-pela-esquerda-por-um-pt-com-projeto-estrategico-socialista/>>.

Barbosa dos Santos, quando este afirma que o PT é irreformável, desmistificando qualquer ilusão de sua guinada à esquerda:

Destacar a responsabilidade do PT pela crise atual é fundamental para dissociar o partido e a esquerda brasileira, assentando as bases de uma nova etapa. É preciso esclarecer que o PT não será parte desta reconstrução, a não ser de forma residual. O partido esgotou seu papel histórico e é irreformável. O PT subsistirá como uma caricatura de si mesmo, como ocorre com a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) peruano ou com o peronismo Argentino. E é provável que o PT seja cada vez mais dependente de seu líder, caso ele sobreviva politicamente. [...] O PT está de tal modo enredado nas teias da política convencional que, se fosse uma casa, o arquiteto desafiado a reformá-la optaria por derrubá-la e fazer uma nova. [...] (DOS SANTOS, 2016, p. 38).

Por fim, uma das costumeiras avaliações feitas sobre o último período opera na direção da negação generalizada da história do próprio partido. Isto está expresso cotidianamente de diferentes maneiras, mas em geral, costuma exprimir o seguinte sentido: o PT nunca em sua história teria se proposto construir o socialismo no Brasil. Se tomarmos o discurso de Lula momentos antes de sua prisão em 2018, uma de suas frases entra para a história reafirmando o conteúdo que aqui expomos: “[...] Se eu não acreditasse na Justiça, eu não tinha feito um partido político. Eu tinha proposto uma revolução neste país.” [acreditamos que este referenciava uma revolução socialista e não uma revolução em abstrato]. Esta é sem dúvida uma afirmação que para aqueles que alimentam ilusões com o PT pode ser muito pedagógica, contudo, ela expressa apenas uma manifestação do fenômeno, apenas sua expressão imediata. Acreditamos que esta exposição descreve apenas o que o PT se converteu - parece usual ao próprio partido negar seu caminho, visto o que ele é hoje – e não corresponde a verdade quando confrontada com a história; basta referenciar uma breve passagem do Diretório Nacional do partido após a realização de seu Vº Encontro Nacional em 1988, que a declaração de Lula (verdadeira para o momento atual) perca qualquer validade científica²¹:

O V Encontro Nacional é um marco na história da construção do PT como partido de classe e de massas, democrático e **socialista**. Além de apreciar corretamente a conjuntura política e lançar a candidatura de Lula à Presidência da República, aprovou o programa democrático popular, precisou nosso objetivo estratégico – **o socialismo** –, sublinhou a necessidade de uma política de alianças, definiu o momento como sendo de acúmulo de forças [...] (DN-PT, *apud* GADOTTI, p. 131).

Em geral estas sínteses pouco ou nada contribuem para explicar o

21 Aqui trata-se de uma aproximação sumária ainda ao objeto, no capítulo IV iremos abordar de modo mais detido qual a qualidade do socialismo petista.

desenvolvimento histórico que engendrou a crise em que a classe trabalhadora brasileira vive atualmente. Exatamente por isto pareceu-nos importante expor, ainda que genericamente, como esta visão de mundo está generalizada através das mais diferentes manifestações. Partimos da constatação de que a Estratégia Democrático-Popular segue viva, figurando no imaginário e na ação concreta da esquerda cotidianamente. Com maior ou menor radicalidade, mais ou menos nítida, ela está aí, se objetivando como referência para conduzir as diferentes lutas que o período histórico impõe. Desta forma, não estamos autorizados a subestimar a profundidade das marcas deixadas pela estratégia deixadas em nós, se lembrarmos a já citada passagem de Gramsci: “*ela deixou vestígios consolidados na filosofia popular*”. Contudo, diariamente esta mesma filosofia que nos impulsiona dá sinais cada vez mais evidentes de sua falência, do contrário, não nos permitiríamos o benefício da dúvida.

No interior destas diferentes tentativas de arquitetar um novo mundo em meio às ruínas deste, acreditamos que de modo geral estas críticas antes apontadas – rebaixamento, abandono, traição – não têm acessado o cerne da questão. Elas sucumbem aos ditames da aparência, blindando aquilo que erigiu o objeto por nós a ser analisado; não que as aparências em si sejam falsas, ao contrário, são críticas que tocam diferentes esferas do real: não nos restam dúvidas sobre as afirmações da existência de traição de classe por parte de diversas direções do PT, não diminuimos o fato de que no auge de sua decadência, a história petista esteja gravada por parasitismo, oportunismos de toda forma, etc. Estamos de acordo com estes apontamentos, contudo, interromper a crítica exclusivamente nestes pontos, permite repor o passado como horizonte, uma vez que a aparência do fenômeno, analisada de modo ensimesmado, é incapaz de captar as determinações que o produziu.

Estas reinscrições estratégicas possuem um elo comum, exatamente no fato de que todas elas tomam a experiência do governo do PT como um impropério à estratégia, isto é, supõe um outro caminho possível para a estratégia que orientou as ações petistas, afirmam um descaminho e, em meio às nossas insuficiências (traço geral de nossa crise), afirmam a Estratégia Democrático-Popular como instrumento de lutas capaz de emplacar a revolução brasileira. Assim, tal como nos informa Lefebvre, estas críticas não são realmente críticas, são no máximo descritores da aparência imediata do real, que se por um lado compõem parte

constituente deste, por outro são reflexos de determinações essenciais, as quais não podemos captar sem dissecar as diferentes partes do fenômeno:

Abordamos os seres determinados mediante uma de suas manifestações. Para nós, e na ordem do conhecimento, temos aí o conhecimento imediato. O conhecimento (a razão que quer conhecer) não pode parar nesse imediato (nas sensações, nas primeiras impressões), com o qual se satisfaz frequentemente o senso comum. Deve ir mais longe, na convicção de que, por detrás do imediato, há uma outra coisa que, ao mesmo tempo, se *dissimula e se expressa* nesse imediato; o que é imediato é apenas a constatação (ainda insuficiente e abstrata, nesse sentido) da existência da coisa; e que nós atingiremos “algo” mais real: o próprio ser, sua “essência” (LEFEBVRE, 1975, p.216).

De tal forma que a maioria das ‘críticas’ feitas à experiência da classe trabalhadora neste último ciclo pensam ser o ponto de chegada, quando na verdade, são pontos de partida da análise concreta. É exatamente por esta razão que tomamos estas várias manifestações como nosso marco inicial, pois, trata-se de perceber que se queremos uma superação real da impotência que nos traga, precisamos de uma posição que incorpore **negando** a experiência pretérita. De acordo com Lefebvre, a superação filosófica, nos marcos de uma lógica dialética, significa:

A verdadeira superação é obtida não através de uma amortização das diferenças (entre as doutrinas e as idéias), mas, ao contrário, *aguçando* essas diferenças. Quando uma tese tem razão *em certo sentido*, e notadamente em sua crítica da outra tese, isso não anula o fato de que cada tese, até mesmo no que tem de positivo, permanece *unilateral*. Se nos contentássemos em misturar as teses em presença, tomando um pouco de uma e um pouco de outra, permaneceríamos no plano da unilateralidade; não aprofundaríamos o problema; não reapreenderíamos, para levá-lo a um grau superior, o *movimento* profundo que se dividiu nas duas posições contraditórias. Ora, se há superação possível, essa só pode nascer a partir desse movimento mais profundo.

[...] Na superação, o que é superado é abolido, suprimido - *num certo sentido*. Não obstante, *em outro sentido*, o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do ‘resultado’ superior; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado através da sua negação (LEFEBVRE, 1975. p. 230).

Se por um lado afirmamos que a Estratégia Democrático-Popular está viva, uma vez que esta ainda é capaz de absorver e dirigir a energia de todo um campo que se move contra o estado de coisas vigente, por outro, acreditamos que esta está morta como alternativa consequente para orientar de maneira radical as lutas

que a classe trabalhadora precisa empreender para realizar a potencial revolução socialista no Brasil. Assim, as diferentes formas como a EDP retorna nada mais são do que espasmos de uma sobrevida daquilo que já encontra-se em processo de putrefação há algum tempo.

Com isto, de forma alguma estamos dizendo que o PT está morto como ator político na conjuntura. Certamente este partido viverá por bastante tempo; uma vez imerso no lodaçal parlamentar, o PT compõe hoje - em conjunto aos mais diversos partidos da ordem - aquilo que Marx chamaria de '*excrecência parasitária*', e por isto, todos os seus movimentos enquanto organização estão orientados para sobreviver no interior do Estado, impedindo qualquer possibilidade de uma reconversão de curso. Quando afirmarmos que o PT está morto, esforçamo-nos por apontar algo mais profundo, primeiramente queremos dizer que este, após o profundo movimento de transformação vivido por este partido, em função da aplicação prática de suas ideias, tem hoje o conjunto de suas ações orientadas *contra* a classe trabalhadora²³, e, por isto, será incapaz de cristalizar em torno de si um projeto de superação do capitalismo; e ainda, em segundo lugar, trata-se de compreender que o que morre não é exatamente o PT apenas, encerra-se aqui todo um *ciclo* de lutas, finda-se a própria Estratégia Democrático-Popular enquanto alternativa histórica. Neste sentido, possuímos acordo integral com Mauro Iasi:

[...] Hoje assistimos ao processo de morte do PT, ou pelo menos a acentuação marcada de sua agonia. Isto não implica que a forma que nasceu um dia e que hoje se encontra em franco processo de deterioração não possa ainda caminhar pelo mundo por muito tempo, uma vez que é comum este tipo de zumbi na história dos partidos políticos (IASI, 2012, p. 358).

E mais precisamente, por outra formulação:

23 Esta afirmação não desconhece os(as) inúmeros militantes no interior do partido que dedicam suas energias desde a perspectiva de alavancar a superação da sociedade capitalista. Contudo, estes veem-se nulificados ao tomarmos a ação do partido como um todo. Desta forma, entendemos que o PT hoje, à semelhança da social-democracia clássica, incorreu em um movimento que poderíamos enquadrar em três fases: a) com a classe; b) pela classe; c) contra a classe. Tal como Daniel Lage no indica: "Assim, o PT realizou, por completo, a linha de transição da socialdemocracia, de uma organização nascida *da e com a classe trabalhadora*, para organização que visa atuar nas esferas de representação, e portanto age *pela classe trabalhadora*, até o processo consolidado que é *contra a classe trabalhadora*. O último desdobramento histórico da sociadocracia está, justamente, na escolha que o partido faz de, para manter a coalizão social que o levou até o governo, voltar-se contra os interesses da classe trabalhadora (sua fiel fiadora do pacto), retirando seus direitos, retrocedendo em conquistas básicas e abandonando, até mesmo, o reformismo (forte ou fraco) anteriormente defendido" (LAGE, 2019, p. 94). Assim, a despeito de alguns setores internos no partido, o Partido dos Trabalhadores é um partido da ordem como qualquer outro.

Afirmar o encerramento de um ciclo não significa necessariamente afirmar o fim de certos partidos, a ascensão de outros ou o “esgotamento” de certo padrão de desenvolvimento, estagnação econômica etc. A ideia de encerramento de um ciclo aplica-se tão somente ao encerramento das possibilidades revolucionárias contidas em tal ou qual projeto político (MARTINS *et al*, 2019, p. 52).

Com isto, morre uma estrela, e com ela toda a força propulsora que a conduziu. Esta morte é marcada pelo esgotamento de sua estratégia correlata e para nós, ao contrário do comumente afirmado, parece-nos que a morte desta estratégia pouco tem a ver com abandono, que embora envolta de traições, estas parecem ser desdobramento e não causa. Ao final desta dissertação esperamos dar mostras de que a Estratégia Democrático-Popular está esgotada exatamente por ter sido posta em prática em todas as suas dimensões. De tal forma, entendemos que a derrota histórica estava contida na própria formulação estratégica, que posta em marcha, engendrou o desfecho que agora vivemos. Pelo menos é o que nos indica Isabel Mansur:

A lógica interna desta estratégia, sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, tende a constrangê-la nos marcos da ordem burguesa. Isto nos leva a afirmar que a Estratégia Democrático e Popular foi plenamente desenvolvida nos três sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores. A expressão mais clara de seu encerramento deu-se nas manifestações de junho de 2013, ou “jornadas de junho”. A Estratégia Democrático e Popular, portanto, não foi abandonada nem traída, nem rebaixada: ela foi utilizada nas condições próprias que as suas contradições internas apontavam (MANSUR, 2018, p. 17).

Em síntese, vivemos o esgotamento do ciclo de lutas orientado pela Estratégia Democrático-Popular, e, ainda em germe, o nascimento de um novo ciclo de lutas - que tarda em nascer. Parece-nos que, se queremos entender nossa conjuntura, devemos inseri-la numa temporalidade, num período histórico, cuja característica principal é a marca de uma interseção de entre-ciclos, isto é, nossas ações estão determinadas pelas possibilidades contidas nesta condição objetiva, que é marcada pela combinação entre a falência de um ciclo e a gestação de um novo. Por isto, antes de adentrarmos particularmente no processo histórico que produziu a própria estratégia, é importante que façamos algumas considerações de fundo – em um maior nível de abstração – sobre nossa compreensão a respeito dos ciclos e entre-ciclos.

1.2 Ciclos e entre-ciclos.

Quando fazemos remissão a ciclos históricos, estamos necessariamente referindo-nos a processos de consciência de classe, de forma que marcado por fusões e serializações, as metamorfoses da consciência formatam períodos (ciclos) que congregam em seu interior formulações filosóficas unitárias e coerentes que constituem determinadas visões de mundo, sempre particulares, sendo capazes de cristalizar – em dados momentos - projeções estratégicas para a luta revolucionária. Em nosso cenário atual, a qualidade geral do momento vivido pela classe trabalhadora em sua forma de consciência é marcada por um retorno - ainda que em novos patamares - à forma alienada e ideológica, e, portanto, de constituição de um novo ser atomizado. A fim de dissecar um pouco estas afirmações, vejamos de maneira genérica algumas características centrais da questão.

Adotaremos como referência as contribuições elencadas por Mauro Luís Iasi em seu estudo sobre as metamorfoses da consciência de classe. Grosso modo, entende-se por processo de consciência de classe o movimento pelo qual as formas de consciência se manifestam no curso da produção e reprodução social da vida. Para Iasi, assim como para nós, a consciência deve ser apreendida em seu movimento, e neste, podemos compreender três momentos distintos, sendo eles: a) a 1ª forma de consciência, marcada pela alienação e ideologia²⁴; b) a 2ª forma, onde a consciência de classe se externaliza através de uma consciência *em si*²⁵; c) a 3ª

24 “O primeiro momento do movimento dialético de constituição da consciência que estudamos é o momento da determinação da forma histórica sobre as consciência particulares, momento da interiorização da objetividade que constitui um ser social particularmente determinado. A forma particular que o ser social assume, após um longo processo histórico, que coincide com a formação do modo capitalista de produção, é a forma de ‘indivíduos’. Para a consciência social desta época particular, isto implica uma certa forma de expressão daquilo que denominamos senso comum [...] Nesta situação prevalece a serialidade (Sartre, 1979), ou seja, o ser social ocupa posições na rede de relações que constituem a sociedade, mas como uma peça intercambiável e aleatória buscando seu próprio interesse individual e egoísta. Seu caráter social é dado por algo situado fora dele, no mercado, no movimento do capital como força social. É indivíduo como ser humano e só se torna social enquanto parte da engrenagem do capital. Sua generalidade se particulariza enquanto sua particularidade se universaliza” (IASI, [2006] 2012, p. 219 – 221).

25 “A tradição marxista, fazendo uso dos termos hegelianos, distinguiu tais momentos como sendo a classe (e a consciência de classe) em si (*an sich*) e para si (*fur sich*). A classe em si seria aquela que em sua finitude define-se como ser *determinado* por suas relações com as outras coisas, neste caso na relação com o capital. Neste momento, o ser da classe é determinado como ser-para-outro (*Sein-fur-Anders*), de modo que o ser que trabalha é definido pelo papel que ocupa na relação do capital como vendedor da força de trabalho, como capital constante, como produtor de valor, como mercadoria consumida no processo de trabalho ou como consumidor na circulação. A consciência que corresponde a este momento não é mais aquela que correspondia ao ser isolado como indivíduo, ainda que esta fosse também uma consciência em si no sentido que era definida na relação dada

forma, qualitativamente enquadrada enquanto consciência de classe *para si*²⁶. Há de se destacar que as três manifestações da consciência da classe se interpelam em um movimento contraditório de afirmação e negação, onde estas se determinam mutuamente, se conectam em uma unidade contraditória. Desta forma não existiria “o” momento da “verdadeira” consciência de classe, todas as três instâncias correspondem ao ser da classe em suas diferentes feições e, não parece haver nada que indique que no primeiro momento já não contenha aspectos do terceiro, ou que no momento *para si* não sobrem vestígios de uma consciência alienada e estranha. Como nos assevera Iasi: “[...] cada um desses momentos é constitutivo do movimento de entificação da classe como classe e, por isso mesmo, é, em cada momento, o ser da classe” (IASI [2006] 2012, p.321). Estes 3 momentos, que como veremos apresentam características particulares, não expressam sob nenhum aspecto uma padronização a-histórica, ou uma teleologia linear e ascensional que se dirige necessariamente a 3ª forma.

Como o movimento dialético não é apenas a passagem de um momento a outro, mas o processo no interior do qual um aspecto se transforma em seu contrário – o que só é possível porque, além da unidade, existe uma identidade destes contrários -, não podemos imaginar uma linear e simples passagem do ser da classe em si para o ser da classe para si. O momento da fusão da classe é aquele em que o ser se encontra como ser-em-e-para-si (*Anundfursicsein*), uma vez que a consciência de ser em si é condição para a consciência para si (IASI, [2006] 2012, p.323).

Não acreditamos que exista de maneira inata, ou que muito menos que haja uma manifestação pré estabelecida da consciência de classe, no sentido de que haveria uma ‘consciência proletária’ e uma ‘consciência burguesa’ cujos traços seriam tipos ideais que devemos negar e/ou alcançar; do mesmo modo, não nos parece correto apresentar a consciência de classe como algo próprio de pequenos

com o outro. A diferença é que agora é uma consciência do que somos enquanto conjunto e o que nos distingue dos outros seres; somos aqueles que vendem a força de trabalho ou aqueles que só tem a força de trabalho para vender e, neste sentido, nos distinguimos daqueles que podem vender o produto do seu trabalho ou de outros que podem comprar força de trabalho. Ora, mas na medida em que se abre a possibilidade de ver a si mesmo como ser distinto para os outros, é possível se ver como tal para si (*fur sich*)” (IASI, [2006] 2012, p.321 – itálico do autor).

26 “A classe para si, e a consciência correspondente, é aquela que, além de *ser* uma classe do capital, pode *ser reconhecida* como uma classe do capital. Uma coisa é ser uma classe que vende a força de trabalho e que produz valor, outra é se reconhecer como tal; porém não é apenas esta ‘autoconsciência’ que está na mira de Marx quando capta o conceito de Hegel, mas a possibilidade ou potencialidade de ação. Uma vez que sabe para si mesmo que vende a força de trabalho e produz valor, o ser para si pode interromper o processo de valorização. Não é por acaso que a greve está na base desta passagem do ser em si em direção ao ser para si em uma posição de centralidade que corresponde à centralidade mesma da produção de valor na sociabilidade do capital [...]” (IASI, [2006] 2012, p. 322).

grupos que devem iluminar os diferentes setores do proletariado que, neste caso, não possuiriam consciência²⁷. As formas pelas quais a consciência transita serão sempre resultados das determinações materiais vividas pelo ser social mediadas fundamentalmente pela luta entre as classes, nunca se repetindo, embora obedecendo determinadas características.

Nesse sentido, procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. **Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomado, aparentemente, as formas que abandonou**” (IASI, 2011, p. 12 – grifo nosso).

A consciência social de um tempo assumirá uma forma genérica em conformidade com as características materiais que a determinam. Isto numa sociedade cindida em classes assume, numa primeira aproximação, a forma de consciência da classe dominante. Não apenas porque essa nos bombardeia incessantemente com seus valores²⁸, e sim porque as relações sociais de produção possuem no centro de sua lógica uma estrutura organizativa de produtores privados de mercadorias, que neste fazer histórico terminam por se alienar da natureza, de si mesmo e de sua espécie²⁹. Será esta a base real que constituirá a primeira forma

27 Mauro Iasi em seu trabalho *As Metamorfoses da Consciência de Classes - o PT da negação ao consentimento* dedica parte de suas reflexões em refutar as diferentes vertentes que tomam a consciência como algo inato ou inexistente. Apenas por referência, é válido destacar o caso de Jacob Gorender – que a despeito de suas contribuições, muitas delas adotadas por esta dissertação -, que no interior de suas formulações conclui que o proletariado seria “ontologicamente reformista”, isto é, não reúne condições de autonomamente se alçar enquanto sujeito revolucionário.

28 Ainda na discussão do ser e não ser da consciência, Iasi, em debate aberto com as conclusões de Althusser, problematiza suas posições: “Conceber a reprodução ideológica das relações sociais como simples transmissão de certos valores, por assimilação, repetição ou pelo fato de serem os mais difundidos e encontrados, pode gerar a ilusão de que mudar uma forma de consciência exige apenas que se coloque as “ideias certas” no lugar das ilusões ideológicas, ou, para usar os termos de Althusser, que “desembrulhemos” os saberes de seu envoltório ideológico, ou ainda mudemos as instituições, coisa que o próprio Althusser, corretamente, não guarda nenhuma ilusão. Ao passo que, concebendo a consciência como forma ideal, portanto valorativa, das relações concretas existentes, nos coloca diante da tarefa de mudar as relações, ou entender a dinâmica de seu movimento contraditório nas contradições que se expressam na consciência em movimento”. (IASI, 2014. p. 119)

29 “A alienação, então, é um processo de desumanização, de estranhamento do ser social do seu gênero, o gênero humano. Mas a alienação no capitalismo tem especificidades: se a primeira formulação de Marx sobre alienação data de 1844, nos Manuscritos econômico-filosóficos, será entre de 1857-78 no O Capital que ele consegue caracterizar com mais precisão o fenômeno da alienação no capitalismo com a categoria do fetichismo, ao introduzir no seu objeto a análise da mercadoria e das relações sociais de produção próprias do capitalismo. As mercadorias escondem um segredo: na medida em que são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido (Lei do Valor), o movimento dessas se apresenta independente, fora do controle de cada

consciência onde os sujeitos configuram-se enquanto uma classe que em sua ação real está ordenada pela serialidade, isto é, uma classe que neste momento de seu ser não se constitui enquanto um ente político orgânico, atua de modo fragmentado enquanto indivíduos isolados. O imbróglio deste momento é compreender que enquanto classe os sujeitos atuam de modo capsular e ensimesmados, isto é, enquanto indivíduos que não constituem imediatamente uma classe, não se manifestam como sujeito político que compreende seus interesses particulares comuns. Em uma palavra é uma classe que em sua ação e consciência opera como uma não classe, como uma infinidade de sujeitos estranhos a si mesmo³⁰. Produtores privados, livres e iguais, eis o tecido social que arquiteta a primeira forma de consciência. Estas manifestações fetichizadas das relações sociais de produção, em seu esteio fantasmagórico onde as coisas assumem vida autônoma, onde as criaturas dominam os criadores, partem fundamentalmente da forma concreta de produção da vida, que no caso singular do modo de produção capitalista, é orientado pela moderna produção de mercadorias³¹. Isto posto, faz-se importante distinguimos pontualmente a alienação da ideologia, de forma que, interpeladas uma na outra, a alienação presente na primeira forma de consciência prepara o terreno

produtor, e a mercadoria se mostra como algo estranho a ele revelando um poder que o subordina a ela (fetichismo). “As relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho [ou seja, entre coisas, mercadorias]” (MARX, 1985, p. 71)” (MOTTA, 2016, p. 19).

30 “É neste campo que se cruzam duas possibilidades: a do amoldamento/consentimento e a da ação humana como práxis livre. É também neste campo que a genericidade entra a particularidade, na verdade é onde as particularidades empreendem seu contínuo processo de constituição da universalidade. É por isso que é o campo aberto da práxis, pois é o espaço em que a ação dos seres humano pode reproduzir as condições de sua dominação ou enfrentá-las. No interior deste processo, a classe trabalhadora pode se constituir enquanto classe se, e somente se, os seres humanos em contradição com o processo imediato do capital se encontrarem em certas condições coletivas para romper o invólucro individual e se verem como seres coletivos, desde a mediação particular do grupo até a genericidade da classe. [...] O ser humano é um ser social, mas, por motivos que apresentaremos mais adiante, se vê como um indivíduo, ou nos termos de Nobeit Elias (1994), partilha de uma autoconsciência que percebe a si mesmo e os outros como indivíduos. O trabalho como meio individual de vida esconde o fato de que este trabalho segue sendo atividade social, no caso, capital. O ser social do trabalho, em determinadas circunstâncias, emerge para a percepção dos seres humanos envolvidos” (IASI, [2006] 2012, p. 68-69)

31 Concretamente a relação se estrutura do seguinte modo: “Objetos úteis se tornam mercadorias por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contatos sociais entre produtores, por intermédio de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que se estabelecem entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relação material entre pessoas e relação social entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos e seus trabalhos” (MARX, *apud* IASI, 2012, p 108).

para a atuação da ideologia. Assim, por ideologia compreendemos a seguinte síntese:

As relações capitalistas ligadas ao fetichismo da mercadoria e sua consequente reificação aparecem no campo das ideias correspondendo a uma inversão real ocorrida na materialidade, ficando assim justificadas e naturalizadas. [...] Assim, grosso modo, nos parece que o conceito de ideologia em Marx é inseparável dos seguintes elementos:

- ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias;
- ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação;
- ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais (IASI, 2011, p. 80).

Grosso modo, são estas as características que permitem que a consciência social dominante em um tempo corresponda à consciência social da classe dominante neste mesmo tempo, isto é, que os interesses particulares da classe dominantes sejam apresentados - e aceitos - como interesses universais. De tal maneira conclui-se que a interação entre alienação e ideologia é a principal característica distintiva que configura a primeira forma de consciência, onde suas manifestações particulares resultam das questões originais de sua atualidade. Neste sentido, parece possível afirmar que a ideologia burguesa igualmente não é algo estanque, ao contrário, se movimenta e é determinada, em última instância, pelas contradições concretas de cada período histórico. Assim, é possível verificar, por exemplo, que ora a ideologia burguesa se apresenta enquanto interesse universal através da defesa de uma ditadura aberta, caça aos comunistas, etc., ora se manifesta através da democracia, sem por isso apresentar incoerência desde sua posição de classe.

Entretanto, a mesma base social que erige a consciência alienada, produz em seu movimento os elementos que permitem sua negação, conferindo aos sujeitos - através de sua prática histórica concreta - a possibilidade de um salto de qualidade com relação à primeira forma. Queremos dizer que em determinados momentos da produção social da vida, a unidade entre ideologia e relações sociais de produção sofrem uma cisão, onde os mecanismos para justificar, velar, inverter e naturalizar os pressupostos de objetivação da vida social enfraquecem, abrindo um leque de possibilidades para os sujeitos se afirmarem em uma ação política contra-ideológica, isto é, apresentando alternativas de mundo contra a ordem estabelecida, ainda que

envolto por ideologias que apenas serão findas completamente com a superação definitiva do modo de produção capitalista.

Comumente, este é um período que se origina na crise do capital, onde a crise de sua estrutura não é senão, conjuntamente, a crise de sua superestrutura jurídica, política e de sua consciência social. Esta cisão estabelece possibilidades históricas para que o proletariado se torne efetivamente uma classe, que através de sua ação e consciência, converta-se em algo que em sua fase inicial do processo de consciência não o é: uma classe “em si” e “para si”.

Desta forma, a primeira mediação que devemos ilustrar é o papel da crise como fenômeno germinal que informa esta possibilidade de saltar na forma de consciência. Marx e Engels em *A ideologia alemã* já nos apontavam sobre esta fratura vivida na conformação da consciência:

“Quanto mais a forma normal das relações sociais e, com ela, as condições de existência da classe dominante acusam a sua contradição com as forças produtivas avançadas, quanto mais nítido se torna o fosso cavado no seio da própria classe dominada, mais natural se torna, nessas circunstâncias, que a consciência que correspondia originalmente a essa forma de relações sociais se torne inautêntica; dito por outras palavras, essa consciência deixa de ser uma consciência correspondente e as representações anteriores, que são tradicionais desse sistema de relações, aquelas em que os interesses pessoais reais eram apresentadas como interesse geral, degradam-se progressivamente em meras formas idealizantes, em ilusão consciente, em hipocrisia deliberada” (MARX *apud* IASI, 2011, p. 27).

Assim a contradição entre as relações sociais de produção com as forças produtivas, como apresentada nas primeiras linhas da referida passagem, não pode ser outra coisa que a própria crise do modo de produção capitalista e este é o pressuposto real para um salto de qualidade no processo de consciência. Este trânsito não deve ser entendido de maneira mecânica, ao contrário, deve ser visto naquilo que de fato o confere vida, o seu dinamismo mediado pela luta entre as classes.

Numa crise, o dilema vivido pode ser reduzido da seguinte maneira: por um lado, a queda das taxas de lucro imprime na luta de classes um acirramento da concorrência intracapitalista, que na perspectiva de salvarem seus capitais - e o modo de produção como um todo - buscarão, através das mais variadas formas, repor suas taxas de acumulação a patamares aceitáveis, para tanto, não existe outra maneira de contornar a saída de sua crise a não ser elevando ao máximo

possível a taxa de exploração da classe trabalhadora. Por outro lado, a classe trabalhadora se vê esmagada neste processo por demissões em massa, aumento da jornada de trabalho, perda de direitos, etc. - que são sintomas de saída da crise, embora percebidos pelos trabalhadores como “a” crise - o que pode ser vivido como uma situação insustentável, onde a impossibilidade de seguir reproduzindo sua vida - que já era carregada de uma gama gigantesca de impossibilidades, firmemente justificadas pelos mecanismos ideológicos - convida para uma defesa da própria vida; esta defesa só pode ser uma coisa: uma ação que se oponha aos ditames gerais que se apresentam. Tomando como referência o entendimento de Iasi, temos a seguinte síntese:

O movimento da consciência se expressa, em um primeiro instante, na consciência dos seres sociais submetidos ao estranhamento diante de um campo prático-inerte (Sartre) - ou, nos termos de Hegel, a “efetividade exterior” -, apresentado como objetividade alienada, submergida na serialidade. Esta é a genericidade de uma determinada universalidade, aquela relativa ao capital. Esta é uma “comunidade ilusória”, espectral, ainda que baseada na materialidade das relações que constituem o ser do capital. Ilusória não no sentido de falsa, mas pelo fato de que inverte aquilo que constitui o caráter social do ser, o conjunto das relações de troca entre os produtos do trabalho (o mercado) ou o corpo político do Estado no lugar das relações humana entre seres humanos na produção de sua existência. Se a consciência se move é porque há contradição, e a contradição que move a consciência é aquela que expressa, neste momento do movimento, entre a necessidade da sobrevivência (aqui em um sentido mais amplo que apenas a sobrevivência física) do ser social e a função do organismo como parte fragmentada do processo de trabalho do capital na valorização do valor, o que não é senão a mediação prática e concreta da contradição entre o avanço das forças produtivas materiais e as relações sociais de produção.

Como a superação da consciência é um ato prático, esta contradição se resolve na ação, mas não na ação individual, própria do estranhamento serial, porém num tipo de ação que permite ao ser social a primeira negação desta serialidade: a ação no grupo (IASI, 2012. p. 116 - grifo nosso).

Embora Iasi não discorra sobre o assunto, parece-nos que a partir do modo como este coloca a questão estamos autorizados a supor que a cisão anunciada pela crise e sua subsequente possibilidade de fusões de classe possua uma dimensão mundial, uma vez que a crise é necessariamente a crise do sistema capitalista em sua totalidade, ainda que isto precise sempre ser matizado através das diferentes particularidades que esta assumirá em cada formação social, tendo em vista que o universal se universaliza particularizando-se. Se tomarmos à risca o modo como Marx expõe a questão, lembraremos que, em seus apontamentos,

quando afirma que o choque entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações sociais de produção abre uma ‘época de revoluções’, parece-nos plausível a possibilidade de entendermos que há no seio da crise uma tendência de que a nível mundial o proletariado salte em sua forma de consciência e, conseqüentemente, em sua prática histórica³². Entretanto, de forma alguma, isto se apresenta mecanicamente, como um ato único, ou um ‘clic’ instantâneo em toda a classe trabalhadora do mundo, no proletariado tomado por seu conjunto. Da mesma forma que a crise do capital não se manifesta de maneira uniforme, o processo de consciência não encontra razões para sê-lo. Neste campo, uma infinidade de mediações particulares determinará o salto, ou o não salto³³. Isto significa dizer que ao mesmo tempo que existam disparadores da fratura entre ideologia e base real de sua sustentação em escala internacional, a mediação nacional parece ser uma das tônicas na forma como se manifestam as metamorfoses da consciência de classe, ou seja, de como a luta de classes se objetivará em suas diferentes particularidades. Exclusivamente com a finalidade de precisar as determinações que incidem no processo de consciência, abre-se a necessidade de separarmos conceitualmente a noção de época *de revoluções* de *situação revolucionária*. Como dito, a época de revoluções é inaugurada pela crise do capital tomada em seu conjunto, embora matizada pelas suas particulares formas de manifestação em cada formação social. O tensionamento contínuo de suas contradições tende à abertura de situações revolucionárias e, estas, em potenciais momentos de fusão de classe. As situações revolucionárias são compreendidas, portanto, enquanto conjunturas contidas nos períodos de crise, sendo elas as janelas históricas que autorizam a conversão de uma época revolucionária em uma efetiva revolução. Vejamos como Lênin descreve

32 “[...] O modo de produção da vida material determina (bedingen) o processo de vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas, ao contrário, o ser social é que determina sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até aí. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em seus entraves. Assim se inicia uma época de revoluções” (MARX [1843] [sem data de publicação], p. 301).

33 É importante frisar que embora haja uma relação de determinação entre crise capitalista e movimento no processo de consciência, isto de forma alguma pode ser apreendido como uma relação fatalista, ou seja, se há crise, há movimento da consciência. O período atual parece nos dar provas de que embora haja a determinação da crise (choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção) esta não necessariamente converteu-se – pelo menos ainda não - em uma fusão de classe, ao contrário, como já introduzimos neste trabalho, o proletariado segue imerso em um profundo encapsulamento, em uma ação completamente fragmentária.

uma situação revolucionária:

Para um marxista, está fora de dúvida que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária leva à revolução. Quais são, de uma maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos indicando os três indícios principais seguintes: 1) impossibilidade para as classes dominantes de manter sua dominação sob uma forma inalterada; crise do 'vértice', crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura pela qual os descontentes e a indignação das classes oprimidas se abrem um caminho. Para que a revolução estoure não é suficiente, habitualmente, que 'a base não deseje mais' viver como antes, mas é ainda necessário que 'o cume não o possa mais'; 2) agravamento, mais do que é comum, da miséria e do desespero das classes oprimidas; 3) intensificação acentuada, pelas razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam pilhar tranquilamente nos períodos 'pacíficos' *mas que, no período tempestuoso, são empurradas, seja pela crise no seu conjunto, seja pelo próprio (vértice), para uma ação histórica independente*".

"Sem essas transformações objetivas, independentes da vontade destes ou daqueles grupos e partidos, mas ainda de tais ou quais classes, a revolução é, em regra geral, impossível. É o conjunto dessas transformações objetivas que constitui uma situação revolucionária. Conheceu-se essa **situação** em 1905 na Rússia e em todas as **épocas de revoluções** no Ocidente; mas ela também existiu nos anos 60 do último século na Alemanha, do mesmo modo que em 1859-1861 e 1879-1880 na Rússia, embora não tenham ocorrido revoluções em tais momentos. Por quê? Porque a revolução não surge de toda situação revolucionária, mas somente no caso em que, a todas as transformações objetivas enumeradas acima, se acrescenta uma transformação subjetiva, a saber: a capacidade, no que concerne à classe revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa bastante vigorosas para destruir completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não cairá jamais, mesmo em épocas de crises, se não for 'compelido a cair" (LENIN, [1915] 1979, p. 27).

Assim, tomamos a época de revoluções como a manifestação concreta da crise do capital, que se realiza de modo globalmente combinado, ainda que dispondo de particularidades em cada formação social. O acirramento intracapitalista que implica potencialmente em uma fratura no bloco dominante, e a incontornável depreciação dos níveis de vida do proletariado estão entendidos enquanto o conjunto de contradições próprios do movimento de uma crise; este, por sua vez, tende a invitar a classe trabalhadora à uma reação prática, de tal forma que no curso de sua atividade esta reação poderá converter-se em uma *ação histórica independente*. Tem-se assim o momento em que aquilo que antes se movimentava de modo fragmentário, impelido pelos seus interesses capsulares, pode identificar-se para além de si mesmo, fundindo-se e saltando qualitativamente – em sua forma de consciência - para a conformação de uma classe concretamente existente. Tal como Marx afirmara em *A Ideologia Alemã*: "Os indivíduos considerados

isoladamente apenas formam uma classe na medida em que se veem obrigados a sustentar uma luta comum contra outra classe, pois de outro modo eles mesmos se enfrentam uns aos outros, hostilmente, no terreno da concorrência” (MARX, 2007, p. 80).

Por esta razão, entendemos que os processos de consciência são sempre nacionais, e ao mesmo tempo, não são. De modo que possuem correspondências com o conjunto de contradições que estão se gestando em nível nacional, mas sempre combinado às determinações do movimento da luta de classes em nível mundial. Além disto, se a época de revoluções opera mundialmente em mesmo compasso, as situações revolucionárias – responsáveis pelo momento de fusão de classe – não se dão simultaneamente. Assim, o processo de consciência em seu primeiro salto, manifesta-se com as características próprias do movimento operário em suas tradições e experiências históricas nacionais, mas, concatena-se necessariamente com o movimento operário mundial, por ele sendo determinado e determinando-o.

Retomando o fio, entende-se que as crises do capital são os gatilhos que apontam para potenciais momentos de identidade de classe. Isto porque, no próprio dinamismo da crise, os mecanismos ideológicos fissuram-se abrindo a possibilidade de uma ruptura (no âmbito da consciência) com a ideologia, autorizando assim uma ação comum. Este entendimento da crise enquanto ponto de viragem na luta de classes também é compartilhado por Theotônio dos Santos:

Nos momentos de ascensão do ciclo capitalista, por exemplo, o comportamento e a psicologia das classes se apresenta de forma completamente diversa das situações de crise ou revolucionárias. Nas situações de crise a psicologia e a consciência de classes tendem a se confundir numa só realidade. Que dizer, apresenta-se com mais clareza aos homens reais suas condições de existência. Outra é a situação nos momentos de ascensão ou de equilíbrio quando a psicologia e a consciência de classe tendem a separar-se e as formas imediatas dos fenômenos tendem a obscurecer seus modos reais de existência. [...] Certas conjunturas determinadas tendem a acentuar as contradições entre a aparência dos fenômenos e seus modos de ser, quer dizer, sua “essência”; outras conjunturas, contudo, particularmente as revolucionárias, fazem “aparecer” os aspectos essenciais da realidade na experiência imediata (DOS SANTOS, [1966], 1982, p.28-29).

Vimos, grosso modo, as determinações que incidem para o trânsito da primeira para a segunda forma de consciência. Antes de avançarmos para a caracterização dos traços distintivos deste momento da consciência, é importante

acrescermos algumas mediações sobre nossa compreensão a respeito do conceito de classes, sendo que dentro do campo teórico marxista este é sem dúvida um tema preñado de inúmeras polêmicas. Existem mesmo aqueles que argumentam na direção da inexistência de um conceito de classes preciso no interior da própria obra de Marx, como por exemplo o intelectual russo Georges Gurvitch, que indica a existência de uma multiplicidade de conceitos de classes na obra de Marx, sendo que para ele, por exemplo, por vezes Marx admite a consciência de classe como um traço constituinte e decisivo de seu ser, todavia, em outros momentos, as classes são identificadas aquém desta determinação. Gurvitch em suas formulações chega a destacar que o conceito de classes em Marx, além de suas imprecisões formais, estaria imerso em uma escatologia de fim da história, uma vez que para ele, o proletariado estaria enquadrado como um sujeito metafísico. De outra forma, o sociólogo polonês Stanislav Ossowsky, segue na mesma direção, versando em defesa de uma imprecisão na categorização de classes sociais em Marx; diz ele, ora Marx opera identificando as classes a partir do princípio da divisão de renda (assalariados, capitalistas e arrendadores da terra), ora apenas apresenta estas em um esquema dicotômico, marcado pelo simples antagonismo dominantes e dominados. Sendo assim, para ambos autores, o conceito de classes em Marx estaria marcado por uma diversidade de enfoques, e embora seja possível adotar este ou aquele enfoque, em sua totalidade, o conceito de classes não seria redutível à uma unidade de análise (DOS SANTOS, [1966], 1982).

Uma outra postura recorrente no interior deste espinhoso debate envolve a caracterização restrita do conceito de classes, por exemplo, identificando o proletariado exclusivamente pela sua posição na produção. Esta é sem dúvidas a postura mais comum, disseminada em diferentes círculos. Tomemos dois exemplos, a começar por Paulo Tumolo. Sua posição restringe a classe proletária única e exclusivamente aos trabalhadores produtivos, ou seja, aqueles que no interior da gigantesca divisão social do trabalho são produtores de mais-valor, levando desta forma, como único critério de análise a posição na produção. Dirá ainda que estes trabalhadores produtivos, a classe proletária por excelência, do ponto de vista da consciência estaria impossibilitada de vivenciar processos de identidade de classe com os outros estratos trabalhadores não produtores de mais-valor, podendo partilhar exclusivamente uma identidade corporativa, induzida pelo exercício do mesmo trabalho concreto, mas, devido as suas substâncias distintas, trabalhadores

produtivos e improdutivos, estariam impedidos de uma identidade de classe. Desde esta perspectiva, Tumolo afirma que apenas os trabalhadores produtores de mais-valor estariam submetidos à relações sociais de produção genuinamente capitalistas – não dando resposta à qual relação social de produção os demais trabalhadores estariam sujeitos³⁴. A fim de referenciar suas posições, acompanhemos uma de suas passagens que julgamos sintetizar precisamente suas conclusões. Tumolo, para subsidiar seu enfoque, tipifica quatro tipos de atividades docentes, sendo a primeira um professor que não vende nenhuma mercadoria, apenas ensina, por exemplo, seu filho a ler; o segundo, refere-se ao caso de um docente que vende suas aulas particulares enquanto mercadorias, contudo, sem vender sua própria força de trabalho, uma vez que é proprietário de seus meios de produção; o terceiro, um docente empregado em uma escola privada, sendo este produtor de mais-valor; e o quarto, um professor que executa suas atividades na escola pública, portanto, um assalariado não produtor de mais-valor. Isto posto, vejamos suas conclusões:

Tomando as quatro situações apresentadas anteriormente, considero que somente aquele do terceiro exemplo se constitui como proletário, **porque é o único que participa da relação de produção capitalista, na qual se realiza o trabalho produtivo de capital**. Os dois primeiros não o são já que nem são vendedores de força de trabalho. **O quarto, professor de escola pública, apesar de ser vendedor da força de trabalho, não estabelece a relação especificamente capitalista**. Contudo, ele, o terceiro, não é proletário por causa das características de seu trabalho concreto – ser professor – e do processo de trabalho, ou de suas condições de trabalho, ou ainda dos aspectos do produto de seu trabalho, **mas sim porque é um trabalhador produtivo de capital, inserido num processo de produção de capital**. Como proletário, ele “deixa de ser” professor, “deixa de ser” categoria profissional de professores e “passa a ser” classe: classe proletária. Como classe proletária, o professor não se distingue dos outros trabalhadores proletários – por exemplo, o cortador de cana de açúcar, o metalúrgico, o programador de sistemas etc. – que estabelecem a relação capitalista de produção e produzem capital. Todos eles são um só e a mesma coisa: classe proletária. **Como classe, são uma unidade**. Nessa perspectiva, do trabalho produtivo de capital ou do processo de produção do capital, a unidade ocorre entre a diversidade dos processos de trabalho e de trabalhos concretos, ou seja, trabalhadores que exercem os mais variados trabalhos, com características marcadamente diferenciadoras como é o caso de um professor e de um metalúrgico, de ramos e setores de atividades tão distintos, são a mesma classe. **Em contrapartida, o professor que trabalha numa empresa capitalista de ensino tem uma**

34 Este é sem dúvida um aspecto bastante problemático de seu enfoque. Se levássemos ao pé da letra o enquadramento de Tumolo, poderíamos vislumbrar que trabalhadores inseridos no mesmo complexo produtivo, no mesmo local de trabalho, combinando suas diferentes atividades para a confecção de um mesmo produto, embora em função de sua diferente inserção na divisão social do trabalho, onde uns estejam produzindo mais-valor e outros não, estes estariam submetidos à relações sociais de produção essencialmente distintas. Assim, o metalúrgico produtor de mais-valor estaria subsumido às relações capitalistas, enquanto o administrador, não produtor de mais-valor mas executor de uma tarefa elementar na cadeia produtiva, não estaria necessariamente imerso na relações sociais de produção capitalistas.

identidade com os professores das outras três situações, uma vez que, sob o ponto de vista do processo de trabalho, executam o mesmo trabalho concreto – ser professor – e, neste plano, têm a mesma ocupação e pertencem à mesma categoria profissional – mas não à mesma classe. Trata-se, aqui, da unidade do processo de trabalho e do trabalho concreto na diversidade das relações de produção. Porém, da ótica do processo de produção de capital, ou melhor, das relações sociais de produção, eles são significativamente distintos. Os dois primeiros não são proletários porque nem são vendedores de força de trabalho, o professor de escola pública, apesar de ser vendedor da força de trabalho, em minha compreensão, também não o é, sendo que somente o terceiro é proletário. **Este último encontra sua identidade, como classe, com os outros trabalhadores proletários, e não com seus companheiros professores vinculados a outras relações de produção que não a capitalista** (TUMOLO, 2018, p. 93 - grifo nosso).

Tomemos um segundo exemplo através das considerações de Sérgio Lessa. Da mesma forma este autor identifica o proletariado exclusivamente pela posição na produção, contudo, ao que tange a empirismo destes enfoques, Lessa termina por restringir ainda mais o enquadramento de proletariado. Para ele não basta identificar o proletariado ao trabalho produtivo, ao trabalhador produtor de mais-valor; em sua interpretação é preciso admitir que proletariado é apenas o trabalhador produtivo *que transforma a natureza* – que em sua acepção: *produz* o capital. Como se sabe, os trabalhadores produtivos não podem ser qualificados como tal através da dimensão imediata de seu trabalho, isto é, pelo aspecto concreto de seu trabalho, devendo considerar, para um enquadramento adequado, a relação que o processo de trabalho está inserida, podendo ou não, produzir mais-valor. Ocorre que no interior desta vastidão de trabalhos concretos produtivos, há aqueles que para Lessa *produzem o capital* – identificado como a confecção de mercadorias corpóreas e palpáveis que passaram por um processo de intercâmbio entre o homem e a natureza -, e aqueles que simplesmente *valorizam o capital*, de modo que as mercadorias produzidas por estes (o setor de serviços em geral) não acrescem nada à riqueza material da sociedade³⁵. Assim, por proletariado entende-se apenas os

35 Como se lê em seu trabalho: “Todavia, no interior do trabalho produtivo de mais-valia, há uma diferenciação da maior importância para a reprodução da sociedade. As mercadorias podem ser reproduzidas ao se converter a natureza em meios de produção ou de subsistência, como ocorre nas fábricas e na agricultura. Mas mercadorias podem ser produzidas no setor de serviços que não envolvem, necessariamente, a transformação da matéria natural. Esta é uma diferença fundamental, pois, como já vimos, o “conteúdo material da riqueza” burguesa, o capital, apenas pode ser produzido no intercâmbio material com a natureza, pelo trabalho manual do proletário da indústria e da agricultura. Há, portanto, uma diferença fundamental entre a produção de mais-valia pelo trabalho assalariado que transforma a natureza e a produção de mais-valia pelo trabalho assalariado que não transforma a natureza. É isso que distingue o trabalho proletário do trabalho assalariado de todos os outros trabalhadores produtivos. [...] O trabalho proletário é a forma peculiar do intercâmbio material com a natureza no capitalismo desenvolvido” (LESSA, 2012. p.34). Mais a frente, coincidentemente,

trabalhadores produtivos que possuam em seu trabalho concreto um processo de intercâmbio com a natureza, sendo que, em suas conclusões, pelo fato deste setor ser o único criador de capital, os demais estratos da sociedade, burgueses e assalariados em geral (incluído os produtivos não proletários), apenas podem reproduzir suas vidas parasitando o proletariado; em função disto, os assalariados e assalariados produtivos não proletários atuariam sempre no estreito marco de uma ação conservadora, enquanto os trabalhadores produtivos proletários comporiam a classe genuinamente revolucionária. Desta forma, Lessa, acaba comungando com a mesma conclusão de Tumolo, onde os processos de identidade de classes estariam restritos – apenas que neste caso ainda mais restrito – aos trabalhadores produtivos, de forma que produtivos e improdutivos apenas poderiam encontrar-se em lutas que não ultrapassam os marcos corporativos:

É correto afirmar que os proletários e os trabalhadores assalariados compartilham de uma finalidade comum, a luta pelo aumento dos salários. Muitas vezes, os proletários e os outros trabalhadores entram na luta de classes com posições muito semelhantes ou idênticas, principalmente quando se trata de lutas mais atrasadas, democráticas ou econômicas por melhores condições de vida e trabalho sob o capital. *Todavia, como trabalhadores assalariados têm sua origem no capital produzido pelos proletários, eles compartilham com a burguesia o fato de serem integrantes da porção da sociedade que parasita o trabalho proletário* (LESSA, 2012, p. 43).

Diferenciamo-nos destas conclusões, entendendo-as como demasiado estreitas e, por isto, incapazes de captar a totalidade das determinações que envolvem a conceitualização das classes em Marx. Não aceitamos a ideia de uma fragmentária concepção de classes em Marx, embora admitimos que esta, a primeira vista, possa sugerir esta conclusão. Contudo, ocorre que estas diferentes manifestações não são entendimentos confusos e sobrepostos, são momentos distintos de abstração do mesmo objeto analisado, desta forma, quando Tumolo ou

também tomando como exemplo o trabalho de um docente produtor de mais-valia, Lessa procura demonstrar como este não é um proletário por não produzi o capital, apenas valorizá-lo: “Contudo, nenhum novo *quantum* foi acrescido ao “capital social total”. O que os pais dos alunos “perderam” de riqueza é exatamente igual à mais-valia somada aos custos da escola e aos salários dos professores. *A mais-valia, neste caso, apenas é a mediação para a transformação da riqueza já existente sob a forma de dinheiro dos pais dos alunos no capital do dono da escola. O professor da escola privada – e todos os outros serviços que geram mais-valia – apenas “valorizam” seu capital, não o “produzem”* (LESSA, 2012, p. 37). É importante grifar que esta interpretação de capital é problemática. Identificar a produção de capital através da produção palpável de mercadorias é perder de vista que o capital não é uma coisa, e sim uma relação social, tal como Marx já advertia desde o *Manifesto Comunista*: “[...] O capital é um produto [histórico] coletivo e só pode ser posto em movimento em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social” (MARX, [1848] 2010, p. 52).

Lessa, e tantos outros que enquadram o proletariado exclusivamente pela sua posição na produção, mesmo referindo-se à passagens de Marx, agarram-se em um dos momentos da caracterização, e assim tomam uma manifestação particular e a assumem como universal. Esta postura, que pode inclusive ser definida como empirista, está impedida de captar a dinâmica contraditória do real, e não foi capaz de assimilar a dialética que está entranhada no método de Marx, que procura explicitar a realidade não em sua imediaticidade, mas através de sucessivas mediações que captam o real em seu movimento³⁶. Por isto não é demais retomar uma advertência resgatada por Iasi:

Em uma apresentação de *O Capital*, um resenhista afirma que, para Marx, não interessa o fenômeno como forma definida, mas “o mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra.” Dessa forma, Marx não é um pensador do qual podemos esperar conceituações bem ao gosto de manuais do tipo “isto é”, “aquilo é” (IASI [2001] 2011, p. 104).

Este erro costuma repetir-se em outros campos conceituais da interpretação da obra de Marx, por exemplo, na definição do que é e o que não é capital, de onde o capital se realiza: na produção ou na circulação? Numa aproximação imediata, costuma-se vulgarmente identificar o capital em um de seus momentos, isto é, costuma-se dizer: capital é dinheiro, capital é mais-valia, capital se dá na produção, ou se dá na circulação (Lessa, por exemplo, identifica o capital como a riqueza gerada através de um processo produtivo de trabalho que envolva intercâmbio com a natureza, transformando-a em algo novo, dessa forma, capital para ele seria a própria mercadoria oriunda deste processo produtivo) - estas análises estão sempre marcadas por um modo de operar próprio da lógica formal, ou é ou não é, que enquanto momento de aproximação do conhecimento, não logram conceber o dinamismo contraditório do objeto. O problema é que estas afirmações contam uma verdade – um momento do movimento - falseando a realidade, exatamente pelo fato

36 Como modo de explicitar a incongruência de afirmar uma multiplicidade fragmentária em Marx, ou mesmo, de no interior destas tomar uma como se fosse “a” definição de classes, vejamos como Theotônio dos Santos inscreve uma pergunta e sua subsequente resposta para esta questão: “No entanto, cabe aqui uma pergunta: trata-se de esquemas superpostos de análise ou de planos diferentes de um mesmo processo analítico sintetizante? [...] Haverá realmente na obra de Marx esta diversidade de enfoques e de conceitualização de que falam Gurvitch e Ossowsky? À primeira vista, parece que sim. Contudo, esta diversidade não tem a forma caótica ou superposta que apresentam os autores. Ao diferenciá-los e isolá-los de seu contexto geral da análise, destroem o que há de mais profundo no método marxista: a dialética. Analisar a Marx do ponto de vista do pensamento analítico, como fazem estes e a maioria dos críticos de Marx [ou mesmo aqueles que se reivindicam marxistas], é matar e secar seu pensamento [...]” (DOS SANTOS, [1966] 1982, p. 14).

de que escondem que o capital é a totalidade desta relação, que no interior desta possui diferentes momentos e partes constitutivas. Neste sentido, não nos parece um preciosismo teórico da parte de Marx identificar a força de trabalho, por exemplo, como um capital variável, ou mesmo um simples meio de produção como capital constante, uma vez que o mesmo pode ser como pode não ser capital, a depender, fundamentalmente, do processo produtivo no qual está inserido; mas de nenhuma forma capital é força de trabalho e/ou meios de produção, embora o seja também. Da mesma forma Marx dirá que “Capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela sua origem.” (MARX, 2011. p. 196). Ora, uma vez mais, trata-se de não tomar a parte como o todo, de apreender que as construções categoriais em Marx estão embebidas de dialética. Estamos de acordo com Theotônio dos Santos quando este aponta que encerrar a análise em uma de suas manifestações tumba o que há de mais rico nesta filosofia, o método. De maneira ainda mais explícita, vejamos como Iasi expõe o problema:

O que estamos tentando demonstrar é que a dialética de Marx não se reduz ao movimento que quer captar o fenômeno, mas que tal dialética se expressa no movimento próprio dos conceitos, de forma que eles se referem a momentos de aproximação e aprofundamento da análise que parte da aparência até a essência, da essência menos profunda até a mais profunda, por vezes de volta à aparência carregando os conteúdos conquistados até então. Disso resulta que o leitor desavisado pode confundir uma dessas aproximações com “o conceito” definitivo de um determinado aspecto ou coisa a ser estudada (IASI, [2001] 2011, p.106).

Por isso, da mesma forma que o capital se dá e não se dá na produção e circulação tomada em separados, concluímos que o fazer-se classe se dá e não se dá através da posição na produção. Estamos convencidos que o ser da classe, metodologicamente, apenas pode ser apreendido no interior de seu movimento, entendido como síntese de múltiplas determinações e, analisado em diferentes níveis de abstração³⁷. Exatamente por isto, os intelectuais que admitem esta postura metodológica marxiana frente ao objeto, ao invés de descartar a existência de um conceito de classes em Marx, ou mesmo antecipar-se em suas conclusões apegando-se à um dos momentos de construção do conceito, dedicam seus

37 É neste mesmo sentido que ao referirmo-nos ao primeiro momento da consciência de classe podemos concluir que a classe ainda não se constitui enquanto classe, embora já o seja em uma manifestação fragmentária e capsular.

esforços por dimensionar os diferentes níveis de abstração que o conceito é trabalhado – entendendo-o como uno e múltiplo -, procuram dimensionar as sucessivas aproximações de Marx e sistematizá-las em um todo teórico.

Theotônio dos Santos, a quem vimos fazendo remissão, trata o conceito de classes de Marx, por exemplo, em quatro níveis distintos de abstração. Partindo do momento mais abstrato em direção ao mais concreto, neste caminho inicia pela análise genérica do *modo de produção* – neste nível o indicador para a síntese sobre o entendimento das classes dá-se através do entendimento da disposição das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e das formas de apropriação da riqueza; no interior da análise do modo de produção, quando este esteja assentado na apropriação privada da riqueza social, deve-se ter em conta que as leis de seu dinamismo estão orientadas pelas “leis gerais do funcionamento e desenvolvimento dos modos de produção classistas” (DOS SANTOS, [1966] 1982, p. 19); em um segundo momento destaca a necessidade de compreensão das *estruturas sociais*, onde aparecerão as dimensões particulares do desenvolvimento estrutural do modo de produção analisado, que apresenta situações históricas específicas - isto permite maior nível de concreção à análise sobre a relação entre os diferentes setores sociais, etc; num terceiro momento, trazendo consigo as avaliações anteriores, indica a análise da *situação social*; aqui a leitura tende a tomar forma de uma descrição mais aparente da sociedade, em seus diferentes níveis de estratificação por exemplo; por fim, elenca que o conceito de classes em Marx apenas pode ser apreendido em sua totalidade se o identificarmos – após percorrido este caminho – à *conjuntura*, visto que “A estrutura de classes há de sofrer profundas modificações conforme seja a conjuntura em que se desenvolvem suas contradições” (DOS SANTOS, [1966] 1982, p. 28). Todas estas instâncias devem estar atravessadas pela análise da consciência de classes, sendo ela, um fator decisivo para a constituição integral do conceito³⁸. Por isto ele dirá que “não se trata de uma indefinição quanto ao número das classes, mas se afirma que o número das classes sociais varia segundo o nível de análise e segundo as estruturas sociais historicamente comprovadas” (DOS SANTOS, [1966] 1982, p. 43).

38 Theotônio, embora sendo impreciso no uso da categoria ideologia (entendendo-a em parte como um conjunto de ideias próprias desta ou daquela classe), admite que o modo de produção formata modos possíveis de consciência, muito embora, esta não se manifeste mecanicamente, dependendo, em última instância, de outros movimentos para sua realização, presentes no nível de análise da conjuntura, quer dizer, há uma diferença entre a consciência possível e a consciência realmente existente.

Na mesma direção, Mauro Iasi também conclui destacando – em uma primeira aproximação - quatro características constitutivas da definição do conceito de classes em Marx. Em sua avaliação o conceito de classes passa em um primeiro momento de abstração pelo diagnóstico de qual posição diante da propriedade os sujeitos ocupam, isto é, se são possuidores ou não possuidores de propriedades; contudo, este nível seria incapaz de captar a totalidade das determinações, visto que entre os possuidores e não possuidores também há um conjunto de distinções, desta forma abre-se a necessidade de uma nova aproximação, devendo observar também a posição dos sujeitos no interior das relações sociais de produção. Diz ele que estas duas conclusões primárias são insuficientes, correspondendo apenas à caracterização de classe através de instâncias econômicas, por isto aponta outras duas determinações, a saber, a dimensão da consciência e a da ação de classe. Em função de seu didatismo, tomemos suas palavras:

Quando pegamos um estudo concreto como o *18 Brumário*, por exemplo, Marx chega a definir os diferentes grupos atuantes naquela intrincada conjuntura muito mais decisivamente pela ação que desempenham e pelas concepções de mundo que representam, do que mesmo pela sua posição no interior das relações sociais ou diante da propriedade. Não que esta dimensão tenha deixado de atuar, mas que, limitando-se à essa determinação, seria impossível desvendar a trama dos acontecimentos. Isto significa dizer que para Marx a forma com que as classes atuam no campo concreto da história, a consciência que representam em cada momento, são fatores determinadores de seu caráter. Uma pessoa pode ser um assalariado por sua posição no interior das relações sociais, portanto, um não proprietário de meios de produção, mas, devido exatamente ao ponto que ocupa nessas relações, ou, por outros motivos, atua e pensa como um burguês, se soma ao partido burguês nas lutas concretas da história e se dispõe a representar essa classe se uma oportunidade lhe apresentar, seja produzindo teoria, ocupando um cargo parlamentar ou participando da gestão de sua empresa. Esse senhor é parte orgânica da burguesia, ou, melhor dizendo, compõe, **nesse nível da análise**, o burguês coletivo. Em outro caso, uma pessoa que não vende sua força de trabalho (ou porque ninguém quer comprar, ou porque tem sua existência garantida por outra via) não é um assalariado, tem sua origem social no interior de outra classe que não os trabalhadores, mas, por suas convicções e sua consciência, se soma à ação concreta da classe em sua luta contra o capital, torna-se parte do que poderíamos chamar de proletariado, ainda que enquanto indivíduo não o seja (IASI, [2001], 2010, p. 108-109 – grifo nosso).

À esta sistematização fazemos remissão neste trabalho. Para nós a interação entre posição diante da propriedade, posição nas relações sociais de produção, a ação e consciência são os fatores decisivos do *fazer-se classe*, e apenas neste sentido estamos autorizados a dizer que o proletariado, tal como a consciência, não é proletariado, e sim *torna-se* proletariado. Este conjunto de mediações parece-nos

compreender as determinações essenciais que constituem o conceito de classes em Marx.

No momento da análise em que nos encontramos, voltando ao fio do processo de consciência, entendemos que quando ocorre – através da crise - a cisão entre as relações sociais de produção que arquitetam a consciência social de um tempo com esta mesma consciência social, isto é, com a ideologia preponderante, tornando-a inautêntica, abre-se uma possibilidade histórica do proletariado fazer-se classe. Em um primeiro momento, faz-se enquanto antípoda central da burguesia, conformando-se assim, enquanto uma classe “em si”. Este é o momento da consciência que compreendemos como a sua segunda forma.

Iasi nos apresenta que a principal característica desta forma de consciência ‘em si’ é a reivindicação. Neste sentido, as expressões organizativas mais generalizadas deste momento da consciência são expressas na luta sindical, embora presentes nos mais diferentes segmentos da luta proletária, na qual poderíamos incluir como manifestações da consciência ‘em si’ a luta de coletivos populares por moradia, movimentos culturais, entre outros.

A característica central desta forma de consciência é composta por uma contradição. É inegavelmente um salto frente a consciência alienada, pois o proletariado passa a existir como um sujeito que enquanto grupo se distancia e se opõe à seu antagonista, a burguesia, reivindicando aquilo que para ele se apresenta como carência ou manifestação de uma injustiça. Contudo, esta ação e consciência ao mesmo tempo que se distanciam e se opõem à burguesia, acabam, pelas características reivindicativas, afirmando e em alguma medida validando a existência própria da burguesia.

No entanto, o proletariado, ao se assumir como classe, afirma a existência do próprio capital. Cobra desse uma maior parte da riqueza produzida por ele mesmo, alegra-se quando consegue uma parte um pouco maior do que recebia antes. A consciência ainda reproduz o mecanismo pelo qual a satisfação do desejo cabe ao outro. Agora, ela manifesta o inconformismo e não a submissão, reivindica a solução de um problema ou injustiça, mas quem reivindica ainda reivindica de alguém. Ainda é o outro que pode resolver por nós nossos problemas (IASI, 2011. p. 31).

Ou ainda:

Quando um setor da classe operária confronta-se com o patrão exigindo, por exemplo, maiores salários, melhores condições de trabalho e outras reivindicações, dá mostras de que desvendou em parte o caráter da

contradição fundamental entre produção social e a acumulação privada e, sabendo disso, cobra do capitalista uma maior parte daquilo que produziu e que lhe foi retirado. O proletariado apercebe-se de sua força, de ser elemento-chave para o processo de produção, percebe seu poder de barganha e o usa contra o capital, adquire consciência de sua força, de sua união enquanto classe. Mas, digamos que essa luta atinja seus objetivos, que a greve seja vitoriosa. Os trabalhadores retornam ao trabalho com suas reivindicações atendidas. Estão novamente aptos a revalidar as relações de exploração, o trabalho alienado, ou seja, o próprio capitalismo. Isto porque, ao se assumir enquanto classe, o proletariado nega o capitalismo afirmando-o [...] (IASI, 2011. p. 32).

Posto nestes termos, pode-se perceber que neste momento da consciência, embora marcado por uma superação da 'submissão', o proletariado ainda não é capaz de uma completa autonomia histórica; isto se confirma no fato de que, ao se afirmar, passa a afirmar a existência de toda a relação social capitalista, apenas tensionando para que esta, de alguma forma, renda-lhe melhor sorte. Consequentemente, se o proletariado reafirma a existência de todo o capital, ainda aquém de sua autonomia, podemos supor que a segunda forma da consciência, ao mesmo tempo que atravessada pelo interesse particular dos trabalhadores, ainda se guia através de uma filosofia que não os pertence, isto é, partilha a visão de mundo burguesa de seu tempo. É comum vermos neste momento da consciência manifestações que operam com a filosofia que sustenta o mundo capitalista, embora agora adjetivadas, por exemplo, a liberdade que temos não é tão livre, a democracia que possuímos não é substantiva, nossa igualdade é desigual, os direitos precisam ser 'humanos', o Estado deve ser um estado cidadão e a justiça ser realmente justa.³⁹ Neste sentido, a segunda forma de consciência está a meio passo de sua autonomia, pois não a conquistou completamente uma vez que ainda não se entende como sujeito da realização de seus próprios interesses de classe, de tal forma que a visão de mundo que orienta sua prática concreta é ainda burguesa. Temos uma síntese estranha - típica de uma transição - onde a ação e consciência

39 Seguindo ainda as contribuições de Iasi, entendemos a questão da seguinte forma: "Pode o proletariado em sua luta contra a ordem capitalista tomar como seu o universo de valores de seu adversário, ou seja, o ideário liberal, e mantê-lo como universalidade positiva? [...] Enquanto o proletariado tomar como sua a consciência do outro será incapaz de completa autonomia histórica. [...]" (IASI, 2014. p. 34). E ainda, numa outra passagem, percebe-se que o compartilhar das palavras que não pertence ao proletariado em sua autonomia histórica parece confirmar que a filosofia que os guia ainda está imbuída da ideologia burguesa: "Ao que nos parece, alguma "palavras" são mais que simples palavras, funcionam como esta espécie de equivalente geral, ou seja, uma vez inseridas na série de significantes, os transforma em valores relativos que só podem ser compreendidos por equivalência a uma determinada totalização. Estes "significantes mestres" corresponderiam, segundo nosso argumento, à essência das relações sociais determinantes em uma certa ordem societária" (IASI, 2012. p. 156).

da classe trabalhadora é marcada por um misto entre autonomia e não autonomia organizativa, política e filosófica.

Esta tensão vivida pela segunda forma de consciência - afirmação enquanto classe a meio passo de sua autonomia - é o que permite a possibilidade de um último salto, isto é, de uma negação da primeira negação, significando, pois, o trânsito para uma consciência revolucionária, ou, por outras palavras, uma consciência “para si”. Gostaríamos de frisar a palavra possibilidade: não há nada que garanta uma linearidade nos saltos entre os diferentes momentos da consciência. O proletariado constituído como uma classe em si, no conjunto de suas atividades reivindicativas, podendo ou não serem atendidas, encontra-se frente duas possibilidades: a primeira é um retorno à forma de consciência alienada, através da resignação ou burocratização de seus instrumentos de luta; a outra é a percepção de que ao negar sua primeira forma de consciência através da ação concreta, o proletariado, ao invés de afirmar a burguesia como responsável pela realização de suas carências, pode perceber que o único sujeito capaz de fazê-lo é ele mesmo. Assim, ao fazer-se classe para si, nasce enquanto sujeito da história, de tal forma que ao mesmo tempo que nega a burguesia, precisa necessariamente negar-se como uma classe desta sociedade, projetando por isto a superação das relações sociais de produção que erigem o estado de coisas atual que o explora e oprime, por outras palavras, o proletariado faz-se enquanto classe para si para através de sua prática concreta para deixar de sê-lo.

A característica central deste momento é que o proletariado entende que deve constituir completa autonomia histórica e, para a realização de seus interesses, torna-se um imperativo destruir a sociedade capitalista. No interior dos elementos que constituem a forma particular desta autonomia histórica encontramos, por exemplo, uma forma particular de organização, uma forma particular de ser social, e, dentre outras coisas, uma filosofia que congrega um conjunto de análises e entendimentos comuns sobre a formação social que o proletariado está inserido, uma leitura particular das experiências do movimento operário em sua dimensão nacional e mundial e como elas incidem na realidade concreta da conjuntura em que se atua, análises sobre o desenvolvimento estrutural do capital em diferentes escalas, análises sobre a qualidade do Estado - que agora pode ser percebido como um Estado de classe -, formulações próprias sobre o ser e o não ser das coisas em geral. A totalidade deste entendimento é compreendida por nós como a visão social

de mundo comum a uma síntese histórica, expressão única de um processo de fusão de classe particular, conformando, portanto, uma filosofia crítica que - agora não compartilhada com a burguesia e, rompendo o véu ideológico - expressa em seu interior uma unidade e coerência.

Esta filosofia é resultante, como vimos, da percepção de que o proletariado - agora em condição de sujeito - necessita negar a sociedade capitalista como um todo, e encampar através de sua autonomia um novo modo de produzir e reproduzir a vida. Uma vez percebido isto, desdobra imediatamente para o conjunto da classe trabalhadora uma questão: como levar adiante tal necessidade? Todos os esforços analíticos são produzidos com a intencionalidade de responder esta pergunta. Novamente, parafraseando Gramsci: “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido” (GRAMSCI, [1932-33] 2010, p. 71). Conhecer a si mesmo torna-se pressuposto fundamental para conseguir projetar uma ação que seja conseqüente no caminho da superação da sociedade do capital, assim, a produção de um entendimento sobre como funciona a sociedade é condição para a produção de uma estratégia que permita impor uma sociabilidade qualitativamente superior a esta; isto remonta à consagrada ideia de que sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária.

Entende-se por estratégia, portanto, o caminho projetado para realizar os objetivos almejados, e toda estratégia se depara com um caminho sempre acidentado - dado o dinamismo próprio da história - por isto deve ser mediado por um conjunto de ações pontuais e flexíveis que não a desautorizem, permitindo a realização exitosa nas diferentes e combinadas frentes de combate.⁴⁰Claro está que

40 Referenciamos esta definição através de Clausewitz: “Se a luta fosse um ato único, não haveria necessidade de mais qualquer subdivisão, mas a luta compõe-se de um número maior ou menor de ações separadas, completas em si mesmas, a que chamamos combates [...] Daqui resultam as atividades completamente diferentes, a da formação e condução destes combates singulares de per si e a combinação de uns com os outros, tendo em vista o objetivo final da guerra. Ao primeiro caso dá-se o nome de *tática*, e ao outro *estratégia*. (CLAUSEWITZ, *apud* IASI, 2014. p. 166). Ou ainda, nas palavras de Victor Neves: “Quanto às configurações estratégicas: a partir da contribuição, no campo militar, do general prussiano Carl von Clausewitz ([1832-37] 2008), é possível defini-las como a articulação no plano da teoria das diversas formas e momentos da luta ou do confronto entre as forças em presença aos objetivos finais perseguidos por cada uma delas. A estratégia revolucionária dos comunistas é, portanto, a articulação entre suas diversas frentes e modalidades de luta ao objetivo final da construção de uma sociedade sem classes, da sociedade humanamente emancipada. Neste sentido, devemos procurar esclarecer a diferença entre estratégia, programa e tática, sendo esta última a resultante das decisões referentes a cada momento do processo de luta, ou seja, a cada um dos confrontos tomados em sua singularidade. Ainda: para conformar uma estratégia revolucionária no sentido da articulação referida a partir do ponto de vista da classe

no curso destas formulações é comum que existam diferentes proposituras sobre o ser e o não ser das coisas, entretanto, no interior desta multiplicidade de entendimentos que se apresentam, tendencialmente um entendimento se cristalizará enquanto percepção partilhada pela classe como um todo, conformando a estratégia preponderante de um período. Assim a estratégia determinante de um tempo nada mais é do que o momento em que a teoria assume força material entre as massas, dando forma e conteúdo para sua ação na luta concreta entre as classes. Forçosamente, a teoria que ganhará terreno entre o conjunto da classe submeterá - num movimento centrípeto - todas as outras expressões marginais⁴¹. Esta estratégia se corporifica nas organizações políticas, sendo que no curso de suas ações, obrigatoriamente, destaca-se com maior centralidade um operador político principal. Estamos de acordo com o modo com MARTINS *et.al.* quando equaciona a questão da seguinte forma:

[...] É possível encontrar, em cada ciclo histórico, certas composições, ou configurações estratégicas que pautam todas as demais posições sobre o assunto em uma época dada em certa formação social. Quer sejam favoráveis, quer sejam contrárias a estas configurações-chave, todas as demais posições são forçadas a se posicionarem em relação a estas. Tais configurações estratégicas se mostram como únicas e inescapáveis em cada ciclo, e partimos da hipótese de que isso está relacionado ao fato de que elas articulam, em torno do objetivo da revolução (e no caso brasileiro, da revolução brasileira), visões sociais de mundo unitárias e coerentes a partir das quais conquistam posição dirigente face à classe trabalhadora (MARTINS, *et.al.* 2019, p. 26).

Portanto, a objetivação do terceiro momento da consciência invoca a necessidade de uma projeção estratégica. Esta estratégia estará imbuída das qualidades específicas da análise concreta de determinado período, por outras palavras, a estratégia reflete o modo como o conjunto da classe assimilou o real em seu movimento de inteligência das diferentes determinações que conferem forma e conteúdo à produção social da vida. Exatamente por isto, a estratégia tecida pela classe assume forma política num operador, submetendo todas as outras facções à

trabalhadora, é necessário partir da base material real em que se atua, refletida no plano do pensamento em uma teoria social que organiza a visão social de mundo unitária e coerente desta classe” (NEVES, 2013, p. 52). Para uma análise mais detida, recomendamos em particular o primeiro capítulo (Criadores e criações: a *questão das estratégias*) da tese de doutorado de Isabel Mansur Figueiredo, já referenciada.

41 Isto ocorre mesmo que as expressões marginais - no interior de sua remissão à estratégia determinante - atuem na direção de atacá-la; este movimento, comumente opera na direção contrária de sua intencionalidade, de forma que a negação acaba por confirmar a supremacia da estratégia determinante. A este respeito, indica-se consultar o modo como Iasi sistematiza a questão da “fraternidade terror” in *As metamorfoses da consciência de classes – o PT entre a negação e o consentimento*.

seu jugo. O período histórico gravado pelo início de uma estratégia e seu respectivo esgotamento, marca o que chamamos ciclos históricos. Temos assim:

Um ciclo histórico é necessariamente associado à constituição da classe como sujeito político e, portanto, inseparável do movimento de sua consciência. A consciência de classe não é um mero saber de si como classe, senão uma consciência prática necessária, isto é, implica que a classe superou sua “serialidade”, se fundiu contra uma “ameaça” e assumiu para si tarefas políticas práticas que se confrontam antagonicamente com a classe dominante. A consciência de classe se expressa nos “instrumentos políticos”, nas suas práticas organizativas que emergem como forma de enfrentar os problemas colocados pelo real. Daí que a noção de ciclo histórico nos remete ao ascenso e descenso da classe trabalhadora como sujeito político, da construção de seus instrumentos de luta (instâncias coletivas) e do seu esgotamento como alternativa. Associada à criação de instrumentos coletivos que universalizam suas lutas particulares, está a elaboração de uma estratégia política que, em seu grau máximo de consciência, tem por objetivo a superação da sociedade capitalista. Pode-se, assim, falar de estratégia predominante em cada ciclo histórico. (MARTINS et.al. 2019. p. 27)

São estas, portanto, as características que julgamos compor um ciclo – como resultando das metamorfoses da consciência, que desdobram na conformação de uma classe em si e para si, e que a partir deste momento confecciona sua estratégia entendida como caminho para a realização de seu objetivo revolucionário.

Pois bem, o que ocorre quando se encerra um ciclo? Uma vez esgotado um ciclo histórico, temos dois cenários possíveis: o primeiro é o esgotamento estratégico acompanhado por uma vitória, neste caso, o proletariado é impelido a formular uma nova estratégia para a realização de seus novos objetivos. No caso de haver triunfado uma estratégia de tomada do poder político para a construção da sociedade socialista, abre-se como condição a formulação da estratégia de condução desta transição à sociedade comunista. Neste primeiro cenário, a dissolução da estratégia pretérita não é acompanhada - pelo menos não imediatamente - por um processo de esgotamento da forma da consciência mais desenvolvida do proletariado, a terceira forma. Isto significa que uma vez vitoriosa a estratégia, mantém-se como pressuposto de seu próximo passo a fusão de classe, de tal forma que a classe não se esgota enquanto classe para si, apenas encontra em seu processo de negação um novo cenário que exige novas formulações. Do contrário, no segundo cenário, temos o esgotamento de um ciclo histórico acompanhado por um processo de retorno à primeira forma de consciência determinado em última instância pela derrota da estratégia posta em marcha;

tendencialmente, uma derrota histórica da classe produz sua fragmentação, a desmoralização de seus instrumentos organizativos, a prova histórica de seus erros filosóficos, e uma dissolução da classe enquanto classe para si; o sujeito coletivo que havia sido formado pulveriza-se novamente em um capsular indivíduo. Naturalmente, este momento histórico é o momento de ressurreição da ideologia burguesa – da hipocrisia deliberada.

Neste segundo cenário, a resignação vivida no fecho de um ciclo histórico, contraditoriamente marca o início tendencial de um novo. Vimos que os processos de fusão de classe - e portanto, saltos entre os momentos da consciência - são sempre resultantes da lógica própria do sistema capitalista e da atuação de sua vanguarda em seu interior. Uma derrota histórica não é capaz de superar as determinações gerais que foram responsáveis pelos processos de identidade de classe, grosso modo, a derrota de uma estratégia é incapaz de superar as leis gerais de produção e reprodução social do capitalismo, ao contrário, no curso da luta encarniçada, a burguesia impõe a derrota para tornar estas leis cada vez mais presentes - e assim ela aparece após a derrota, como intransponíveis. Com isto, é possível afirmar que no curso de uma derrota novas fusões já se apresentam em germe.

O intervalo entre uma derrota e o irromper de um novo ciclo, chamamos entre-ciclos. Estes entre-ciclos possuem características difusas, pois, há, dentre outras coisas, para o nascimento do novo, um embate deste com duas formulações: a burguesa, que se apresenta novamente para justificar a derrota, e a estratégia precedente, que ainda não percebida como equívoco se insinua constantemente, visto que há uma temporalidade para que os sujeitos derrotados percebam as raízes de sua derrota, e neste sentido, é comum apresentar parciais superações ainda carregadas de traços do velho não superado; por isto as expressões filosóficas que alicerçam o entre-ciclos dão mostras de como o novo se apresenta ainda vestido de velho⁴². Neste intervalo transitório, sua principal característica, no plano da consciência é a crise filosófica, que põe em cheque toda a filosofia pretérita que se apresentava como unitária e coerente, de tal forma que nos movimentos de sua superação, as diferentes manifestações aparecem como continuidades e

42 Como vimos nas sucessivas rerepresentações da Estratégia Democrático-Popular na primeira seção deste capítulo. Pretendemos, ainda, a fim de colher nossas experiências enquanto classe trabalhadora, ao largo de nosso trabalho apresentar, com exemplos históricos, algumas expressões do único entre-ciclos por nós vivido completamente.

descontinuidades até que se descortine uma vez mais o conjunto de ideologias que acomete o proletariado em seu conjunto; para a partir daí, através de novas fusões, este seja capaz de completa autonomia histórica novamente. Vale dizer ainda, que se o proletariado feito classe/sujeito opera sua consciência através de seus instrumentos de luta centralizado num principal operador político, naturalmente em um momento onde a consciência se manifesta desagregada e casual, seus instrumentos de luta obedecerão à esta condição. No interior do entre-ciclos vive-se a crise do antigo operador político e a fragmentação generalizada dos instrumentos de luta da classe trabalhadora⁴³. O entre-ciclos é, desta forma, compreendido como um momento transitório entre um retorno à primeira forma, que será revestido de novas qualidades, e um tendencial novo salto para a segunda forma. Do mesmo modo que as crises do capital são cíclicas, o processo de consciência, que é por estas determinado, acaba por se apresentar ciclicamente também, embora, desde já, não podemos confundir cíclico com um reencontro exato às características específicas que conformaram as formas de consciência - as sínteses históricas - passadas, isto é, os ciclos não se repetem identicamente. Trata-se de entender que este reencontro assume a expressão de uma superação, no sentido já empregue neste texto, que abole o antigo, sem por isto dele prescindir (LEFEBVRE, 1975), ou em outras palavras, o reencontro com a primeira forma, ou com as outras formas de consciência, incorpora negando suas expressões antepassadas. Temos assim, por exemplo, no reencontro com a primeira forma de consciência, uma serialização que obedece a determinadas características gerais próprias desta forma, mas que em sua manifestação objetiva está condensada uma outra forma qualitativamente diferente daquilo que em outro momento se apresentou como a consciência alienada. Igualmente, as subseqüentes fusões de classe apenas aparentemente expressam uma repetição histórica, isto porque, sob nenhum aspecto são as mesmas sínteses históricas, possuirão qualidades essencialmente diferentes ainda

43 Atravessado este esboço genérico sobre nosso entendimento a respeito dos ciclos históricos e entre-ciclos, que como vimos, acompanham necessariamente os movimentos da consciência de classe em seus processos - sempre mediados pela luta entre as próprias classes -, retornamos às afirmações imediatas feitas no primeiro parágrafo desta seção acreditando que estas possuam agora, melhores condições de serem compreendidas. Referimo-nos à afirmação de que o proletariado hoje está inscrito no interior de um recente reencontro com a primeira forma de consciência, isto é, diante de uma derrota estratégica e imerso no entre-ciclos. Exatamente por reencontrarmos a primeira forma de consciência, afirmamos a possibilidade de novas fusões e projeções de superação do capital, na qual as diferentes lutas que o proletariado vem fazendo neste último período são suas primeiras contrações.

que obedecem a características próprias de seu momento de consciência⁴⁴. Por fim, após termos percorrido este descritor geral a respeito de nossa compreensão sobre ciclos e entre-ciclos, se apresenta uma questão: quantos ciclos foram vividos pelo proletariado em sua fração nacional brasileira? Na história do movimento operário brasileiro, compreendemos dois ciclos históricos. Marcadamente, costumamos nos referir a estes ciclos através de suas respectivas estratégias correspondentes. O primeiro ciclo é expresso pelo Estratégia Democrático Nacional (EDN) impulsionada pelo principal operador político da classe neste período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) - que marcou a primeira metade do século XX até sua derrota em 1964 com a ditadura militar. O segundo ciclo é protagonizado pela Estratégia Democrático-Popular, cujo principal operador político foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Claramente, entre um e outro, marcou-se um entre-ciclos, que figurou de 1964 até, pelo menos 1980.

44 “A vida não destrói a matéria sem vida, mas a compreende em si e a aprofunda. O ser vivo tem sua química; há entre a vida e a matéria sem vida apenas um “salto” dialético, não uma descontinuidade absoluta. E mesmo a química do ser vivo ou a química orgânica aparece como mais rica, mais vasta que a química da matéria [...] No devir do pensamento e da sociedade, revela-se ainda mais visivelmente o movimento “em espiral”: o retorno acima do superado para dominá-lo e aprofundá-lo, para elevá-lo de nível libertando-o de seus limites (de sua unilateralidade). A contradição dialética é já “negação” e “negação da negação”, visto que as contradições estão em luta efetiva. Deste choque, que não é um choque “no pensamento”, no plano abstrato, no plano subjetivo (embora dê lugar a um “choque de pensamentos”), surge uma promoção mais elevada do conteúdo positivo que se revela e se libera no e pelo conflito” (LEFEBVRE, 1975, p. 240).

CAPÍTULO II

2.1 A Estratégia Democrático Nacional.

I

Por você evitamos pôr o Partido nos altares.

*Porque nos ensinou que o Partido
é um organismo que existe no mutável mundo da realidade
e que sua enfermidade é semelhante a uma bancarrota.*

*Por você sabemos, Lênin,
que o melhor berço do Partido
é o fogo.*

II

*Por você compreendemos que o Partido pode aceitar
qualquer clandestinidade
menos a clandestinidade moral*

*Por você sabemos que o Partido se constrói
à imagem e semelhança dos homens
e quando não é a imagem e semelhança dos melhores
homens
é necessário voltar a começar.*

*(DALTON, Roque. Dialética das gêneses, crises e
renascimentos)*

2.1.a. A negação que convida à um retorno.

Uma das marcas que incidiu diretamente na conformação da Estratégia Democrático-Popular foi a perspectiva de superação, e, portanto, de negação, do ciclo histórico que a precedeu. Naturalmente, toda filosofia que está por erguer-se, faz-se sempre enquanto arma ofensiva dirigida à outras filosofias e no ciclo protagonizado pela EDP procurou-se desvencilhar sua perspectiva de mundo dos eixos centrais que estruturam a estratégia pretérita, a Estratégia Democrático-Nacional. Esta estava compreendida através de todos os tipos de preconceitos - que

de uma forma ou de outra contribuíram para a síntese estratégica da EDP - onde numa aproximação rápida, entendia-se que, basicamente, a EDN havia sido uma perspectiva de construção golpista do socialismo, que era em essência autoritária e antidemocrática e, que não teria sido de fato expressão de um movimento de massas, mas que operava no sentido de reproduzir a forma burocrática de lutar herdada pela URSS, combinada à particular forma de fazer política própria da formação social brasileira, isto é, 'pelo alto'. Assim, no processo de 'inventariar' a EDN e construir a nova estratégia, um dos elementos que a determinou foi o preconceito. Isto foi atravessado por uma boa dose de arrogância e era comum se ouvir que apenas com o nascimento do Partido dos Trabalhadores estes possuíam pela primeira vez na história do Brasil um partido autêntico, negando em larga medida toda a história prévia de experiências colhidas pelo proletariado, seja em sua fração nacional brasileira ou em seu conjunto mundial. Em um livro publicado em 1986, chamado *E Agora PT - caráter e identidade* reuniu-se importantes quadros do partido que se animaram em debater os diferentes temas que a realidade os impunha; dentre eles, figura um artigo de Francisco de Oliveira, intitulado *Qual é a do PT?*. Neste artigo, um dos elementos que incomoda bastante o autor é justamente esta arrogância. Francisco de Oliveira esforça-se para compreender a novidade do PT sem por isto perder de vista a história passada do movimento operário no Brasil, identificando a postura de negação grosseira como algo daninho ao processo de constituição da nova estratégia.

Há verdade, meias-verdade e equívocos na afirmação de que o PT é o primeiro partido político na história brasileira que emergiu da classe operária, não apenas do ponto de vista de sua "missão" mas no sentido mais preciso de que foram operários os seus principais fundadores. O equívoco reside em desconhecer, ou aparentar - frequente tanto entre os sindicalistas quanto entre militantes vindos da esquerda, e mesmo entre os intelectuais que militam no partido - a anterior história do movimento operário brasileiro e suas projeções nos partidos políticos. Na sequência de iniciativas que não chegaram a cristalizar-se como partidos políticos, como o Bloco Operário-Camponês, mas que lhe forneceram boa parte dos quadros, O Partido Comunista do Brasil - denominação original do atual PCB, como secção brasileira da Internacional Comunista - constitui o primeiro partido de origem operária, no cruzamento com alguns intelectuais e membros de uma incipiente classe média no Brasil dos anos vinte. [...] é inequívoco que algumas lideranças operárias estiveram desde o início na sua constituição e participaram de sua direção. Ao lado, como ocorre no PT também, de lideranças intelectuais e das classes médias.

[...] O PT, assim, aparece, ainda que isto cause arrepios à maioria de seus atuais militantes e dirigentes, como o continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial (OLIVEIRA, 1986. p. 10).

Claramente, o que assumirá a forma de uma arrogância, e que em parte definirá a EDP, possui determinações concretas. Francisco de Oliveira elenca uma delas: esta negação para ele é resultante de um alijamento profundo do operariado dos anos 1970 com sua própria história, em parte por uma conquista política orquestrada pela ditadura militar que logrou cindir através da mais espúria violência o vínculo entre os partidos de esquerda e sindicatos com os operários⁴⁵; e em parte porque a própria esquerda no curso de suas ações optou por atuar através de atividades vanguardistas pela via da luta armada, terminando por isolar-se, dado que “a centralidade da participação deslocou-se para membros das classes médias, com reduzidíssima ou nula participação operária” (OLIVEIRA, 1986, p.12). Se estas razões não esgotam o tema, em grande medida apontam para as características gerais que definiram o distanciamento da classe trabalhadora com a tradição comunista no Brasil. Contudo os formuladores da EDP não reduziram suas atividades em simplesmente esquecer o passado, houve uma revisão crítica da experiência pretérita feita por diferentes segmentos do movimento operário⁴⁶. Neste momento, interessa apenas destacar que, arrogante ou não, naquilo que é fundamental, o PT estruturou seu caminho para construção do socialismo no Brasil buscando diferenciar-se da estratégia anterior. Cabe destacar que a perspectiva de se distinguir consiste em acerto, isto por uma razão simples, a estratégia protagonizada pelo PCB saiu derrotada e deu prova histórica de sua necessária superação. Em si, isto parece ser razão suficiente e plausível para uma diferenciação. Entretanto, entendemos que mesmo empenhado em se distinguir, o PT ao final reencontrou aquilo que pretendia negar. Se a consciência de nosso tempo em larga medida tende a rerepresentar a EDP, fato que só pode ser superado após a crítica essencial aos lineamentos que a constituiu, supõe-se que os preconceitos que cimentaram a ‘superação’ de sua estratégia imediatamente anterior, a EDN, igualmente faz-se presente em nossa visão de mundo, como legado, como produto de seu processo. Esta é a razão pela qual se apresenta enquanto uma necessidade retornar aos caminhos que produziram esta visão de mundo. Por isto, antes de apontamentos conclusivos imediatos sobre a EDP, cabe

45 A fim de ilustrar historicamente, ver também o livro *Quando novos personagens entram em cena* de Eder Sader, em particular o capítulo III intitulado *Matrizes Discursivas* em sua seção *O marxismo de uma esquerda dispersa*.

46 Voltaremos a este ponto mais tarde em seção reservada a exposição do entre-ciclos.

neste trabalho percorrer os lineamentos gerais que caracterizaram a Estratégia Democrático-Nacional, a fim de tornar nossa leitura sobre o real um pouco mais rica em mediações.

Muita tinta já correu na direção de apreender as características essenciais da EDN e não possuímos nenhuma pretensão em acrescentar algo novo a estas leituras; em verdade, o que faremos será uma síntese de sínteses. Voltarmos à caracterização desta estratégia será apenas um ponto de apoio para um melhor entendimento da própria Estratégia Democrático-Popular. Se há algo que pode ser compreendido como novo neste enquadramento, refere-se exclusivamente à perspectiva de entender a EDN e EDP enquanto partes constitutivas (ainda que contraditórias) de um mesmo processo; entretanto, isto de forma alguma produz algo novo à historiografia do objeto agora em questão.

Visto que o retorno à EDN faz-se costumeiramente de modo mecanizado, generalizando um etapismo grotesco para pronto descartá-lo, estamos de acordo com Marcos Del Roio, “[...] que uma visão dualista e etapista da história, presente no conjunto da cultura comunista no Brasil, se falsa não é, deve ser, pelo menos, muito atenuada e matizada. [...]” (DEL ROIO, 2012. p. 217). Com isto em mente, passemos ao exame da EDN.

Tal como já apontamos anteriormente, um ciclo histórico acompanha o processo de consciência da classe, e na história do movimento operário no Brasil houve dois grandes ciclos, a Estratégia Democrático-Nacional e a Democrático-Popular. À primeira vista este modo de colocar a questão exclui as grandes batalhas travadas pelo operariado nas duas primeiras décadas do século passado, orientadas pelo ideário anarquista⁴⁷. Esta é uma falsa impressão, pois compreendemos o

47 É preciso matizar o sentido da afirmação ‘período anarquista’, pois ainda que o movimento brandia a bandeira vermelha e negra, é bastante difícil batizar este movimento como genuinamente anarquista, uma vez que anarquismo e comunismo se confundia no imaginário da classe trabalhadora e sua vanguarda, que em sua primeira experiência política não discernia efetivamente uma diferença entre ambas as posições. Mesmo após a Revolução de Outubro esta confusão estava presente. A oposição apenas se solidifica entre o período de 1919 e 1920. Nas palavras de Marly de A. G. Vianna: “Podemos perceber que, apesar do firme propósito de formar um partido político operário e apoiar a Revolução Russa, marxismo e anarquismo estavam confundidos na cabeça dos fundadores. A partir de 1919, com a repressão à guerra ucraniana, dirigida por Makhnó, que lutava contra os exércitos brancos, mas não aceitava muitas das diretivas bolcheviques, e com o ataque aos marinheiros rebeldes de Kronstadt, em março de 1920, o desencanto dos anarquistas com a Revolução Russa foi um fato, que resultou na separação mais acirrada, entre os que continuaram anarquistas e os que, adeptos agora do bolchevismo, queriam fundar um partido comunista e ligar-se à III Internacional” (VIANNA, 2012, p. 164). O mesmo pode ser identificado nas palavras de Astrojildo

‘período’ anarquista’ da classe trabalhadora no Brasil como um momento da consciência onde a classe ainda não agia com completa autonomia, isto é, já agia fundida em classe mas não possuía em seu horizonte uma perspectiva de superação das relações capitalistas de produção, sua atividade encerrava-se nos marcos da reivindicação, que como discorremos anteriormente caracteriza a segunda forma de consciência, a consciência em si. De tal forma, entendemos as jornadas anarquistas como um momento de constituição da classe, e por isso, parte componente - ainda que germinal - do ciclo Democrático-Nacional. Victor Neves, ao discorrer sobre o nascimento do PCB como resultado do amálgama entre a Revolução de Outubro na Rússia e o desenvolvimento da luta de classes no Brasil parece confirmar esta interpretação:

Eclodiram, neste período, numerosas greves nos principais centros urbanos do país, que se por um lado marcam o crescimento numérico e o avanço na consciência da classe trabalhadora enquanto classe em si, por outro lado deixam claro o esgotamento das formas organizativas até então implementadas pelo proletariado sob direção do anarcossindicalismo (Mattos, 2009, cap. 2) (NEVES, 2013).

Notadamente, apontamos que a segunda forma encontra nos sindicatos um de seus principais instrumentos políticos para operar concretamente sua consciência. Não nos parece fortuito que nas lutas deste momento o sindicato tornou-se a principal instância diretiva. Ao mesmo tempo, pelo próprio caráter das lutas deste período - que extrapolam e muito uma forma corporativa - impõe-se ao movimento a necessidade de um instrumento de luta capaz de abarcar as diferentes frentes em que se estava travando as batalhas, algo que supere as limitações dos sindicatos. Neste sentido é importante perceber, por exemplo, como a pauta do ‘fim da carestia’ - que era desdobramento direto da 1ª Guerra Mundial – transcende a encapsular estrutura organizativa dos sindicatos ordenados por categorias de trabalhadores, imprimindo às organizações sindicais dificuldades (impossibilidades) de conduzir as lutas nos mesmos patamares. A realidade para os trabalhadores foi didática, onde as bandeiras operárias neste período já extrapolavam a capacidade

Pereira quando indica que muito se desconhecia sobre a diferenciação de ambas as doutrinas, pois, a recepção da Revolução bolchevique na Rússia foi assimilada como uma Revolução de corte libertário: “É certo que em muitas dessas publicações havia a suposição de que se tratava de uma revolução de tipo libertário, abrindo caminho ao anarquismo; mas, isso resultava simplesmente da completa ignorância, reinante em nosso meio, acerca do Partido de Lênin e Stálin e da posição realmente e conseqüentemente revolucionária que o mesmo sustentara, durante anos, nos quadros da II Internacional” (PEREIRA, [1952] 2020).

de lutas que seus instrumentos conseguiam suportar. Foi preciso dar um salto organizativo, e isto significou construir um partido, sem isto fazia-se impossível triunfar⁴⁸. Caminhando para esta conclusão, os trabalhadores passam a agir diante de um problema original, a necessidade de construção de um partido que logre agrupar em torno de si as diferentes lutas feitas pela classe em movimento (MAZZEO, 1999). O mesmo é confirmado por Astrojildo Pereira:

As grandes greves e agitações de massa do período 1917-1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país (em conexão com a situação mundial criada pela guerra imperialista de 1914-1918 e pela vitória da revolução operária e camponesa na Rússia, abriu perspectivas favoráveis à derrubada do poder feudal-burguês dominante (PEREIRA, [1952] 2020).

Assim, não nos parece que a derrota das greves de 1917 e o levante armado em 1918 na cidade do Rio de Janeiro expresse uma derrota estratégica que seria seguida de um entre-ciclos, ainda que muito curto, para novamente se irromper em um novo ciclo a partir de 1922 com a formação do PCB. Se assim pensarmos cairemos numa cilada formalista que perde de vista o processo, o movimento que impulsiona a necessidade de formulação de uma organização capaz de encampar a superação da sociedade capitalista através de uma estratégia adequada a esta realidade. Entendemos, pois, o período anarquista como ante-sala da ação de classe para si, observando que a ruptura vivida pela classe com seu ferramental anarquista, é na verdade uma continuidade no processo de maturação da ação e consciência da classe, que desembocou na fundação do PCB⁴⁹. Se retornarmos à este período, podemos perceber que há intentos de fundação de um partido revolucionário desde 1918, frustrados em decorrência da repressão que seguiu após o levante de novembro deste mesmo ano (VIANNA, 2012) e mais solidamente em 1919, quando chegou-se a constituir efetivamente um partido, que determinado pela vitória da revolução socialista na Rússia, se expressa aqui como o Partido Comunista, que ver-se-á destruído pela intensa repressão.

48 Veremos na seção *Irrompem as greves do ABC: o processo de fusão de classe e nascimento do PT*, que este mesmo dilema se reapresentará para os trabalhadores 62 anos mais tarde.

49 É importante frisar que estamos tratando neste momento exclusivamente do movimento da luta de classes no Brasil. Não estamos de forma alguma generalizando a síntese particular brasileira à todas as experiências de luta mundial. Não queremos apontar que o anarquismo em geral corresponde à consciência em si, ou que o anarquismo é sempre a ante-sala do comunismo. Imediatamente a experiência espanhola dos anos 1930 nos desautorizaria por completo.

Em 1919 houve um câmbio ideológico nos anarquistas em todo o país. Supondo como obra anarquista o golpe de novembro, passaram com armas e bagagens ao bolchevismo. Esse fato fez com que desaparecessem as divergências em Porto Alegre. O entusiasmo no Brasil chegava ao auge fundando-se então, nos primeiros meses do ano, o Partido Comunista do Brasil que chegou a ter, segundo a imprensa obreira, (80.000) oitenta mil membros (*sic*); e em 1º de maio do mesmo ano o referido partido promoveu duas imponentes manifestações, uma na capital da República, Rio de Janeiro, e outra em São Paulo, segunda cidade do país. Os manifestantes, em Rio de Janeiro, levavam, além de bandeiras e distintivos, uma faixa ao longo do peito dos principais membros do partido, em diferentes dizeres: Partido Comunista do Brasil; quem não trabalha não come; tudo de todos etc.; um grande retrato do camarada Lênin com os seguintes dizeres: Lenine: adorá-lo, nunca; admirá-lo sempre. O mesmo partido convocou um congresso que foi dissolvido pela reação capitalista; esse fato não diminuiu o entusiasmo e os mais entusiastas dos intelectuais confeccionaram um programa que, embora cheirasse bastante a anarquismo, pode-se julgá-lo bem, tendo em consideração a fonte donde proveio. Nas principais cidades do país, o entusiasmo pela Revolução Russa entre os trabalhadores era tão grande que fazia supor próxima a implantação dos Soviotes no Brasil. Os adversários dos Soviotes no meio proletário, ou seja, os anarquistas empedernidos, não ousaram fazer contrapropaganda aberta; faziam-na, porém, sorrateira. [...] (NEQUETE, *apud* VIANNA. 2012, p.162)

Esta passagem confirma o que estamos apontando. Se fomos derrotados nas greves de 1917 e no subsequente levante armado, isto para nada significou um retorno à primeira forma, um encerramento de ciclo. Afirmamos que uma das características que constitui a derrota estratégica e o esgotamento de um ciclo é exatamente a atomização dos indivíduos e um regresso da consciência social à forma alienada e ideológica, praticamente, significando a desmobilização da classe, ou, em casos mais graves, a mobilização desta para projetos que se voltam contra ela. No caso particular do período que decorre de 1917 a 1922, o que vemos é exatamente o contrário. A classe permanece fundida e pelas suas próprias experiências, somadas à confirmação histórica da possibilidade de vitória e, mais que isso, somada a uma perspectiva sólida de fundação de uma nova sociedade, a classe qualitativamente salta para um novo momento de seus embates contra o capital. Munida agora de um partido e de um objetivo claro - o socialismo -, encontrou-se diante da necessidade de uma construção estratégica.

Todo aquele período de 1917-1920 caracterizou-se por uma onda irresistível de greves de massa, que em muitos lugares assumiram proporções grandiosas. Já antes mesmo, em julho de 1917, tinha havido a greve geral em São Paulo, paralisando completamente, durante alguns dias, a vida da cidade. Em 1918, 1919, 1920, no Rio, de novo em São Paulo, em Santos, em Porto Alegre, na Bahia, em Pernambuco, em Juiz de Fora, em Petrópolis, em Niterói e outras muitas cidades de norte a sul do

país, as greves operárias se alastravam com ímpeto avassalador. Eram movimentos por aumento de salários e melhoria das condições de trabalho, mas uma coisa se mostrava evidente — a influência da Revolução de Outubro como estímulo à combatividade da classe operária (PEREIRA, [1952] 2020).

Segundo Mazzeo, a própria Insurreição de 1918 já pode ser considerada como um indicador que nos autoriza concluir por um salto de qualidade nas formas organizativas e, conseqüentemente, na consciência de classe do movimento operário. Ainda que atravessado por inúmeras debilidades, o levante revela três características que são fundamentais para o estudo: a primeira de todas é que a Insurreição está diretamente insuflada pelos ares revolucionários oriundos da vitória bolchevique na Rússia, esta, por consequência, potencializou a ação dos operários no Brasil, em especial naquilo que se apresenta como uma segunda característica fundamental, abriu-se para o movimento operário no Brasil a necessidade de tomada do poder, e, combinado a isto, a necessidade de organizar-se de acordo com seu momento da consciência — agora em situação superior.

[...] No entanto, a greve de 1917 deixou um grande saldo positivo: sua própria experiência, que passou a servir de parâmetro para outras mobilizações operárias. Se comparamos os acontecimentos de 1917, em São Paulo, com a Insurreição do Rio de Janeiro, de 1918, verificamos um salto de qualidade no que diz respeito ao aspecto organizativo do operariado. Lá, a greve parte de uma organização e planejamento prévio, com reduzido grau de espontaneidade, e articulada com outros setores da sociedade, tendo na liderança do movimento José Oiticica, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João Pimenta e Agripino Nazaré. Outro aspecto extremamente relevante é que esse movimento ocorre sob a forte influência da Revolução de Outubro na Rússia, e tem como objetivo a implantação de soviets na cidade do Rio de Janeiro. Tanto que, segundo os planos, deflagrada a greve, os operários deveriam tomar o Palácio do Catete e içar a bandeira vermelha e outro deveria atacar a Intendência da Guerra, para se apossar de armas e munições.

[...] Outro aspecto relevante foi a preocupação de organizar e planejar previamente o movimento, tendo por objetivo assaltar o poder e criar um governo popular, o que revela a presença de uma teleologia na ação, até então inexistente nas movimentações operárias. De modo que este movimento marca claramente a eclosão da consciência da possibilidade real de poder popular nas lideranças e em setores operários, além da nítida influência da Revolução Russa em suas formulações. [...] (MAZZEO, 1999, p. 21).

Desta forma, após um curto período de gestação, entre 25 e 27 março de 1922, fundou-se o Partido Comunista Brasileiro. Combinado ao avanço da ofensiva da classe operária, a repressão intensifica-se contra estes, e o PCB quase que imediatamente será posto pela primeira vez na ilegalidade, elemento que dificultou

sua ação, embora não tenha sido suficiente para eliminá-la. A década de 1920 será marcada, fundamentalmente por: a) a aceitação do Partido na IC que será apenas em 1924, após a superação do ‘episódio Canellas’⁵⁰; b) a formulação estratégica.⁵¹

2.2. A Estratégia Democrática-Nacional, primeiros passos.

Normalmente, quando se trata de caracterizar a EDN, costuma-se referenciar especialmente à década de 1940 e dá-se especial enfoque às inflexões vividas pela linha do partido a partir de 1954, que se materializa na famosa “Declaração de Março de 1958”, quando uma das faces da estratégia se apresenta. Acreditamos que esta forma de armar a análise perde de vista o movimento de constituição da estratégia desde seus anos iniciais, e passa a sugerir, voluntária ou involuntariamente, que até os anos 1940 o partido atuava às cegas, sem uma linha estratégica precisa. Além disto, deixa de perceber as diferentes vias pelas quais a estratégia fora aplicada.

Para nós, entendemos que a linha proposta pela “Declaração de Março de 1958” (que veremos mais adiante) é apenas uma via das diferentes possibilidades de implementação que a estratégia provou ao largo de sua trajetória. Assim, parece-nos que os pressupostos que conferem unidade e coerência às linhas mestras da estratégia democrática e nacional já estavam consolidadas desde os primeiros anos de vida do partido, sendo enriquecida ao largo de sua adequação ao real⁵². De

50 O episódio Canellas refere-se à participação do dirigente comunista Antônio Bernardes Canellas no IV Congresso da IC, que em função de sua conduta atrasou a assimilação do PCB como uma seção nacional da IC.

51 É válido apontar ainda que a constituição do partido conviveu a primeira década inteira com a disputa anarquista, sobretudo em São Paulo, onde o partido encontrou dificuldades para sua consolidação. Todavia, parece-nos que a direção anarquista já se encontrava em vias de degeneração, e terminou por sucumbir à marginalidade política após a ascensão de Vargas na década de 1930 em especial, após a instituição da regulamentação das leis trabalhistas e da institucionalização dos sindicatos, negada por princípio pelos anarquistas.

52 Conforme Anita Prestes: “Qual foi, entretanto, a concepção da revolução brasileira adotada pelo PCB desde seus primeiros anos de existência? Chama a atenção que, num aparente paradoxo, o partido que se intitulava “vanguarda da classe operária”, e adotava o “internacionalismo proletário” como princípio fundamental, estivesse comprometido com posições nacionalistas não só em seus documentos como na ação política cotidiana. Ainda no II Congresso do PCB, realizado em 1925, condenava-se a dominação imperialista do país e eram propostos caminhos que apontassem para a emancipação nacional, ou seja, para a superação da subordinação dos interesses nacionais ao imperialismo inglês e estadunidense. (Brandão, 2006). O socialismo não estava em pauta naquele

modo análogo, é comum referir-se a esta estratégia como uma importação imediata dos lineamentos diretivos da Internacional Comunista (IC). Se há verdade na afirmação da subordinação do partido a esta instância, isto não significa dizer que no interior do próprio partido não existiram aqueles que estavam dedicados em produzir uma interpretação da formação social brasileira autonomamente. Normalmente, este tipo de postura frente ao objeto acaba por supor uma inexistência absoluta de produção intelectual, sugerindo uma reprodução robótica dos velhos manuais stalinistas. O ciclo pecebista contou, tal como qualquer ciclo, com uma gama de intelectuais que dedicaram parte de sua atividade militante em produzir uma interpretação de nossa particularidade, foi o caso de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Caio Prado Jr., Cristiano Cordeiro, Leôncio Basbaum, Nelson Werneck Sodré, Zuleika D'alambert, Alberto Passos Guimarães, Clóvis Moura, Ana Montenegro, etc. Entretanto, seria uma inverdade afirmar que este esforço por uma interpretação da realidade não tenha sido marcado por uma dificuldade de apropriação do marxismo em sua riqueza metodológica, com especial destaque para os primeiros anos de vida do partido. E isto passou ditar o dilema marcado pela urgência histórica de interpretação da realidade pressionada pela urgência política da ação imediata. Neste impasse entre o nascente e frágil marxismo no Brasil e a influência soviética – que já operava manobras teóricas para justificar suas táticas recuadas – muito foi absorvido de modo a minar a potência revolucionária da teoria marxista no Brasil.

Com relação aos primeiros passos desta estratégia pode-se afirmar que ela foi tecida com larga autonomia. Octávio Brandão e Astrojildo Pereira (Secretário Geral do Partido no período que compreende 1922 até 1930) são as figuras que primeiro produzem uma caracterização da realidade brasileira, e o fizeram com as ferramentas que possuem.⁵³ A principal produção deste decênio é a obra de Brandão *Agrarismo e Industrialismo e O proletariado perante a Revolução Democrático Pequeno-Burguesa* que através do IIº e IIIº Congresso do partido

momento. Desde os anos 1920, o PCB seguiria a estratégia política da “revolução democrático-burguesa” – adotada pela Internacional Comunista (IC) para os países classificados como coloniais e semicoloniais – ou, em outras palavras, da chamada “revolução agrária e anti-imperialista”, no caso brasileiro. [...]” (PRESTES, 2013).

53 “Não há nada mais problemático na história do PCB que atribuir a sua linha política na década de vinte a uma mera sujeição burocrática às teses da Internacional Comunista nos movimentos de libertação nacional. A esse respeito, podemos dizer com segurança e sem qualquer conotação pejorativa, que o Partido Comunista do Brasil [PCB] sempre foi muito nacional” (ZAIDAN FILHO, *apud* VIANNA, 2012, p. 187).

alçará ao patamar de visão comum entre seus militantes.

2.2.a O caráter da revolução.

De início, tratando de ambientar a problemática teórica (e prática) vivida pelos comunistas no Brasil, é importante que nos coloquemos uma questão que é imprescindível para compreender os lineamentos que orientaram a EDN: é preciso compreender a magnitude do problema sobre a definição do caráter da revolução contrastado pela complexidade de apreensão da particularidade de nossa formação social.

Uma Revolução por mais que seja feita por homens e mulheres vivas, não pode ser um ato exclusivo da vontade, ela depende de um conjunto de determinações que extrapolam o simples anseio daqueles que a fazem. Vimos, por exemplo, que não se faz uma revolução a qualquer momento, deve se preparar para 'situações revolucionárias' que não podem ser confundidas com um 'período de revoluções', sob pena de empreender e esgotar nossos esforços de maneira leviana; assim, quando indicamos que uma revolução apenas pode ser feita em 'situações revolucionárias' respondemos uma das diversas questões que rodeiam o fazer de uma revolução: a questão de '*quando*' a fazemos. Outras destas questões devem ser respondidas: '*quem*' a faz e contra '*quem*' ela é feita, o que sugere desde já que uma revolução pressupõe um sujeito, e portanto, inscreve-se a questão de quem seria este sujeito; e ainda, se este a faz sozinho ou haveria no tecido social outros segmentos que mesmo com objetivos conflitantes podem comungar numa perspectiva revolucionária, configurando desta forma uma gama de aliados possíveis para realizar o objetivo revolucionário; há ainda o debate que se apresenta sobre *como* fazer uma revolução: pela via armada (urbana ou rural?) ou por trânsitos pacíficos?, por exemplo. No entanto, o conteúdo de todas estas questões é orientado por uma outra que as antecede, e por isto, torna-se a questão disparadora. Trata-se de saber *qual revolução* a ser feita, em outras palavras, qual o caráter desta revolução.

Como defini-lo? Quais são os elementos que devem ser observados para podermos concluir pela sua qualidade? Inicialmente, quando afirmamos o caráter de uma revolução, estamos diretamente apontando para o modo de produção que se erguerá como substituto. Entendemos que para captar esta possibilidade deve-se

observar inicialmente o modo como estão estabelecidas as relações sociais de produção da vida, isto é, como os seres humanos estão produzindo, quem está produzindo, o que estão produzindo, para qual finalidade estão produzindo. Mas isto ainda não é suficiente, é preciso entender em que consiste a tônica das contradições que movimentam estas relações: assim, deve-se acrescer na análise a percepção de como os sujeitos sociais estão se apropriando da riqueza produzida. É dizer, trata-se de apreender o modo como estão dispostas as relações sociais de produção em sua interação com as formas de propriedade.

Numa sociedade fundada na produção social e apropriação privada da riqueza as contradições apresentam-se através do choque entre os interesses antagônicos dos diferentes segmentos da sociedade, resultantes em última instância da relação entre o modo como se produz e a forma como se apropria. Marx em seu manuscrito *A Ideologia Alemã* nos fornece uma referência para ilustrar como a forma concreta pela qual se estabelecem as relações sociais de produção e propriedade determinam o arco de possibilidades dos interesses dos sujeitos sociais.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, no princípio, à divisão do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e com isso à divisão entre *cidade* e *campo* e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à divisão entre trabalho comercial e industrial. Ao mesmo tempo se desenvolvem sempre, através da divisão de trabalho no interior desses diferentes setores, diferentes seções entre os indivíduos atuando em conjunto em um determinado trabalho. A posição dessas seções individuais umas contra as outras é condicionada pelo modo de operação do trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classe). As mesmas condições (*Verhältnisse*) mostram-se, em caso de intercâmbio (*Verkehr*) desenvolvido, nas relações (*Beziehungen*) de diferentes nações umas com as outras. Os diferentes estágios da divisão do trabalho são, da mesma maneira, diferentes formas da propriedade; quer dizer, o estágio da divisão do trabalho em cada uma das fases determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX, [1845-46] 2007. p. 43).

Disto resulta que as formas de propriedade combinadas às relações sociais de produção, em seu movimento operam contradições que ao se desenvolverem até seu mais alto grau, manifestam a necessidade de sua resolução, o que pode significar a superação daquilo que a engendrou. Na sociedade de classes, as contradições manifestam-se através da ação política dos sujeitos; de tal sorte que neste embate entre os diferentes segmentos, parte da sociedade - normalmente a que se beneficia do estado de coisas atual - mantém sua posição de conservação

do real, opondo-se portanto, àquela que para realizar seus interesses não encontra outro caminho senão extirpar o modo de produção que alicerça sua irrealização, responsabilizando-se por arquitetar o novo.

Contudo, o novíssimo a ser criado por uma revolução parte sempre de uma realidade determinada, em última instância, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas (em seus aspectos quantitativos, mas não apenas, também em seus aspectos qualitativos) disponíveis para que os seres produzam e reproduzam sua existência, o que nos confirma que o trânsito entre um modo de produção a outro não pode ser obra do arbítrio dos seres que o realiza, seu caráter é decidido pelas possibilidades históricas contidas naquilo que a sociedade que se pretende superar legara como ponto de partida para o novo modo de produção. Estas características próprias do movimento geral da história assumem, em cada singularidade um conjunto particular de contradições, que em seu curso engendram necessariamente um desenlace ao novo.

Para o caso específico da construção socialista, como podemos concluir pela sua atualidade? Como afirmar que as condições sociais indicam que as contradições de classes estão dispostas de forma que sua única resolução possível seja o socialismo? A humanidade deve passar necessariamente pelo capitalismo para obter as condições de seu salto ao socialismo? Estas são questões que estiveram presentes na cabeça de todos os revolucionários no início do século XX. Vejamos de maneira muito sintética como aparecem os pressupostos que atualizam o caráter da revolução enquanto socialista.

Uma primeira observação deve ser feita: a afirmação do capitalismo na história trouxe consigo sua própria negação, isto é, ao passo que o capitalismo se constitui engendra pelas suas próprias características as contradições que impulsionam a possibilidade de sua superação. De tal forma o capitalismo ao mesmo tempo que se afirma, se nega. Para ambientar a afirmação entendemos que as relações sociais burguesas produzem as condições materiais que autorizam a possibilidade do nascimento da sociedade socialista, fundamentalmente, por três razões substanciais.

A primeira refere-se ao fato de que o capital é essencialmente cosmopolita, isto é, realiza-se necessariamente em escala planetária. É o que nos adita Marx desde o *Manifesto do Partido Comunista*: “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. [...] Pela exploração do

mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e consumo em todos os países” (MARX, [1848] 2010, p. 43). Esta característica foi responsável por produzir pela primeira vez um intercâmbio universal, por retirar o ser humano de seu isolamento e criar uma comunidade humana - mesmo que sob os ditames do capital esta objetivação do ser social em escala global significou/significa um estranhamento da espécie consigo mesma. Temos hoje uma cooperação mundial estranhada de si mesma expressa na mais profunda divisão social do trabalho. A partir disto, entende-se que construção de um sujeito genérico é um legado das relações sociais de produção burguesa da qual não podemos prescindir, esta estrutura cosmopolita do capital impõe como condição *sine qua non* o internacionalismo proletário enquanto exigência incontornável da realização socialista⁵⁴. O segundo aspecto imanente à lógica de produção e reprodução da sociedade burguesa que prepara as condições para o salto socialista diz respeito à uma das contradições estruturantes deste modo de produção. Entendido como um modo de produção que está assentado sob a concorrência, que tem por finalidade a reprodução ampliada e incessante do valor, o capital para sobreviver pressupõe um contínuo processo de desenvolvimento das forças produtivas, para que com isto possa reduzir ao máximo o valor unitário das mercadorias por este produzida. Esta lógica foi capaz de despertar a produtividade do trabalho a níveis nunca imaginados na história da humanidade e, exatamente por isto, o desenvolvimento das forças produtivas resultante do amadurecimento do modo de produção capitalista, permitiu que a humanidade submetesse, como nunca, a natureza às suas finalidades, autorizou os seres humanos a trabalharem de maneira planejada para satisfazer abundantemente suas necessidades (do estômago e da fantasia). Se o aumento da produtividade do trabalho na sociedade do capital significa para os trabalhadores maior exploração relativa, uma vez que reduzindo a quantidade de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho estende-se, concomitante e relativamente, a quantidade de trabalho excedente no interior de uma jornada que é apropriado pelo capitalista,⁵⁵ contraditoriamente, resulta daqui a

54 Como Mariátegui afirmou: “[...] O internacionalismo não é unicamente uma ideia, um sentimento; é, sobretudo, um fato histórico” (MARIÁTEGUI, [1924] 2005. p. 36). Adiante veremos como tergiversar esta condição através de malabarismos teóricos é profundamente daninho à vitória proletária.

55 “Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho. Para

chave para a emancipação humana. Vejamos como Marx coloca esta questão:

O aumento da força produtiva do trabalho e sua crescente intensidade atuam uniformemente no mesmo sentido. Ambos os fatores incrementam a massa de produtos elaborada num determinado período de tempo. Ambos diminuem, portanto, a parte da jornada em que o operário tem que trabalhar para produzir os seus meios de subsistência ou o seu equivalente. O *limite mínimo absoluto* da jornada de trabalho é o que traça essa sua *parte necessária*, porém com restrições. Se toda a jornada de trabalho se reduzisse a isso, desapareceria o trabalho excedente, coisa inconcebível sob o regime do capital. **A supressão da forma capitalista de produção permitiria reduzir a jornada de trabalho ao trabalho necessário.** Este, todavia, na suposição de que todas as demais circunstâncias permanecessem inalteráveis, dilataria os seus limites. Por duas razões: Primeiro, porque as condições de vida do trabalhador seriam mais prósperas e as suas exigências maiores; segundo, porque ao trabalho necessário incorporar-se-ia uma parte daquilo que atualmente é trabalho excedente, a saber: a quantidade de trabalho necessária para a criação de um fundo de reserva e acumulação. Quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, mais pode encurtar-se a jornada, e quanto mais se encurta esta, mais pode crescer a intensidade do trabalho. Socialmente considerada, a produtividade do trabalho cresce também com sua economia. Esta não inclui apenas a economia dos meios de produção, mas também a supressão de tudo quanto seja trabalho inútil. (MARX, *apud* BAMBIRRA, 1993, p. 28 - grifo nosso)⁵⁶

Por último, acreditamos que uma terceira característica da sociedade burguesa antecede e produz as condições para sua negação. Combinado aos dois traços acima apontados, cosmopolitismo e desenvolvimento das forças produtivas resultando num aumento da produtividade do trabalho, acresce-se o seu desdobramento: o processo de concentração e centralização de capitais, que em seu conteúdo monopólico, socializa os processos de trabalho. Estas três características combinadas, operam marcadas pelas contradições entre produção social da riqueza e apropriação privada desta, agora elevada ao seu mais alto nível. É exatamente esta configuração histórica que objetivamente determina um contínuo choque de interesses de classes no seio desta sociedade, impondo para alguns segmentos, enquanto possibilidade e em determinados momentos - como vimos em nosso breve descritor sobre o processo de consciência -, a necessidade de realizarem seus interesses subvertendo toda a ordem estabelecida. É desta configuração que se depreende o caráter da revolução nas sociedades capitalistas,

diminuir o valor da força de trabalho, tem o aumento da produtividade de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios” (MARX, [1867] 2011, p. 366).

56 Ainda sobre este aspecto, vale de passagem referenciar uma consideração de Lukács: “Lo que en el proletariado de la sociedad capitalista no pasaba de ser una posibilidad, alcanza aquí existencia real; la auténtica energía productiva del proletariado únicamente puede despertarse en toda su plenitud después de la toma del poder estatal. Y lo que vale para el proletariado, vale también para las otras capas oprimidas de la sociedad burguesa.” (LUKÁCS, [1924] 2004, p. 76).

onde a realização dos interesses que necessitam subverter o estado de coisas atual, para que seja plausível, apenas podem objetivar-se através de uma revolução socialista – de outra forma, todas as experiências que procuraram contornar esta condição fracassaram e rerepresentaram a manutenção da ordem social, trabalhando por sua conservação.

Este conjunto de características marca, portanto, o caráter da revolução contemporânea como socialista. Vejamos como Marx didaticamente apresenta esta tendência através do próprio movimento de afirmação do capital. A passagem é demasiado extensa, entretanto, profundamente sintética, por isto decidimos pela sua transcrição integral.

A propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção é a base da pequena indústria, e esta é condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da individualidade livre do próprio trabalhador [...] esse regime supõe a *compartimentação* da terra e dos demais meios de produção. Exclui a concentração dos mesmos, e exclui também a cooperação, a divisão do trabalho dentro dos mesmos processos de produção, a conquista e regulamentação da natureza, a livre expansão das forças *sociais* produtivas [...] Ao chegar a um certo grau de progresso, ele mesmo revela os meios materiais da sua destruição. A partir desse momento, no seio da sociedade agitam-se forças e paixões que por ele se sentem coibidas. Faz-se necessário destruí-lo, e ele é destruído. A sua destruição, a *transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios sociais concentrados de produção*, portanto da propriedade raquítica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, ou o que dá no mesmo, a *expropriação que priva a grande massa do povo da terra e dos meios de vida e instrumentos de trabalho*, essa espantosa e difícil *expropriação das massas do povo*, forma a pré-história do capital. [...] Uma vez que esse *processo de transformação corrói suficientemente em extensão e em profundidade, a sociedade antiga: uma vez que os trabalhadores se convertem em proletários e suas condições de trabalho em capital*; uma vez que o regime capitalista de produção já se move por meios próprios, o rumo ulterior da socialização do trabalho e da transformação da terra e demais meios de produção explorados socialmente, que dizer, *coletivos*, e portanto o andamento ulterior da *expropriação dos proprietários privados, adquire uma nova forma*. Já não se trata mais de expropriar o capitalista explorador de numerosos trabalhadores.

Essa *expropriação* é levada a cabo pelo jogo das leis imanentes da *própria produção capitalista, a centralização de capitais*. Cada capitalista desaloja muitos outros. Paralelamente a essa centralização do capital, ou *expropriação de muitos capitalistas por uns poucos*, desenvolvem-se em escala cada vez maior a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração sistemática e organizada da terra, a transformação dos meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção de um trabalho combinado, social, a absorção de todos os países pela rede do mercado mundial, e, como consequência disso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui progressivamente o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam esse processo de transformação, cresce o volume da miséria, da opressão, da escravização,

da degeneração, da exploração; em contrapartida, cresce também a rebeldia da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa e mais disciplinada, mais unida e mais organizada, em virtude do próprio mecanismo do processo capitalista de produção. *O monopólio do capital converte-se em grilhão do regime produtivo* que com ele e sob ele cresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu envoltório capitalista. Este explode em frangalhos. *Soou a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.*

O sistema de apropriação capitalista que brota do regime capitalista de produção e portanto, *A propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual baseada no próprio trabalho.* A produção capitalista engendra a sua primeira negação, com a força inexorável de um processo natural. Esta contudo não restaura a *propriedade privada* já destruída, mas sim uma *propriedade individual* que recolhe os progressos da era capitalistas; uma propriedade individual baseada na *cooperação* e na *posse coletiva da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.*

A transformação da propriedade privada dispersa e baseada no trabalho pessoal do indivíduo em propriedade privada *capitalista* foi naturalmente um processo muitíssimo mais lento, mais duro e mais difícil do que o que será a transformação da propriedade capitalista, que na realidade já repousa sobre métodos sociais de produção, em propriedade *social*. Lá, tratava-se da expropriação da massa do povo por uns quantos usurpadores; aqui, dá expropriação de uns quantos usurpadores pela massa do povo (MARX *apud* BAMBIRRA. 1993, p. 30/31 – grifos da autora).

De certa forma, esta passagem é mais verdadeira, ou pelo menos mais evidente, hoje que no próprio momento em que Marx a escreveu. Exatamente por isto é preciso matizar este movimento do capital. O salto para a sociedade do capital em escala planetária não pode ser entendido como um ato único, isto é, não se pode deduzir que após completada a Revolução Burguesa em algumas nações europeias, como por exemplo, França e Inglaterra, em fins do século XVIII e início do XIX, o mesmo, seja válido para os demais lugares do globo. Parece-nos que desde este momento todas as regiões do mundo já se encontram determinadas pela sociedade burguesa, mas isto não significa que elas já o sejam⁵⁷. A imbricada relação fica ainda mais complexa ao percebermos que a Revolução Burguesa na Europa para se afirmar instrumentalizou diferentes modos de produção contrários à forma burguesa de operar, de modo que combinou formas genuinamente burguesas com formas aparentemente avessas à esta. Isto produziu um descompasso temporal no próprio processo de subsunção real das relações sociais não capitalista para as formas capitalistas, em um processo onde, inescapavelmente, todas as relações sociais de produção, sem exceção, foram sendo assimiladas à lógica do

57 Do contrário chegaríamos a conclusão de que as relações coloniais que vivíamos no Brasil desde a colônia, por exemplo, já seriam relações capitalistas de produção, conclusão que rechaçamos.

capital. Contudo, isto de nenhuma forma pode ser apreendido historicamente como um movimento linear, idêntico em todos os lugares; estes possuem um conteúdo idêntico – generalização da forma capitalista de produção - e por isso compõe uma unidade, mas são diferentes em suas formas e sobretudo, em sua sinuosidade, destoam no tempo.

Este processo marcou o período de revolução burguesa em diferentes partes do mundo, onde as contradições das relações sociais de produção e seus subsequentes choques de classes apontaram para a generalização das formas burguesas de produção (produção de capital fundada na exploração do trabalho assalariado), e sua correspondente superestrutura, isto é, as formas jurídicas e políticas que desdobram na formação de um Estado moderno. Isto em seu movimento produziu uma configuração que abarcou diferentes temporalidades da revolução burguesa no globo, de tal forma que, em se tratando de nações onde as relações sociais de produção burguesas já estavam postas, a conformação deste metabolismo envolvia um conjunto de contradições que impulsionava a política para a superação ou conservação da sociedade do capital; em contrapartida, em diferentes lugares do mundo, mesmo as relações sociais de produção sendo sobredeterminadas pelo capital em seu polo mais complexo, estas não eram ainda exatamente capitalistas, caso por exemplo do modo de produção escravista-colonial do qual nossa formação é resultante.

A fim de explicitar o problema, observemos rapidamente o seguinte cenário: na metade do século XIX temos uma Europa que encontra-se diretamente atravessada pelas bandeiras vermelhas do proletariado revolucionário, onde este já acumulava suas primeiras experiências, desde o cartismo, passando pelas jornadas de 1848, a fundação de uma Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1964, e a vitória e derrota da Comuna de Paris em 1871, enquanto aqui, a principal contradição de classes dava-se em torno da escravidão/trabalho-livre, onde sequer havia ainda um movimento operário e a luta entre as classes expressava-se através das lutas dos trabalhadores escravizados e tensionamentos entre Império e República. O que queremos explicitar com isto? Que o caráter da revolução, dado o desenvolvimento desigual e combinado do capital, por um determinado período variou entre burguês e socialista a depender da formação social a qual se inseria.

Isto não parece um debate menor, o próprio Marx havia antecipado esta problemática ao apontar que:

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência (MARX, [1843] [sem data de publicação] p. 301).

Este debate sobre o caráter da revolução, de alguma forma já havia sido adiantado por Marx ao tratar das tarefas revolucionárias na Alemanha. Em *Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas* em 1850, Marx aponta que a principal tarefa do proletariado naquele momento não era imediatamente a luta pela revolução socialista - embora este seja o objetivo -, tratava-se de constituir uma revolução democrática naquilo que neste momento sequer era um Estado Nação unificado - depreendendo daí a primeira formulação sobre a permanência da Revolução. Ao final do texto referido, Marx sintetiza as diferentes tarefas do proletariado em sua fração alemã e francesa, que expressam momentos revolucionários distintos, embora combinados, conferindo a substância do internacionalismo naquele momento:

Se os operários alemães não podem chegar à dominação e realização dos seus interesses de classe sem passar por todo um desenvolvimento revolucionário prolongado, pelo menos desta vez têm eles a certeza de que o primeiro ato deste drama revolucionário iminente coincide com a vitória direta da sua própria classe em França e é consideravelmente acelerado por aquela. [...] O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência (MARX, [1850] [sem data de publicação] p. 92).

Contudo, o debate sobre o caráter burguês ou socialista da revolução assume maior projeção na experiência do proletariado revolucionário russo, tendo o debate sido vocalizado através de sua organização, o Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), onde desde seu IIIº Congresso (1905) concluía-se pelo caráter burguês da revolução. É válido ver como isto foi expresso por Lênin, uma vez que este entendimento se configurou como a principal referência dos comunistas no Brasil.

Os marxistas estão absolutamente convencidos do caráter burguês da revolução russa. Que significa isso? Isto significa que as transformações democráticas no regime político e as transformações econômico-sociais, que se converteram numa necessidade para a Rússia, não só não implicam por si o minar do capitalismo, o minar da dominação burguesa, mas, pelo contrário, desbravarão pela primeira vez realmente o terreno para um desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não asiático, do capitalismo

e, pela primeira vez, tornarão possível a dominação burguesa como classe. [...] Mas disto não decorre, de forma alguma, que a revolução *democrática* (burguesa pelo seu conteúdo econômico-social) não seja de *enorme* interesse para o proletariado. [...] A revolução burguesa é uma revolução que não ultrapassa o quadro do regime econômico-social burguês, isto é, capitalista. A revolução burguesa exprime as necessidades do desenvolvimento do capitalismo, não só não destruindo suas bases, mas, pelo contrário, alargando-as e aprofundando-as. [...] Uma vez que a dominação burguesa sobre a classe operária é inevitável sob o capitalismo, pode-se dizer com todo o direito que a revolução burguesa exprime os interesses não tanto do proletariado como da burguesia. [...] Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo. A revolução burguesa é precisamente uma revolução que mais decididamente varre os restos do passado, os restos do regime de servidão (a estes restos pertencem não só a autocracia, mas também a monarquia) e garante, do modo mais completo, o desenvolvimento mais amplo, mais livre, mais rápido do capitalismo (LÊNIN, [1905] 1982, p. 405).

Esse debate volta à cena no II Congresso da Internacional Comunista (1920), conferindo maior nitidez sobre o modo como Lênin compreendia a questão. Neste momento, a preocupação já não era como fazer a revolução na Rússia, já realizada, mas como garanti-la e como projetar a estratégia revolucionária mundial, compreendendo o compasso das diferentes particularidades da luta de classes em todo o globo. É aqui que a questão colonial aparece com maior evidência. Em meio às formulações do turco Sultan-Galev e o indiano Manavendra Nath Roy que procuravam se desvencilhar do eurocentrismo contido na forma como se pensava a revolução mundial, Lênin, que através e sua compreensão sobre o imperialismo, plasmada em seu manuscrito popular *O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo* de 1916, já afirmava a atualidade da revolução socialista, apontando que os movimentos orientais traziam em si um caráter de libertação nacional em suas lutas; isto demarcado pela forma como se encontrava a disposição da relações sociais de produção e seus subsequentes tensionamentos em direção ao capitalismo; estas lutas de libertação colonial seriam potencializadas pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo, isto é, sua forma imperialista, o que significaria para estas o acelerar de suas revoluções nacionais para revoluções de corte socialista. É importante frisar que a revolução nacional não é entendida como uma “etapa”, mas como uma unidade cujo desenvolvimento da luta nacional, impelida pelas contradições do capital a nível mundial - a qual a formação em que se luta já está submetida - levaria ao necessário salto socialista. Sinteticamente, Mazzeo nos expõe o tema:

[...] como entendia Lenin, as condições para uma revolução mundial estavam sendo potencializadas em todo o planeta, a partir da crise

capitalista, na qual havia um crescimento efetivo da importância dos movimentos de libertação nacional [...] [...] A absorção da tese de Roy - a dos movimentos nacionalistas revolucionário - por parte de Lenin permitiu a superação da visão linear das "fases" obrigatórias dos processos revolucionários baseadas nas experiências européias. Lenin afirmará que os movimentos revolucionários coloniais traziam *em si* um caráter democrático-burguês. Essa elaboração, que prevalecerá no II Congresso, além de colocar em destaque as lutas de libertação nas colônias deixará de subordinar mecanicamente a vitória de uma revolução colonial à vitória do proletariado nas metrópoles. Nessa formulação, passa-se a ver nos movimentos coloniais um teor revolucionário, porque trazem em seu bojo a possibilidade de transformarem-se em movimentos revolucionários de caráter socialista, o que possibilitaria "saltar" a "etapa" capitalista (MAZZEO, 1999, p. 38).

É sumamente importante considerar ainda que todo o debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado que se encontra em íntima unidade com a noção de permanência da revolução fora melhor explicitado por Trotsky. Foi este revolucionário que em seus escritos ao largo da vida deu maior substância à estas categorias e trata-se de um entendimento mais ou menos comum, que esta foi sua principal contribuição à teoria marxista (LÖWY, 1995). Em toda a obra de Trotsky o tema aparece sucessivas vezes diluído em diferentes momentos e com diferentes níveis de aprofundamento; a primeira vez que a presente formulação aparece é em 1906 no ensaio *Balanços e Perspectivas*. Mas outros textos servem como marcos para o desenvolvimento de sua compreensão: é o caso do livro *1905*, publicado em 1909, a célebre obra *A revolução permanente* (1928), dedicada a limpar as inúmeras deformações que seus trabalhos vinham sofrendo no seio das disputas no PCUS; e em seu manuscrito mais rico, *História da Revolução Russa* (1930). Com relação à acepção do desenvolvimento desigual e combinado, vejamos como Löwy, sistematiza – com base nos textos de Trotsky – sua síntese:

Apenas dois anos mais tarde, no primeiro capítulo de sua *História da Revolução Russa* (1930), que encontramos enfim uma apresentação explícita e coerente – apesar de sua brevidade – da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, como proposição de alcance universal. A hipótese que funda esta teoria pode ser formulada aproximadamente nos seguintes termos: com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa: "O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...)". As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias: "Os

selvagens renunciam ao arco e flecha, para logo tomarem os fuzis, sem percorrer a distância que separava, no passado, estas diferentes armas. (...) o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada⁵⁸ conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (LÖWY, 1995, p. 77)

Há de se dizer que as teses de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado, que está em conexão ao entendimento de Lenin naquilo que toca os elementos genéricos do problema, ocupa o lugar de uma das teorias mais assimiladas pelo marxismo ao largo do século XX (MANDEL *apud* LÖWY, 1995) – com exceção é claro daqueles que vincularam-se às vulgatas stalinistas de desenvolvimento do socialismo num só país. Seu entendimento dialético do modo de produção capitalista, que compreende a unidade contraditória do uno e múltiplo, subsidiou as melhores críticas ao esquematismo evolucionista (e positivista) da tradição marxista vinculada a IIIª Internacional. Veremos mais tarde, um pouco sobre o modo como a URSS, dirigida por Stálin, indicou os caminhos para a Revolução Mundial, bem como pontuaremos algumas das críticas que se expressaram contra esta direção, sendo todas elas, em sua maioria, marginalizadas. Isto não as torna menos assertivas, exatamente por isto, será importante ter em vista a articulação do conceito de desenvolvimento desigual e combinado com a noção de permanência da Revolução, fazendo remissão ao seu principal formulador, León Trotsky; isto é significativo, uma vez que as mais diferentes manifestações de superação ao esquematismo, fazendo ou não fazendo remissão à Trotsky, terminam dele se aproximando. Vejamos, portanto, nas palavras de Trotsky como este articulava seu diagnóstico da realidade concreta (em sua totalidade) com a estratégia mundial da revolução socialista. Ao final da brochura *A revolução permanente* de 1928, onde Trotsky está respondendo todo o engessamento do pensamento social que atravessava a IIIª internacional, o revolucionário sistematiza 14 teses que sintetizam a totalidade de sua compreensão. Tomemos 4 destas teses para ilustrar a conexão entre os dois conceitos em questão:

2- Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução

58 É importante frisar que o emprego da palavra ‘atrasada’ aqui não possui a mesma conotação desenvolvimentista que conhecemos hoje. Este sentido que hoje adotamos em relação ao atraso fora conformado anos mais tarde já sob a égide da ideologia do desenvolvimento, como nos aponta Fernando Prado em seu trabalho.

permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas. [...]

9- Em lugar de pôr termo à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura, A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classes em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e parlamentarismo.

10. A revolução socialista não pode se realizar nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta..

11. O esquema, acima traçado, do desenvolvimento da revolução mundial elimina a questão dos países, “maduros” ou “não maduros” para o socialismo, segundo a classificação pedante e rígida que estabelece o programa atual da Internacional Comunista. Com a criação do mercado mundial, da divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista. Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar a ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes chegarão ao socialismo. Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática. Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional” (TROTSKY [1928] 2007, p. 208-209).

Como se vê nas passagens de Marx, Lenin e Trotsky o caráter de uma revolução não depende dos anseios dos que se inscrevem a realizá-la, há uma série de questões que involucram necessariamente a leitura da realidade concreta, que buscam conectar as dimensões particulares de uma formação social com os elementos universais do modo de produção capitalista, sejam elas em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Estas reflexões sobre as relações de determinação do caráter de uma revolução pareceram-nos importante visto que a estratégia democrático-nacional se arquitetou à luz destes debates, como veremos, concluindo pela não atualidade da revolução socialista no Brasil, entendendo-a, em função de sua leitura do real, como uma revolução demarcada pelo caráter burguês.

2.2.b O debate estratégico e o encontro com a Internacional Comunista

Apresentamos, grosso modo, este debate como forma de ilustrar o dilema filosófico enfrentado pelos comunistas no Brasil no início de sua trajetória. Será a partir desta problemática que os militantes deste período partem para instruir sua prática revolucionária. De forma que para estes estrategistas se impôs uma necessidade analítica que percorre a tarefa de apreender exatamente as características peculiares do modo de produção em que estavam inseridos, captar para onde suas contradições apontavam, sendo que estas se expressam sempre através do choque entre classes. Ora, no caso particular da formação social brasileira, as contradições inerentes à sociedade capitalista estavam dispostas de tal forma que autorizava os comunistas no Brasil lutarem imediatamente pela sociedade socialista? Qual o caráter e o sujeito historicamente interessado na revolução em curso? O Brasil já possuía relações burguesas de produção? Responder estas questões foi de vital importância, pois, como anunciamos no início, elas decidem pela política de alianças, pelos segmentos que encamparão essa revolução e até onde a farão, pelas forças sociais que se portarão contrárias e cumprirão com o papel contrarrevolucionário, etc.

Com isto em mente, para os comunistas no Brasil – aqueles vinculados ao PCB -, responder esta questão passou por um estudo mais detido sob as condições concretas da formação social brasileira em que concluíram pela impossibilidade de uma revolução socialista no Brasil, afirmando que o caráter da revolução, pelo dinamismo próprio de nossa organização econômica e política, era uma revolução burguesa e sua realização era fundamental para pavimentar o caminho ao objetivo socialista. Os comunistas do PCB sustentaram esta defesa até o final dos anos 1980. Vejamos um pouco mais de perto o caminho que percorreram para produzir sua estratégia correspondente.

Como apontado, os primeiros anos de organização do partido foram também marcados pelo esforço de caracterizar a formação social brasileira a fim de identificar qual o caráter da revolução no Brasil. Os dois principais formuladores

deste período são sem dúvidas, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Neste momento entendeu-se que a sociedade brasileira vivia um período de trânsito entre a sociedade agrária para a sociedade industrial, de modo que este enquadramento pressupunha a incompletude das relações sociais capitalistas, embora já estivesse em marcha o processo de sua generalização. Este diagnóstico incidiu diretamente na conclusão sobre qual a revolução em marcha no Brasil.

Entendeu-se que a composição das relações eram preponderantemente agrárias, e que estas adaptavam-se à penetração imperialista no Brasil, de modo que se observarmos algumas formulações de Astrojildo Pereira podemos perceber que o Secretário Geral do partido já notava um processo de industrialização no próprio setor rural, protagonizado fundamentalmente pela ação do capital imperialista inglês, embora desde 1921 já era possível perceber a tendência de uma sobreposição do capital imperialista norte-americano frente aos ingleses. O imperialismo, entretanto, não atuava exclusivamente no campo, embora todas suas ações eram correlatas e complementares à atividade agrária, pois percebia-se sua presença em investimentos portuários, ferroviários, eletricitários, bem como nos serviços públicos. Sua análise chega a captar que a indústria nascente no Brasil, correlata e complementar ao setor agrário, possuía um vínculo orgânico com esta, uma vez que, na maior parte dos casos, a própria oligarquia agrária era responsável pelos investimentos na cidade (DEL ROIO, [1988] 1990).

Neste sentido, depreende-se de sua análise uma composição específica das forças políticas. Para ele, se a tendência operante nas relações sociais de produção apontam para um trânsito do agrarismo para o industrialismo, supunha-se que a forma de estado correspondente deste período - oligárquica e reacionária - colapsaria, abrindo uma conjuntura revolucionária para a qual os comunistas deveriam preparar-se. Assim, exatamente pelo modo como se configura a formação social, tendo laços estreitos entre imperialismo, latifúndio e indústria nascente, estes se oporiam necessariamente ao proletariado, aos camponeses e, sobretudo, à pequena burguesia. Combinado a isto, Astrojildo entendia que, se o Estado era reacionário e oligárquico, a bandeira que se opunha a este, e se adequava à tendência histórica, era necessariamente a liberal-burguesa, portanto democrática, mais que isto, afirma-se o caráter anti-imperialista desta revolução, definindo assim seu caráter nacional.

Na abordagem das forças sociais e políticas, Astrojildo Pereira encontra alguma dificuldade, padecendo a análise de um certo esquematismo mas ainda assim com passagens de grande lucidez. **Se o governo é agrário, i.é, conservador e reacionário é certo que “a democracia, ainda que sob a forma liberal-burguesa é uma aspiração popular”** [...] As linhas mestras do desenvolvimento capitalista da formação social brasileira naquele estágio, Astrojildo Pereira pensava haver captado na industrialização técnica e orgânica da agricultura concomitante com a industrialização fabril, que levaria a um rearranjo das classes dominantes e que se encaminharia para um pouco explicitado capitalismo de Estado. Esse processo teria o efeito de intensificar a exploração da força de trabalho e de proletarizar setores das camadas médias, vítimas da concentração e centralização do capital. **Nesse contexto estariam inseridas as bases objetivas de uma transformação revolucionária, realizável pela aliança das forças sociais embrulhadas por esse processo.** Assim, Astrojildo Pereira podia concluir, após analisar a crescente crise política que se arrastava desde 1922, que “a situação econômica e política do país, objetivamente examinada, faz prever uma conjuntura francamente revolucionária [...] (DEL ROIO, [1988] 1990, p. 64 – grifo nosso)

Com este esquema analítico já estão instaurados os pressupostos de uma revolução pequeno-burguesa e democrática, que se opõe necessariamente ao setor agrário e ao imperialismo, e com inspiração de libertação nacional. Entende-se que este é um momento pelo qual a luta geral dos comunistas pela emancipação social deveria percorrer, dado que o Brasil não reunia as condições necessárias para um trânsito imediato à ditadura revolucionária do proletariado.

A formulação de Brandão acompanha e complementa a perspectiva de Astrojildo. Brandão expõe um raciocínio inspirado na experiência bolchevique, pois alude que o caráter da revolução democrática pequeno burguesa interessa profundamente ao proletariado, embora este, dado o nível de sua maturidade ainda não dispunha das condições de iniciar o processo revolucionário. Brandão encontrava nas forças insurretas da pequena burguesia - basicamente os tenentes revoltosos, que tinha Luis Carlos Prestes como principal referência -, a capacidade de iniciar o processo revolucionário, pois, ao que parecia, as contradições de classes entre pequena burguesia e imperialismo/oligarquia eram mais acentuadas.

É nesse contexto que se discute a possibilidade de uma ‘terceira revolta’ dos tenentes como estopim de um processo que se gestava desde os anos 1920. Uma vez que a pequena e média burguesia via-se embotada pela presença do imperialismo em sua aliança com a oligarquia, aquela apenas poderia reagir com uma perspectiva nacional de desenvolvimento, definindo os marcos de uma revolução democrática e anti-imperialista. Se isto ainda não expressava o objetivo

socialista, para o proletariado significava uma aceleração de sua possibilidade.

Para tanto, o proletariado deveria aliar-se a este segmento da sociedade zelando pela sua autonomia de classe, e isto significava compor um bloco revolucionário sem se diluir em seu interior. Esta seria uma *etapa* fundamental para a realização do objetivo socialista. É curioso que em Brandão o leque de alianças chega a ser estendido, incluindo a uma parcela da grande burguesia industrial, supostamente interessada no processo de libertação nacional - embora isto, ainda não se manifestará praticamente, confirma o que estamos apontando, que os eixos essenciais da estratégia já estão fundados desde seus primeiros passos, veremos a inflexão mais tarde. Del Roio nos dá provas disso:

Nessa elaboração estava já embutida a concepção etapista da revolução brasileira que faria muita estrada na perspectiva teórica dos comunistas brasileiros. Octávio Brandão apela para que separe “dois problemas diferentes” embora complementares: 1º o problema da revolução democrática pequeno burguesa, desencadeando-se num país semi colonial na fase atual do capitalismo imperialista, 2º o problema da revolução proletária nesse mesmo país, mas insiste “(...) o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrática pequeno burguesa, prelúdio fugaz da revolução proletária, (...)”, i.é, o que está em pauta é “(...) **a primeira etapa do processo revolucionário brasileiro**”, pois **“sem o país atravessar a terceira revolta e a consequente revolução democrática pequeno burguesa, não podemos pensar na conquista imediata do poder”**.

[...] Respalado na comparação com a ação política dos bolcheviques e na elaboração lenineana, Octávio Brandão procura demonstrar que o proletariado também precisava efetuar alianças sociais e políticas. Essa necessidade, embora aparentemente óbvias, era declinada, não só entre as tendências do movimento operário, mas em toda a sociedade civil brasileira, então em estágio embrionário e com dificuldades em teorizar a ação política. Para a etapa presente Octávio Brandão vislumbrava a aliança “do proletariado urbano e rural com os revoltosos pequeno burgueses e com a grande burguesia liberal (grandes industriais e comerciantes) contra o agrarismo brasileiro: o Partido Republicano, os fazendeiros do café, o Estado agrário... Seria a etapa tendo em vista a terceira revolta...”

[...] Como o Brasil era caracterizado como país semicolonial a revolução democrática pequeno burguesa era vista também como tendo um aspecto de revolução de libertação nacional. [...] (DEL ROIO, [1988] 1990, p. 42 – grifo nosso).

Um aspecto importante das linhas gerais descritas até agora, seguindo principalmente as contribuições de Del Roio, é o fato que não apareceu nenhuma afirmação que versa sobre a existência de feudalismo no Brasil, o que demonstra que os pilares estruturantes da EDN foram forjados através da análise, com acertos e erros, da própria realidade concreta, e neste sentido expressa a síntese histórica

das possibilidades interpretativas da classe nesse momento⁵⁹. É preciso perceber que se há correspondências com a própria linha política da IC, em especial com as diretrizes tiradas pelo seu IV Congresso⁶⁰, este é o período onde as formulações do partido contou com maior autonomia, onde seus militantes inspirados pela experiência bolchevique e pelo curso da luta de classes em nível mundial, esforçaram-se por extrair da própria realidade particular brasileira os atributos que informaram a Estratégia Democrático-Nacional. O período de 1922-27 é um momento onde as instâncias diretivas da IC não incidiam com rigorosidade nos lineamentos partidários, primeiro porque o PCB apenas foi aceito à IC em 1924, segundo porque o contato dava-se fundamentalmente através do PC argentino, que naquele momento atravessava uma crise, fato que ocasionou o desativamento de José Fernando Penelón, então responsável pela Secção Sul-Americana da IC (SSA-IC), e o conseqüente isolamento dos comunistas brasileiros⁶¹ (DEL ROIO, [1988] 1990). Desta forma, refutamos a ideia de que a ação dos comunistas e, fundamentalmente a conformação da Estratégia Democrático-Nacional, seja obra importada mecanicamente.

Assim, em linhas gerais, a elaboração teórica dos comunistas estava basicamente de acordo com as diretrizes da IC. Entretanto, o que nos parece interessante é que são visíveis as influências das resoluções do IV Congresso, que acentuava a necessidade da independência do proletariado

59 Embora defesas sobre uma caracterização feudal no Brasil já existiam. Igualmente independente da intervenção da IC. “[...] Na vertente erudita, surpreenderemos a medievalização do sertão em autores bastante distintos, como Euclides da Cunha — que vê o sistema de dominação no sertão como uma espécie de “feudalismo degradado” —, ou em clássicos da historiografia conservadora, como na História da Casa da Torre, de Pedro Calmon, nas obras de Gustavo Barroso, em Afonso Arinos, ou nas compilações do folclorista Câmara Cascudo. [...] Assim, o pensamento brasileiro de inspiração marxista, ao incorporar e desenvolver a temática do feudalismo, bebeu nas suas fontes clássicas, mas também executou um movimento de revalidação da historiografia nacional. A convergência dessas duas modalidades de apropriação intelectual é notável no III Congresso do PCB (dezembro de 1928), conforme se lê em suas teses.” Ver: “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da Revolução Brasileira”- Carlos Alberto Dória, História do Marxismo no Brasil Vol. 3, p. 259.

60 “Em torno do debate sobre a questão colonial e nacional, no IV Congresso da Internacional Comunista (1922), alinharam-se basicamente duas posições: aquela que defendia a colaboração dos comunistas com as forças “objetivamente revolucionárias”, inclusive as burguesias nativas, e a que sublinhava ser essa colaboração de caráter provisório, devendo o proletariado lutar para ganhar a hegemonia sobre as outras forças atuantes no movimento de libertação nacional, ou seja, alertando para que os trabalhadores coloniais conquistassem uma posição autônoma no seio da “frente única antiimperialista” (ZAIDAN, 1991, p. 92).

61 Isto fica expresso na chamada de atenção do delegado brasileiro Paulo Lacerda ao VI Congresso da IC após a saudação de Bukharin. Este episódio está descrito por DEL ROIO: “É a primeira vez que a IC se inspira pelo movimento comunista da América Latina. No México, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, e também na Guatemala, existem partidos comunistas desde 1920, pouco depois da fundação da IC. Mas esta começa somente agora a ocupar-se das questões da América Latina. Nós esperamos que esse interesse não diminua e que sejamos ajudados a fazer dos nossos partidos comunistas, ainda pequenos, verdadeiros partidos comunistas de massa” (DEL ROIO, [1988] 1990, p.61).

em face da pequena burguesia nacionalista e das alianças com a burguesia “progressista” e antiimperialista, num período em que, no MCI, vigoravam as resoluções do V Congresso. *Nesse sentido, podemos concluir que essa formulação é produto do esforço do partido em construir uma direção política, tentando levar em consideração os elementos constitutivos da realidade específica do país, sem a interferência direta da IC, apesar de toda a influência da experiência do Kuomintang e da idéia de construir o “Kuomintang brasileiro”. De modo que não podemos ceder a reducionismos mecanicistas, que atribuem as formulações do PCB, realizadas no período 1922-27, à interferência direta do Komintern. [...] (MAZZEO. 1999 p. 56 – grifo nosso).*

Insistimos neste aspecto por uma razão: ao retornarmos à formulação da Estratégia Democrático-Nacional e a avaliarmos despidos de um juízo imediato, que conclui equivocadamente pela importação dogmática das linhas da IC - ainda que o elemento dogmático comporá parte da história do partido -, podemos perceber que os eixos centrais da fundação estratégica, naquilo que constituiu a defesa de uma Estratégia Democrática, partem do enfrentamento com os próprios dilemas propostos pela interpretação da realidade brasileira em sua complexidade. Acreditamos que se não nos atentarmos a este fato, corremos o risco de rerepresentar os mesmos equívocos – repetimos - resultantes da dolorosa tarefa de compreender a formação social brasileira - transpostos para uma nova forma de mesmo conteúdo. Estamos convencidos de que, em alguma medida, isso ocorreu no processo de constituição da EDP.

Contudo, se por um lado o partido contou com uma independência interpretativa em suas origens, parece-nos que após o VI Congresso da IC em 1928 o partido termina por definir e formatar a EDN, sendo este um momento chave da constituição estratégica do partido. Este será o marco de submissão do PCB às diretrizes da IC, o que igualmente não pode ser entendido como a extinção da autonomia dos comunistas do PCB, apenas a depressão de suas potencialidades teóricas.

O VI Congresso da IC é marcado pela confluência de uma série de elementos próprios da conjuntura que se atravessava. Os comunistas na IC operavam centralizando suas ações no sentido da construção da Revolução Mundial e desde o momento fundacional da IC (1919), esta perspectiva estava posta e se projetava sob a *estratégia de ofensiva a curto prazo* “decorrente da análise feita por Lênin sobre a conjuntura europeia, onde se via um potencial revolucionário que deveria ser explorado (a chegada do Exército Vermelho às portas de Varsóvia, o movimento dos

conselhos de fábrica em Turim, a revolução alemã, etc)” (ZAIDAN, 1991, p. 91). Entretanto, vários dos elementos que fundamentaram esta estratégia encontravam-se em plena crise: embora acertada análise da abertura de situações revolucionárias na Alemanha e na Itália, estas não se converteram em revoluções, ao contrário, os conselhos em Turim e a Revolução Alemã encontravam-se derrotados, e o movimento operário via a ascensão tanto dos partidos social-democratas como do fascismo; os comunistas no VI Congresso viviam ainda o auge das disputas diretivas no interior do próprio PCUS protagonizadas pelo embate entre Stálin, Bukhárin e Trotsky; além disso, a traição de Chang Kai-shek na China e a quase destruição do Partido Comunista Chinês alarmaram ainda mais os debates da IC; assim, encontravam-se num crescente isolamento político, e fazia-se necessário movimentar-se para garantir as posições até então conquistadas⁶². Em larga medida, o VI Congresso operou insuflado pelas teses de Bukharin sobre os *três períodos*, que apontavam para a manutenção dos entendimentos produzidos pela *estratégia de ofensiva de curto prazo*, concluindo pelo acirramento iminente da luta de classes a nível mundial :

Quanto à estratégia geral do movimento comunista internacional, a análise do capitalismo contemporâneo naquele momento de crise coube a Bukharin. Partindo do pós-guerra, ele propõe o estudo do capitalismo em três períodos. O primeiro, de crise revolucionária aguda, abrange as várias situações revolucionárias ocorridas desde o fim da Primeira Guerra até os anos 1920-21, e teve nas revoluções russa e alemã momentos altamente significativos. O segundo marcou uma ofensiva do capitalismo perante as derrotas de várias tentativas revolucionárias e, conseqüentemente, significou uma fase defensiva do proletariado. Apesar disso, houve ainda algumas situações revolucionárias em países coloniais e semicoloniais, como China, Síria e Marrocos. O terceiro período caracterizou-se, de um lado e inicialmente, por uma ampla reorganização capitalista, por meio de um intenso processo de monopolização e desenvolvimento técnico e, ao mesmo tempo, pelo "crescimento das forças opostas ao capitalismo" e pelo "desenvolvimento extremamente intenso das contradições do capitalismo". O aguçamento da luta de classes e a iminência de uma "situação revolucionária" acabaram, por sua vez, por agravar o "quadro geral da crise capitalista [...]" (ZAIDAN, 1991, p. 94).

Para nosso objeto, cabe observar que o VI Congresso, à luz das teses de Bukharin, conclui programaticamente pela qualidade de três momentos revolucionários distintos no mundo. Um primeiro onde as revoluções já encontravam as possibilidade de um salto para o socialismo, dado o patamar alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas; num segundo cenário, reunia-se os países

⁶² Veremos com um pouco mais de atenção este movimento mais a frente, tomando-o como ponto de partida a análise da configuração do eurocomunismo.

que possuíam um relativo desenvolvimento capitalista mas não haviam varrido completamente os vestígios feudais de sua formação econômica, abrindo-se para estes a necessidade de uma revolução democrático-burguesa com a possibilidade de um rápido trânsito para o socialismo - a depender de como o proletariado se portasse no processo; e uma terceira configuração social que era caracterizada como coloniais/semicoloniais e países dependentes. Para estes entendia-se que a formação social contava com germes ou até mesmo com um nível considerável de desenvolvimento de forças produtivas, mas que isto ainda não era suficiente para encampar a revolução socialista, uma vez que nestas formações preponderavam relações *feudal-medievais* ou a forma asiática de produção. Por isto, para estas formações entendia-se que era necessária uma etapa revolucionária democrático-burguesa que seria acompanhada de um longo período para a consolidação das condições objetivas para a edificação do socialismo.

[...] *países coloniais e semicoloniais*, como China e Índia e os *países dependentes*, como Argentina e Brasil, onde estão presentes germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação independente do socialismo. Nestes países predominam relações de modo de produção asiático ou relações *feudal-medievais*, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios produtivos encontram-se em mãos de grupos imperialistas: as empresas industriais, o comércio, os bancos mais importantes, os meios de transporte, o latifúndio, etc. *Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos consequentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional.* Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* e como resultado de uma grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista (MAZZEO, 1999, p. 47).

Para o caso latino americano o VI Congresso da IC resultou num empobrecimento das formulações que vinham sendo gestadas pelos comunistas do continente. Zaidan aponta que o caminho da IC até a América Latina é marcado por um profundo desconhecimento de sua realidade e em larga medida, as deduções a respeito das *colônias* e *semi-colônias* eram depreendidas, e generalizadas, basicamente dos conhecimentos que se possuía acerca da Índia, Egito, Indonésia, Turquia e China⁶³. Apenas diante de um interesse maior sobre as ações do

63 “Tendo como principal objetivo preparar a revolução operária na Europa, a visão kominterniana dos problemas estratégicos relativos aos países coloniais ou neocoloniais era determinada pelo que se passava nas colônias inglesas e francesas na Ásia e na África. O resto do mundo dependente era assimilado à Índia, à Turquia, ao Egito, à Indonésia ou à China. A América Latina não era percebida

imperialismo norte americano, a IC voltou suas atenções para a América Latina.

Pouco antes do VI Congresso, Jules Humbert Droz, então responsável pela seção latino-americana da IC (SSA/IC), desempenhava um importante papel reunindo esforços para uma interpretação que levasse em consideração as dimensões peculiares da formação social latino-americana. A título de exemplo, em seu relatório para o VI Congresso, Droz em sua caracterização define a América Latina como uma formação de natureza *colonial capitalista* e não feudal (MAZZEO, 1999). Droz através de sua caracterização identifica que a presença do imperialismo - em especial norte-americano - ao contrário de inviabilizar o desenvolvimento de forças produtivas, o impulsiona, conjuntamente a uma burguesia nacional a ele associada, inviabilizando uma estratégia que pretendesse aliar-se a esta no processo de luta contra o imperialismo:

Outro argumento utilizado por Droz refere-se à inexistência de um capitalismo nacional desenvolvido nas empresas que contam com inversões norte-americanas, não havendo grande participação do capital nacional, como ocorre na Alemanha e na Itália, e conclui que *não se pode atribuir ao imperialismo o papel de obstruir o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos; ao contrário, as inversões de capital incrementam o processo de industrialização*, o que, por sua vez, não significa que esse processo leve à descolonização: "... quanto mais capitais investe na América Latina o imperialismo, mais se desenvolve a industrialização e mais se desenvolve também a colonização desses países". Disso também decorre que não há nesses países mais industrializados uma burguesia nacional autônoma; esta se encontra desde suas origens ligada ao imperialismo e, por isso, impossibilitada objetivamente de desenvolver um projeto revolucionário burguês antiimperialista. Da mesma forma, a burguesia industrial não se contrapõe aos latifundiários, mas tem seus interesses intimamente entrelaçados com os destes últimos (ZAIDAN, 1991, p. 97 – grifo nosso).

Não apenas Droz vinha nesta direção⁶⁴. É notável o esforço de José Carlos

de maneira autônoma. Somente em 1922 seria designado um responsável da Internacional Comunista para assuntos latino-americanos, Alfred Stirner, de origem suíça. Dessa forma, as estratégias revolucionárias para os países da América Latina padeciam de uma transposição mecanicista para um contexto muito diferente daquele de origem" (ZAIDAN, 1991, p. 92). E ainda: "A partir das experiências chinesa e indiana, a Internacional Comunista intenta traçar uma orientação estratégica comum a todas as colônias e semicolônias, com base na constatação de que o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão ainda em um nível relativamente baixo. Essa circunstância e o jugo da dominação estrangeira, bem como a existência de fortes resíduos do feudalismo e de relações pré-capitalistas, determinam o caráter da próxima etapa do movimento nesses países. Em conseqüência, ao movimento revolucionário desses países coloca-se o problema da revolução democrático-burguesa, vale dizer, da etapa de preparação dos pressupostos para "a ditadura proletária e a revolução socialista" (ZAIDAN, 1991, p. 95).

64 "A hegemonia do stalinismo no pensamento de esquerda latino-americano, da década de 1930 até a Revolução Cubana, não significa que não existiram contribuições científicas importantes ao pensamento marxista nesse período. Em vários países, dentro e fora dos partidos comunistas,

Mariátegui, que mesmo qualificando a sociedade latino-americana como semicolonial e feudal, indicava o caráter da revolução neste período como socialista (PINHEIRO, 2012). Ao tratar do VI Congresso, Zaidan nos indica que a linha política desdobrada do VI Congresso não foi aceita sem contestação. Um dos delegados latino-americanos, o equatoriano Ricardo Paredes, opõe-se radicalmente ao entendimento da América Latina como uma formação feudal, onde as condições para o salto socialista ainda não estariam dispostas; sua posição se aproxima de Droz, apontando que a burguesia e o latifúndio não se opõem, ao contrário, são frações da mesma classe burguesa, não fazendo sentido uma qualificação enquanto semi-colônia feudal.

O delegado equatoriano fez severas restrições à estratégia geral da IC para os países coloniais e semicoloniais, ao apontar para as diferenças existentes entre os países colocados naquelas classificações. Ele disse: "Parece-me que o programa não dá uma fisionomia própria ao desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e naqueles semicoloniais". Exigindo uma análise mais acurada da forma de dominação imperialista naqueles países, de seus vínculos com o capitalismo nacional, o comunista equatoriano avançou uma proposição: em alguns países como a Argentina e o Brasil, dada a resistência um pouco maior à dominação estrangeira, favorecida, inclusive, pela sua situação geográfica, a denominação "semicolonial" é inadequada. Segundo ele, "é muito importante estabelecer uma distinção entre países semicoloniais e aqueles que, na falta de um melhor termo, podem ser chamados de 'dependentes'⁶⁵. Os problemas da luta operária devem ser encarados de um modo diferente nos países coloniais, semicoloniais e nos países dependentes". E concluiu dizendo: "Deve-se aceitar uma nova categoria adjunta aos três grupos de países classificados no programa, de acordo com o seu desenvolvimento econômico e grau de dependência política. Este novo grupo seria constituído pelos países (dependentes) que, embora dominados economicamente pelo imperialismo, ainda conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração economicamente débil do imperialismo ou devido a sua força política". *Como decorrência dessas observações, questionou-se, por exemplo, a validade da palavra de ordem revolução agrária democrático-burguesa para os países*

pesquisadores comunistas questionaram as interpretações esquemáticas prevalecentes sobre a natureza das formações socioeconômicas do continente, particularmente a tendência a impor o modelo feudal europeu na análise das estruturas agrárias da América Latina. O trabalho pioneiro de Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (1945) rejeita este tipo de enfoque [...] De maneira similar [a Caio Prado e Sérgio Bagú], o historiador chileno Marcelo Segall criticava os partidários do feudalismo latino-americano e insistia na importância da mineração, uma indústria tipicamente capitalista, no sistema colonial. Podemos também mencionar a importante obra de certos autores trotskistas argentinos durante esses períodos, especialmente Nahuel Moreno e Milcíades Peña (embora o trabalho de Peña fosse publicado apenas posteriormente) sobre o aspecto capitalista da colonização espanhola e portuguesa e a sua combinação com relações sociais pré-capitalistas" (LOWI *apud* DEMIER, p. 236).

65 Interessante como a categoria dependência desde aqui já se apresenta como uma palavra-chave que demonstra a superação da análise que fundamenta a EDN. Mais a frente, já nos anos 1960, esta categoria será vastamente utilizada como meio de superação da caracterização do dualismo "arcaico vs moderno".

dependentes, identificando os latifundiários destes países como uma fração da burguesia, em vez de concebê-los como setores feudais. Tal questionamento conduzia, por fim, à necessidade de uma sólida política de alianças com os camponeses e a pequena burguesia (ZAIDAN, 1991, p. 98 - grifo nosso).

Há de se considerar também, que a margem do PCB e da IIIª Internacional, outros comunistas vinham desenvolvendo um entendimento absolutamente contrário à ideia de ‘etapas’ ou impossibilidade da revolução socialista no Brasil, ou em outros países de extração colonial. É o caso de trazer à baila os comunistas vinculados a tradição trotskista, que em suas análises balizadas pela assimilação do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, transbordavam para uma perspectiva estratégica de permanência da revolução, compreendendo-a em sua dimensão totalizante e reivindicando a atualidade da revolução socialista. Como vimos no item anterior, Trotsky, em confluência a Lenin e Marx, compreendia que havia uma interação dialética entre as lutas particulares das diferentes frações proletárias no mundo, sendo possível – e desejável – que uma revolução democrática em um país em situação colonial ou semicolonial, ou ‘atrasado’ em seus termos, converte-se rapidamente em uma revolução de natureza socialista, a depender, por vezes, menos das forças produtivas nacionais, que da luta de classes em nível mundial. Esta acepção esteve presente no Brasil desde os anos 1930, e já marginalizadas em função do engessamento teórico presente na IIIª Internacional⁶⁶.

Constituídos em sua maioria por militantes dissidentes do PCB, esses primeiros núcleos trotskistas brasileiros, que tiveram como divulgador de suas idéias o jornal *A luta de classe*, agrupavam tanto militantes de perfil intelectual, como Mario Pedrosa (advogado, jornalista e crítico de arte), Lívio Xavier (advogado e jornalista), Aristides Lobo (professor), Rodolpho Coutinho (advogado e professor) e Salvador Pintaúde (editor), quanto quadros oriundos dos meios operários, como João Jorge da Costa Pimenta (gráfico), Mário Colleoni (metalúrgico), João Dalla Déa (linotipista) e Josefina Mendez (operária têxtil). Trabalhadores do comércio (Arnaldo Tommasini, Lelia Abramo e Fúlvio Abramo), assim como estudantes (Mirmo

66 Entendemos que no interior do inventário nossa postura deve ser vocalizar sem nenhuma espécie de preconceito todas as manifestações possíveis que nossa classe em seu fazer político tenha produzido. Por vezes, ao resgatar a história do movimento operário, sucumbimos em contar apenas a história dos vencedores (mesmo que estes vencedores componham parte dos vencidos), isto é, contamos a história que fora aceita nos diferentes meios, e isto, enquanto um senso comum, termina por ofuscar inúmeras contribuições de nossa classe. Sabe-se que o trotskismo está revestido de uma série de vulgatas contada pela história oficial, onde marginalizou-se esta corrente revolucionária, que a despeito de seus erros, possui seus acertos e, neste resgate histórico que mergulhamos, não podemos prescindir de nenhum. Há de se assumir que a tradição trotskista no Brasil possui o mérito de serem os/as primeiros/as a encetar a atualidade do socialismo em nossa formação social. Ainda sobre o velamento desta corrente, podemos ilustrá-lo a partir de nosso próprio exemplo, que apenas após sermos advertidos no momento de qualificação deste trabalho, compreendemos a injustiça histórica que cometíamos.

Tibor e Azis Simão) e artistas de vanguarda (a escritora Rachel de Queiroz e o poeta surrealista francês Benjamin Péret, por exemplo) também tiveram espaço nas fileiras desses pequenos agrupamentos. [...] Por intermédio de seus refinados intelectuais (sobretudo Mario Pedrosa e Lívio Xavier), esses primeiros grupos trotskistas produziram interessantes análises da realidade brasileira nas quais, diferentemente do PCB, se descartava qualquer possibilidade de realização das tarefas “democrático-burguesas” por alguma parcela das classes dominantes nativas, dadas a dependência do capitalismo brasileiro ao imperialismo e a própria formação da burguesia local. Em oposição à idéia que afirmava, baseando-se nas desigualdades econômico-regionais do Brasil dos anos 30, a existência de um confronto no país entre as forças capitalistas e as estruturas “feudais” (ou “semifeudais”), a LC, em seu documento “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (fevereiro-março de 1931), afirmou: “o processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo o território brasileiro, e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias”. Já em outro documento, intitulado “Projeto de teses sobre a situação nacional”, a LC compreendeu o Estado surgido da “Revolução” de 1930 como uma “forma de compromisso entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte”, posição bastante próxima da que seria adotada posteriormente por Francisco Weffort e Boris Fausto [...] (DEMIER, 2012, p. 213).

Todavia, mesmo existindo uma série de contribuições que liam a realidade de um modo mais científico e por isto indicavam outros caminhos políticos, o programa resultante do VI Congresso terminou por desconsiderar as acepções de Droz, as contraposições de Paredes e qualquer outra acepção que não se enquadrasse em seu esquematismo; como vimos, em sua caracterização enquadrou nossa formação nos termos de uma sociedade marcada pela forma asiática de produção, feudal-medievais, onde os setores pré-capitalistas (agrários ligados ao imperialismo) são um impeditivo para a generalização das relações sociais de produção capitalistas. Exatamente por isto, através deste diagnóstico, indicou-se que o caráter da revolução em nossa formação social era - a este momento - democrático burguês, necessitando atravessar um longo caminho para a consolidação das condições que permitam a próxima etapa, a revolução socialista. Anita Prestes, ao analisar o *Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina* datado de 1930 e já à luz das diretrizes do VI Congresso, nos dá um panorama geral de como a linha política será assimilada pelos comunistas na América Latina:

[...] De mesma forma, é interessante destacar algumas das principais colocações do “Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina”, data de 1930: “A América Latina é, no seu conjunto, um dos mais importantes campos de batalha do imperialismo ianque e do imperialismo britânico. Muito rapidamente, o primeiro conquista a hegemonia e faz da América Latina um vasto domínio colonial. O caráter semicolonial dos países da América Latina, apesar de sua independência política formal mais ou menos grande, é, por conseguinte, evidente”. (...) “A

classe dominante em quase todos os países da América Latina, qualquer que seja a forma política do poder é” (...) “a classes dos grandes proprietários de terras, a serviço e em estreita ligação com o imperialismo britânico ou norte-americano”... “ Em alguns países onde se desenvolveu uma burguesia nacional industrial dependente da classe dos grandes proprietários de terra (Chile, Argentina, Brasil), esta classe não é, absolutamente, independente do imperialismo. Sua luta contra os grandes proprietários de terras é sempre a expressão da luta do imperialismo ianque contra o imperialismo britânico” (...) “O desenvolvimento industrial dos países da América Latina, modificando sua estrutura econômica e social, desenvolvendo novas e profundas contradições, criando maior instabilidade nas relações políticas e sociais, não lhes modifica o caráter semicolonial” (...) “Pelas condições históricas nas quais se desenvolve, por seu conteúdo de classe e por seus fins, o movimento revolucionário da América Latina pode, portanto, ser caracterizado, em geral, como um tipo democrático-burguês nos países semicoloniais onde dominam o problema agrário e o problema antiimperialista” (...) “Na fase democrático-burguesa do movimento revolucionário da América Latina, o momento mais importante, o momento decisivo para a realização das tarefas da revolução democrático-burguesa em si mesma, e para a sua ulterior transformação em uma revolução proletária é, portanto, o momento em que, no movimento de massas, a hegemonia passa das mãos da pequena burguesia para as mãos do proletariado e do seu partido comunista” (PRESTES, 1980).

A assimilação das teses da IC se fizera presente no PCB imediatamente. Nos últimos dias de 1929 e primeiros de 1930 o partido realiza seu IIIº Congresso, e em suas teses passou-se a qualificar a realidade brasileira como feudal, identificando que as tarefas consistiam em enfrentar a economia agrária e o imperialismo numa grande etapa revolucionária democrático burguesa que objetivava liquidar os restos feudais de nossa formação (PRESTES, 1980).

Os resultados do VI Congresso e seus posteriores desdobramentos foram desastrosos para o PCB no plano organizativo. A princípio porque o PC brasileiro sofrerá uma dura advertência: as formulações que vinham sendo tecidas por Astrojildo e Brandão, que se expressaram na política de aliança conjuntural com as forças da pequena burguesia insurreta, conhecida como o Bloco Operário Camponês (BOC), serão desqualificadas, além de acusadas de ‘menchevistas’, isto é, denunciadas como expressão de um execrável desvio de direita. Embora o BOC estivesse de acordo com os lineamentos gerais da revolução em “etapas” proposto pelo VI Congresso, este viu-se enquadrado pela configuração política vivida no interior do Komintern, que estava marcado pelo momento de viragem para a ditadura stalinista e insuflada pela linha tática de *classe contra classe*, que entendendo a social democracia e fascismo enquanto manifestações da mesma

substância, isto é, como expressões da dominação imperialista⁶⁷, reduziu o leque de alianças do proletariado apenas aos camponeses (setor que o partido não possuía nenhum trânsito), negando qualquer aproximação com a pequena burguesia urbana. Disto, entendeu-se que os partidos comunistas de todo o mundo necessitavam atravessar um processo de proletarização, limpando de suas fileiras militantes que possuíam uma origem de classe não proletária. Um dos resultados desta linha política – em se tratando da luta de classes no Brasil - foi a desestruturação do núcleo dirigente do partido, através da expulsão de Astrojildo Pereira e a marginalização de Octávio Brandão; além disso, este período conhecido como ‘obreirista’, contribuiu para uma insuficiente capacidade de inserção do partido no cenário político nacional, que contaria com episódios decisivos. Entretanto, o que nos interessa destacar é que a subordinação do PCB ao Korminter é marcada por rupturas e continuidades. Acreditamos que as rupturas são em larga medida formais - embora não por isso menos graves - uma vez que a continuidade se dá exatamente no fato de que os elementos que informam uma etapa democrático burguesa já estavam sendo operados pelo partido, como tentamos demonstrar nas defesas de Astrojildo e Brandão. Com isto, temos todos os fundamentos da Estratégia Democrática-Nacional consolidados. Uma estratégia que identifica um trânsito entre a sociedade agrária para a industrial onde a primeira obstrui o desenvolvimento da segunda, e em decorrência caracteriza o período como um momento de realização da revolução burguesa e não socialista; que mapeia que o desenvolvimento das forças produtivas precisam ser desatados através do aniquilamento da sociedade feudal; que identifica que a formação social brasileira está atravessada pelos jogos de interesses hegemônicos do imperialismo norte-americano e inglês, que situam a luta política comunista no Brasil também com um caráter de libertação nacional, e neste sentido, o proletariado deve engajar-se pela

67 Esta linha tática que enquadrava a social-democracia como social-fascismo pode ser compreendida sinteticamente da seguinte forma: “[...] A polarização social no interior dos países imperialistas levaria ao desencadeamento da guerra anti-soviética. Nessa concepção semente a revolução proletária poderia evitar a guerra e, nesse caso, a social-democracia, que exercia influência preponderante na classe operária, seria o principal inimigo, particularmente sua ala esquerda, que, com seu “pacifismo” e a defesa das instituições democráticas, iludia as massas e garantia o domínio do capital financeiro. Cada vez com maior frequência, fazendo uso dos métodos repressivos, tendia a se confundir sempre mais com o fascismo: era o “social-fascismo”. A ideia de que o fascismo e a social-democracia seriam duas armas alternativas da burguesia, para evitar a revolução socialista, rondava a elaboração da IC desde 1924, mas foi somente no X Pleno que a expressão “social-fascismo” foi assumida em documentos oficiais, coincidindo com o predomínio incontestado de Stálin e com o fim de qualquer forma de democracia no interior do movimento comunista” (DEL ROIO, 1999, p. 118).

revolução democrático nacional, mantendo sua autonomia, buscando somar forças com os demais segmentos progressistas da sociedade, de forma que a depender da conjuntura isto significou uma aliança ora com as camadas pequenas burguesas da sociedade e, em outros momentos, com a grande burguesia industrial brasileira, ou ainda, uma postura mais estreita que situou empurrava o partido ao isolamento. Esta formulação comportou distintas vias em seu interior, e estamos convencidos de que os comunistas as esgotaram.

Não nos cabe aqui discorrer pontualmente o caminho histórico de implementação estratégica que o PCB operou. Interessa apenas apontar, muito sumariamente, que o partido operou sempre tentando interpretar a conjuntura nacional e mundial na qual se inseria, e optar pela melhor forma de inserção no real. Neste processo, a realização estratégica atuou num compasso pendular, onde ‘desvios de direita’ e ‘desvios de esquerda’, como o próprio partido costumou autocriticar-se, compôs a história do processo de realização da Estratégia Democrático-Nacional em suas diferentes vias de experimentação, tratando-se do próprio movimento da estratégia se adaptando à realidade concreta. Do Bloco Operário Camponês com Brandão e Astrojildo a frente, do período obreirista do partido à luz das orientações do VI Congresso da IC, da perspectiva de ‘frente popular’ orientada pelo VII Congresso da IC, da chegada de Prestes, do baluartismo de Miranda, passando pela insurreição de 1935 e atravessando as duras lutas subterrâneas até a Conferência da Mantiqueira de 1943 que concluiu pela defesa de Vargas, as candidaturas bem sucedidas de 1945 - com 14 deputados e Prestes como senador -, o retorno ao subsolo imposto por Dutra, o Manifesto de Agosto de 1949 e o retorno às armas, o relatório do XXº congresso do PCUS, as divergências no núcleo dirigente, até a aposta final contida na famosa “Declaração de Março de 1958” e ratificada pelo V Congresso em 1960. Todos estes episódios são momentos da realização estratégica, que contando com maior ou menor radicalidade correspondem a diferentes faces contidas numa estratégia democrática.

Esse entendimento está presente no ‘acerto de contas’ do PCB com sua própria história. Nas Resoluções do XIV Congresso do PCB realizado em 2009, os comunistas ao revisitar sua história criticamente concluíram na mesma direção:

Houve alterações significativas de ênfase na centralidade operária, principalmente a partir do final dos anos 1920, quando a Internacional Comunista passou a privilegiar a presença de militantes operários nas

direções partidárias, em detrimento da intelectualidade marxista, o que levou ao período do obreirismo. Em outros momentos, a ênfase recaía nos setores médios ou na importância da aliança com a suposta burguesia nacional progressista. No entanto, mesmo nos momentos de maior radicalidade, como na definição do levante de 1935 ou da resistência armada em 1950, *não se rompeu a formulação quanto ao caráter democrático burguês da Revolução Brasileira*, ou seja, a definição segundo a qual a revolução socialista exigia uma “etapa” democrática que permitiria o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e de um numeroso proletariado urbano capaz de levar adiante as tarefas de uma revolução proletária (PCB, 2009).

Uma vez caracterizado – ainda que grosso modo – estes pilares da EDN, considerando as formulações originais que vinham sendo produzidas, fato que constitui os primeiros passos do marxismo no Brasil, e sua fusão às diretrizes da IC ditadas pelas resoluções de seu VI Congresso, passemos a observar alguns dos aspectos desta estratégia em movimento, perspectivando identificar como que os eixos centrais que erigiram esta visão de mundo não formam uma exclusividade dos comunistas, contendo em seu interior pontos de contatos com outros segmentos da sociedade.

2.2.c Correspondências democráticas e nacionais para além do PCB

Cabe, neste momento da análise, destacar um outro elemento: se por um lado a EDN tem por principal operador político o PCB, acreditamos que o imaginário democrático nacional não se reduz a este. A EDN corresponde a um ‘espírito do tempo’ onde é possível encontrar lastros de correspondência para além do próprio partido. Deste modo, entendemos que a defesa do desenvolvimento capitalista para a superação do pré-capitalismo (posteriormente identificado a atraso) na sociedade brasileira, isto é, a posta em prática de uma política anti-latifundiária e anti-imperialista, está pulverizada na consciência geral de seu tempo. Destacamos dois exemplos que acreditamos explicitar esta afirmação.

O primeiro corresponde a própria Aliança Nacional Libertadora (ANL) que é criada independente da direção do partido. Fundamentalmente criada por tenentes descontentes com Vargas, pela esquerda socialista, por grupos antifascistas, combinado à escalada do movimento operário nesse período, se gesta praticamente uma aliança entre diferentes setores, que impulsionados por uma intencionalidade democrático nacional, criam autonomamente as bases da ANL. O PCB nos

momentos fundacionais da ANL apresentou-se relutante à sua construção e apenas após a chegada de Prestes de Moscou, e a assimilação das diretrizes extraídas do VII Congresso da IC⁶⁸ que versavam pelo alargamento do leque de alianças - envolvendo as grandes burguesias nacionais -, o partido passou a compor as fileiras da ANL. Quando o partido decide pela sua composição, parece-nos que a intencionalidade democrática e nacional já estava definida, e que após a entrada do PCB e sua subsequente hegemonia, essa se organiza programaticamente, e por sua vez, se potencializa⁶⁹. Esta percepção do fenômeno corresponde às posições de Anita Prestes, as quais assumimos como nossas:

Dessa forma, as concepções nacional-libertadoras adotadas pelo PCB frutificaram no Brasil graças à sua aceitação por amplos setores sociais influenciados pelo pensamento nacionalista. Se as teses citadas encontraram repercussão não só entre os comunistas, como também junto a outros setores da sociedade brasileira, isso se deveu, em grande medida, à circunstância de tais posições tenderem a convergir com os sentimentos nacionalistas amplamente difundidos na sociedade civil do país, dentre os quais se destacava a preocupação com a garantia da soberania nacional. Fica claro, portanto, que a política do PCB não foi um mero reflexo de supostas imposições da IC ou do movimento comunista internacional, como frequentemente se afirma. [...] No que se refere ao papel da ANL, pode-se dizer que “num período de intensa polarização política no cenário mundial, diante do avanço do fascismo em nível internacional e do integralismo em âmbito nacional”, a ANL “ajudou a formar, no Brasil, uma consciência antifascista, anti-imperialista e antilatifundista, que a derrota de novembro de 35 não seria capaz de apagar”. Consciência que, “embora naquele momento histórico tivesse sido abafada pelos donos do poder, viria a ressurgir mais tarde, com grande força, a partir das lutas pela entrada do

68 “Neste mesmo ano de 1934, lá na URSS, Prestes entrava para o PCB e uma articulação intermediada pela Internacional Comunista. No ambiente interno da IC, aprofundava-se uma discussão sobre a política de “classe contra classe” definida no VI Congresso e a necessidade de romper com essa orientação para responder aos dilemas da conjuntura internacional com a unidade do campo popular, diante da consolidação do fascismo. Durante os preparativos para o VII Congresso da IC, ganha corpo a elaboração de G. Dimitrov sobre a “frente popular” (HOBBSAWM, vol 6, 1985) como unidade de ação nas frentes de massas, contando com o apoio de Palmiro Togliatti. A partir daí, novos acontecimentos irão reconfigurar a política do partido brasileiro, que será marcada por novas inflexões demandadas pela conjuntura interna ao Brasil e pelas necessidades da luta do proletariado mundial” (PINHEIRO, 2012, p. 198).

69 “Pouco antes, em agosto de 1934, a repressão policial contra o I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista e o Fascismo, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, deixara um saldo de três mortos e muitos feridos. Os grupos antifascistas promotores do evento se articularam então no Comitê Jurídico Popular de Investigação, lançado a 22 de setembro de 1934 e que foi o embrião da Aliança Nacional Libertadora. Esta agrupou a esquerda antifascista, a socialista e principalmente os tenentes de esquerda desiludidos com os rumos que tomara a Revolução de 30, embora alguns ainda vissem Getúlio Vargas como revolucionário. Foram esses tenentes a alma da ANL, que conseguiu a adesão de inúmeros sindicatos operários. O PCB viu com desconfiança a formação da organização e decidiu “apoiar, mas não aderir jamais”. **A ANL destacava em sua plataforma três pontos principais: a luta pela democracia, contra o imperialismo e contra o latifúndio.** A 12 de março de 1935 foram aprovados seus Estatutos e a 30 do mesmo mês, no Rio, a ANL foi lançada publicamente, sendo Luís Carlos Prestes aclamado seu presidente de honra” (VIANNA, 2001, p. 7-grifo nosso).

Brasil na Guerra (...) e pela democratização do país” (Prestes, A.L., 1997: 141-142, 74). (PRESTES, 2013)

Além disto, com maior destaque, parece-nos razoável explicitar a identidade que se produzirá, um pouco mais tarde, entre as formulações pecebistas e as teses da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Ao que nos parece os comunistas encontrarão nas formulações cepalinas o conjunto teórico econômico que lhes faltava, combinando-as em suas teses, o que expressará o momento mais alto desta visão de mundo.

A princípio é preciso considerar que a CEPAL foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, em um contexto de pós IIª Guerra em que se iniciavam os primeiros movimentos da guerra fria. Sua principal chave de análise consiste em propor uma *teoria do desenvolvimento*, que, grosso modo, indicava que as jovens nações independentes poderiam projetar sua formação econômica até os patamares encontrados nos países *desenvolvidos*. Entende-se que subdesenvolvimento e desenvolvimento são momentos distintos do mesmo percurso que todas as nações devem percorrer num “*continuum* evolutivo”, e conseqüentemente, alcançar (MARINI, [1994] 2010). Além disso, a produção de uma teoria do desenvolvimento contém em si a finalidade de neutralizar o avanço da perspectiva comunista no agora chamado Terceiro Mundo, uma vez que era preciso fazer frente à autoridade moral da URSS no pós guerra⁷⁰. A chegada da CEPAL como ator no cenário político intelectual latino-americano dará maior impulso ao início de uma “ideologia do desenvolvimento” (PRADO, 2019). Contudo, não nos cabe entender este movimento como uma imposição desde fora visto que a ideologia do desenvolvimento, que encontra na CEPAL sua melhor expressão, contou com características da própria realidade latino-americana que permitiram seu enraizamento. No caso particular brasileiro, um dos pressupostos que acolhem a

70 Mais a frente enquadraremos este movimento como uma das ações que a burguesia mundialmente operou em sua estratégia contrarrevolucionária no pós-guerra, que marcada por um recuo tático, combinadamente insuflou diferentes ilusões em uma forma mais ‘humana’ de desenvolvimento capitalista ao passo que operava o terror próprio de uma estratégia de conservação do real. Para o momento, tomemos apenas o sentido específico da criação da CEPAL: “[...] Fundamentalmente, trata-se de uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento surgida nos Estados Unidos e na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria tinha, então, um propósito definido: responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para a vida independente, a partir dos processos de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais. Confrontados com essa situação, os países capitalistas centrais se preocuparam em explicar e justificar essas disparidades, das quais se beneficiavam de maneira gritante [...]” (MARINI, [1994] 2010, p. 104).

ideologia do desenvolvimento produzida pela CEPAL e criam as condições de sua projeção é a defesa da Estratégia Democrático Nacional protagonizada pelo PCB e que já compunha a visão de mundo de grande parte da sociedade - dos operários à uma burguesia industrializante (que neste momento dividia o poder político com a burguesia agrário-exportadora, e visava alargar seu espaço) (MARINI, *apud* PRADO, 2019)⁷¹. Notadamente, dentre as diferentes comissões espalhadas pelo mundo, a CEPAL destacou-se pelo seu nível de autonomia intelectual⁷², produzindo um conhecimento que partia da própria realidade latino-americana. Por ela se solidifica uma *visão dualista* da formação social latino-americana, que aponta para uma convivência - no interior de nossa estrutura econômica - entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento, sendo que o primeiro estaria expresso na economia agrária pré-industrial (atrasada) e o segundo na economia industrial (moderna) (MARINI, [1994] 2010). Assim entendido, a CEPAL passou a defender a necessidade de supressão do atraso agrário em função de um desenvolvimento modernizador, realizando desta forma uma superação do subdesenvolvimento através da consolidação da nação e de um desenvolvimento capitalista autônomo.

71 Fernando Correa Prado destaca cinco fatores que contribuíram para a consolidação e generalização da ideologia do desenvolvimento no Brasil: “1) a conjunção e a transformação de forças sociais ligadas a certos ideários que historicamente foram importantes dentro das classes dominantes no Brasil: a) os nacionalistas, b) os defensores da indústria, c) os papelistas e d) os positivistas (FONSECA, 2012, p. 24). 2) a existência - desde o início do século XX e, a partir da formação do Estado Novo em 1937, com direta participação no poder estatal - de uma elite militar (coadjuvada no âmbito civil e intelectual conservador), com pensamento e projeto de expansão do poder nacional; 3) a tradução, publicação, difusão, presença direta no debate público, e influência intelectual, de muitos daqueles personagens que formaram a chamada “economia do desenvolvimento” [...]; 4) a formação, em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que teve forte presença no campo intelectual, político e ideológico no Brasil, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubistchek, e cuja função era nada mais nada menos que criar uma ideologia do desenvolvimento nacional; 5) finalmente, a confluência tática em torno do desenvolvimento capitalista, durante a década de 1950, como parte da estratégia democrática e nacional defendida pela principal força política comunista no país até aquele momento: o Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (PRADO, 2019, p. 106).

72 Theotonio dos Santos, referenciando os diferentes momentos em que a consciência das classes dominantes opera, em seus aspectos de ascenso e decadência, nos brinda uma importante referência que pode ser estendida como razão deste destacamento intelectual da Cepal: “Outro aspecto da relação entre ideologia e verdade se torna muito evidente na relação entre classes ascendentes e classes decadentes. Em seu momento de ascensão política e econômica, a burguesia foi impelida por uma profunda necessidade de conhecer teoricamente e de racionalismo. A economia política clássica, por exemplo, tem um evidente estatuto teórico especulativo mil vezes superior ao pragmatismo da ciência econômica contemporânea, expressa na frase conhecida de Keynes: ‘a longo prazo, estaremos todos mortos’. *A ciência econômica latino-americana dos fins dos anos 40 e 50 fez incursões no campo teórico especulativo, muito limitadas, é verdade, mas que expressavam a necessidade de constituir uma ciência capaz de superar as limitações que sentia o nascente capitalismo industrial latino-americano diante das condições do subdesenvolvimento.* O vôo foi tão breve como as curtas asas desta burguesia e sua possibilidade de desenvolvimento” (DOS SANTOS, [1966], 1982, p. 34).

Vejamos como Vânia Bambirra sintetiza genericamente a teoria cepalina:

[...] el supuesto de un "modelo" de desarrollo calcado de los países desarrollados hacia el cual América Latina debería encaminarse; para eso era necesario —y se creía posible eliminar los obstáculos sociopolíticos y culturales al desarrollo que estaban incrustados en las llamadas "sociedades tradicionales" a través de la utilización racional de los recursos nacionales por medio de un planeamiento racional; como condición de ello era necesaria la movilización y organización de la voluntad nacional para la política de desarrollo. El supuesto básico de que el desarrollo interesa a todos (sin preguntar por cierto qué tipo de desarrollo interesa a cada clase) daba la premisa clave para una ideología del desarrollo. Esa ideología ya venía siendo promovida en América Latina a través de las mejores expresiones del nacionalismo populista (BAMBIRRA, 1978, p. 17).

Se olharmos atentamente as palavras chaves que arquitetam o pensamento da CEPAL, vemos que estas são passíveis de serem compartilhadas com a estratégia proposta pelos comunistas. Podemos ler sem muitas dificuldades que o atraso histórico de nossa formação impede o salto para uma sociedade socialista (“obstáculos sociopolíticos y culturales al desarrollo”), restando aos setores interessados no progresso (“voluntad nacional”) a constituição definitiva das relações sociais burguesas de produção eliminando os vestígios feudais (“sociedades tradicionales”). Neste caminho, uma gama de segmentos sociais pode e deve animar-se para a realização de tal empreitada. Apenas que para alguns trata-se de consolidar as condições que permitiriam a continuidade da revolução burguesa em direção ao socialismo, e para outros apenas a ruptura com o subdesenvolvimento que estrangulava as possibilidades para firmar-se autonomamente no cenário internacional. Visivelmente estes interesses encontram a possibilidade de aliar-se em direção a supressão do inimigo em comum: o latifúndio e o imperialismo. E de fato a burguesia em alguns momentos aliou-se aos comunistas, entretanto, sem a menor ilusão de que não os trucidaria quando necessário⁷³. Aqui ambas perspectivas se encontram tendo por eixo comum o ‘horizonte do desenvolvimento’, que pressupõe a incompletude do capital e identifica a negatividade do imperialismo para a consolidação da nação. Se há acordo na caracterização da realidade, conseqüentemente abre-se a possibilidade de uma resolução mais ou menos comum sobre o que fazer praticamente.

Para o caso particular da CEPAL em seu objetivo industrializante e

73 Por exemplo a ruptura da conciliação vivida na segunda metade da década de 1940, quando o partido passa a priorizar sua ação como um partido da esquerda institucional - que acaba se consolidando como a terceira força eleitoral do país chegando ao número de 200.000 filiados - e, ao final da década é posto novamente na ilegalidade (MAZZEO, 1999).

‘modernizador’ das relações sociais, admitiu-se como necessário algumas reformas, dentre elas, ainda que em menor medida, a reforma agrária:

Se a política econômica era o instrumento, o objetivo essencial ao qual ela deveria aspirar para superar o subdesenvolvimento era, para a Cepal, a industrialização. Já vimos como, em seu entendimento, esta seria capaz de promover melhor alocação da força de trabalho entre os setores produtivos, elevaria os salários, viabilizando o mercado interno, e induziria ao progresso técnico e ao aumento da produtividade do trabalho, pondo fim às transferências internacionais de valor. [...] A fé que a Cepal depositava na industrialização como medida suficiente para a superação do subdesenvolvimento estendia-se às virtudes que ela teria como alavanca para a transformação social. Admitindo que certas reformas eram necessárias nos planos institucional e político, a Cepal subvalorizava as medidas distributivas, entre elas a reforma agrária, a não ser como uma disposição de interesse secundário.[...] (MARINI, [1994] 2010, p. 110).

Estas colocações permitiram um processo de identidade do PCB para com as teses cepalinas, especialmente após a Declaração de Março de 1958. Esta se constituiu enquanto perspectiva de correção da linha política imediatamente anterior – o Manifesto de Agosto de 1950, que mesmo mantendo o conteúdo estratégico intacto⁷⁴, expressou uma compreensão um pouco mais precisa “sobre o caráter do capitalismo brasileiro e sobre sua condição de associação subordinada ao imperialismo, ao enfatizar a inserção do Brasil no quadro de reordenamento da economia mundial” (MAZZEO, 1999, p. 75). Contudo, ainda assim, sua aplicação prática tornou-se demasiado estreita, distanciando relativamente o partido das massas; Neste contexto, mesmo antes das teses serem formalizadas em 1958 o partido em seu conjunto buscou desvencilhar-se do impasses vividos pela aplicação do Manifesto de Agosto e ao mesmo tempo adaptar-se tanto as mudanças da conjuntura impostas pelo suicídio de Vargas – que implicou a imbricada candidatura de Juscelino Kubitschek -, quanto às diretrizes que o XX Congresso da IC orientava

74 “Se o PCB, desde o início de sua formação, sofrera forte influência das ideias e das posturas nacionalistas presentes na sociedade brasileira da época, nos anos 1940-1950 – quando o nacionalismo se tornou um verdadeiro “divisor de águas” (Sodré, 2006: 93), - a adesão do PCB às teses nacionalistas então em voga seria particularmente marcante (Prestes, A. L., 2010). Com o “Manifesto de Agosto de 1950”, os comunistas brasileiros abandonavam a política anterior de amplas alianças, incluindo setores burgueses, assim como a aposta na via eleitoral, para adotar o “caminho revolucionário” 3 entendido como o recurso à “luta armada pela libertação nacional” 4 . Mas a estratégia da revolução permanecia a mesma de antes – uma revolução democrático-burguesa ou agrária e anti-imperialista, definida como “revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social”, que só poderia ser realizada “sob a direção do proletariado”. Embora, nos documentos partidários a tática tivesse sofrido uma inflexão à esquerda com a adoção da consigna de “derrubada do atual governo”, o PCB mantinha-se fiel ao ideário nacional-libertador que sempre norteava suas ações. Continuava presente na agenda dos comunistas brasileiros a conquista de um capitalismo autônomo, objetivo a ser alcançado por meio da revolução nacional-libertadora” (PRESTES, 2013).

o movimento comunista internacional através de sua linha política de coexistência pacífica, aventando a possibilidade de um trânsito não violento ao socialismo. Desta forma, na declaração de Março de 1958 os comunistas do PCB forjaram um documento que reafirmava o caráter anti-imperialista e anti-latifundiário e democrático de sua estratégia, mas agora invocando uma ampla frente única⁷⁵ com a burguesia - na qual sua participação não estava condicionada pela direção desta, o que significava o abandono de uma perspectiva hegemônica e autônoma do proletariado no contexto de uma revolução enquadrada como burguesa – e ainda, mesmo reconhecendo que em determinados momentos irregulares da luta política se autorizasse o uso da violência, o partido passou conceber pela primeira vez em sua história a possibilidade de um trânsito pacífico ao socialismo, através de uma gradual sequência de reformas. É neste preciso sentido que identificamos uma brecha que permite o partido assimilar como suas as teses cepalinas e, como se tornará evidente em outro momento de nossa dissertação, será este o momento do PCB que possui maior similaridade com a Estratégia Democrático-Popular, em função da abstenção da ruptura radical e assunção de uma perspectiva gradualista:

Segundo a Declaração, o desenvolvimento das forças produtivas faz surgir no país uma burguesia “nacional e progressista”, em contradição com o imperialismo, além de aumentar o contingente do proletariado urbano e também rural. Assim, o Estado que emergiu após 1945 não se constituía mais como um Estado hegemônico por latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo. Sob este ponto de vista, o desenvolvimento do capitalismo constituía-se em um elemento progressista que havia permitido alterações expressivas na vida nacional, bem como possibilitaria a ampliação dos espaços democráticos da sociedade nacional. Portanto, no contexto da “etapa” democrático-burguesa da revolução brasileira, a nova contradição fundamental se dava entre a burguesia “nacional e progressista” e os segmentos tradicionalmente vinculados ao imperialismo norte-americano, que estariam constituindo os núcleos

75 Em uma entrevista concedida em 2002, Jacob Gorender contextualiza as condições em que foi produzida a Declaração de Março e, de passagem, comenta a questão da hegemonia burguesa na revolução brasileira: “Não se dizia isso. O que se falava era que ela devia ser apoiada. Ou seja, a aliança que o PCB tinha em vista incluía esta parte da burguesia. Com a Declaração de Março começou a circular o termo burguesia nacional. A declaração surgiu exatamente desta necessidade de formalizar, em um documento oficial, a política que na prática já estava sendo implementada. Isto porque os documentos oficiais do PCB ainda eram os do início dos anos de 1950, sectários e de uma retórica inteiramente fora de contexto. Por isso, surgiu a ideia de fazer uma declaração prevendo os termos de uma nova política. Como se achava que a elaboração deste documento no Comitê Central seria inviável – isto porque dele participavam o Amazonas, o Grabois e outros ligados a estes (fundadores do PC do B, mais tarde), - então pensou-se em fazer um documento fora do Comitê Central, assinado pelo Prestes e que seria jogado na mesa como fato consumado. Prestes concordou com isso. Embora tivesse ainda na clandestinidade, já não se encontrava isolado. Vários companheiros, fora da Comissão Executiva, tiveram acesso a ele. Constituiu-se uma comissão que, à margem do Comitê Central, elaborou a declaração. Deste modo, o Comitê não teve alternativa a não ser encampar a ideia. Já era um fato consumado. Logo viria o V Congresso, em 1960, que respaldou tais teses. Esse foi o encaminhamento do PCB diante do governo de JK” (GORENDER, 2002).

antidemocráticos do país. Além do mais, privilegiava-se a ação legal, por meio da “via pacífica” para o socialismo, que passava a ser o elemento central da política dos comunistas. Portanto, a atuação do partido deveria ser realizada pela Frente Nacionalista, constituída por “patriotas da burguesia nacional”, da pequena burguesia e do proletariado urbano e rural. Deslocava-se, assim, o fulcro da política do PCB, que deixava de privilegiar a base material da sociedade - a luta econômica da sociedade -, travada na disputa pela hegemonia do movimento sindical, para favorecer o campo das amplas alianças, subordina a luta do proletariado ao *politicismo de viés liberal* e institucionalista. Esta formulação do *grupo dirigente tardio* configurava-se nitidamente como *gradualista*, na medida em que a hegemonia do proletariado seria conseguida mediante graduais conquistas democráticas, que estariam sendo favorecidas pelo desenvolvimento econômico do país” (MAZZEO, 1999, p. 85).

A confluência dos diferentes matizes sobre o ‘horizonte do desenvolvimento’, parece encontrar no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) seu ponto de convergência. Embora seja impossível dizer que há uma unidade do pensamento isebiano, em virtude da pluralidade interpretativa presente em seu interior, é possível concluir por dois pressupostos consensuais: a oposição entre nação x imperialismo e subdesenvolvimento x desenvolvimento, afirmando de forma uníssona a necessidade de realização do desenvolvimento econômico no Brasil. Segundo Caio Navarro de Toledo, as divergências estavam concentradas fundamentalmente sobre *como desenvolver e qual a força hegemônica* neste processo. Tendo em vista seus objetivos - uma produção teórica que incida politicamente na direção da consolidação da nação e de seu desenvolvimento -, o Iseb não tinha como evitar o debate direto com as formulações produzidas pelo, até então, principal defensor desta bandeira, o PCB. Todos os principais pensadores do Iseb tiveram uma interlocução – crítica, complacente ou mesmo interna - com as teses do partido, era inevitável. Destacam-se dois nomes que mais se aproximaram das teses do Partido, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodr , sendo este  ltimo, militante do pr prio partido. Vejamos como Toledo expressa essa identidade entre  lvvaro Vieira Pinto e o PCB:

Compara es entre o discurso de Vieira Pinto e os documentos do PCB, nesse per odo, poderiam ser estabelecidas. Vieira Pinto n o deixaria de concordar, por exemplo, com afirma es do programa do PCB (1960) em que se diz que “a contradi o [...] entre a na o brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos tornou-se a contradi o principal, dominante, na sociedade brasileira”. Para ambos, “a contradi o antag nica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, seria uma contradi o fundamental da sociedade brasileira”. Mas, como prosseguia o programa, “esta contradi o n o exige solu o radical e completa na atual etapa da revolu o”. Em uma fase seguinte, quando o desenvolvimento

industrial capitalista tiver consolidado a nação e as classes sociais estiverem plenamente configuradas, é que a luta de classes estará na ordem do dia. Por conseguinte, apenas nesse novo momento histórico é que se colocará a questão da superação da ordem capitalista e, conseqüentemente, a luta pela construção do socialismo. No momento presente, pois, apenas fará sentido combater o inimigo principal das forças populares e democráticas seja, derrotar as forças sociais e políticas que opõem obstáculos à consolidação da nação brasileira, livre e soberana. Alianças e classes articulando os setores sociais que teriam interesses em comum deveriam ser constituídas como frentes políticas para a etapa da revolução nacional-democrática, contra o imperialismo e seus agentes internos, deveriam se unir: o proletariado, os camponeses' a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional- Embora Viena Pinto não fizesse as mesmas precisões conceituais, não deixava de concordar com o esquematismo acima formulado. Da mesma forma que o PCB, Vieira Pinto postulava a hegemonia dos trabalhadores no interior da frente nacionalista e democrática (TOLEDO, 1998, p. 318).

Essa interação entre o pensamento isebiano e pecebista assume maior projeção a partir dos anos 1960, quando Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, as principais figuras à direita, “lamentavam a politização esquerdizante do instituto” (TOLEDO, 1998) e já não compunham e influíam sob a direção do Iseb. De tal modo, o instituto agora dirigido por uma intelectualidade à esquerda passou assumir um protagonismo propositivo na conjuntura nacional sendo, por exemplo, uma força entusiasta na campanha presidencial em defesa da candidatura de Lott, se posicionando em favor à legalidade e a favor do presidencialismo no impasse político de 1961, cabendo maior destaque à defesa das Reformas de Base no período do governo de João Goulart (TOLEDO, 1998). Além disso, pode-se verificar esta unidade entre PCB e Iseb também no plano formativo, onde o Instituto, aparentemente, transformou-se em uma referência para os comunistas enquanto escola de formação; Anita Prestes em um comentário rápido nos indica essa referência: “*Grande parte dos comunistas, quem podia, ia fazer curso no Iseb, que tinha uma influência enorme - eu me lembro disso*”. (PRESTES, 2012, p. 39).

Este encontro do PCB com as teses desenvolvimentistas é um fato contraditório, pois exatamente no momento em que as bases reais que alicerçaram a EDN começavam ruir⁷⁶, dado o disparar do desenvolvimento das forças produtivas a partir dos anos 1950, as mesmas teses encontram um fôlego, uma sobrevida nas

76 “Com seus estereótipos de “desenvolvimento auto-sustentado”, “internalização do centro de decisões”, “integração nacional”, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do “desenvolvimentismo” que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, **justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam**” (OLIVEIRA, [1972] 2008 p, 34 – grifo nosso).

teses da CEPAL/Iseb⁷⁷. Convencido de sua linha, o partido encontra no período de 1958 até 1964 o momento histórico de sua maior saúde política, quando este possui incidência em diversos segmentos nacionais - no campo, no proletariado urbano, na intelectualidade, nos estudantes, quando está dirigindo greves em todo o país, etc⁷⁸. É contraditório o fato de que no momento de maior envergadura elaborativa e prática da EDN é, justamente o momento em que ela se defronta com seus limites.

2.3 A EDN e o golpe de 1964

Para compreendermos melhor este ascenso e descenso da razão democrática e nacional que descrevemos acima, é fundamental atentarmos para a base real que deu sustentação à esta. Isto significa dizer que faz-se necessário observarmos como o desenvolvimento estrutural das relações sociais capitalistas em seu processo contraditório influenciou e formatou as ideias de seu tempo. O golpe de 1964 e a conseqüente derrota estratégica da classe trabalhadora é a resolução definitiva dos termos pelo qual se concretiza a integração imperialista do capitalismo brasileiro. Marcado por um processo histórico orientado pela luta entre as classes dominantes e dominadas, a integração imperialista define um novo padrão de reprodução do capitalismo dependente no Brasil. A história das ideias não é senão a forma como os sujeitos históricos percebiam este movimento, não por isto menos decisiva.

Consideramos pertinente a caracterização de três períodos no interior deste

77 Estas contradições já vinham sendo apontadas por Caio Prado Jr desde o IV Congresso do PCB, embora sistematicamente marginalizada (MAZZEO, 1999). Também no Iseb despontou uma crítica à 'ideologia do desenvolvimento'. Wanderley Guilherme dos Santos: "[...] entende que, a partir do governo JK, a ideologia do desenvolvimento — na medida em que extremou a "apologia do sistema capitalista como forma superior da convivência social" — se transformou objetivamente em ideologia da classe dominante. Para ele, as formulações isebianas anteriores, que concebiam o antagonismo principal residindo no conflito nação versus antinação, além de equivocadas empiricamente, serviam na prática para a defesa do "fortalecimento do capitalismo brasileiro". De forma nítida, pela primeira vez no Iseb, afirma-se que o imperialismo não representava um obstáculo externo ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Daí dizer que "[...] Só de uma perspectiva fundada nos interesses objetivos do capitalismo nacional é que se poderia tratar o imperialismo como fenômeno natural alheio ao sistema". O caráter antipopular da ideologia do desenvolvimento estava, assim, em escamotear a sua natureza classista, apresentando-se, ao contrário, como representativa do conjunto dos interesses nacionais" (TOLEDO, 1998, p. 327).

78 Ver Seminário "PCB 90 anos de luta" (Parte II), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rYKT8fNC3og&list=PLFBE7B7D1FD9E0C61&index=2>

quadro histórico. Um primeiro que marca o nascimento associado da burguesia industrial nos setores complementares ao setor exportador e o consequente processo de sua autonomização relativa; um segundo período que marca as distensões vividas pelas classes dominantes e sua concertação no interior do Estado até o fim da década de 1940; e um terceiro que tem início a partir dos anos 1950 que será gravado por uma *ruptura vertical*, isto é, uma fissura do bloco dominante no interior do Estado, que se prolonga tensionada até sua nova unidade em 1964, frente à *ruptura horizontal* que opunha os interesses da classe trabalhadora como um todo aos interesses burgueses (MARINI, [1969] 2013). Assim entende-se que o processo histórico de integração imperialista se inicia ao final do século XIX e se conclui com o golpe empresarial-militar de 1964. Veremos muito sumariamente as características gerais deste processo histórico.

Trabalhando com as formulações desenvolvidas por Vânia Bamberga, entende-se que este primeiro período - cuja principal característica é o nascimento de uma burguesia industrial e conseqüentemente também do proletariado industrial - contém parte da chave explicativa que irá incidir na particularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isto porque, mesmo a burguesia industrial se autonomizando relativamente ao setor externo, este será sua razão de existência, visto que foi este setor o elo dinâmico da economia brasileira, conferindo as garantias necessárias para a reprodução do setor interno por um longo tempo. Bamberga indica que a determinação central que impõe à economia brasileira uma reorganização tem razão nas transformações ocorridas no ponto mais desenvolvido da cadeia capitalista mundial, que passa a ditar as necessidades de reorganização da divisão internacional do trabalho. Para nossa autora as alterações no processo produtivo no centro capitalista - em especial inglês - "conhecidas como a segunda Revolução Industrial - caracterizada pela produção em série de máquinas de fazer máquinas" impõe transformações à economia brasileira de dois tipos: a) transformações na organização social da produção, que significa, grosso modo, a adoção do trabalho assalariado; b) mudanças nas forças produtivas que são obrigadas a adequarem-se às exigências do novo padrão de produção. Isto dá-se devido a duas necessidades:

1º. O aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países avançados. Como afirmou Lênin: "quanto mais desenvolvido

está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.”
2º. A expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais (BAMBIRRA, [1972] 2013, p.66).

Estas duas determinações condicionaram, portanto, a proletarização dos trabalhadores no campo e nas jovens cidades - que a partir daqui começam a se expandir -, além de alterar a configuração no âmbito das forças produtivas. É preciso destacar que esta proletarização no campo não elimina completamente as formas ‘pré-capitalistas’ em toda a produção agrária, dá-se fundamentalmente nos setores chave da economia e, mesmo assim, em alguns destes setores há convivência entre ambas formas de organização do trabalho⁷⁹. Consequentemente, ao lado do nascimento do proletariado agrário, se desdobra como necessidade intransponível a constituição de setores complementares, dinamizados pelas próprias demandas do polo dinâmico da economia brasileira, que marcará um significativo impulso à industrialização. Isto porque, com a proletarização, inaugura-se a necessidade destes satisfazerem suas carências no mercado interno, acontecimento que exige a constituição de pequenos núcleos industriais que passaram a produzir estes itens; somado a isto, a própria produção agrário-exportadora engendra a necessidade de uma produção industrial que a sustente em aspectos elementares, a título de exemplo: a produção têxtil para as sacas de café, ou mesmo a produção de infraestrutura, como as ferrovias⁸⁰. É importante destacar ainda que, em paralelo, a industrialização brasileira havia contado com um primeiro impulso através da guerra encampada contra o Paraguai entre 1864-70, onde “a demanda por bens de consumo para os exércitos - como vestuário, calçados, alimentos, medicamentos, e também alguns tipos de armamentos e munições, etc. - foi consideravelmente atendida pela produção nacional” (BAMBIRRA, [1972] 2013, p. 75). Assim, constituiu-se um primeiro período cuja dominação política está concentrada nas mãos da oligarquia, entre latifundiários, comerciantes, financistas, proprietários de minas, etc.

79 Mesmo o assalariamento deve ser pensado à luz da particularidade. É sabido que nem sempre o pagamento da força de trabalho livre deu-se sob a forma monetária, muitas foram as formas de pagamento, como demonstrado por Caio Prado Jr. Esta dimensão particular sobre a organização da força de trabalho e seu respectivo pagamento é a base da confusão que sustentou a existência de ‘restos feudais’ no Brasil, que como vimos, informou decisivamente a EDN.

80 É importante destacar que este fato tem correspondência com outras formações sociais latino-americanas, como nos casos dos países exportadores de carne (Argentina e Uruguai) demanda-se o surgimento de uma indústria frigorífica que atenda às necessidades do setor exportador.

onde o polo dinâmico da produção e reprodução capitalista dá-se em torno da exportação de mercadorias primárias. Esta configuração foi uma exigência do desenvolvimento das forças produtivas no eixo mais desenvolvido do sistema, que para garantir sua produção e reprodução ampliada determinou metamorfoses nas relações sociais de produção em todo o globo, e, particularmente, para a América Latina. Isto significou o trânsito para as relações sociais propriamente capitalistas, fundadas na exploração moderna do trabalho assalariado. Claro está que, neste primeiro momento, dita-se um padrão bastante germinal deste processo, onde a reprodução do capital nesta fase é conceitualmente definida por Bamberger como uma “formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora” (BAMBIRRA, [1972] 2013).

Contudo, tal como nos dita a regra geral do movimento, o novo, ao nascer, já produz em seu interior o germe de sua negação, de forma que para o período analisado, isto consiste na conformação de uma dinâmica produtiva fundada na exportação dos produtos primários, engendrando em seu interior um sistema produtivo complementar, que ao se desenvolver, tende a uma relativa autonomia, visto que criará necessidades particulares para sua reprodução, fenômeno este que mesmo coexistindo em unidade ao setor agrário-exportador, apontará para choques cada vez mais acentuados entre os segmentos da classe dominante burguesa. cremos que é evidente a unidade entre ambos os setores produtivos: não há exportação sem industrialização, igualmente, não há industrialização sem setor externo, o que não significa dizer que, no curso deste movimento, ambos setores não contraiam interesses contraditórios, particulares às suas condições de produção e reprodução. Desta forma:

[...] A burguesia industrial latino-americana já nasce limitada e comprometida com as classes dominantes oligárquicas, não apenas porque o desenvolvimento da indústria ocorre no seio do sistema oligárquico - e por oligarquia entendemos todos os setores das classes dominantes vinculados direta ou indiretamente ao setor primário-exportador, além dos latifundiários que produzem para o mercado interno ou que detenham a propriedade privada da terra sem torná-la majoritariamente produtiva - mas, também porque, em grande medida, o surgimento dos empresários industriais é produto da simbiose de setores da oligarquia (latifundiária, mineradora ou comercial exportadora) com setores industriais. E são diversos os casos na América Latina em que, embora seja possível fazer a diferenciação econômico-social entre setores produtivos, não se pode aplicar essa diferenciação para seus agentes (indivíduos), que muitas vezes são os mesmos. Claro está que a origem dos empresários nem sempre se restringiu àqueles saídos dos setores oligárquicos. Eles também tem origem

nos imigrantes, como europeus e árabes, que em muitos casos chegaram ao continente com uma quantidade suficiente de capitais para começar a instalar alguma indústria; provêm igualmente da expansão de setores artesanais, que evoluíram para formas superiores de produção, almejando atender a crescente demanda. De todo modo, a determinação de sua origem específica e preponderante não é a questão fundamental: o mais relevante é a compreensão do contexto nos quais eles surgem e se desenvolvem, os limites e contradições que engendram, e as possibilidades estruturais para sua superação” (BAMBIRRA, [1972] 2013, p. 80).

De modo a sintetizar este processo, pode-se dizer que o momento dependente capitalista-exportador aponta em seu movimento, ditado pelas contradições próprias de sua genética, à conformação de uma “formação socioeconômica dependente capitalista-industrial” (BAMBIRRA, [1972] 2013).

O desenvolvimento destas contradições nos leva a um segundo período que se inicia em 1920, percorre todo o Estado Novo (1937-45) e se esgota com o governo Dutra; este período é marcado pelos tensionamentos resultantes do nascimento e consolidação de um setor industrial interno, da constituição de uma economia diversificada e o fim de uma estrutura fundada exclusivamente na exportação de um único produto.

A década de 1920 tem por marco dois grandes acontecimentos: a crise do setor exportador de café combinada com a intencionalidade de uma burguesia industrial interna ávida por uma maior participação nas instâncias diretivas do Estado. O monopólio da política exercido até então pelas oligarquias paulistas e mineiras sofre uma dura derrota nos acontecimentos de 1930, que instalam Getúlio Vargas à frente do Estado. Esta derrota das oligarquias não fica sem resposta: o levante armado de 1932 capitaneado pela oligarquia paulista demonstra um relativo equilíbrio de forças e uma compreensível instabilidade entre o setor externo e o setor interno. Derrotada em sua tentativa de golpe, a oligarquia vê-se impelida à aliança com a burguesia industrial decorrente de sua perda de posições e uma escalada da radicalidade na luta política encampada pela ANL. Após frustrar a insurreição de 1935, se constitui em 1937 um Estado de compromisso que atualiza a complementaridade política e econômica entre o setor externo e interno que passa a atuar sob a perspectiva de subordinação do movimento operário através da legislação social e a conformação da estrutura sindical sob tutela do Estado, combinando a dura repressão aos setores proletários que não se submetem; além disso, logra neutralizar as capas médias da sociedade através de sua anexação ao

Estado pelos cargos públicos, e em seus mecanismos de acumulação confluirá, como medida da saída da crise de 1929, um acelerado processo de substituição de importações baseado nas transferências das receitas oriundas do setor externo⁸¹. Francisco de Oliveira nos concede uma síntese do quadro histórico que se apresenta neste segundo período:

Ao mesmo tempo que cria as condições para a acumulação necessária para a industrialização, a legislação trabalhista, [...] é a cumeieira de um pacto de classes, no qual a nascente burguesia industrial usará do apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais; e essa aliança não é somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos da guerra e com o boom dos preços do café e de outras matérias-primas de origem agropecuária e extrativa, reverta à situação pré-anos 1930. Assim inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que, de um lado, penalizam a produção para a exportação mas procuram manter a capacidade de importação do sistema - dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas - e, de outro, dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas - mesmo quando os preços de exportação estão em alta - e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de "acumulação primitiva" extremamente adequado para a expansão global (OLIVEIRA, [1972] 2008, p. 65).

Como vemos, a conformação do Estado de compromisso de 1937 não tem por base um antagonismo entre o setor externo e o setor interno, muito menos é

81 Vale apontar que para que este processo fosse possível, a formação social brasileira necessitava contar com um conjunto de elementos prévios já garantidos pelo primeiro período descrito inicialmente: "A substituição se realiza, num primeiro momento, no setor de bens de consumo leves; passa posteriormente aos setores de bens de consumo duráveis; chega aos bens de produção intermediários; e, por último, alcança o setor de bens de produção pesados, isto é, máquinas de fazer máquinas - ainda que, a rigor, a indústria pesada, como veremos mais adiante, não tenha se desenvolvido num processo de industrialização propriamente substitutivo. Contudo, embora seja certo que a guerra de 1914-18 tenha provocado o desenvolvimento desses mecanismos em países como Argentina e o México - o que também foi bastante facilitado pelo aumento da disponibilidade de divisas resultante do crescimento das exportações de produtos necessários para os países beligerantes -, esse processo já vinha se realizando desde antes, e em todos os demais países que agora analisamos [Brasil, Uruguai, Chile] (em menor escala na Colômbia) já existia um elemento constituído em suas estruturas nacionais que tornava possível o aproveitamento da conjuntura internacional visando a impulsionar o desenvolvimento industrial. Qual é esse elemento? É a existência de um mercado interno que se expandiu de forma articulada nesses países, devido ao desenvolvimento de relações de produção capitalistas que, progressivamente, chegam a ser predominantes em setores-chave da economia primário-exportadora. [...]" (BAMBIRRA, [1972] 2013, p. 64 – itálico nosso).

possível afirmar que o setor externo representa um entrave para o processo de generalização das relações capitalistas de produção, ao contrário, sendo este o seu motor⁸². Marcado por uma unidade contraditória, o sistema agrário financiou o processo de concentração de capitais no Brasil - essa foi a resposta encontrada pelas classes dominantes para fazer frente a crise mundial de 1929. É válido destacar como neste momento a burguesia vê-se beneficiada pela estrutura agrária fundada na alta concentração das terras. Em virtude da baixa produtividade no setor agrário, imensas massas humanas são impelidas a migrarem para os novos centros urbanos, consolidando um enorme exército industrial de reserva que termina por comprimir o valor da força de trabalho, reduzindo-o. Nesse sentido, a concentração das terras é aquilo que permite o movimento de constituição do capitalismo industrial no Brasil; fosse este confrontado com uma reforma agrária, neste momento, a base de sua reprodução ver-se-ia frustrada.

A manutenção, ampliação e combinação do padrão “primitivo” com novas relações de produção no setor agropecuário têm, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos, provavelmente maior importância. Elas permitiam um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial, na forma já descrita. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação - determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural - e custo de bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, que se descreverá mais adiante, tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais [...]” (OLIVEIRA, [1972] 2008, p. 46).

Grosso modo este é o segundo período do processo de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas no Brasil. Quando apontamos para um Estado de compromisso, não estamos de nenhuma forma negando que no interior

82 “Um dos elementos significativos dessa complementaridade é, efetivamente, a drenagem dos capitais para a indústria, através da qual a burguesia teve acesso a um excedente econômico que não precisava expropriar, posto que era colocado espontaneamente a sua disposição. Não é, entretanto, o único: manter o preço externo do café, enquanto a moeda se desvalorizava internamente, interessava aos dois setores - à oligarquia, porque preservava o nível de suas receitas, e à burguesia, porque funcionava como uma tarifa protecionista. A demanda industrial interna era, por outro lado, sustentada exatamente pela oligarquia, necessitada dos bens de consumo que já não podia importar em condições de adquiri-los apenas na medida em que seu nível de renda fosse garantido” (MARINI, [1969] 2013, p. 138).

deste não haja tensionamentos. Mesmo mantido os termos gerais da aliança entre as frações da classe dominante, estas não se abstêm de seus interesses particulares, e se movimentam no estreito raio da concertação desde a perspectiva de galgar melhores condições de acumulação - tomando por referência o conceito cunhado por August Thalheimer e resgatado Ruy Mauro Marini, a isto chamaremos *cooperação antagônica*, . No interior desta, cabe desde já apresentar o fato de que a burguesia industrial interna (inserida nos termos do Estado de compromisso), já define sua posição de classe em perfeita consonância com o complexo agrário - desde o ponto de vista da dominação de classe -, refutando qualquer alternativa revolucionária para seus impasses conjunturais de acumulação⁸³ (MARINI, [1969] 2013). Somado a isto apresenta-se em termos mundiais, a atualidade da revolução socialista que obriga uma unidade não pacífica entre os diferentes estratos da classe dominante. Lukács ao analisar o modo como Lênin compreendia o curso revolucionário do início do século XX, já marcado pelo capitalismo monopolista, expressa essa síntese didaticamente. Concluindo com uma negativa para a defesa da democracia como forma essencial da dominação burguesa aponta que o capital em seu movimento produz a superestrutura que expressa as necessidades de manutenção de sua reprodução. Para o caso particular deste segundo período exposto, a síntese histórica deu-se sobre uma ditadura de classe dirigida politicamente pela burguesia industrial através de Vargas⁸⁴.

La cada vez más inminente revolución proletaria hace por un lado posible una alianza entre la burguesía y el absolutismo feudal que garantice las condiciones económicas de vida y el proceso de expansión de la burguesía, permitiendo, al mismo tiempo, la subsistencia del predominio político de las viejas potencias. Por otro, la burguesía, que de este modo decae ideológicamente, cede a la revolución proletaria la realización de sus antiguas reivindicaciones de tipo revolucionario. Por muy problemática que sea esta alianza entre la burguesía y las viejas potencias, en la medida en que no es una alianza de clase basada en una positiva identidad de intereses, sino tan sólo un compromiso motivado por el común temor a una calamidad superior, no deja de ser, de todos modos, un hecho nuevo e

83 Desta forma, desde este enquadramento, a definição do caráter da revolução como democrático-burguesa não nos parece espelhar idealmente as determinações da própria realidade; ao contrário, somos obrigados a concluir – através do diagnóstico acima apresentado – que o caráter da revolução neste momento era socialista, uma vez que à este momento as relações sociais de produção no Brasil já eram capitalistas, seja em sua fase ‘dependente capitalista-exportadora’ ou, dependente capitalista-industrial’.

84 Entretanto, é válido apontar um aspecto que voltaremos mais tarde com maior cuidado: o fato do desenvolvimento do capitalismo no Brasil haver recorrido à ditaduras abertas não significa que também não encontrou na democracia sua forma adequada de dominação, isto é, da mesma forma que nos parece um equívoco combinar mecanicamente capitalismo e democracia, parece-nos um erro combinar capitalismo dependente e autocracia. Visto que isto perde de vista as transformações superestruturais determinadas pelas metamorfoses do desenvolvimento estrutural do capital.

importante. Un hecho frente al cual la "prueba" mecánica y esquemática del "necesario vínculo" entre evolución capitalista y democracia se revela como una auténtica e irremediable ilusión. Como ha dicho Lenin, "la democracia política no es, en términos generales, sino una de las formas posibles (aun cuando teóricamente no deje de ser la normal para el capitalismo "puro") de las superestructuras del capitalismo. Como los hechos lo demuestran, el capitalismo y el imperialismo se desarrollan bajo cualquier forma política, a la que pueden subordinarse perfectamente" (LUKÁCS, [1924] p. 25).

Cabe aqui uma última consideração sobre a forma particular do Estado de compromisso assumido no Brasil. A conquista da hegemonia burguesa do Estado se aproxima daquilo que ficou consagrado como 'via clássica', embora dela se diferencia pela evidente razão de que são configurações sociais distintas. Em qual sentido realizamos esta aproximação? Em termos gerais, pelo fato de termos aqui um bom exemplo de uma classe minoritária na sociedade (burguesia), que em função de sua posição nas relações sociais, logrou combinar em torno de seu projeto os distintos interesses de classe em jogo (oligarquia, campesinato, proletariado e pequena burguesia urbana) – e por combinar interesses não necessariamente entendemos uma frente unitária, apenas a articulação tática das diferentes disputas no campo do real em direção à conquista de seu objetivo estratégico particular⁸⁵. É desta forma que combinando as lutas proletárias, as reivindicações dos setores médios e a necessidade de manter o sistema de dominação, a burguesia consegue incorporá-los negando, impondo seu ordenamento à antiga classe dominante e às demais classes da sociedade, que para o caso das oligarquias, se não deixam de existir e mesmo incidir na política com significativa presença, o faz subjugado aos termos ditados pela burguesia industrial - agora hegemônica (BAMBIRRA, [1972] 2013). Desta forma, a conformação do Estado oligárquico-burguês, ou Estado de compromisso sob hegemonia da burguesia se constitui da seguinte forma:

É óbvio que a conquista do controle do poder por parte dessas burguesias não se dá de forma completa, pois os inimigos enfrentados durante todo esse processo de lutas que conduz tais burguesias ao poder são, evidentemente as oligarquias (latifundiárias, mineradoras, financeiras e comerciais). Contudo, os interesses dos industriais, embora em choque com os sistema de dominação oligárquico (na medida em que sua classe foi

85 "[...] E é importante o grau de consciência de classe que a burguesia industrial teve em todo esse processo, ainda que essa questão passasse a segundo plano, na medida em que, *objetivamente*, era ela a única classe que de fato representava os interesses do desenvolvimento e sobrevivência do sistema de dominação em seu conjunto, por se situar em seu nível mais importante; ou seja, a dinâmica das contradições econômico-sociais engendradas no seio do sistema oligárquico conduzia, de forma irreversível, à consolidação do poder burguês" (BAMBIRRA, 2013, p. 89).

gestada como um subproduto deste mesmo sistema, ainda que o contradizendo), não podem questioná-lo radicalmente, pois seguem necessitando daquele sistema de dominação inclusive como uma condição de sobrevivência. Questiona-se os obstáculos mais agudos ao industrialismo, exige-se a flexibilização do Estado e busca-se a participação dos interesses do capitalismo industrial no controle do poder. A oligarquia não se encontra, portanto, definitivamente liquidada; mantém seus privilégios básicos, mas abre as portas do sistema de dominação para a burguesia industrial. Desse processo surge um sistema de dominação mais complexo e impuro: a dominação burguesa-oligárquica. É necessário compreender que, ainda que a burguesia industrial alcance a hegemonia econômico-social sobre todo o processo de desenvolvimento que ocorre a partir de sua “revolução burguesa”, trata-se de uma *hegemonia comprometida*. [...] E é necessário precisar que, se de fato existe esse amálgama que revela um pacto entre vários interesses contraditórios, ele se funda na hegemonia de uma classe que, mesmo limitada pelos compromissos estabelecidos, impõe suas metas ao conjunto da sociedade (BAMBIRRA, [1972] 2013, p. 92).

Matizando esta definição de compromisso, entendemos que há uma diferença entre o compromisso ordenado pela burguesia e oligarquia, e a forma pela qual as classes dominantes se relacionam especificamente com a classe trabalhadora como um todo. Os termos da hegemonia comprometida com as oligarquias dá-se através da negação de algumas de suas demandas particulares por parte dos setores burgueses (por exemplo não intervir radicalmente na estrutura agrária), isto, pela garantia da manutenção do sistema de dominação em geral - seja frente à atualidade revolucionária do proletariado, seja pela necessidade dos mecanismos de drenagem de capital do setor externo -, em uma palavra, a burguesia, por ter avançado demais, recua pontualmente para garantir suas posições.

Por outro lado, o Estado de compromisso, em sua relação com a classe trabalhadora não possui um só único recuo por parte da burguesia industrial: “Todas as conquistas do proletariado [...] representavam concessões dentro do jogo da política democrática burguesa e eram, nesses casos, condições, necessárias dentro do processo de modernização que o desenvolvimento capitalista requer.” (BAMBIRRA, [1972] 2013, p. 94). É válido destacar que estas ‘concessões’ eram possíveis de serem feitas sem atentar ao sistema de dominação, o que demonstra certa permeabilidade do Estado a reformas. Francisco de Oliveira já nos deixou bastante claro que a legislação trabalhista, para além de seu conteúdo político de desarticulação do movimento operário, expressa também uma necessidade econômica, uma vez que “[...] a legislação trabalhista *igualava reduzindo* - antes que incrementando - o preço da força de trabalho” (OLIVEIRA, [1972] 2008, p. 38).

Desta forma o Estado de compromisso é a manifestação sintética da luta

entre as classes na sociedade brasileira no período que estamos observando; é, por sua vez, a resultante do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas no Brasil. Tendo à frente a burguesia industrial, esta instrumentalizará seu aparelho de dominação em função de seus interesses, sem que isso signifique extirpar definitivamente as classes dominantes que a precedeu e da qual ela mesma se originou e segue sendo alavanca de sua evolução. Concluímos este aspecto em acordo com a síntese de Agustín Cueva:

Na generalidade dos casos, a transição da fase oligárquica para a propriamente burguesa ocorreu, pois, sem a intermediação de transformações verdadeiramente radicais. Isto não impediu que o estado e a própria sociedade civil se fossem decantando em uma direção capitalista, e inclusive desenvolvendo um importante setor industrial. Porém, mesmo este processo de industrialização adquiriu características particulares, derivadas não só da situação de dependência como também da não eliminação radical da base oligárquica. Além do que, toda a sociedade continuou preñe de um acúmulo de contradições não resolvidas, começando pelo próprio problema agrário. (CUEVA, [1977] 1983, p. 151)

Entendido a forma pela qual se arquitetava as leis do movimento deste segundo período, resolvendo seus impasses conjunturais, aquilo que permitiu uma segunda fase de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil se converteu em seu contrário, produzindo uma fissura no interior das classes dominantes que se expressará em lutas extremamente acirradas a partir dos anos 1950. A *ruptura vertical* vivida neste período possui algumas determinações principais: a) a crise do setor externo determinada pela crise cambial; b) a ofensiva das exportações de capital por parte das principais potências imperialistas, em especial norte-americana⁸⁶; c) uma constrição do mercado interno. A crise do comércio exterior é expressão da baixa dos preços dos produtos exportados e da baixa capacidade de compra do principal mercado: os EUA. Sendo a economia brasileira neste momento fundada na exportação – que, como vimos, com suas receitas garantia a transferência das divisas necessárias para a industrialização -, uma nuance no

86 “Na história das relações da América Latina com o imperialismo estadunidense, os primeiros anos da década de 1950 constituem, pois, um *tournant*. Também é assim para o Brasil. É quando a crise do tradicional sistema de exportação salta aos olhos, como assinalamos anteriormente. Mas sobretudo, é quando se intensifica a penetração direta do capital imperialista no setor manufatureiro nacional, de tal maneira que o investimento estadunidense (que havia sido de 46 milhões de dólares em 1929, de 70 milhões em 1940 e de 126 milhões em 1946) chega, em 1950, a 284 milhões de dólares e, em 1952, a 513 milhões, enquanto o montante global desse investimento em todos os setores passa de 194 milhões de dólares, em 1929, para 240 milhões em 1940, 323 milhões em 1946, 644 milhões em 1950 e, 1,01 bilhão de dólares em 1952” (MARINI, [1969] 2013, p. 144).

mercado coloca em xeque este particular padrão de reprodução⁸⁷. Devido a alta concentração de terras e sua produção ser fundamentalmente centrada na exportação, o setor agrário não produz os bens necessários para a manutenção da força de trabalho urbana, produzindo uma carestia destes itens. Somado a isto, a alta concentração de terras produz igualmente uma alta concentração da riqueza, constringendo o desenvolvimento do mercado interno⁸⁸. No curso desta disjuntiva vivida pelas contradições próprias da forma pela qual o capital se desenvolveu no Brasil, tem-se um primeiro momento de fricção que marca o governo de Vargas entre 1930 e 1954, encerrado com seu suicídio. É sintomático o fato de que a tensão vivida entre o setor interno e externo produzirá um acirramento da luta entre as classes como um todo. No tocante às classes dominantes, a burguesia brasileira, encontra - uma vez mais - em Vargas um interlocutor de seus interesses. Será este o período de criação em 1952 do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), da constituição do monopólio estatal do petróleo pela PETROBRÁS, do monopólio da energia elétrica (ELETROBRÁS), etc. Contraditoriamente, a classe trabalhadora, sob forma de rechaço à Dutra legitima a candidatura de Vargas pelo voto; habilmente, Vargas como representante dos interesses burgueses, tratará de instaurar políticas de distribuição de renda, tal como o aumento em 100% do salário mínimo promulgado por João Goulart para superar os gargalos vividos pelo setor interno decorrente da constrição do mercado. A unidade entre os interesses imediatos da classe trabalhadora, que foram incorporados por Vargas como mediação para a manutenção do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, é a plataforma concreta daquilo que se cristalizará no plano das ideias como uma ideologia do desenvolvimento⁸⁹. Este conjunto de contradições internas se

87 “[...] O padrão de acumulação sucintamente descrito encontrava não pequenos obstáculos para sua implementação. O primeiro deles se dava, evidentemente, no *front* externo: o financiamento externo somente era viável quando se expandiam as exportações agrícolas e/ou quando melhoravam os termos de intercâmbio; na ausência dessas duas condições, o financiamento externo do padrão de acumulação colocava-se como sério obstáculo” (OLIVEIRA, [1972] 1989, p. 80).

88 “Um segundo fator que estimula o antagonismo entre indústria e a agricultura resulta da incapacidade desta para abastecer os mercados urbanos do país, em franca expansão. As carências surgidas no abastecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios para as cidades provocam a alta de preços de umas e outros. Consequência do caráter à reçaça da agricultura - que resulta por sua vez da concentração da propriedade da terra -, a alta de preços é colocada em evidência devido à sua repercussão no nível de vida da classe operária.” (MARINI, [1969] 2013, p. 141)

89 “Historicamente, e do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, esta situação corresponde ao fim da etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não duráveis, e leva à necessidade de implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável de capital. Num primeiro momento, a burguesia industrial toma consciência desta situação pelo esgotamento relativo da expansão da indústria leve no mercado interno. Isto conduz a

insere em um particular cenário mundial que incidira decisivamente no curso de acontecimentos nacionais. Notadamente, trata-se da reconfiguração do mercado mundial sob hegemonia do Estados Unidos nos pós IIª Guerra.

O processo de concentração e centralização dos capitais no pós guerra impulsiona a integração imperialista das cadeias produtivas mundiais e a partir deste momento os capitais estrangeiros são atraídos pela possibilidade de investimento na produção de matérias primas bem como no setor industrial direcionado à produção para o mercado interno, ou seja, justo o terreno onde a burguesia nativa buscava galgar posições. Destaca-se uma segunda razão: a exportação de capitais fixos possui dimensão estratégica do ponto de vista da concorrência intercapitalista. Impelidos pela concorrência, os grandes capitais imperialistas estavam orientados por uma aceleração do processo tecnológico, fenômeno que incide diretamente na necessidade de renovação contínua do capital fixo, sob pena de perder a concorrência. Esse processo, que se acentua no pós guerra, e é herdeiro desta, impulsiona todos os capitais imperialistas a vazarem, via exportação de capitais, os equipamentos, que em compasso acelerado, tornavam-se obsoletos (MARINI, [1969] 2013). De tal forma, a exportação de capital fixo por parte dos capitais estrangeiros somada aos investimentos diretos no setor de matérias primas e na indústria voltado ao mercado interno contribui para incendiar a conjuntura nacional. Isto porque:

[...] no momento em que as burguesias nacionais dos países latino-americanos consideram conveniente desenvolver seu setor de bens de capital, topam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para penetrar na economia periférica e implementar este setor. É natural, portanto, que, na busca por defender sua mais-valia e seu próprio campo de investimento - e vale lembrar que o campo representado pela indústria leve dava sinais de esgotamento -, a primeira reação dessas burguesias tenha sido a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo (MARINI, [1969] 2013, p. 60).

Como vimos, o governo de Getúlio será a primeira expressão deste

burguesia industrial a tentar ampliar a escala do mercado, o que é feito através da abertura de frentes externas [...] ou através da dinamização do próprio mercado interno - mediante políticas de distribuição de renda, que vão desde o aumento de salários até a proposta de uma reforma agrária [...] No entanto, o bloqueio enfrentado pela indústria leve para sua expansão, junto à dificuldade de importar os bens intermediários e os equipamentos necessários, levam a burguesia a encarar a segunda etapa do processo de industrialização, ou seja, a criação de uma indústria pesada” (MARINI, [1969] 2013, p. 58).

nacionalismo. A burguesia nativa atuará no interior desta conjuntura dentro dos marcos da cooperação antagonica, agora acossada pelo ingresso mais decisivo dos capitais estrangeiros na conjuntura. O período de 1950 até 1954 é o anúncio dos desdobramentos de 1964. A crise cambial que desata o desarranjo do esquema de acumulação somada à pressão imperialista impulsiona a burguesia industrial interna à uma primeira reação. E esta ao buscar no proletariado um ponto de sustentação de seus interesses particulares, apenas parcialmente o controla, visto que o movimento operário nesse período assume uma relativa autonomia frente ao Estado: insuflado pela possibilidade de atender seus objetivos imediatos de classe, o proletariado protagonizou lutas importantes, das quais a campanha do “Petróleo é nosso!” e a famosa greve dos 300 mil em março-abril de 1953 em São Paulo tendo a frente o Partido Comunista são as mais emblemáticas⁹⁰. A ruptura que se instaura entre o proletariado e a burguesia tem seu ponto culminante após o afastamento de João Goulart do Ministério do Trabalho, quando a política de tutela do movimento operário por parte da burguesia cai por terra, abrindo caminho para uma ação independente da classe. Mesmo Vargas acenando pela manutenção da confluência dos diferentes interesses das classes dominantes em jogo, como por exemplo com a reforma cambial de 1953 e a aprovação da Lei de Segurança Nacional, as classes dominantes ante um receio da revolução proletária se fundem novamente, postergando o desenlace das contradições do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Abre-se, com o governo de sucessão de Café Filho e posteriormente com

90 Para um panorama mais particularizado sobre as lutas deste período coroadas pela histórica Greve dos 300 mil, indica-se a consulta do artigo *1953: Greve dos 300 mil em São Paulo – Anotações históricas e teóricas sobre uma conjuntura concreta* de José Álvaro Moisés. Apenas a título de ilustração, cabe a transcrição de uma de suas passagens a respeito do eclodir da greve: “1953 faria o país conhecer o mais significativo de uma série de movimentos desencadeados pelos trabalhadores, que vinham acumulando forças por um longo período. Agora, uma conjuntura política de crise, associada à crise econômica abriria caminho para um novo estilo de conflito. Não é demais lembrar que estamos em plena Guerra Fria, em meio à Guerra da Coréia. O PCB se encontra integrado no conflito mantendo sua obstinação em denunciar o governo “entreguista” de Getúlio, realizando uma política de penetração na estrutura oficial dos sindicatos, ao mesmo tempo. Convém assinalar, sem pôr em questão a sua subordinação ao Estado, controlado, em parte, pelo próprio Vargas, ainda que o movimento de 53 suceda a uma série de greves no ano de 52, que um autor afirma ter mobilizado cerca de 1 milhão de trabalhadores em todo o país (Telles, 1962). [...] Controlados pelo PC e outros pequenos partidos de esquerda, como o PSB, os poderosos sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos desencadeavam o movimento conjuntamente, e, aparentemente, obedecendo a uma tática de esgotar os meios “legais” primeiro, para depois ir ao conflito aberto. Entretanto, cabe assinalar, que três dias antes de ser decretada a greve pelos sindicatos, grupos isolados de trabalhadores já tinham iniciado o movimento por sua própria conta. Por esta razão, na assembleia dos têxteis, uma das decisões tomadas é a de protestar ao governador do Estado contra a repressão violenta iniciada pela polícia contra os grevistas que se anteciparam ao próprio sindicato.”

Juscelino Kubitschek uma nova rodada na dinâmica da cooperação antagônica, agora fortemente marcada pela imersão dos capitais estrangeiros na economia, fato este que é um passo decisivo no processo de integração imperialista.

O arranjo político que desdobra das intensas lutas de 1954 - e se arrastam mais precisamente até a contenção de golpe da extrema direita sobre a candidatura de Juscelino - marca um período de relativa trégua entre os setores dominantes. Entretanto esta trégua é marcada por recuos da burguesia industrial nativa, que é obrigada a abandonar qualquer ilusão de desenvolvimento autônomo⁹¹, relegando esta perspectiva aos estratos médios e pequenos da burguesia. Uma vez mais, tomamos por referência Agustín Cueva:

Com efeito, o ansiado desenvolvimento nacional autônomo não foi mais que uma quimera. A economia latino-americana não conseguiu desenvolver um mecanismo autônomo de acumulação, tendo em vista que prosseguiu dependendo, em última instância, da dinâmica do setor primário-exportador e de seus azares no mercado internacional. E a própria industrialização desenvolveu-se “por cima”, em lugar de começar pela base. Apesar de todos os avanços atingidos neste período, é evidente que o setor produtor de bens de produção continuou sendo o primo pobre do processo; seu raquitismo pôs toda a industrialização a mercê da capacidade de importar máquinas e equipamentos e impediu que ocorresse uma acumulação tecnológica realmente significativa. No campo, com poucas exceções [...] tampouco se produziu um desenvolvimento ponderável das forças produtivas; de resto, a velha estrutura latifundiária o impedia. O caráter dependente da economia latino-americana não se manifestava unicamente nestes aspectos. O império norte-americano, que se consolidou durante a Segunda Guerra Mundial como indiscutível polo hegemônico do sistema capitalista, estende desde então seus tentáculos sobre nosso continente. Não abandona as atividades extrativas estratégicas, como a mineração e o petróleo, [...] tampouco se desfaz das *plantations* de que se apoderou há bastante tempo; mas sua atenção agora está voltada fundamentalmente para a indústria e o setor financeiro (CUEVA, [1978] 1983, p. 176).

Desta forma, o processo de integração imperialista que é marcado pela interação entre setor agrário, industrial nacional e estrangeiro, tem por marco a adoção da Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) em

91 “Por essa via, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgira no setor externo. Agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada por Vargas. As condições especiais da economia estadunidense, mais que nunca necessitada de novos campos de investimento, garantiam o acordo.” (MARINI, [1969] 2013, p. 81). “[...] O suicídio de Vargas e as subsequentes e gigantescas manifestações nacionalistas de massas mostraram à burguesia os perigos do bonapartismo progressista. O governo Café Filho, que sucedeu a Vargas na presidência, tentava deter a tempestade que irrompeu sobre as classes dominantes brasileiras nos anos de 1953, 54 e 55. Diante do perigo de uma política nacionalista de massas, a burguesia renunciou a seu caminho nacionalista e transitou a uma política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio” (DOS SANTOS, [1978] 2018 p. 282).

1955, ainda sob o governo de Café Filho. Esta teve por finalidade última facilitar a entrada de capitais estrangeiros “na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para empresas nacionais” (MARINI, [1969] 2013, p. 80). O segundo marco que dinamiza o processo de integração é o Plano de Metas de Juscelino, a partir de 1956, onde, somado à Instrução 133, o Estado se esforça por respaldar os investimentos públicos e a entrada de capitais estrangeiros.

Um primeiro resultado que podemos destacar desta resolução dos impasses resultantes da crise de 1950 é a crescente participação política dos grupos estrangeiros no tabuleiro nacional, agora associados aos grupos nacionais do setor agrário e industrial urbano⁹². O segundo aspecto é que a entrada dos capitais estrangeiros no Brasil não rompe com o esquema de acumulação anterior, onde a burguesia industrial brasileira dependia majoritariamente das divisas provenientes do setor agrário exportador, ao contrário, o ingresso dos investimentos externos atualiza esta relação, de tal modo que a trégua volta ser complementaridade.⁹³

Marcado por esta solidariedade mútua entre setor externo e interno, onde os lucros do setor interno dependem em última instância das divisas acumuladas no setor externo, mantém-se a mesma estrutura de restrição do mercado interno e de concentração da renda, somado ao fato de que o setor externo voltado para a exportação se expande, retraindo o setor agrícola que se dedica à produção de bens salário; isto em seu movimento corresponde à uma tendência à alta dos preços e uma reapresentação mais aguda dos impasses vividos no seio do bloco dominante no início dos anos 1950. Entretanto, potenciado pelo nível de complexificação do setor industrial interno (que se expandiu vertiginosamente através da Instrução 113

92 Esta associação entre os capitais nacionais e estrangeiros que permitirá maior incidência política do imperialismo no cenário nacional, terá seus desdobramentos também no setor militar, que igualmente passa a se enquadrar nos marcos da cooperação antagonica com as diretivas do norte imperialista (MARINI, 1978).

93 “É de fato evidente que a trégua estabelecida entre os grupos industriais e agroexportadores na fase de execução do Plano de Metas terminou por se traduzir em um aumento da solidariedade mútua, graças à influência do capital estrangeiro investido na indústria, para o qual o crescimento dos lucros da exportação importa muito mais. Compreende-se assim que, no processo de capitalização intensiva representado pelo período de Kubitschek, a indústria tenha permitido sem protestar, que boa parte do aumento da produtividade urbana fosse transferida para o setor agroexportador, por intermédio da mecânica dos preços, como incentivo às atividades deste setor; e que também tenha aceitado a política de armazenamento do café que visava a sustentar os preços internacionais do produto e absorveu, entre 1954 e 1960, nada menos, que 147 bilhões de cruzeiros, correspondentes a uma média anual de 1.32% do produto nacional bruto” (MARINI, [1969] 2013, p. 84).

e do Plano de Metas de Juscelino), a dinâmica da acumulação capitalista conta agora com um proletariado mais volumoso e um inchaço urbano - que eleva exponencialmente o exército industrial de reserva, contribuindo para a manutenção da redução do valor da força de trabalho - decorrente da estrutura fundiária. Isto é o pressuposto material daquilo que garantirá o fôlego agitativo e organizativo que a Estratégia Democrático Nacional necessitava para operar sua linha política.

Este reordenamento da política econômica no interior do bloco de classes que marca um recuo da burguesia industrial brasileira e que atualiza o padrão de reprodução do capital no Brasil, assimilando os capitais estrangeiros, foi exigência dos desdobramentos da luta de classes⁹⁴. Ante uma revolução proletária em 1954 - real ou imaginária⁹⁵ -, o temor influi concretamente no desenlace dos acontecimentos, formatando uma resposta que protela sua resolução final para um futuro, de tal forma que quando esta se reapresente, o fará com maior violência – esta trégua foi atravessada, antes de sua consecução, por uma conturbada conjuntura inaugurada pelo suicídio de Vargas, como referido anteriormente. É nesse contexto histórico que a Declaração de Março de 1958 do PCB e sua confluência teórica com a CEPAL/Iseb se insere. O Partido reconhecerá o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, embora este não tenha significado para os comunistas a necessidade de reavaliarem o caráter da revolução, que seguia sendo enquadrada como democrático burguesa uma vez que “O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido” (PCB, 1958). O partido mesmo reconhecendo um avanço das relações sociais capitalistas, segue operando na chave de análise de um dualismo estrutural que concebe dois sistemas de produção opostos, onde apenas com a superação do subdesenvolvimento através

94 “O importante para a tese que aqui se esposa é que tais medidas foram concebidas *internamente* pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira” (OLIVEIRA, [1972] 2008, p. 75).

95 José Álvaro Moisés, comentando as movimentações em 1953 em São Paulo, nos permite visualizar o temor das classes dominantes frente a ação política do proletariado: “A imprensa, refletindo a melhor posição das classes dominantes, denuncia a existência de um plano de intervenção federal em São Paulo, utilizando-se como argumento para isso, a greve. A “Folha da Manhã” (29-3-53) apresenta, em editoriais, o temor que afirma ter constatado entre as classes dirigentes e conservadoras, de que o país está na eminência de uma revolução social. Também a Polícia Política apresenta na imprensa comunicados denunciando a participação comunista nas greves e classificando-a como uma preparação para a revolução. Os partidos políticos tradicionais apresentam, na Câmara Municipal de São Paulo, o temor de que o movimento se prolongue, gerando “agitação”. Todavia, o governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, será forçado em virtude de sua posição, a receber os trabalhadores que protestam contra o aumento do custo de vida.”

das reformas estruturais seria possível a atualização do socialismo como saída societária para o Brasil, ou seja, fazia-se necessário uma transição prévia ao capitalismo autônomo como condição para a transição ao socialismo, em outros termos, faltava capitalismo para autorizar o socialismo.

Justo no momento em que mais nitidamente a burguesia tem pautado a unidade contraditória de seus interesses como contrapartida da revolução socialista - atualizada mundialmente pelo advento do capitalismo monopolista -, o partido projeta sua análise dualista para um entendimento político que lia o governo de Juscelino como uma coligação entre um setor 'nacionalista burguês' e um setor 'entreguista'. Disto depreende a tática a ser empregue: "apoiar e fortalecer a primeira e dirigir o fogo dos ataques contra a segunda tendo por objetivo chegar a um governo nacionalista e democrático capaz de levar adiante as reformas da estrutura" (GORENDER, [1987] 1990, p. 30). Somado a isto, através de uma perspectiva gradualista o partido aponta a possibilidade de um trânsito pacífico ao socialismo, que envolvia o consentimento da própria burguesia nacional, uma vez que esta compunha o bloco de classes envolvidos na luta anti-imperialista. Isto se comprova nesta passagem da Declaração: "o caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes anti-imperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas" (PCB, 1958). Como vimos, desde a crise política de 1930 a burguesia 'nacional' já havia decidido sua política de alianças. Contudo, é válido apontar que mesmo equivocado do ponto de vista estratégico, contraditoriamente, a insígnia das reformas estruturais permitiu o partido uma maior mobilização e organização da classe trabalhadora no período que se estende até 1964.

Como vimos, a conjuntura que acompanha o processo de integração imperialista no Brasil é marcada por avanços e recuos na unidade do bloco burguês. O início dos anos 1960 apresenta o esgotamento do modelo de desenvolvimento que vinha sendo aplicado desde o rearranjo figurado no governo de Café Filho, abrindo uma nova tensão no bloco de dominação burguesa. Esse esgotamento se manifesta através de alguns fenômenos interligados: a) queda do preço das exportações; b) um aumento da pressão dos capitais estrangeiros para exportar suas remessas de lucros; de modo que ambas incidem em um desequilíbrio da balança comercial - que determina a desvalorização da moeda nacional - ferindo possibilidade de compra dos insumos necessários à indústria urbana e, por isto,

impondo à este setor um processo de recessão; c) como resposta à recessão imposta pelo bagunça na balança de pagamentos a burguesia procurará equilibrar suas perdas através da alta dos preços, o que define um aumento do processo inflacionário, subseqüentemente, alavancando a carestia da vida como um todo; d) por fim, o aumento da produtividade do trabalho provocada pelo incremento técnico proveniente dos investimentos externos diretos das principais potências imperialistas, contribui para reduzir o valor da força de trabalho, além de aumentar o contingente de trabalhadores desempregados; tudo conecta-se com a já referida estrutura da terra que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento industrial no Brasil contribui para contê-lo - visto que o mercado interno era incapaz de absorver as crescentes demandas do setor industrial. Isto reapresenta com maior violência as contradições do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Ao lado disso, um outro ator entra em cena na conjuntura neste período: os trabalhadores rurais através das *Ligas Camponesas* dirigidas por Francisco Julião que se estendem de Pernambuco até Minas Gerais, e, as guerrilhas de Trombas e Formoso dirigidas pelo PCB. A irrupção deste ator acentua o nível da radicalidade na luta da classe trabalhadora como um todo, potencializando o crescente avanço organizativo dos trabalhadores urbanos, que pressionados pelo processo inflacionário, vendo seus salários serem comprimidos, atiram-se à radicalidade⁹⁶. No cenário urbano, a principal demonstração de forças é a “greve da paridade” no Rio de Janeiro em 1960⁹⁷. Aliado a isto, no plano regional, em 1959 triunfa a primeira Revolução Socialista na América Latina, em Cuba, fenômeno este que coloca a luta

96 “É importante ater-se ao fato de que o Plano de Metas de Juscelino teve por base fundamental de sustentação o aumento das taxas da exploração da força de trabalho. Parece-nos que isto é decisivo para o impulso a radicalização da política que nos referimos. Vejamos como Francisco de Oliveira descreve os mecanismos de acumulação no período de Juscelino: “[...]o crescimento do produto real se acelera precisamente no período Kubitschek, quando passa de um crescimento médio de 8,1% no quinquênio 1953/1957 para um crescimento médio de 11,2%, isto é, elevando-se cerca de 38% em relação ao período imediatamente anterior. Já se constatou que o coeficiente de inversão no período também se elevou extraordinariamente, cerca de 22% em relação ao quinquênio imediatamente anterior. O crescimento do produto real da indústria foi, assim, mais que proporcional ao crescimento da inversão, sendo explicado o diferencial entre as duas variáveis exatamente pela maior produtividade das novas inversões e pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho [...] Em outras palavras, para enfatizar uma conclusão pré-esboçada, a aceleração da inversão a partir do período Kubitschek, fundada numa base capitalística interna pobre e nas condições internacionais descritas, requeria, para sua viabilização, um aumento na taxa de exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, [1972] 2008, p. 84).

97 <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-paralisa-pais-e-conquista-paridade>

de classe do continente em novos patamares⁹⁸. É a partir deste cenário político-econômico que o período de 1960-64 se insere. Em um crescente acirramento das contradições de classes, uma vez mais, a cooperação entre os interesses dominantes ver-se-á fraturada. Esta fratura se expressará na aposta de parte dos

98 A fim de ilustrar sumariamente a presente afirmação, destacamos duas passagens de Vânia Bambirra: "Como se ha dicho, estos primeros intentos – a inicios de la década del 60 – expresaban un momento de ascenso del movimiento popular. Ascenso que era, por una parte, resultado de la propaganda y de la euforia que despertaba en el continente la victoria de la revolución cubana (reafirmada en 1961 con el fracaso del intento de invasión em Playa Girón, por parte de mercenarios entrenados y ayudados por organismos del gobierno norteamericano) y, por otra, correspondia al fin del período de desarrollo que se había iniciado em Latinoamérica en la postguerra, el que empezaba a agotarse debido a las contradicciones generadas por el proceso de industrialización que se realizó dentro de los marcos de la integración monopólica mundial. Consecuencia directa del agotamiento de este periodo de desarrollo es la crisis economica, que se traduce en los sintomas de estancamiento de vários países y en la crisis política, que se expresa – a su vez – en la imposibilidad que tienen las clases dominantes para mantener el control del aparato político institucional dentro de as constituciones tradicionales y/o a través de arreglos de tipo populista, lo que las lleva a optar por medidas dictatoriales, por a utilización de golpes de Estado. Algunas expresiones de este primer momento de ascenso del movimiento popular, en los años 60, fueron: - la resistencia popular al intento de golpe militar em Brasil em 1961. A lo cual sigue una expansion del movimiento obrero, campesino, estudiantil y a la radicalización de sectores del ejército, (que culmina com el alzamiento de los sargentos em Brasília, em 1963, y com el movimiento de los marinos em Río em 1964, que fue uno de los detonadores inmediatos del golpe) y el surgimiento de nuevas organizaciones de izquierda como Política Obrera, Movimiento Tiradentes. Todas ellas planteaban la necesidad de la insurrección, y algunas, como el Movimiento Tiradentes que estaban vinculados a las Ligas Campesinas, empezaron a prepararla em 1962 aunque luego no lograron iniciarla de hecho; - la instalación del movimiento guerrillero em Guatemala, entre 1961 y 1963, como resultado de una serie de alzamientos provocados por la radicalización de sectores militares, y la ampliación de la resistencia armada em las ciudades; - la formación em Nicaragua del Frente Sandinista de Liberación Nacional, em 1961, y la instalación del movimiento guerrillero; - El inicio em 1962 del movimiento insurreccional em Venezuela (algunas cuyas expresiones son as luchas callejeras, la gran huelga de transportes, los alzamientos militares de Carúpano y Puerto Cabello, etc), que logra unificar al Movimiento de Izquierda Revolucionaria y al Partido Comunista, a través de acciones de guerrillas urbanas y rurales; - El nuevo carácter que asume el movimiento campesino em Colombia que culmina em 1964 con los acontecimientos de Marquetalia y el surgimiento de las guerrillas, con un carácter insurreccional, lideradas em el sur por Marulanda, miembro del PC colombiano, y em el norte por el Ejército de Liberación Nacional, dirigido por Fabio Vásquez Castaño, el que empieza las acciones a partir del 1964; - El movimiento campesino em el sur del Perú, liderado por Hugo Blanco y el surgimiento del FIR (Frente Izquierda Revolucionaria) , la formación del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) que representa un intento de superación del APRA Rebelde y que, posteriormente em 1965 inicia acciones guerrilleras em el centro y em el sur del país, lideradas por Guillermo Lohaton y Luís de la Puente Uceda. Las guerrillas peruanas empiezan cuando estaba configurada claramente una situación de descenso del movimiento popular, em el Perú y em el continente. Quizás por eso mismo fueron liquidadas tan pronto; - Además hubo intentos guerrilleros, aunque frustrados, em el Paraguay, Argentina, Honduras, Ecuador y Brasil, entre el 60 y 63; - El surgimiento, em practicamente todos los países, de organizaciones de izquierda con el claro objetivo de preparar la insurrección" (BAMBIRRA, 1971, p.30-32). E ainda, a Revolução Cubana incide na própria conduta do imperialismo norte americano na região: "Sin embargo, fueron las clases dominantes las que más se han preocupado de entender el fenómeno de la Revolución Cubana. Esto se refleja claramente em la gran cantidad de estudios e investigaciones sobre el tema realizados por los analistas burgueses. El hecho de que fueron las burguesías y el imperialismo quienes más aprendieron con essa experiencia revolucionaria lo demuestra, sobre todo, su acción práctica. Este aprendizaje es lo que explica em buena medida la reorientación de la política de dominación em el continente, tanto em el sentido "progresista" como em el represivo, em la década pasada, cuyos mejores ejemplos son la Alianza para el Progreso, la nueva estrategia contra-insurreccional, la implementación de golpes militares, etc." (BAMBIRRA, [1973] 1974, p. 17).

estratos dominantes no governo de Jânio Quadros e João Goulart, que com suas respectivas mediações particulares, são as expressões da fração industrial da burguesia brasileira, em contraposição aos interesses do setor externo e dos monopólios estrangeiros, em seu movimento de conquistar melhores condições de acumulação no interior do sistema capitalista.

A crise estrutural da economia brasileira, uma vez terminados os efeitos paliativos da política de importação de divisas, explodiu, assim, em uma verdadeira crise industrial que arrastou o país à depressão. Em tal situação, era inevitável que as contradições sociais que se haviam manifestado nos anos 1953-54 voltassem a se apresentar com muito mais força, sobretudo aquelas que impulsionavam as massas operárias e a classe média das cidades para que lutassem por melhorar seu nível de vida. Pressionada por elas e com clara consciência da impossibilidade de manter a expansão industrial dentro dos marcos estreitos traçados pelo setor latifundiário-exportador e pelos grupos monopolistas estrangeiros, a burguesia tenta quebrar o cerco, rompendo o compromisso com essas forças e impondo sua política de classe. O governo de Jânio Quadros, em 1961, e, vencida a indecisão parlamentar de 1962, de João Goulart, em 1963-64, expressaram essa tentativa (MARINI, [1969] 2013, p. 117).

Esta aposta da burguesia em Jânio Quadros e em João Goulart tentará se apresentar sob a forma do bonapartismo, isto é, tentará tutelar o movimento operário à semelhança do feito por Getúlio em 1937, incorporando determinadas bandeiras dos trabalhadores que confluem pontualmente com os interesses da burguesia industrial brasileira (fundamentalmente o ataque à estrutura agrária para a constituição de um mercado interno que viabilizasse o desafogar da crise de produção vivida por este setor), ao mesmo tempo atuando pela neutralização das potencialidades revolucionárias dos próprios trabalhadores. Particularmente no governo de Goulart, essa aposta se manifesta com maior clareza. Após a saída de Quadros, em sua perspectiva fracassada de governar sozinho, abre-se uma conflituosa conjuntura, que impõe o parlamentarismo como solução temporária aos embates políticos. Neste período é importante atentar como através do Plano Trienal de 1962⁹⁹ e após o plebiscito de 1963, por um breve período, a burguesia industrial

99 “A tarefa fundamental do novo governo era fazer frente à situação econômica, cuja deterioração se manifestava em dois indicadores: na diminuição da taxa de crescimento do produto nacional de 7,7%, em 1961, para 5,5% em 1962 (com um aumento demográfico de 3,1% ao ano) e a elevação da taxa de inflação de 37% em 1961, para 51% em 1962. Ainda em dezembro de 1962, Goulart divulgou seu plano econômico, o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-65). Em linhas gerais, tratava-se de um conjunto de medidas destinadas a reativar o crescimento econômico e a promover progressivamente um regresso à estabilidade monetária. A palavra “desinflação”, que estivera em moda no governo de Jânio, voltava aos jornais e declarações oficiais. Nesse sentido, previa-se: a redução de 4% nos gastos governamentais e uma reforma tributária, ambas destinadas a reduzir o déficit de mais de 700 bilhões de cruzeiros para 300 bilhões; a renegociação da dívida externa com

nacional depositou suas fichas em Goulart -, julgando que este seria capaz de dirigir os trabalhadores, visto seu prestígio entre estes - mas, relegando-o à sua própria sorte, após a identificação de uma situação pré-revolucionária em 1964. Embora a perspectiva de um governo de conciliação figurada em Goulart faz alusão ao bonapartismo varguista, foi impossível estabelecer objetivamente as bases de sustentação desta aliança tutelada. Isto porque o governo de Goulart estava fadado à impossibilidade de atender aos imediatos interesses populares através de medidas político-econômicas antipopulares. O Plano Trienal é a melhor expressão dessa contradição, uma vez que este ajustava-se programaticamente aos interesses da burguesia industrial desde uma perspectiva de saída da crise, que supõe, dentre outras coisas, medidas de contenção salarial, intensificação da jornada de trabalho, repressão do movimento operário, etc. Neste episódio mesmo o Partido Comunista foi obrigado a distanciar-se relativamente e criticar o plano, acontecimento que contribui para o desgaste político de Goulart, que era cobrado pela burguesia, enquanto a classe trabalhadora, em um inegável avanço de sua radicalidade, pressionava o governo à adoção de seus interesses através da 'frente única' composta pelo PCB.

Esse dilema de Goulart acompanha os acontecimentos vividos em toda a política brasileira, conformando uma situação pré-revolucionária em sua dimensão objetiva – lembremos rapidamente, conformada pela tríade: a) crises nas cúpulas; b) aumento maior que o normal da miséria e angústia das massas; c) uma atividade espontânea das massas.

Por um lado, as classes dominantes, em suas variadas frações, praticamente já não trabalhavam pela manutenção da conciliação preparando-se para o desenlace anunciado. Como se observa na configuração de suas instâncias políticas:

[...] Protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob direção da **Sociedade Rural Brasileira**, começavam armar milícias. Apareceram formações urbanas desse mesmo tipo - como o **Grupo de Ação Patriótica** (dirigido pelo almirante Fleck, um dos ministros militares de Jânio), as **Milícias Anticomunistas** (vinculadas ao governador Lacerda) e

protelamento dos pagamentos; a disciplina do mercado interno de capitais; uma contenção dos salários em relação ao aumento da produtividade e, conseqüentemente, a redução na alta do nível geral dos preços - de 50%, em 1962, para 25% em 1963 e 10% em 1965. Paralelamente, o Plano traçava uma série de diretrizes para as reformas estruturais: administrativa, bancária, fiscal e agrária" (MARINI, [1969] 2013, p. 99).

a **Patrulha Auxiliar Brasileira** (financiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros) - enquanto os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma “sociedade de estudos” - **o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)** - que se destinava a reunir fundos para a atuação contra o governo. A intervenção estadunidense tampouco tardou em se revelar. Como declarou publicamente o subsecretário Thomas Mann, as verbas da **Aliança para o Progresso** se dirigiam, sem passar pelo governo federal, àqueles governadores “capazes de sustentar a democracia”; [...] **O embaixador Lincoln Gordon** atuava intensamente junto às classes empresariais. Além disso, um organismo diretamente financiado pelos grupos estrangeiros e, segundo denunciou o governo Goulart, pela Embaixada dos Estados Unidos - **o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)** -, interferiu abertamente na vida política, sustentando um grupo parlamentar (**Ação Democrática Parlamentar**) e financiando, nas eleições, os candidatos de sua preferência” (MARINI, [1969] 2013, p. 102- grifo nosso).

Por outro, desde 1960, com o esgotamento do padrão de reprodução capitalista proposto pela ‘solução’ de 1954, a classe trabalhadora em suas diferentes franjas trilha seu curso ofensivo. Em 1961, por exemplo, tem-se um marco importante da luta proletária, com um pico de greves que termina por conformar o Comando Geral de Greve; com relação aos trabalhadores do campo, no mesmo ano, a luta se acirra, e sua expressão organizada no Iº Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas conclui pela defesa intransigente da reforma agrária. É válido lembrar, que o ano de 1961 é marcado pela vitória das forças democráticas, tendo a memorável participação de Leonel Brizola, que com apoio de parte das forças armadas e dos trabalhadores, impedem o golpe¹⁰⁰. Em 1962

100 “Assim, enquanto a população se armava, Brizola começou a falar pelos microfones da Rádio Guaíba, nos porões do Palácio, onde se concentravam os correspondentes estrangeiros, que chegaram a Porto Alegre, via Montevidéu. O Rio Grande do Sul estava inteiramente isolado do resto do País e do mundo. Os militares golpistas haviam cortado todos os canais telefônicos do Estado, só restando uma linha de ligação com Montevidéu, inaugurada pelo próprio Brizola quando Secretário de Obras Públicas. Mas a Rádio Guaíba furou o bloqueio. Entrou em cadeia com outras emissoras e o povo brasileiro pôde escutar as palavras de Brizola. O Governador fez um rápido relato à população sobre os últimos acontecimentos. Depois de revelar a ordem expedida pelo Ministério da Guerra para atacar o Palácio do Governo, inclusive bombardeá-lo, Brizola solicitou que as famílias, especialmente as crianças, se afastassem do centro da cidade. Apelou para que viessem até o Palácio os que estavam dispostos a lutar. Exortou o povo para que se mobilizasse nos municípios do interior em defesa da legalidade democrática [...] Da sacada do Palácio, em companhia do General Machado Lopes, Brizola comunicou à multidão que, a partir daquele momento, o III Exército e unia ao Governo do Estado, por connal. O Governador acompanhou o General Machado Lopes até a porta do QG do III Exército. O Rio Grande do Sul mobilizou-se. No interior do Estado e em Porto Alegre abriram-se postos para alistamento voluntário. A conclamação de Brizola foi irradiada pela Guaíba e por uma cadeia de emissoras. Houve revolta na Base Aérea de Gravataí, Quartel-General da V Zona Aérea, contra as ordens do Ministério da Guerra para bombardear o Palácio Piratini. Os aviões não puderam levantar vôo. E as tensões, que se generalizaram entre oficiais, sargentos e a tropa, só arrefeceram quando se decidiu que os partidários dos três Ministros militares podiam retirar-se para o centro do País num avião de transporte de passageiros. O General Machado Lopes logo nomeou para o Comando da V Zona Aérea um oficial da FAB, o tenente-coronel Alfeu Monteiro, morto a tiros, na mesma base, imediatamente após a vitória do golpe militar de 1964. As unidades militares de São

registra-se a greve geral de julho que conquista o direito ao 13º salário; esta ascensão organizativa marca o trânsito do Comando Geral de Greve para a conformação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); após uma segunda greve nacional em setembro conquistou-se a construção da lei que cria a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) além de medidas que legitimam o avanço organizativo dos sindicatos rurais. Ainda em 1962, os trabalhadores agrários, sob a direção de Francisco Julião, criam o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que é responsável pela conhecida propaganda *Reforma agrária, na lei ou na marra, com flores ou com sangue!* - um ano mais tarde, essas movimentações no campo resultaram na conformação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que tinha em sua presidência o pecebista Lindolfo Silva. Ainda em 1962, os subalternos das forças armadas passam a compor o bloco de classes do proletariado que se constituirá, mais a frente na Associação dos Marinheiros. Todas essas forças, passaram operar num grande 'parlamento da esquerda': a Frente de Mobilização Popular (GORENDER, [1987] 1990). Goulart, impossibilitado de controlar o movimento de massas - pressionado por este, tendo pífio efeito em suas declarações moderadas¹⁰¹ -, perde o apoio da grande, média e pequena burguesia e, é empurrado ao bloco dos trabalhadores. Theotônio dos Santos descreve o modo como se anunciava a impossibilidade da conciliação bonapartista sob o governo de Goulart:

[...] a solução buscada nos últimos anos tem sido realizar uma política de reformas ou de modernização de cima para baixo, isto é, a partir de uma minoria militar ilustrada pelas escolas superiores de guerra, pretendendo com isso obter o apoio das elites sindicais, políticas, estudantis, etc. Este esquema falhou, basicamente pela impossibilidade estrutural de combinar reforma e repressão de maneira eficaz. As reformas se convertem em suas próprias sombras - pequenas medidas modernizadoras - e a repressão se tornaria ineficaz por sua hesitação entre reprimir e buscar apoio dos setores atingidos pela repressão. (DOS SANTOS, [1978] 2018. p. 66)

Goulart a cada passo que dava pensando controlar e conciliar os interesses para arrefecer a luta de classes produzia, ao contrário de seu desejo, uma maior

Paulo também se recusaram a cumprir a ordem de marchar contra o Rio Grande do Sul. Os próprios oficiais entenderam que a atitude dos ministros militares violentava a Constituição. Episódios como esse se sucederam em todo o País. O calor das manifestações populares iniciadas no Rio Grande do Sul, dissolveu a máquina do golpe de Estado [...]" (BANDEIRA, 1979, p. 82).

101 Como fica patente no comício de 23 de agosto de 1963, no Rio de Janeiro, quando em função de um ato em memória à Getúlio, sessenta mil pessoas manifestam suas palavras de ordem: "*Jango, não vacile!*" (GORENDER, [1978] 1990)

efervescência. Em primeiro lugar clamou poderes contra o parlamentarismo, e isto invocou as massas a pensar no poder contra a direita. Segundo, propôs um plano trienal que a medida em que era aplicado a desilusão se generalizava e esta ia minando suas bases de sustentação, empurrando a classe trabalhadora para uma solução autônoma. Quando, no calor da batalha, propôs um Estado de Sítio que supostamente neutralizaria ambos os lados, ganhou de retorno uma retumbante negativa de ambas as classes - estas estavam desejosas por um embate. Por fim, Goulart supôs enganar a todos, tentando postergar um pouco mais o enfrentamento entre as classes: dirigiu-se no comício de 13 de março afirmando que iria fazer as reformas de bases, pensava que com isso acalmaria os ânimos do movimento popular, se equivocou. A burguesia que o assistia, e já o havia abandonado, teve a gota d'água com o movimento dos marinheiros em 1964:

Foi com a maior naturalidade que os marinheiros se reuniram no sindicato dos Metalúrgicos, sem saber o papel que a história lhe reservava. Toda a direita gritou: "Indisciplina, anarquia!". Toda a burguesia imediatamente a apoiou. Mas a coisa foi mais ampla: diante da ordem de repressão, a tropa respondeu apoiando seus companheiros. Era o fim! Daí em diante, todo o aparato de repressão do regime estava comprometido. Houve tentativas de conciliação: Goulart tentava controlar o radicalismo do movimento de massas [...] (DOS SANTOS, [1978] 2018. p.286).

A partir disto o golpe já está armado. A política havia preparado a guerra, e essa apenas estava sendo discutida em seus aspectos técnicos, afirmada consensualmente como meio inescapável para a realização dos interesses de todas as frações da classe dominante. Como dito, uma vez mais, o dilema do desenvolvimento capitalista no Brasil reapresentou suas contradições intraburguesas. Diante da crise de acumulação resultante do padrão de reprodução definido pelo pacto de 1954, que atualizava a unidade contraditória entre burguesia industrial brasileira - em seus diferentes estratos (grande, média e pequena) -, setor externo e setor monopolista estrangeiro, abriu-se uma nova rodada de tensões e ruptura na cooperação no bloco burguês. Sabe-se que isto reviveu os dilemas de 1950-54, mas agora, em virtude da complexificação das contradições, o desenlace não comportava um novo adiamento, fazia-se necessário uma resolução definitiva.

Diante, novamente, de uma ação radical das massas, as classes dominantes brasileiras abrem mão de seus interesses particulares, entendidos como diminutos frente à necessidade de salvar todo o sistema de dominação. Por fim, isto significou a resolução dos termos pelo qual se completava a integração imperialista do Brasil.

Abandonando seus interesses específicos, a burguesia industrial brasileira decide pela associação, enquanto sócia menor, ao imperialismo, abstendo-se de resolver os impasses estruturais que a confrontava com os setores monopolistas. Esta associação redefine os lineamentos da cooperação antagônica que se reapresenta agora numa correlação de forças distinta, visto o triunfo do setor monopolista sobre os setores nacionais.

Naturalmente, não é apenas o receio inspirado pelo movimento de massas que contribui para aproximar a burguesia das demais classes e fundi-las em um bloco. Já indicamos que a crise econômica, visível desde 1962, não favorecia a aliança da burguesia com as classes populares, principalmente com a classe operária, devido aos sacrifícios que essa crise imporia ao país. Desde o momento em que Goulart se mostrou incapaz de realizar o milagre dessa aliança (e sua viragem para a esquerda, em março de 1964, apenas confirma essa incapacidade), a burguesia necessitando sempre de um governo forte, tinha que contar com a direita. Por outro lado, a transformação ocorrida no interior da classe burguesa, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, tornava cada vez mais possível este arranjo entre os grupos dominantes (MARINI, [1969] 2013, p. 107).

Assim:

Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. O mecanismo de associação de capitais é a forma que consagra esta integração [...] (MARINI, [1969] 2013, p. 62)

Como dito, Goulart ao final de sua trajetória, ante um isolamento completo, foi empurrado ao bloco de classe dos trabalhadores. Destaca-se que nesse bloco conviveu a tensão permanente entre a perspectiva de Goulart em tentar cooptar o movimento e a tendência cada vez mais pujante dos trabalhadores se descolarem de sua direção. Esta aliança com Goulart era vista pelo PCB como mediação imprescindível no caminho para a Revolução Burguesa no Brasil. Assim, o PCB em acordo com sua perspectiva estratégica trabalhou para a contenção e organização da classe no sentido contrário à revolução socialista, apostando suas fichas - fundadas numa leitura particular da realidade brasileira - no trânsito pacífico em aliança com uma - inexistente nos termos defendidos pelos comunistas - burguesia nacional. Isto fica explícito em um pronunciamento de Luís Carlos Prestes após o Comício do dia 13 de março, onde o Secretário-Geral do Partido manifesta, uma vez mais, a aliança estratégica com Goulart, sendo que, em seu entendimento, este seria o representante político da burguesia nacional - que a partir deste discurso

'lideraria' o processo democrático:

O povo veio à rua (...) para perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário que avança. E as massas puderam naquele dia tomar conhecimento de alguns atos do Presidente da República, conhecer suas palavras em discurso que, sem dúvida alguma, podemos chamar de memorável. Porque, naquele dia, o Presidente João Goulart, com os atos que assinou e com as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso País, (*Novos Rumos*, n. 264, 20 mar. 1964) (PRESTES, *apud* GORENDER, [1987] 1990, p. 62).

Ante uma situação pré-revolucionária que se anunciava, em uma tensão contínua entre contenção e atividade autônoma da classe, a Estratégia Democrática Nacional, seguida à risca, incidiu na educação das massas desde uma perspectiva que julgava possível dirigir a burguesia - pelo menos sua expressão 'nacionalista'. Fatalmente, terminou dirigida por um caudilho abandonado. Desta forma, no lapidar das condições subjetivas, sem as quais uma situação objetiva não se converte mecanicamente em uma revolução, a EDN deu provas de sua inconsistência, preparando a classe trabalhadora não para a revolução socialista, mas para sua negação.

Este desmonte da ação revolucionária da classe estava contido nos acontecimentos de 1964 como desdobramento da aplicação estratégica do processo revolucionário. Particularmente neste momento, adequado às linhas da Declaração de Março de 1958 e do V Congresso em 1960, que como vimos perspectiva sua ação em uma noção gradualista da revolução, entendendo a necessidade de uma etapa burguesa para eliminar os entraves ao desenvolvimento capitalista, pressuposto para a revolução socialista, e que pelas condições contemporâneas da luta de classes mundial marcada pela coexistência pacífica, devia dar-se através de um trânsito pacífico. Orientados por esta visão de mundo os comunistas do PCB subestimaram a realidade. Vê-se isto, por exemplo, na forma como Prestes legou à Goulart a direção do processo, e ainda, como se supôs uma tradição democrática nas forças armadas que não condizia de forma alguma com a própria realidade, visto que se negava absolutamente a possibilidade de um golpe militar, já arriscado em 1961.¹⁰² O resultado concreto desta evolução estratégica foi que ante uma

102 "As forças armadas no Brasil têm características muito particulares, muito diferentes de outros países da América Latina. Uma das questões específicas da revolução brasileira é o caráter democrático, a tradição democrática das Forças Armadas, particularmente no Exército. No Exército

situação revolucionária de inegável acirramento entre as classes, diante do golpe em 31 de março consolidado em 1º de abril, a classe trabalhadora fez o que estava educada para fazer: esperou que as forças nacionais se opusessem a um ‘golpe entreguista’ orquestrado pelos agentes imperialistas norte-americanos, sem perceber que as contradições de classe internamente havia legado à ela a tarefa histórica de superação da sociedade capitalista, desta forma, sendo derrotada sem disparar nenhum tiro¹⁰³. A fim de encerrar o quadro histórico aqui analisado, vejamos como Gorender narra esse fim de ciclo:

Na manhã do dia 31, chegaram ao Rio as primeiras notícias imprecisas sobre o levante em Minas Gerais. Improvisou-se uma reunião dos membros do Comitê Central, que se encontravam na cidade. Segundo relata Apolônio de Carvalho, presente à reunião, o despreparo diante da emergência só permitiu a resolução de que Prestes tentasse um contacto com Jango.

Logo ao início da tarde, o CGT difundiu a convocação de greve geral para o dia seguinte. Quase à noite, Prestes telefonou para a sede da CNTI e propôs a retirada da convocação grevista, sob o argumento de que daria margem a provocações e era desnecessária, uma vez que o Governo dispunha de força militar suficiente para sufocar o levante. A proposta do secretário-geral do PCB implicava escandalosa passividade e não foi acolhida. No dia 1º de abril, circulando pela última vez em edição extra, *Novos Rumos* conclamava à greve e à defesa do Governo legal contra o movimento golpista.

Acontece que o CGT, viciado no reboquismo, tampouco estava à altura do desafio. Raphael Martinelli, um dos seus diretores e também presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, relata que, às três e meia da tarde do dia 31, a polícia de Lacerda invadiu facilmente a sede da Federação Nacional dos Estivadores, onde se realizava rotineira reunião de cerca de trinta dirigentes estaduais da corporação. Ali foram presos os membros da

brasileiro, esse democratismo vem de longe. A oficialidade do Exército era recrutada, em geral, entre a pequena burguesia mais pobre. Eu mesmo, que estou lhe falando, só fui para a Escola Militar porque era o único lugar onde poderia estudar Engenharia (...). Quer dizer, a pequena burguesia mais pobre ia justamente para a Escola Militar, e isso deu um caráter democrático, particularmente ao Exército brasileiro, que participou e vem participando, em geral, de todas as lutas de nosso povo (...)" (PRESTES, *apud* GORENDER, 1991, p. 53); ou ainda, dias antes do golpe: "Essa confiança no Estado burguês ficou expressa nas declarações de Prestes por ocasião do aniversário do PCB. Em conferência comemorativa no dia 27, no auditório da ABI, afirmou que não havia condições favoráveis a um golpe reacionário, mas, se este viesse, "(...) *os golpistas teriam as cabeças cortadas*" No dia 29, por ocasião da festa que reuniu milhares de pessoas no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, repetiu a afirmação. Em face de avaliação tão autorizada e otimista, que podiam fazer os simples militantes, em geral já dominados pela aceitação da liderança janguista?" (GORENDER, [1987] 1990, p. 64).

103 "[...] Incapaz de perceber que para lutar contra um inimigo comum não é preciso nenhuma união especial - como Marx e Engels já tinham dito um século antes - e, ignorando a palavra de ordem leninista de "golpear juntos, mas marchar separados", a aliança de classes proposta pelo Partido consistia de fato em transformar a classe trabalhadora em retaguarda da burguesia, mantendo a frente de classes sob a batuta do governo. Mesmo as greves políticas de 1962, que poderiam passar como manifestações da luta independentemente da classe trabalhadora, ocorreram sob a direção associada do PCB e dos capatazes do Estado, como expressão de incondicional apoio a Goulart. Assim, o proletariado brasileiro chegou a 1964 totalmente desarmado, com sua sorte entregue à correlação de forças que pudesse prevalecer no seio das classes dominantes e, mais especificamente, no Exército" (MARINI, [1969] 2013, p. 191).

direção do CGT Osvaldo Pacheco, secretário-geral, o deputado e líder ferroviário Demistóclides Batista e o comandante-aviador Mello Bastos. Ainda deu jeito de telefonar ao almirante Aragão e a chegada de uma tropa de fuzileiros navais afastou os policiais lacerdistas.

No dia 1º de abril, a convocação da greve geral só teve cumprimento no Rio, em Santos e em alguns setores ferroviários do Rio, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Na Guanabara, cometeu-se o erro de paralisação completa dos transportes, o que impediu a locomoção dos trabalhadores até o centro da cidade. Somente umas quatro mil pessoas reuniram-se na Cinelândia e manifestaram seu protesto diante do Clube Militar. Para surpresa de quase todos, uma tropa do Exército, recebida com aplausos, dispersou a pequena multidão a tiros.

Dispenso-me de entrar em detalhes sobre a inação generalizada. Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. *Todos ficaram à espera do comando do Presidente da República.* [...] (GORENDER, [1987] 1990, p. 66)

A partir deste momento, o PCB, que havia protagonizado a direção política do movimento operário no Brasil ao largo de 40 anos, obstinadamente dedicando seu corpo e espírito à classe trabalhadora, dispondo de uma abnegação única na história do movimento operário brasileiro, inicia seu declínio organizativo, e deixa de ser o operador político da classe. Os algozes da Estratégia Democrática, em sua primeira expressão, cobram seu preço. Um alto preço cujos pesadelos carregamos ainda hoje.

CAPÍTULO III

3.1. Porque fomos derrotados: 1ª fase do entre-ciclos

Procuramos até aqui desenvolver o primeiro ciclo histórico do movimento operário brasileiro. Estudamos na seção anterior o nascimento, desenvolvimento, e esgotamento das ferramentas produzidas pela classe trabalhadora no Brasil para

responder ao problema imposto pela identificação da necessidade de superar o estado de coisas que a acomete na sociedade capitalista. Desta forma, procuramos demonstrar o processo pelo qual a classe trabalhadora identificou-se enquanto *classe para si* após as intensas batalhas da segunda década do século passado, objetivando sua consciência em um operador político, o PCB. Passamos pelo momento de construção estratégica, onde operamos de duas formas: observamos como os comunistas no Brasil vinham na década de 1920 formulando sua interpretação do real e, como esta se combinou, ainda que não isento de tensionamentos, com as orientações da Internacional Comunista, em especial após seu VIº Congresso em 1928. Desde este momento localizamos a consolidação dos pressupostos gerais que informaram a Estratégia Democrático-Nacional.

Uma vez estruturada a estratégia pela qual se vislumbrava a superação da ordem burguesa, vimos que sua posta em marcha significou o aprisionamento dos revolucionários à luta pela manutenção da própria ordem burguesa, visto que o centro de suas análises encerrava-se numa visão de mundo comum que concluía pela incompletude das relações sociais de produção capitalista no Brasil. Esta estratégia, que acompanhou a classe trabalhadora até seu esgotamento em 1964, foi experimentada por diferentes caminhos, comportou em sua história diferentes *vias*, ora insurrecionais, ora dentro da ordem.

Fatalmente a estratégia proposta pela classe trabalhadora neste ciclo terminou por minar suas possibilidades revolucionárias. Vimos como em seu movimento suas palavras de ordem voltaram-se contra si mesmas, vimos como seus esquemas filosóficos identificaram-se com as formulações propostas pelos aparelhos burgueses, vimos como lentamente, num processo de acomodação gradual, a Estratégia Democrático-Nacional, mesmo aguerrida em sua forma, foi tornando-se cada vez mais dócil, educando a classe para o apassivamento, e conseqüentemente desarmando-a para a batalha final que se avizinhava.

O marco terminal deste ciclo foi duramente gravado pela impotência da classe trabalhadora em reagir. Esta primeira derrota estratégica inaugurou o que estamos chamando de *entre-ciclos*. Em nossa primeira seção, procuramos caracterizar este período histórico como o momento de esgotamento de uma forma da consciência, onde, em nível teórico e prático, todos os instrumentos construídos

pela classe trabalhadora declinam em profunda agonia. Abre-se uma época de crise filosófica, a classe tende à resignação, volta-se à uma atomização dos indivíduos, as explicações não são suficientes para compreender as determinações que influíram em sua condição atual, o que era possível torna-se aos olhos da classe uma loucura, devaneios aventureiros que são responsáveis pelo estado de coisas atual.

Tudo isto, acossado pela violência do inimigo, que procura extrair a máxima potencialidade de sua vitória através de todas as formas, não medindo esforços para enterrar – literalmente – as forças revolucionárias. Desmoralizando-as, desumanizando os quadros adversários, intimida-os, amordaça-os, etc. Tudo isto termina por potencializar a crise vivida no interior da classe trabalhadora.

Identificamos como um dos principais sintomas do entre-ciclos a pulverização das instâncias organizativas da classe trabalhadora. E, neste caso, a implosão vivida pelo principal operador político da classe – o PCB - na derrota que se descreve, é por demasiado expressiva. Se tomarmos por referência apenas o sumário do livro *Imagens da Revolução*, de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, podemos observar o que estamos procurando ilustrar. Vê-se um mapa que expõe a pulverização organizativa vivida pela classe. Apenas para elencar, sem o compromisso de adentrar respectivamente na proposição particular de cada organização e como ela se movimentou ao largo de sua – quase sempre – breve história, podemos enumerar as seguintes organizações: a começar pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB – AV); o Partido Comunista Revolucionário (PCR); a Ação Popular (AP); a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP); o Partido Operário Comunista (POC); o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); a Aliança Libertadora Nacional (ALN); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares); o Comando de Libertação Nacional (Colina); a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML- PO); a Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML); a Organização Comunista 1º de Maio; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Vemos com esta imagem algumas coisas, das quais destacamos apenas duas: se, por um lado, a derrota histórica de uma estratégia não significa a extinção da luta de classes, o que seria uma interpretação vulgar do que estamos chamando

atenção - e é importante que se tenha isto claro - por outro, esta imagem revela nitidamente uma crise, onde a classe trabalhadora como um todo se dissolveu em um reencontro com sua primeira forma de consciência¹⁰⁴. A fragmentação absoluta vivida pelo conjunto das organizações da classe trabalhadora neste momento, e sua subsequente impotência, foi percebida com lucidez por Ruy Mauro Marini – vale lembrar: que fora militante de uma das organizações referidas, a POLOP.

[...] o PCB representava a única estrutura partidária efetiva de esquerda. **Seu colapso significou, necessariamente, a irrupção de uma tendência dispersadora, excêntrica, na qual a multiplicidade de organizações se encontrava em razão direta da sua incapacidade operacional.** O problema era particularmente sério. Guardiã de uma ideologia falsamente identificada ao marxismo, porém sólida, o PCB tinha conseguido enquadrar dentro de uma certa política até mesmo os núcleos mais recalcitrantes da esquerda revolucionária. **A perda de sua posição dominante no interior da esquerda deixou esta sem um centro de gravidade ideológico e político.** Os anos subsequentes a 1964 se caracterizaram por uma acirrada luta ideológica – travada agora dentro da esquerda revolucionária – e por esforços para definir uma estratégia global frente a ditadura. A homogeneização de seus princípios ideológicos, apesar de ter servido para estabelecer um novo quadro de referências para a ação de massas, não servia para limar as diferenças entre as concepções particulares do processo brasileiro sustentadas pelos distintos agrupamentos, e servia ainda menos para unificar posições em relação às tarefas práticas derivadas de cada concepção. Até mesmo o fato de que o marxismo tenha se afirmado como base ideológica comum dentro da esquerda não era suficiente para uma unificação, haja vista a diversidade ideológica de elementos que o marxismo como movimento histórico envolve (MARINI, [1969] 2013. p. 186 – grifo nosso).

A combinação entre a quantidade de organizações que passaram a aspirar a vanguarda do movimento operário, sem uma identificação orgânica com a própria classe que se pretendia representar – não por uma anulação teórica do papel das massas na luta revolucionária, mas em função da impossibilidade histórica desta mesma classe em empreender as ações esperadas pelo conjunto de suas vanguardas -, somada ao diagnóstico feito por Marini, nos permite captar a dinâmica na qual a luta de classes no Brasil estava inserida. Trata-se do momento inicial da derrota estratégica a que estávamos submetidos.

Esta dissolução organizativa nada mais é do que a expressão de múltiplas respostas à uma mesma pergunta incômoda, muito embora incontornável. Tratava-se de questionar o porquê fomos derrotados. Esta pergunta inaugura a crise filosófica da esquerda brasileira. Isto significa dizer que se deve compreender a

104 Em alguma medida, este movimento de refluxo da consciência ‘para si’ à uma forma novamente serializada, explica em parte o formato e condições que as diversas organizações foram submetidas a atuar: fortemente marcada por um distanciamento entre vanguarda e massa.

pulverização organizativa da esquerda revolucionária no Brasil nos pós 1964 como desdobramento de uma crise acerca do entendimento – outrora coeso – sobre os caminhos e a qualidade da Revolução Brasileira, naturalmente, abrindo uma fratura nas diferentes interpretações sobre o real.

A rigor, a crise filosófica impõe à esquerda revolucionária um acerto de contas com os fundamentos teóricos que norteavam seu objetivo estratégico. Caio Prado Jr. referiu-se à este movimento como um confronto direto com às *verdades consagradas* que iluminaram – sem questionamentos profundos – a prática do conjunto da classe trabalhadora no ciclo que se esgota. Com isto retomamos uma passagem já referida na primeira seção deste trabalho apenas para sintetizar o sentido que aqui se busca resgatar, conforme Iasi nos indica: “Hegel já dizia que só se filosofa verdadeiramente nas épocas de crise, que são exatamente os momentos em que se aprofunda o “contraste entre opinião e verdade” (IASI, 2014. p. 31). Isto é, fora da crise, somos senhores de nossas certezas incólumes até que a realidade em seu movimento a desautorize.

Contudo, é importante que se diga, o processo de negação da estratégia pretérita (EDN) não se deu de modo imediato, deve-se considerar o movimento de superação da estratégia democrático nacional enquanto um processo, não contendo um fato singular que demarca a superação. Tem-se sim momentos particulares onde se pode visualizar o movimento de negação (e conseqüentemente de novas afirmações). É possível identificar de maneira mais sistematizada segmentos intelectuais que plasmam no plano das ideias algumas das críticas centrais que orientam as ações – agora sim – das diferentes instâncias organizativas, e, mais que isto, que denotam o curso do caminho de consolidação de um novo marco interpretativo – mais ou menos comum – que irá se conformar numa nova síntese estratégica.

Referimo-nos ainda ao período de *entre-ciclos* como um período de transição, e, tal como uma transição, deve ser qualificada: convive em seu interior uma coexistência tensionada entre o velho que teima em morrer e o novo que tarda em nascer. Isto é, há uma disputa no plano das ideias – que reverberam no terreno da prática concreta – que se manifesta entre explicações que seguem reinscrevendo as mesmas estruturas analíticas que outrora serviram de fundamento comum às ações, e, de outro lado, de modo nada coeso, pululam diferentes matrizes/correntes do pensamento que buscam superar criticamente a filosofia anterior, e, mesmo

estas, não aparecem ainda em seu interior como esquemas teóricos completamente autônomos, unitários e coerentes, ou seja, convivem em seu interior, muitas vezes, elementos de superação arrimados em pressupostos ainda problemáticos.

Assim, pode-se dizer que esta crise filosófica tem suas nuances, de tal modo que foi e é comum no período de entre-ciclos um mascaramento da derrota, não percebida de imediato em toda sua plenitude. Há, de certa forma, uma temporalidade descompassada entre a derrota de uma estratégia enquanto alternativa histórica – desautorizada pelos próprios ditames do real – e a compreensão dos liames que envolvem a profundidade desta derrota. Neste sentido, por vezes, tratou-se de entender que o que era uma derrota histórica/estratégica, como uma derrota pontual, uma mera interrupção no curso estratégico, um desvio de rota. É aqui que os diferentes balanços tendem a blindar o núcleo duro da estratégia e incorrer em avaliações que moralizam a crítica filosófica com conclusões rápidas do tipo “traição”, “abandono”, etc. Exatamente por isto, e guardando as comparações com nosso atual período na luta de classes no Brasil para as considerações finais deste trabalho, é válido destacar que este processo de superação foi muitas vezes feito apenas formalmente, contestando apenas a profundidade da aplicação estratégica em que se procurou criticar. Ou seja, na perspectiva de responder porque fomos derrotados – ou mais precisamente no cenário que estamos percorrendo: por que houve o golpe militar de 1964?¹⁰⁵ – a crítica não se orientava propriamente à estratégia norteadora, apenas às táticas empregues. Passaremos à exposição de algumas posições que nos parece tipificar objetivamente o que estamos procurando demonstrar. Apenas como forma de exposição, separamos o período de entre-ciclos em duas fases. A primeira que está

105 Tomando as contribuições documentais reunidas por Jacob Gorender, destacamos o primeiro pronunciamento da Comissão Executiva do PCB ainda em maio de 1964. Os três parágrafos que se seguem serão ilustrativos do que se procura demonstrar no corpo do texto: “Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. [partido] se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições etc.) É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo. Nesse esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho e superação de nossos erros” (GORENDER, p.87. 1990).

inscrita a própria avaliação do PCB com relação às razões do golpe de 1964, e isto inclui, e o faremos de modo separado, um importante marco com a publicação em 1966 da obra *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr.; a primeira fase inclui ainda ao nosso ver, os intensos debates que são empreendidos por uma nova geração crítica à EDN, que ficará conhecida como *controvérsia da dependência*, onde aparecem as obras de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Estes primeiros acúmulos estão manifestos no *Programa Socialista para o Brasil*, da POLOP – organização em que militavam - e posteriormente, no exílio, desenvolvidos pelos mesmos autores. Ao que nos parece, estes momentos, informam diretamente o processo de negação e, conseqüentemente, novas afirmações, que terminam subsidiando os pressupostos teóricos da nova visão de mundo que vai se insinuando. Num segundo momento, pretendemos expor como que os debates no interior do Movimento Comunista Internacional (MCI) se somam a crise filosófica brasileira e, a partir daí, o nascimento de uma síntese que acaba por concluir o ferramental teórico que a classe disporá em sua nova reunificação/fusão a partir de 1978; este segundo momento, chamaremos de 2ª fase do entre-ciclos.

3.1.a. O balanço do PCB - reinscrições e distensões:

O episódio que melhor exprime o sentido de conservação do referencial estratégico pode ser visto no resultado do VIº Congresso do PCB em 1967, onde o debate encerrou-se, basicamente, na discussão: desvios de direita ou desvios de esquerda, adotando a mesmíssima postura que em outros momentos. Contudo, é válido lembrar o leitor que as *Resoluções* do VI Congresso são a cristalização de um debate que se arrastava no partido desde antes. Tomemos a síntese fornecida por Mazzeo sobre as *Resoluções* que o VIº Congresso logrou produzir.

As resoluções do VI Congresso situam o golpe de Estado no contexto da contraposição que se estabelece entre o grupo “entreguista” e o grupo nacionalista e, dessa forma, conclama a burguesia “nacional” a formar uma frente antiimperialista e antilatifundiária, ou seja, dentro do mesmo quadro de alianças políticas [dentro da mesma estratégia que balizava a política de alianças] que vinha realizando. Portanto, nessa análise, é mantida a ideia de que a contradição fundamental – da etapa nacional e democrática da revolução brasileira – localizava-se nas forças produtivas nacionais, que buscavam novas formas de desenvolvimento e progresso, e nos obstáculos que a estrutura da economia do país lhe impunha, sendo que as forças

sociais que defendiam a conservação dessa estrutura eram o imperialismo e os latifundiários – isto é, o imperialismo e o latifúndio constituíam-se num entrave ao desenvolvimento econômico e à democracia. No entanto, as Resoluções acabam reconhecendo certo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas que ocorria em “setores restritos”. *Outro aspecto relevante é que o partido não havia conseguido estabelecer uma vinculação entre sua política de “reboquismo” em relação às frações burguesas que apoiavam o governo Goulart e a derrota política sofrida com o golpe, incluindo o atrelamento do movimento sindical à lógica de uma ação muito voltada aos aparatos sindicais institucionais, em detrimento da organização das bases de trabalhadores [...]”* (MAZZEO, 1999, p. 134 – grifo nosso).

Como se vê, a percepção da derrota expressa na passagem acima redundava numa reapresentação estratégica sem mediações. O balanço oferecido pelo PCB neste momento incorre numa conclusão que identifica a causa da derrota como uma má aplicação estratégica. Percebe-se nesta exposição que a força majoritária no interior do partido que saiu ‘vitoriosa’ do Congresso é exatamente aquela que conclui pela tese de que o que causou o golpe foi um tensionamento muito à esquerda, que não havia sido corretamente aplicada às diretivas congressuais.

Apenas para ilustrar este movimento com um pouco mais de precisão, e procurando explicitar o termômetro dos debates da época, exponho aqui o trecho inicial do histórico documento *Crítica às Teses do Comitê Central* de Carlos Marighella, nesse momento ainda enquanto membro do Comitê Central e, às vésperas de sua expulsão – junto à tantos outros camaradas que dividiram anos de militância ombro a ombro -, vemos o seguinte:

O Comitê Central abriu os debates, embora tardiamente, e lançou suas "Teses" com o objetivo de conclamar todo o Partido para a elaboração da linha política exigida pelas condições atuais. Porém as "Teses" não estão à altura necessária, não satisfazem, não dão um passo adiante em busca do caminho da revolução brasileira. Qualquer pessoa que tome conhecimento do capítulo 1.º das "Teses" fica com a impressão de que nosso Partido tinha de ser o Partido da moderação, da prudência, da cautela, para não ferir os interesses da burguesia, para não ir além do permitido pelas classes dominantes, para não ferir a hierarquia e a disciplina militar, para não causar divergências na frente única, para não seguir uma tática ofensiva. Os culpados de tudo seriam... os esquerdistas da Frente Única, que queriam a ofensiva, que se precipitaram e caíram no sectarismo". O Partido teve culpa, segundo as Teses, "... mas teve culpa porque permitiu esse esquerdismo, quando não havia condições para outra coisa senão apoiar a luta pelas reformas, de maneira que os golpistas e os imperialistas norte-americanos não viessem utilizar nossa luta para acabar com tudo como o fizeram." O erro do Partido foi "não permanecer dentro dos limites do possível, e não declarar isto publicamente, não atuar de acordo com esta concepção. Se tivéssemos ficado dentro dos limites do possível e de nossas forças, ainda muito reduzidas, teríamos chamado a atenção sobre a impropriedade e negativismo do continuísmo de João Goulart. Provavelmente as eleições teriam se realizado nos prazos normais. Jango

seria substituído por outro Presidente — talvez um nacionalista —, não teria havido o golpe e prosseguiria o processo democrático...". Evidentemente, uma posição como esta retrata um Partido acomodado, conservador, que não luta para transformar as coisas. Parece mais um Partido governista, um partido igual aos demais partidos das classes dominantes. Em vez de um Partido que adota a revolução política como meio de transformação social, de um Partido que tem como maior aspiração levar as massas à conquista do poder estatal. Tais posições refletem um Partido que busca limitar a transformação social às medidas que possam ser concedidas pelas classes dominantes, um Partido que ambiciona chegar à transformação social de forma paulatina, fragmentária, como se o imperialismo e as classes dominantes estivessem dispostas a consenti-lo (MARIGUELLA, [1967] 1979, p.90).

As duras – e acertadas - palavras de Marighella são representativas do que estamos por descrever: em primeiro lugar a impossibilidade de manutenção de uma unidade em torno de uma concepção diametralmente – ao menos no nível da tática – oposta. E, em segundo lugar, o fato de que a derrota de 1964 não foi entendida como uma derrota estratégica, isto é, que impunha como dever incontornável rever *todos* os pressupostos que desarmaram o partido para ação revolucionária, redundando, numa reapresentação do mesmo receituário, agora (e desde antes) falido. Mariguella, a despeito das proposituras táticas que este grande dirigente comunista escolheu como caminho para impor a vitória da revolução socialista no Brasil – objeto que nos exigiria um trato especial e acabaria por fugir em demasia do nosso caminho -, estava correto em seus apontamentos. O partido, passados três anos após o golpe, não foi capaz de compreender que a forma como estava sendo caracterizada a formação social brasileira, e diretamente informando a teoria e prática revolucionária, estava fossilizada e não correspondia a um reflexo ideal adequado ao concretamente existente; errados em seus pressupostos teóricos, não foram capazes de conduzir de modo consequente a luta da classe trabalhadora no Brasil – e, isto, que valha a redundância, independente dos valorosos esforços que foram dedicados em toda a história de lutas que o partido protagonizou.

É importante pontuar que esta concepção de reapresentação estratégica permeará o partido por largo período. Trataremos mais à frente das disputas teóricas que a crise filosófica impôs ao próprio PCB e como este partido ilustra o elo de ligação entre o Movimento Comunista Internacional (MCI) e as produções intelectuais do segundo período do entre-ciclos; contudo, para o momento da reflexão que estamos fazendo, é válido demonstrar um pouco mais como a visão de mundo que estruturou a EDN seguirá se insinuando como uma incontestada verdade,

ainda que ultrapassada pelo movimento do real, se expressando como uma resposta fossilizada na voz de pensadores cuja relevância é inquestionável. É possível perceber isto, por exemplo, na republicação da obra de Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*, em sua 4ª Edição de 1978, onde além de compilar alguns de seus textos mais importantes, nosso autor – cuja grandeza não se discute – acresce um último capítulo intitulado *Perspectivas*, pretendendo comprovar a atualidade de seus escritos que outrora foram sólidos pilares da Estratégia Democrática-Nacional. Vejamos duas de suas passagens conclusivas. O primeiro elemento que destacamos é a percepção do golpe de 1964 como uma interrupção no curso saudável da estratégia:

Os que, apreciando as grandes linhas do desenvolvimento histórico, verificam que ele é ascensional, sempre no sentido do avanço, da libertação do homem, esquecem, às vezes, que, visto em detalhes, aquele desenvolvimento se apresenta pontilhado de curvas, zigue-zagues, avanços e recuos, sem mencionar o aspecto do ritmo, ora lento, ora acelerado. A interrupção da vigência de instituições democráticas — na relatividade peculiar às condições brasileiras daquela fase — em abril de 1964, surpreendeu e deixou perplexos aqueles que supunham uniformemente positivo e ascensional o desenvolvimento histórico. As novas gerações, particularmente, que vinham participando da atividade política de pouco mais de um decênio a esta parte, e não tinham, portanto, a experiência da derrota, sofreram sério impacto que levou muitos ao desespero, ao desânimo, à descrença, ao pessimismo, de que emergiram, pouco depois, com acentuada e generalizada tendência ao radicalismo e à proposição de teses e ações em contraste com a realidade e, portanto, com as possibilidades. *A derrota inesperada desorienta, realmente, e, de todas as formas, a interrupção do processo democrático corresponde sempre a atraso* (SODRÉ, 1978, p.250 – grifo nosso).

E, de maneira intimamente relacionada, uma vez considerada a ditadura militar como um recuo (normal) no ascensional caminho rumo à democracia, inevitavelmente, a resposta à ela tende a ser a mesma que se expressou antes de sua fundação. Sendo, desta forma, incapaz de perceber as incompreensões contidas nesta formulação – mesmo em seu tempo de preponderância – e, as próprias metamorfoses do desenvolvimento estrutural do capital mediado pela luta entre as classes que desautorizaria por completo esta formulação, Werneck¹⁰⁶

106 Vale restituir uma das teses de Walter Benjamin quando discorre sobre a problemática visão de história dos social-democratas, que como veremos, em sua compreensão linear, pode-se traçar paralelos com a exposição do pensamento de Sodré – que está aqui tomado enquanto um exemplar do pensamento social de seu tempo. “A teoria e, mais ainda, a prática da social-democracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os social-democratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites,

conclui:

A caracterização como democrática e nacional do tipo a que pertence a Revolução Brasileira significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para libertar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. *E significa, pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas, mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas [...]* A constatação de que o caráter da Revolução Brasileira é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. *Porque, como consequência, permite concluir que se trata do acabamento da revolução burguesa, em nosso País, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar.* É claro que, no referido caráter, interessa mais à burguesia o conteúdo nacional, enquanto às outras forças interessa mais o conteúdo democrático; eles são, porém, tão estreitamente vinculados que parece impossível separá-los, admitindo que, com a vitória, permaneça o nacional e desapareça o democrático. Que papel poderá ter a burguesia no desenvolvimento da Revolução Brasileira é problema do próprio processo. E, aqui, cabe prevenir aos menos avisados que as classes não podem ser julgadas pelos indivíduos que as compõem, nem como indivíduos, porque não se comportam como indivíduos. Constata-se, presentemente, e de algum tempo a esta parte, que a burguesia, no Brasil, que é o caso que nos interessa, divide-se em duas frações: a que se associa ao imperialismo e a que resiste ao imperialismo [...] (SODRÉ, 1978, p.247 – grifo nosso).

Elencar alguns dos balanços positivizados da Estratégia Democrática-Nacional cumpre neste trabalho o dever de evidenciar que uma derrota, mesmo real, pode ser tergiversada e rerepresentada com novas formas. Entretanto, para além da rerepresentação crua, como dito, é possível identificar, no interior dos calorosos debates que se encampava, pontos de superação da estratégia derrotada, ainda que alguns marcados por um convívio tensionado no interior das próprias formulações.

Passamos agora a exposição de duas manifestações, algumas teses de Caio Prado Jr., em *A Revolução Brasileira* e, as formulações que começam a se desenvolver daquilo que ficou conhecido como a *teoria marxista da dependência*, que encontra, organizativa e programaticamente, seu eco no *Programa Socialista para o Brasil*, documento datado de 1967, da POLOP¹⁰⁷. Estes pontos de

idéia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral. Cada um desses atributos é controverso e poderia ser criticado. Mas, para ser rigorosa, a crítica precisa ir além deles e concentrar-se no que lhes é comum. A idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia do progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha” (BENJAMIN, [1940] 1987 – tese 13).

107 Nesta exposição entendemos que as formulações da Teoria Marxista da Dependência incidem diretamente nas compreensões internas e resoluções da POLOP. Contudo, sabemos que no interior da Polop havia uma multiplicidade de interpretações do momento histórico que nosso estudo não foi capaz de capá-lo em sua totalidade para a presente exposição. Referenciamos ao leitor dois textos

superação, terminam por ilustrar os avanços contidos nesta primeira fase do entreciclos e passam a informar alguns dos novos contornos que definirão os pressupostos interpretativos da realidade brasileira, que iluminam nossa visão de mundo – bem ou mal – até os dias atuais.

3.1.b. Caio Prado Jr. - entre a crítica e a rerepresentação.

Caio Prado Jr., como sabemos, foi um militante do PCB desde 1931, esteve vinculado ao partido por toda sua vida e era, a seu tempo, e até hoje, uma autoridade intelectual reconhecida pelo complexo partidário em todo o Brasil. Contudo, a militância de Caio Prado no interior do partido foi desde muito cedo marcada por divergências profundas, desde 1932, com a publicação de seu ensaio *Evolução Política do Brasil*, Caio Prado Jr. inicia seu processo de distanciamento crítico às formulações do partido, em particular às que versavam pela existência de feudalismo no Brasil, ou mais precisamente, às que opunham um setor pré-capitalista à um efetivamente capitalista, por sua vez, obstruído em seu desenvolvimento pelo primeiro. Esta posição vai se corporificando e assume sua expressão mais consistente na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Isto não significa dizer, que nosso autor estava em desacordo completo com a EDN, mas alguns de seus fundamentos. É importante destacar sumariamente este fato porque é com este acúmulo que Caio Prado Jr. chega aos debates do pós-1964, e imerso na complexidade da derrota histórica, centra fogo, com este arsenal recolhido ao largo de toda uma vida, às teses do partido, procurando identificar as raízes interpretativas que incidiram na derrota por todos vivida¹⁰⁸. A compilação

que podem auxiliar neste caminho: *Notas sobre a Polop e Éric Sachs*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira, publicado pela Revista Espaço Acadêmico – n. 188 – janeiro/2017; e o artigo de Raphael Lana Seabra intitulado *A Política Operária como prelúdio da Teoria Marxista da Dependência*, disponível em: https://www.academia.edu/35765078/A_Pol%C3%Adtica_Oper%C3%A1ria_como_prel%C3%Badio_da_Teoria_Marxista_da_Depend%C3%Aancia.

108 Como se vê na passagem abaixo, Caio Prado Jr., no interior dos calorosos debates que se viviam no PCB, posicionou-se pela tese de que as razões do golpe resultam dos ‘desvios de esquerda’: “Contudo, apesar daquelas circunstâncias altamente favoráveis à maturação do processo revolucionário brasileiro, o que se tem visto, afora agitação superficial, por vezes aparatosa, mas sem nenhuma profundidade ou penetração nos sentimentos e na vida da população, afora isso, o que há de real é a estagnação daquele processo revolucionário. Ou, pior ainda, a sua degenerescência para as piores formas de oportunismo demagógico, explorando as aspirações populares por reformas. Foi esse o espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a 1º de abril. Muitos, na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período maldado como de ascenso e avanço revolucionário. Mas de fato ele de nada mais serviu que para preparar o golpe de

sistematizada do conjunto da crítica pradeana à EDN aparece em 1966 na obra *A Revolução Brasileira*. Este livro tornou-se uma obra incontornável aqueles que buscam compreender os (des)caminhos de nossa história enquanto classe. O tom de suas críticas pode ser visto a partir da seguinte passagem:

Tornou-se assim extremamente difícil quebrar a resistência oferecida por tradição teórica de tal maneira enraizada e aparentemente apoiada em autoridades incontestes. E isso vem impedindo uma revisão do assunto e a elaboração adequada de uma teoria revolucionária que, efetivamente, dê conta dos fatos da nossa realidade. Os esforços nesse sentido, partindo de raras e esparsas iniciativas que procuram contrapor-se aos dogmas estabelecidos e aos slogans consagrados, não encontraram até hoje eco, e esbarram geralmente em vetos liminares de quem se recusa até mesmo a entrar no debate do assunto. [...] As dificuldades começam quando se procura levar à prática esse esquema artificial e de fato puramente imaginário. Aí o erro se paga com insucessos. É o que ocorreu, entre outras oportunidades, e aí em proporções desastrosas, no passado recente cujo desenlace estamos ainda vivendo. É de esperar que desta vez, e advertidos pela experiência que hoje, mais que nunca, põe bem a vivo o erro cometido, que consiste em teorizar no abstrato e na base de modelos que não se enquadram na nossa realidade, é de esperar que se proceda, de uma vez por todas, a uma rigorosa e honesta revisão da análise e interpretação dos fatos brasileiros, e à elaboração de uma teoria revolucionária que efetivamente se ajuste a esses fatos (PRADO, JR., [1966], 2014. p. 312).

Como se vê, Caio Prado Jr. está profundamente incomodado com a postura do partido. A passagem revela ainda, agora por outro viés, a tensão entre a derrota histórica e a percepção desta pelos principais quadros do partido. Apontando acertadamente para a necessidade de rever as interpretações explicativas da realidade brasileira, no curso de *A Revolução Brasileira* Caio Prado Jr. procurará destacar aquilo que para ele seria a expressão equivocada da teoria consagrada: a apropriação apriorística das determinações que compõem o conjunto da realidade brasileira, e, como consequência a importação de modelos da revolução. Para ele, a caracterização da realidade brasileira como feudal ou semi-feudal incorria num profundo desconhecimento que procurava adequar a realidade à teoria, desdobrando desta forma em uma prática política equivocada.

abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças da reação. Isso porque deu a essas forças a justificativa de que necessitavam — o alarme provocado pela desordem administrativa, implantada à sombra da inépcia governamental, aproveitada e explorada por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular, e estimulada no mais das vezes por interesses subalternos e mesquinhas ambições pessoais. É isso que permitiu à reação encobrir seus verdadeiros propósitos, e iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto da salvação do país do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe. Foi isso o governo de João Goulart e seu triste fim. E nele, e para sua infausta trajetória, colaboraram as desorientadas esquerdas brasileiras sem outra perspectiva de que esta de se servirem, ou melhor, de se porem a serviço de ambições políticas que nada tinham nem podiam ter em comum com seus ideais e finalidades” (PRADO, JR. [1966], 2014 p, 312 – itálico nosso).

No estabelecimento das bases em que assentaria a teoria da revolução brasileira, partiram seus primeiros autores, já lá vão para mais de quarenta anos, não da análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país — coisa aliás que na sua maior e principal parte era por eles ignorada, como logo veremos —, mas da consideração de um esquema teórico abstrato, admitido a priori e sem indagação prévia alguma acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira¹⁰⁹. Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular — o Brasil naturalmente aí incluído — haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo (PRADO JR. , p. 312 [1966], 2014).

Um exemplo, que Caio Prado discorre insistentemente, é a confusão feita pela caracterização do ‘camponês’ no Brasil, desdobrada do modelo referido. Para ele, uma vez caracterizado o trabalhador rural como camponês, conseqüentemente avaliou-se que a principal bandeira de luta deste setor seria necessariamente a ocupação e posse da terra, enquadrando-os, desta forma, nos marcos de uma luta geral pela reforma agrária, enquanto para ele este tipo de relação de trabalho nunca existiu no Brasil. Em sua avaliação, o Brasil, desde sua origem colonial já era uma formação social econômica capitalista, ainda que as formas manifestas desta não havia ainda libertado juridicamente os trabalhadores. No setor rural, por mais que a aparência sugerisse o contrário, as relações de trabalho ali existentes não eram marcadas pela servidão, tratava-se de um trabalho assalariado, proletarizado portanto, mesmo que a forma de recebimento de seu equivalente – o salário - não fosse pago exclusivamente em forma monetária¹¹⁰. Com isto, a pauta de

109 Procuramos ao largo da segunda seção matizar esta dura advertência de Caio Prado. Vimos como intelectuais que compunham o núcleo dirigente do partido em seu primeiro decênio, com Astrojildo Pereira e Octávio Brandão a frente, esforçaram-se – dentre as várias limitações impostas pelo período histórico – por fazer uma caracterização da particularidade da formação social brasileira. Em nota, destacamos em conformidade com Dória C. A. em seu artigo *O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução Brasileira*, como a caracterização de uma estrutura feudal no Brasil já existia nos meios intelectuais. Desta forma, procuramos matizar a caricatural importação mecânica vulgar e comumente atribuída aos comunistas deste período, afirmando que tratou-se de um encontro teórico, onde em nível regional não foi isento de divergências, conforme pudemos acompanhar pelas indagações do comunista equatoriano Ricardo Paredes. Nada nos leva crer que após a deposição do núcleo dirigente e a neutralização de Octávio Brandão, a produção intelectual no partido se encerrou. Diferentes intelectuais – incluído o próprio Caio Prado – dedicaram parte de seus esforços militantes à caracterização da particularidade brasileira. É o caso, por exemplo, de Clóvis Moura, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, etc.

110 “[...] Com a abolição da escravidão, substitui-se às relações servis de trabalho a relação de emprego ou locação de serviços, embora nem sempre o pagamento e a remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro — o salário propriamente —, assumindo com frequência formas mistas e mais ou menos complexas, como o pagamento in natura, concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência etc [...]” (PRADO JR. [1966], 2014 p. 33). Isto nos parece uma excelente interpretação e que nos auxilia, provoca, para a busca de

reivindicações deste setor se alinhava muito mais às lutas por direitos trabalhistas, por melhores condições de vida, etc. que propriamente a posse da terra, isto é, tratava-se – pelo menos desde a libertação jurídica dos trabalhadores – de uma luta do proletariado rural.

O que está por de trás desta formulação de Caio Prado é uma caracterização do latifúndio no Brasil como expressão de uma fração capitalista que possui divergências políticas com outros setores industriais, mas não um *antagonismo de classe*, uma vez que, ao fim e ao cabo, são componentes da mesma classe capitalista.

Essa composição social e distribuição de forças no esquema da “revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista” (é essa a designação consagrada) não têm na realidade brasileira, como logo veremos, reflexo algum. A longínqua e aparente coincidência formal de alguns elementos secundários dessa concepção com os nossos fatos e situações não chega a disfarçar apreciavelmente o puro decalque dela sobre o original chinês que lhe serviu de principal modelo. No essencial e fundamental, a situação figurada no esquema assinalado não corresponde a nada de brasileiro, senão à custa de adaptações artificiosas e deformação grosseira dos fatos. A começar pela distinção política e de categoria social entre, de um lado, os fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e usineiros (que são os grandes proprietários brasileiros, e seriam na teoria preconizada os nossos “feudais”), e doutro lado a burguesia industrial, comercial ou outra qualquer. Todos esses grupos que constituem no Brasil, em conjunto, a classe econômica, financeira, social e politicamente dominante se compõe da mesma categoria de indivíduos, sejam suas atividades urbanas ou rurais. Os interesses desses indivíduos se diferenciam naturalmente no que respeita especificamente aos seus negócios particulares, bem como em função de seu nível financeiro. *Mas não têm posição de classe ou categoria social distinta, isto é, não se situam diferentemente dentro das relações de produção, e muito menos, está visto, em frente à lei e às relações jurídicas. São todos homens de negócio, burgueses e capitalistas* — na acepção específica, econômica e social da expressão — que não se diferenciam entre si senão pelo ramo e vulto de seus negócios. [...] Não há assim fundamento para estabelecer distinção político-social, de natureza estrutural, entre os setores e categorias sociais brasileiros ligados respectivamente a atividades rurais e urbanas. Ainda menos se justifica a discriminação feita na teoria consagrada da revolução brasileira entre uma burguesia “compradora” [...], burguesia essa associada ao imperialismo, e uma outra “burguesia nacional”, também imprecisamente caracterizada, e que é anti-imperialista por força da natureza específica de seus negócios e atividades, e da posição econômica e financeira que ocupa frente ao imperialismo (PRADO JR., [1966], 2014 p. 49 – grifo nosso).

Posto isto, Caio Prado logra desmontar um dos eixos estruturantes da visão de mundo da EDN. Ao diagnosticar a unidade – contraditória apenas no nível dos negócios – entre latifúndio e setores urbanos industriais - i.é, entre cidade e campo -

compreender as diferentes e ‘flexíveis’ formas de remuneração da força de trabalho no capitalismo contemporâneo.

, ao desarmar o esquema que identifica um antagonismo entre estes setores e vincula o latifúndio aos interesses imperialistas (“entreguista” portanto), contra um setor ‘progressista nacional’, Caio Prado Jr. faz o que ninguém havia feito até o momento em seu partido. Identifica a leitura da formação social brasileira em voga em seu período à consequência inevitável dos insucessos na luta política, com isto, à derrota dos trabalhadores, como se confirmou em 1964. Este é o núcleo saudável de sua exposição.

Seria de se supor que, uma vez desarmado os fundamentos filosóficos que erigiram a Estratégia Democrática-Nacional, estabelecida a crítica à importação mecânica dos dogmas, feito um diagnóstico mais realista da formação social brasileira, Caio Prado Jr. concluiria pela atualidade da revolução socialista, isto é, pela socialização radical dos meios de produção e a passagem imediata à construção da ditadura revolucionária do proletariado. Ocorre que mesmo Caio Prado Jr. desmontando o núcleo da EDN, o autor acaba por rerepresentá-la em outros termos, e, desde já, subsidiando uma nova formulação estratégica. Concentremo-nos aqui no modo como nosso autor compreende o que é uma Revolução e como conclui pela impossibilidade da luta socialista no período em questão.

Desde a abertura de sua brochura, logo em suas primeiras páginas, nosso autor, em sua tentativa de desvencilhar-se dos métodos apriorísticos que teriam marcado caracterizações do ciclo referido, afirma que o debate sobre o ‘caráter da revolução’ redundaria num dispêndio de energia estéril. Para isto procura separar o ato insurrecional do fenômeno revolucionário e neste sentido, a Revolução para Caio Prado Jr. possui uma temporalidade relativamente curta marcada por uma sucessão de reformas e transformações que são induzidas pelas forças interessadas no sentido de requalificar a estrutura do país. É exclusivamente a partir daí que se estaria autorizado a refletir sobre o caráter da revolução, como um ato *post festum*, e não antes, visto que isto recairia num idealismo. Para ele não há dúvidas que para um marxista o curso da história tende necessariamente ao socialismo, e exatamente por isto não faria sentido questionar-se sobre o ‘caráter’ da revolução, valendo muito mais os esforços em concentrar-se sobre as determinações impostas pela conjuntura. Tomando as palavras do autor:

[...] Revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente

curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. [...] Ou, mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem a necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por revolução. É nesse sentido que o termo “revolução” é empregado no título do presente livro. O que se objetiva nele é essencialmente mostrar que o Brasil se encontra na atualidade em face ou na iminência de um daqueles momentos acima assinalados em que se impõem de pronto reformas e transformações capazes de reestruturar a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas, e as aspirações da grande massa de sua população que, no estado atual, não são devidamente atendidas (PRADO JR. [1966] 2014 p. 7 – grifo nosso).

Entendido desta forma, a revolução deve ser feita no compasso ditado pela conjuntura através de reformas que permitam avançar na transformação estrutural da sociedade:

É numa tal linha de pensamento que se há de fazer a determinação das reformas e transformações constituintes da revolução brasileira. Isto é, não pela dedução a priori de algum esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas. A análise e determinação adequadas daquelas contradições nos devem revelar desde logo — sob pena de se infirmar a análise e interpretação efetuadas que se revelariam em tal caso falhas ou insuficientes —, devem revelar por si e sem mais indagações as soluções que naturalmente implicam e em consequência comportam e justificam (PRADO JR. p. 10 [1966], 2014 – grifo nosso).

Destas duas passagens extrai-se no fundamental a concepção geral que qualquer propositura caiopradeana se insere¹¹¹. Submetendo a prática

111 Apenas a título de complemento, demonstrando que esta percepção do conteúdo problemático da obra de Caio Prado não é incomum, exponho uma breve passagem da obra de Victor Neves, que nesta ocasião, expõe *pari passu* o que estamos procurando demonstrar: “[...] o marxista paulistano contrapõe à postulação pecebista de etapas no processo revolucionário brasileiro uma, para dizer o mínimo, equivocada teoria de uma revolução larga, lenta, processual, [nas palavras de Prado aparece ‘período relativamente curto’, mas sua aplicação expressa o seguimento conclusivo de Neves] de onde a ruptura simplesmente desaparece do campo de visão sendo remetida a um longínquo momento no qual as condições estejam maduras (o que é explicitamente afirmado, da parte de Caio Prado, que só ocorrerá quando a nação brasileira estiver completa e, portanto, seu capitalismo tiver superado suas insuficiências, constituído um forte mercado interno etc., momento em que o Estado poderá ser orientado para a regulação da economia em direção ao socialismo – cf.

revolucionária ao sabor da conjuntura, discutindo apenas a qualidade das reformas possíveis para cada momento, isto é, encontrando a devida ‘satisfação das carências’ – de cada conjuntura – na transformação pontual das instâncias políticas, econômicas e sociais, Caio Prado Jr. termina por encerrar a atividade revolucionária em um pragmatismo. Na perspectiva de fugir aos esquemas, abole em análise a necessidade de uma estruturação estratégica; chega mesmo a dizer, que sequer seria necessário um programa socialista¹¹², uma vez que é a iminência de alguns momentos conjunturais que impõe a necessidade desta ou daquela pauta, desta forma, sua postura crítica, acaba por reduzir à ação concreta dos revolucionários à *arte do possível*¹¹³. Exatamente pelo fato de que para “um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira”, onde qualquer manifestação de enfrentamento entre capital e trabalho já significa um pequeno avanço ao socialismo, mesmo que os sujeitos envolvidos não possuam consciência disto, não há razão para temer uma política de alianças com forças adversas ao socialismo, visto que também estas alianças serão definidas pela qualidade da reforma possível em cada momento¹¹⁴. Este é o primeiro atributo pela qual a resposta de Caio Prado dispensa a luta pelo socialismo na imediaticidade, uma vez que a luta pelo socialismo, é, em sua visão, o conjunto de lutas por reformas.

Entendido o modo como Caio Prado pretende responder às limitações da

PRADO JR., [1966] 1987, caps. 01 a 05 e IASI, 2011)” (NEVES, 2019 p. 442).

112 “Isso, contudo, representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado. E podemos mesmo acrescentar, também sem programa predeterminado. Ela não interfere assim diretamente ou não deve interferir na análise e interpretação dos fatos correntes, e muito menos na solução a ser dada aos problemas pendentes ou na determinação da linha política a ser seguida na emergência de situações imediatas. Noutras palavras, a previsão marxista do socialismo não implica necessariamente a inclusão dela, em todos os lugares e a todos os momentos, na ordem do dia. Para um marxista, exemplificando, a mais simples greve ou desentendimento entre empregados e empregadores, capitalistas e trabalhadores, representa um passo para o socialismo, por mínimo que seja, e estejam os participantes da disputa conscientes disso ou não — e em regra não o estão. Isso não significa, todavia, que as reformas socialistas, ou quaisquer referências ao socialismo, se proponham no caso” (PRADO, JR. [1966], 2014 p. 11).

113 A expressão é retirada de Rosa Luxemburgo, num debate que se assemelha a este: “Precisamente porque nós não concedemos nem um centímetro de nossa posição [socialista], nós forçamos o governo e os partidos burgueses a nos conceder os poucos sucessos imediatos que podem ser ganhos. Mas se nós começamos a perseguir o que é ‘possível’ de acordo com os princípios do oportunismo, [ou a reboque da conjuntura] sem nos preocupar com nossos próprios princípios [a qualidade da revolução], e por meios de troca como fazem os estadistas, então nós iremos logo nos encontrar na mesma situação que o caçador que não só falhou em matar o veado, mas também perdeu sua arma no processo” (LUXEMBURGO, 1898).

114 “São essas circunstâncias, aliás, essa posição e perspectiva dos comunistas inspirados no verdadeiro marxismo, que fazem possível a união de suas forças com as de outras correntes políticas que podem não aceitar o socialismo e lhe serem mesmo adversas, mas que com eles coincidem nos objetivos que no momento se propõem” (PRADO JR. [1966] 2014 p. 12).

Estratégia Democrática-Nacional, inscreve-se a pergunta: quais são as reformas que a conjuntura abriu como possibilidade neste período histórico? Quais são as aspirações das grandes massas? Quais são as necessidades mais gerais e profundas da transição de períodos históricos na formação social brasileira?

Em uma palavra, para nosso autor, tratava-se da *superação do legado colonial*. Mas o que seria para Caio Prado o legado colonial, e, quais os caminhos para sua superação?

Grosso modo o legado colonial é a expressão da permanência de ‘vícios orgânicos’, identificado como a continuidade de uma tendência da estrutura econômica continuamente se reproduzir voltada para o exterior o que resulta, dentre outras coisas, na constrição de um mercado interno, ou a constituição de um mercado fundamentalmente voltado para os bens suntuosos; na miséria das massas em virtude de um rebaixamento de suas condições de vida resultante dos baixos salários; numa formação nacional heterônoma onde seu desenvolvimento voltado para fora autoriza os monopólios lucrarem sem a necessária conversão destes investimentos em algum benefício para a classe trabalhadora. Em uma palavra, o legado colonial expressa o movimento de um desenvolvimento capitalista não autônomo, que imbrica a realização das necessidades mais básicas do conjunto das massas no Brasil. Em suma, no caso brasileiro o legado colonial se manifesta através da ausência de integração econômica das atividades produtivas internas, na falta de interação entre produção e consumo interno, produzindo uma formação nacional que está estigmatizada - pela sua herança – à submeter a nação ao pauperismo. Em suas palavras:

Assim sendo, a herança colonial brasileira ainda faz sentir, no essencial, todos ou pelo menos os seus principais efeitos. Constituímos ainda, numa perspectiva ampla e geral em que desaparecem as situações excepcionais relativamente escassas, um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população. Donde a insuficiência de estímulos próprios para aquelas atividades. E como consequência desse estado de coisas num mundo como o atual, em que o fornecimento de produtos primários se torna comercialmente cada vez menos significativo (salvo raras exceções, como a do petróleo, mas em que não nos enquadrámos), vai a economia brasileira incidir no círculo vicioso a que já nos referimos: os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população brasileira não dão margem para atividades produtivas em proporções suficientes para absorverem a força de trabalho disponível, e assegurarem com isso ocupação e recursos adequados àquela população. Donde um mercado consumidor restrito... e o retorno ao ponto de partida de

nosso “círculo”. Em suma, não temos produção porque não temos consumo, e não temos consumo porque não dispomos de um nível adequado de atividades produtivas (PRADO JR. [1966], 2014 p. 109).

A resposta dada por Caio Prado à este problema, é premida por um dilema. Para nosso autor o legado colonial desautoriza a possibilidade socialista visto que para tanto faltaria à classe trabalhadora as condições para emplacar esse projeto histórico; o legado colonial pelo seu movimento de pauperização das massas, submetendo-as às piores condições de reprodução, retira-as a possibilidade de autonomia histórica. Dito de outra forma, a reforma possível no período histórico que Caio Prado destaca era a superação do legado colonial, contudo, a reforma não teria uma natureza imediatamente socialista, isto é, a expropriação dos meios de produção e formação de um Estado proletário, isto não era possível em virtude das contradições impostas pela própria materialidade do legado colonial, que obstaculizava esta necessidade. Isto impõe o dilema vivido por Caio Prado: nem a revolução democrático nacional (nos termos da teoria consagrada), nem a revolução socialista¹¹⁵. Ora, como Caio Prado responde à este paradoxo? Expomos de modo integral a passagem que cristaliza todo o conteúdo programático do autor.

No Brasil e nas condições atuais, a questão se propõe de forma diferente, porque falta aqui, *por efeito precisamente dos vícios orgânicos* de nossa estrutura econômica e social que apontamos acima, uma demanda suficiente em consonância com as necessidades fundamentais e gerais e capaz por isso de permanentemente incentivar uma atividade produtiva que, em ação de retorno, viesse ampliá-la ainda mais. *É isso que nos falta, e é por aí, em consequência, que se há de essencialmente atacar a reforma do sistema a fim de impulsionar o seu funcionamento no sentido de um desenvolvimento geral e sustentado.* É do aumento da demanda solvável, e sua articulação com as necessidades gerais e fundamentais do país e de sua população, que se há de partir para o incentivo às atividades produtivas que em seguida incentivarão a demanda. Não é possível, repetindo o ocorrido no desenvolvimento capitalista originário, ir em sentido contrário, isto é, da produção para o consumo e a demanda. Em suma, o sentido do processo econômico do desenvolvimento capitalista originário, tal como ele se apresentou na Europa no século passado, foi essencialmente o da produção. No Brasil, ele deve ser essencialmente o da distribuição. E assim o papel que o lucro capitalista (que provê muito bem à produção, pois dela se alimenta e com ela se mantém) desempenha no capitalismo originário não está em condições de desempenhar numa situação em que é a distribuição que sobreleva. E a iniciativa privada, que tem no lucro e somente nele a sua razão de ser, não é suficiente assim para assegurar um desenvolvimento adequado.

Verifica-se por aí que as atividades econômicas devem ser, nas condições do Brasil, controladas por fatores além e acima da iniciativa privada. Essa iniciativa precisa ser orientada, suprida, constrangida mesmo e substituída

115 Ver Iasi em seu artigo *Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora* publicado em 2013, disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/4487/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/>

sempre e onde quer que isso se mostre necessário para o fim essencial de imprimir às atividades econômicas o sentido e o conteúdo convenientes à solução do problema socioeconômico brasileiro central e fundamental, a saber, a superação da situação de miserabilidade da grande massa da população do país, que deriva em última instância da natureza de nossa formação histórica.

Não se pretende com isso eliminar a iniciativa privada, e sim unicamente a livre-iniciativa privada que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população, por não lhe assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria de condições de vida. Mas em si, a iniciativa privada, uma vez devidamente orientada, constitui não somente, nas circunstâncias atuais do Brasil, um elemento necessário, mas ainda, no seu conjunto e totalidade, ela é insubstituível, e não poderia ser abolida sem danos para o funcionamento normal da economia. A eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil, por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política, e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance. Além disso, na situação de um país como o Brasil — onde há tanto ainda para realizar mesmo nos mais elementares planos, e as atividades econômicas, salvo poucas exceções, se desenrolam em cadência relativamente tão reduzida; e onde, doutro lado, os incentivos e impulsos de natureza individualista ainda se apresentam tão fortes — não há motivo para desprezar a iniciativa privada, que representa ainda, sem dúvida, um poderoso fator de propulsão das atividades econômicas perfeitamente suscetível de se enquadrar no novo sistema econômico proposto, sem introduzir nele perturbações excessivas. Excluído o caso da iniciativa e intervenção dos empreendimentos internacionais, isto é, cujos centros propulsores e diretores se encontram no exterior — pois esses são por natureza inassimiláveis dentro da economia nacional, e sua eliminação constitui um primeiro e preliminar passo indispensável de qualquer programa de renovação da nossa economia —, é perfeitamente possível e acreditamos mesmo indispensável para o funcionamento regular da vida econômica brasileira assegurar nela a participação da iniciativa privada. É preciso não esquecer que a situação da economia brasileira, a pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, frequentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada que da falta dessa iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação. (PRADO JR. [1966], 2014 p. 113 – grifo nosso)

Esta longa passagem sintetiza de maneira perfeita o encadeamento propositivo/programático de Caio Prado. Há, como vimos, um conjunto de vícios orgânicos, expressão do legado colonial que resulta de nossa origem formativa. Estes vícios são marcados por um descolamento do desenvolvimento com o progresso social, ou seja, há no Brasil relações sociais de produção genuinamente capitalistas, porém estas não são capazes de converter a vida das massas laboriosas em um padrão que não seja miserável, e isto, para Caio Prado, podemos ler como expressão de uma deformidade, visto que não se iguala à outras formações sociais – europeias por exemplo¹¹⁶. Em função destas deformidades, as

116 Há aqui uma nítida esperança civilizatória no capital resultante de uma tomada de suas

estruturas institucionais, econômicas e culturais não estão em condições de autorizar uma ‘reforma’ de natureza socialista. Pois, neste sentido, a atividade possível – e desejável – neste momento significa varrer de sua contemporaneidade os vestígios coloniais, as reminiscências do passado, as teimosas tendências de uma nação inorgânica e desagregada¹¹⁷. Programaticamente, uma força ‘acima da iniciativa privada’ deve controlá-la, esforçar-se por dirimir sua dimensão mais visceral, e harmonizar os interesses do setor industrial privado aos interesses de toda nação, visto que muitas vezes, as massas miseráveis sofrem mais da falta de capitalismo que pela sua completude – caso sobretudo dos trabalhadores rurais que ainda estão submetidos à formas de pagamento mais ou menos complexas e mistas -; assim, a ‘força acima’ - leia-se: o Estado – deve submeter a *livre* iniciativa privada à uma *condicionada* iniciativa privada. Não se deve deixar enganar por volúpias esquerdizantes, a socialização da produção seria em seu tempo um fator desestruturador da economia nacional; deve-se mesmo contar com o importante papel que a indústria privada pode cumprir no acelerar das condições indispensáveis para a superação do status colonial. Entretanto, não se deve ainda equivocarse, nem todo o setor industrial privado tem um papel a cumprir neste caminho, apenas os setores nacionais, visto que a sanha dos empreendimentos estrangeiros é incompatível com os interesses nacionais. Esta seria a transformação possível que – como todo marxista deveria saber – é parte do processo de pavimentação ao socialismo. Caio Prado reinterpreta neste caminho a teoria das *etapas* por ele tão duramente criticada, onde faz-se necessário superar o legado colonial, como mediação indispensável para garantir, quiçá, as condições para em uma outra época de reformas que, estas sim, possam possuir um caráter socialista. E mais que isto, em seu esquema interpretativo, supõe uma não integração orgânica

características universais como se fossem particulares do caminho de desenvolvimento da formação social brasileira. Voltaremos a este tema em nossas considerações finais, visto que o julgamos enquanto um dos principais embaraços interpretativos que incidiram nos caminhos da luta proletária no Brasil.

117 “É isso esquematicamente o essencial da história brasileira, ou melhor, a linha mestra de seu desenvolvimento que não podemos descrever aqui em seus pormenores, mas que se inscreve nos fatos presentes dando-lhes o sentido que comportam e oferecendo ao analista de nossa realidade a perspectiva em que se há de colocar a fim de os compreender, interpretar e visualizar na sua dinâmica e projeção futura. Destaquemos, contudo, as grandes etapas decisivas da revolução brasileira em que se marca mais nitidamente o rumo dessa evolução e, portanto, o significado e conteúdo dialético dos fatos presentes em que a mesma evolução foi dar. Compreender-se-á então melhor o processo geral que vai do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã, e que se trata hoje de levar a cabo. Tarefa essa que constitui precisamente a essência da revolução brasileira” (PRADO JR. [1966], 2014, p. 57)

entre uma burguesia brasileira e os setores estrangeiros, como se o golpe de 1964 – como pudemos estudar na seção anterior – não fosse a própria confirmação da associação subordinada da primeira à segunda. Opor em seu programa a possibilidade de direção da livre iniciativa privada nacional contra a impossibilidade de qualquer movimento que compreenda a burguesia estrangeira, reapresenta – agora em outros termos – a mesma dicotomia defendida pela teoria consagrada (setores burgueses progressistas e entreguistas). Mesmo que isto, neste momento, não signifique uma crença tautológica no desenvolvimento (desenvolvimento pelo desenvolvimento), trata-se de induzir, ‘orientar’, ‘constranger’, ‘suprimir’ (quando necessário) a iniciativa privada em função da necessidade deste mesmo desenvolvimento, que ele em sua dinâmica livre é incapaz de realizar em virtude de seus ‘vícios orgânicos’. O passo para isto é, naturalmente, a construção de um bloco popular que conforme nos lembra Iasi em sua avaliação a respeito da obra de Caio Prado, deveria realizar-se “através de uma correlação de forças [favorável às forças populares] [...] lhes permita chegar e controlar o Estado” (IASI, 2013) na direção apontada.

É aqui que a brochura de Caio Prado encerra, não contendo maiores formulações sobre a própria natureza do Estado, e não discorrendo com maiores mediações. Sabe-se apenas, como vimos, que parte da política de alianças deve sim ser decidida ao sabor das necessidades conjunturais, não havendo necessidade de os marxistas temerem unir-se com forças estranhas e adversas ao socialismo. Passadas algumas experiências, sabemos hoje quais são os movimentos necessários para um bloco popular lograr alcançar/disputar o Estado burguês e, isto implica, necessariamente um processo de transformismo. Veremos mais detidamente este movimento ao tratar particularmente da Estratégia Democrático Popular em seu movimento, que acreditamos põe em marcha parte do programa agora apresentado.

Longe de encerrar todas as arestas presentes na obra de Caio Prado, procuramos demonstrar aqui apenas como o movimento de crítica às Estratégia Democrático Nacional inaugurada pela sua derrota vai se conformando em novas sínteses que em parte desmontam seu núcleo duro, em parte o reapresenta. Isto é, da crítica à Estratégia Democrático Nacional e suas propostas de superação, vai se gestando a conformação de uma nova visão de mundo – neste período ainda conflituosa – que tende a se cristalizar numa nova síntese estratégica.

Isto posto, a discussão sobre a primeira fase do entre-ciclos pede ainda a ilustração de outros debates que vinham se gestando neste período, e que a posteriori, consolidaram-se como uma matriz analítica indispensável e decisiva na nova caracterização da formação social brasileira, e latino-americana. Trata-se agora, de uma discussão pontual sobre os contornos gerais que permearam as *controvérsias da dependência* e sua manifestação programática no programa da *Programa Socialista para o Brasil*, da POLOP.

3.1.c A Teoria Marxista da Dependência: a atualidade da Revolução Socialista e o Programa Socialista para o Brasil

No interior do contexto histórico que estamos caracterizando como um entre-ciclos, onde se conviveu tensionada a reinscrição dos pressupostos interpretativos da EDN e a irrupção de novas formulações sobre a realidade social, abriu-se espaço para o florescer de toda uma nova tradição do pensamento crítico na esquerda brasileira (e latino-americana). Em meio a falência da EDN, como parte dessa conjuntura mais ampla, abriu-se uma profunda controvérsia sobre a *dependência*¹¹⁸.

118 Há de se considerar que quando pontuamos o nascimento das controvérsias da dependência, não devemos olvidar que esta tradição do pensamento social latino americano, a despeito de sua originalidade, possui influência – e por influência não dizemos identidade ou mimetismo – direta das contribuições que os revolucionários trotskistas vinham, desde os anos 1930, discorrendo. A título de exemplo, como veremos, uma das categorias correntemente mobilizada no interior destas controvérsias é a do desenvolvimento desigual e combinado, que como vimos, fazendo ou não remissão a Trotski, dele se aproxima. Tomo a liberdade de expor a provocação de Victor Neves em sua arguição de qualificação sobre este trabalho, quando nos convidou a uma reflexão sobre este aspecto: “Este é um debate que eu gostaria de colocar aqui, não apenas com Raul, mas com Fernando e Rodrigo. Para a reflexão: que papel cumpre, em nossa reconstituição histórica, trazer à baila os camaradas da TMD, com sua importante reflexão, mantendo o silenciamento sobre o lugar do trotskismo brasileiro em todo esse debate? Ele incidiu de modo nada desimportante na formação da própria POLOP, colocou temas, problemas e categorias na órbita da reflexão, teve papel central na formação marxista de intelectuais do porte de grande envergadura que formularam interpretações originais do Brasil. Pode haver aqui uma equivocada repetição de uma característica de nosso passado, e que seria bom deixarmos perecer com ele: o entendimento implícito de que o PC é a única organização digna de portar a bandeira do comunismo, e que uma crítica coerente a ele só pode nascer quando ele já não cumpre mais esse papel. O trotskismo existiu junto com os PCs, e adiantou diversas das críticas que fazemos hoje em dia e buscamos incorporar – desde os anos 1930”. Fico especialmente grato por esta advertência dada por Victor Neves, pois ela orienta este trabalho numa direção de pesquisa que se despe de seus preconceitos e busca captar o real em sua dimensão concreta, não a partir da imagem que temos dele. Seguindo suas indicações de estudos, buscamos em Felipe Demier parte daquilo que sustenta sua – correta – provocação: “[...]Não é difícil notarmos uma certa semelhança entre as críticas de Trotsky e Prado Jr. aos modelos analíticos que pressupõem a repetição das etapas históricas em toda e qualquer formação econômico-social. Iguamente, a descrença em um papel ‘revolucionário’ das chamadas ‘burguesias nacionais’ é partilhada por ambos. Podemos dizer que, de certa maneira, o historiador brasileiro, ainda que sem fazer uso explícito da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, confirmou empiricamente em

Para fins de precisão analítica, é necessário que se faça uma primeira consideração. Preferimos adotar a noção de *controvérsia da dependência* ao invés do postulado genérico *teoria da dependência*. Isto por uma razão simples, não há uma única interpretação desta definição à formação social brasileira e latino-americana como um todo. Parece-nos importante esta mediação inicial tendo em vista que essa forma – por nós negada – de colocar este marco interpretativo (categoria dependência) tende(u) a silenciar toda uma rica contribuição que esteve presente no interior da *controvérsia* da dependência.

Particularmente no Brasil, ao remeter-se à esta definição, “teoria da dependência” genericamente apresentada, comumente o imaginário político era levado à consideração de apenas uma de suas manifestações, que consagrou-se através da *história de um não debate*, dando exclusividade, ou pelo menos o centro das atenções, às produções intelectuais de Fernando Henrique Cardoso, caracterizando o que Fernando Prado chamou de “pensamento único sobre a dependência”¹¹⁹. Felizmente o trabalho de gerações de intelectuais nos últimos anos foi capaz de dar vida à esta rica gama de debates em torno da categoria dependência¹²⁰, que nós pretendemos descrevê-la em seus contornos gerais.

suas pesquisas sobre o Brasil a validade de uma teoria que o revolucionário russo propusera em suas reflexões sobre a historicidade de outros países *atrasados*. Caberia, então, a outro brilhante intelectual acadêmico inaugurar as pesquisas científicas referentes à realidade brasileira *nitidamente* estruturadas pela *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Florestan Fernandes foi o fundador de uma sociologia científica no Brasil e principal combatente do dogmatismo estalinista nas ciências sociais do país” (DEMIER, 2012 p. 238). E ainda: “Tanto no que diz respeito ao reconhecimento de uma natureza própria ao capitalismo da periferia quanto no que concerne à compreensão dos vínculos existentes entre as burguesias nativas e imperialismo, não é muito difícil percebermos uma clara proximidade entre o pensamento trotskista e o *dependentista*. Destarte, não foi por acaso que Gorender afirmou serem as ideias de Trotsky uma das matrizes do pensamento *dependentista*, e que Guido Mantega apontou as teses do revolucionário russo e da IV Internacional como raízes teóricas e políticas importantes de um determinado grupo de interpretes da história econômica brasileira formado (justamente) por Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini [...] O sociólogo Francisco (Chico) de Oliveira é outro importante intelectual brasileiro que se utilizou abertamente da noção de *desenvolvimento desigual e combinado* para críticas de forma contundente o que chamou de ‘lógica dualista’ e apreensão da formação sócio-econômica brasileira” (DEMIER, 2012 p. 246).

119 Para um estudo detalhado do caminho de silenciamento dos diferentes matizes desta tradição de pensamento, ver *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*, artigo publicado por Fernando Correa Prado na revista Comunicação & Política, v.29, nº2, p. 68-94.

120 Conforme descrito por Roberta Traspadini em 2013: “Uma nova geração tem se desafiado a reinterpretar a situação do Brasil e da América Latina, com base na TMD [Teoria Marxista da Dependência]. Bianca Imbiriba (UFF), Carla Ferreira (UFRG), Carlos Eduardo Marins (UFRJ), Fernando Prado (UFRJ), Hugo Correa (UFF), Marcelo Carcanholo (UFF), Marina Gouvea (UNILA), Marisa Amaral (UFU), Mathias Luce (UFRG), Niemeyer Filho (UFU), Nildo Ouriques (UFSC), Nilson Araújo (UNILA), Pedro Evangelista Duarte (UFC), Rodrigo Castelo (UNIRIO) entre outros, são alguns intelectuais/militantes que têm contribuído, tanto no debate acadêmico quanto na projeção político-partidária, sobre os limites do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, latino-americano e

Contudo, daremos particular atenção aos pilares daquilo que posteriormente ficou conhecido como a *Teoria Marxista da Dependência*, cujos principais protagonistas foram Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Entendemos que uma determinação elementar para a gênese da controvérsia da dependência é a crise do movimento operário e o esgotamento de sua visão de mundo, que vem acompanhada da própria crise do padrão de acumulação que se estendia desde os anos 1930. Desde o início dos anos 1960 – mesmo antes do corolário da derrota – uma nova geração intelectual já inicia um processo de críticas aos fundamentos da Estratégia Democrático-Nacional. Desta forma este novo movimento de ideias floresce intimamente ligado ao engajamento político, e não redundando em um diletantismo acadêmico, ou seja, as produções que são inauguradas tem por perspectiva informar caminhos políticos e organizativos para a superação do subdesenvolvimento o que não significa dizer, para nada, que o espaço acadêmico não tenha sido palco de inúmeros debates e berço do amadurecimento teórico destas proposições.

Soma-se ainda, como contributo à crise dos fundamentos da EDN, o triunfo da Revolução Cubana em 1959, que termina por esgarçar na prática as teses que concluíam pela impossibilidade do trânsito socialista no Brasil. A pequena ilha havia demonstrado que o socialismo não era uma possibilidade longínqua, sua atualidade pesava imensamente nas entranhas da história, evidência que as burguesias latino-americanas associadas às burguesias estrangeiras souberam muito bem captar e antecipar-se aos comunistas deste período.

Claro está que junto à falência da EDN, premida pela atualidade do socialismo demonstrada pela ilha insurreta, caía por terra, igualmente, todo o conjunto de explicações partilhadas pela CEPAL e, guardando pontos de contato, as teses sobre o desenvolvimento forjadas no interior do ISEB. Vimos que a CEPAL/ISEB mesmo sendo aparelhos de produção intelectual cujo pertencimento de classe fosse burguês, houve um processo de simbiose com os comunistas do PCB, ou mais precisamente, os comunistas do PCB adotaram como suas as formulações desenvolvimentistas produzidas nos referidos aparelhos¹²¹. Em seção

mundial e as possibilidades de superação rumo ao projeto socialista-comunista” (TRASPADINI, 2013). Foi através do trabalho militante destes intelectuais que a controvérsia da dependência constituiu-se enquanto marco obrigatório àqueles que buscam a compreensão mais detida da particularidade latino-americana.

121 “[...] Los PC’s – en su gran mayoría – tomaban prestado de la Cepal sus formulaciones

anterior estudamos as razões que motivaram este processo. Pode-se dizer que o amálgama originário das controvérsias da dependência dá-se pelo esgotamento da estratégia preponderante da classe trabalhadora, somada à crise do desenvolvimentismo e acossada pela radicalidade que a Revolução Cubana impôs a toda luta de classes na América Latina. No interior deste cenário uma gama de novos/as intelectuais passam a dedicar seus esforços a guisa de superação da filosofia preponderante em seu tempo.

Para tanto esta nova geração buscará rever todas as verdades consagradas. Reivindica-se neste momento a retomada da tradição analítica do pensamento crítico latino-americano. *Post factum*, vê-se que este novo instrumental analítico que se gesta através da TMD acaba se identificando à outras manifestações de superação da visão de mundo do ciclo anterior, a começar por José Carlos Mariátegui, destacado militante comunista peruano, que a seu tempo já indicava – não sem limitações, mas com uma incrível capacidade – as contradições dos arranjos estratégicos que se cristalizavam ao largo da década de 1920.

Al contrario de las tesis dominantes, la hipótesis central de Mariátegui es que las burguesías en América Latina, particularmente las sudamericanas, “no tienen ninguna predisposición a admitir la necesidad de luchar por la segunda independencia.” Afirmaba también que “ni la burguesía, ni la pequeña burguesía en el poder pueden hacer una política anti-imperialista”. Y para objetar casi explícitamente el programa presentado por los comunistas décadas más tarde, afirmaba que “la creación de la pequeña propiedad, la expropiación de los latifundios, la liquidación de los privilegios feudales, no son contrarios a los intereses del imperialismo, de un modo inmediato... esse movimiento de liquidación de la feudalidad, coincide con las exigencias del crecimiento capitalista, promovido por las inversiones y los técnicos del imperialismo” (OURIQUES, 1995 p. 29).

Já vimos que o marxista peruano – Mariátegui - não era o único a contrapor-se às teses oficiais, também o equatoriano Ricardo Paredes – no interior das instâncias da IC – já apontava as limitações daquele plano estratégico¹²²; contudo,

generales en función de que no habían todavía desarrollado una alternativa teórica para su propuesta de reformas al capitalismo, particularmente en el plan económico, con lo que los planteamientos de la Cepal le servían perfectamente” (OURIQUES, 1995 p. 28).

122 Mathias Luce ao tratar dos caminhos de amadurecimento da categoria dependência destaca o papel de Ricardo Paredes: “Entre o arguto enunciado de Lenin e o surgimento da TMD meio século depois, a discussão sobre a dependência percorreu um itinerário com distintas rotas e diversos matizes. Um momento digno de nota foi um acontecimento de finais do anos 1920. Em 1926, Ricardo Paredes, médico e cientista social dirigente do Partido Socialista Equatoriano polemizava no VI Congresso da IC contra a insistência da organização em seguir utilizando em seus documentos oficiais a classificação que definia os países da América Latina como coloniais e semicoloniais. Eram tempos de auge do monolitismo stalinista na III Internacional. Em conduta teórica e política marcada

Paredes não contou com a mesma projeção que Mariátegui – as razões da invisibilização de Paredes é caso ainda a ser estudado. Importante destacar que tanto Paredes, quanto Mariátegui utiliza para superação da caracterização ‘subdesenvolvimento’ a categoria dependência. Nota-se ainda, como em Mariátegui já está presente uma tese que possui identidade com os elementos destacados, mais tarde, por Caio Prado Jr., que como vimos discorrendo sobre bandeira da reforma agrária, avalia que em si, esta não necessariamente é uma bandeira de corte revolucionário.

Vânia Bambirra, ao descrever o processo de nascimento da controvérsia da dependência, reconhece que foi recolhido inúmeros acúmulos pretéritos¹²³. Para além do pensamento crítico latino-americano, que buscava-se assimilar – seja sua postura crítica frente ao dogmatismo, que deve ser sumamente valorizado; seja os importantes contributos à interpretação da realidade latino-americana – evidentemente, buscou-se assimilar toda a tradição do pensamento marxista (Marx/Engels, Lênin, Bukhárin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Mao Tsé Tung, Baran, etc.) mas sem adotá-los mecanicamente, visto que para Bambirra e os demais pensadores de seu tempo, “comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa, no sólo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su reformulación” (DOS SANTOS *apud* BAMBIRRA, 1978, p. 47). Há neste caminho um movimento que como vemos é determinado pelas próprias exigências da luta de classes nesta viragem de época histórica. Será a dinâmica da própria luta de classes que – contraditoriamente – acaba por potencializar uma das vertentes da controvérsia da dependência. Que isto quer dizer? Que impulsionado pelo exílio toda esta geração de intelectuais encontram no Chile um ponto - temporário - de escape à brutalidade repressiva que

por um profundo antidogmatismo e coerência com os princípios dialéticos, Paredes não se conformava com o abandono dos ensinamentos de Lenin de que o método marxista, antes de qualquer coisa, fundamenta-se na análise concreta da situação concreta. E vaticinava em seu informe à IC que erros de análise levariam a erros políticos, defendendo, em lugar da caracterização de colônias e semicolônias, o uso do termo países dependentes para certos casos. Mesmo que os escritos de Paredes não tenham passado pelas mãos dos fundadores da TMD e influenciado-os diretamente, fato é que constituem um aporte de marca indelével, partilhando algumas das preocupações que levariam à gênese do conceito de dependência no âmbito do marxismo, pelos autores da TMD décadas depois” (LUCE, 2018, p.207).

123 “[...] Sería absurdo y grotesco negar que los teóricos de los partidos comunistas como un R. Arismendi, o historiadores que buscan aplicar el materialismo histórico como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Sergio Bagú, entre otros; o desarrollistas como Prebisch y Aníbal Pinto, o un autor como Celso Furtado, no han aportado nada al conocimiento de la realidad latinoamericana.” (BAMBIRRA, 1978 p. 30)

se acirra no Brasil após 1968 com o AI-5, mas em mesmo compasso na América Latina como um todo. É o que se verifica no descritor de Vânia Bambirra:

No fue pues aleatorio que los primeros intentos de elaboración de las tesis sobre la dependencia hayan surgido en Brasil, en los primeros años de la década de los sesenta, por parte de intelectuales y militantes de la llamada izquierda revolucionaria. En Brasil, la ideología nacionalista había adquirido un gran auge desde la formación, durante el gobierno Kubitschek, del Instituto Superior de Estudios Brasileños. En varios ambientes universitarios, en sectores de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Minas Gerais y en el departamento de Ciencias Humanas y Filosofía y de Economía de la Universidad de Sao Paulo, se empezaron a cuestionar las tesis del ISEB y a esbozar las de la dependencia¹²⁴. De la misma manera, en la agrupación de izquierda denominada Política Obrera [POLOP] se trató de desarrollar estas tesis en la búsqueda de una fundamentación más sólida para contrarrestar los argumentos que defendían la alianza de clases que preconizaba el Partido Comunista y que había sido llevada a la práctica en el gobierno de Goulart. Pero fue sólo en Chile en donde estas tesis pudieron ser sistematizadas y elaboradas de manera más definitiva, pues ahí se daban las condiciones óptimas para que esta corriente de pensamiento se desarrollara. Las razones que explican este hecho son varias: *hacia Chile convergieron, a partir de mediados de los años sesenta, militantes e intelectuales revolucionarios de diversos países donde el movimiento revolucionario había sufrido una derrota momentánea o en donde éste acumulaba fuerzas para una nueva ofensiva. Chile se transformó, en aquella época, en uno de los más importantes centros de la resistencia latinoamericana en contra de las dictaduras.* La burguesía chilena podía entonces darse el lujo de permitir que desde su territorio se abominara a los regímenes represivos. *Hacia Chile llegaba además la literatura portavoz de las resistencias de los pueblos del continente que reflejaba los reveses, las esperanzas, pero sobre todo la experiencia de luchas que se iba acumulando.* [...] Había pues una amplia apertura y el estímulo para el desarrollo de la ciencia social revolucionaria (BAMBIRRA, 1978 p. 21 – grifo nosso).

Vânia, ao apontar que o Chile reunia as condições ideais para o desenvolvimento destas novas formulações ainda destaca alguns outros atributos que favoreceram o desenvolvimento destes debates. O primeiro é o fato de que a sede da Cepal e do Ilpes (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social) localizava-se também no Chile e, nestes organismos pôde-se trabalhar com

124 Inclui-se neste florescente movimento crítico às inúmeras discussões que foram promovidas ao redor do “mesão” do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), e no interior da Escola de Campinas. Nomes de peso nas ciências sociais brasileiras povoaram estes espaços, como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Eduardo Suplicy, Carlos Bresser Pereira, João Manuel Cardoso de Melo, José de Souza Martins, Maria da Conceição Tavares, etc. A título de referência, uma destacada obra – que inclusive apoiamo-nos nela neste trabalho – foi discutida no interior do “mesão” do Cebrap, a saber: a *Crítica à razão dualista* de Francisco de Oliveira. Não teremos condições neste trabalho de adentrar a diversidade analítica que se discutiu no interior destas escolas, contudo, registre-se que estas contribuíram cientificamente para a superação dos pressupostos filosóficos que alicerçaram a EDN e naturalmente, informou a EDP. Para um estudo mais detido sobre o tema, o leitor pode buscar o artigo de Rodrigo Castelo: *O mesão, a escola e o partido: em busca das origens da estratégia democrático-popular*, publicado em 2019.

recursos e uma margem oportuna de liberdade de pensamento (obstruída no interior dos PC's pela reapresentação estratégica – como pudemos acompanhar nos relatos de Caio Prado Jr., além é claro, do clima de terror fascistizante inaugurado pela ditadura militar no Brasil, que se espalhou para outras nações do continente, onde a mordaza era a regra), nestes organismos trabalharam alguns que já vinham desenvolvendo pesquisas no sentido de uma caracterização sobre a dependência; Bambilra elenca alguns intelectuais que trabalharam nestes organismos: “Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Quijano, Edelberto Torres, Francisco Weffort, Tomás Amadeo Vasconi y otros” (BAMBILRA, 1977). Além disso, Theotônio dos Santos desde a Faculdade de Economia da Universidade do Chile garantia a possibilidade de amplas discussões em torno da relação entre dependência e imperialismo. Foi no interior desta faculdade que se arquitetou o importante Centro de Estudos Sócio Econômicos (CESO)¹²⁵. Por fim, dos elementos que constituem as determinações do período histórico que terminam por contribuir para a saúde deste movimento de ideias que vai se consolidando, destaca-se o fato de que o Chile neste período dispunha de um movimento operário pulsante, organizado em torno da Unidad Popular, em vias de consolidação de sua estratégia através da amplamente conhecida *via chilena al socialismo*. A grande parte destes intelectuais participaram ativamente deste projeto de transição.

Assim, nesta primeira caracterização, pode-se dizer que a controvérsia da dependência possui alguns eixos geográficos – como proposto por Ouriques -, tendo sua gênese no Brasil, em virtude dos acontecimentos conjunturais marcados pelo esgotamento do desenvolvimentismo e a falência da alternativa proposta pelos comunistas do PCB. Aqui, iniciam-se os debates sobre a dependência em diferentes âmbitos: universitários e, com especial destaque, na POLOP, sendo este, portanto, o 1º eixo geográfico. Ameaçados pela barbárie ditatorial, muitos se exilam no Chile, onde a controvérsia da dependência ganha musculatura. Insuflada pela concentração das diferentes experiências do movimento revolucionário latino-

125 “En el CESO (vinculado a la Facultad de Economía de la Universidad de Chile) estaban muchos de los intelectuales que participarían de forma activa en el debate posterior: R. M. Marini, Theotônio dos Santos, quien fue director de la institución, Vania Bambilra, Tomás Vasconi, André Gunder Frank, Marta Harnacker, Julio López, José Carlos Valenzuela Feijó, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio Garcia, Álvaro Briones, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Marcelo Garcia y Jaime Osorio. Además, el CESO contaba con la presencia de investigadores temporarios como Régis Debray, los cubanos Germán Sánchez y José Bell Lara, y el mexicano Luis Hernández Palacios” (OURIQUES, 1995 p. 92).

americano, colhe-se os frutos que permitem à esta geração intelectual novos apontamentos sobre a realidade social dependente em seus contornos particulares, o Chile é desta forma o 2º eixo geográfico. Por fim, após a derrota da Unidad Popular em 1973 muitos encontrarão as condições de exílio no México, onde seguirão maturando seus trabalhos.

Ora, dissemos que há um gradiente diverso na caracterização do ser da dependência. Evidentemente, não reunimos condições para discorrer sobre a totalidade das suas manifestações. A fim de apresentar apenas os pontos de contato elementares das diferentes posturas assumidas frente a categoria dependência, elencamos a sistematização proposta por Ouriques, para imediatamente, dedicarmos atenção à vertente que de fato nos interessa neste momento, a *teoria marxista da dependência*.

Hay algunos elementos básicos de los cuales parten los estudios aquí analizados y que representan la base consensual de varios autores que mencionaremos:

a) el subdesarrollo no es una fase del proceso de desarrollo capitalista, sino un producto necesario de la expansión mundial del capitalismo mercantil europeo del siglo XVI;

b) se establece, así, un principio básico en todos los autores aquí tratados: *"la historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial"*. Aquí hay que reconocer la importante contribución de A. Gunder Frank y su famosa fórmula *"desarrollo del subdesarrollo"* que Marini clasificaría de "impecable"

c) *se establece que el nuevo concepto de dependencia implica relaciones de dominación entre países y, dentro de éstos, entre clases sociales*; es un intento por establecer de forma correcta las relaciones entre lo "interno" y lo "externo" de las sociedades latinoamericanas y *romper con la concepción de la Cepal de "dependencia externa"*¹²⁶; d) se busca mayor precisión conceptual para la dependencia - mayor rigor analítico - y un compromiso

126 Sobre este aspecto há um momento importante de superação da caracterização dos PC's que encontram em sua teoria do imperialismo o ponto de contato com as definições cepalinas de 'dependência externa'. Mauro Iasi nos adverte sobre este aspecto, informando que a teoria do imperialismo compartilhada pelos comunistas – não apenas do Brasil – incorria em caracterizações de natureza kautskista onde o imperialismo aparecia como expressão de uma política externa das nações e não como o modo pelo qual o sistema mundial capitalista em sua totalidade se ordena, que implica, dentre outras coisas, relações de dependência. Acompanhemos rapidamente sua exposição: "[...] Seguindo o raciocínio kautskiano a formulação da "etapa de democrático burguesa" faz sentido. O interesse do imperialismo, que aqui se transforma em uma "tendência", em uma opção política, é de anexar áreas agrárias em busca de suas matérias-primas e de mercado para seus produtos. Nesse ponto coincide com os interesses dos setores oligárquicos ligados à produção de produtos primários e daí a aliança sugerida que garantiria o poder oligárquico, mas impediria o desenvolvimento de relações propriamente capitalistas nestas formações sociais e, assim, ferindo os interesses de uma burguesia nacional. [...] o que nos chama atenção é que, partindo da definição de Kautsky, o imperialismo se apresenta como um fator de entrave ao desenvolvimento das relações capitalistas nas áreas em que se impõe; ao passo que compreendendo o fenômeno a partir da definição de Lênin, o imperialismo se torna um fator de generalização das relações capitalistas. Por este ângulo altera-se substancialmente o caráter da revolução. Para Kautsky trata-se da revolução nacional, para Lênin da antessala da revolução socialista" (IASI, 2013).

más claro de cambio en las estructuras de dominación, a nivel interno y a nivel externo, precisamente porque se explicitan los nexos entre los dos niveles de la dependencia;

e) derivada de esta perspectiva se establecen "tipologías" cuyo intento es describir las formas de dependencia históricamente existentes en el continente;

f) hay una preocupación más evidente en aprehender los aspectos más importantes de la evolución histórica de las sociedades em América Latina. Gana importancia en este sentido la evolución económica, social y política del período de posguerra;

g) la comprensión de las grandes transformaciones de la economía mundial, particularmente de sus centros más dinámicos, pasa a ser un componente fundamental en la explicación de la evolución y las posibilidades de desarrollo de la economía capitalista periférica (OURIQUES, 1995 p. 93 – grifo nosso).

Sendo estes os pontos mais ou menos convergentes entre aqueles que se debruçaram sobre o caráter da dependência na América Latina, quais são, em linhas gerais, a proposições particulares desta rica matriz do pensamento crítico latino-americano, encabeçada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra que fica conhecida como a *teoria marxista da dependência*?

Parte das considerações desta matriz foram assumidas pelo presente trabalho ao analisarmos o processo de integração imperialista do Brasil. De tal forma que o leitor já possui em alguma medida uma aproximação aos elementos gerais expressos pela TMD. Ao largo da caracterização, o leitor lembrará que adotamos como um dos principais interlocutores o ensaio crítico *Subdesenvolvimento e Revolução* de Ruy Mauro Marini publicado em 1969 no México. Este ensaio é a reunião de uma primeira reflexão de Marini onde já contém pontos de superação e uma crítica radical à EDN. Utilizamos também, o livro *Capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra, publicado pela primeira vez em 1972 no Chile; além da primeira grande sistematização, o livro *Socialismo ou fascismo – o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano* publicado em 1966 por Theotônio dos Santos. De modo geral, estes textos contém um esforço analítico que dialoga com as tarefas políticas concretas impostas pela conjuntura, mas são manuscritos mais profundos que um mero volante propositivo, reunindo em seu interior uma viragem na chave interpretativa do curso do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no Brasil, e, em particular na obra de Bambirra, há uma caracterização de todos as possíveis manifestações do capitalismo dependente na América Latina, onde esta brilhante intelectual caracteriza três grandes grupos que comportam

características distintas em suas manifestações dependentes¹²⁷. Parece-nos que os eixos analíticos que distinguem a teoria marxista da dependência das outras vertentes é o encadeamento de algumas caracterizações: a) *a transferência de valor*; b) *a superexploração da força de trabalho*; c) *a cisão no ciclo do capital*; d) *o subimperialismo*. Todas estas categorias aparecem em sua forma madura no livro *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini em 1973, mas seus germes já estão em *Subdesenvolvimento e Revolução* e, como demonstraremos ao final, no programa da POLOP.

Marini tem uma compreensão particular do funcionamento de todo o ciclo de reprodução do capital nas economias dependentes, onde procura analisar detidamente as características pelas quais se constitui a primeira fase da circulação, passando pelo movimento de valorização do valor na esfera produtiva e, finalmente, retornando à esfera da circulação. Para nosso autor há um comportamento comum que caracteriza o ser da dependência, pelo menos desde o momento de constituição desta enquanto economia que reúne um setor de produção voltado para o mercado interno, ou seja, não sejam economias exclusivamente dimensionada para a exportação.

No Brasil, como acompanhamos através das passagens de Bambirra, este movimento tem seus primeiros passos já na guerra contra o Paraguai, onde grande parte dos insumos foram produzidos localmente; mas de fato, a consolidação de um setor industrial voltado para o mercado interno apenas começa a se consolidar com alguma consistência a partir do momento em que se inicia a liberação da força de trabalho do jugo do senhor de escravo, sendo esta, determinada pelas exigências do capitalismo em seu centro dinamizador. Vimos ainda, que mesmo no primeiro período, onde a dinâmica econômica era protagonizada pelo setor externo

127 "[...] Por medio de una investigación empírica llega a dos tipos básicos: 1) países con comienzo de industrialización antigua (tipo A) antes de la guerra: Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguay y Colombia. 2) países cuya industrialización fue producto de la integración monopólica (tipo B). Los países "tipo B" admitirían otra subdivisión, es decir, en "países en los cuales se empezó la industrialización inmediatamente en la posguerra; países que la empezaron a fines del 50 y comienzos del 60; y, por último, países que no la han empezado hasta el presente." Estos países serían Perú, Venezuela, Ecuador, Guatemala; 3) países con estructura agrario-exportadora sin diversificación industrial (tipo C) (Haití, Paraguay). Para Vania "el estudio de las condiciones que hacen posible el desencadenamiento de un proceso de industrialización en algunos países y sus consecuentes cambios estructurales es lo que nos permitirá, en definitiva, relacionar la situación general de dependencia a los tipos específicos de estructuras dependientes, o sea, distinguir las características más significativas de cada uno de los dos grandes tipos de sociedades dependientes contemporáneas, logrando así determinar sus leyes básicas de movimiento" (OURIQUES, 1995 p. 97).

exportador, engendrou-se como necessidade para sua reprodução a constituição de um germinal setor interno, à ela complementar e ainda caudatário, que ao passo que foi se complexificando, começou a reunir um conjunto de interesses econômicos próprios e avessos – no plano dos negócios – ao setor externo. Este processo é coroado com a viragem da direção política do Estado nos anos 1930 e a partir daí é possível dizer que temos consolidado um setor econômico – embora passível de complexificação – voltado para o mercado interno. Ou seja, a caracterização de Marini sobre o ciclo do capital, pelo menos no Brasil, pode ser enquadrada a partir deste período¹²⁸.

A que Marini está chamando ciclo do capital? Ao movimento de valorização do valor empreendido na totalidade de seu curso, isto é, os diferentes momentos em que o capital metamorfoseia-se entre a esfera da circulação – em um primeiro momento – à esfera da produção, para o qual precisou converter-se em mercadorias de dois tipos - meios de produção e força de trabalho (capital constante e variável) –, nesta esfera, o capital passa pelo seu processo de valorização que resulta da exploração da força de trabalho; esta valorização se objetiva em um conjunto de novas mercadorias possuidoras de um maior valor, e que para ser realizado, precisa voltar à esfera da circulação, o que em última instância significa voltar à sua forma monetária para novamente retornar de maneira ampliada e incessante ao início do movimento de valorização do valor. Este movimento compõe assim, grosso modo, a totalidade do ciclo de produção e reprodução do capital. Para Marini, a forma como este ciclo opera nas economias dependentes possui particularidades que ele procura demonstrar¹²⁹.

Faremos aqui uma exposição esquemática, buscando seguir a fio as

128 “Inicialmente devo precisar que, ao me referir à economia dependente, tenho em vista a forma atual que esta assumiu depois que, em seu seio, se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica” (MARINI, [1979], 2012 p. 21).

129 “Finalmente, interessa-nos considerar que teremos três partes a analisar no ciclo do capital ou, para sermos mais precisos, no ciclo de reprodução e circulação do capital. A primeira corresponde à fase de circulação, que podemos chamar de C¹, na qual se estuda o capital que, sob a forma dinheiro, comparece na circulação para adquirir, no ato de compra, meios de produção e contratar força de trabalho. A segunda corresponde à da acumulação e produção, mediante a qual o capital reveste-se da forma material dos meios de produção e força de trabalho para, por meio de um processo de exploração, promover sua própria valorização, ou seja, a criação de mais-valia. A terceira é a segunda fase de circulação, C², na qual o capital, sob a forma de mercadorias que contêm o valor inicial mais a mais-valia gerada, entra no mercado para buscar sua transformação em dinheiro através do intercâmbio, da venda; o dinheiro resultante, se o ciclo se realiza normalmente, deve representar uma magnitude superior com relação ao capital dinheiro que se acumulou.” (MARINI, [1979], 2012 p.23)

colocações essenciais destacadas por Marini¹³⁰. Observando, portanto, o movimento do capital nas economias dependentes Marini apresenta os diferentes tipos de capitais que se inscrevem na primeira fase da circulação, sendo estes, basicamente de três tipos: a) capital privado interno; b) o investimento público; c) os capitais estrangeiros. Estes três atores jogarão com condições distintas no primeiro movimento que é a compra de meios de produção e força de trabalho. Marini destaca que em relação à capacidade do Estado enquanto investidor, seus recursos resultam de diferentes fontes: a tributação sobre os capitais – ou seja, a apropriação de parte da mais-valia produzida pelo capital privado -, a tributação sobre os trabalhadores e, da massa de mais-valia por ele mesmo produzido quando empreendido investimentos produtivos¹³¹.

Sobre o capital privado estrangeiro, Marini apresenta duas formas de manifestação de seus investimentos, os que são investimentos externos diretos – quando há a alocação concreta de meios de produção e compra da força de trabalho – seja este investimento completamente autônomo ou compartilhado; e os investimentos indiretos, que se manifestam através de empréstimos e financiamentos – seja ao Estado ou aos capitais privados internos. São estes dois atores os capitais mais fortes no ciclo do capital da economia dependente.

Ao iniciarem seus movimentos de compra de meios de produção e força de trabalho, imediatamente – entre os atores em questão - inicia o descompasso próprio da lógica concorrencial do capitalismo. É sabido que qualquer capitalista em seu movimento, buscará acessar estas mercadorias objetivando as melhores condições para seu processo produtivo, o que passa por acessá-las pelo menor custo possível e, em particular, a maquinaria que melhor expressa suas necessidades. Para o caso da compra da força de trabalho, num primeiro momento,

130 Neste modo de exposição perderemos sobretudo o movimento das categorias apresentadas no curso da história. Para os fins de nosso trabalho será impossível discorrê-las em detalhes. Uma análise mais detida destas categorias em seu movimento, além é claro da própria obra de Marini, está no livro *Teoria Marxista da Dependência – problemas e categorias. Uma visão histórica*. de Mathias Seibel Luce, publicado pela Expressão Popular em 2018, que ao nosso ver contribui enormemente para o programa de estudos da TMD.

131 “Como se pode ver, a importância do papel do Estado no ciclo do capital propriamente dito (e não em termos mais gerais da criação de condições para a valorização, caso em que esse papel é ainda mais amplo) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. Isso explica, de certo modo, o peso que o investimento público tem na economia dependente. No caso do Brasil, por exemplo, o Estado participa na formação do capital fixo, ou seja, instalações e maquinaria, com 60% do total anual [dados de 1969], ficando somente 40% para o capital privado” (MARINI, 2012, p.24).

salvo em situações que exigem força de trabalho muito particularizada, não disponível ou disponível, mas extremamente custosa, acessa-se a força de trabalho nacional, isto é, a classe operária nacional amplamente disponível e apta/ávida por ser empregue. Até aqui, estão todos em situação de igualdade. O diferencial que influi no triunfo do processo concorrencial resulta da compra dos meios de produção.

Em razão da particularidade do processo de constituição do capitalismo dependente ser resultante de uma industrialização 'tardia', ou posto em melhor termo, consolidada a seu tempo, exatamente no momento em que os países centrais já contavam com uma capacidade industrial que os países dependentes não havia alcançado, os meios de produção apenas parcialmente podem ser adquiridos localmente. Isto é, a terra, os materiais de construção, matérias primas e em alguma medida parte dos equipamentos podem ser acessados aqui, contudo, a outra parte – maquinários – devem ser adquiridos fora do país (MARINI, [1979] 2012).

[...] dada magnitude de capital estrangeiro entra no processo de circulação da economia dependente a fim de promover um processo de produção. Para isso, contrata força de trabalho e compra maquinaria, terreno, matérias-primas. Entretanto, parte desse capital que entrou para ser investido sai imediatamente ao ser intercambiado por meios de produção adquiridos no exterior, *particularmente máquinas e equipamentos* [...] O que caracteriza a economia dependente é a própria forma aguda que essa característica adquire e o fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital" (MARINI, [1979] 2012 p.27).

E ainda:

[...] Na verdade, a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los [...]" (MARINI, [1979] 2012 p. 28).

Resumindo esquematicamente este primeiro momento do ciclo do capital: três competidores se apresentam, os capitais privados nacionais, os investimentos públicos produtivos e os capitais estrangeiros (investimento diretos e indiretos). Todos eles são obrigados a fazerem o mesmo movimento: comprar meios de produção e força de trabalho. A questão posta é que em virtude da particularidade do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema, este movimento se

expressa de maneira desigual. Grande parte dos bens de produção necessários para iniciar o processo produtivo são acessados fora do mercado nacional – que não reúne condições para fornecê-lo, salvo a força de trabalho, as matérias-primas e parte dos equipamentos – e isto, resulta desde seu início, numa entrada e saída imediata – parcial - de capitais da esfera nacional, impondo uma legalidade de dependência às forças produtivas mais complexas disponíveis nas economias centrais. Em si, este movimento não é particular das economias dependentes, mas sim, *a forma aguda* em que isto se dá. Este primeiro movimento é condicionante de todo o ciclo do capital, isto porque incidirá de maneira decisiva na esfera produtiva, visto que neste movimento, os capitais estrangeiros – em razão de sua grandeza – dispõe de melhores condições para realizá-lo. É importante destacar que isto não configura – de nenhuma maneira – uma incompatibilidade com o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas; expressa, na verdade, seu desenvolvimento saudável¹³². O conteúdo expresso na largada concorrencial do primeiro momento da circulação, onde se obtém os meios necessários para a produção, termina por ditar as próprias condições desta.

Como afirmamos, a tendência geral é que os capitais estrangeiros encontrem melhores condições de acessar os meios de produção que melhor se adaptam – foram produzidos em função disto – aos interesses do próprio capital, a saber: aumentar a produtividade do trabalho. Isto porque o aumento da produtividade do trabalho resulta numa produção maior de mercadorias com valor unitário menor, ou seja, há mais mercadorias com menor valor, sem que isto signifique de imediato, uma redução na quantidade de trabalho empregue no próprio processo produtivo, embora, sabemos, tendencialmente é o que se desdobra. Ou seja, deriva da maior possibilidade de obtenção dos melhores meios de produção o diferencial que garante aos capitais estrangeiros a vitória na própria concorrência.

Em outros termos, a consequência incontornável deste movimento é a conformação de composições orgânicas de capital extremamente desiguais, onde os capitais estrangeiros, em virtude de sua capacidade de produzir mais mercadorias com menor valor unitário – resultante de suas melhores condições de

132 “[...] Insistimos: nesta primeira aproximação do que é a economia dependente, observamos, do ponto de vista do capital, que em sua primeira fase de circulação – da qual o processo de acumulação depende – atua um fator externo à economia dependente e que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital estrangeiro. E que, no entanto, o fato de que se incorpore a essa fase da circulação o *internaliza*, por assim dizer, o constitui em fator direto do ciclo do capital nessa economia” (MARINI, [1979], 2012 p. 26).

produção – opõe-se aos investimentos privados nacionais que operam com um ferramental incapaz de produzir mercadorias em mesmo volume e, muito menos, com mesmo valor unitário. Desta forma, os capitais estrangeiros acabam abocanhando parte da mais-valia produzida pelas próprias empresas privadas nacionais, resultando num movimento de acumulação de lucros extraordinários. Isto, em seu movimento, acaba por engendrar uma tendência de monopolização por parte das empresas estrangeiras, que gozando de condições privilegiadas conseguem vender suas mercadorias no preço médio (transferindo a si mesmo valores produzidos em outros processos de trabalho), ou mesmo abaixo do valor de mercado e ainda assim, lucrar em quantidade suficiente para a manutenção de seu ciclo (vende-se pelo valor individual encontrado em seu processo produtivo particular) – caso queria empreender uma manobra tática para aumentar a sangria das empresas médias, que ou não lograrão vender suas mercadorias ou serão obrigadas a vendê-las abaixo do valor, resultando em prejuízos e, tendencialmente, falências¹³³. Tem-se assim um processo de sangria contínua dos capitais pequenos e médios, ou os investimentos privados nacionais¹³⁴. Transfere-se regularmente o

133 “Isso significa que, a partir das condições geradas na primeira fase da circulação, a concentração do capital se acentua, por circunstâncias próprias à esfera da produção em si. As empresas que operam em condições privilegiadas e obtêm sistematicamente uma mais-valia extraordinária concentram porções cada vez maiores de mais-valia produzida e, por conseguinte, do capital que é investido na economia dependente, por meio do que adquirem uma posição de dominância indiscutível. A situação só se agravaria se elas operassem de maneira diferente: o seja, se, em lugar de estabelecer preços de mercado de acordo com o nível de seu próprio custo de produção, que é menor. Nesse caso, as empresas que operam com nível médio passariam a sofrer perdas, podendo chegar à situação de ter de vender a preços inferiores a seus custos. O resultado inevitável seria a quebra dessas empresas e, à diferença da concentração de capitais que opera mediante o mecanismo do lucro extraordinário, o que teríamos seria uma centralização brutal do capital mediante a absorção dos capitais menores pelos maiores, devido à incapacidade dos primeiros para fazer frente a concorrência. Seja como for, o que temos são processos que conduzem à monopolização precoce que se observa nas economias dependentes.” (MARINI, [1979] 2012, p.30)

134 Mathias Luce ao abordar a questão manifesta a diferença entre a transferência de valor e a obtenção de lucros extraordinários no centro imperialistas e nas economias dependente, sendo que esta, quando ocorrem nas economias centrais tendem a um nivelamento de seus lucros, enquanto a transferência de valor no ciclo de produção do capitalismo dependente não comporta esta igualdade, como se lê: “Nas seções iniciais do Livro III e na seção terceira do Livro II de *O capital*, Marx demonstra que com frequência acontecem transferências de valor entre diferentes capitais individuais, entre diferentes ramos econômicos e entre diferentes setores da produção. Não obstante, não é a mesma coisa o conteúdo da transferência de valor que opera entre economias que produzem valores de uso distintos, sob a égide de uma especialização marcada pelo desenvolvimento desigual. No caso das economias dominantes, as transferências de valor – que resultam da obtenção de uma mais-valia extraordinária e, consequentemente, de lucros extraordinários apropriados à custa de outros capitais – se veem mais ou menos limitadas pelos mecanismos de compensação da lei do nivelamento da taxa de lucro. No caso das economias subordinadas ao imperialismo, observa-se em contraste uma transferência de mais-valia/riqueza das primeira em direção às economias centrais “via preços, que vai além daquela que corresponde estritamente aos mecanismos de nivelamento da taxa de lucro e que, em vez disso, os violam” . Sua implicação é que “se configura assim uma situação

valor produzidos por estes para os capitais estrangeiros. Deve-se observar ainda, como este movimento termina por acarretar em outros desdobramentos.

Para Marini, esta sangria contínua impõe aos setores pequenos e médios uma única reação possível. Como dito, é irreal sonhar com a possibilidade de equiparação/nivelação das composições orgânicas de capital. Nunca será possível à estes capitais alcançar as mesmas condições de produção. Contudo, estes capitais permanecerão vivos, e ao final, sua sobrevivência terminará por agravar seu quadro de existência e ditar uma configuração particular no ciclo do capital nas economias dependentes. Vejamos qual o movimento operado pelos pequenos e médios capitais e seus resultados.

Não lhes resta outra opção que buscar compensar suas perdas. Para isto deve-se elevar, de uma forma ou de outra, suas taxas de lucros. Como isto é feito? Em primeiro lugar busca-se aumentar a própria produção de mais-valor no interior dos processos de trabalho e isto é feito de duas formas: através extensão da jornada de trabalho e através do aumento da intensidade dos processos de trabalho, sem que haja aumentos de produtividade significativos. Ou ainda, mesmo sem aumentar o mais-valor produzido através da intensificação e/ou extensão da jornada, ou combinada à esta – o que é mais comum -, é possível abocanhar uma parcela maior da quantidade de mais-valor produzido no interior de uma jornada pelo simples movimento de redução do pagamento da força de trabalho – permanecendo inalterado o valor desta; Ou seja, como medida compensatória às perdas dos capitais médios e pequenos, estes apropriam-se daquilo que é destinado ao mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, comprimem o fundo de consumo dos trabalhadores para daí expandir seus lucros (MARINI, [1979] 2012). Este movimento é identificado por Marini não como uma exploração apenas, e sim como uma *superexploração* da força de trabalho que é em sua qualidade o pagamento abaixo do valor da força de trabalho como medida de compensar a transferência de valor empreendida pelos grandes capitais – no caso do capitalismo dependente, normalmente estrangeiros e monopolistas.

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada e a apropriação de parte do trabalho necessário ao

similar à aludida pela noção de intercâmbio desigual na economia internacional" [citações de Marini referenciadas ao artigo *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*] (LUCE, 2018, p. 32-33). Ver ainda no mesmo livro a esquematização gráfica contida na página 43.

operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva [...] Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais valia e de lucro.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. *Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração*¹³⁵ (MARINI, [1973], 2005 p. 157– grifo nosso).

A primeira consequência deste movimento é que para além de uma medida compensatória às pequenas e médias empresas, sua ação termina por contribuir fortemente para os processos de acumulação do próprio capital monopolista, uma vez que o nível médio dos salários tende à compressão. Estas condições são amplamente aproveitadas pelos grandes capitais, reduzindo ainda mais seus custos com força de trabalho, e, de maneira proporcional, aumentando suas taxas de lucro. Mais que isto, a compressão salarial depreendida do pagamento abaixo do valor da força de trabalho resulta num barateamento generalizado de uma série de outros insumos e matérias-primas, resultando, igualmente, numa redução dos custos do grande capital com capital constante, e, de igual maneira, aumentando suas taxas de lucro: “[...] Estabelece-se assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário” (MARINI, [1979], 2012).¹³⁶ A segunda consequência que pode

135 Como se percebe neste excerto extraído de *Dialética da Dependência*, Marini identifica os processos de extração de mais-valia absoluta (intensificação e extensão da jornada) como expressão de uma superexploração, e não apenas a apropriação do fundo de consumo do trabalhador, isto é, o pagamento abaixo do valor da força de trabalho. Toda a categorização sobre a superexploração feita por Marini é contraposta por inúmeras ponderações, esta categoria, tal como todas as outras, visto que ela se coloca no interior de um encadeamento unitário e coerente, está sujeita a uma apreciação crítica. Para o que se pretende o trabalho, esta nota cumpre apenas a função de pontuar este aspecto: mais-valia absoluta é identificado a superexploração. Há de se destacar que Mathias Seibel Luce, em seu livro por nós referido, procurou responder algumas destas críticas.

136 Ainda tomando algumas notas sobre a categoria superexploração, é importante destacar que para Marini este movimento de resposta às transferências de valor não é em si uma particularidade do ciclo de reprodução do capitalismo dependente. Nosso interlocutor apresenta que este movimento também se verifica nas economias centrais, mas em menor medida e, geralmente acompanhado de uma redução real do valor da força de trabalho e não apenas uma depressão artificial. No movimento de caracterizar as particularidades, Marini incorre numa conclusão que termina por afirmar

ser destacada destes movimentos vistos até aqui é que em função do processo de monopolização *precoce* das economias dependentes, que implica numa adoção constante de novos meios de produção, novas técnicas produtivas, etc. se acentua a tendência de expansão do exército industrial de reserva, ou seja, produz-se uma massa de operários desempregados e/ou subempregados que termina por contribuir para manutenção da superexploração, visto que o exército industrial de reserva mina as condições de luta da própria classe operária, impondo dificuldades extras à sua organização.

Marini para este momento destaca mais uma característica que se impõe no ciclo do capital das economias dependentes. Diz ele que em função da dependência contida na primeira fase da circulação, onde se importa sobremaneira meios de produção dos centros capitalistas, isto “leva a que os setores produtivos e as técnicas que empregam seja imposto muitas vezes de fora, embora em função de

preponderâncias nos modos de extração de mais-valia, onde as economias centrais reproduzem-se preponderantemente fundadas na extração de mais-valia relativa enquanto as economias dependentes na extração de mais-valia absoluta. Isto se confirma, por exemplo, na seguinte passagem de *Subdesenvolvimento e Revolução* – em razão das profundas polêmicas que se erguem, escolhemos expor de maneira prolongada uma das passagens em que esta caracterização aparece: “As condições específicas das economias centrais – que não podemos analisar aqui – contribuíram para regulamentar a exploração do trabalho, principalmente no que se refere à duração da jornada de trabalho, *restringindo assim a produção de mais-valia absoluta*, ainda que sem jamais eliminá-la. As transgressões desses limites em situações de crise econômica ou nos ramos de produção mais atrasados – atraso que se mede tanto em relação ao grau de concentração do capital, quanto pela distribuição do capital entre máquinas, instalações e matérias-primas, de um lado, e salários, de outro – constituem na verdade casos excepcionais, aos que se poderia agregar a maior exploração exercida sobre grupos de trabalhadores mediante o pretexto da discriminação racial ou religiosa. *A regra geral foi a intensificação da exploração e, portanto, da acumulação através do barateamento real da força de trabalho*, alcançado principalmente pela redução do valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador [a mais-valia relativa]. Com isso, a desvalorização constante da força de trabalho se tornou um elemento decisivo na produção e acumulação capitalista nos países centrais, a tal ponto que se poderia afirmar que a história do desenvolvimento capitalista é, neste sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho. *A rigor este não é o caso das economias capitalistas periféricas. Operando com um aumento desproporcionado da força de trabalho – seja pela importação de mão de obra ou pela aplicação de tecnologia que poupa mão de obra -, as economias periféricas realizaram seu processo de acumulação essencialmente com base na produção de mais-valia absoluta.* Para isso contribuiu, em parte, a falta de regulamentação das condições de trabalho e, portanto, a extensão desmedida da jornada produtiva – o que é certo, sobretudo para as massas trabalhadoras do campo. Mas, também, foi importante, nesse processo, a ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, isto é, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador. Em outros termos, o aumento do tempo de trabalho excedente tende a se realizar sem alterar o tempo de trabalho necessário, deixando de restituir ao trabalhador o equivalente ao valor criado durante o tempo de trabalho necessário. *Assim, o que parece ser mais-valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta*” (MARINI, [1969], 2013 p.173 – itálico nosso). Novamente, é o caso aqui apenas de pontuar esta possível incongruência analítica de Marini, que termina por se desdobrar para toda TMD. A mesma dicotomia aparece em outros autores, a exemplo de Carlos Nelson Coutinho que por outros caminhos conclui na mesma direção. Em razão disto, há uma importante apreciação sobre o tema que está presente no livro *Democracia e Socialismo – Carlos Nelson Coutinho em seu tempo*, de Victor Neves, mais especificamente entre as páginas 554 e 558.

sua dinâmica interna” (MARINI, [1979], 2012 p. 31). Que isto quer dizer? Que os investimentos externos de capital – mesmo considerando as disposições mínimas internas – não resultam de um “desdobramento do aparato produtivo existente”, foram impostos de fora pra dentro, o que tende à cristalização de ilhas produtivas que não se relacionam diretamente com a organicidade da própria estrutura econômica interna. Resulta desta característica uma cisão entre a produção e sua realização:

[...] Pelo próprio fato de que o nível de desenvolvimento capitalista é muito mais elevado nos países centrais, estes exportarão para a economia dependente a produção de artigos que são correntes nelas, mas que nesta são suntuários; ou seja, não respondem às necessidades das massas consumidoras e menos ainda às das trabalhadoras. Em consequência, a estrutura de produção se separa progressivamente da capacidade real das necessidades reais de consumo das massas trabalhadoras [...] (MARINI, [1979], 2012 p. 32)

Após percorrer as particularidades do primeiro momento da circulação e visto como ela incide no próprio movimento da produção, Marini aponta alguns desdobramentos para a esfera da realização do capital, isto é, aqueles condizentes à segunda fase da circulação. Entendido a gênese da superexploração e entendido que os capitais estrangeiros trazem consigo uma estrutura de produção cujas mercadorias são em sua maioria estranhas à organicidade da economia dependente, cabe perguntar como isto incide na esfera do consumo, e, portanto, nos movimentos de realização do mais-valor produzido.

O primeiro aspecto a destacar é o fato de que uma vez comprimida a capacidade de consumo dos trabalhadores, via superexploração, produz-se uma constrição no mercado interno. Com isto, em relação aos bens salários, enfrenta-se obstáculos à sua realização, que ao final contribui para o baixo estímulo de desenvolvimento – do ponto de vista das forças produtivas – do próprio setor destinado à produção destes bens. Vale dizer que comumente estes setores seriam protagonizados pelos capitais médios e pequenos.

Num segundo aspecto, como dito, o capital estrangeiro aloca seus capitais na economia dependente para a produção de mercadorias que em suas formações são mercadorias correntes, todavia nas economias periféricas tratam-se de bens de consumo suntuários. Tem-se assim que os polos mais dinâmicos da economia dependente – cuja concentração está em mãos dos grandes capitais, em geral estrangeiros ou nacionais associados a esta - não encontram possibilidades de

realizarem-se em sua completa magnitude à nível interno. Uma parte, naturalmente, realizar-se-á internamente como expressão do consumo de luxo das próprias classes dominantes e os setores a ela vinculados – parte dos extratos médios -, entretanto, este consumo suntuário é demasiado restrito em comparação à grandeza de volume das mercadorias aqui produzidas. Desta forma, desdobram-se duas possibilidades para a realização deste conjunto de mercadorias produzidas, sendo a primeira através de uma maior intervenção do Estado para a criação de mercados - para absorção dos bens de produção, por exemplo; e, ao que tange à realização dos bens de consumo suntuários, resolve-se a questão destinando sua realização ao mercado externo, para o qual, naturalmente, também o Estado acaba por jogar um papel importante¹³⁷. Tem-se assim a seguinte dinâmica: a esmagadora maioria da população, em virtude da superexploração da força de trabalho, tem seu fundo de consumo restringido, impondo uma legalidade pouco dinâmica aos setores produtivos destinados à estas camadas. A própria lógica da superexploração conduz à uma crescente desigualdade de renda, que termina por concentrar esta nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Combinado a isto, e associado às características da esfera produtiva, a estrutura que aqui se constitui está montada para a produção de bens de consumo suntuários, isto é, bens de consumo de luxo não correntes entre as grandes massas – neste momento, Marini está tomando como principal exemplo a produção automobilística. A tensão se dá exatamente neste ponto: como realizar a crescente quantidade de mercadorias suntuárias produzidas – em níveis de produtividade cada vez mais escalares – sendo que a estrutura do mercado interno não a comporta? De um lado, realiza-se entre as próprias classes dominantes internas e os setores correlatos, mas ainda assim, sendo insuficiente, deve-se, portanto, buscar a realização destes bens fora da economia nacional, isto é, exportando-os. Esta dinâmica Marini identifica enquanto uma divisão na esfera do consumo, sendo a “esfera baixa” concernente aos trabalhadores e, continuamente deprimida¹³⁸, e a “esfera alta”, direcionada aos não trabalhadores e ao mercado externo, em contínua expansão (seja para a

137 Ver capítulo *A cisão nas fases do ciclo do capital (ou o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas*, no livro de Mathia S. Luce.

138 “[...] É por esta razão que a maior parte dos ramos que produzem para o consumo popular, chamados de tradicionais na linguagem desenvolvimentista, tenha pouco dinamismo na contraposição às indústrias denominadas “dinâmicas”, que crescem rapidamente e produzem bens de consumo suntuário ou bens de capital para a produção destes” (MARINI, [1979], 2012, p. 34).

produção de bens de capital, seja para a produção de bens de luxo). Isto fecharia o ciclo de produção/reprodução do capital na economia dependente¹³⁹.

Este movimento de realização da produção interna no mercado internacional foi assinalado com especial atenção por Marini, ele é a base de uma outra peça chave da análise do capitalismo dependente feita por nosso interlocutor, a saber: o subimperialismo. Sem se estender, tomando a síntese produzida pelo próprio autor, referimo-nos à esta categoria através de duas principais características:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suetuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (MARINI, [1969] 2013 p.40)

Pode-se concluir, portanto, que o subimperialismo é o desdobramento lógico do movimento de integração monopólica das economias dependentes, visto que este, nada mais é que a integração dos sistemas produtivos que procuram responder os problemas de realização do capital originados das contradições internas de cada economia nacional, em âmbito mundial.

Sabe-se que aqui há um rico debate sobre a pertinência ou não desta categoria para a análise concreta da particularidade dependente, e não entraremos

139 Em a *Dialética da dependência*, este movimento aparece nos seguintes termos: “[...] Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo [...] A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente a economia internacional. É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção. Paralelamente, o incremento dos lucros que disso se deriva coloca o capitalista em condições de desenvolver expectativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial), expectativas que têm de ser satisfeitas por meio de importações. A separação entre consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores – que o sistema se esforça por restringir – se, baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não-trabalhadores - que é aquela que o sistema tende a ampliar -, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação” (MARINI, [1973] 2005, p. 164).

nas nuances que exprimem a diferenciação de uma ou outra; cabe apenas assinalar que uma das diferenças substanciais do imperialismo para o subimperialismo, apontadas por Marini, é que este não consegue converter a exploração que realiza nas economias vizinhas em elevação do nível de vida de sua classe trabalhadora interna, tal como realizado pelas economias imperialistas.

O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, [1969] 2013, p.157)

Este é um fenômeno importante, e optamos por elencá-lo em função da necessidade de uma última palavra sobre as características gerais que compõem as definições sobre o capitalismo dependente efetivadas pela TMD. Vimos que a pedra angular, que termina por caracterizar a particularidade do capitalismo dependente, tem na superexploração da força de trabalho seu eixo. A partir dela se configura o conjunto de contradições específicas destas formações. Claro está que ela mesma é resultante de uma determinação, como vimos, o mecanismo de escape à contínua sangria imposta pelos grandes capitais aos menores, mas que, ao ser instrumentalizada, termina por erigir um encadeamento de contradições que possuem nela seu núcleo, isto é, passa a ser determinante sem por isto deixar de ser determinada. A depreciação generalizada - e para Marini, artificial - do preço da força de trabalho acaba por criar um círculo vicioso que reduz, em linhas gerais, os valores de todas as outras mercadorias. Além disso, termina por contribuir para a manutenção da própria estrutura restritiva do mercado interno, que é incapaz de absorver o volume de produção, contribuindo para que os capitais estrangeiros especializem-se nos setores de bens suntuosos. Ao fim, igualmente, tendo origem na superexploração, a resposta encontrada pelos grandes capitais para este problema, ante uma política de distribuição de renda que insuflaria o movimento popular, foi a realização no mercado mundial destas mercadorias.

Sendo esta a estrutura do ciclo de reprodução do capital no capitalismo

dependente, haveria uma superestrutura correspondente à manutenção desta lógica? Ao que parece, a resposta dada por Marini a este problema sinaliza para o fato de que os mecanismos políticos de repressão aos trabalhadores se apresentam com demasiada intensidade, em suas palavras: “[...] quando a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor - , os mecanismos de pressão sobre o trabalhador passam ao primeiro plano [...]” (MARINI, 2013 [1969], p. 174), identificando, uma tendência belicista e intervencionista no capitalismo brasileiro¹⁴⁰. A fim de ilustrar precisamente o que Marini aponta como característica do Estado no capitalismo dependente, vale expor uma breve colocação que discorre sobre o caráter do Estado e a razão pela qual se instaurou o terror na América Latina.

En la fase de preparación del golpe, o de desestabilización, se observan rasgos fascistas, pero éstos son secundarios. A través de la propaganda, de la intimidación verbal y hasta física, que puede implicar la utilización de bandas armadas, la burguesía contrarrevolucionaria busca desmoralizar al movimiento popular y ganar fuerza, sumando aliados y neutralizando sectores. *Sin embargo, por tratarse de sociedades basadas en la superexplotación del trabajo, en ningún caso ella tiene condiciones para reunir fuerzas suficientes como para derrotar políticamente al movimiento popular, no llega siquiera a la estructuración de un partido político; [...]* Como quiera que sea, las fuerzas contrarrevolucionarias no llegan jamás a un claro triunfo político, *sino que necesitan usar la fuerza para hacerse del Estado y emplearlo en su beneficio*; el terrorismo de Estado, como método de enfrentamiento con el movimiento popular, se intensifica precisamente porque este movimiento se encuentra intacto y muchas veces aparentemente fuerte, en el momento en que las fracciones contrarrevolucionarias logran subordinar plenamente el aparato estatal, no habiendo sufrido un proceso previo de derrotas, que en el fascismo pudo llegar a expresarse, como en Alemania, en el plano electoral. *Esta característica de la contrarrevolución latinoamericana se deriva de la imposibilidad en que se encuentra la burguesía monopólica de atraer a su campo sectores significativos del movimiento popular.* (MARINI, 1978 – grifo nosso)

Em síntese, tal como as outras características assinaladas, a superexploração se sobrepõe também na esfera política. Aparentemente o que está exposto na passagem que pudemos acompanhar é uma caracterização sobre o padrão de dominação burguês no capitalismo dependente, onde, em função da superexploração, a burguesia encontra dificuldades em consolidar sua dominação política por meios que não sejam fundamentalmente coercitivos, encontra

140 “[...] É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um *Estado militarista de tipo prussiano*, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente [...]” (MARINI, [1973] 2005 , p. 180).

dificuldades de generalizar seus interesses particulares como universais, isto estaria expresso na dificuldade de consolidar, por exemplo, um partido político; isto exige uma dinâmica continuamente belicista e antipopular, ou seja, a burguesia monopolista exige a utilização contínua da força, tornando os interesses populares impossíveis de serem assimilados, sob pena de desmontar a estrutura econômica¹⁴¹.

Longe de esgotar a totalidade das reflexões presentes no interior da TMD, que exigiria adentrar com maior profundidade em cada um dos elementos aqui destacados, sem contar, os não destacados, como por exemplo, o caráter das crises latino-americanas, que tem em Theotônio um importante referencial, ou dos diferentes matizes que a análise concreta das particularidades dentro da própria dinâmica do ciclo do capital nas formações dependentes, acreditamos ter traçado um esboço genérico das considerações que alicerçam as diferentes reflexões presentes na TMD, sendo este encadeamento categorial o núcleo teórico desta vertente interpretativa.

Com este ferramental é possível afirmar que em larga medida a TMD supera a visão de mundo que informou a EDN, especialmente pelo fato que neste caminho, a categoria dependência, concretamente pensada através das mediações que apresentamos, rompe com a noção de subdesenvolvimento, isto é, de um capitalismo marcado por uma dualidade entre os setores pré-capitalistas que atravancam o desenvolvimento do seguimento genuinamente capitalista; rompe ainda com uma interpretação vulgar sobre o imperialismo, que o entendia como um fenômeno externo, a TMD, a seu modo, contribuiu profundamente para a percepção de internalização do imperialismo, fazendo-o através de sua compreensão de integração monopólica.

Neste caminho de superação, e mobilizando as referências que já estudamos, é possível ver, por exemplo, pontos de contato com a caracterização

141 Esta interpretação do metabolismo social da dependência parece concluir pela qualidade da dominação burguesa encerrada nos termos de uma *democracia restringida* (LUCE, 2018, p.231). Para um aprofundamento da compreensão sobre a qualidade do Estado na economia dependente pela TMD, não conseguimos aprofundar o estudo através da obra de Jaime Osório *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*, sabidamente uma referência à este ponto em específico; além da tese de doutorado de Máira Machado Bichir, *A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência*, defendida em 2017. Sabemos que isto fragiliza nossa aceção do objeto; procuramos interromper aqui nosso momento de aproximação, identificando, nos termos de Marini, que o Estado no capitalismo dependente, em função da superexploração, assume um dinamismo fundamentalmente coercitivo que expressa a dificuldade de manutenção da dominação burguesa.

feita por Caio Prado, onde o autor destaca que não há uma contraposição de classes entre o setor latifundiário ao setor industrial, senão uma tensão contínua a nível dos negócios, visto que são frações de uma mesma classe; há também um ponto de contato sobre a caracterização em relação a restrição do mercado interno, ambos, Caio Prado e Marini terminam por se aproximar neste entendimento, onde “as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população”, como dito por Caio Prado (parece-nos que esta frase, posta deste modo, genericamente apresentada, poderia muito bem ter sido pronunciada por Marini). E ainda, o descritor de Marini a respeito do apartamento entre a produção e o consumo, resultante do modo particular como se consolida o capital monopolista na economia dependente, não guardaria nenhuma relação com às conclusões pradeanas sobre a inorganicidade nacional promovida pelo acosso dos capitais estrangeiros? Ao que nos parece, sim, há pontos de contato.

Contudo, embora aproximando, é preciso ter muito cuidado neste movimento. Marini e os demais intelectuais da TMD, mesmo apoiados nas contribuições de Prado Jr. - embora não apenas -, terminam por superá-lo, não exclusivamente na profundidade da análise, mas exatamente por conta disto, nas resoluções políticas. Uma vez caracterizada a dependência na América Latina – pelos caminhos por nós estudados - esta, para os autores da TMD, autorizaria na imediaticidade a luta pelo socialismo. E aqui é o ponto de maior ruptura¹⁴².

No plano da política, pode-se estabelecer um paralelo destas diferenças no modo como se expressaram nas resoluções programáticas de organizações distintas. Como referenciamos no início da seção, acreditamos que as formulações que marcam a especificidade interpretativa da TMD, ainda que de modo muito sumário – visto que serão desenvolvidas mais tarde no exílio -, estão condensadas no *Programa Socialista para o Brasil*, documento datado de 1967, e que orientou a linha política da POLOP¹⁴³, organização esta, que como dissemos, militou não

142 Ver *Crítica à A Revolução Brasileira, de Caio Prado Jr – 1967*, artigo de Marini publicado em 1967 pela Revista Mexicana de Sociologia. O artigo encontra-se disponível no volume II da coleção *A questão agrária no Brasil*, publicado pela Ed. Expressão Popular (MARINI, [1967] 2005).

143 “O presente Programa foi elaborado pela Organização Revolucionária Marxista Política Operária, que o aprovou no seu IV Congresso Nacional (setembro de 1967). Posteriormente, foi confirmado no Congresso de fundação do Partido Operário Comunista (POC), quando se fundiram a ORM - Política Operária e a Dissidência Leninista do PCB (Rio Grande do Sul). Esse Congresso foi considerado o V Congresso do POC (abril de 1966). Entretanto, o Comitê Nacional do POC foi incapaz de definir as

apenas Marini, mas também Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. É possível verificar os diferentes pontos de contato entre o programa político da POLOP e o conjunto de categorias mobilizados posteriormente pelas obras às quais já referenciamos. O referido documento divide-se em seis partes, com três níveis de atenção: a) uma caracterização da luta de classes em escala internacional – onde procura-se observar as peculiaridades do imperialismo no período histórico inserido, analisa-se as contradições do mundo socialista – por exemplo a linha política de coexistência pacífica -, as determinações que a Revolução Cubana impôs à legalidade da luta revolucionária na América Latina; b) num segundo nível de abstração, o documento procura expor seu entendimento sobre a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, seu movimento de integração imperialista e a dinâmica da *cooperação antagônica*, como isto incide no caráter da revolução, que é apresentado como socialista – em oposição às teses do PCB entendidas como reformistas; c) por fim o documento dedica-se em expor as mediações pelas quais a luta revolucionária no Brasil deve ser travada, afirmando o ato insurrecional, a instauração da ditadura do proletariado, as mediações táticas de constituição de uma Frente dos trabalhadores da cidade e do campo e as tarefas concernentes à vanguarda neste processo. A fim de ilustrar esta identidade entre o esquema interpretativo da TMD e as resoluções políticas da POLOP, expomos duas passagens que sintetizam e discorrem especificamente sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e como isto incide no caráter da revolução, que passa a ser defendido enquanto socialista:

Também o capitalismo no Brasil conhece hoje um alto grau de monopolização. *Mas o monopólio no Brasil foi imposto precocemente de fora; não foi o produto do crescimento econômico interno* [processo de integração imperialista]. Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação

diretrizes que deveriam conduzir a recém-fundada organização no caminho da mobilização independente da classe operária. Desse modo, quando em 1969 as correntes revolucionárias com concepções pequeno-burguesas militaristas de luta atingiam o auge da sua ascensão, o POC encontrava-se no ponto mais baixo de sua crise. Na ocasião em que a maioria do CN conseguiu estabelecer o caminho da aplicação do Programa, a sua maioria, sob influência da onda do imediatismo militarista, seguia por um caminho que ameaçava comprometer o próprio Programa; rompia, além disso, ostensivamente, com o centralismo e havia conseguido mobilizar atrás de si a maioria do Partido. A maioria do CN e quase a metade do Partido romperam, por isso, com o POC e fundaram, em abril de 1970, a Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária. Decidimos retomar a sigla Política Operária, porque nos consideramos continuadores das tradições teóricas, do Programa e das concepções proletárias de luta da antiga Política Operária.” (CN da OCML – Política Operária; 1971).

dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, *nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas*. [...] As empresas estrangeiras vieram explorar seus lucros, aqui mais gordos que em seus países de origem, *principalmente pela maior exploração dos trabalhadores*. Para os capitalistas brasileiros a entrada desses maquinários (lá, obsoletos, mas aqui bastante modernos) significava maior produtividade e, logo, mais lucros. Por isso, o "nacionalismo" só é usado como arma de pressão para obterem mais vantagens na associação com o imperialismo. *Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado* [em outra parte do documento este movimento é referenciado através da cooperação antagônica]. O fato do Brasil se integrar no sistema imperialista, na qualidade de periferia do sistema, *traz como uma das conseqüências a sangria de capitais executada sob a forma de remessa de lucros* [transferência de valor resultante das diferentes composições orgânicas de capital]. [...] Por outro lado, a monopolização sofrida pela economia nacional acentua todas as contradições do capitalismo. *A introdução no país das técnicas mais avançadas aumenta de muito a desproporção entre a capacidade produtiva do monopólio e a capacidade aquisitiva do povo* [cisão no ciclo de reprodução do capital]. Ao mesmo tempo em que a produção capitalista destrói as condições de sobrevivência dos pequenos produtores autônomos, jogando milhares de seres humanos no mercado de trabalho, o avanço técnico limita as possibilidades de emprego destas populações que, em boa parte, vão se constituir nos aglomerados miseráveis das favelas e mocambos. E é ainda essa concentração das empresas e progresso técnico, com o respectivo aumento do "exército industrial de reserva", que deprime os salários ao mais baixo nível [superexploração] (POLOP, 1967).

Disto, depreende-se a atualidade socialista:

Integrando a burguesia brasileira na economia imperialista, o desenvolvimento capitalista nacional criou as condições para que a luta antiimperialista hoje no Brasil só possa ser também uma luta anticapitalista. E criou também o proletariado concentrado e numeroso a quem cabe comandar esta luta (POLOP, 1967).

Como vemos, o sentido geral dos conceitos mais tarde cunhados pela TMD estão presentes: a ideia de monopolização precoce e como um de seus principais desdobramentos a superexploração; a formulação sobre monopolização e depreciação da capacidade de consumo das massas, que remonta o caminho que mais tarde fica entendido como cisão no ciclo, que tivemos a oportunidade de estudar sumariamente; a percepção da integração imperialista entre a burguesia nacional e estrangeira, sem extirpar nessa associação os elementos de contínuas tensões, que ao fim e ao cabo, não são capazes de contestar a estrutura imperialistas, significando exclusivamente intentos da burguesia nacional associada galgar melhores condições de acumulação enquanto sócia menor. Enfim, parece-nos que o programa da POLOP põe em marcha as proposições contidas na

interpretação da formação social brasileira – e latino-americana – desenvolvida pelos teóricos marxistas da dependência.

Antes de encerrar esta seção, gostaríamos de compartilhar com o leitor algumas de nossas preocupações. Parece-nos que a TMD ao mesmo tempo que é capaz de informar um caminho estratégico como o da POLOP – que ao nosso ver possui inegáveis acertos – é capaz de informar também, em função de algumas possíveis dubiedades, estratégias políticas de outra natureza. Dedicamo-nos em levantar algumas problematizações, sem o compromisso de esgotá-las, visto que nós mesmos estamos inseguros com elas.

Não iremos adentrar as problematizações sobre a validade ou não da categoria superexploração, não entraremos no debate sobre o subimperialismo, não nos debruçaremos sobre a questão das prevalências – mais-valia absoluta ou mais-valia relativa -, também este um subitem das infindas discussões sobre a superexploração. Trata-se neste momento de apresentar possíveis questões que desdobrariam de uma adoção das referidas categorias e que marcariam, portanto, uma superação incompleta dos termos da Estratégia Democrática. Colocando a questão: caso assumíssemos a teoria marxista da dependência, tal como ela está proposta por seus primeiros interlocutores, e tendo em Marini como seu principal expoente, haveria desdobramentos estratégicos adversos para a luta socialista?

Dentre os diferentes debates que o resgate da TMD suscitou, dedicamo-nos apenas em propor alguns debates que ao que nos parece não estão ainda na ordem do dia. Sendo o objetivo deste trabalho contribuir para inventariar os elementos que nos trouxeram até aqui, justifica-se as colocações que seguem. Justificamos ainda nossa preocupação em função de uma passagem de Mathias S. Luce, que ao discorrer sobre algumas das características estruturais das formações sociais dependentes [exploração redobrada nas relações de produção internas e a constituição de uma soberania frágil e de uma democracia restringida], aventa a necessidade de uma espécie de adaptação da teoria da transição, em função da própria condição dependente. Em suas palavras: “traz, por conseguinte, elementos particulares sobre as necessidades de transformações do ponto de vista da teoria da transição, das contradições que precisam ser resolvidas para dar lugar à superação

do capitalismo na região” (LUCE, 2018, p. 231)¹⁴⁴. Observemos em primeiro momento uma colocação de Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução* [1969], quando este está discutindo com as proposições estratégicas que buscariam soluções intermediárias – com o PCB em geral. Nosso interlocutor aponta a seguinte formulação:

Em todos os casos, entretanto, não se estaria solucionando o problema do desenvolvimento econômico – que não pode ser obtido, como pretende a “burguesia nacional”, obstaculizando a incorporação do progresso tecnológico estrangeiro e estruturando a economia com base em unidades de baixa capacidade produtiva. *Para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, em uma organização econômica que não apenas admita a incorporação do processo tecnológico e a concentração das unidades produtivas, mas que as acelere, sem que isso implique agravar a exploração do trabalho no marco nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo. Tudo está relacionado a conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, ou, vale dizer, que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo.* Como isso não é possível nos marcos do sistema capitalista, só resta ao povo brasileiro um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo (MARINI, [1969] 2013 p.160).

Vejamos, a princípio, o que as “massas desejam” está aparentemente em identidade com o proposto por Caio Prado, a superação da superexploração – que em Prado aparece como “a superação da situação de miserabilidade da grande massa da população do país, que deriva em última instância da natureza de nossa formação histórica” -, a elevação do padrão de consumo, uma organização da produção que possa elevar o nível de emprego, não subordinar definitivamente a economia nacional ao imperialismo, etc. Se lembrarmos o programa de Prado Jr. em *A revolução brasileira*: “É isso que nos falta, e é por aí, em consequência, que se há de essencialmente atacar a reforma do sistema a fim de impulsionar o seu funcionamento no sentido de um desenvolvimento geral e sustentado” que, neste

144 Ao encerrar seu texto, Mathias torna a inscrever a questão, entendendo-a como uma questão em aberto: “Existem especificidades do ponto de vista da teoria da transição para transcender o capitalismo dependente?” (LUCE, 2018, p. 249). Ao que nos parece, estas ‘contradições que precisam ser resolvidas’, e que podem dar as particularidades da teoria da transição no capitalismo dependente circundam na realização das tarefas democráticas – aparentemente - entendida como uma condição prévia à luta socialista: “[...] as tarefas democráticas da revolução não se confundem com tarefas democrático-burguesas. As tarefas democráticas realizadas tanto na Revolução Russa, como na Revolução Mexicana e na Revolução Cubana não foram obra da burguesia, mas da organização das massas e sua irrupção consciente na luta de classes. Em cada realidade social, seja o Brasil, seja outros países da região, é preciso ter presente, também, como revolução democrática e revolução socialista se encadearão como possibilidade histórica em suas condições concretas” (LUCE, 2018, p. 250).

sentido, seria suficiente para superar os “vícios orgânicos” resultantes do legado colonial. Contudo, para Marini, como este conjunto de proposições não é possível nos marcos do capitalismo dependente, impõe-se uma outra legalidade à política revolucionária, isto é, a luta imediata pelo socialismo. É tênue, corre-se o risco de pesar em demasia a mão sobre as proposições de Marini, mas nos parece que há um ponto de contato. Vejam, há superações inegáveis, o caráter da revolução é socialista, disto se trata a luta concreta do movimento operário nos marcos da integração monopólica, e neste ponto, Marini não tem dúvidas, a classe operária reúne todas as condições de dirigir um processo revolucionário – e para este aspecto as diferenças com as proposições de Caio Prado são gritantes. Este é, portanto, seu aspecto aparente.

Todavia, autorizada a luta socialista, inscreve-se a pergunta: como alcançar o socialismo? Será que neste conjunto de contradições, agitar as bandeiras contra a superexploração, pela elevação do padrão de consumo dos trabalhadores, pela incorporação do processo tecnológico e concentração de unidade produtivas sem estar sob o julgo do imperialismo, as bandeiras de elevação do emprego e melhor aproveitamento do excedente criado, não podem ser entendidas como lutas que estão dentro da ordem, que em si mesmas não constituem nenhum conteúdo iminente socialista, mas que pela estrutura da formação social dependente, elas assumiriam um encadeamento estratégico, visto que, uma vez impossível de serem assimiladas nos marcos da ordem capitalista dependente, nelas conteriam um potencial explosivo, que tendem ao socialismo? Sendo o Estado correspondente ao capitalismo dependente, como vimos, um Estado belicista, marcado por uma democracia restringida, que tende à primazia da violência – para contingenciar o conteúdo explosivo da superexploração – este seria um Estado poroso que suportaria assimilar estas demandas populares, portanto permeável, (por exemplo capaz de avançar para a constituição de um mercado interno através da elevação do consumo dos trabalhadores) ou ele forçosamente reagiria impondo uma legalidade mais radicalizada na luta política, ditando aos trabalhadores o velho dilema socialismo ou fascismo? Será que neste movimento de contraposição à um estado belicista – e porque não antidemocrático, em razão de seu conteúdo militar prussiano – agitar as bandeiras da democracia se torna um bom meio para alcançar

o socialismo?¹⁴⁵

Apenas para tensionar um pouco mais, vejamos como Marini, já em meio da década de 1980, coloca a questão da luta pela democracia na América Latina:

Pero no hay fenómeno en la vida social que no tenga dos signos. Si la experiencia molecular y marcadamente reivindicativa del movimiento popular se constituyó en factor negativo para su unificación, al momento de inicio de la redemocratización, le proporciona, en cambio, las premisas para una estrategia de lucha por el poder y para un proyecto nuevo de sociedad. Al lado de sus organizaciones tradicionales, como los sindicatos, el movimiento popular cuenta con órganos de todo tipo, que debió crear para asegurar su derecho a la vivienda, al transporte, al abastecimiento, a la distribución de luz y agua, los cuales le confieren una capacidad insospechada para comprender, manipular y controlar los complejos mecanismos de producción y circulación de bienes y servicios. Así, cuando la burguesía le plantea hoy un modelo de sociedad que pretende traspasar a la iniciativa privada esos mecanismos o ponerlos bajo la tutela de un Estado centrado en el parlamento, *donde ella es soberana, el movimiento popular está en condiciones de contraponer su propio esquema de organización social, basado en la organización de los ciudadanos en torno a sus intereses inmediatos y en su participación directa en las instancias pertinentes de decisión.*

Habrà, quizá, que plantearse *una fase intermedia, dictada por la correlación de fuerzas, y que consiste en convertir esos órganos de democracia participativa en instrumentos de presión y control sobre el aparato de Estado, antes de lograr acceso al nivel pleno de la toma de decisiones.* Pero, aun así, ello abre al movimiento popular un camino propio, independiente, entre las posiciones de la burguesía y de las Fuerzas Armadas en torno al problema de la privatización del Estado. *La experiencia de los pueblos latinoamericanos les ha enseñado que la concentración de poderes en manos del Estado, cuando éste no es suyo, sólo refuerza la máquina de opresión de la burguesía.* Debilitarlo hoy, restarle fuerza económica y política, no puede, pues, sino interesar en el más alto grado al movimiento popular, siempre y cuando ello implique la transferencia de competencias, no a la burguesía sino al pueblo. Por ello, frente a la privatización o la simple estatización, el movimiento popular plasma sus intereses en la propuesta de un área social regida por el principio de la autogestión y por *la subordinación de los instrumentos de regulación del Estado a las organizaciones populares* (MARINI, 1985 – grifo nosso).

Sem querer tornar caricata as colocações de Marini, destacamos quatro pontos que nos parecem encadear um sequencial estratégico: a) ali onde a burguesia é soberana deve-se contrapor os projetos populares – refere-se, salvo engano, ao Estado; b) este movimento deve conter uma fase intermediária determinada pela correlação de forças, esta mesma mediada por órgãos de democracia participativa convertidos em instrumento de pressão e controle do

145 Para o equacionar destas questões falta-nos ainda captar a interpretação do processo revolucionário cubano alavancado pelos teóricos marxistas da dependência, que ao que parece, subdividem a conquista do poder político pelo proletariado em duas etapas, sendo a primeira uma revolução democrática e a segunda uma revolução socialista. Esta primeira aproximação extraímos do último capítulo [*Dependência, revolução e transição*] do referido livro de Mathia S. Luce.

Estado; justifica-se isto porque; c) o Estado quando não é da classe operária apenas reforça a dominação política da burguesia; - sou levado a crer que neste momento, Marini não está apontando para a tomada do poder político e instauração da ditadura revolucionária do proletariado, e sim a democracia representativa, haja vista que; d) perspectiva-se a subordinação dos instrumentos de regulação do Estado sob controle das organizações populares. Esse modo de colocar as questões, envolto em ambiguidades, sugere um caminho estratégico, que como veremos mais tarde, estaria em identidade com o próprio caminho experimentado pela Estratégia Democrático Popular. Pois bem, isto seria expressão de um escorregão de Marini, uma mera imprecisão expositiva, ou, em outro cenário, um desdobramento possível de suas formulações? Como dito, não temos condições de dissecar completamente, de responder esta questão, mas chegamos à ela, e como resultado de nosso trabalho, a expomos esperando não ser uma falsa questão.

Seguindo nesta mesma direção, tomamos uma passagem de Marini - voltando ao final anos 1960 - para ilustrar como este autor concebia a relação entre o desenvolvimento capitalista e a conformação do bloco de forças populares dirigido pelos trabalhadores em aliança com os estratos pequenos e médios da burguesia, apontando para a finalidade de uma nova organização social, uma nova democracia, e uma nova economia.

O verdadeiro estado de guerra civil implantado no Brasil pelas classes dominantes, do qual a ditadura militar é expressão, não se pode ser superado através de fórmulas de compromisso com alguns estratos burgueses. O esvaziamento desses compromissos, frente à marcha implacável das contradições que o desenvolvimento do sistema coloca, impulsiona necessariamente a classe operária para as trincheiras da revolução. Por outro lado, o caráter internacional que a burguesia subimperialista pretende imprimir a sua exploração identifica a luta de classe do proletariado brasileiro à guerra anti-imperialista travada no continente. Mais que uma redemocratização e uma renacionalização, o conteúdo da sociedade que surgirá desse processo será o de uma nova democracia e de uma nova economia, abertas à participação das massas e voltadas para a satisfação de suas necessidades. Nestes marcos, os estratos inferiores da burguesia encontrarão, se quiserem, e com caráter transitório, um papel a desempenhar. Criar esses marcos e dirigir seu movimento é, entretanto, uma tarefa que nenhum reformismo poderá subtrair à iniciativa dos trabalhadores (MARINI, [1969] 2013 p.161).

Exponho um possível desdobramento desta passagem. Como sabemos, a superexploração é a resposta dada aos pequenos e médios capitais à sangria imposta pelos setores monopolistas, que pela sua capacidade produtiva obtêm

vantagens na concorrência que termina por lograr movimentos de transferência dos valores produzidos por outros capitalistas menores à si mesmos, impondo uma contínua sangria aos setores pequenos e médios. Seria possível deduzir que é razoável instrumentalizar esta tensão contínua entre os setores monopolistas e os pequenos e médios em favor da luta socialista, mediada, claro está, por uma conquista da democracia? Acaso, no interior da conformação de um bloco popular que se oponha aos responsáveis pela superexploração, os capitais monopolistas, não podem conviver, ainda que com caráter transitório, os interesses da pequena e média burguesia junto ao do conjunto dos trabalhadores, mesmo que estes reivindicuem sua direção? A conformação deste bloco popular, direcionado para uma necessária fase transicional que expressa um acúmulo de forças, onde a luta pela democracia, a perspectiva de subordinação das instâncias de regulamentação do Estado às instâncias de democracia participativa, isto é, ao conjunto dos cidadãos (a mudança na palavra não pode ser algo menor neste momento, visto que Marini não é um autor descuidado), não comporta espaço para uma aliança estratégica entre pequenos e médios burgueses e o conjunto dos trabalhadores, conformando assim um bloco popular antimonopolista? Ao que nos parece, é possível depreender este desdobramento das formulações acima apresentadas.

Uma última colocação. Vimos que a forma como está montada a leitura da TMD sugere que há no capitalismo dependente a consolidação da integração monopólica de modo subordinado. Cabe aqui uma questão: este modo de equacionar a leitura supera a perspectiva que orientou o conteúdo estratégico da EDN, em especial naquilo que versa sobre a incompletude do capital. Contudo, ao que parece, há outros “escorregões” de Marini. Referimo-nos, por exemplo, ao apontamento de que a dependência seria a expressão de um desenvolvimento incompleto do capitalismo. Nas palavras de Marini, sem nenhuma chance de ambiguidade interpretativa, vemos:

La dialéctica de la dependencia brasileña la llevaba así a modificar su forma, no su profunda configuración. **En su expresión definitiva, esa dependencia es el resultado de una economía capitalista incompleta,** que por eso mismo no fue capaz de desarrollar plenamente la forma del valor en tanto que dinero [...] (MARINI, 1986 – grifo nosso)

Sabemos que o modo como estamos expondo as questões acima são ainda insuficientes para uma abordagem conclusiva. Mas compreendemos que na

magnitude da obra destes autores, não podemos compreendê-los como intocáveis, e buscamos levantar estas questões especialmente pelo fato de que elas não foram ventiladas ainda – ou pelo menos foram com muita discrição no debate político da esquerda brasileira contemporânea¹⁴⁶; em sua maioria, as problematizações que se dirigem a TMD discorrem sobre a precisão ou imprecisão de seus termos com relação à economia política, especialmente referindo-se à categoria de superexploração e subimperialismo, mas pouco comentou-se de seus possíveis desdobramentos estratégicos. Isto pode ocorrer pelo emprego constante do objetivo socialista, mas como sabemos objetivo e estratégia, embora imbricados, são coisas distintas. Entendemos que o modo como a TMD apreendeu o mundo, mesmo indicando a atualidade socialista enquanto objetivo, aventou a possibilidade de um caminho democrático à construção deste. Exatamente por isto, insistimos em problematizar estes possíveis descaminhos presentes nos diferentes textos produzidos ao largo de mais de 30 anos, pois, ao que nos parece, vivemos um período de entre-ciclos, e as boas questões ocupam um lugar central e podem ditar os caminhos de superação da crise filosófica que estamos inseridos. Para nosso caso, onde a TMD vem sendo resgatada pelos mais diversos círculos universitários, sendo debatida no interior dos partidos políticos da esquerda brasileira, etc. pareceu-nos que devemos atentar ante uma possível apropriação imediata de seus contributos, como se a TMD em sua unidade e coerência fosse em si mesma suficiente para explicar a totalidade das contradições que envolvem a dinâmica do capitalismo monopolista hoje e, mais que isto, fosse uma espécie de teoria marginalizada pelo reformismo desenvolvimentista que bastaria resgatá-la para que tenhamos novamente um conjunto de apontamentos estratégicos para a Revolução Brasileira, dado que esta estaria isenta de equívocos. Desta forma, a pergunta incômoda neste caso é: não seria a TMD resultante de um conjunto de determinações de seu período histórico, e exatamente por isto, em alguma medida, aprisionada as possibilidades de seu tempo? Com isto, e conseqüentemente, guardando pontos de contato e/ou informando em alguma medida a filosofia que estruturou a nova visão de mundo que alicerçou/alicerça a Estratégia Democrático-

146 Esta provocação teve raiz em conversas com Fernando Correa Prado, que em uma de suas arguições elaborou uma disjuntiva a ser percorrida, que sinteticamente chamou de *TMD: entre contribuições e confissões*. Acreditamos que os aspectos das contribuições foram expostos com excelência no último decênio. Caberia agora trabalharmos as confissões, projeto este que temos em vista.

Popular? E, talvez até por isso a fácil transitividade desta matriz nos dias atuais entre os círculos à esquerda (como uma espécie de reinscrição radicalizada). Neste momento de nossos estudos entendemos esta rica matriz analítica como uma das fontes que mobiliza um conjunto de contribuições que devem ser assimiladas, incorporadas, mas não de maneira imediata, e sim por superação, como nos exige o método materialista dialético, trabalho este que só pode ser feito através de um esforço coletivo e iniciado por perguntas aparentemente ingênuas.

Por fim, indicado algumas de nossas provocações neste nosso caminho, voltamos ao centro de nossa seção a fim de encerrá-la. Vimos até aqui que após o golpe de 1964 inaugura-se um período de depressão profunda no plano da consciência social que acaba se manifestando no plano organizativo. Este movimento estamos caracterizando como uma fase de entre-ciclos, onde a velha visão de mundo entra em crise, passa a ser questionada em diferentes aspectos, ao mesmo tempo que defendida naquilo que ela guarda de essencial. Como afirmamos, o entre-ciclos marca um período de negação e novas afirmações, que se cristalizará em uma nova síntese estratégica. Este caminho não pode ser entendido como um curso linear, ao contrário, profundamente sinuoso, podemos apenas percebê-lo ao remontar, no plano das ideias, o modo como as principais formulações que se gestaram nesse processo de crítica à estratégia anterior se conformaram.

Ao percorrer estas pistas, o primeiro movimento que fizemos tratou de apresentar como que no seio do próprio PCB houve um descompasso temporal entre a derrota e a percepção desta, fenômeno que incidiu decisivamente para a rerepresentação dos mesmos pressupostos interpretativos que levaram à classe trabalhadora e suas organizações à derrota estratégica em 1964. Contudo, ali mesmo, em meio as defesas do velho, florescia um importante passo à superação. Caio Prado Jr., destacado dirigente comunista do PCB, ao formular suas teses em *A revolução brasileira* indica acertadamente muitos dos elementos que na teoria consagrada estavam desconexos com a própria dinâmica do real; ainda assim, Caio Prado Jr., fica a meio passo de uma real superação, rerepresentando, com outros contornos, os mesmos desdobramentos contidos na visão de mundo que se pretendia superar, reafirmando desta forma a impossibilidade de um salto socialista no Brasil em função de suas características formativas.

Em paralelo às discussões internas que seguiam no PCB, desde um pouco antes do golpe, mas desenvolvido com melhores mediações após este, uma parcela

dos revolucionários no Brasil já percebiam a derrota, e tratavam, num primeiro momento de contorná-la e, num segundo momento, superá-la, o que passa, não exclusivamente, mas necessária e incontornável, por uma superação em termos científicos. Acreditamos que uma das matrizes interpretativas que é responsável pela superação da visão de mundo que informou a EDN é a Teoria Marxista da Dependência, que como pudemos apresentar, encontra no plano organizativo correspondência prática na POLOP, organização que agrupou durante um período inicial os principais intelectuais desta vertente. Tratamos de discorrer as principais considerações que esta corrente logrou formular, situando o desenvolvimento das análises em conjunto com o próprio desdobrar da luta de classes. Chegamos à uma conclusão de que sim a TMD supera em profundidade as caracterizações comuns aos comunistas do PCB. Entretanto, o modo como supera, passa a informar desdobramentos estratégicos que podem ser ambíguos, isto é, comporta a radicalidade e consequência presente nas teses da POLOP, ao passo que pela instrumentalização de sua principal categoria – a superexploração [que erige uma particular forma de Estado] – pode vir a informar um plano estratégico socialista democrático e popular.

Com isto, acreditamos que encerramos a primeira fase do entre-ciclos, cabendo agora observar outras determinações que serão vitais para a nova síntese estratégica, cristalizada na EDP. Para tanto, faz-se necessário sairmos um pouco da realidade brasileira e discorrer sobre os debates que vinham se gestando a nível internacional, e como eles se conectaram com a dinâmica particular da luta de classes no Brasil. Assim, a próxima questão que queremos incitar neste trabalho é a seguinte: *a derrota estratégica em 1964 é uma derrota particular do proletariado em sua fração brasileira, isto é, uma derrota encerrada em âmbito nacional, ou, seria ela a expressão particular de uma derrota mundial em curso?* Isto é, se a EDN está conectada à uma estratégia mundial de superação do capitalismo, sua derrota local, acompanha a dinâmica geopolítica global da luta de classes ou seria ela uma mera distorção no ascensional caminho que o proletariado mundial vinha trilhando? Ao que nos parece, a derrota da EDN é expressão nacional da derrocada mundial da Revolução Socialista. Isto significaria dizer que, em âmbito mundial, vive-se uma crise filosófica e, as novas sínteses cristalizadas no interior do movimento comunista internacional, ante a derrocada em curso das experiências socialistas, passarão a ser decisivas para as novas sínteses nacionais, informando, igualmente, o próximo

ciclo que se abrirá.

Este encontro com o Movimento Comunista Internacional¹⁴⁷ e a luta de classes no Brasil chamaremos de 2ª fase do entre-ciclos, e como veremos, o PCB cumprirá um papel neste caminho.

3.2. A 2ª fase do entre-ciclos: O encontro com o Movimento Comunista Internacional (MCI)

“Posto e reposto o drama do socialismo de acumulação (atual, real, ou como se queira), hoje toda a manifestação de desconfiança é autêntica e legítima. Toda a inquirição genuína está na ordem do dia. Desconfiança e inquirição para as quais nenhuma dimensão do teórico ou do político fica excluída ou interdita. Tanto quanto, de outra parte, é imperativo, com igual força, recusar toda negação banal, subreptícia ou “irritadiça” da herança intelectual marxiana, bem como de seu genuíno potencial de desenvolvimento marxista.” (CHASIN, 1988, p. 15)

Encerramos a última seção inserindo uma nova questão à presente dissertação. Seria a derrota estratégica vivida pelo movimento operário brasileiro uma derrota nacional ou seria esta a expressão nacional de uma derrota de natureza mundial? Acreditamos que a estratégia falida no Brasil é um momento particular da derrota da revolução proletária em nível mundial. Se isto é verdade, pode-se dizer que a crise filosófica não atinge apenas o Brasil, e sim todo o globo; mais que isto, arriscamos dizer que os caminhos de superação desta – a filosofia falida - acabam se encontrando, o que significa dizer que a próxima síntese estratégica que se objetivou no Brasil, a EDP, possui correspondência com os balanços políticos que toda a esquerda mundial vinha acumulando – é importante

147 A fim de explicitar o que estamos chamando de MCI, tomamos por referência a síntese de Victor Neves sobre o tema: é com esta definição que estamos trabalhando. Neste trabalho, a expressão “movimento comunista internacional” remete, grosso modo, à rede internacional estabelecida entre a maior parte dos partidos comunistas do mundo (entre si e com a intelectualidade individual ou coletiva em interlocução aberta com eles), com centro em Moscou, a partir da autodissolução da III Internacional em 1943. As relações no âmbito deste movimento nem sempre foram amigáveis, tendo por vezes sido tensas, hostis e até desleais, o que deu ensejo ao surgimento de outros centros, como Pequim [...] Pelas mesmas razões, também estão excluídas desta remissão, no âmbito do presente trabalho, as correntes trotskistas e outras cisões que ocorreram desde a virada para a década de 1930 nas organizações comunistas” (NEVES, 2019 p.103-104).

dizer desde logo que neste caminho a EDP não é um mero reflexo, contudo, igualmente, não nos parece que está isenta de identidades com um conjunto de reflexões comuns à grande parte da esquerda mundial. Esta crise do movimento comunista mundial manifesta-se sob duas formas: a primeira se relaciona com as atividades políticas da URSS e, a segunda, como consequência da primeira, as novas sínteses filosóficas que vão se consolidando em oposição aos lineamentos políticos da própria URSS, que terminam por se consolidar como uma importante vertente do movimento operário protagonizada pelos principais partidos comunistas da Europa, conhecida pelo nome de eurocomunismo. Para nós, o eurocomunismo está *entendido como a expressão da própria derrota*, que fatalmente será influente nos próximos direcionamentos da luta socialista no Brasil.

Entendido o eurocomunismo como um produto histórico, cabe no curso deste trabalho expor algumas das características do processo que o criou. Parece-nos que este desdobramento possui suas primeiras determinações nas contradições iniciadas pela luta revolucionária desde o triunfo da Revolução de Outubro e, sobretudo, no modo como estas foram respondidas.

O primeiro elemento a ser destacado é a viragem na concepção de revolução mundial, que passa a ser enquadrada à luz dos interesses soviéticos, fenômeno que fica conhecido como a *subordinação da luta revolucionária mundial às diretrizes da razão de Estado da URSS*. Uma vez apresentado este processo, passaremos a aplicação desta no cenário mundial, o que nos exige um exame mais detido sobre a linha política de Frente Popular aprovada pelo VIIº Congresso da IC e após isto, verificar como esta diretriz política subordinada aos interesses nacionais do Estado soviético terminou por incidir no movimento comunista internacional, configurando-se como o berço daquilo que mais tarde voltar-se-á contra a própria luta revolucionária, ou seja, pretendemos expor como que a estratégia da Revolução Mundial apresentada pela URSS através das instâncias da IC, ao contrário de insuflar a conquista do poder político pelo proletariado a nível planetário acabou por estrangê-lo e, em virtude disto, exigindo o nascimento de uma corrente ideológica que passa a justificar esta orientação contrarrevolucionária, o eurocomunismo. Ao final, pretendemos expor como estas distensões do movimento comunista internacional se conectam com a luta de classes em nível nacional, onde, aparentemente, o PCB em meio às suas lutas internas será um importante interlocutor deste encontro. Passamos, portanto, à uma caracterização dos primeiros

momentos deste processo histórico.

...

Já discorreremos no segundo capítulo deste trabalho um pouco sobre os imperativos da luta comunista, apresentando como uma de suas exigências o caráter mundial da revolução socialista, entendida como transição àquele. Claro que não se pode imaginar um ato único onde todas as frações nacionais do proletariado mundial em mesmo compasso tome o poder conjuntamente, há inevitavelmente um conjunto de mediações que demandam uma estratégia global para a revolução socialista, que, claro está, será sempre mediada pela ‘questão nacional’ - abstrair esta mediação seria incorrer numa conjectura vazia de determinações, da mesma forma, encerrar-se na questão nacional, ao contrário, parece atentar contra a própria possibilidade de evolução da luta socialista¹⁴⁸. Esta sempre foi a razão de fundo que impôs a necessidade de construção de instâncias internacionais para a condução da luta revolucionária no mundo. Não há nenhum indicio histórico que autorize a ideia de uma revolução simultânea em todas as partes do globo, trata-se de um ponto relativamente pacífico na tradição marxista, entende-se “a inevitável inextricabilidade de revoluções conquistando o poder em primeiro lugar num ou nalguns países e defrontando-se depois com a intervenção internacional da burguesia [...]” (MANDEL, 1978, p. 13).

Ainda sobre a caracterização das exigências que a luta socialista impõe aos revolucionários, expomos em conformidade com as considerações de Marx como que o próprio movimento de consolidação do imperialismo se constituiu como a antessala do socialismo, ou dito de forma menos entusiasta, como a plataforma pela qual o socialismo se torna atual/possível e encontra seu ponto de negação e partida, isto é, demonstramos como o imperialismo enquanto fase superior de organização do modo de produção capitalista, tendo a monopolização, a fusão das

148 Em conformidade com Mariátegui: “Os internacionalistas – excetuados alguns extremistas, alguns românticos, pitorescos e inofensivos – comportam-se com menos intransigência. Tal como os relativistas ante a física de Galileu, os internacionalistas não contradizem toda a teoria nacionalista. Reconhecem que corresponde à realidade, mas só numa primeira aproximação. O nacionalismo apreende uma parte da realidade, mas nas mais do que uma parte. A realidade é muita mais ampla, menos finita. Numa palavra, o nacionalismo é válido como afirmação, mas não como negação. No capítulo atual da história, tem o mesmo valor do provincianismo, do regionalismo, em capítulos pretéritos. É um regionalismo de novo estilo.” (MARIÁTEGUI, [1924] 2005. p. 36)

cadeias produtivas mundiais, etc. prepara as condições para a socialização dos meios de produção, e, além disso, concatena as lutas políticas do proletariado em suas frações nacionais em âmbito mundial, impondo a qualquer revolução política nacional o internacionalismo como finalidade desta, sob pena de estagnar em seu processo¹⁴⁹. Se a questão da revolução mundial já estava clara para Marx e Engels desde a Iª Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores - 1964), quando, após a constituição absoluta do imperialismo no primeiro e segundo decênio do século passado, esta exigência se evidencia e torna-se quase incontornável. Desta forma “a noção de revolução mundial [...] adquiriu uma escaldante actualidade no quadro da tomada de consciência da unidade orgânica e contraditória da economia mundial tal como o imperialismo a tinha forjado” (MANDEL, 1978, p. 13). Assim como Mandel se refere à esta determinação, enquanto uma base de granito da qual emerge a realidade da revolução mundial, todo o quadro dirigente revolucionário da revolução soviética de 1917 também a entendia. Não é nenhuma novidade apresentar que para Lênin, Trostsky, Stálin e os demais dirigentes comunistas, a jovem revolução soviética na Rússia não podia ser entendida como um ato em si mesmo, e sim como um momento do processo de conquista do poder político a nível mundial, sendo que a Revolução de Outubro cumpria um importante papel de emular outras tantas insurreições no Ocidente – fato que se confirmou – e que tinha seu futuro decidido pela luta das frações proletárias do centro do sistema, sendo que neste momento, dedicava-se especial expectativa na revolução Alemã.

Tal compromisso com a realização da revolução socialista mundial, que, como vemos, teve inicialmente força do consenso, era fundado sobre a interpretação de que a revolução na Rússia fora apenas a quebra no elo mais fraco da cadeia imperialista, ou seja, um primeiro e importante passo em direção ao despertar das massas proletárias do Ocidente (especialmente, num primeiro momento, da Alemanha) para a necessidade de realizarem suas revoluções, constituindo assim, progressivamente, a formação de uma única “pátria” socialista (não se deve esquecer, quanto a isso, a profunda significação simbólica da escolha do primeiro hino da URSS: *A Internacional*) sem a qual se avaliava que a própria revolução russa estaria perdida. Não deixam margem a dúvidas as declarações de

149 “Por isso, para se desenvolver e aprofundar rumo à consecução do comunismo – objetivo em relação ao qual ele não é mais que uma transição subordinada – a construção do socialismo não pode se deter nos aspectos *políticos* da revolução entendida enquanto tomada do poder, mas deve, sob pena de fracassar (não sendo capaz de superar inteiramente as determinações do capital e, finalmente, retrocedendo inclusive no controle político obtido inicialmente através do processo revolucionário), transcendê-lo em direção a uma autêntica *revolução social* planetária.” (NEVES, 2019, p. 336 – grifo do autor)

Lenin no sentido de que os bolcheviques representariam apenas um destacamento que avançou à frente dos outros destacamentos dos trabalhadores em virtude da peculiaridade das condições russas (LENIN, [1818] 1977j, p. 65 e [1918] 1977k, p. 82), mas que do “ponto de vista da revolução mundial [...] a Alemanha é o principal elo dessa cadeia [...] e o sucesso da revolução mundial depende, acima de tudo, dela” (LENIN, [1918] 1977l, p. 123) (NEVES, 2019, p. 335)

Ocorre que mesmo se confirmando a tendência esperada de que a revolução na Rússia acirrará a luta de classes no Ocidente, apresentando a emergência de situações revolucionárias¹⁵⁰, isto é, de que no que tange às condições objetivas para uma revolução estas estariam potencialmente postas, faltavam, especialmente na Alemanha onde se decidia o futuro da revolução mundial, as *condições subjetivas* para a classe operária tomar o poder político e avançar na revolução planetária; dito de outra forma: “Havia, entretanto um problema: na Europa, o agente consciente e organizado, o partido revolucionário de tipo bolchevique, estava ausente, e, a não ser que um partido assim fosse criado, o destino da revolução mundial corria perigo” (NEVES, 2019, p.338). O caso alemão exprime o drama geral que se vivia. A Alemanha neste momento dispunha nada mais, nada menos do que o movimento operário mais forte e organizado de toda Europa, dirigido pela Socialdemocracia (SPD) desde 1869. Contudo, a organização do proletariado na Alemanha estava inserida dentro de um marco estratégico antagônico às proposituras bolcheviques e, a este momento, no mais alto grau do desenvolvimento de suas prerrogativas, tendo, por exemplo, Friedrich Ebert como chanceler em 1918 e, posteriormente, em 1919, Presidente da República de Weimar; neste momento o SPD já atuava com uma clara postura contrarrevolucionária¹⁵¹ a exemplo da desarticulação da

150 “Mas nada parecia mais provável de que era isso que iria acontecer mesmo, porque a Grande Guerra acabou em generalizado colapso político e crise revolucionária, sobretudo nos Estados beligerantes derrotados. Em 1918, todos os quatro governantes das potências derrotadas (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária) perderam seus tronos, assim como o czar da Rússia, derrotada pela Alemanha, que já caíra em 1917. Além disso, a inquietação social, equivalendo quase a uma revolução na Itália, abalou até mesmo os beligerantes europeus do lado vencedor.” (HOBBSAWM, 1994, p. 65). “[...], o impacto da Revolução Russa nos levantes europeus de 1918-9 foi tão patente que seria difícil haver muito espaço em Moscou para ceticismo quanto à perspectiva de disseminação da revolução do proletariado mundial.” (HOBBSAWM, 1994, p.74)

151 Isto já havia se confirmado antes mesmo da Revolução de Outubro, quando o SPD às vésperas da Iª Guerra havia aprovado os créditos de guerra que validou uma guerra imperialista mobilizando o sentimento chauvinista no proletariado: “El socialimperialismo, representado inicialmente por la corriente de Bernstein (actuante en su eurocentrismo desde fines del siglo XIX y también a comienzos del XX, sobre todo en los congresos de 1904 y 1907) llega a su apogeo y alcanza su cenit con la irrupción de la primera guerra mundial, cuando prácticamente todos los representantes parlamentarios de la Segunda Internacional votan a favor de los créditos de guerra de sus respectivos Estados burgueses.” (KOHAN, 2013, p.171)

insurreição de 1918 quando Gustav Noske foi enviado pessoalmente para tomar a direção do movimento em Kiel, onde os marinheiros armavam um motim e incitavam um processo insurrecional (HAFNER, 2018); vale o grifo ainda à brutal repressão ao seguimento revolucionário do proletariado alemão¹⁵², processo que foi coroado com o assassinato - organizado por Noske e consentido por Ebert - de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que, em uma palavra, eram os principais quadros dirigentes revolucionários na Alemanha. Teoricamente, a estratégia social-democrata encontrava no plano intelectual sua sistematização completa em Eduard Bernstein. Em termos gerais, a propositura de Bernstein – e posta em marcha por toda a socialdemocracia – negava a necessidade de uma revolução insurrecional, isto é, o ato da tomada radical do poder, opondo-se frontalmente à Marx e a todos os bolcheviques; ao contrário, supunham a possibilidade de um trânsito pacífico através de reformas que num processo de acúmulo de forças chegariam evolutivamente ao socialismo. Em breve descritor, vejamos como a questão foi sintetizada por Nestor Kohan:

De este modo, el padre y principal inspirador del reformismo convoca desesperadamente a romper la relación marxismo-blanquismo y, en un agregado a la edición de 1920 [“O socialismo evolucionário”], intenta demostrar que el “socialismo moderno y desarrollado” no equivale de ninguna manera a bolchevismo. Por contraposición al bolchevismo, a la

152 Podemos ilustrar um dos episódios da contínua atividade contrarrevolucionária protagonizada pelo SPD através, por exemplo, do relato do general Groener, que em aliança com Ebert, esforçava-se por destruir a revolução em Berlim ao final de 1918: “Em primeiro lugar, tratou-se de arrancar o poder dos conselhos operários e de soldados em Berlim. Com esta finalidade, traçou-se um plano de avanço militar na cidade, em dez divisões. O comissário do povo Ebert estava completamente de acordo. Um oficial foi enviado a Berlim para negociar os detalhes, também como ministro da Guerra da Prússia (que ainda era von Scheuch, como antes de 9 novembro), que evidentemente não poderia ser excluído. Ali houve uma série de dificuldades. Eu posso apenas apontar para o fato de que, por parte dos membros do governo filiados aos independentes, os assim chamados comissários do povo, mas também por parte dos conselhos de soldados [...] foi exigido que as tropas entrassem sem munição pesada. Obviamente formamos de imediato um *front* contra isso e o senhor Ebert obviamente concordou em mandar as tropas entrarem com munição pesada em Berlim. Para esta invasão, que, ao mesmo tempo, deveria trazer consigo a oportunidade de implementar novamente um governo firme em Berlim – eu preciso dar este testemunho em razão do meu juramento; [...] nós preparamos um programa militar para cada dia. Nesse programa estava indicado, dia a dia, o que era para acontecer: desarmar Berlim, limpar a cidade dos espartaquistas [ala revolucionária do proletariado alemão] etc. [...]” Mais tarde, complementando o mesmo descritor: “Quem ainda portar armas sem licença será fuzilado. Quem possuir material de guerra, incluindo automóveis, será julgado de acordo com a lei marcial. Desertores e marinheiros devem se alistar, no prazo de dez dias, na primeira unidade de reserva ou no comando distrital mais próximo. Quem se atribuir a condição de funcionário sem autorização será fuzilado. Buscar apreensão nos bairros perigosos. Determinação sobre desempregados e trabalhos de emergência. A autoridade dos oficiais volta a valer em todo o perímetro [...] Isto também foi discutido com o senhor Ebert, por intermédio do oficial que eu havia enviado a Berlim. [...] Este programa foi decidido em completo acordo do senhor Ebert.” (GROENDER *apud* HAFNER, 2018,p.163)

hora de rastrear una genealogía familiar para el socialismo *Bernstein recurre a la herencia liberal*. De todo este andamiaje teórico —la necesidad de revisar el materialismo histórico, ampliar la teoría de los factores, adaptar el marxismo a un capitalismo estable y de abundancia progresiva, expurgar la dialéctica hegeliana y desmontar la homologación de marxismo y blanquismo— Bernstein extrae las principales consecuencias políticas que dejarán huellas indelebiles en formulaciones posteriores del reformismo (hijos legales o bastardos, lo reconozcan o no a él como progenitor e inspirador principal): “Los que no logran imaginarse la realización del socialismo sin actos de violencia, ven en esto un argumento en contra de la democracia y en realidad no han faltado los que han alzado su voz en la literatura socialista. Pero los que no se dejan llevar por la visión utópica de que las naciones modernas, bajo el influjo de una prolongada catástrofe revolucionaria se disolverán en una miríada de grupos radicalmente independientes entre sí, verán en la democracia algo más que un medio político bueno únicamente, como palanca en manos de la clase trabajadora para dar el golpe de gracia al capital” a lo que más adelante añade “*Toda la actividad práctica de la socialdemocracia está encaminada a la creación de situaciones y requisitos que hagan posible y garanticen el tránsito sin rompimientos violentos del moderno orden social a un orden superior [...] el paso de la sociedad capitalista a la sociedad socialista debe realizarse forzosamente de acuerdo con las formas evolutivas*” (KOHAN, 2013, p. 138).

Em síntese a coisa estava colocada da seguinte forma: a revolução soviética na Rússia havia triunfado, mas como o principal dirigente deste processo a enquadrou, ela não era mais do que um marco do grande processo da revolução socialista mundial, que neste momento dependia em grande medida da possibilidade de triunfo do proletariado nas principais nações imperialistas, em especial na Alemanha. Desta forma, a revolução havia contribuído para insuflar o proletariado mundialmente para a possibilidade e consecução da revolução socialista - como vimos, os efeitos da revolução de outubro reverberaram inclusive para a viragem no processo de consciência da fração proletária no Brasil; neste contexto a ênfase depositada na revolução alemã não era menor, dela dependia a revolução mundial. Contudo, a revolução alemã viu-se constrangida pelos próprios elementos que dirigiam o movimento operário; a Socialdemocracia, orientada por uma estratégia oposta à bolchevique, e neste sentido oposta ao marxismo, negava a necessidade de uma insurreição para a tomada do poder político, e, não bastasse isto, atuava em consequência para a desarticulação de qualquer processo que remetesse ao bolchevismo, operando dentro dos marcos de sua estratégia chauvinista evolucionista. O que isto significa? Que o futuro do socialismo estava nitidamente ameaçado, e, em particular, a possibilidade de manutenção da própria revolução de outubro. Foi diante deste cenário que se impôs como necessidade a construção de uma nova Internacional (IIIª Internacional - 1919), que objetivava

contornar as adversidade à internacionalização da revolução socialista, sendo ela – a IIIª Internacional - “a consequência lógica, no plano da *práxis* política, da aplicação do princípio teórico do internacionalismo proletário [...]” (NEVES, 2019, p. 338).

Apesar disso, a revolução alemã de 1918 confirmou as esperanças dos bolcheviques russos, tanto mais porque uma república socialista de curta vida foi proclamada na Baviera em 1918 e, na primavera de 1919, após o assassinato de seu líder, uma breve república soviética se estabeleceu em Munique, capital da arte, da contracultura e da (politicamente menos subversiva) cerveja alemãs. Coincidiu com outra e mais séria tentativa de levar o bolchevismo mais para oeste, a república soviética húngara de março-julho de 1919. Ambas foram, claro, eliminadas com a esperada brutalidade. Além disso, a decepção com os social-democratas logo radicalizou os trabalhadores alemães, muitos dos quais transferiram sua lealdade para os socialistas independentes, e depois de 1920 para o Partido Comunista, que portanto se tornou o maior desses partidos fora da Rússia soviética. Não se poderia esperar uma revolução alemã, afinal? Embora 1919, o ano auge da agitação social ocidental, houvesse trazido derrota às únicas tentativas de espalhar a Revolução Bolchevique; embora a onda revolucionária estivesse rápida e visivelmente baixando em 1920, a liderança bolchevique em Moscou não abandonou a esperança de revolução alemã até fins de 1923 [...] Fizeram isso estruturando seu novo movimento internacional comunista com base no modelo do partido de vanguarda leninista, de uma elite de “revolucionários profissionais” em tempo integral. (HOBSBAWM, 1994, p. 75)

Não bastasse as adversidades resultantes da luta de classes em nível mundial que influíam decisivamente no futuro da revolução soviética na Rússia, também ali, internamente, um conjunto de contradições imprimiam um drama particular às tarefas histórico-concretas que a evolução do socialismo impunha. A Rússia, já devastada pelos efeitos da guerra mundial, após a revolução enfrentou uma duríssima guerra civil¹⁵³, que a implicou – dentre tantas coisas – numa profunda crise econômica. E isto é particularmente decisivo visto que para uma revolução seguir seu curso, uma de suas exigências é a possibilidade de garantia das condições imediatas de existência; neste momento, as condições refletidas pelo baixo patamar de desenvolvimento das forças produtivas na Rússia, somada à devastação de anos de guerra, impunha como condição de existência a possibilidade de garantir o mínimo, por exemplo o alimento - é sintomático que ao

153 “Vários exércitos e regimes contra-revolucionários (“brancos”) levantaram-se contra os soviéticos, financiados pelos aliados, que enviaram tropas britânicas, francesas, americanas, japonesas, polonesas, sérvias, gregas e romenas para o solo russo. Nos piores momentos da brutal e caótica Guerra Civil de 1918-20, a Rússia soviética foi reduzida a uma faixa de território sem saída para o mar, no Norte e no Centro da Rússia, em algum ponto entre a região dos Urais e os atuais Estados bálticos, a não ser pelo estreito dedo exposto de Leningrado, apontado para o golfo da Finlândia. [...] Em fins de 1920, os bolcheviques haviam vencido” (HOBSBAWM, 1994, p. 70).

largo da guerra civil contra os “brancos” milhões de pessoas morreram de fome. Este era um problema peculiar da transição na Rússia, e não podia ser tergiversado, impunha-se como necessidade respondê-lo praticamente, sob pena de refluir todos os avanços já conquistados¹⁵⁴. Para Lênin este problema apenas podia ser resolvido de uma forma: aumentando a produtividade do trabalho saltando de uma economia fundada na pequena propriedade para a grande produção social; exatamente por isso a palavra de ordem no interior da Rússia soviética, neste momento, é a eletrificação (BAMBIRRA, 1991). Todavia este movimento deveria ser entendido como um *processo*, uma vez que sua imposição imediata implicaria num desgaste com a principal força aliada do proletariado neste momento, o campesinato, maioria da população na Rússia, o que enfraqueceria o próprio curso da transição.

A título de ilustração do modo como Lênin expunha as alternativas à esta imbricada conjuntura, vejamos duas de suas passagens:

Para abolir as classes é necessário, antes de tudo, derrotar os latifundiários e os capitalistas. Essa parte da nossa tarefa já foi realizada, mas é apenas uma parte, e além disso *não* a mais difícil. Para abolir as classes, é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença entre obreiros industriais e camponeses, e transformá-los *todos em trabalhadores*. E isso não poderá ser feito de repente. É uma tarefa muitíssimo mais difícil e levará necessariamente muito tempo. É um problema que não se pode resolver com a derrocara de uma classe. *Só poderá resolver-se mediante a reorganização de toda a economia social, mediante o passo da pequena produção mercantil individual e isolada para a grande produção social*. Essa transição será, por força, extraordinariamente lenta. E com medidas administrativas e legislativas precipitadas e imprudentes, apenas se conseguiria prolongá-la e complicá-la. Só se poderá ser acelerada proporcionando ajuda aos camponeses, de modo que esses possam melhorar muitíssimo e *transformar de modo radical toda a técnica agrícola*. Para resolver essa segunda parte da tarefa, *que é a mais difícil*, deve o proletariado, após vencer a burguesia, manter de modo inquebrantável a seguinte linha fundamental da sua política em relação aos camponeses: o proletariado deve separar e diferenciar o camponês trabalhador do camponês proprietário, o camponês lavrador do camponês comerciante, o camponês que labuta do camponês que especula. (LENIN *apud* BAMBIRRA, 1991, p. 81)

154 “Assim, contra as expectativas, a Rússia soviética sobreviveu. Os bolcheviques mantiveram, na verdade ampliaram, seu poder, não só (como observou Lenin com orgulho e alívio após dois meses e quinze dias) por mais tempo que a Comuna de Paris de 1871, mas durante anos de ininterrupta crise e catástrofe, conquista alemã e imposição de paz punitiva, separações regionais, contra-revolução, guerra civil, intervenção armada estrangeira, fome e colapso econômico. Não podia ter estratégia ou perspectiva além de optar, dia a dia, entre as decisões necessárias à sobrevivência imediata e as que arriscavam um desastre imediato. Quem podia dar-se ao luxo de considerar as possíveis conseqüências a longo prazo, para a Revolução, de decisões que tinham de ser tomadas já, do contrário seria o fim da Revolução e não haveria outras conseqüências a considerar? Uma a uma, as medidas necessárias foram tomadas. [...]” (HOBSBAWM, 1994, p.70).

E ainda:

Se não cumprirmos essa tarefa, nada resultará de nossos êxitos, de nossas vitórias no arrasamento dos exploradores e de nossa resistência militar aos imperialistas internacionais, e *será inevitável o retorno ao velho sistema*. A esse respeito, em sentido teórico, não pode haver dois critérios. Nesse momento a etapa da transição é brusca e mais difícil, *exige outros métodos*, outra distribuição e utilização de forças, uma atenção e uma psicologia diferente, etc. [...]

Enquanto estejamos vivendo em um país de pequenos agricultores, haverá na Rússia uma base econômica mais sólida para o capitalismo do que para o comunismo. (...) Aquele mantém-se apoiado na pequena produção, e para destruí-lo há um só meio: *colocar a economia do país, inclusive a agricultura, sobre uma base técnica nova, a base técnica da grande produção moderna*. Essa base não pode ser outra do que a eletrificação (LENIN *apud* BAMBIRRA, 1991, p. 85).

Esse conjunto de contradições são as bases que exigiram um recuo tático no processo revolucionário russo. Ante o influxo da revolução no Ocidente e ante a necessidade de manutenção dos avanços já logrados pelos soviéticos, como vimos, impunha-se como tarefa a garantia das condições imediatas de existência, apenas possível mediante a elevação da produtividade do trabalho, daí a palavra de ordem presente ser a eletrificação. A resposta à esta tarefa veio através da Nova Economia Política (NEP) que significava um “recuo tático da economia sob a ditadura do proletariado a uma forma econômica que Lênin chamou de ‘capitalismo de Estado’” (NEVES, 2019, p. 339). Sem a pretensão de esgotar o assunto, interessa-nos aqui o fato de que as exigências desta mediação imposta à transição socialista soviética pela necessidade de reconstituição da grande indústria foram realizadas espelhando os modelos de produção norte-americano e alemão, importando, por exemplo, como meio de organização dos trabalhadores o taylorismo, autorizando a comercialização do excedente econômico agrícola, etc. Além disto, importa destacar que para a execução do conjunto de mediações econômicas impostas pela NEP – que como apontado por Lênin exigiria uma larga temporalidade - foi se corporificando uma *institucionalização da Rússia soviética como Estado* (MAZZEO *apud* NEVES, 2019, p. 339) e, no interior desta, diante do completo isolamento, numa situação onde as cadeias produtivas mundiais encontravam-se plenamente integradas, tornava-se impossível não estabelecer nenhum tipo de relação com os países capitalistas, realizada por intermédio do próprio Estado.

É importante ter claro que a revolução a este momento não era capaz de sustentar todas as posições alcançadas, e para não perdê-las por completo, com

vistas a reagrupar as forças revolucionárias – não apenas internamente mas, sobretudo, externamente – impunha-se como necessidade este recuo¹⁵⁵ e o estabelecimento de relações com os demais países. Estas relações, naturalmente são relações comerciais, relações diplomáticas, etc. Para tanto, fez-se necessário a suspensão – ainda que temporária ou meramente aparente – da dinâmica belicista.

Desta imposição – a institucionalização de um Estado soviético e a suspensão de um estado de guerra permanente – desdobrou-se dois aspectos que para nós são sumamente importantes. O primeiro consiste no nascimento de uma *razão de Estado soviética*, isto é, de um conjunto de interesses particulares à segurança interna do próprio Estado que se alicerçam num conjunto de princípios que o orienta, neste caso socialistas, impondo uma atividade “de um Estado nacional em um mundo de Estados nacionais” (CARR, *apud* NEVES, 2019, p. 340).

É precisamente aqui que a coisa começa a sofrer suas inversões. O que está sob ameaça não é apenas a manutenção da transição socialista na Rússia e sim a estratégia de uma revolução mundial com um todo. Como dissemos, um dos princípios elementares de uma revolução socialista é sua universalização, e nenhum dirigente soviético tergiversou, a princípio, esta necessidade. Mas vejamos mais de perto a dimensão do problema: como dar cabo à esta tarefa em meio à uma inflexão generalizada do movimento operário no Ocidente – que acabara de ser derrotado em suas insurreições -, e ainda, como auxiliar outros processos revolucionários diante da incontornável necessidade de recuo tático no interior da própria transição socialista que exigia o estabelecimento de relações comerciais com os países capitalistas? Seguir com os avanços significaria trabalhar abertamente no interior de cada nação capitalista para promover a organização do proletariado em direção à expropriação imediata dos expropriadores, isto é, a expropriação das frações nacionais da burguesia que se esperava estabelecer relações - se não de amizade, no mínimo de não agressão. Como sabemos, qualquer atividade neste sentido, evidentemente, seria entendida – nos marcos da razão de Estado das nações capitalistas – como uma intervenção externa, razão suficiente para a suspensão de qualquer acordo comercial e retomada das hostilidades abertas; o que, ao mesmo

155 “[...] “Analisada com serenidade, a conclusão política que se deve extrair da presente situação é que avançamos tão longe, que não podemos conservar todas as posições, e não necessitamos conservá-las todas” [Lênin] Quer dizer, o recuo é concebido como um reagrupamento de forças por parte das classes que se encontravam numa grande ofensiva vitoriosa, e é a preparação para retomá-la posteriormente, de maneira ainda mais definitiva.” (BAMBIRRA, 1991, p. 90).

tempo, atentava contra as prioridades assumidas dentro da própria razão de Estado soviética¹⁵⁶ (NEVES, 2019). Esta tensão contínua entre avanço da revolução mundial e as prioridades/manutenção da URSS é o segundo desdobramento da institucionalização do Estado soviético. Mesmo em meio à estas contradições, em nenhum momento houve uma suspensão completa da emulação da organização do proletariado à nível mundial, ocorre que esta via-se estrangulada em sua radicalidade em função dos interesses particulares da razão de Estado soviética. Assim, sendo a Rússia soviética o centro gravitacional da revolução mundial, seu recuo tático, passava significar o recuo tático de todo o movimento operário em suas frações nacionais. *Gradativamente* este movimento impôs uma legalidade onde os interesses particulares da Rússia soviética eram apresentados como os interesses universais do proletariado mundial, impondo uma viragem na estratégia mundial da revolução socialista, que pouco a pouco vê sendo minada a radicalidade do internacionalismo proletário, que acabou subtraindo qualquer manifestação particular da revolução mundial às diretrizes da Rússia soviética¹⁵⁷. E isto não era visto como um problema, uma vez que para o proletariado tomado em seu conjunto mundial, defender os interesses da Rússia soviética era, bem ou mal, defender seus próprios interesses. Com vistas a sintetizar esse processo, vejamos como Victor Neves amarra a questão:

A combinação entre esses fatores – grosso modo, isolamento no plano internacional e travamento da possibilidade de desenvolvimento da revolução socialista em sentido amplo (expresso na consolidação, na direção do partido e do Estado soviéticos, de uma camada burocrática com interesses próprios, que se erigia em representante do proletariado, assim como na supressão da liberdade política e de dissensão, e na substituição do internacionalismo proletário pela instrumentalização do MCI – NETTO, [1981] 1986) – foi, na prática (quando não na própria teoria, como o exemplifica o alçamento da ideia, nada marxista, da possibilidade de se completar a transição socialista em um só país, ou em uma só região do mundo, a cânon da doutrina marxista oficial – cf. CLAUDÍN, [1970] 1975, cap. 02), com o passar dos anos, domando o ímpeto revolucionário soviético e, com ele, aquele do movimento comunista internacional sob sua tutela.

156 “Assim a posição de salvaguardar o Estado fruto da revolução russa tendeu a colocar limites, já em sua tenra idade, às posições de apoio aberto e direto russo a revoluções nacionais ocorridas em Estados com os quais o governo soviético avaliava ser importante manter boas relações diplomáticas, e nesse sentido realmente marcou um recuo da revolução às fronteiras da Rússia (MAZZEO, 1999, p. 39), tendo influído decisivamente “na estratégia da revolução mundial” (NEVES, 2019, p. 342).

157 “No fim, os interesses de Estado da União Soviética prevaleceram sobre os interesses revolucionários mundiais da Internacional Comunista, que Stalin reduziu a um instrumento da política de Estado soviético, sob o estrito controle do Partido Comunista soviético, expurgando, dissolvendo e reformando seus componentes à vontade. A revolução mundial pertencia à retórica do passado, e na verdade qualquer revolução só era tolerada se a) não conflitasse com o interesse de Estado soviético; e b) pudesse ser posta sob controle soviético direto. [...]” (HOBSBAWM, 1994, p. 78).

Como consequência de tal processo, o grupo dirigente da URSS, completamente reconfigurado sob Stalin, chegou mesmo ao ponto de, renunciando completamente ao internacionalismo proletário, cumprir o lamentável papel histórico de ressuscitar o velho chauvinismo grão-russo, tingindo-o com o vermelho do socialismo, instalando-o no governo do Estado operário e promovendo-o a ideologia oficiosa desse mesmo Estado. (NEVES, 2019, p. 350)

Não podemos aqui pormenorizar o movimento de constituição desse *gradual* arrefecimento da radicalidade e subsequente viragem na estratégica da revolução mundial. Importa ter em conta o elemento *processual* deste fenómeno. Sabemos que atribuir às razões apontadas toda a responsabilidade para a viragem na estratégia mundial da revolução socialista - subtraída ao sabor dos interesses russos - seria incorrer em um reducionismo. Contudo, ao que nos parece, são elas os gatilhos disparadores que implicaram no conjunto de contradições que reduziu o horizonte da universalização da revolução socialista, isto é, elas inauguraram a tendência, que se por um lado já havia sido identificada por Lênin como um problema, os dirigentes bolcheviques, no conjunto de suas ações não conseguiram contorná-la¹⁵⁸. Entendemos que o processo de russificação da Internacional

158 “Essa diferença abissal de possibilidades materiais de fazer política expressou-se organizativamente na desigualdade de condições para pautar programática e organizativamente o aparelho da internacional, assim como para controlá-lo, como percebido e apontado por Lênin em seu relatório de abertura apresentado em novembro de 1922 ao IV Congresso da IC, o último do qual participou: “No Terceiro Congresso, em 1921, adotamos uma resolução quanto à estrutura organizativa dos Partidos Comunistas e quanto aos métodos e ao conteúdo de suas atividades. A resolução é muito boa, mas é quase completamente russa, ou seja, tudo nela é baseado em condições russas. Esse é seu ponto positivo, mas também sua falha. É sua falha porque estou seguro de que nenhum estrangeiro pode lê-la. [...] mesmo se a lerem, eles não a entenderão devido a ser muito russa. Não porque esteja escrita em russo – foi muito bem traduzida em todas as línguas –, mas porque está imbuída de cima a baixo do espírito russo. [...] e mesmo que, em um caso de exceção, um estrangeiro possa entendê-la, não será capaz de implementá-la. Esse é seu terceiro defeito. [...] Tenho a impressão de que cometemos um grande erro com essa resolução, de que bloqueamos nosso caminho para sucessos posteriores. (LENIN, [1922] 1977m, p. 430 – grifos do Victor). Como vimos, quando fundaram a Internacional eles tinham claro o objetivo de internacionalização da revolução, e tal objetivo seria dificilmente atingível sob o comando de uma direção internacional que desconhecesse as especificidades das realidades nacionais onde as revoluções deveriam eclodir. Entretanto, a desigualdade de recursos já fundava, ela mesma, uma enorme defasagem de capacidade de implementar política, inclusive para dentro do movimento comunista e de seu aparelho internacional, no âmbito do qual se tendia, na medida em que tal situação fosse deixada sem tratamento adequado, a reproduzir e ampliar a dominância russa. A referida defasagem político-operativa, com suas fundas consequências também em termos programáticos (ou seja, de possibilidades reais de pautar as resoluções e o programa a serem aprovados no espaço coletivo de discussão), passava, a partir de então, a ter de ser consciente e coletivamente enfrentada se não se quisesse transformar a IC em um apêndice do partido russo – e a posição política que prevaleceu nos anos seguintes foi a de não enfrentá-la. (NEVES, 2019, p. 345) A título de exemplo de como a russificação da IC se manifestou e como estava expressa a fragilidade de outros PC's contornarem a linha deliberada, basta recordarmos que as orientações políticas decorrentes do VIº Congresso da IC já havia, desde 1928, contado com críticas bastante precisas sobre suas incorreções ao que tange à América Latina, foi o caso já mencionado no presente

Comunista se consolida a partir de 1930, e ganha maior intensidade ante a evidência do rebentar da IIª Guerra Mundial, quando a subtração dos interesses da revolução mundial à razão de Estado soviética torna-se deliberada (NEVES, 2019). Claro está, que enquanto processo, houve inúmeros aspectos determinantes, dentre eles, e quiçá o mais importante, a resolução das disputas internas dentro do partido comunista, que como se sabe, teve como vertente vitoriosa o agrupamento em torno de Stálin e, junto à ele, um instrumental teórico que passa justificar a construção do *socialismo num só país* – que exprimia a subordinação da teoria às necessidades táticas (NEVES, 2019). Entendido as determinações gerais que impulsionaram a tendência de russificação da IC, e visto sua consolidação a partir dos anos 1930 - após a vitória do grupo dirigente ligado a Stálin e frente a iminência da IIª Guerra Mundial -, resta questionar quais foram as linhas estratégicas orientadas aos demais partidos comunistas e, como sua aplicação prática resultou num freamento da consecução da revolução socialista pelas demais frações nacionais do proletariado.

Seguindo o fio das reflexões de Fernando Claudín, a viragem na linha política da IC não resulta dos debates internos desta instância, mas desdobram da viragem de linha política da própria razão de Estado soviética. Já em 1934 Stálin em seu informe ao XVII congresso do PCUS acena para esta possibilidade. Ali o dirigente soviético reconhece a inevitabilidade da guerra e ameaça todas as outras nações ‘democráticas’ com o risco de que caso estas aventurem-se numa guerra contra a URSS, topariam elas com uma onda revolucionária em seus próprios países; sendo assim, apresenta a necessidade de uma concertação nos marcos das relações internacionais, onde a finalidade de neutralizar a inclinação alemã à invasão dos territórios soviéticos expressava-se através da manutenção das políticas de paz entre as nações não fascistas, ou seja, ao ameaçar com a revolução mundial, convidava para uma aliança mundial. No mesmo dia em que o discurso de Stálin vinha a público – 26 de janeiro de 1934 -, a Alemanha hitlerista firmava um pacto com a Polônia que acertadamente foi interpretado como um passo no sentido da política de agressão à URSS.

É a partir deste cenário de escalada belicista que na França, frente ao pronunciamento de Stálin e apoiado em seus próprios interesses nacionais contrários à ascensão hitlerista, inicia-se a costura do Pacto Franco-Soviético de

ajuda mútua, sob a escusa de que esta aproximação à URSS seria um elemento benéfico à paz europeia (CLAUDIN, 1985). Na prática, este sinal verde à aliança significou a inclinação imediata do PC francês ao restabelecimento dos entendimentos com o partido socialista, e passado um ano, em maio de 1935, o pacto foi firmado. O sentido geral deste movimento é apresentado por Claudín:

A 2 de maio de 1935 firma-se, em Paris, o pacto Franco-soviético, e nos dias seguintes, em Moscou, celebram-se as conversações Laval-Stalin. O comunicado final do encontro contém esta frase: "Stalin compreende e aprova plenamente a política de defesa nacional praticada pela França para manter as suas forças armadas adequadas ao nível da sua segurança". Até então, o Partido Comunista francês observara uma atitude irreduzível contra toda "política de defesa nacional", quaisquer que fossem os partidos burgueses no poder. Seus deputados, sistematicamente, votavam contra os créditos militares. Um mês e meio antes da assinatura do pacto, Thorez declarara no parlamento: "Não permitiremos que se arraste a classe operária a uma guerra sob o pretexto de defender a democracia contra o fascismo". Segundo vários historiadores, Laval acreditou matar dois coelhos com uma só cajadada: além do pacto, imobilizar os comunistas e obstaculizar a aproximação entre eles e os radicais. Mas, a resposta foi fulminante: os muros da França apareceram com a inscrição — "Stalin tem razão". E L'Humanité aplicou-se a explicar que há defesa nacional e defesa nacional, exército e exército, guerra a pretexto de defender a democracia e guerra de defesa da democracia. Em resumo, o partido afirmava que, entrando em jogo a defesa da União Soviética, tudo se alterava. Coisa indiscutível. Mas o problemático para um partido revolucionário se colocava quando havia que passar dessa constatação geral a definição de uma política que permitisse unir as duas pontas da corda: contribuição a defesa da URSS e luta contra uma burguesia que, em virtude do pacto, convertia-se em peça importante do dispositivo de defesa da URSS (CLAUDÍN, 1985, p. 165).

Desde a aprovação do pacto franco-soviético, a contradição entre avançar na revolução mundial e esta atentar contra os interesses da razão de Estado da URSS se apresentaram em completa clarividência. A manutenção do pacto implicava necessariamente a defesa dos interesses nacionais franceses – leia-se, o interesses da fração burguesa nacional francesa – e, estes obviamente não envolviam uma abstenção de sua condição de classe; desta forma os comunistas franceses na aplicação da nova orientação estavam impelidos a constranger a revolução socialista uma vez que a manutenção do pacto – em função das ameaças hitleristas – era entendida como a tática mais consequente para a defesa da própria luta socialista, que confundia-se, grosso modo, com a defesa da URSS. A constrição da revolução socialista consistia na aplicação de uma ampla Frente Popular antifascista em defesa da democracia. Mais abaixo veremos suas implicações. Cabe apenas sinalizar, para o momento, que a viragem na estratégia mundial tem aqui um

importante marco.

Esta viragem na política externa soviética incide claramente em toda a diretriz política da IC. Sabe-se que desde de muito cedo os comunistas do mundo esforçaram-se por uma caracterização precisa sobre o fenômeno do fascismo e os debates sobre sua natureza percorreram toda a década de 1920 - e estendem-se até hoje - contando com contribuições fundamentais para sua compreensão¹⁵⁹. Contudo a profundidade dos estudos pretéritos foi marginalizada; à luz das metamorfoses vividas pela transição socialista na URSS, reduziu-se a teoria às necessidades táticas e o VIIº congresso da IC em 1935 é a materialização deste apontamento. Desta forma, a diretriz adotada possui um conteúdo pragmático empobrecido teoricamente, subsumido à política externa soviética e que dentro destes marcos dispõe de caracterizações próprias sobre o que é o fascismo, como este determina a configuração das classes sociais frente a ele e, por fim, um entendimento sobre como deve ser encampada a luta. A síntese política deste congresso é a continuidade daquilo que já vinha se exercitando germinalmente na França após o pacto franco-soviético, a chamada Frente Popular. Vejamos mais de perto a questão. Em uma primeira aproximação como poderíamos caracterizar a linha de Frente Popular? Através do relatório de Giorgi Dimitrov, então Secretário-Geral da IC, ela é apresentada como uma mediação tática de luta contra o fascismo que implica todos os PC's do mundo numa determinada política de alianças com as frações pequenos burguesas e 'burguesas democráticas'; a linha de frente popular

159 Leandro Konder, em *Introdução ao Fascismo*, destaca este movimento: "Bem cedo, porém, outros observadores – sem perder de vista as raízes nacionais do fenômeno fascista – haviam enxergado no movimento dimensões mais amplas, proporções histórico-mundiais. Antonio Gramsci é, neste ponto, um pioneiro, pois já em 24 de novembro de 1920 ele escrevia no *Avanti!* "O fenômeno do 'fascismo' não é somente italiano, tal como não é somente Itália na a formação do partido comunista". E, na Alemanha, em 15 de novembro de 1922, aparecia na revista *Die Internationale* (Heft 10) um artigo profético, assinado por A. Jacobsen, no qual se dizia: "A classe operária internacional, especialmente a alemã, precisa chegar a ter clareza quanto ao fundamento e às causas do fascismo – que não é absolutamente um fenômeno nacional-italiano e sim um fenômeno internacional – a fim de poder enfrentar a tempo o perigo fascista, que é um perigo crescente também na Alemanha". Ainda na Alemanha, Clara Zetkin, a veterana amiga de Rosa Luxemburgo, preconizava, em 1923, uma mobilização geral de todo o proletariado ante o novo adversário, recomendando que se distinguisse claramente o fascismo das outras formas de repressão da direita, pois, pela amplitude de mobilização de que era capaz, o fascismo colocava a esquerda diante de tarefas mais graves e de obstáculos maiores para serem superados". (KONDER, 2009 p. 71) E ainda: "Com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, o fascismo apareceu aos olhos de todos como uma tendência mundial. Apesar das contradições existentes entre os diversos movimentos fascistas nacionais (a atitude apaixonadamente antialemã de alguns fascistas franceses, os atritos entre Hitler e Mussolini em torno da hegemonia que cada um procurava assegurar para si na região do Danúbio etc.), a tendência fascista ultrapassava as fronteiras nacionais. Com isso, o fascismo se impunha a uma redobrada atenção por parte de seus adversários, exigia destes uma análise mais aprofundada. (KONDER, 2009 p. 89)

possui um entendimento particular sobre o que é o fascismo que acaba delimitando o sentido geral da política adotada, submetendo a luta antifascista à restauração da ordem burguesa.

A começar pela caracterização sobre o fascismo, como esta o entendia, há do ponto de vista formal caracterizações acertadas, onde reconhece o fascismo como expressão de uma ditadura de classe burguesa que tinha por finalidade destruir o movimento operário para salvar o sistema como um todo de sua crise, reconhecia, que emergia ainda da fragilidade da própria burguesia em conter o movimento operário nos limites da democracia burguesa e, reconhecia que democracia burguesa e fascismo são formas de dominação expressamente diferentes e, não uma mera substituição de governos. Contudo, estes apontamentos conviviam desagregadamente com outros que tiveram maior incidência prática: o fascismo é entendido pelo VIIº Congresso como expressão de uma aberração no desenvolvimento das relações sociais, como um *retrocesso* à formas anteriores da estrutura de dominação democrático-burguesa, cuja determinação central de seu nascimento resulta da falta de vigilância dos setores democráticos da sociedade. Desta forma os setores burgueses, a socialdemocracia e os próprios comunistas foram responsabilizados – *segundo a interpretação dimitrovska* - pelo nascimento do fascismo. Os primeiros porque havia adotado medidas reacionárias que pavimentaram o caminho ao fascismo; os segundos porque não denunciaram o fascismo, o havia velado naquilo que ele tinha de mais vil e com isso não prepararam as massas para o enfrentamento decidido; os últimos, os comunistas, seriam responsáveis pelo nascimento do fascismo em função da subestimação da força do inimigo e, em função de um alto grau de sectarismo. É nesse sentido, entendido como um retrocesso, que o fascismo é avaliado como o Estado de dominação de um punhado do capital financeiro, e não sua totalidade, este seria apenas a representação de seus setores mais degenerados, mais chauvinistas e reacionários – o que autorizaria pensar que uma outra parte das burguesias nacionais não estavam involucradas no regime fascista¹⁶⁰. A completar o quadro, a

160 “O fascismo aparece dentro da política de frente popular não como uma forma de domínio da burguesia como classe, mas como “ditadura dos elementos mais imperialistas, mais chauvinistas do capital financeiro” (resolução do VII Congresso da Internacional), como obra das “duzentas famílias” dos grandes capitalistas mais ricos (como na França), contra quem é possível colocar, numa frente de luta unificada, o “povo”, isto é: operários, pequenos burgueses e também a massa dos burgueses que não pertencem aos elementos mais imperialistas e mais chauvinistas do capital, burgueses radicais na França, burgueses liberais, clérigos e capitalistas católicos, assim como oficiais do

linha de Frente Popular desdobra de uma interpretação a respeito do papel da pequena burguesia no processo de constituição do fascismo, onde esta teria sido uma *vítima* de suas ilusões, enredada nas promessas fascistas de salvação da nação, havia sido convertida em uma vítima ativa que impulsionou seu desenvolvimento (RODRIGUES, [1985], 2008).¹⁶¹ De toda interpretação decorrem desdobramentos práticos e com esta leitura acerca do fascismo não foi diferente. Antes de adiantarmos estes pontos, vale destacar sumariamente as inversões contidas nesta forma de ler o fascismo. A primeira coisa a ser destacada é a interpretação do fascismo enquanto um *retrocesso*. Estamos de acordo com Francisco Martins Rodrigues quando este aponta que Dimitrov, ao reconhecer as diferenças formais entre fascismo e democracia burguesa – evidentes por si mesmo -, termina obnubilando o entendimento sobre suas conexões, às quais a chave analítica do retrocesso acaba velando. O fascismo para Francisco M. Rodrigues “brotava por todos os poros da sociedade democrática burguesa em crise, como a solução necessária para a burguesia [como um todo e não apenas um punhado dela] assegurar a continuidade de sua ditadura de classe [a democracia burguesa] (RODRIGUES, [1985], p. 27, 2008).

Em relação a pequena burguesia nada mais inoportuno que enquadrá-la como uma vítima. Este seguimento de classe foi o centro dinâmico que protagonizou a escalada fascista, ela é o berço do fascismo - que apenas posteriormente tornou-se um movimento capitaneado pela grande burguesia. Enquanto berço, agiu como um “motor de arranque e força de choque aguerrida da escalada fascista, fanatizada pelo desejo rancoroso de meter na ordem a todo o preço o movimento operário ameaçador, de se vingar nos operários das frustrações da crise, de banir o espectro do bolchevismo.” (RODRIGUES, [1985], p. 30, 2008).

Esta forma de caracterização também está presente nos estudos de Clara Zetkin quando aponta o seguinte movimento: o fascismo seria a consequência direta da combinação de dois fatores no interior da crise que o sistema capitalista adentrava desde o final da Iª Guerra Mundial. Tratando em particular do caso italiano e alemão, Zetkin aponta primeiramente que em função das frustrações com

exército do Reich e monarquistas na Alemanha.” (THALHEIMER, [1936], 2009 p.36)

161 Este enquadramento do problema, o fascismo ou qualquer ascensão da extrema-direita enquanto um retrocesso, é ainda hoje um tema candente. A respeito desta chave analítica para a conjuntura brasileira e latino-americana como um todo, recomendamos a leitura da recente publicação *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil* de Fernando Correa Prado, onde o autor dedica em seu prólogo especial atenção à esta problemática.

a guerra, diante da pauperização absoluta do proletariado e diante da proletarização das camadas médias havia um cenário explosivo que poderíamos caracterizar como o indicador objetivo de situações revolucionárias – que tanto na Itália, quanto na Alemanha se objetivaram. Ao lado disto, soma-se como contribuinte ao nascimento do fascismo o “retardamento da revolução mundial pela atitude traiçoeira dos líderes reformistas”, ou, em outros termos, a incapacidade das direções políticas do proletariado converterem a situação objetivamente revolucionária em uma revolução, seja pela traição aberta – e neste sentido operando como mediador político das classes dominantes para o arrefecimento da luta revolucionária nos marcos da democracia burguesa, tal como a socialdemocracia alemã - ou pela postura vacilante diante de processos revolucionários em curso. O refluxo da revolução socialista permitiu, pois, o fascismo catalisar esta conjuntura de radicalidade e arregimentar nas camadas proletárias e sobretudo assalariadas médias o contingente necessário para sua empreitada. É o que se vê na seguinte passagem:

A segunda raiz do fascismo está no retardamento da revolução mundial pela atitude traiçoeira dos líderes reformistas. Grande parte da pequena burguesia, incluindo até as classes médias, havia descartado sua psicologia dos tempos da guerra em nome de uma certa simpatia pelo socialismo reformista, esperando que este provocasse uma reforma social por vias democráticas. Eles ficaram desapontados em suas esperanças. Eles podem agora ver que os líderes reformistas estão em acordo benevolente com a burguesia, e o pior de tudo é que essas massas perderam a fé não apenas nos líderes reformistas, mas no socialismo como um todo. Essas massas de simpatizantes socialistas decepcionados são acompanhadas por grandes círculos do proletariado, de trabalhadores que desistiram de sua fé não apenas no socialismo, mas também em sua própria classe. *O fascismo se tornou uma espécie de refúgio para os politicamente sem abrigo.* Para ser justo, deve-se dizer que os comunistas também – exceto os russos – levam parte da culpa pela deserção desses elementos para as fileiras fascistas, porque nossas ações, por vezes, não conseguiram agitar as massas profundamente o suficiente. O objetivo óbvio dos fascistas, ao ganhar apoio entre os vários elementos da sociedade, seria, naturalmente, tentar superar o antagonismo de classe nas próprias fileiras de seus adeptos, e o chamado Estado autoritário deveria servir como um meio para esse fim [...] (ZETKIN, 1923 – grifo nosso).

Contudo, a arregimentação destes setores para o fascismo ainda não era suficiente para a conversão deste em um *regime* fascista, fazia-se necessário que a grande burguesia entendesse o fascismo como a mediação fundamental para o controle absoluto do movimento operário, que descreditando suas direções reformistas poderiam outra vez irromper em novas jornadas insurrecionais. Desta

forma, o salto para um *regime* fascista passou pela compreensão por parte da grande burguesia – como um todo e não apenas um punhado - de que os meios democráticos convencionais se esgarçavam, e impunha-se como necessidade o trânsito para uma nova forma de dominação política.

A burguesia tinha visto claramente a situação desde o início. A burguesia quer reconstruir a economia capitalista. Nas atuais circunstâncias, a reconstrução da dominação de classe burguesa só pode ser conseguida às custas da crescente exploração do proletariado pela burguesia. A burguesia tem plena consciência de que os socialistas reformistas de fala mansa estão rapidamente perdendo seu controle sobre o proletariado, e que não haverá nada para a burguesia, mas recorrer à violência contra o proletariado. Mas os meios de violência dos Estados burgueses estão começando a falhar. Eles precisam, portanto, de uma nova organização de violência, e isso é oferecido a eles pelo confuso conglomerado do fascismo. Por essa razão, a burguesia oferece toda as forças sob seu comando a serviço do fascismo. (ZETKIN, 1923)

Outro dirigente alemão, August Thalheimer, fazendo um movimento de retorno às observações de Marx a respeito do bonapartismo, sem dúvidas nos brinda uma importante contribuição à caracterização do fascismo. Diz ele que – tal como no bonapartismo – o fascismo é a expressão do abandono da dominação política da burguesia para a garantia de sua dominação social, este abandono apresenta-se sob a forma de uma autonomização absoluta do poder executivo. Sem dúvidas esta nova configuração altera a forma de dominação burguesa, todavia não substitui a natureza de classe do Estado; diz Thalheimer que o fascismo, sendo a atualização do bonapartismo na fase imperialista, é a *forma final do Estado burguês* – e portanto não um retrocesso -, isto é, o momento em que os mecanismos de dominação política encerrados na democracia burguesa já não são mais capazes de garantir a dominação política, e que por isto, da ditadura velada pela democracia, passa a sua forma defensiva, a ditadura aberta; neste sentido, o Estado fascista seria a forma decadente do Estado burguês que recorre à autonomização do executivo como a forma de garantir seus pressupostos de existência, ou seja, defender-se da revolução proletária. Este movimento apenas é imposto à burguesia numa situação onde a classe operária lançou-se à luta revolucionária, mas não reúne condições de emplacá-la até o final:

O decisivo é o conjunto das relações de classe de um determinado país, de uma determinada sociedade. O bonapartismo, a autonomização do poder Executivo, é a forma “final” e ao mesmo tempo a forma mais podre do poder de Estado burguês no estágio em que, depois dessa sociedade ter sido

ameaçada ao máximo pelo assalto da revolução proletária, e depois da burguesia ter esgotado as suas forças na defesa deste assalto, quando todas as classes jazem esgotadas e sem forças e em que a burguesia procura um forte bastião de defesa para o seu domínio social. O bonapartismo é, portanto, uma forma do poder do Estado burguês numa situação de defesa, de fortificação, de refortalecimento contra a revolução proletária. É uma forma da ditadura aberta do capital. Sua outra forma bastante semelhante é a do Estado fascista. O denominador comum é a ditadura aberta do capital. Sua forma de manifestação é a autonomização do poder Executivo, o aniquilamento do domínio político da burguesia, e a submissão política de todas as outras classes sociais ao poder Executivo. Seu conteúdo social, ou de classe, porém, é a dominação da burguesia e dos proprietários privados em geral, sobre a classe operária e todas as outras camadas exploradas pelo capitalismo. (THALHEIMER, [1930], 2009 p. 27)

Convergindo com o diagnóstico de Clara Zetkin, Thalheimer aponta a pequena burguesia como a base social que movia o fascismo que, entretanto, o fazia a serviço do grande capital:

A base social do fascismo é a pequena-burguesia, as camadas médias, enquanto a do comunismo é a classe operária. Está na natureza da pequena-burguesia oscilar entre os polos do capitalismo e do proletariado. *O fascismo é o movimento da pequena-burguesia voltado para o grande capital, que utiliza esse movimento para suas finalidades contra as da classe operária.* E por isso a pequena-burguesia é fatalmente enganada [mas não vítima]. Pois, a ditadura apoiada nos pequeno-burgueses não é a ditadura da pequena-burguesia. Ela é a ditadura do grande capital, como hoje aparece evidente na Itália. Mussolini já jogou às traças o programa pequeno-burguês que lhe auxiliou a conquistar o poder [...] (THALHEIMER, [1923], 2009 p. 20 – grifo nosso)

Como se vê nestas caracterizações, não há nada que informe uma leitura na direção de um enquadramento do fascismo enquanto um retrocesso¹⁶²; ao contrário, este, o fascismo, nada mais é que o desdobramento político da própria ditadura democrática da burguesia, que esgotada, salta para sua forma final. Tomando ainda as considerações de Thalheimer em suas aproximações bonapartismo/fascismo, é

162 Bertold Brecht já dizia que o fascismo é a verdadeira face do capitalismo, por isso nada mais falso que entendê-lo como um retrocesso ou mesmo uma aberração no curso da história: “A verdade deve ser dita tendo em vista os resultados que produzirá na esfera da ação. Como exemplo de uma verdade da qual nenhum resultado, ou o errado, se segue, podemos citar a visão generalizada de que prevalecem más condições em vários países como resultado da barbárie. Nessa visão, o fascismo é uma onda de barbárie que desceu sobre alguns países com a força elementar de um fenómeno natural. De acordo com essa visão, o fascismo é um terceiro poder novo ao lado (e acima) do capitalismo e do socialismo; não apenas o movimento socialista, mas também o capitalismo teria sobrevivido sem a intervenção do fascismo. E assim por diante. Esta é, obviamente, uma reivindicação fascista; aderir a isso é uma capitulação ao fascismo. O fascismo é uma fase histórica do capitalismo; neste sentido, é algo novo e ao mesmo tempo antigo. Nos países fascistas, o capitalismo continua a existir, mas apenas na forma de fascismo; e o fascismo apenas pode ser combatido como capitalismo, como a forma de capitalismo mais nua, sem vergonha, mais opressiva e mais traiçoeira.” (BRECHT, 1935)

importante destacar que fascismo e democracia burguesa possuem uma interação mediada, onde o fascismo aparece como o salvador da própria democracia burguesa, ou seja, o fascismo se impõe suprimindo a democracia burguesa, e, em seu movimento de objetivação acaba por reapresentá-la. Em alusão ao desfecho do bonapartismo pode-se concluir pela mesma direção da realização do fascismo; uma última passagem será suficiente para elucidar esta dinâmica:

[...] o fortalecimento material da burguesia, que o bonapartismo precisou incentivar enquanto lhe negava o poder político levou, por outro lado, ao fortalecimento político dela. Ela agora queria e podia, depois de ter derrotado a Comuna, dominar também politicamente de maneira direta [...] Estava claro para a burguesia que depois da experiência de vários anos de regime bonapartista a classe operária já não mais podia ser oprimida de forma aberta e ditatorial. Era possível conceder a ela agora, depois de ter sido derrotada, a fachada de uma democracia burguesa.
[...] Formas de ditadura aberta da burguesia não são, portanto, de acordo com sua essência, manifestações singulares: estão ligadas a uma determinada correlação geral das classes e voltam a surgir periodicamente, tão logo esta relação reapareça – enquanto a derrubada desta ou daquela forma de ditadura capitalista não trazer o domínio duradouro da classe operária, através do qual esse ciclo se fecha, pelo menos no país em questão. (THALHEIMER, [1930] 2009, p. 29)

Reatado o laço que une a democracia burguesa ao fascismo, torna-se mais claro este equívoco de fundo cometido por Dimitrov e que estava na base da linha política de Frente Popular. Voltemos aos termos do VIIº Congresso. Se o fascismo é expressão de um retrocesso, de apenas uma fração ínfima da classe dominante, haveria naturalmente um setor burguês não fascista, neste sentido, antifascista burguês democrático; e ainda, se a pequena-burguesia foi uma vítima das ilusões proferidas pelo fascismo, ela comporia um sólido setor antifascista e suas reivindicações assumiriam um caráter revolucionário; por fim, se o fascismo é um retrocesso, a revolução proletária estava secundarizada, visto que, tratava-se no entender do VIIº Congresso, de normalizar a luta de classes, destruir o inimigo comum e tornar colocar no horizonte a revolução proletária. Assim entendido, pareceu aos olhos do VIIº Congresso razoável a fusão destes setores em torno de um interesse comum.

Mas será possível tornar comum interesses que por princípio são antagônicos? Podem os interesses fundamentais da burguesia acomodarem em seu interior os interesses do proletariado revolucionário? Ou ao contrário, pode o proletariado assimilar como seus os interesses burgueses e pequeno-burgueses sem com isto sofrer um profundo processo de descaracterização? Estamos

convencidos de que não, de que isto é impossível, a burguesia jamais adotará como seus os interesses revolucionários do proletariado, visto que isto pressupõe seu aniquilamento como classe; do outro lado, por vezes, o proletariado toma para si os interesses de classe da burguesia ou da pequena-burguesia, e acreditamos que é impossível sair deste processo sem marcas profundas, sem condenar o futuro da luta revolucionária, visto que, grosso modo, os interesses gerais da pequena e grande burguesia consistem na manutenção da sociabilidade burguesa¹⁶³.

Todavia, a linha política do VIIº Congresso, conclui pelo contrário, indicando que aos PC's de todo o mundo cabia a tarefa de tomar como seus os interesses da pequena-burguesia, tomando o maior cuidado para não incorrer em práticas voluntaristas/esquerdistas que pudessem ameaçar a Frente Popular em construção, assim, claramente, a linha chama o proletariado à prestar apoio às capas médias, a trabalhar com paciência no processo de educação destes segmentos, atuando sem preconceitos com os partidos pequeno-burgueses (os Partidos Socialistas e Social-democratas). A única forma de unificar estes interesses – burguês, pequeno-burguês e proletário - é abdicando da revolução socialista e é exatamente isso que a linha de Frente Popular orientou.

Não nos parece aqui que a simples aliança em si é um erro, isto seria por princípio inverossímil, contudo, há uma diferença entre uma aliança tática e tomar para si os interesses de outra classe. Premido pelo acosso fascista, com o movimento operário na defensiva impunha-se aos comunistas a exigência de estabelecerem alianças; era uma imperativo aos comunistas costurarem as contradições entre as camadas pequeno-burguesas que se opunham ao Estado fascista a seu favor, isto é, a serviço do avançar na consciência e da luta proletária pela revolução socialista; aproximar-se da pequena-burguesia – cada vez mais marginalizada - e catalisar seu descontentamento para um projeto de transição com autonomia de classe, não era apenas possível como viável¹⁶⁴. Neste sentido não

163 Sobre este aspecto, uma vez mais, indica-se as contribuições de August Thalheimer, que voltando às considerações táticas de Marx, Engels e Lênin à sua época, encontra sólidos argumentos para desmontar a linha 'tática' da Frente Popular. Ver *Marx, Engels, Lênin e a Frente Popular* de 1936.

164 “[...] Lenine considerava necessários todos os compromissos e manobras táticas, lutas por reformas, etc, **apenas desde que** favorecessem em cada momento a elevação da consciência revolucionária do proletariado, a sua preparação para o combate decisivo. Lenine não tinha dúvida sobre “a necessidade absoluta de a vanguarda do proletariado, de a sua parte consciente, do partido comunista, manobrar, fazer acordos e compromissos com os diversos grupos proletários, os diversos partidos de operários e pequenos empresários”. Mas, acentuava, “a questão está em **saber** aplicar

estamos contestando a frente em si, mas o modo como os comunistas dirigiram o proletariado em seu interior, que alienaram, em nome de um suposto isolamento do fascismo, o princípio da independência de classe e sua hegemonia, e, em última instância, qualquer possibilidade de conversão da luta antifascista em luta anticapitalista. Desta forma, ao alinhar o proletariado ao sabor dos interesses da pequena-burguesia, submetendo seus interesses aos dela e abandonando a hegemonia proletária em seu interior, a linha de Frente Popular, tal como indicada por Dimitrov, acabou legando um lugar particular ao proletariado na luta antifascista, o papel de *servente e força de choque* da luta de classes, em outras palavras, em nome da unidade a todo custo abandonou-se o papel de condutor, recaindo à condição de motor da luta, condição que desdobrou consequências nefastas à luta revolucionária em todo o globo (RODRIGUES [1985], 2010).

Submetido aos interesses da pequena-burguesia na luta antifascista, cabe apenas elucidar quais são estes para que não sobrem dúvidas a respeito de sua negatividade:

Com essa posição, Dimitrov escamoteou o facto de que a oposição pequeno-burguesa ao fascismo, que se começava a levantar à medida que ela era marginalizada do novo poder e que sobre ela recaía uma parte da pilhagem e do terror da ditadura, era essencialmente diferente da do proletariado, porque apontava para outros objetivos. Era a oposição inconsistente das camadas burguesas intermediárias, arrependidas da aventura em que se tinham metido, temerosas dos demônios que tinham libertado, mas de nenhum modo interessadas em abrir as portas à “aventura”, pior ainda, que seria a insurreição revolucionária antifascista. Dispondo-se a lutar contra o fascismo, na medida em que ele a encostava à parede e não lhe deixava outra alternativa, *a pequena burguesia visava apenas o retorno ao liberalismo. Fazia parte da sua lógica de classes atrelar o proletariado a esse objectivo com promessas difusas de maior justiça social e mais democracia, e sobretudo com muitas exigências de Unidade.* Os chefes mais clarividentes da democracia burguesa podiam já entrever, para lá da queda controlada do regime fascista, uma nova época de esplendor da democracia, com os operários mais dóceis no acatamento das regras do jogo liberal, depois de terem feito a experiência do chicote impiedoso do fascismo. [...] (RODRIGUES [1985] 2010, p. 32 – grifo nosso)

Estabelecido os pressupostos gerais da Frente Popular em sua compreensão

esta tática de modo a **elevantar** e não baixar o nível de consciência geral do proletariado, o seu espírito revolucionário, a sua capacidade de lutar e de vencer.” (RODRIGUES, [1985], 2010 p. 39 – grifo do autor).

“Preparar a revolução, dissera Lenine, é em última análise levar o proletariado a **diferenciar-se como classe** face a todos os partidos burgueses. A independência política do proletariado não depende apenas da existência de um partido operário. Ela depende da capacidade de o seu partido “lhe revelar, pela teoria e pela prática, todas as facetas da burguesia e da pequena burguesia.” (RODRIGUES, [1985] 2010, p. 38 – grifo do autor).

acerca do fascismo enquanto um retrocesso e a partir disto a avaliação da conformação do posicionamento das classes no interior da luta antifascista, depreendendo a política de alianças com a qual os comunistas deveriam dirigir seus esforços, cabe ilustrar algumas das implicações práticas da posta em marcha desta linha.

Trabalhando pela unidade a todo custo, os comunistas no interior da Frente Popular esforçaram-se por estabelecer pactos com a socialdemocracia, sendo estes sempre decididos através de acordos de cúpulas e coligações que em última instância passaram a significar o apoio e construção dos governos social-democratas/socialistas. Ocorre que estes acordos de cúpulas, além de escantear a unidade pela base – que poderia isolar as direções pequeno-burguesas -, passou a significar a conversão dos PC's em apêndices dos governos social-democratas/socialistas. Isto porque os PC's – legados à condição de motor da luta e não de condutor e decididos à apoiar as bandeiras da pequena-burguesia – passaram a reivindicar as palavras de ordem “positivas” dos programas social-democratas, assim converteram os PC's em executores das promessas social-democratas que em última instância – mesmo no melhor dos casos -, estavam encerradas dentro dos limites da ordem burguesa (RODRIGUES, [1985] 2010). Além disto, na esfera sindical, onde se disputava a influência direta do proletariado, a política de Frente Popular significou a supressão dos sindicatos vermelhos e sua assimilação – e, portanto, completa neutralização – dentro dos sindicatos amarelos, estes sim, reformistas e dirigidos pelos social-democratas. Este é o traço mais sintomático de capitulação dos comunistas, de abandono de uma estratégia socialista¹⁶⁵. Neste contexto de apoio sem reservas ao programa pequeno burguês expresso através das coligações de cúpulas, a Frente Popular implicou a mobilização de outras palavras de ordem: o *povo* e a *nação* - e aqui reside o *salto de classe* da linha de Frente Popular. Ao diluir-se na direção pequeno burguesa, ao não discernir rigorosamente as diferenças no interior da Frente Popular, explicitando

165 “[...] Os social-democratas, que viam a sua hegemonia sindical ameaçada pelo avanço dos comunistas, exigiam, como condição para qualquer acordo, a dissolução da ISV [Internacional Sindical Vermelha] e da corrente sindical independente. E foi isso que Dimitrov e o 7º congresso lhes deram. A partir do 7º congresso, a IC jogou toda a sua política sindical na negociação com a IOS [Internacional Operária Socialista] e as cúpulas social-democratas. Desmantelou-se a corrente sindical de classe, integraram-se os sindicatos vermelhos existentes nos sindicatos reformistas, e por fim, **dissolveu-se a ISV** (1937). (RODRIGUES, [1985] 2010, p. 58 – grifos do autor)

o caráter limitado do antifascismo burguês e sua dinâmica vacilante que historicamente preferiu o fascismo à revolução socialista, o proletariado deixa de existir enquanto classe – lembremo-nos, uma classe se faz enquanto classe - tornando-se um espectro gelatinoso que é genericamente apresentado enquanto *povo*. Assim, ao não diferenciar-se naquilo que consistia o elemento antagônico entre as classes em suas relações contraditórias no interior da Frente, a linha do VIIº congresso tomou “o povo como uma entidade face ao fascismo, os comunistas como os servidores do povo na luta comum contra o fascismo, a luta do povo-fascismo a tomar o lugar da luta proletariado-burguesia” (RODRIGUES, [1985], p. 23, 2010).

Naturalmente, a noção de ‘povo’ caminha de mãos dadas com a de ‘nação’. Havia o entendimento de que o fascismo soubera mobilizar os sentimentos nacionais e que por isto possuía uma grande potência de difusão; entretanto, o nacionalismo estaria disposto tal como o fascismo era entendido, como uma aberração e como o chauvinismo de uma pequena parte das classes dominantes; diante disto caberia aos comunistas instrumentalizar – com vistas à opor ao fascismo – os mesmos significantes nacionais, apenas que agora adjetivado de democracia. Jargões como “salvar a nação!”, “pelo progresso da nação!”, “orgulho nacional”, etc, tornaram-se as palavras de ordem dos comunistas na Frente Popular, num esquema que subtraiu gradativamente o internacionalismo proletário a uma lógica de outra natureza, que opunha o ‘nacionalismo popular’ ao ‘chauvinismo fascista’ (RODRIGUES, [1985], 2010). Essa é uma consequência direta da assunção dos interesses pequenos burgueses, como já advertido por Marx desde o *18 Brumário de Napoleão Bonaparte*:

"[...] o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, uma classe de transição, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação, constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiadamente crítica. Têm apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores" (MARX, Karl. [1852] 1977, p. 51).

Isto apenas se potencializou quando em situação de apoio incontestado aos governos social-democratas os comunistas tomaram como seus os pressupostos

nacionalistas da pequena burguesia, convertendo-se eles mesmos em entusiastas democratas. O exemplo mais categórico dos nefastos desdobramentos que implicaram em uma atividade contrarrevolucionária dos próprios PC's, pode ser elucidado através da ação concreta de seu principal expoente, o PC francês (PCF).

Apontaremos algumas considerações sobre as consequências da Frente Popular na França, uma vez que a França é apenas a expressão mais sofisticada; contudo as considerações feitas à ela não são replicáveis imediatamente à outras experiências, embora nos sirvam para apontar tendências e determinações mais ou menos comuns que foram partilhadas, por exemplo, pelos comunistas na Itália e Espanha, que posteriormente, junto aos franceses, serão os grandes entusiastas da nova filosofia: o eurocomunismo.

Pois bem, se os comunistas deveriam tomar como seus o programa, os interesses da pequena burguesia e das burguesias 'democráticas' nacionais, exigia-se necessariamente a adoção sem reservas de seus posicionamentos na questão colonial, esta era uma condição para a manutenção da própria Frente Popular¹⁶⁶ – como vimos, existente na França antes mesmo do VII congresso, em função do pacto franco-soviético. O PCF em 1937, na voz de seu Secretário-Geral Maurice Thorez, manifesta a seguinte síntese no IXº congresso do partido: “Os interesses dos povos coloniais está na sua união com o povo da França e não em atitudes que poderiam favorecer a acção do fascismo” (THOREZ *apud* RODRIGUES, [1985] p. 173, 2010). Quais atitudes estaria se referindo o principal dirigente francês? Trata-se, evidentemente, de atitudes independentistas por parte dos povos coloniais; desta forma, em sua ação contenciosa esforçou-se para valer a manutenção da política colonial francesa sob pretexto de uma ameaça à luta antifascista – em especial na Argélia¹⁶⁷. Caso haja dúvidas, vejamos o que o responsável pelo

166 Esta questão já havia sido aventada no VII congresso, levantada pelos delegados holandeses: “[...] a hipótese posta pelos delegados holandeses: no caso de agressão alemã a guerra por parte da Holanda não teria um caráter de defesa nacional, mesmo sendo o país uma potencia imperialista colonial? E, então, não se deve apoiar esta guerra? Togliatti [destacado dirigente comunista italiano], ratificado pelo congresso, responde afirmativamente, fazendo a ressalva de praxe: sem "renunciar" a luta de classes, a luta pela libertação das colônias, etc. E sublinha que esta resposta vale para a Bélgica e para casos análogos. Como se vê, contundência da resposta esta em perfeita consonância com a compatibilidade, na ocasião do VII Congresso, entre a perspectiva da defesa nacional holandesa e belga e o sistema de alianças contra a eventual agressão alemã que, neste momento, o governo soviético esta construindo.” (CLAUDIN, 1985 p. 172) Vê-se que em nome da política externa soviética, em função da Frente Popular, deve-se assimilar os interesses nacionais, sabemos, que ao fazer isso, a frase ‘sem renunciar a luta pela libertação colonial’ não passa de um adorno à real linha, como a história tratou de confirmar.

167 A frente popular pode ser identificada, portanto, enquanto a gênese de uma postura colonialista

trabalho colonial do partido escreveu em 1937:

Aqueles que, não compreendendo ou não querendo compreender nada da situação política da França e de todo o mundo [...] desejariam que os povos coloniais se levantassem numa luta violenta contra a democracia francesa, a pretexto da independência (?), trabalham de facto pela vitória do fascismo e pelo reforço da escravidão dos povos coloniais (AGOSTI *apud* RODRIGUES, [1985] 2010, p.173).

Como já o dissemos, a questão nacional existe e ignorá-la seria perder de vista mediações necessárias no processo revolucionário, contudo, o que vimos acima, a tomada do nacionalismo como *finalidade* da luta antifascista, não possui nada de revolucionário, é a expressão da falência do internacionalismo proletário no contexto da Frente Popular, e esta resulta fundamentalmente do reboquismo dos comunistas à pequena burguesia. Tomando dois excertos de Lênin sobre o tema, vemos como não restam dúvidas sobre a inconsequente linha que os comunistas estavam afundados, e com eles, a luta revolucionária:

Os marxistas devem defender o democratismo mais resolutivo e consequente em todos os aspectos da questão nacional. Mas esta é uma tarefa sobretudo negativa. O proletariado não pode ir muito longe no apoio ao nacionalismo porque mais além começa a atividade 'positiva' da burguesia que visa reforçar o nacionalismo...¹⁶⁸ Ajudar o nacionalismo burguês para lá desde âmbito estritamente limitado e situado num contexto histórico bem determinado é trair o proletariado e pôr-se do lado da burguesia... A luta contra qualquer julgo nacional? Sim, sem dúvida. A luta a favor de qualquer desenvolvimento nacional, a favor da 'cultura nacional' em geral? Certamente que não" (LENIN *apud* RODRIGUES [1985] 2010, p. 35).

E ainda, sobre os matizes da questão nacional, deve-se ter em conta:

1º) numa apreciação exacta da situação histórica concreta, sobretudo

dos próprios comunistas na França que se postergará por bastante tempo. Mais tarde em meio ao processo de libertação argelina, Franz Fanon tecerá suas críticas. Em *Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina* de 1957, Fanon argumenta: "Os colonialistas, na sua propaganda, dizem ao povo francês: a França não pode viver sem a Argélia. Os anticolonialistas franceses dizem aos argelinos: a Argélia não pode viver sem a França. Os democratas franceses nem sempre se apercebem do carácter colonialista, ou para empregar um conceito novo, neocolonialista, da sua atitude. A exigência de laços particulares com a França corresponde ao desejo de manter intactas estruturas coloniais. Trata-se aqui de uma espécie de terrorismo necessário a partir do qual se decide que nada de válido na Argélia poderia ser concebido ou realizado à margem da França. Com efeito, a reclamação de laços particulares com a França reconduz-se à vontade de manter eternamente a Argélia num Estado menor e desprotegido. Mas também é garantir certas formas de exploração do povo argelino. É incontestavelmente dar provas de uma grave incompreensão das perspectivas revolucionárias da luta nacional." (FANON [1957] 2019, p. 92)

¹⁶⁸ Vale lembrar uma das advertências presentes no documento da POLOP que vimos anteriormente, onde enquadra o nacionalismo, no interior da formação social brasileira, como um instrumento válido à burguesia brasileira disputar – no interior da cooperação antagônica – melhores posições frente ao imperialismo. Por isto estamos de acordo com a ideia de que o nacionalismo é, por princípio, uma tarefa negativa.

econômica; 2º) numa distinção muito nítida entre os interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores, dos explorados, e a ideia geral dos interesses populares em geral, que não passa de uma expressão dos interesses das classes dominantes; 3º) numa distinção igualmente nítida entre as nações oprimidas, dependentes, que não beneficiam da igualdade de direitos, e as nações opressoras, exploradoras, que beneficiam de todos os direitos (LENIN *apud* RODRIGUES, [1985] 2010, p. 36 – grifo nosso).

Cabe destacar que para além da adoção dos interesses imperialistas franceses que exprimiam a manutenção da política colonial, o PCF em conformidade com a linha do VIIº congresso, apoiando o governo de Frente Popular, também internamente agiu pelo freamento da luta revolucionária. August Thalheimer após um ano de adoção da linha de Frente Popular dedicou uma análise crítica à esta; é válido trazer alguns aspectos de suas considerações. O comunista alemão destaca como o PCF deu de ombros à reivindicação operária das 40 horas semanais, que mesmo tornada lei não foi posta em prática; responsabiliza os comunistas em aliança com os socialistas pela desvalorização do franco que resultou na carestia da vida, e que, mesmo assim, recusou uma mínima compensação aos trabalhadores. Aponta que mesmo os operariado francês radicalizando-se no período, com seu nível de sindicalização aumentando – ainda que premissa pelas perseguições políticas da patronal que demitiam em massa, que selecionavam para delegados de fábrica os agentes fascistas -; mesmo os trabalhadores tomando o caminho da greve, da ocupação das fábricas, da autodefesa contra os fascistas, o PCF em apoio ao governo de Frente Popular orgulhou-se de conter este ímpeto. Thalheimer destaca ainda que o governo de Frente Popular, ao conter a iniciativa do movimento operário, suspendeu as políticas sociais de aposentadoria e desemprego, legando os trabalhadores a sua própria sorte; por fim, o governo de Blum, em sua política externa recusou uma aliança efetiva com a URSS e silenciou diante do levante revolucionário espanhol, ao declarar que não haveria ‘intervenção externa’ trabalhou diretamente pela vitória das forças fascistas na Espanha. Claro, em nome da ameaça do fascismo permitia-se os agentes fascistas melhor organizarem-se¹⁶⁹

169 “Como foi possível esse processo? Muito simplesmente. O governo da Frente Popular, os sindicatos, o Partido Comunista e o Partido Socialista trabalharam juntos afavelmente e se puseram de acordo no sentido de impedir, primeiro, a ocupação das fábricas e, depois, de maneira mais especial, as greves - no interesse da reconstrução econômica. Em larga medida, eles foram bem sucedidos. A imprensa social-democrata e comunista chega até a jactar-se de que a França atual é o país em que existe menor inquietação social. O fator principal neste caso foi a exigência feita de que os operários deveriam levar em consideração a Exposição Universal, além da insistência de que Hitler poderia explorar a inquietação social na França para um ataque de surpresa. Os operários devem ter apreciado esses argumentos. Em todos os acontecimentos, toda a gigantesca organização

(THALHEIMER, [1937] 2009).

Esta conduta contenciosa do PCF é identificada também por Francisco M. Rodrigues, vejamos seu descritor sobre as jornadas grevistas na França e a postura adotada pelos comunistas:

De facto, a 11 de Maio começava o grande movimento grevista e de ocupação das fábricas, em apoio das reivindicações operárias, que abalou a França durante um mês. O PCF não esteve em nenhum momento à cabeça deste movimento e limitou-se a acompanhá-lo para lhe limitar o alcance e evitar que se tornasse incontrolável. O *Humanité* [jornal do PCF] acentuava que as greves e ocupações eram ditadas apenas pela exigência de “condições de trabalho mais humanas”, alertava que “acções aventureiras” só serviriam para suscitar a desconfiança e a hostilidade das classes médias, apelava a que o programa da Frente Popular fosse aplicado “na ordem, na calma, na tranquilidade.” O movimento, contudo, continuou a alastrar, até que conseguir a 8 de Junho importantes conquistas reivindicativas. Três dias depois, como se observasse relutância dos setores mais avançados a pôr termo ao movimento, Thorez interveio, para convidar os operários a cessar as ocupações” (RODRIGUES, [1985] 2010, p. 170).

Já fora dito que nesse caminho de unidade a todo custo, à orientação da Frente Popular se impôs a necessidade de rebaixar significativamente sua finalidade, isto é, abdicar da revolução socialista. Pela justificativa de uma ampla aliança para isolar o fascismo a política dimitrovista colocou o proletariado a reboque dos interesses de classe da pequena burguesia, que como vimos, não ultrapassava os limites da restauração da ordem burguesa. Ao apresentar a aliança do proletariado à pequena-burguesia sacrificando a autonomia proletária, aquilo que poderia se constituir como uma manobra tática pontual, temporária e salutar no processo de luta revolucionária, passa a ser entendido como algo enrijecido, inquestionável, e nesse sentido, esta aliança vai ganhando um inquebrantável caráter estratégico e não simplesmente tático, como fora inicialmente justificado.

Em Lênin a coisa aparece completamente oposta a isto e é importante destacar este ponto; para Dimitrov e os entusiastas da linha de Frente Popular a aliança tática converte-se em estratégica, enquanto para Lênin, estes setores médios vacilantes ou apenas poderiam ser ganhos pela força – mantido o princípio de hegemonia e autonomia de classe, e nesse sentido trabalhar pela hegemonia

sindical e partidária da Frente Popular cooperou sobre essa base e conseguiu a “paz” exigida pela burguesia. Em compensação, entretanto, enquanto a ação de massa se tornava incapacitada, os patrões puderam levar a cabo sua própria política e privar os operários dos ganhos obtidos na ação de massa de junho” (THALHEIMER, [1937] 2009. p.43).

seria trabalhar pela unidade – e/ou, apenas depois de encapado a vitória decisiva contra a grande burguesia, o que imprime necessariamente, em qualquer aproximação tática com estes seguimentos - e por vezes necessárias -, uma dimensão contingente¹⁷⁰. Novamente tomando as exposições de Thorez à frente do PCF, em sua clara demonstração de contenção do movimento operário em nome da unidade a todo custo Francisco M. Rodrigues confirma esta viragem:

Essa atitude inaudita de sabotagem das greves fez maturar as posições da direção do PCF num sistema mais elaborado de ideias revisionistas. “A Frente popular – passou a defender Thorez – não é para os comunistas uma tática de ocasião e menos ainda um cálculo eleitoral. É um elemento da sua política de fundo, uma aplicação dos princípios de Marx e de Lenine sobre a **aliança necessária, até o fim, da classe operária com as classes médias**, não apenas para vencer o fascismo, mas para pôr termo à exploração do Capital.” *A Frente Popular, inicialmente justificada como uma necessidade tática defensiva perante o fascismo, começava a tomar dimensões de uma nova estratégia de passagem ao socialismo, em aliança “até o fim” com as classes médias* (RODRIGUES [1985] 2010, p. 171 – negrito do autor, itálico nosso).

Desta forma, gradualmente, conforme a linha de Frente Popular foi sendo executada, aquilo que era apresentado como uma tática pontual para o enfrentamento do fascismo às vésperas da guerra converteu-se em uma estratégia. Como aparece este conteúdo estratégico? Aparece na forma de uma *etapa democrática* necessária para a construção do socialismo, o que significa a substituição de uma estratégia socialista por uma estratégia democrática. No conjunto das avaliações dos comunistas deste período para além da necessidade de isolamento do fascismo através da Frente Popular, justificava-se que as condições de preparação do proletariado não autorizavam uma passagem imediata da guerra contra o regime fascista para uma luta pela ditadura do proletariado, ou, mesmo que estivessem preparados, que encontrassem força suficiente para derrubar a burguesia, havia a possibilidade de após seu triunfo não lograr o apoio de seus aliados, recaindo num isolamento.

É assim, que apoiado nos interesses pequeno burgueses e justificando a impossibilidade de uma revolução socialista, premido pelo acosso fascista, a

170 “Essas não eram ideias “sectárias”, como depois fez crer Dimitrov. Assentavam no princípio **leninista de que, antes de o proletariado tomar o poder**, todas as alianças, acordos ou compromissos com a pequena burguesia teriam forçosamente um carácter limitado, temporário, contingente. Lenine insistiu exaustivamente sobre esta ideia, por altura do 2º congresso da IC, precisamente para combater as ilusões oportunistas que nasciam nos jovens partidos comunistas” (RODRIGUES, [1985] 2010. p. 42, – grifos do autor).

*democracia foi tornando-se o eixo central que passou a determinar as mediações táticas no cotidiano da luta, visto que a finalidade pela qual se lutava, não consistia na conquista do socialismo, ou pelo menos não imediatamente, e sim a consolidação da democracia. Ao abrir mão da contradição central que erige as relações de classe na sociedade capitalista, ao prescindir da chave revolução proletária x ditadura burguesa sob o regime fascista e impor o binômio democracia x fascismo, aquilo que anteriormente era uma tática – problemática em seus conteúdos –, tornou-se estratégico; a luta pelo socialismo fora descartada por uma conjectura de sua impossibilidade e impôs-se a necessidade de reconstrução da democracia burguesa como caminho da construção do socialismo. É exatamente neste contexto, de viragem, que a linha de Frente Popular – já esgarçada pela sua falência – converte-se em orientação de uma etapa da *revolução democrático-popular*, entendida como o caminho democrático ao socialismo.*

A tese (de Dimitrov) tinha em conta que o processo revolucionário nos países capitalistas não avançaria imediata e directamente através da revolução socialista, mas que se aproximaria dela através da etapa da luta democrática geral contra o fascismo.” “Assim foi amadurecendo a ideia da inevitabilidade da fase democrática geral, antifascista, da luta. O objetivo do 7º congresso fora traçar “uma nova estratégia que permitisse unificar todas as forças revolucionárias e democráticas com vistas à derrota do fascismo” e “seguir a via do progresso social”. Tratava-se de cumprir as tarefas antifascistas de carácter democrático geral, o que abria novas perspectivas ao avanço para a etapa socialista da luta revolucionária. *Não se tratava unicamente de mudança de tática, mas também da adopção de uma linha estratégica nova, ditada pela correlação de forças de classe no mundo e pelo aumento das contradições do capitalismo monopolista, cada vez mais hostil a vastos sectores da população*”. A linha do 7º congresso “abriu aos trabalhadores dos países capitalistas a perspectiva de avançar para o socialismo através da luta pela democracia” (IC *apud* RODRIGUES, [1985] 2010, p. 106 – grifo nosso).

Foi com isto em mente que os comunistas no interior das Frentes Nacionais contra o fascismo – uma atualização da Frente Popular em tempo de guerra aberta – mobilizaram o proletariado para a luta. Qual o único resultado possível de uma estratégia que visa constituir a ditadura do inimigo – a democracia burguesa – como forma de melhor garantir a ditadura proletária?¹⁷¹

171 “A democracia parlamentar burguesa não é vista sob a luz das contradições de classe do capitalismo em degeneração, que a deterioram e de cujo solo surge o fascismo, mas sim sob o ponto de vista de sua juventude, sob o ponto de vista das tradições de 1789 e 1848. A afirmação de que o proletariado atualmente possui somente a escolha entre a ditadura fascista e a democracia burguesa, leva praticamente ao fato de que o Partido Comunista, onde ainda existe a democracia burguesa, como na França, se limite agora à luta por sua preservação e que, onde o fascismo já

No contexto da Guerra Mundial sabe-se que o proletariado verteu seu sangue contra o fascismo e triunfou, e neste âmbito é inquestionável o papel decisivo dos comunistas. Agora, dirigidos por uma estratégia democrática venceram de fato os comunistas? Militarmente, não há dúvidas, entretanto, politicamente, lembremo-nos, submetidos à condição de motor e não condutor dirigente da luta antifascista, os comunistas acabaram mobilizando a classe operária na direção da restituição da ordem burguesa¹⁷² (RODRIGUES [1985] 2010). Quando, após a vitória militar ocorre o desarmamento dos guerrilheiros antifascistas, em especial na França e na Itália, a dura afirmação de que os comunistas e o proletariado em geral verteram seu sangue para a burguesia se confirma. Os comunistas agiam em consequência com sua estratégia: concluir a etapa democrática como uma espécie de transição à transição socialista, e o desarmamento da resistência antifascista confirmava-se como uma mediação tática indispensável para a realização da “estabilidade nacional”. É o caso de destacar como este elemento se combina mundialmente na estratégia de transição socialista, onde a chave ‘democracia’ assume a centralidade da luta em todos os pontos do globo, supondo abrir todas as portas ao socialismo. Vimos no segundo capítulo do presente trabalho como a orientação estratégica dos comunistas vinculados a IIIª Internacional na periferia do sistema havia concluído pela mesma tese: embora trilhando outro caminho afirmava a impossibilidade de uma revolução socialista e a necessidade de uma etapa democrática como estratégia que mediava o caminho ao socialismo. Para o caso particular das periferias não haveria condições para um salto ao socialismo visto que o caráter da revolução era ainda democrático-burguês, caberia neste sentido os comunistas dedicarem-se em consolidar as relações sociais de produção capitalistas varrendo as reminiscências dos restos pré-capitalistas na direção mais democrática

venceu, como na Alemanha e na Itália, venha a lutar pela restauração da democracia burguesa. Esta fórmula é especialmente prejudicial, porque sua consequência lógica nada mais significa que o adiamento da luta pela ditadura do proletariado para um futuro indeterminado e longínquo. O capitalismo decadente provocará sempre o perigo do fascismo; uma eliminação do perigo fascista no âmbito do capitalismo, uma consolidação da democracia burguesa só poderia acontecer de forma duradoura se ocorresse um novo apogeu da economia capitalista. [voltaremos a este ponto a frente] Se o proletariado tivesse que esperar até que o perigo fascista desaparecesse para lutar pela ditadura do proletariado, então poderia esperar eternamente” (THALHEIMER, [1930] 2009 p. 36).

172 “A IC já abandonara contudo qualquer plataforma revolucionária independente. Fracassada a política das frentes populares, adaptou-se à nova conjuntura com a política de frente nacional, que consistia em meter a luta contra o fascismo nos limites da restauração do regime democrático-burguês.” “Assim os comunistas nos países ocupados dera a vida aos milhares pela “honra da Nação” e, concluída a luta, entregaram as armas ao poder burguês “legal”, em vez de tentar impedir a sua instalação. Assim, graças à linha de “frente nacional”, os operários fizeram a guerra para a burguesia” (RODRIGUES, [1985] 2010, p. 183).

possível, e, para tanto, no conjunto de suas mediações táticas impunha-se a necessidade de uma aliança – até o fim – com os setores progressistas (democráticos) da burguesia nacional e pequena burguesia. No curso de nossa exposição pudemos acompanhar os pontos de incompreensão e o desfecho deste enquadramento estratégico: uma derrota generalizada da fração proletária brasileira. Temos agora um quadro maior, onde a estratégia democrática e nacional posta em marcha no Brasil se combina à uma estratégia democrática e nacional também nos centros do sistema capitalista, apenas que o ponto de fundamentação se distingue. De um lado falta capitalismo e por isto impôs-se como necessidade completá-lo, de outro, o capitalismo maduro manifesto na democracia burguesa sofrera um grave retrocesso e impunha-se a necessidade de um retorno aos patamares democráticos para então iniciar outra vez a luta socialista. Como vimos, a estratégia democrática na periferia do sistema engendrou a derrota do proletariado e, no centro do sistema – nos marcos da estratégia nem fascismo, nem revolução - igualmente o proletariado foi conduzido à uma derrota, embora aqui com contornos aparentes de vitória; neste caso, ao dizer que o proletariado e os comunistas em geral venceram a guerra, conta-se uma verdade escondendo outra, de que os comunistas e o proletariado venceram a guerra nos marcos dos interesses burgueses, e neste sentido, o proletariado enquanto classe em si e para si saiu derrotado. Em síntese, pode-se dizer que a nível mundial a orientação estratégica dos comunistas negou a possibilidade de um trânsito revolucionário, supondo a necessidade de uma etapa democrática como caminho à construção do socialismo, é neste preciso sentido que entendemos que a derrota da fração proletária brasileira, não é uma derrota nacional e sim um momento nacional da derrota mundial¹⁷³. Vale destacar um outro desdobramento resultante do VII congresso que prepara finalmente as condições para a consolidação do revisionismo. Vimos que a Frente Popular para sua execução mobilizou como eixo de suas ações – resultante do deslocamento do proletariado para o campo de decisão da pequena e grande burguesia - o nacionalismo enquanto ferramenta de agitação e organização no combate ao fascismo. Em paralelo, vimos que a tática de Frente Popular gradualmente converteu-se em estratégia, e neste caminho projetou como finalidade de sua luta a

173 Ver prefácio à primeira edição brasileira do livro de FMR, *Anti-Dimitrov: 1935-1985, meio século de derrotas da Revolução*, escrito por Gabrel Landi. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/09/09/a-hegemonia-proletaria-na-luta-antifascista-introducao-ao-anti-dimitrov/>

democracia burguesa, fenômeno que tornou a 'democracia' um argumento de autoridade inquestionável. A fusão entre o nacionalismo estimulado pela Frente Popular e a necessidade da etapa democrática como caminho ao socialismo que inicialmente fora estimulada pela própria URSS, terminou por voltar-se contra a própria URSS; ao sacrificar o internacionalismo proletário em nome dos próprios interesses de estado da URSS, a Frente Popular conjurou as forças que tornou-se um impedimento à manutenção dos próprios interesses da URSS enquanto Estado institucionalizado.

Os P.C executaram a viragem de 1935 por fidelidade à União soviética, tal como eles a entenderam (isto é, fidelidade à burocracia soviética, da qual cada vez mais dependiam material e politicamente). Mas a viragem do VII Congresso do Komintern e tudo o que ela implicava, desencadeou um outro mecanismo autônomo (sic.) de que o Kremlin iria perder o controle. Aos integrarem-se cada vez mais no Estado burguês e ao apropriarem-se das sinecuras da democracia parlamentar burguesa como resultado de seus êxitos eleitorais e sindicais, os aparelhos dos P.C. dos países imperialistas "democráticos" estavam doravante submetidos a uma pressão material independente e em certa medida antagônica da do Kremlin. Se o socialismo num só país conduziu ao nacional-comunismo, a teoria e a prática de frente popular conduziram a uma linha política que alimenta um processo gradual de social-democratização. Eis aqui duas principais raízes do eurocomunismo (MANDEL, 1977 p. 21).

Um dos efeitos deste movimento de abandono completo de uma estratégia mundial da revolução socialista e conversão para o nacionalismo democrático como caminho à transição socialista é observado na dissolução da própria Internacional Comunista em 1943. Tal como Francisco M. Rodrigues aponta, a IC nos marcos da Frente Popular perdera o sentido uma vez que para a execução da política indicada, os PC's careciam de ampla autonomia visto que as manobras de cada fração nacional do proletariado não estava mais coordenada desde um centro diretivo mundial e sim ditada pelas demandas particulares de cada burguesia nacional, a quem os comunistas estavam estrategicamente atados. Neste contexto de execução da Frente Popular, o Comitê Executivo da IC (CEIC) ficou reduzido à condição de um observador, esforçando-se por vigiar aqueles que se opunham à execução da linha política. "Numa palavra: o abandono da estratégia da revolução proletária retirou da IC a razão de existir e lançou-a em processo de extinção" (RODRIGUES, [1985], 2010 p. 185).

Uma consequência imediata da dissolução da IC foi o nascimento de centros regionais dentro do movimento comunista internacional, isto é, uma espécie de

áreas de influência onde os partidos com maior peso passavam a tutelar os partidos menores; Francisco M. Rodrigues destaca que em larga medida os PC's das nações imperialistas, que eram os que possuíam maior peso, reproduziram as mesmas relações de dominação do imperialismo para com os demais partidos comunistas (como já vimos nas manifestações de Thorez e através da passagem de Fanon referenciada em nota). Assim, sem o antigo centro gravitacional mundial - que como já o expressamos era o desdobramento lógico da exigência internacionalista da revolução proletária -, com os comunistas do mundo comprometidos até a medula com o programa de restauração da ordem burguesa, numa postura contenciosa de 'apertar os cintos', dedicando-se em ser aos olhos da pequena e grande burguesia bons democratas, representantes autênticos dos valores nacionais, estava enterrada a perspectiva de revolução mundial e aberto o caminho para o revisionismo. Como dissemos ao começo desta seção, um dos resultados desta derrota é um aberto processo de revisionismo que se inaugura, cuja forma acabada é o eurocomunismo. Passado a guerra, impunha-se a necessidade de atualizar os termos do VIIº congresso, e aqueles partidos que havia sido seus principais executores (PCF, PCI, PCE) converteram-se nos principais nichos de produção teórica.

A partir do pós-guerra, tal como referenciamos através das conclusões de Thalheimer, uma estabilidade democrática apenas poderia acontecer mediante um "novo apogeu" do capitalismo e foi exatamente isso que presenciamos, naquilo que ficou amplamente conhecido como 'os anos dourados' do capital, que iniciam no pós-guerra e encerram nos anos 1970. Não é nosso objetivo realizar a análise deste período, apenas destacar que este 'apogeu' do capitalismo operou enquanto uma contrarrevolução em nível mundial, que em alguns pontos localizados da Europa Ocidental atuou como o "braço civilizado da contrarrevolução preventiva" (NEVES, 2019, p.329), também conhecida como 'capitalismo de bem estar social', e, que nada mais foi que a realização estratégica da burguesia frente a atualidade do socialismo, para a qual, contraditoriamente, os partidos comunistas trabalharam diretamente pela sua realização. Após a IIº Guerra Mundial, os comunistas gozavam de profundo prestígio pelo seu papel indiscutivelmente decisivo na vitória contra o nazifascismo, mesmo a URSS imersa em contradições, atuando por vezes pelo freamento da revolução, ainda assim, sua simples existência emulava a possibilidade de novas revoluções pelo globo. Esta 'ameaça vermelha' constante, combinada com os níveis de organização que o proletariado dispunha – resultantes

de sua experiência em tempos de guerra – impôs à burguesia a necessidade de, no interior de sua estratégia, alavancar um recuo tático no qual implicava aceitar várias demandas imediatas dos trabalhadores. Claro está que este recuo tático apenas pôde ser garantido na mesma medida em que às concessões burguesas acompanhou-se um ciclo expansivo do capital somado à uma alta das taxas de lucros, que, em particular no cenário europeu, guinou-se através do Plano Marshall¹⁷⁴.

A experiência localizada dessas concessões da burguesia ao proletariado, tal como Victor Neves destaca, não tinha como finalidade o apassivamento das direções socialistas e comunistas – já apassivadas desde há muito tempo – e sim do proletariado como um todo, e em especial o operariado fabril, visto que sua radicalidade poderia exprimir a superação de suas direções. Além disso, Neves adverte que a experiência das concessões burguesas nalguns pontos da Europa Ocidental contribuiu para a realização da contrarrevolução em todo o globo, seja pelo seu aspecto ideológico – que apresentava o ‘horizonte do desenvolvimento’ como finalidade (como vimos incidiu diretamente na própria formulação dos comunistas do PCB no Brasil) ou que informava uma ilusão sobre a possibilidade de uma realidade progressista no capitalismo –, seja através da brutalidade isenta de qualquer compromisso entre burguesia e proletariado, como se viveu na América Latina através das ditaduras militares. Assim, a estratégia contrarrevolucionária da burguesia mundial no pós IIª Guerra consistia em um duplo movimento: de um lado, operava um recuo tático que significava a concessão de maiores condições de vida ao proletariado, em particular na Europa Ocidental, onde essas concessões lograram a estruturação de um consenso em torno da reprodução do próprio capital - que em última instância resultou no abandono, no seio da classe e não apenas de suas direções, dos anseios de uma revolução proletária;¹⁷⁵ e, de outro, operava-se

174 “[...] Esse Plano, que implicou no investimento de bilhões de dólares por parte do Estado norte-americano na chamada “reconstrução da Europa”, constituiu uma das pedras angulares no deslocamento da correlação de forças interimperialista materializada na adesão das frações nacionais da burguesia imperialista europeia à liderança da fração nacional estadunidense, e teve como principal *objetivo político* a contenção do avanço comunista na Europa Ocidental” (NEVES, 2019 p. 320).

175 “Nessa situação escorregadia, toda a burguesia compreendeu intuitivamente a necessidade de recorrer à tática das concessões, de vestir a pele do cordeiro democrático-reformista-pacifista, apresentar os recuos forçados como dádivas, prometer o máximo para dar o mínimo, ganhar tempo para se recompor. **Ocultar ao proletariado e aos povos oprimidos a verdadeira extensão da vitória que tinham ao alcance da mão por efeito da derrocada do nazismo e do triunfo da União Soviética – era nesse momento a questão vital para a burguesia**” (RODRIGUES, [1985] 2010 p.

sem máscaras, impondo a derrocada de qualquer inclinação comunista, contraditoriamente, este processo estava fortificado pelas ilusões que seu recuo no centro imprimia na periferia, de que a brutalidade própria do capital pudesse ser contornada. Em ambas frentes conquistou-se seu objetivo: o apassivamento da classe trabalhadora.

Estamos convencidos de que no bojo da estratégia burguesa, os comunistas operaram como peça importante para sua realização, mesmo supondo construir um caminho ao socialismo¹⁷⁶. Rendidos à chave da luta democrática, trabalharam diretamente para a acomodação do proletariado como um todo nos termos propostos pela burguesia, é o que se lê nas conclusões de Francisco M. Rodrigues:

Inversamente, o que se estava em jogo para o proletariado e os seus partidos comunistas era não se deixar apanhar na armadilha das concessões mas utilizá-las a fundo para pôr a nu a mentira do democratismo imperialista, apoiar-se na radicalização a que a luta antifascista havia elevado o movimento operário e popular para activar a luta revolucionária, avançar audaciosamente virando a manobra burguesa do avesso.

Ora, não é preciso demonstrar que o terreno para uma utilização revolucionária da crise já tinha desaparecido por completo do horizonte da esmagadora maioria dos países em virtude da política praticada nos dez anos anteriores. Por toda a parte, os comunistas estavam confinados à luta pela democracia e nem sonhavam em pôr a questão da revolução como tarefa. Por isso, com raras exceções, jogaram em cheio o jogo do “mundo novo” que lhes era oferecido. Participaram nos governos de “reconstrução nacional”, apelaram à atenuação dos conflitos sociais, voltaram a propor a unidade e a fusão aos social-democratas, esforçaram-se por provar (à burguesia) que eram bons democratas. Todos declaravam o socialismo inadiável; em revolução ninguém queria falar (RODRIGUES, [1985] 2010 p. 197).

195 – grifo do autor). “O referido apassivamento de frações nacionais do proletariado, nas potências imperialistas euro-ocidentais, materializou-se num fenômeno social que foi chamado, no âmbito da literatura sociológica francesa, de “compromisso fordista”. Tal compromisso teria sido estabelecido entre burguesia e proletariado servindo de ‘fundamento ao modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental do pós-guerra’ (BIHR, 1991, p.15). Através dele, o proletariado de certos países centrais, representado por seus aparelhos privados como sindicatos, partidos socialdemocratas e, mesmo, partidos comunistas, teria realizado com as respectivas frações nacionais da burguesia – na prática, senão formalmente – ‘uma imensa negociação pela qual renunciou à ‘aventura histórica’ em troca da garantia de sua ‘segurança social’ (p. 41)” (NEVES, 2019 p. 325).

176 “Não há nenhuma razão para supor que os dirigentes eurocomunistas se tenham transformado em agentes do imperialismo americano, mesmo que certas das suas manobras possam servir tal ou tal operação da administração Carter. Nenhuma explicação materialista pode ser dada a tão extravagante hipótese. A sua crescente integração no aparelho de Estado burguês faria deles, no limite, *agentes da sua própria burguesia*, que é a burguesia *européia*, decerto aliada mas também concorrente (e concorrente cada vez mais intransigente e cada vez mais segura de si) do imperialismo americano” (MANDEL, 1978 p. 28).

O conjunto destas determinações desdobram na formulação de uma nova visão de mundo que passará orientar de maneira ideológica a ação e consciência do proletariado tomado em seu conjunto. Esta síntese é o eurocomunismo e, ao que nos parece, seu conteúdo informou sobremaneira o entre-ciclos vividos pela classe trabalhadora no Brasil, que tomara muito de suas formulações para a condução do novo ciclo que se gestava.

3.2.a. O eurocomunismo e sua incorporação pelos ‘renovadores’.

Após anos de uma prática política contenciosa, o movimento comunista internacional encontrava-se diante de um incomodo permanente: a teoria clássica da revolução socialista que formalmente deveria ser proferida não encontrava nenhuma correspondência na prática cotidiana dos próprios partidos comunistas. Isto se somava às próprias teses oriundas da URSS, que, como já destacamos em seção anterior, vinha de uma defesa estratégica da *coexistência pacífica* e o *trânsito pacífico ao socialismo*. Estas condicionantes impuseram aos comunistas uma adequação teórica às suas atividades práticas e uma vez mais viu-se a submissão da teoria à prática. Tornava-se insustentável proferir um conjunto teórico que indicava – dentre outras coisas – a necessidade insurrecional da revolução socialista, e ao mesmo tempo, desagregadamente, indicar a possibilidade de um trânsito pacífico ao socialismo, orientando ‘boas maneiras’ ao proletariado para evitar a todo custo qualquer situação que transborde em explosões (tendência esta *objetivamente* incontornável, toda a questão reside em saber como o comunistas devem se comportar neste terreno)¹⁷⁷. É a partir deste cenário que o eurocomunismo se manifesta enquanto uma síntese do revisionismo no interior do movimento comunista internacional¹⁷⁸.

177 “Retomando la herencia “olvidada” de la política de Krushev y la tradición inaugurada por su principal antecesor teórico Eduard Bernstein, el eurocomunismo comienza a legitimar en la letra impresa y en los discursos públicos lo que de hecho esos partidos venían haciendo en la vida cotidiana desde mucho antes: “La importancia mayor que reviste el movimiento eurocomunista es, sin duda, la de adecuar su discurso ideológico a su práctica política, poniendo fin a un comportamiento casi esquizofrénico. [...] En ese sentido, la definición ideológica del eurocomunismo es un hecho positivo. Ella ofrece a los partidos comunistas de Europa (y también a los de América Latina), que, desde los años treinta, han adoptado una política de colaboración de clases, la posibilidad de hacerlo coherentemente, sin mala conciencia, reconciliando su ideología y su práctica (MARINI, 1979)” (KOHAN, 2013 p. 150).

178 Devemos ter em mente que o movimento comunista internacional como um todo partilhava de uma razão democrática para o curso do socialismo, contudo, não podemos compreender todo o MCI como eurocomunista, há de se matizar que o eurocomunismo é uma expressão particular da

Na perspectiva de expor esquematicamente os lineamentos gerais que constituem o ser deste conjunto estratégico, tomamos por principal referência as considerações produzidas por Ernest Mandel, que sintetiza 7 aspectos essenciais do eurocomunismo. Vejamos:

1. É impossível atingir o socialismo nos países industrializados sem o consenso duma larga maioria da população.
2. Com esse objectivo, é preciso conservar as instituições parlamentares burguesas, que gozam do manifesto apoio dessa maioria.
3. A natureza dessas instituições é tal que podem ser progressivamente esvaziadas do seu conteúdo particular de classe, isto é, podem deixar de ser os suportes da dominação de classe da burguesia. Isso resultará em particular da contínua extensão da intervenção do Estado na vida econômica, que transfere para o seio do Estado as principais contradições da sociedade e o torna um campo que pode ser disputado, quando não pela burguesia e o proletariado, pelo menos pelos monopólios, dum lado, e a “união de forças progressistas”, do outro.
4. É preciso evitar a todo custo um confronto directo entre a burguesia no seu conjunto e o proletariado isolado, não só porque semelhante confronto se saldaria com certeza pela derrota do proletariado, como também porque conduziria inevitavelmente à destruição das instituições parlamentares burguesas e atrasaria assim por um longo período toda a possibilidade de rotura no sentido do socialismo.
5. Através da conquista de maiorias parlamentares significativas (apoiadas pela pressão e a mobilização das massas) o movimento operário pode e deve conquistar reformas estruturais que transformarão por etapas a natureza do regime capitalista e acabarão por mudar a sua própria natureza.
6. A etapa essencial que defrontamos é a da aliança antimonopolista, ou da “democracia avançada”, que, enfraquecendo primeiro e abolindo depois o poder dos monopólios, dará um golpe decisivo no capitalismo e permitirá que aumente qualitativamente o peso e o poder das massas laboriosas na sociedade através de diversos mecanismos de democratização da vida

totalidade da estratégia democrática, que ao que nos parece, mesmo localizada em certos países, tornou-se hegemônica no interior do MCI. Como se lê em Victor Neves, há duas vertentes dentro do MCI, que embora partilhando a razão democrática, distinguia-se em alguns aspectos: “Temos, então *dois processos* que correm, a partir de certo momento, paralelamente, dialogando entre si, influenciando-se mutuamente, confrontando-se: *primeiro, o desenvolvimento de uma tendência mais abrangente de amoldamento dos PCs à ordem e à institucionalidade burguesa*, na medida em que aceitam o axioma de que a revolução socialista deve ser feita ou sem ruptura, ou em uma situação em que todos os riscos sejam rigorosamente controlados e anulados de antemão, ou seja, em que se tenha a garantia anterior do isolamento da burguesia (ou, na fórmula consagrada, de seu setor monopolista), de sua incapacidade de reagir diante da força irresistivelmente acumulada do proletariado; *segundo, o desenvolvimento de um corpo teórico-político específico, o eurocomunismo*, que leva tal tendência às últimas consequências (propondo, inclusive, o reencontro entre movimento comunista e socialdemocracia), sem, entretanto, dela se diferenciar no essencial” (NEVES, 2019 p. 360).

“É um facto que (tal como o revisionismo bernsteiniano), o revisionismo do PCF a respeito da questão do Estado não tem as suas origens fundamentais no domínio puramente teórico. Trata-se da condificação teórica *post festum* duma prática reformista, de colaboração de classe, estabelecida desde há muito tempo. A teoria foi remodelada para servir o oportunismo prático, que resulta, não da ausência de clareza teórica mas de pressões sociais, de integração no meio ambiente, de estratificação no seio do proletariado (burocracia operária, peso predominante do aparelho, crescente fusão deste com camadas sociais pequenos, etc)” (MANDEL, 1978 p. 225).

econômica e da participação das massas na gestão do Estado. Esta será uma etapa transitória decisiva para a abolição do capitalismo e o advento do socialismo. Mas, em si mesma, não constitui nem uma nem outro.

7. A aliança anti-monopolista deve incluir, além da classe operária e da massa dos empregados (incluindo os funcionários, os técnicos e os quadros), uma boa parte do campesinato e parte considerável da pequena e média burguesia, a fim de isolar os grandes monopólios. É por isso que não convém, durante esta primeira etapa, pôr em causa o regime da propriedade privada” (MANDEL, 1978 p.162).

À primeira vista, numa leitura rápida, pode parecer que há uma caracterização acertada no diagnóstico e moderada nas formas de enfrentamento, como se não houvesse uma unidade entre ambas. Pode parecer que de fato o grande inimigo são os monopólios que se opõem à todas as ‘forças progressistas’ da nação; que o socialismo não é possível sem o consenso da maioria da população; que sem este o caráter democrático do socialismo cairia por terra, e antes disso, a possibilidade de sua realização estaria condenada por princípio - visto as dimensões militares contemporâneas qualquer estratégia em sua lucidez procuraria desviar as intencionalidades de enfrentamento direto entre burguesia e proletariado, tornando o caminho democrático não apenas um desejo senão uma condição. Pode ser que nesta leitura diagonal haja um ruído com relação a conservação das instituições burguesas, que soe estranho que haja uma etapa prévia a ser cumprida, que luta por reformas estruturais ao mesmo tempo que vitais para a democratização da sociedade ainda não parecem suficientes para a realização do socialismo, mas ainda assim, afora esses incômodos, no essencial a leitura estaria correta. Se esta impressão se faz presente, ela se confirma enquanto parte das reminiscências que este conjunto teórico legou à nossa visão de mundo presente ainda hoje.

Acontece que a síntese do eurocomunismo, embora referida a uma estratégia tecida no seio dos partidos comunistas euro-ocidentais entre os anos 1960 e 1970, foi partilhada por grande parte do movimento operário em nível mundial, a qual a experiência brasileira não escapou. Estamos convencidos de que a Estratégia democrático-popular, ainda que não possa ser reduzida à um mero reflexo do eurocomunismo – em razão também das determinações que a particularidade da luta de classes no Brasil imprimiu na síntese histórica -, ao mesmo tempo possui similitudes em sua forma e conteúdo. Mais a frente, quando determo-nos particularmente no ferramental estratégico construído nos anos 1980 pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil, veremos como os 7 destaques referenciados por

Mandel sobre o eurocomunismo se aproximam sobremaneira dos termos propostos pela Estratégia Democrática-Popular. A semelhança é tamanha que se fizéssemos o exercício de ler a passagem anterior como uma espécie de foto das principais concepções que estruturaram a EDP, teríamos um retrato fiel seu esqueleto. Exatamente por isso faz-se importante – ainda que genericamente - reatar o fio que une a caracterização do desenvolvimento estrutural do capital e a forma de Estado resultante deste – tal como ideado pelos quadros eurocomunistas - com o empreendimento estratégico que esta leitura termina por impulsionar. Tendo em vista a semelhança da EDP com relação ao eurocomunismo, reservamos o espaço à crítica deste conteúdo estratégico ao trato sobre a EDP em específico, que será feito no próximo capítulo¹⁷⁹.

À guisa de encerrar esta seção, tratemos apenas de elucidar o diagnóstico teórico que informa o eurocomunismo enquanto estratégia. Este, tem por fundamento a caracterização do estágio atual (ou pelo menos à sua época) do capital enquanto a fase do *Capitalismo Monopolista de Estado* (CME).

A primeira coisa a considerar é que CME é uma definição que está inserida num vasto debate sobre sua qualidade, que foi utilizada de diferentes formas e nesse sentido simplesmente afirmar ‘CME’ não nos autoriza associar mecanicamente à definição particular que no interior do pensamento eurocomunista – também ele diverso – se erigiu em consensos sobre sua natureza. Ou seja, CME é uma caracterização múltipla, que em si mesma exige um exame em separado e que se não for referenciada à esta ou aquela ‘escola’ , ou a algum momento do desenvolvimento desta categorização, não nos diz absolutamente nada; aqui exporemos apenas alguns pilares que constituem a qualificação sobre o CME própria dos eurocomunistas¹⁸⁰.

179 É importante tornar claro ao leitor que esta aproximação não identifica os dois processos históricos. Se por um lado estamos convencido que o eurocomunismo corresponde a uma determinação inescapável do complexo que conformou a EDP, há de se ter em conta que a EDP, enquanto uma experiência da fração proletária brasileira, possui suas particularidades. A crítica que faremos no próximo capítulo, tomando em seus aspectos gerais servirá também como crítica à leitura eurocomunista, mas deixemos claro que nosso objetivo é dissecar os limites da EDP, e não do eurocomunismo; se por ventura podemos estender nossas críticas sobre a EDP também ao eurocomunismo, isto resulta de um plano de abstração que critica a estratégia democrática em geral, e não suas manifestações particulares.

180 Esta mediação é indispensável visto que a leitura eurocomunista sobre o CME se reivindica como continuadora direta da forma como Lenin, por exemplo, a compreendia. Contudo o estudo de nossos interlocutores nos autoriza concluir pelo contrário, que ambas as formas de enquadramento do CME se estruturam em diferentes abordagens. Cabe aqui uma súmula sobre a forma como Lenin o entendia, para tanto, tomaremos duas passagens, uma condensada por Vânia Bambilra, e outra

Para tanto, uma vez mais, tomaremos por guia as considerações nucleares sobre o CME traçadas por Victor Neves, referenciando em particular 5 aspectos que estruturam o diagnóstico eurocomunista sobre o tema.

A começar, deve-se ter em conta que o ponto central aos eurocomunistas – à luz das metamorfoses do capitalismo nos pós IIª Guerra e à luz das ilusões que este impulsionou no proletariado e em sua vanguarda – era compreender as mudanças que o Estado sofrera. Com isto em vista, Neves destaca cinco elementos: a) que a compreensão sobre o CME indicava este como uma *fase específica do desenvolvimento capitalista*, entendendo-o como um momento do capital, que já havia passado pela sua fase competitiva, sua fase monopolista e que adentrava desde a Iª Guerra Mundial na fase do Capitalismo Monopolista de Estado; b) a característica nuclear desta fase dá-se em torno da *fusão entre o Estado e os interesses monopolistas* (entendido como uma fração da burguesia), verificada através de uma intervenção constante do Estado em benefício dos interesses particulares dos segmentos monopolistas, isto em razão de “correção das tendências ao desenvolvimento de óbices ao processo de valorização do capital” (NEVES, p. 373, 2019); c) seguindo o encadeamento causal destas colocações, depreende-se que a conformação das contradições de classes resultantes desta

de Victor Neves, ambos referências estruturantes em nossa dissertação: “Lenin sabia que, especialmente nos períodos de guerra, em países capitalistas existe uma clara tendência ao fortalecimento do Estado na vida econômica, seja como investidor, seja como controlador e administrador das atividades produtivas e dos serviços. Assim aconteceu na Rússia czarista a partir de 1914, mas precariamente; a intervenção do Estado na economia foi mais profunda na Alemanha. [...] Em que consiste a sua característica essencial? No fato que no interior da grande empresa capitalista obtém-se uma efetiva *socialização dos processos de trabalho* [que o leitor guarde precisamente esta definição, será de capital importância na caracterização ao largo do texto], um planejamento e uma racionalização da produção exemplares, e exatamente por isso põe-se em evidência a contradição fundamental do sistema, porquanto revela o caráter socializado das unidades produtivas e ao mesmo tempo a sua anarquia enquanto tal” (BAMBIRRA, 1993 p. 155). Esta caracterização pode ser complementada pela síntese de Neves, que explicitando as diferenças entre o enquadramento eurocomunista – que como veremos supõe o CME como uma fase duradoura/superior do capitalismo – e, o modo como Lenin o compreendia, enquanto uma função de estado reduzida à conjunturas extraordinárias, tais como a guerra: “Tais interesses privados não podem ser subjugados a não ser em situações historicamente excepcionais como guerras (apenas parcialmente) ou revoluções (totalmente, em caso de vitória) [...] Assim se é verdade que a formulação lenineana clássica do capitalismo monopolista passa por uma inflexão, através da formulação da existência de um “capitalismo de Estado” (cf LENIN, [1916-17 / 1931] 1977c), rumo à formulação da categoria de “capitalismo monopolista de Estado” (LENIN [1917 1977d, item 2, p. 240; , item 21, pp. 305-306; , item 22, p. 309; [1917] 1977e, pp. 361-363; [1917] 1977f. Prefácio, p. 387; item 2, pp. 415-416; , item 4, pp. 447-448), deve-se ter claro que Lenin pensa nesses termos na situação da guerra, em que os Estados assumem papéis especiais e temporalmente circunscritos na condução da vida econômica capitalista. O conceito não foi, portanto, desenvolvido para dar conta de uma suposta nova fase ou subfase *duradoura do capitalismo monopolista* – que era, esse sim, para Lenin, o estágio superior do capitalismo [...]” (NEVES, 2019 p. 377).

particular organização do modo de produção capitalista implica numa oposição radical entre os interesses particulares monopolistas frente a todo o restante do tecido social, grosso modo, o proletariado e todas as frações burguesas não monopolistas. Esta sistematização também pode ser lida, tomando as palavras de seus interlocutores, como o conjunto da nação, assim, esquematicamente, as contradições fundamentais de classe giram em torno da oposição monopólios x nação. Daqui resulta que do ponto de vista da luta política, esta deveria ser conduzida através de uma *ampla aliança antimonopolista*; d) em penúltimo lugar, Neves aponta que a caracterização eurocomunista tomava a fase do CME como uma fase final do modo de produção capitalista, isto é, o capitalismo ao adentrar o estágio monopolista de Estado ao mesmo tempo adentrava em sua fase terminal, isto porque, ao acirrar suas contradições engendrava como desfecho sua própria negação, o socialismo. Essa relação é apresentada em duas outras características:

Nesse sentido, o próprio desenvolvimento do CME, *acentuando as contradições fundamentais do capitalismo, prepara as condições para a emergência das forças políticas que irão superá-lo rumo ao socialismo*. E não apenas isso: ele também, ao exigir a intervenção sistemática do Estado em setores cada vez mais amplos da economia através da programação, do planejamento econômico e das nacionalizações, *cria as condições para que tais forças possam promover a transição ao socialismo através de uma "democracia avançada"* (BOCCARA, 1971, tomo I, cap. 02, item 04), que implica na tomada progressiva e democrática do controle do aparelho estatal redirecionando, através dele, o conjunto da economia através de programação, planejamento e nacionalizações democráticas de empresas" (BOCCARA et al., tomo II, cap.10) (NEVES, 2019 p. 375).

Sobre este aspecto da 'democracia avançada' há um importante destaque que não podemos deixá-lo de mencionar. Além de ser apresentado enquanto uma necessidade/possibilidade que emerge da própria forma como o capitalismo se constituía em sua fase terminal, a democracia avançada é entendida enquanto uma etapa transitória que prepara as condições para a própria transição socialista. Apenas para dialogar as considerações de Neves com a síntese anterior de Mandel, esta 'democracia avançada' proferida por Boccara através da passagem de Neves aparece no item 5 da sistematização de Mandel, onde se lê: o movimento operário deve através de reformas estruturais, amparado em seu poder de mobilização manifesto na conquista das maiorias parlamentares, ir gradualmente pavimentando o caminho ao socialismo. Neste sentido, o que está apresentado como a finalidade da 'democracia avançada' é a democratização da sociedade através do Estado,

entendida como a rotura de seus interesses identificados aos interesses monopolistas e, agora sim, postos a serviço de todas as massas populares. Em síntese, democracia avançada significa o povoamento do Estado pela ampla aliança antimonopolista, para que a partir dali, amparado na mobilização popular, possa conduzir o Estado a serviço não dos interesses de uma pequena parcela social, os monopólios, e sim de toda a nação¹⁸¹.

Para que esta manobra teórica se torne possível, há uma manobra anterior não evidente. Trata-se do esvaziamento do conteúdo de classe do Estado, onde se supõe a possibilidade de uma neutralidade deste. A respeito desta confusão, cremos ser suficientes duas passagens de Mandel que versando sobre a natureza do Estado explicitam esta manobra teórica de fundo e destacam suas profundas limitações, identificando-o – o Estado - a sua qualidade burguesa. Seguem abaixo as duas passagens:

[...] No Capitalismo Monopolista de Estado, defende-se longamente a tese duma simbiose do Estado e dos monopólios que faz com que o Estado tome cada vez mais a seu cargo a tarefa de ultrapassar as contradições da acumulação do capital *pelos monopólios*, o que agravaria as contradições entre esses monopólios e os sectores monopolistas da burguesia e de toda a sociedade. Por detrás desta tese aparentemente descritiva, perfila-se já uma significativa revisão teórica. O Estado contemporâneo, na Europa ocidental, deixaria de ser determinado nas suas formas específicas pelo modo de produção capitalista e passaria a sê-lo por necessidades técnicas e conjunturais do desenvolvimento económico. Seria por assim dizer, puramente “funcional”, socialmente “neutro”, podendo ser utilizado por outras classes sociais segundo a evolução das relações de forças sociais: “A democracia avançada, libertando o dinamismo das classes e camadas exploradas e dominadas pelo capital financeiro, permite, ao modificar o conteúdo (?) do Estado, legado pelo capitalismo monopolista de Estado, modificar-lhe fundamental e progressivamente as formas e atacar as bases das relações sociais.” (MANDEL, 1978 p. 226)

E desinvertendo a questão, explicitando a limitação do esvaziamento do conteúdo de classes do Estado:

Porém, a questão retoma uma escaldante actualidade quando se passa de funções de reprodução material que o Estado preenche, para as suas

181 “De fato, o que se revela cada vez mais necessário é, antes de tudo, uma democratização do Estado a fim de que ele realize mudanças fundamentais nas relações sociais de produção se apoiando sobre o movimento operário e democrático. É urgente substituir a intervenção do Estado em benefício dos monopólios capitalistas por uma verdadeira democracia económica e política em que se nacionalizem progressivamente os setores-chave da atividade económica, planificando, com a participação efetiva das massas populares, a orientação da produção e da economia em função das necessidades dos trabalhadores e do país. [...] assim será aberta a via ao socialismo e ao comunismo, ou seja, a uma sociedade tendente a satisfazer as necessidades dos homens, a suprimir a desigualdade social e a eliminar o carácter constrangedor do trabalho” (BOCCARA et al, 1971, tomo I, p. 95 *apud* NEVES, 2019 p. 375).

funções de reprodução duma determinada estrutura social, isto é, de reprodução da dominação de classe. Acreditar que os generais, os comandantes das forças para-militares, os chefes de polícia, os alto funcionários dos ministérios das finanças e dos negócios estrangeiros servem os interesses da “reprodução material”, isto é, os interesses da “sociedade no seu conjunto”, exactamente como os professores, os empregados dos correios, os ferroviários ou os empregados dos serviços sociais, é evidentemente usar dum sofisma grosseiro. Longe de servir os interesses da “sociedade em geral”, esses personagens servem os interesses da classe dominante *contra* a imensa maioria dos cidadãos. São eles que representam esse “corpo parasitário” que se separou do “corpo social” de que falam Marx e Engels. São eles que constituem esse famoso “aparelho de Estado”, essa “maquina estatal” que a classe operária, como Marx e Lenine inúmeras vezes sublinharam, deve dismantelar, que não se pode retomar a seu serviço. Nada do que aconteceu a partir de 1914 – seja a experiência da Reichwehr sob a República de Weimar, seja a do exército espanhol sob a República de 1931 a 1936, seja a dos generais do exército francês dos anos trinta, sem falar da “sinarquia” do finado Pucheu, seja do papel do exército e dos “carabineiros” italianos na “estratégia de tensão” que procurou quebrar o ascenso das lutas operárias em 1969, seja a de Pinochet e Cia. No Chile¹⁸², para só citar os exemplos mais frizantes e mais conhecidos – permite pôr em dúvida esta conclusão (MANDEL, 1978 p. 228).

182 Nesta mesma direcção é válido resgatar ainda o ‘testemunho esmagador’, tal como Mandel o referencia, de Volodia Teitelboim, um destacado dirigente comunista chileno, que em virtude da derrota sofrida na *via chilena ao socialismo* – que se identifica profundamente com o caminho proposto pelas teses eurocomunistas – nos indica com o peso da prática história a inconsistência operativa de tal manobra teórica (o esvaziamento do conteúdo de classes do Estado): “Na nossa opinião, os acontecimentos do Chile demonstram em última instância que, em determinadas circunstâncias, com resultado duma vasta e complexa evolução histórica, através dum laborioso processo de acumulação de forças e de unidade de sectores interessados numa mudança social, é possível chegar, através das urnas, a *qualquer coisa de muito mais que uma vitória eleitoral pura e simples, mas a qualquer coisa que é ao mesmo tempo muito menos do que o poder real.* (...) No interior do processo revolucionário chileno, constituiu sem dúvida um erro de facto de ter-se elevado formas de luta à categoria de essência, tornando absoluto o recurso de facto a uma única via (...) Se o desenvolvimento pacífico da revolução correspondia a uma possibilidade real e traduzia a vontade do movimento popular chileno, dever-se-ia sempre ter tido em conta a intenção adversa do inimigo, pronto a tudo para impedir por qualquer meio a revolução”. [...] “Mas a chegada à presidência da República de Salvador Allende não podia por si só alterar a natureza de classe do Estado, nem o carácter das forças armadas, da polícia e da administração pública. Por esta razão, é necessário insistir no facto de que um objectivo capital de todo o processo pela via pacífica (!) deve consistir na necessidade de igualmente garantir uma relação de forças militares (!) favorável ao desenvolvimento da revolução. Trata-se com efeito dum aspecto-chave (...) Com esse objectivo, era preciso coloca o aparelho de Estado sob a pressão organizada do povo, para poder colocá-lo de maneira crescente ao seu serviço. Mais ainda, era preciso desenvolver uma democracia activa, participante, das massas, arrancando aos sectores reaccionários peças do seu império, transferindo-as para a direcção dos trabalhadores, dos sectores progressistas da sociedade.” [...] Uma das principais fraquezas do movimento popular chileno consistiu em que esse problema (do exército) foi mal encarado, de maneira pobre e vergonhosa, preferentemente ao nível das personalidades, excluindo a participação dos partidos (...) e das próprias massas. Manteve-se amplamente no comando chefes do exército e da política que pareciam prontos a cumprir o seu dever (!...) Acreditamos sinceramente que nós, comunistas, sofriamos dum vazio histórico (!) pela insuficiência e a fraqueza da nossa política militar e da nossa política acerca das formas militares. (...) *É utópico supor a neutralidade política do exército.* Coisa diferente é produzir, numa determinada situação, um período de neutralização *como resultado da luta exterior e no seio das forças armadas*, para impedir que se realizem os planos dos sectores fascistas no sentido do golpe de Estado reaccionário (...)” (TEITELBOIM *apud* MANDEL, 1978 p. 253).

Dito isto, resta destacar a última consideração de Victor Neves a respeito do enquadramento da teoria do CME enfocada pelos eurocomunistas. O quinto e último aspecto se desdobra da consideração da fase terminal que o CME impõe ao modo de produção, engendrando as condições que o superaria; A fundamentação deste aspecto reside numa defesa de que o CME realiza em seu movimento de objetivação a *socialização da produção*. Aqui estaria entendido que o CME gradualmente – pela sua característica de estar fundido aos monopólios, por vezes incidindo de cima abaixo nos interesses privados monopolistas – socializaria as forças produtivas; elemento que se não autoriza prescindir da luta política pelo controle direto destas pelo proletariado, ao menos requalifica as vias pelas quais o controle das forças produtivas se dariam, apresentando – como vimos – a possibilidade de um acesso à este poder através da luta democrática no interior do Estado (que perdera sua natureza burguesa). Ocorre que como bem observado por Neves, nesta afirmação confunde-se a *socialização da produção* com a *socialização de processos produtivos*, fenômenos essencialmente distintos. O primeiro – a socialização da produção – apenas é possível mediante a tomada violenta do poder político pelo proletariado, que uma vez conquistado, passa imediatamente à expropriação dos capitalistas; o segundo – a socialização dos processos produtivos – refere-se à processos de concentração e centralização de capitais, ainda no interior, é claro, do modo de produção capitalista. Concluindo em conformidade com Neves, socialização da produção e socialização de processos produtivos, nos marcos da sociabilidade burguesa, são fenômenos não apenas diferentes, mas antagônicos (NEVES, 2019). É válido destacar como esta confusão é resolvida por nosso interlocutor:

[...] deve-se compreender de uma vez por todas que a socialização extensiva do processo produtivo, se pode ser considerada pré-condição para o êxito da socialização das forças produtivas no socialismo, não a prepara automaticamente, nem conduz a ela inexoravelmente, nem pode ser confundida com ela. A socialização das forças produtivas exige, para se tornar realidade, a mediação da grande política no sentido de uma ruptura com o fundamento econômico da sociabilidade burguesa. Exige, portanto, através da ação de enfrentamento sem concessões aos proprietários contrários a tal processo, a expropriação dos meios fundamentais de produção (que não deve ser confundida com sua estatização ou sua assim chamada nacionalização) e sua socialização. Ambas nunca ocorreram como resultado do desenvolvimento pacífico e progressivo do modo de produção capitalista ou de uma acumulação de forças que passasse pelo tensionamento progressivo dos limites dessa ordem, e, ao que tudo indica, nunca acontecerão de tal modo (NEVES, 2019 p. 379).

Isto posto, cremos ter discorrido os contornos gerais que caracterizam o eurocomunismo através das sistematizações de Mandel versando pelos 7 indicadores estratégicos, e, pelas 5 características do diagnóstico acerca do CME que informa os mesmos desdobramentos estratégicos, apreendidos através das contribuições de Neves. Como havíamos apontando ao início, o eurocomunismo está entendido como uma das principais manifestação no plano das ideias da derrota prática vivida pela revolução proletária a nível mundial, e, enquanto produto, impunha-se percorrer o processo que o criou, ainda que examinando-o apenas em seu movimento mais genérico. Julgamos tê-lo feito ao identificar o eurocomunismo como um desdobramento de largo prazo da viragem estratégica da revolução mundial operada pelos comunistas - subordinada, como vimos, à razão de Estado soviética.

A partir disto, pode-se dizer, que o eurocomunismo enquanto matriz filosófica generalizada na visão de mundo dos comunistas nos principais países euro-ocidentais, tornou-se uma referência constituinte de grande parte da intelectualidade brasileira, que em diante do apogeu do eurocomunismo, identificou-se à ela em seu caminho particular de superação da Estratégia Democrático Nacional. Buscando retornar ao centro desta seção, entendemos que o movimento operário no Brasil em meio a sua crise filosófica estimulada pela derrota estratégica vivida nos anos 1964 encontrou no eurocomunismo uma de suas referências para a confecção de uma nova interpretação do real e, subseqüentemente, um novo ferramental para a luta política.

É interessante pensar que a apropriação do eurocomunismo como uma filosofia que aparentemente supera os elementos constituintes da EDN, é, ao fim e ao cabo, um desdobramento de largo prazo da própria inflexão vivida na estratégia mundial - a mesma que produziu a EDN. Quiçá este seja um dos aspectos chaves de todo nosso percurso, entender a EDN e a EDP como momentos particulares de uma mesma totalidade, isto é, como parte constitutiva do movimento contraditório da luta de classes a nível mundial, ainda que, aos olhos de seus agentes, ambas se excluem mutuamente¹⁸³.

183 Partilhamos aqui de uma compreensão nenhum pouco consensual nos debates contemporâneos da esquerda revolucionária, e quiçá, tampouco é consensual entre aqueles/as que se inscrevem dentro do inventário da EDP; indicamos uma unidade contraditória entre as diferentes expressões de

Se tivéssemos que apontar um marco que ilustra este encontro na prática – entre o entre-ciclos no Brasil, numa segunda fase, e a filosofia eurocomunista – referenciaríamos os próprios debates que vigoravam no interior do PCB a partir da década de 1970, quando em ocasião das disputas internas, parte do Comitê Central converteu-se em eurocomunistas confessos. Muito rapidamente, podemos discorrer sobre este episódio.

Como dissemos, a contrarrevolução mundial alavancada no pós IIª Guerra contou com seus dois braços, de um lado com as máscaras de um Estado de bem estar (que visava o bem estar do capital, ainda que tenha se expressado em elevação do nível de vida de uma parte localizada do proletariado euro-ocidental), de outro, sem máscaras, operou brutalmente no sentido da eliminação – por vezes física – da esquerda revolucionária (mesmo sobre aqueles que, como vimos, apostavam continuamente numa estratégia pacifista e conciliadora). A ditadura militar no Brasil, enquanto um momento da universalidade da contrarrevolução mundial, não economizou esforços em neutralizar as forças que pudessem vir ameaçá-la. A política de terror caiu sobre todos, indistintamente, e o PCB não escapou deste desfecho. Luiz Carlos Azedo, sistematizando os relatos de Hércules Correa (dirigente comunista do PCB), informa que entre 1974 e 1976 toda a direção do partido no Brasil havia sido desarticulada. A liquidação foi tamanha que nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Goiás, Sergipe, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Brasília e Pernambuco não restou um só

luta do proletariado mundial, que em sua maioria estiveram aprisionadas no interior de *estratégias democráticas*, para nós este é o elo que permite unificá-las em um mesmo complexo, que nos autoriza pensar os diferentes períodos que o movimento operário atravessou no último século de modo unitário, enquanto uma totalidade portanto. Buscamos ao largo deste trabalho exprimir um pouco das determinações que forjaram a estratégia democrática como sentido geral da luta ao largo do século XX, bem como as especificidades que imprimiram suas nuances, sendo estas não negligenciáveis. A fim de explicitar uma síntese sobre a estratégia democrática que impulsionou grande parte do movimento operário no século passado (e ainda hoje), tomamos as linhas – novamente - de Victor Neves: “Nesses marcos, o que seria então uma estratégia democrática? Trata-se da teoria da articulação entre as frentes e modalidades de luta da classe ao objetivo final da construção de um Estado democrático de direito, à consecução da emancipação política. Quando desposada pelo proletariado e afirmada enquanto parte do caminho para o socialismo, o objetivo final democrático foi historicamente apresentado como um momento ou etapa necessária para criar as condições políticas que tornassem possível o engajamento em uma estratégia socialista, caso em que se avaliou que seria necessário conquistar a emancipação política materializada na existência de um Estado democrático de direito para se proceder à superação da sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista. Não se deve perder de vista que, ao longo do século XX, quando uma estratégia democrática foi afirmada por parte de forças proletárias e/ou comunistas como momento necessário da luta pelo socialismo, muitas vezes se tratava de formulação estratégica que acompanhava o próprio processo histórico de concretização da revolução burguesa – como foi o caso, por exemplo, no Brasil (DEL ROIO, 2012, p. 218)” (NEVES, 2019, p. 185).

Comitê Estadual e Municipal (AZEDO, 2015). Diante disto, impôs-se a dura realidade do exílio à muitos dirigentes nacional do CC que fora transferido para o exterior – com isto, a direção central do partido ficou territorialmente espalhada parte à leste da Europa, na URSS (onde se encontrava Luiz Carlos Prestes), e parte à oeste da Europa, em França, Itália, Portugal, por exemplo. Será entre 1975 e início de janeiro de 1976 que o Comitê Central, reunido em Moscou, passou por uma reorganização, onde foi eleito uma nova Comissão Executiva, composta por Luís Carlos Prestes, Giocondo Dias, Salomão Malina, Armênio Guedes (recém efetivado no CC) e José Albuquerque Salles¹⁸⁴.

Desde os primeiros momentos desta reorganização do CC se impôs uma polarização com relação ao entendimento sobre as linhas que orientavam o partido desde o VIº congresso em 1967 [que no início pudemos acompanhar as sínteses de suas resoluções]. De um lado, Prestes problematizava os conteúdos estratégicos deste congresso, indicando que estes estavam aquém da necessidade revolucionária no Brasil; de outro, figurava Armênio Guedes, que já havia assumido para si o eurocomunismo como matriz teórica, e a partir disto tomava a linha do VI congresso como intocável (este é um ponto muito sutil mas é capaz de revelar como ambas pontas – eurocomunismo e contornos gerais da EDN – se identificam sem grandes ruídos).

Claro está, que o simples fato de Armênio Guedes ser declaradamente defensor do eurocomunismo não tornava o partido em geral eurocomunista, mesmo porque, no interior do próprio CC, em contexto de disputa, Guedes apenas contava com o apoio de Zuleika D’Alambert; mesmo Prestes com sua viragem não dispunha de maioria no CC, tinha como apoio apenas Anita Prestes, Gregório Bezerra e Marly Vianna; os demais dirigentes operavam como bombeiros em meio esta polarização, esforçando-se em conciliar posições, embora, em sua maioria ainda orientados pela linha aprovada no VI congresso.

Ao que nos parece o ponto que indica o encontro do PCB com o

184 “A direção do PCB, porém, foi reorganizada em dezembro de 1975, em Moscou, em reunião da qual participaram Luís Carlos Prestes, Luiz Tenório de Lima, Severino Teodoro de Melo, Zuleika D’Alambert, Agliberto Vieira de Azevedo, Hercules Corrêa dos Reis, Salomão Malina, Orestes Timbaúba e Dinarco Reis, membros efetivos do C.C.; foram efetivados no Comitê Central os suplentes Armênio Guedes, José Albuquerque Salles, Lindolfo Silva e Roberto Morena. Na reunião foram promovidos a membros do C.C: Gregório Bezerra, Lindolfo Silva, Anita Leocádia Prestes, Marly A G Vianna e Regis Fratti. A reunião elegeu nova Comissão Executiva, composta por Luís Carlos Prestes, Giocondo Dias (ainda no país), Salomão Malina, Armênio Guedes e José Albuquerque Salles.” (AZEDO, 2010).

eurocomunismo em maior profundidade – e mesmo assim não se generalizou - dá-se um pouco depois. Armênio Guedes, com vistas a fortalecer suas posições no interior do partido, propõe (e é aprovado pelo CC) uma *Assessoria do Comitê Central*, a ser dirigida por ele na França [neste aspecto o território não é nenhum pouco neutro uma vez que a França era o coração do eurocomunismo, como pudemos acompanhar]. Como Anita Prestes indica, esta assessoria – que em tese era uma boa coisa uma vez que poderia auxiliar o CC a compreender melhor a particularidade da luta de classes no Brasil e formular adequadamente a linha política - “tornou-se um polo de ideias de “direita”, eurocomunistas, para influir no CC e na elaboração dos seus documentos” (PRESTES, 2012 p. 43).

É através desta Assessoria do CC que as ideias eurocomunistas ganham homogeneidade em um grupo interno do PCB, que se reivindicavam como os *renovadores* do partido (NEVES, 2019), e ao mesmo tempo ganham uma relativa difusão no interior do próprio Brasil. Isto porque Armênio Guedes havia recebido a tarefa de recriar o jornal do partido – o *Voz Operária* – e, ocupando a posição de diretor do jornal, imprimiu em suas edições uma viragem mais “direitista” (PRESTES, 2012).

Todavia, o que nos parece ser mais decisivo não é a difusão do jornal, embora este cumpra um claro papel propagandístico e formativo das ideias que se procurava veicular. Para nós, importa sobremaneira a composição desta Assessoria¹⁸⁵, que contou com militantes que a posteriori se postularam enquanto referenciais teóricos estruturantes do próximo ciclo estratégico. É o caso por exemplo de Carlos Nelson Coutinho, que embora já havia adotado o eurocomunismo em sua passagem na Itália [entre 1976-1977], teve um segundo momento de aprofundamento de suas posições na França, compondo a referida Assessoria¹⁸⁶. Coutinho é ilustrativo deste movimento, e como veremos mais a

185 “A Assessoria era composta, além do próprio [Armênio] Guedes, que a dirigia, pela Zuleika Alambert, que costumava participar das reuniões, mas basicamente pelos intelectuais, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Aloísio Nunes Ferreira, Mauro Malin, que residiam em Paris, e também o Ivan Ribeiro Filho, que morava na Itália. O Milton Temer, que eu me lembro, também participava. Enfim, eram intelectuais, jornalistas, eram essas pessoas que participavam [há de acrescentar também Antonio Carlos Peixoto]” (PRESTES, 2012 p. 43).

186 Extraindo uma passagem de Victor Neves vê-se a importância da CNC no interior desta assessoria e, ao mesmo tempo, a importância da assessoria em sua própria constituição enquanto militante comunista: “Temos aí um elemento importante no que tange ao objeto da presente pesquisa, apresenta na lembrança de Netto de que seu amigo “desempenha um protagonismo expressivo na vertente que se reivindicava ‘renovadora’ do PCB (2012, p. 67) e na afirmação de que,

frente, seu ensaio *A democracia como valor universal*, que encontrou ampla aceitação na esquerda brasileira no início dos anos 1980, possui referências essenciais destes dois períodos.

Assim, parece-nos que estas distensões no interior do PCB – embora não sejam as responsáveis (culpadas) pela generalização do referencial eurocomunista no Brasil – ilustram o encontro do ferramental teórico produzido pelo movimento comunista internacional com a crise filosófica vivida pelos revolucionários no Brasil, que a adotarão em vários de seus aspectos essenciais, sendo o principal deles, a afirmação de uma etapa democrática como caminho ao socialismo.

Veremos com vagar as características particulares da Estratégia Democrático-Popular no próximo capítulo. A fim de encerrar esta seção, parece-nos que o entre-ciclos está embebido do ferramental teórico que iluminará as respostas que o movimento operário dará a partir da eclosão das greves do ABC em 1978-80 - marco de uma nova fusão de classe e início de um novo ciclo estratégico no Brasil¹⁸⁷. Vimos como após a derrota de 1964 inúmeras leituras procuraram se afirmar, da manutenção das concepções que informaram a EDN – figurada sobretudo nas considerações do PCB em seu VI congresso -; das perspectivas críticas que irrompiam no bojo do próprio partido com Caio Prado Jr., que ao mesmo tempo que supera as ‘verdades consagradas’ as reinterpreta em outros termos; percorremos algumas das caracterizações que procuram superar a leitura do subdesenvolvimento através da categoria dependência, o fizemos concentrando-nos particularmente em sua manifestação marxista; vimos como o eurocomunismo a nível mundial se firmou como uma guia teórica do MCI e encontrou no cenário brasileiro um ponto de pouso. Destacamos, e pretendemos voltar a isso com mais vagar nas conclusões deste trabalho, como a derrota particular da EDN não é uma

salvo engano seu, foi “neste processo de luta interna, em Paris, que Coutinho – *em estreita relação com os estudos que desenvolve à época* – assume a dimensão específica da política e a situa no centro de sua reflexão”. É por isso que Marcos Del Roio, ainda que trabalhe com periodização diferente da adotada aqui, sublinha a importância daquele que considera um “segundo momento” da evolução do pensamento coutiniano, compreendido, para ele, entre 1977 e 1981, que “pode ser identificado com a estadia na Europa e com a fase de maior militância política no Partido Comunista Brasileiro” (2013, p. 147)” (NEVES, 2019 p. 110).

187 Há, contudo, uma justificativa final neste capítulo que se refere à forma de exposição. Ao largo deste capítulo um importante intelectual não foi abordado, e que no seio das discussões que são animadas pelo ‘inventário’, entende-se que suas formulações constituem um dos pontos estruturantes da nova visão de mundo que se alicerça. Referimo-nos a Florestan Fernandes, que em 1974 publicara *A revolução burguesa no Brasil*, um livro que se soma ao arco de caracterizações da Estratégia Democrático Popular. Pretendemos comentar como as contribuições de Florestan Fernandes se cruzam com o ferramental estratégico que se ergue no próximo capítulo.

derrota pontual da luta revolucionária no Brasil, mas se insere num contexto maior, no macro universo da derrota mundial da classe trabalhadora no século XX, que, em suas contradições engendrou uma justificativa teórica à sua prática contenciosa, o eurocomunismo; acreditamos que este apresentou novos marcos à luta revolucionária, que ao que parece foram adotadas – ao menos em linhas essenciais - na luta política brasileira; o que informa uma situação embaraçosa, onde a perspectiva de superação na EDN cristalizada na EDP encontra como uma de suas referências o desdobramento degenerado da estratégia posta em prática pelos comunistas na primeira metade do século passado – isto é, a mesma estratégia que se pretendia superar no entre-ciclos. Desta forma, EDN e EDP parecem compor uma unidade contraditória, onde cada uma destas manifestações configuram um momento particular do movimento da história da luta de classes no século XX. Passemos agora ao exame da Estratégia Democrático Popular em específico, a fim de explicitar todo o caminho que até agora percorremos.

CAPÍTULO IV – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

O PT é a reencenação de uma fábula já conhecida, e trágica, que de tanto ser reprisada adquire aquela tonalidade cômica sem perder a seriedade dramática.

(IASI, [2006] 2012, p.359)

À primeira vista pode parecer que o objeto deste trabalho perdeu-se ao buscar tratar de diferentes manifestações da luta mundial dos trabalhadores. Como se houvesse uma perspectiva de abordar todo um amplo espectro de coisas que fogem, ao menos imediatamente, àquilo que se apresenta enquanto objeto central de nossa análise, lembremo-nos: a qualificação de nosso período histórico enquanto manifestação concreta da derrota histórica da estratégia preponderante que orientou a ação de classe dos trabalhadores neste último ciclo, a Estratégia Democrático Popular. Neste sentido o leitor poderá questionar o fato de pretendermos atar o fio entre a definitiva falência do PT enquanto organização da classe trabalhadora em 2013 e 2016 (com o golpe definitivo de descarte do PT pela classe dominante), e o principal episódio histórico do século passado, a Revolução Soviética de 1917, enquadrando um cenário de mais de 100 anos de história. Ocorre que, para nós, esta derrota histórica não pode ser exclusivamente buscada em recortes pequenos, em retalhos históricos que caçam no pequeno bosque do período de governo do PT os descaminhos que haveria incidido na atual miséria brasileira. Neste sentido é preciso retornar a uma afirmação basilar que constitui parte da postura metodológica de nossa pesquisa: entendemos, sempre, que “as determinações mais profundas desse fenômeno político encontra-se, a nosso ver, no desenvolvimento histórico de nossa formação social, da luta de classes e do Estado, referindo-se, necessariamente, à dimensão estratégica e não meramente tática” (IASI, 2012 p. 279). Somado a isto, é preciso recordar que também uma estratégia e sua consolidação é a síntese histórica de múltiplas determinações, que sua concreção é e não é obra exclusiva da vontade dos sujeitos em ação. Que sobre esta vontade, incide uma gama de determinações próprias da qualidade da formação social, do

desenvolvimento (qualitativo e quantitativo) das forças produtivas, da dinâmica da luta de classes a nível mundial, etc. Tomamos de Iasi o fio condutor que motivou nossa pesquisa:

Uma estratégia não pode ser compreendida como resultante da mera intencionalidade dos sujeitos políticos; ela é produto de todo um conjunto de fatores entre os quais o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações sociais de produção existentes, a dinâmica da luta de classes, o caráter do Estado e, naquilo que nos interessa diretamente, da expressão dessas contradições na consciência social de uma época, no quadro cultural e teórico existente” (IASI, 2012, p.290).

Procuramos demonstrar no primeiro capítulo como as análises que buscam responder nosso período histórico pautando-se pela captura fragmentária de descaminhos assumidos ao largo da trajetória do PT no governo incorrem em conclusões rápidas, que reduzem a problemática à traição, ao abandono, ou a generalizações no sentido de que o PT nunca haveria se proposto socialista. Como já o dissemos, estas conclusões, embora parcialmente corretas, antes que pontos de chegada são pontos de partida e, mais que isto, ao encerrar suas considerações neste momento, como uma primeiríssima aproximação, terminam rerepresentando e validando a própria estratégia que em seu movimento nos trouxe até aqui, como se em sua evolução pudesse ser depreendido outro resultado histórico, isto é, pudesse ter conduzido os trabalhadores para a vitória contra o capital – fato que discordamos¹⁸⁸.

Interessa-nos compreender a derrota histórica por nós vivida como resultante da evolução de uma estratégia, esta mesma determinada e aprisionada às possibilidades históricas de seu tempo. Com esta postura, recorreremos à evolução da própria formação social brasileira, atravessada pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção em seu movimento contraditório, que

188 Isto não significa dizer que a EDP em sua manifestação não possa assumir outras faces em outras formações sociais; é o caso, por exemplo, das experiências venezuelana e boliviana, que também enquadramos enquanto uma espécie de estratégia democrática e popular, embora inquestionavelmente mais aguerrida em sua forma. Conforme Iasi: “Creio que os processos venezuelano e boliviano, por motivos que não cabe analisar aqui, são expressões de uma estratégia democrática e popular que assume uma forma radical, que potencializa a luta de classes naqueles países, principalmente se compararmos com o governo de pacto social e de apassivamento tal como se expressou no Brasil. No entanto, até o momento, tais processos ainda não culminaram em rupturas de caráter socialista e suas contradições, ainda que num patamar muito mais avançado, ainda são as mesmas de um momento de mediação democrática radicalmente popular de uma ordem burguesa capitalista preservada” (IASI, 2012, p. 310)

outra coisa não é que a própria história da luta de classes. É impossível compreender a história do PT sem inseri-la numa totalidade que involucra necessariamente a história particular da Revolução Soviética de 1917 e seus desdobramentos no Brasil e no mundo, que caminham em íntima conexão. Vimos como a evolução da Revolução de 1917 incidiu na luta política no Brasil em um primeiro momento, atravessando a consciência e ação política dos trabalhadores; e vimos também alguns impactos da derrota mundial da revolução socialista, alimentada por inúmeras razões – seja a derrota da Revolução Alemã em 1919, da Revolução Italiana, do preço cobrado da herança pré-capitalista na Rússia, seja da síntese das disputas políticas no interior do PCUS, onde o centrismo stalinista triunfou, seja das escolhas políticas daí derivadas, que como pudemos acompanhar imprimiu um processo de social-democratização dos PC's, manifesto pela linha de Frente Popular que fatalmente evoluiu até a postura eurocomunista. Torna-se impossível compreender a consciência social que plasma a EDP sem estendermos as conexões com os movimentos de trabalhadores que estão insurgindo contra a rigidez do 'socialismo real', qual seja a experiência polonesa, búlgara, tchecoslováquia, húngara, iugoslava, etc. Acreditamos que a *debacle* da Revolução Mundial constitui o caldo de cultura decisivo para a formatação da consciência social que produziu a EDP. Em uma imagem grosseira, pode-se imaginar a Estratégia Democrático Popular como uma espécie de ressaca, como um desdobramento tardio, isto é, desigual na temporalidade, se comparada às experiências acima assinaladas, mas combinada se a julgamos na totalidade que para nós constituiu uma época histórica.

Isto não significa enquadrar a história da evolução do PT – e de sua estratégia correspondente – como um mero reflexo de determinações exógenas. Mas estamos convencidos que não podemos prescindir destas determinações para remontarmos um quadro mais ou menos fiel da totalidade que envolve nosso objeto de pesquisa. Temos claro que o retrato que produzimos até aqui, deste longo século, é expressamente insuficiente para dissecar toda esta gigantesca gama de determinações que influem decisivamente na síntese histórica da EDP, mas entendemos que este é nosso ponto de partida, e nossa pequena contribuição para um enquadramento mais materialista das análises que buscam capturar o sentido geral de nosso tempo histórico.

Após todo caminho por nós percorrido, tendo trilhado por diversos corredores

históricos da luta dos trabalhadores no longo século XX, podemos iniciar nosso último capítulo com a presente epígrafe, que cobra sua inquestionável precisão. O PT é, pois, a reapresentação trágica de experiências materialmente falidas, ideologicamente apresentadas como o caminho mais consequente para a emancipação humana. Não nos custou muito visualizar como a social-democracia enquanto fenômeno histórico, longe de emular os trabalhadores pelo triunfo do trabalho sobre o capital, minou a consecução da Revolução Socialista.

Seguimos assim, à guisa de fechamento de nossas primeiras aproximações, para elucidar a evolução do PT tomando por referência três momentos que cristalizam a evolução da social-democracia em geral: seu primeiro momento *com a classe*, e aqui trataremos dos momentos fundacionais que expressam uma lição para nós sumamente importante, a saber: um novo momento de *fusão de classe*. Em seguida, discorreremos particularmente sobre a EDP, em sua interpretação sobre a formação social brasileira, sua compreensão sobre a qualidade do Estado na sociedade, a configuração das classes sociais e, conseqüentemente, a projeção do caminho indicado para a construção da sociedade socialista. Aqui será fundante abrimos uma reflexão sobre a qualidade do que está sendo compreendido por socialismo pelo PT. A seguir, indicaremos os dois momentos que configuram o *transformismo* do PT, isto é, o momento em que este passa atuar *pela classe e contra a classe*. Por fim, veremos como este movimento é resultante direto da posta em marcha da Estratégia Democrático Popular, ou seja, é a consciência social de um tempo agindo sobre a realidade e transformando-se em sua relação com esta.

Duas pequenas notas prévias estruturam nossas escolhas por este caminho. Em se tratando da tríade *com-pela-contra a classe*, adotamos o enquadramento proposto por Prezeworski, resgatado por Daniel Lage em sua grande contribuição a este inventário. Uma breve passagem de seu trabalho é suficiente para este momento:

Assim, o PT realizou, por completo, a linha de transição da socialdemocracia, de uma organização nascida *da e com a classe trabalhadora*, para organização que visa a atuar nas esferas de reapresentação, e, portanto, age *pela classe trabalhadora*, até o processo consolidado que é *contra a classe trabalhadora*. O último desdobramento do fenômeno histórico da socialdemocracia está, justamente, na escolha que o partido faz de, para manter a coalizão social que o levou até o governo, voltar-se contra os interesses da classe trabalhadora (sua fiel fiadora do pacto), retirando seus direitos, retrocedendo em conquistas básicas e abandonando, até mesmo, o reformismo (forte ou fraco)

anteriormente defendido (LAGE, 2019, p. 94).

Acreditamos que este movimento está acompanhado por um processo de *transformismo*, conceito este cunhado pelo comunista sardo Antonio Gramsci, resgatado por Eurelino Coelho em sua obra *Uma esquerda para o capital – o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*, publicada em 2012. Como se sabe, os mais variados conceitos propostos por Gramsci são objetos de inúmeros debates, não temos a perspectiva de enumerá-los aqui, tomamos apenas como nosso referencial a síntese proferida por Eurelino Coelho, onde elenca algumas características que são centrais neste conceito particular; vejamos:

[...] Transformismo pode ser definido, então, sinteticamente, como 1) absorção, em caráter individual ou “de grupo” e obtida por diferentes “métodos”, de intelectuais (“elementos ativos”) das classes subalternas pelas classes dominantes. Nele estão implicados: 2) a modificação “molecular” dos grupos dirigentes, sua ampliação e 3) a produção da desorganização política das classes subalternas. A concepção do transformismo como mecanismo de atração de intelectuais exige, por fim, que se considere o 4) poder de atração de cada classe, que varia principalmente em função da sua “condensação ou concentração orgânica”. Na medida em que este conceito designa um dos elementos constitutivos do “mecanismo” geral de hegemonia, não é de estranhar que por meio dele se possam estabelecer certas analogias históricas. É com esta definição que se pode propor o emprego do conceito como critério de interpretação da história recente dos grupos de esquerda que pesquisamos. O aspecto determinante do transformismo das duas tendências petistas foi a *dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora* (COELHO, 2012, p. 301-302)

É importante tornar claro que o conceito de transformismo, em nossa interpretação, apenas pode ser apreciado em sua materialidade – para além de uma mera metamorfose dos sujeitos – como o desdobramento do movimento de consecução da Estratégia Democrático e Popular. Afirmamos isto uma vez mais para que não restem dúvidas sobre a unidade entre o produto final que hoje conhecemos como algo evidentemente desconexo de qualquer perspectiva de superação do capital – portanto, de um partido da ordem como qualquer outro, em se tratando do PT, e ao que se refere ao momento da consciência dos trabalhadores, acomodada nos termos do mais profundo apassivamento – e aquilo que outrora empunhou as bandeiras de luta pela superação da exploração dos trabalhadores, isto é, o socialismo. Assim, a nosso ver, transformismo é uma manifestação do movimento *com-pela-contra* a classe, que, como assinalamos, corresponde à “*reencenação de uma fábula já conhecida, e trágica, que de tanto ser*

reprisada adquire aquela tonalidade cômica sem perder a seriedade dramática” (IASI, [2006] 2012 p.359).

Passamos agora à exposição do primeiro momento, o momento com a classe e os passos iniciais deste percurso.

4.1 COM A CLASSE: Irrompem as Greves do ABC - a fusão de classe e o nascimento do novo operador político

É
A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação
É é é é é é é

GONZAGUINHA

Adentramos agora um cenário que poderíamos considerar mais próximo, ainda relativamente fresco em nosso imaginário. A história recente da ditadura militar no Brasil de 1964 e as diferentes manifestações de resistência à ela ocupou o espaço de inúmeros filmes, poemas e canções que ainda hoje cantamos com ares de presente. Não nos parece fortuito o fato de ainda nos referirmos às nossas ‘velhas’ referências, ao contrário, eles e elas são as memórias vivas – já desfigurada é certo – daquilo que fomos capazes de produzir em um momento de extrema ebulição da criatividade e entusiasmo da classe trabalhadora no Brasil. Seguimos, de certa forma, *caminhando e cantando* com Geraldo Vandré, em uma *Terra em Transe* que atualiza diariamente nossos sonhos de que *Outros Outubros virão*. Estas imagens de um *povo marcado que não tem cara de panaca* e que *quer ser um cidadão, quer viver pleno direito, quer viver uma nação*, segue compondo nosso imaginário, e tende a reaparecer em diferentes manifestações, sendo uma delas, por exemplo, a retomada do espírito da democracia corinthiana, por nós calorosamente

recebida no ano de 2020 nas manifestações anti-fascistas em São Paulo, quando a principal palavra de ordem entoava: Somos Democracia!¹⁸⁹

É interessante pensar que quando invocamos nossas experiências de luta, em geral, tendemos a encerrá-las no último ciclo por nós vivido, e, basta uma rápida aproximação, perceberemos o quão distante e desconhecido é o primeiro ciclo de lutas da classe trabalhadora no Brasil. Quais foram os principais episódios de heroísmo e luta? Quais eram as canções que emulavam a luta neste período? Os/as artistas deste período estão hoje todos/as desvinculados/as de sua unidade orgânica com o comunismo – caso de Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado, Cândido Portinari, Pagu, Tarsila do Amaral, entre muitos outros e muitas outras. Lamentavelmente, no senso comum mais imediato, restou deste período apenas a imagem de uma história de amor de dois ‘idealistas’ - Olga Benário e Luiz Carlos Prestes - frustrada pelos agentes fascistas: um típico exemplar da história contada pelos vencedores, pois, como diria Benjamin, *“também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”* (BENJAMIN, [1940] 1987), visto que, *“todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”* (BENJAMIN, [1940] 1987).

Contribui para isto uma infinidade de razões, tais como generalizações rápidas que enquadram o período como populista, que como sabemos nulifica a dimensão ativa da classe trabalhadora no processo histórico; uma desclassificação dos agentes ativos do proletariado e de seu operador político como se fossem eles meras representações pelo alto da luta de classes, onde, uma vez mais a classe trabalhadora não teria entrado em cena – esta leitura, muito comum nos momentos fundacionais do PT, geralmente concluía pelo fato de que uma pequena burguesia revoltosa buscou representar e dirigir a classe trabalhadora, de tal modo que esta não tenha efetivamente contado com uma ação autônoma¹⁹⁰.

189Arriscaríamos dizer que o mesmo parece ocorrer com nossas referências intelectuais. Quem são nossos/as principais pontos de partida? Não seriam os/as pensadores/as que constituíram o ponto mais desenvolvido do pensamento social deste período, bem como Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Lucio Koverick, Hermínia Maricato, Marilena Chauí, Michael Löwy, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Emir Sader, Leandro Konder, Marco Aurélio Garcia, José Paulo Netto, entre muitos outros e muitas outras? O ferramental por nós utilizado na atualidade se reporta constantemente, em diferentes esferas, ao passado para responder ao presente.

190Vimos na introdução do segundo capítulo como esta negação do papel ativo da classe trabalhadora no primeiro ciclo de lutas no Brasil acompanhou parte das discussões que

No recorte bizarro do senso comum, houve luta de classes antes do último ciclo, mas ao que parece, na seleção casual e desagregada da consciência, tendemos a buscar fragmentos daquilo que veste melhor em nosso espírito contemporâneo. E, já o dissemos, isto não nos parece fortuito, são indicadores de nossa permanência decadente no último ciclo que se encerrou, isto é, são nossas ações aprisionadas no limiar entre o velho que perece e o novo que ainda não insurgiu¹⁹¹.

Interessa destacar que, se por um lado a memória dos ‘anos de chumbo’ e as suas correspondentes manifestações de resistência estão presentes ainda hoje, isto não elimina a necessidade de remontarmos o caminho, visto que nossas apropriações do sentido histórico dos momentos iniciais deste ciclo são ordenadas de modo aleatório, isentas de um ordenamento mediado do movimento contraditório que impulsionou as ações dos sujeitos do momento histórico em questão. Uma vez mais com Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de história*:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso (BENJAMIN, [1940] 1987).

Ora, de onde veio o PT? Rapidamente, buscamos nas greves de 1978-80 a resposta. Isto é verdade, mas não completamente, porque ao encerramos nossa conclusão neste episódio – decisivo, por certo - perdemos de vista o fato de que o PT é a síntese das contradições que estavam contidas germinalmente deste o encerramento do ciclo imediatamente anterior, o ciclo Democrático-Nacional protagonizado pelo PCB e findado em 1964, que se desenvolveram ao largo do

impulsionavam a construção do PT e sua respectiva estratégia; naquele momento, Francisco de Oliveira, ativo militante desta organização, em uma de suas intervenções, advertiu esta inconcebível afirmação: “O PT, assim, aparece, ainda que isto cause arrepios à maioria de seus atuais militantes e dirigentes, como o continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial” (OLIVEIRA, p.11, 1986).

191É interessante notar que ao passo que muitas das referências que são mobilizadas hoje fazem remissão às melhores expressões do último ciclo, há, na confusão e imprecisão generalizada de nossa crise aguda, aqueles que procuram se desvincilhar destas referências mobilizando outras, agora do ciclo anterior, de todo problemáticas: é o caso de uma parcela da juventude comunista que recentemente vem encampando a defesa de Stálin. Especialmente neste sentido, acreditamos que o enquadramento proposto de 100 anos de uma estratégia Democrática é um bom caminho para escapar deste imbróglio, uma vez que, contraditoriamente, estes aparentes antípodas confundem-se como diferentes manifestações do reformismo.

período de entre-ciclos, sumamente marcado por intensas lutas políticas da classe trabalhadora e de sua vanguarda. Lembremo-nos de nossas definições: o encerramento de um ciclo (e, portanto, a crise do movimento operário) traz em seu bojo – ainda que de modo extremamente truncado - o novo enquanto possibilidade.

O risco de enxergarmos o processo de fusão de classe de uma forma fenomênica, episódica, é projetarmos para o futuro – a saída de nosso atual entre-ciclos – a esperança (no sentido de esperar) de que algum acontecimento seja, por ele mesmo, capaz de unificar a classe trabalhadora novamente, isento da ação consciente de inúmeros sujeitos em luta. Por outro lado, e incorrendo no mesmo equívoco, corre-se o risco de acreditar que todos os passos para um processo de unificação da classe trabalhadora sejam efetivamente calculáveis e controlados pelos sujeitos mais ativos da classe. Ambos extremos se equivocam, faltando, portanto, mediações.

Claro está que existem acontecimentos que fogem à pré-ideação dos sujeitos, especialmente se estamos tratando de uma fusão de classe: ninguém é capaz de sinalizar quando e como isto se dará. Por isto, infelizmente, devemos trabalhar na contramão das aparências, portando a certeza – científica – de que as fusões de classes e o acirramento da luta entre elas fazem parte do movimento saudável do capital, isto é, compõe parte de sua natureza enquanto relação social. Contudo, ainda que isto seja verdade, é sempre bom retomarmos que “Engels, por exemplo, lembrava que ‘a história não faz nada’, pois ela ‘não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos’” (MARX; ENGELS, [1845] 2011, p. 111 *apud* NEVES, 2020, p.273). De tal forma, para o processo em questão, sem a ação dos sujeitos mais conscientes e ativos do proletariado, isto é, sua vanguarda, dificilmente um processo de fusão de classe se concretiza. Como já o dissemos, a fusão de classe está contida como possibilidade resultante do próprio dinamismo do metabolismo social capitalista – essencialmente contraditório –, isto porque a dinâmica do capital outra coisa não é que a própria luta entre as classes.

Para o fenômeno de fusão de classe que encerra o primeiro entre-ciclos no Brasil, a questão deu-se exatamente desta maneira. Trata-se da fusão de uma diversidade de manifestações políticas que ao largo do período de entre-ciclos desenvolveram-se na atividade prática de enfrentamento ao capital através de suas necessidades imediatas e particulares. Iasi explicita a questão da seguinte forma:

Ocorre que a negação particular vivida cotidianamente por metalúrgicos em São Bernardo é apenas a expressão particular de uma singularidade muito precisa: a forma capitalista de produção sob o envoltório autoritário de uma ditadura. Esta singularidade pode encontrar suas mediações particulares nas mais distintas condições: trabalhadores da construção civil, petroleiros, boias-frias, donas de casa desalentadas com o custo de vida, jovens em guerra contra um mundo que ousa apresentar-se como já feito sem sua opinião; negros massacrados pelo preconceito, artistas tolhidos em sua criatividade pela censura; intelectuais condenados ao silêncio; poetas escrevendo no ar; famílias procurando pelos corpos de seus filhos, maridos esposas com continentes entre seus abraços exilados; cristãos que veem de novo e de novo milhares de cristos crucificados; crianças subversivamente perguntando: por quê?, pisando no chão sem sapatos, vendo seus pais trabalhando duro no campo por toda a vida para a riqueza de poucos; trabalhadores destruídos pelo capital, morrendo envenenados, loucos, prostituídos e violentados; historiadores sem memória escrevendo na carne para depois lembrarem; mortos gritando seus nomes para que não sejam esquecidos. Cada particularidade se sente só, até que encontra algo que as vai fundir novamente em universalidade. Este algo só pode ser uma ação (IASI, [2006] 2012, p.366).

Ao largo do período de ditadura militar, que corresponde também ao período de entre-ciclos, as diferentes particularidades, embora pulverizadas e sóas, não se mantiveram estáticas, atuaram fragmentariamente no enfrentamento – com as armas que possuía (teóricas e práticas) – ao capital e, neste momento, contra sua forma mais espúria de dominação, a ditadura aberta. É importante frisar, uma vez mais, que o encerramento de um ciclo, classificado por este trabalho como a manifestação concreta de uma derrota estratégica da classe trabalhadora, não elimina a luta de classes, os conflitos cotidianos, os embates entre capital e trabalho; significa apenas que estes estão marcados por impotências de diferentes tipos. Interessa destacar que esta ação fragmentária da classe trabalhadora foi o berço de gestação daquilo que posteriormente se fundiu – também através de uma ação – em uma nova universalidade, em uma classe.

É habitual e praticamente consensual afirmar que a formação do PT (como expressão política da ação e consciência de uma classe fundida) é resultante do amálgama de uma série de lutas que vinham se desenvolvendo no bojo da ditadura militar. Eder Sader, em seu famoso livro *Quando novos personagens entraram em cena*, nos apresenta um estudo sistemático da movimentação destas diferentes forças ao largo dos anos 1970, discorrendo sobre como elas vinham em sua solidão fragmentária desafiando cotidianamente o inimigo com aparência de invencível. O autor classifica três principais instituições, que, imersas em suas respectivas crises e na perspectiva de saírem dela, tornam-se decisivas nos movimento de

reorganização da classe trabalhadora. São elas as Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), a esquerda marxista e o universo sindical. Em suas palavras:

Encontramos 3 instituições em crise que abrem espaços para novas elaborações. Tendo cada uma experimentado a crise sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos, essas agências buscam novas vias para reatar suas relações. Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge o “novo sindicalismo”. Tanto a incidência social quanto a consistência argumentativa são muito desiguais quando comparamos as 3 agências (SADER, [1988] 2001, p.144).

Não é o caso de analisarmos particularmente a evolução singular de cada ação fragmentária da classe trabalhadora neste período, mas apenas termos em mente que estas três principais forças que se gestaram ao largo do entre-ciclos serão, no momento fundacional do PT, suas principais forças constituintes¹⁹² e, em um plano mais abstrato, é sumamente decisivo termos claro que o período de entre-ciclos, longe de eliminar a luta de classes, apresenta-a como a expressão da vitória (sempre temporária) do capital sobre o trabalho, que mesmo aturdido irá encontrar uma forma de responder; isto porque nenhuma vitória política da burguesia será capaz de extirpar as contradições que emulam a reação do proletariado; ao contrário, as vitórias políticas da burguesia são impostas para tornarem mais rígidas as leis gerais de funcionamento do capital, estas mesmas que, ao se realizarem enquanto meio de produção social da vida, tendem a tornar a própria vida algo impossível, convidando os trabalhadores à ações políticas que defendam seus interesses enquanto classe.

Portanto, a confluência de todas estas lutas é fator decisivo no modo como a classe trabalhadora acumulou politicamente e em dado momento se fundiu. Contudo, há um momento preponderante que inaugura a fusão de classe, sendo

192 “A literatura é praticamente unânime em apontar os grupos que confluíram para a formação do PT: 32 militantes do chamado “novo sindicalismo”, principalmente os grupos denominados “autênticos” (dentre os quais os diretores do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, do qual fazia parte Lula) e algumas oposições sindicais; militantes de organizações clandestinas de esquerda que questionavam a política de aliança de classe dos partidos comunistas; 33 militantes dos movimentos populares, muitos dos quais, sobretudo nos movimentos de bairro e rural, organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Bases da Igreja Católica; intelectuais de esquerda (organizados em grupos, como o *Autonomia* em São Paulo, ou não); parlamentares do MDB e depois do PMDB” (COELHO, 2005, p.51).

este marco as greves de 1978-80 no ABC paulista¹⁹³. Uma ótima pergunta neste momento é questionar-se o porque este e não outro episódio foi capaz de unificar a ação fragmentária dos trabalhadores e inaugurar um novo ciclo de lutas? Esta resposta é sumamente importante para nossas avaliações contemporâneas, visto que ela pode nos auxiliar na condução prática de nossa inserção concreta na luta dos trabalhadores. Em termos genéricos, em uma primeira aproximação, lasi sintetiza as razões que são capazes de produzir esta universalidade da classe:

Viver em comum uma impossibilidade, uma injustiça, uma agressão, uma dor, pode produzir as condições de uma ação conjunta quando se torna impossível manter a impossibilidade, quando se torna impossível encontrar um ponto de acomodação. A fusão do grupo imediato pode se reproduzir como fusão de classe em certas condições particulares nas quais, diante de uma ameaça universal, é posta uma impossibilidade geral de manter a impossibilidade (IASI, [2006] 2012, 367).

Ainda em um plano genérico, sem aterrisar em uma experiência específica, lasi nos indica algumas chaves que são decisivas para o processo de fusão de classe, a saber: há necessariamente de haver uma ameaça universal vivida e percebida como uma impossibilidade em comum e, há também de se esgotar as possibilidades de acomodação no interior da ordem estabelecida, de tal modo que seja impossível a manutenção das impossibilidades cotidianas. Aqui vale lembrar a clássica passagem de Trotsky, onde afirma sinteticamente que uma revolução é impossível até que se torne necessária, ou ainda mesmo a célebre passagem de Aristóteles, que nos diz que “*quando plausível, o impossível deve ser desejado a um possível que não o convença*”. Estamos convencidos que a espontaneidade com a qual os trabalhadores se sublevaram no final da década de 1970 incorpora este ânimo e, no cenário particular que estamos observando, não é difícil perceber que a impossibilidade/ameaça universal partilhada pelo conjunto dos trabalhadores figurava objetivamente na ditadura militar e sua lógica correspondente.

Tornando a nossa questão: por que apenas quando os metalúrgicos do ABC decidiram cruzar os braços, em um movimento quase espontâneo em um primeiro

193 Este trabalho não irá remontar o cenário e a evolução da greves deste período. Embora reconhecemos a necessidade de fazê-lo, ao menos superficialmente, não nos resta outra alternativa que indicar ao leitor que deseja aprofundar seus estudos o livro de Ricardo Antunes *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo/Campinas, Editora Ensaio/Editora da UNICAMP, 1988.

momento, as diferentes manifestações isoladas lograram identificar-se enquanto classe? Esta mesma questão foi posta e respondida por Iasi:

Mas como explicar esta identidade maior com um partido surgido no ABC paulista no bojo de um processo de greves operárias e seu rápido crescimento? Ocorre, por analogia, o mesmo que vimos no processo pontual da liderança. Cada contexto particular vê, na emergência das lutas operárias metalúrgicas, a expressão singular daquilo que em sua realidade está ocorrendo, desloca para aquelas pessoas que enfrentam a ditadura e a repressão todo o seu desejo de luta e de enfrentamento contra as injustiças, por mais particulares e únicas que sejam para cada um. Um setor particular da classe, ao se mover, representa em sua ação particular a possibilidade de uma fusão geral, uma fusão que, por enfrentar um adversário que é a imagem de um “impasse geral”, permite a emergência de uma fusão de classe. (IASI [2006] 2012, p. 373)

[...]

O que se viveu no final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi uma incrível confluência das lutas sociais das mais diversas que encontraram, na emergência de uma luta sindical, *no coração mesmo da produção do valor*, sua expressão de unificação e de fusão de classe, primeiro contra as condições de vida e trabalho, depois contra a ditadura que ruía. A coincidência com a crise da forma ditatorial emprestou ao movimento que se apresentava um alvo que permitia ir além do corte imediato de uma categoria ou setor de classe, e assim transformar-se em um movimento político de classe, sem que fosse, efetivamente um movimento “político”. O salto era necessário e inevitável, ainda que não presente nas intenções iniciais dos próprios sujeitos [...] (IASI [2006] 2012, p. 374 – itálico nosso).

A passagem acima captura precisamente o todo contido no processo particular de fusão de classe vivido no final da década de 1970 e, além disso, aponta uma razão decisiva para o fato de que apenas quando os trabalhadores metalúrgicos do ABC irromperam em greve, as demais ações – até então fragmentadas – puderam sair de seu ensimesmamento e projetar-se para algo além de sua particularidade. Ao que nos parece, o elemento central que explica o salto da ação de grupo para a ação de classe está na passagem: “no coração mesmo da produção de valor”. Isto porque é ali que os pilares da ditadura militar – a ameaça comum/a impossibilidade de impossibilidades – foi confrontada, é ali que figurava o “impasse geral”; foi no eixo da valorização do valor, onde se localizava um “setor particular da classe”, que o arrocho salarial (pedra angular da ditadura militar) foi posto em cheque, e exatamente por isto todas as demais manifestações que vinham se desenvolvendo tornaram-se algo maior que elas mesmas, convertendo-se em um todo orgânico, uma classe em movimento.

Temos assim, no interstício das greves de 1978-80, uma classe fundida provando suas ferramentas sob a liderança de um setor particular da classe. Não tardou muito para que a necessidade da construção de um operador político capaz

de articular os diferentes setores de classe, se impusesse como uma necessidade inescapável. Já em janeiro de 1979, após as intensas experiências das greves do ano anterior, iniciam-se os primeiros passos em direção a construção de um Partido dos Trabalhadores, sendo as primeiras sínteses a *Tese de Santo André-Lins* tecida no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo e a *Carta de Princípios*, que foi propagada no 1º de Maio deste mesmo ano pelo “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”. Nelas podemos capturar alguns elementos que já exprimem abertamente uma postura anticapitalista correspondente ao momento particular da consciência proletária em sua terceira forma. Notadamente se vê que este setor da classe – que age enquanto liderança – manifesta claramente a necessidade de superação da sociedade capitalista, onde esta apenas pode ser encampada através da ação autônoma dos trabalhadores, onde a realização de suas necessidades não são responsabilidades de seu inimigo; percebeu-se, como se espera neste momento da consciência, que os trabalhadores precisam agir e pensar enquanto classe para suprimir a sociedade de classes. Vejamos alguns trechos através da seleção de Isabel Mansur:

A “Tese de Santo André-Lins”, aprovada em janeiro de 1979 [...] marca o rebento de uma novidade histórica: um instrumento político **dos e para os** trabalhadores. Nela, o conteúdo de classes da exploração capitalista colocaria na ordem do dia **“a necessidade da conquista do poder político”** ao menos enquanto a política fosse marcada por toda sorte de “governo de patrões”, donde o melhor instrumento político para travar esta batalha, o partido político, **deveria ser obra da organização dos trabalhadores para “efetiva libertação da exploração”**. Um partido autônomo e de classe, um partido que não teria nada a ver com a burguesia, com o patronato e nem com aqueles comprometidos com regimes antidemocráticos: “um partido sem patrões”. Do geral ao específico, o documento afirma o imperativo de que o partido fosse construído por “todos os trabalhadores da cidade e do campo”, “regido por uma democracia interna” com respeito à “democracia operária”. Opondo-se a um perfil “eleitoreiro”, que simplesmente buscaria eleger “representantes na Assembleia, Câmara e Senado”, a função precípua do partido consistiria em organizar e mobilizar “todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, **sem explorados e exploradores.**” [...] Escrita para ser disseminada no 1º de Maio de 1979, data simbólica para os trabalhadores em nível internacional, a “Carta de Princípios” afirmava não haver **“socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”, derivando daí compromisso com a “democracia plena”, indissociável da luta socialista.** Segundo o próprio documento, o divisor de águas para a conformação de uma organização forte dos trabalhadores teria sido a greve da Saab-Scania em 1978, um marco no processo de amadurecimento da classe: “(...) Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vem desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças. Esse rápido

amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta que os trabalhadores têm lançado mão. O início as lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembleias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve. Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes (MOVIMENTO..., 1979^a p. 49)” (MANSUR, 2018, p.51 – negrito nosso).

Vê-se, nestes e em outros documentos fundacionais, os eixos centrais que marcam um partido cujas principais características são ser anticapitalista, classista e autônomo. Não é de se espantar que desde este momento o objetivo socialista se apresenta abertamente, embora vagamente definido. Nos momentos iniciais de nosso trabalho, comentamos que este aspecto tem sido muitas vezes ocultado ou negado, seja pelos próprios militantes do PT – em sua expressão transformada e conformista – seja pelos críticos desta organização. Contudo, nos sobram passagens que exprimem o objetivo socialista por parte do PT desde seus momentos iniciais. Duas passagens, proferidas por Lula em seu Discurso na 1^a Convenção Nacional do PT, em agosto de 1981, são emblemáticas para desmistificar isso. Na primeira Lula defende abertamente a necessidade de que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e, na segunda, especifica que isso tem nome: socialismo.

O sindicato é ferramenta adequada para melhorar as relações entre capital e trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições de trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política (LULA *apud* IASI [2006] 2012 p. 386).

E ainda:

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade de um partido. (...) Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? (LULA *apud* IASI [2006] 2012 p. 387)

Escolhemos, em nossa seleção, estas passagens para que não restem arestas com relação ao objetivo socialista presente no PT, há outras e os documentos iniciais estão repletos delas. Inserir o questionamento se o PT foi ou

não socialista em sua trajetória constitui em um falso problema, toda a questão deve ser colocada por outro ângulo, a saber: qual a qualidade do socialismo petista? Esta é a questão, que a nosso ver, é pertinente. Isto porque esta foi a questão candente para os próprios trabalhadores em seu período histórico. Não havia dúvidas da necessidade de construção da sociedade socialista, mas como é evidente nestes casos, a questão que se impõe após esta parcial conclusão não pode ser outra senão qual socialismo e como alcançá-lo. É aqui que, após ter-se fundido, a classe e seu operador político (vale o grifo: que está *com* a classe) inicia seus debates estratégicos, isto é: qual o caminho para a sociedade socialista?

4.2 O IV^o e o V^o Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores – o nascimento da estratégia

Acompanhamos algumas questões basilares que influem no processo de nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto uma manifestação das necessidades de uma classe em movimento em seu embate contra o capital. Afirmamos que este não é resultante de uma situação episódica, ou um fato ocasional na história; ele parte do processo de amadurecimento das contradições que vinham se gestando desde o limiar da década de 1960. Claro está que o irromper das greves de 1978-80 no ABC paulista se caracteriza como o momento preponderante que é capaz de unificar as diferentes expressões da classe em um corpo orgânico, sendo esta liderada e dirigida por um setor particular da classe, aqueles que operavam no coração da valorização do valor no capitalismo em sua particularidade brasileira.

Ao retornarmos às greves e a alguns pronunciamentos de seus dirigentes, em especial a Lula, veremos que a intencionalidade inicial destes não pré-ideava a projeção que seus primeiros passos alcançaram; ao contrário, em uma espécie de arguição defensiva, era comum ouvir seus dirigentes manifestarem que as greves não tinham um conteúdo político, elas apenas se interessavam pelas questões

imediatas e econômicas de um setor preciso da classe trabalhadora¹⁹⁴. A evolução dos acontecimentos imprimiu à estes a tarefa e a consciência de que as relações sociais de produção capitalistas precisavam ser superadas; a experiência e a profundidade das greves, pedagogicamente, indicou a estes trabalhadores a responsabilidade de defender seus interesses para além de seu eixo corporativo, de grupo; muito rapidamente, iniciou-se os debates pela conformação de um organismo de classe capaz de dirigir as ações de massa, isto é, a construção de um partido dos trabalhadores, um partido “sem patrões”, para usar uma palavra de ordem em voga na época. Em 1979, os primeiros passos foram dados e, em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion nascia um novo operador político da classe trabalhadora, o Partido dos Trabalhadores, cuja perspectiva era anticapitalista, classista e que zelava profundamente pela sua autonomia.

Dentre as inúmeras discussões que animavam os sujeitos neste momento, uma delas se destacava: a questão do socialismo. Dissemos que o PT desde seus momentos fundacionais conclui pelo objetivo socialista – não isento de tensionamentos – e há de se considerar o peso desta conclusão manifesta pela sua principal representação: Lula (que como vimos defende abertamente a questão do socialismo em seu discurso à Iª Convenção Nacional do PT, em 1981). Contudo, dizer-se socialista não é suficiente para informar uma conclusão precisa – Marx e Engels, já no *Manifesto Comunista*, esforçaram-se para esclarecer aos trabalhadores que há diferentes manifestações de socialismo, respectivamente à sua época: reacionário, pequeno burguês, o socialismo alemão, conservador burguês, e claro, o socialismo científico. Desta forma, uma vez mais a questão que se coloca é, qual o socialismo petista?

Desde de muito cedo o socialismo petista encontrou o núcleo de sua fundamentação. Amalgamou-se em seus pilares o espírito inescapável da época: o

194 “Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. Veja qu ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no Brasil. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia minha categoria. Até um determinado momento, eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas, depois de fazer um dos mais belos movimentos da classe trabalhadora que já se fez nesse país, a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve (de 1979). Nem tinham se manifestado em relação a nenhum grande problema nacional que nós enfrentamos durante anos de arbítrio. Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente (...)” (LULA *apud* IASI, [2006] 2012, p. 374)

socialismo petista seria o *socialismo democrático*, que se opunha ao socialismo burocrático, referindo-se diretamente a experiência socialista encetada pela URSS. Acreditamos que duas principais determinações incidem neste enquadramento, sendo elas a própria ditadura militar que o país e o continente atravessava, impondo a Democracia como a palavra de ordem imediata no cotidiano de todos os trabalhadores, e o esgotamento agônico daquilo que outrora fora o centro da Revolução Mundial, a URSS. Em particular, no que diz respeito às transformações no interior do bloco soviético, pudemos acompanhar de perto como a posta em prática de sua linha centrista, ao mesmo tempo que dinamizou suas ações na luta anti-fascista, produziu na contramão de seus objetivos uma acomodação e, mais do que isto, um processo de social-democratização dos principais PC's no mundo – este, como já o estudamos aqui, fora acompanhado de uma mudança nos fundamentos teóricos de diferentes comunistas, imprimindo uma revisão dos eixos centrais da teoria marxista revolucionária, por sua vez, resgatando de maneira caricata as projeções reformistas da social-democracia alemã e seu principal expoente, Bernstein com o socialismo evolucionário. Lembremo-nos que para os comunistas alinhados à URSS, a democracia tornou-se o centro estratégico a ser alcançado: em um primeiro momento, justificado pela luta contra o nazi-fascismo e, posteriormente, apresentada (a democracia) como o caminho para o socialismo em razão direta das metamorfoses da estrutura do capital, que segundo seus entusiastas, adentrava a fase do capitalismo monopolista de Estado.

É precisamente neste sentido que o espírito do tempo influi nas discussões e sínteses realizadas pela classe trabalhadora no Brasil, como uma manifestação desigual se tomarmos o tempo histórico, mas combinada ao olharmos o processo por um ângulo mais aberto. Assim, entoando as tendências mundiais da luta socialista e vocalizando as necessidades imediatas da luta contra a ditadura militar no Brasil, o socialismo para o PT apenas poderia ser o socialismo democrático. Esta primeira aproximação manifesta as sínteses que os sujeitos chegaram através de sua trajetória coletiva. Posteriormente, a qualidade deste socialismo democrático irá se confundir – formal e qualitativamente – com a Democracia burguesa; contudo, por hora, ao que nos interessa aqui, registremos que o Partido dos Trabalhadores manifesta abertamente seu objetivo socialista, um socialismo democrático.

Antes de avançarmos, retomamos um trecho do mesmo pronunciamento de Lula à 1ª Conferência em 1981, onde este se dedica precisamente e responder às inquietações sobre este tema, vejamos:

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações que visam, em alguns casos, criticar o partido. Não seria o PT um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disso até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio partido, que construíram para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

[...] Mas o problema não é apenas este. Não basta a alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos por acaso obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos por acaso obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, o que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira. Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém nem está em nosso horizonte adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atenda mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui, sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. (LULA *apud* GADOTTI, 1989, p.72)

Gostaríamos de tecer apenas dois comentários sobre este texto. O primeiro diz respeito ao fato da afirmação de um socialismo, o socialismo democrático, que, como dissemos e vimos na passagem acima, procura se diferenciar das experiências pretéritas da social-democracia e da evolução do socialismo soviético.

Estamos de acordo com Iasi, quando este diz que há “aquí uma saudável resistência a adotar modelos e referenciais prontos” (IASI, [2006] 2012, p. 388), e quando conclui indagando ironicamente: “Não estaria na forma do discurso captado exatamente o impasse prático e teórico da cultura revolucionária de uma certa época, ou seja, o impasse entre o amoldamento social-democrata, sem superar a ordem do capital, e a superação revolucionária que conduziu à deformação burocrática?” (IASI, [2006] 2012, p.390). Esta identificação feita por IASI, e por nós defendida, é uma das peças que nos permite ligar a ascensão do movimento dos trabalhadores do Brasil com a história da Revolução Mundial do século XX, de tal forma que o peso de nossas derrotas incidiu fortemente na formatação da consciência social que estava cristalizando seu caminho à Revolução Brasileira. Da mesma forma, ainda neste aspecto, não podemos descartar o salto de qualidade que estas afirmações representam; há de se lembrar que Lula – como direção do proletariado e ainda fundido a estes – está afirmando objetivamente a necessidade do socialismo, ainda que este seja um socialismo vagamente definido, ou melhor, indefinido previamente. Este é o segundo aspecto que nos chama atenção e, ao que nos parece, será central na evolução do acontecimentos. Há de se ater que o socialismo petista – democrático, por certo – será definido no movimento da luta, será tecido ao largo das lutas populares e etc, sem nenhum conteúdo pré estabelecido. De acordo com Mauro Iasi, há aqui um ponto de contato com aquilo que Lênin enquadraria teoricamente como uma manifestação da *tática processo*, onde o partido acompanha *pari passu* aquilo que o movimento já realizou (IASI, [2006] 2012). Na mesma direção, Mansur nos diz: “Em outras palavras, em lugar da definição *estratégica*, se afirmaria uma espontaneidade produzida pela prática dos próprios movimentos, e não do partido, mesmo sendo reconhecida, àquela altura, a importância do instrumento partidário” (MANSUR, 2018, p.62). Este elemento nos parece de extrema importância, e revela uma centralidade daquilo que posteriormente ocupará um papel decisivo na conformação da Estratégia Democrático Popular, a saber: a questão do acúmulo de forças. Tornaremos a este ponto mais a frente.

Por hora nos importa destacar um último comentário sobre o aspecto democrático no socialismo petista. Embora o conteúdo estratégico do partido ainda não está precisamente definido, coisa que só se constituirá concretamente nos anos de 1986 e 1987, quando se dá a realização do IV e V Encontro Nacional do PT

(ENPT), parece-nos que alguns de seus eixos estão se solidificando desde os momentos fundacionais do partido, sendo a democracia um de seus elementos mais emblemáticos. Conforme analisado por Mansur, a Democracia na trajetória petista desde muito cedo se confundiu com a manifestação burguesa da Democracia:

[...] A democracia para o PT confundia-se, em seu teor, com a própria possibilidade de participação política e organização partidária e, como se pode notar na passagem a seguir, é manifesta enquanto pressuposto e meio de alcançar uma sociedade sem exploração. “O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, *a democracia* que os trabalhadores propõem *tem valor permanente*, é aquele que *não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do País com o seu trabalho*. A luta do PT contra o regime opressivo deve constituir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional (PROGRAMA, 1980, p.1 *itálicos da autora*) (MANSUR, 2018, p. 58)

Parece-nos importante estes apontamentos uma vez que ao analisarmos o diagnóstico da formação social brasileira feita pelo PT e os caminhos projetados por estes – que terá a democracia como um eixo estratégico – não o vejamos como manifestação descolada da evolução da consciência social de seu tempo. Assim, uma perspectiva estratégica democrática e popular, embora vultuosa, está impressa no socialismo petista desde o início. Veremos também, para além dos documentos do partido, como este conteúdo está contido de modo unitário e coerentemente organizado em alguns intelectuais, que longe de serem responsáveis pelas sínteses políticas, manifestam – no plano do pensamento – a consciência social de sua época.

Será no IV^o e V^o Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores que os lineamentos gerais da EDP se definirão. Em ambos encontros, 1986 e 1987 respectivamente, será tecida a síntese que exprime o diagnóstico do partido sobre a formação social brasileira – em aspectos de qualidade do desenvolvimento do capitalismo, sua estrutura de classes e sua superestrutura correspondente, isto é,

também há uma leitura específica sobre o Estado na sociedade brasileira e a consciência social do período histórico, que como veremos é de suma importância.

Estes aspectos passam a determinar aquilo que ficou conhecido como “as transformações em direção ao socialismo”, isto significa que a partir deste momento há uma resolução com relação a qual o caminho para a emancipação dos trabalhadores e, além disso, uma definição mais precisa sobre qual o socialismo que o PT buscava (se num primeiro momento, como vimos, o socialismo seria definido nas lutas do dia a dia, agora este aspecto será incorporado e sistematizado em novos patamares, neste momento melhor definido). Vejamos cada um de seus pontos de modo separado, tendo em vista que eles compõem uma unidade.

Com relação à definição sobre o capitalismo brasileiro, as resoluções do IVº e Vº ENPT indicam que o Brasil era – nos anos 1980 - um país capitalista que possuía um alto nível de desenvolvimento – aqui referindo-se ao desenvolvimento de forças produtivas e de relações sociais de produção capitalista -, que contudo, embora enquadrado desta forma, este desenvolvimento implicava em uma particularidade, qual seja, uma estrutura desigual interna fundada numa forma subordinada e dependente de se realizar. Esta estrutura interna desigual, irregular, implicava basicamente na existência de inúmeras regiões no Brasil que sequer havia sido enredada pela produção capitalista moderna, isto é, reproduzia-se sob o signo de uma economia mercantil simples; ao passo que os pontos mais ‘desenvolvidos’, em razão direta da dependência pela qual o país se desenvolveu, estaria concentrada nas mãos do grande capital internacional, resultando em um profundo endividamento do país, além de sua dependência científica e tecnológica.

O capitalismo brasileiro se encontraria em um “alto nível de desenvolvimento”, sendo que este, todavia, teria se expandido de forma *regionalmente desigual*. No centro-sul no sul, o capitalismo alcançaria “um razoável grau de centralização”, enquanto no resto do Brasil, estaria “disperso por pequenas empresas, com alguns poucas exceções”. Aproveitando-se “em medida considerável, de formas atrasadas de produção” em “muitas regiões” predominaria, ainda, uma “*economia mercantil simples e não a economia mercantil capitalista*”. Tendo se desenvolvido de “forma subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto com a penetração do capital estrangeiro no País, quanto com a quase completa dependência científica e tecnológica”, a inserção estrangeira, quer fosse sob a forma direta de empréstimos, teria colocado “os setores fundamentais da economia brasileira nas mãos das multinacionais”, transformando “o País no maior devedor do mundo” [...] (MANSUR, 2018, p. 79)

É interessante notar como este diagnóstico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil reapresenta com novos contornos uma velha tese. A ambiguidade desta interpretação é marcada por uma série de ‘poréns’, ‘contudo’, ‘muito embora’, ‘mas’... que isto quer dizer? O Brasil é identificado enquanto um país de desenvolvimento capitalista ‘porém’ não em todas as partes, que seguem aquém deste modo de produção; o Brasil seguiu o curso do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas, ‘mas’ seu caminho dependente gerou desigualdades no interior de sua formação; acreditamos que este tipo de qualificação acompanhada de conjunções adversativas nada mais é que uma superação pela metade de uma velha tese: a da ausência/insuficiência de capitalismo. Há uma dicotomia entre as áreas ‘desenvolvidas’ (que operam subsumidas às relações sociais de produção tipicamente capitalistas) e as áreas que não estariam inseridas neste modo de produção, sugerindo um arcaísmo nestas regiões, predominantemente marcada por capitais médios e pequenos, em simbiose com formas ‘atrasadas’ de produção. Em suma, o caminho dependente trilhado pelo Brasil imprimiu uma formação social dividida em uma zona capitalista e uma outra (gigantesca por certo) alheia a estas relações, atrasada portanto – aqui este atraso será qualificado como uma realização da Revolução burguesa no Brasil que não fora capaz de cumprir com suas tarefas, legando à contemporaneidade uma série de elementos inconclusos deixados para trás, bem como a não consolidação de um mercado interno¹⁹⁵. Trocando em miúdos, o que está posto aqui de antemão é uma reapresentação de uma leitura cujo centro é a tese da *incompletude do capitalismo*, desta vez associada à particularidade não mais do subdesenvolvimento, mas ao desenvolvimento dependente da formação social brasileira. Como vimos na passagem de Mansur, o diagnóstico dos documentos do PT sugere uma centralização de capitais nos grandes centros urbanos, dirigida pelo grande capital monopolista, enquanto nas demais regiões o capitalismo teria sua dinâmica

195“Essa caracterização nos levaria a acreditar que, dadas essas condições do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa no Brasil, o equívoco da formulação do PCB, segundo as formulações petistas, seria a suposição de uma estratégia fundada na hipótese de que haveria uma fase não concluída desse desenvolvimento, daí a lógica das “etapas”. No entanto, é aqui que aparece o elemento constituinte da chamada estratégia democrática e popular. Apesar do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da consolidação de uma sociedade burguesa moderna, a forma dependente em relação ao imperialismo e a permanência de uma estrutura agrária tradicional marcavam nossa formação social. A singularidade do Brasil estaria no fato de que o desenvolvimento capitalista perpetuou contradições de que a revolução burguesa não deu conta, como, por exemplo, as desigualdades sociais e regionais, a concentração de terras e o caráter autoritário do Estado” (IASI, [2012] 2017, p.289)

conduzida de modo disperso, centrado nos pequenos e médios capitais, salvo exceções.

Devemos nos ater a este aspecto desde já, uma vez que sendo este o núcleo da análise, terá incidência em todas as outras caracterizações que serão feitas pela EDP, isto é, o elemento da incompletude do capitalismo é parte decisiva no modo como será desdobrada a análise de classes, do Estado e a projeção das ações políticas – seja no plano estratégico ou tático e, é também, malgrado as intenções de superação da estratégia pretérita, seu maior ponto de continuidade.

Para além daquilo que fora plasmado nos documentos e firmado enquanto entendimento da ação de classe naquele momento, é possível captar esta mesma tese organizada de modo unitário e coerente em diferentes manifestações intelectuais da época, e é importante frisar, sejam estes intelectuais militantes ou não da organização política que movimenta estas ideias. No curso de nosso trabalho vimos como esta tese da incompletude do capitalismo aparece mal superada em Caio Prado Jr., ou ainda como é possível, mesmo naqueles que compreendemos como os/as intelectuais mais sofisticados do momento histórico, referimo-nos aos teóricos(as) marxistas da dependência, encontrar elementos de uma superação ainda insuficiente das teses sobre a incompletude do capitalismo no Brasil. Em todos parece haver uma identidade: o Brasil tornou-se um país capitalista, “porém” existem uma série de características que o acompanha que não são exatamente capitalistas, ou são pouco capitalistas – parece-nos que o principal elemento destacado por todos circunda no problema da incompletude do mercado interno. Veremos mais a frente, ao tratar da questão do entendimento sobre o Estado na sociedade brasileira como este aspecto da incompletude se revela mais claramente¹⁹⁶.

196Embora com parca incidência no movimento político real, encontramos de modo caricato as teses da incompletude do capitalismo em José Chasin que - a revelia de suas intenções – corporifica exatamente este sentido geral. O autor propõe como matriz interpretativa da realidade brasileira a *via colonial de entificação do capitalismo*, que de modo sumário produziu uma formação social cujo desenvolvimento está apartado do progresso social, marcadamente em função da *atrofia do capital* que aqui se gestou; Normalmente, as teses sobre a insuficiência ou imaturidade do capitalismo no Brasil sempre manifestam-se de modo difícil de ser captado, ligeiramente escorregadias, como o caso da TMD por nós timidamente tratado, ou mesmo Caio Prado Jr. e tantos outros; não é o caso de José Chasin que taxativamente qualifica a formação social brasileira como um *capital incompleto e incompletável*. O desdobramento político da referida análise desemboca em uma propositura estratégica que fica enunciada através de um de seus textos *A Dupla Transição*, onde propõe uma espécie de realização prévia de tarefas democráticas como uma alavanca para a possibilidade de

Será partindo destas conclusões – desenvolvimento de um capitalismo incompleto – que a EDP produz um entendimento sobre a configuração das classes sociais no país. Naturalmente os documentos concluem pela existência de uma grande burguesia que se consolida em diferentes setores, que embora possua divergências entre si havia demonstrado grande capacidade de unificação política nos momentos mais agudos da história, muito embora, em sua ação de classe não tenha logrado a conquista da hegemonia na sociedade brasileira, fenômeno que terá consequências para a forma de estruturação do Estado no Brasil. Por outro lado, consolidou-se de modo *não integrado* uma classe trabalhadora brasileira, dividida em três principais segmentos, a) a classe média que está entendida como um setor manifestadamente heterogêneo, composto por pequenos produtores agrícolas, micro e pequenos comerciantes e industriais, trabalhadores autônomos, etc. (desde já poderíamos contestar o fato de pequenos industriais serem associados à uma fração da classe trabalhadora e não o inverso, veremos como esta definição vai se alargando continuamente no processo de objetivação da EDP). Embora distinta nas suas várias expressões seu ponto de identificação estaria associado ao fato de serem elas oprimidas política e economicamente pela burguesia; b) os assalariados urbanos, entendidos como um segmento que sofre contínua expansão – seja pelas ondas migratórias, seja pela proletarianização dos segmentos médios. Esta fração da classe trabalhadora é tomada como a fração estratégica “pelo seu papel na produção e na reprodução para a acumulação de mais-valia, sustentáculo de todo o sistema capitalista” (*apud* IASI [2006] 2012, p. 397); c) os assalariados rurais, entendidos como subjugados à uma pior condição de reprodução da vida em relação aos assalariados urbanos e, em função do próprio desenvolvimento do capitalismo (ou da falta dele), menos numerosos; d) por fim, dentro do enquadramento da classe trabalhadora, diagnosticava-se a existência de um grande

realização do socialismo nos países de extração colonial. Claramente, nesta pequena nota não daremos a devida atenção que o trabalho de Chasin exige, contudo gostaríamos de pontuar a necessidade de lê-lo, não porque este fora um autor influente entre a classe trabalhadora e tenha incidido decisivamente nos rumos da ação política, mas precisamente porque cremos estar presente ali os alicerces da EDP de modo explícito, mesmo que este enquanto sujeito, tenha negado (muitas vezes de modo tacanho) a organização política que a classe trabalhadora vinha construindo. Sugerimos para o leitor o livro *A miséria Brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social*, publicado pela AD Hominem em 2000, uma compilação de vários artigos de José Chasin entre o final da década de 1970 e final da década de 1980.

setor de 'marginalizados' em contínua expansão, sendo eles os trabalhadores que não estão inseridos dentro do mercado de trabalho.

Ao inverso da burguesia, as classes trabalhadoras brasileiras ainda não integrariam de forma "satisfatória os seus diversos setores, de origem e história diferenciados, e que têm tido papéis sociais e políticos distintos, em grande parte" resultantes do "*desigual* desenvolvimento do capitalismo". Constituir-se-ia de três grandes setores: "a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo" (MANSUR, 2018, p. 80)

Temos assim, uma composição de classes resultante do modo particular pelo qual o desenvolvimento capitalista no Brasil se realizou, onde de um lado encontra-se uma grande burguesia que já demonstrou capacidade de unidade de ação e pensamento nos momentos de crise, mesmo possuindo inúmeras tensões em seu interior e, de outro, em razão direta da particularidade brasileira, uma classe trabalhadora que não se integrou ainda de modo satisfatório (este 'ainda' possui um peso na análise, visto que ao que nos parece está imbuído do sentido da primeira conclusão referida ao aspecto de incompletude do capitalismo no Brasil).

Com relação a interpretação sobre o Estado Brasileiro, a lógica que segue operando é a mesma. Há um enquadramento do Estado enquanto um Estado tipicamente capitalista, ou seja, burguês moderno, 'porém' mesmo este tendo se desenvolvido 'ainda' carregaria elementos herdados do passado, visto que não teria "conseguido resolver as contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade e, por isso, apela para a força repressiva em situações de crise" (*apud* IASI, [2006] 2012, p. 398), ou tentam paliativamente cooptar a classe trabalhadora com medidas superficiais. Alguns aspectos deste enquadramento compõem os alicerces das resoluções políticas que a EDP se conduzirá, mas antes de observarmos seus desdobramentos, atemo-nos um pouco mais nesta interpretação.

Estamos diante de uma qualificação do Estado enquanto um agente que em função da particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, dependente em sua via de consolidação, não foi capaz de realizar efetivamente sua hegemonia na sociedade e, exatamente por isto, vive sob um impasse estrutural marcado por não poder realizar as tarefas democráticas, entendidas grosso modo como a participação política dos 'de baixo' na vida política nacional ou a inserção no mercado de trabalho e consumo, (supostamente concernente à uma Revolução

burguesa). Este impasse imprime essencialmente a forma de um Estado Autocrático, isto é, uma manifestação política que age exclusivamente como expressão dos interesses de uma classe, sem encontrar ecos de legitimação no tecido social e por isto extremamente intransigente com qualquer manifestação política das massas populares, tendo em vista que, supostamente, a realização ou assimilação das tarefas democráticas (em atraso) poria em cheque o padrão de dominação burguês que se consolidou no capitalismo dependente.

Acreditamos que este enquadramento do Estado no capitalismo no Brasil está intimamente conectado com a interpretação sobre a revolução burguesa no Brasil manifesta por Florestan Fernandes. Conforme nos indica Iasi:

Como sabemos em sua obra sobre a revolução burguesa no Brasil, o autor nos afirma que a ordem burguesa em nosso país se implantou de uma forma particular, na qual um setor social oriundo da própria ordem oligárquica assumiu os valores da civilização burguesa. Nesse contexto, a ordem burguesa, em aliança com os trabalhadores não necessitou derrotar o antigo regime; ao contrário, os defensores da ordem burguesa aliaram-se aos setores oligárquicos e ao imperialismo e se voltaram contra qualquer possibilidade de uma revolução que viesse ou mobilizasse os “de baixo”, assumindo a forma, como dissemos, de uma “contrarrevolução preventiva”. Uma revolução “dentro da ordem” (Fernandes, 1975: 212).

Essa caracterização explica, aos olhos do autor, que o caráter do Estado no Brasil não é casual ou contingencial, mas expressa características estruturais derivadas da forma do capitalismo dependente que aqui de se desenvolveu. O divórcio entre os conteúdos burgueses e nacionais leva a uma particular forma de Estado burguês no Brasil, no qual: “isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; que a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato, uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa (*idem, ibidem*)”.

A forma política do Estado burguês teria que ser a da “autocracia”, isto é: “Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (*idem*: 297).” (IASI, [2012], 2017, p. 294)

Claro que estamos fazendo uma aproximação rápida e que esta subtemática – o Estado no capitalismo dependente – deve ser objeto de uma análise muito mais cuidadosa. Mas é interessante notar que, ainda que superficialmente, sem adentrar as inúmeras nuances pelas quais chegou-se a conclusão do Estado autocrático, pode-se notar elementos em profunda identidade entre as conclusões de Florestan apontadas por Iasi e as sínteses do IVº e Vº ENPT que concluíram na mesma direção. Mas é o caso de notar que, ainda que revestido com outros termos, também pudemos acompanhar a ideia de um Estado forte, repressor, ‘restrito’, em outros

intelectuais, caso por exemplo de Ruy Mauro Marini como analisamos no capítulo anterior¹⁹⁷. Estamos convencidos que a ideia de um Estado Autocrático (embora manifesta por diferentes caminhos e com não poucas diferenças) está presente em todo o período histórico e são expressões das contradições materiais contidas nas relações sociais manifestas na consciência social de uma época, isto é, “no quadro cultural e teórico existente” (IASI, [2012] 2017, p. 290).

Particularmente nas teses que destacamos gostaríamos de compartilhar um grande incômodo. Notem que o modo de enquadramento do Estado Autocrático é entendido como a manifestação da irrealização – em função do desenvolvimento do capitalismo dependente – de tarefas próprias da Revolução Burguesa e, que por isto, opera como uma ‘democracia restrita’, um Estado que atende exclusivamente os interesses de uma classe e que não economiza esforços em conter qualquer manifestação vinda da classe trabalhadora, os ‘de baixo’. Que lê os estratos burgueses como uma classe que em suas frações possuem inúmeras diferenças políticas e econômicas, mas que em cenários de crise demonstraram uma capacidade de fusão em torno da repressão daquilo que poderia ameaçar sua existência enquanto classe. Há aqui, e não nos parece que estamos pesando a mão em demasia, uma *tomada de elementos universais como particulares*. Expliquemos: as colocações a respeito da revolução burguesa no Brasil terminam por supor e tomar por referencial uma outra forma de Estado que não seja a ditadura de uma classe sobre a outra, ou seja, constrói uma ideia de Estado que não encontra correspondência na realidade, e por isto toma os elementos mais vis da dominação burguesa (seu aspecto abertamente violento) como uma espécie de exclusividade dos países de extração colonial, de via de desenvolvimento dependente, reivindicando desta forma uma particularidade que não existe, uma vez que os aspectos destacados são partilhados mundialmente como um *modus operandi* da dominação burguesa. Acaso a classe trabalhadora norte-americana – indiscutível potencia imperialista -, especialmente sua fração negra, não padeceu e padece do terror de Estado? É aqui que reside um de nossos principais incômodos, e isto parece sustentar-se em uma ideia romantizada do modo pelo qual o Estado burguês

197 Ver tese *A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência*, de Maíra Machado Bichir, defendida em 2017.

comporta-se em alguns países do centro imperialista, onde se supõe a existência de uma espécie de democracia ‘avançada’¹⁹⁸.

Neste sentido, ao que nos parece, caso adotarmos a tese de uma *democracia restrita* - “aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” - acabamos alimentando uma esperança civilizatória no capitalismo, uma vez que sugere a possibilidade de, no interior mesmo do modo de produção capitalista, haver uma democracia que não seja restrita, isto é, que não opere de modo ‘autocrático’ (de cima para baixo), que não seja aberta e funcional exclusivamente à classe dominante burguesa. Dito de melhor forma, supor a existência de uma democracia restrita pressupõe necessariamente a possibilidade de uma democracia expandida e, nestes termos, a nosso ver, termina por fetichizar a democracia como algo que ela poderia ser mas essencialmente não é. Ora, haveria uma democracia no mundo burguês que não seja uma forma de dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora, que não sirva unicamente “aos que tem acesso a dominação burguesa”, que não seja, de cima para baixo? Estamos convencidos de que democracia é sempre a dominação de uma classe sobre a outra e, neste sentido, insistimos em restituir as velhas e necessárias palavras de Lenin, quando este enfrentava o oportunismo no interior da IIª Internacional¹⁹⁹:

Tomai as leis fundamentais dos Estados contemporâneos, tomai a sua administração, tomai a liberdade de reunião ou de imprensa, tomai a “igualdade dos cidadãos perante a lei”, e vereis a cada passo a hipocrisia da democracia burguesa, bem conhecida de qualquer operário honesto e consciente. Não há Estado, nem mesmo o mais democrático, onde não haja escapatórias ou reservas nas constituições que assegurem à burguesia a possibilidade de lançar as tropas contra os operários, declarar o estado de guerra, etc., “em caso de violação da ordem”, de facto em caso de “violação” pela classe explorada da sua situação escrava e de tentativas de não se comportar como escrava. Kautsky embeleza desavergonhadamente a

198 Vemos que isto possui um ponto de sustentação no entendimento do Estado como uma ‘conquista da civilização’, algo que pode ser disputado e transformado mas não necessariamente destruído, elemento neutro portanto; aqui há de se convir que há extrema confluência com as teses manifestas generalizadamente entre os eurocomunistas.

199 Se por um lado esta dicotomia entre democracia restrita e democracia expandida podia encontrar ecos de sustentação, ainda que fetichizados, no período que estamos analisando, tendo em vista a estratégia global da burguesia em seus movimentos para sufocar a revolução socialista (referimo-nos ao quão efetivo fora o aspecto ideológico do recuo tático da burguesia no pós IIª Guerra em alguns pontos localizados da Europa), hoje sustentar uma particularidade autocrática fundada no capitalismo dependente é lançar mão, por exemplo, de que os Estados Unidos das Américas – principal agente imperialista no mundo – não corresponde exatamente aos termos de uma democracia expandida, ou mesmo outras nações europeias, outrora idolatradas como referenciais civilizatórios.

democracia burguesa, nada dizendo, por exemplo, daquilo que fazem os burgueses mais democráticos e republicanos da América ou na Suíça contra os operários em greve (LENIN, [1918] 1980, p. 16)

Lenin apresenta-se como uma antípoda radical da democracia burguesa, porque a compreendeu perfeitamente em seus aspectos essenciais, e não economizou esforços em combater qualquer indicio de idealização sobre esta forma de dominação. É interessante notar que na passagem acima Lenin toma como exemplo algumas das referências democráticas de seu momento histórico para imediatamente descreditá-las, caso da América (referindo-se aos Estados Unidos) e Suíça.

Nos estudos de Vânia Bambirra sobre as obras completas de Lenin, já amplamente utilizado por este trabalho, tem-se a mesma conclusão e, mais importante, também Bambirra – que está combatendo as ideias de seu tempo – adverte sobre a contemporaneidade das ilusões com a ‘democracia pura’, restrita ou ampliada:

[...] é durante a escravatura que surge a diferenciação entre monarquia e república, entre aristocracia e democracia. “Apesar dessas diferenças, o Estado da época era um Estado escravocrata, fosse ele monarquia ou república, e esta, aristocrática ou democrática”. Por isso, cabe insistir mais uma vez que não é possível confundir *Estado* com *regime de governo*; e essa insistência não é gratuita, tendo em vista que, como ainda há pouco mencionado, até em nossos dias muitas são as correntes que preconizam a democracia ‘pura’ como prerrogativa de um Estado ‘socialista’. Dessa maneira, o Estado burguês pode revestir-se de várias formas, desde a mais democrática possível (baseada no sufrágio universal, Assembleia Constituinte, Parlamento) até a fascista – forma extrema do Estado repressivo – (embora Lenin não chegasse a analisá-la), mas nenhuma delas muda a sua verdadeira essência de Estado capitalista. “Ali onde o capital existe, ele domina a sociedade inteira, e nenhuma república democrática, nenhuma categoria de direitos eleitorais pode alterar a sua essência” (BAMBIRRA, 1993, p. 124)

Não é demais lembrar também que em o *Estado e a Revolução*, Lenin já advertia sobre os riscos das ilusões com a democracia burguesa: “[...] Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (LENIN, [1918] 1980, p. 39). É precisamente este “esquecimento” que parece ter embebido as diretivas que analisávamos acima. As conclusões que versam na direção de uma dicotomia entre democracia restrita ou expandida, ou na

direção de afirmar o desenvolvimento capitalista ‘mas’, ‘porém’, ‘embora’, ‘contudo’ com desigualdades sociais, apenas podem sustentar-se caso possuam como alicerce um aspecto fetichizado das relações sociais capitalistas nas demais regiões do mundo, especialmente nos países imperialistas, isto é, terminam por esquecer que também ali as contradições capital x trabalho imperam e, ofuscados pelos movimentos de recuo tático da burguesia em seus movimentos do pós-guerra [que já nos anos de 1980 ruía abertamente], que mitigaram melhores condições de vida para frações da classe trabalhadora em pontos localizados da Europa, ideologicamente conhecido como período de Estado de bem-estar social, terminaram tomando aspectos universais do capital como se fossem características particulares do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema. Levando às últimas consequências tais afirmações, concluiríamos que os aspectos famélicos e miseráveis do capitalismo não são obra de sua realização, mas uma espécie de deformação, ou de sua ausência.

Este aspecto das inversões é tratado por Victor Neves em sua já referida obra dedicada ao estudo do pensamento coutiniano. É expressamente oportuno expô-lo neste momento, visto que, ao que parece, indica os mesmos termos em que estamos nos filiando. No caso em particular, Neves está indagando a postura metodológica com a qual CNC operou, que ao que nos parece foi partilhada por todos neste período e, ainda hoje, nos custa esquivarmos dela.

[...] Sendo assim, o conceito capaz de refletir no pensamento fenômenos históricos tão diferentes como o *Risorgimento* italiano, o processo de substituição das relações agrárias feudais por relações capitalistas no campo do que viria a ser a Alemanha e o processo de transição de relações sociais escravistas a relações sociais capitalistas no Brasil pode apenas corresponder a um momento bastante *abstrato* da pesquisa histórica. Ater-se a esse momento pode impedir o prosseguimento adequado da pesquisa, tendo inevitáveis implicações ideológicas: o particular pode aparecer como universal (generalização da “via prussiana” ou da “modernização conservadora” a todo processo “não clássico” de transição ao capitalismo), e, mais interessante para o atual estágio de nossas considerações, o *universal pode aparecer como particular*. É assim que a *particularidade* da formação econômico-social brasileira vem a aparecer como a culpada pelos problemas causados pelo desenvolvimento do *capitalismo* no Brasil, sendo postulado que esse mesmo desenvolvimento que os criava, observadas certas condições, os resolveria. Esta posição se afasta do cuidado metodológico de pensar as dimensões mais perversas e truculentas da tradição política brasileira à luz das tendências expressas no sistema capitalista tomado enquanto totalidade ontem e hoje – o que pode nos ajudar, aliás, a lembrar que é público e notório que a polícia e o exército brasileiros aprenderam diversas técnicas de tortura por eles utilizadas correntemente com agentes como Paul Aussaresses, formado a serviço do governo da “clássica” França e

especializado no assunto a partir de *know how* adquirido *in loco* na guerra da Argélia, ou ainda em escolas militares dos “clássicos” EUA, e não com feitores e capatazes saídos diretamente de uma fazenda colonial do século XVIII.

Um problema da interpretação coutiniana do Brasil (que é, neste caso, também o daquela dos ideólogos do desenvolvimento tomados em grupo) é, portanto, apreciar sua história, que é a de uma formação econômico-social particular, *contra* a história de outras, tomadas enquanto modelo de “classicidade”, enquanto supostas *insuficiências, carências, ausências, ou incompletudes*, o que leva a uma interpretação invertida do real, que, no tocante à definição da política a ser seguida, tem ponderáveis consequências.

O que vem de ser afirmado é exemplificado na seguinte formulação: “Um projeto estratégico pressupõe um diagnóstico da situação. O grande problema do Brasil é a questão da exclusão social. *Nós temos uma estrutura social capitalista, mas com vícios muito especificamente brasileiros.* No Brasil sempre vivemos processos de modernização excludentes, que consistem essencialmente em arranjos entre frações das classes dirigentes, com a permanente tendência a excluir a grande massa da população de uma participação tanto nas decisões políticas quanto nos benefícios da modernização e do progresso econômico. *Este tipo específico de capitalismo brasileiro gerou um fenômeno extremamente perverso: a exclusão das maiorias da vida nacional. O núcleo de um projeto estratégico alternativo [...] deveria levar em conta o modo pelo qual se deve constituir uma verdadeira nação, permitindo que esses excluídos tenham acesso aos benefícios do progresso. Todas as medidas econômicas deveriam levar em conta a construção de um verdadeiro mercado nacional.* O desenvolvimento econômico, para ser eficiente no Brasil, deve visar principalmente à resolução dos problemas dessa massa de excluídos. *Não se trata de propor uma imediata implantação do socialismo*, até porque o socialismo não pode ser implantado imediatamente, mas é sempre resultado de um processo” (COUTINHO, [1999] 2008, pp. 147-148 - itálicos do autor) (NEVES, 2019, p. 488).

Embora tratando de maneira sumária, a questão da tomada do universal por particular apresenta-se para nós como um eixo decisivo no modo como a estratégia é tecida. Como vimos, em síntese, a caracterização da formação social brasileira é compreendida como desenvolvida, ‘porém’ não de modo satisfatório, ou clássico, exprimindo uma realidade social marcada por diferenças agudas entre o sul-sudeste ‘moderno’, com alto nível de concentração e centralização do capital, enquanto as demais regiões estariam aquém deste momento do desenvolvimento. Este marco inicial dita toda a qualidade das conclusões seguintes referidas à configuração das classes sociais e do Estado no Brasil, isto porque, em função deste diagnóstico a burguesia aparece como uma classe que possui inúmeras diferenças e disputas, mas em momentos de crise – esta ação é apresentada como uma manifestação de nossa particularidade – age coesa e decisivamente para a garantia de seus interesses de classe. Tendo por outro lado uma classe trabalhadora que não encontrou satisfatoriamente seu ponto de integração, composta por inúmeras frações, bem como os pequenos e médios comerciantes e industriais (!), os

trabalhadores assalariados da cidade e do campo e os marginalizados; também esta não integração da classe trabalhadora é apresentada como um sintoma do atraso, da irrealização de tarefas que eram 'próprias' [do tipo ideal] da revolução burguesa no Brasil. Em função deste quadro, estruturalmente a burguesia governa apenas para si, sem preocupar-se com a assimilação dos 'de baixo' - a diferença, supomos, de outros países 'clássicos'. O cerne que sustenta todo o arquétipo analítico que fundamenta a Estratégia democrática e popular está ancorado, portanto, em um sentido de fundo que indica a incompletude do capitalismo no Brasil e que toma as leis gerais de acumulação do capitalismo como uma espécie de deformação, uma vez que supõe o desenvolvimento isento destas características, em especial ao que tange o caráter da democracia burguesa, contraposta a autocracia estrutural que medeia nossas relações. Por isto acreditamos que, embora pouco comum em meios acadêmicos e militantes, a advertência de Victor Neves, por nós compartilhada, é de suma atualidade, uma vez que ainda hoje este ferramental parece compor parte das análises do Brasil contemporâneo²⁰⁰.

Ao largo de nosso trabalho vimos insistindo na afirmação de que as formulações por nós tecidas terminam por incidir decisivamente no modo como vamos conduzir as ações políticas. Não há razão para ser diferente neste caso. Ainda se tratando da passagem comentada de Victor Neves sobre a obra de CNC observamos como há um fio que une a concepção de incompletude do capitalismo à tese da impossibilidade do socialismo na atualidade, e conseqüentemente, as ações concretas que daí são depreendidas. Se em Carlos Nelson os apontamentos diretivos aparecem enquanto mediações prévias à realização do socialismo, seja através da construção da nação, da conquista da democracia, da completude do mercado interno, como uma transição à transição socialista, também nas conclusões do Partido dos Trabalhadores este conteúdo estará presente, com maior ou menor semelhança - são as conclusões resultantes da primeira afirmação: a incompletude

200E ao que nos parece as teses sobre o caráter autocrático do Estado ganharam terreno e fôlego na conjuntura atual marcada pelos movimentos do fascista Jair Bolsonaro. Ainda assim, embora a aparência possa sugerir tal categoria de análise, não nos parece correto tal enquadramento, uma vez que mobiliza novamente as noções de particularismo inexistentes. O aspecto da violência do Estado contra a classe trabalhadora e sua vanguarda não pode ser tomado como um lapso do passado colonial e sim como a urgência histórica que o capital a nível global tem de se atualizar em sua saída da crise, novamente aqui, em conformidade com Neves, a categoria de totalidade é o aspecto decisivo.

do capitalismo no Brasil. Este é um ponto sensível que direciona todo o conjunto de ações propostas e, em particular, a qualidade do socialismo que se pretende construir.

É interessante notar ainda como o pensamento de Carlos Nelson espelha muito fielmente o conteúdo presente na estratégia por nós analisada. Partindo da lógica acima citada que se orienta pela necessidade de um longo percurso de realização e tarefas prévias à Revolução Socialista, CNC propõe aquilo que chama de *reformismo revolucionário*, que como veremos lega ao fazer revolucionário a necessidade de construir um amplo campo de alianças que possa galgar forças para a realização de reformas políticas, entendidas aqui como a realização parcelada do socialismo, na perspectiva de construção da democracia burguesa, posto que para CNC, a formação social brasileira – para aquele momento – não havia completado seu percurso histórico, isto é, era uma sociedade pouco ‘ocidental’. A luta pela democracia mediada pelas reformas sociais, em seu entendimento, seria o caminho pelo qual a estratégia socialista encontrava sua via de consecução. Abaixo tem-se uma exposição de CNC em uma mesa-redonda composta por nomes como Francisco Weffort, João Machado e Teotônio dos Santos, organizada em 1986 pela revista *Crítica Marxista*, cujo tema da discussão era exatamente *a estratégia da revolução brasileira*²⁰¹.

Ora, se a Revolução no Brasil não é mais uma revolução antifeudal ou antilatifundiária e antiimperialista, ela seria o quê? Seria uma revolução socialista? Responderia que sim, mas é preciso qualificar melhor essa afirmação. **Em primeiro lugar, como disse antes, estamos num processo em que ainda se torna preciso consolidar e fortalecer a sociedade civil, a fim de que o Brasil se torne definitivamente uma sociedade de tipo “ocidental”, ou seja, democrática.** Para isso, parece-me necessário ainda, neste período ou “etapa”, uma aliança ou acordo, no nível político, entre a esquerda e os liberais. Mas em segundo lugar, creio que a esquerda brasileira deve também se esforçar, desde agora, no sentido de construir um polo alternativo ao polo liberal, o qual, embora negocie com esse polo liberal, comece também a definir o seu próprio perfil. Trata-se, portanto, de criar um bloco de forças centrado sobretudo no mundo do trabalho, nos trabalhadores (no sentido amplo da palavra), visando obter, desde já, algumas **reformas importantes, que introduzam elementos de socialismo na sociedade brasileira, elementos que permitam modificar progressivamente a correlação de forças e conduzir a uma superação gradual do capitalismo entre nós.**

201 Embora estamos tomando por referência uma pequena exposição do autor, esta ideia está presente no conjunto de sua obra. Para uma análise detida do pensamento de CNC em sua totalidade indica-se a leitura de *Democracia e socialismo – Carlos Nelson Coutinho em seu tempo*, de Victor Neves, obra que vem nos auxiliando na construção de nossa dissertação e, que para além disso, é um marco fundamental na construção do inventário da EDP.

Essas me parecem ser as duas tarefas básicas, não excludentes entre si, que se colocam hoje às forças de esquerda no Brasil. Primeiro, fortalecer a sociedade civil; para isso, trata-se de organizar a população, de organizar partidos realmente representativos, de fortalecer o movimento sindical, os aparelhos privados de hegemonia em geral. Nesse nível, é possível e necessário um acordo e um entendimento com os setores liberais modernos. E uma segunda tarefa fundamental é a de construir um bloco de esquerdas, interessado em transformações sociais profundas, que mudem a correlação de forças no sentido da progressiva conquista do aparelho de Estado pelo conjunto das forças ligadas ao mundo do trabalho. Eu definiria essa minha posição, decorrente da *concepção processual da revolução*, como *reformismo revolucionário*: ela é reformista no plano da tática, mas é revolucionária no plano da estratégia. E porque revolucionária? Porque tem como objetivo último não melhorar o capitalismo, mas efetivamente superá-lo no sentido de uma sociedade socialista (COUTINHO, 1986, p. 133-134 – negrito nosso, itálico do autor).

Como se vê, está presente no entendimento do caminho à revolução socialista uma mediação processual e gradativa ordenada por um conjunto de reformas que em sua realização desembocaria no socialismo, assim, antiteticamente, o reformismo da tática afirmaria o objetivo estratégico revolucionário. A concepção que se apresenta em Coutinho abre mão de uma perspectiva rupturista em nome de uma leitura que supõe a possibilidade de ir de pouco a pouco introduzindo elementos de socialismo na sociedade capitalista. Esta concepção não é arbitrária, parte de uma dada visão de mundo unitária e coerente em sua lógica interna que supõe, dentre outras coisas, uma formação social imbuída de elementos capitalistas mas desprovida de sua plenitude, sendo esta indispensável para a realização do objetivo estratégico – contudo, vale a advertência: a lógica das ideias, como se sabe, pode se desprender facilmente da lógica das coisas. Desta forma, na propositura de CNC fica claro que o primeiro momento da luta pelo socialismo não é exatamente o socialismo, ainda que se possa compreender a adoção das reformas como elementos socialistas na sociedade, mas sim a luta pela efetivação do caráter “ocidental” do capitalismo brasileiro, que outra coisa não é que a consolidação da democracia, como o próprio autor matiza em sua arguição. Desta forma, lutar pela consolidação da democracia burguesa aparece como o melhor caminho para a realização do socialismo. Estamos convencidos de que esta maneira de manifestar o curso da luta política vocalizado por CNC exprime o sentido geral presente na EDP e espelha no plano teórico um dos aspectos essenciais da referida estratégia, a saber: o ‘acumulo de forças’.

Para visualizarmos esta aproximação precisamos expor dois elementos presentes nas teses estratégicas do PT: o papel do *acúmulo de forças* e o projeto de socialismo que está sendo proposto. Esta é também a forma como está subdividida a resolução política do Vº ENPT, onde o documento apresenta o item *Objetivo estratégico do PT: o socialismo* e o ramifica em a) *a conquista do socialismo* e b) *a construção do socialismo*. Seguiremos a mesma lógica aqui uma vez que a apresentação de um termina por encadear a apresentação do outro de modo mais harmonioso. Ao largo desta exposição, iremos abrindo pequenos parêntesis para comentar aspectos que julgamos decisivos na estruturação da estratégia.

Em se tratando do caminho para a realização do objetivo estratégico, partindo da conclusão da impossibilidade de realização do socialismo no Brasil – ao menos na imediaticidade – em função de suas características formativas, restaria aos militantes uma conduta que indica a possibilidade de ampliar os espaços democráticos na sociedade brasileira, de modo a alargar gradualmente as conquistas populares, mobilizando permanentemente a classe trabalhadora em direção ao socialismo. Assim, este movimento de acumular forças gradualmente fica compreendido enquanto o momento em que a classe trabalhadora se organiza na direção da conquista do poder político. Vemos que nos documentos se indica que para acumular forças não se deve propagandear abertamente o objetivo estratégico, o socialismo, e sim compreender que há mediações neste movimento, onde a propaganda deve se adequar ao momento particular das lutas que estão sendo atravessadas, isto é, as democráticas e populares²⁰².

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político, o Estado, a seu serviço. [...] Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na

202 Lembremo-nos de uma peça por nós já destacada: o acúmulo de forças, agora melhor justificado pela interpretação social que se plasmou no IVº e Vº ENPT, se soma às intenções que classificamos como uma *tática processo*, isto é, aquela que o movimento dita o ritmo do partido, e não o inverso, sendo, portanto, marcado por um ritmo gravado por altos tons de espontaneidade. Também aqui podemos lembrar como em Caio Prado Jr. o compasso da revolução deveria se adequar às reformas possíveis de cada tempo, afirmamos em capítulo anterior como isto sucumbe, para mobilizar um referencial de Rosa Luxemburgo, à arte do possível.

Estamos plenamente de acordo com a afirmação de que a tomada do poder político é a questão chave para a construção do socialismo. Contudo, há de se matizar algumas coisas que aparecem de modo sutil na exposição acima. Nos documentos a tomada do poder político pelos trabalhadores é apresentada como o objetivo estratégico, e se refere com razão ao impropério que seria negar esta afirmação. Até aqui estamos de acordo. Todavia, não estamos alinhados com a forma como isto é enquadrado. Isto porque esta questão é compreendida de forma difusa, construída através de uma alegoria que – como estamos acompanhando – busca um caminho alternativo que para afirmar o socialismo pretende negá-lo.

Isto é feito partindo da compreensão de que o socialismo não é possível na formação social brasileira, embora há de se trabalhar na direção da realização deste objetivo e, para tanto, deve-se compreender que há dois momentos da luta política, sendo o primeiro aquele onde os trabalhadores não estão convencidos da necessidade de tomada do poder, neste caso deve-se acumular forças, rebaixando a propaganda e ocultando se necessário a questão do poder popular, trabalhando pela construção de um amplo espectro de forças que seja capaz de tornar a classe trabalhadora, no seio do sistema capitalista, uma classe hegemônica; posto isto, agora sim, haveria condições dos trabalhadores lutar com sua radicalidade em direção ao socialismo. Em síntese, o caminho proposto compreende uma primeira fase onde deve-se consolidar a hegemonia, e uma segunda onde deve-se colocar abertamente a questão do socialismo. Desta forma, o aspecto do acúmulo de forças passa a compor papel central na evolução da EDP e não pode ser tergiversado, uma vez que ele é compreendido como o aspecto chave que seria capaz de conduzir a classe trabalhadora na direção do socialismo, ou seja, o acúmulo de forças é, nos termos da EDP, a condicionante central que autoriza a possibilidade histórica de objetivação da revolução brasileira.

Em uma passagem comentada de Isabel Mansur, fica clara esta dicotomia e a centralidade do acúmulo de forças na visão de mundo que estamos analisando. Trabalhando sobre os textos partidários Mansur ilustra os dois momentos distintos da luta propostos pela EDP, onde a conquista da hegemonia pelos trabalhadores está subsumida às possibilidades demarcadas pela formação social brasileira

daquele momento, a saber: tratava-se de encampar a luta por uma ampliação da democracia como mediação para a conquista da hegemonia dos trabalhadores, condição indispensável à realização do objetivo socialista, este, o segundo momento da luta:

Tendo isso em vista [o caráter da formação social brasileira], as mudanças definitivas, que permitiriam cessar a opressão e a exploração no Brasil, não seriam possíveis a partir de transformações pontuais, mas apenas de uma *“ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade de classes*, que, “por meio da *socialização dos principais meios de produção*, visasse a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros”, ou seja, uma sociedade socialista. Muito embora “a consciência dessa necessidade” continuasse ausente para a população, seria possível afirmar “que o estágio do desenvolvimento do capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes” apresentava “condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares”, criando “as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista” (MANSUR, 2018, p. 83).

Gradualmente a adoção do ‘acúmulo de forças’ como elemento motriz do movimento da EDP vai reservando um lugar específico e cêntrico à luta por espaços no interior do Estado burguês. A tomada do poder político e a conquista de espaços democráticos passam a legar à luta eleitoral um peso decisivo, e no ranger desta visão de mundo são abordadas como expressões do mesmo objeto, como se a ocupação dos espaços institucionais fosse idêntica à tomada do poder político. Assim sendo, o ganho de representações no interior do Estado burguês passa a ser compreendido como uma espécie de alargamento da hegemonia dos trabalhadores, uma conquista de posição na guerra contra o capitalismo, uma reconfiguração, um termômetro, por assim dizer, da correlação de forças na conjuntura política. A matemática desta leitura é simples: mais posições dentro do Estado burguês só pode ser resultado de um maior acúmulo de forças no interior da sociedade civil, expressando, desta forma, um maior alargamento da democracia no país, elemento este que pavimenta as condições para a colocação do objetivo socialista como possibilidade²⁰³. A melhor alegoria que ilustra esta ação tática é o ‘movimento de pinça’, conforme comentado por Mansur:

203É interessante notar como – por diferentes caminhos e objetivos – os interesses dos trabalhadores no Brasil se cruzaram, na contramão de suas intenções, com os interesses burgueses a nível mundial, se submetendo às palavras de ordem da democracia, a mesma que azeitaria o

A dialética entre institucionalidade burguesa e avanço nas formas do poder popular era, então, o fulcro do problema a ser superado. O partido, instrumento revolucionário, teria de cumprir o papel insubstituível de 'articulador da pinça', isto é, dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nas lutas sociais sobre os centros de dominação burguesa. O partido revolucionário era instrumento principal de construção da hegemonia, momento de síntese da estratégia e da tática, ao passo em que os organismos de poder popular seriam a força orgânica da revolução, os instrumentos do aprendizado das grandes massas na arte de governar. Ambos deveriam estar articulados — com a luta pela construção de uma hegemonia democrática e popular. **A polarização da luta não seria suficiente se tomada em caráter exclusivamente classista.** Sendo assim, ela deveria ser pautada por um bloco antimonopolista, isolando os núcleos de resistência do grande capital. Isto significa travar conscientemente a luta pela hegemonia no campo dos setores sociais aos quais interessa a democracia, o que passaria pela coesão de um bloco dos assalariados, com toda a sua diferenciação, a atração da pequena burguesia urbana e rural, além da neutralização de setores do médio capital. **O acúmulo de forças na institucionalidade burguesa integraria este processo de construção da hegemonia, de alteração da correlação de forças entre as classes sociais e do isolamento do grande capital, impedindo o controle e a coesão do Estado contra os instrumentos de poder popular.** Para levar a cabo a efetivação da dualidade de poderes essencial à estratégia, fazia-se mister desenvolver uma luta democrática de massas que avançasse na desmilitarização do aparelho de Estado, combinando iniciativas de defesa com organização do campo operário e popular (MANSUR, 2018, p.304 – negrito nosso).

Segundo o raciocínio, portanto, tem-se o seguinte encadeamento: partimos de uma dada realidade, uma formação social cuja forma contemporânea está incompleta. Esta incompletude manifesta em sua dimensão estrutural e em articulação direta com a configuração das classes sociais no país apresentava-se também nas formas autocráticas de dominação. Este organismo social incompleto e

processo de sua subjugação. Tivemos a oportunidade de comentar de modo geral como fascismo e democracia não são necessariamente excludentes; a unidade entre o terror da ditadura aberta do capital e a ditadura de classes velada pela democracia foi discutida tomando por referência os termos de August Thalheimer. Há de se retomar também os comentários que assimilamos de Victor Neves a respeito da estratégia global da burguesia imperialista no pós IIª Guerra mundial, que na perspectiva de enterrar a revolução socialista projetou sua ação baseada na conformação de um grande consenso em torno da democracia em determinadas regiões da Europa e, para o resto do mundo abriu fogo aberto contra o movimento revolucionário insurgente. Para o caso da América Latina e tomando o caso brasileiro em particular, a ditadura inaugurada em 1964 compõe parte deste movimento e há de percebê-lo em uma dimensão histórica um pouco maior, compreendendo o processo de democratização encetado no começo dos anos 1980 como a coroação do projeto político de dominação da burguesia. Na contramão das aparências, mesmo o movimento operário brasileiro ascendendo politicamente no final dos anos 1980, a tarefa tática da estratégia burguesa estava por ser concluída — havia varrido o movimento revolucionário e tratava de conter cautelosamente as intenções dos trabalhadores, que perigosamente havia se fundido novamente; neste momento, a democracia tornava-se a melhor ferramenta para a consolidação dos trabalhos até então realizados. Por outro lado, os trabalhadores, pensando construir o caminho para o socialismo através da realização do Estado democrático, contraditoriamente, confluíam com as intenções burguesas soterrando a potência contida na fusão de sua classe, novamente, com uma estratégia democrática.

arcaico entravava a possibilidade do salto socialista. Assim, os trabalhadores haveriam de abrir este caminho, sendo este determinado pelas possibilidades materiais impostas pelo período histórico que restringia a luta à ampliação dos espaços democráticos. Considera-se, portanto, que o melhor caminho para a construção do socialismo é a realização da democracia, esta como uma espécie de estratégia para alterar a correlação de forças na luta política, uma vez que, a conquista da democracia é compreendida como o resultado da acumulação de forças entre os trabalhadores na sociedade civil, isto é, a democracia nada mais é que o espelho daquilo que fora colhido junto à ação política dos movimentos populares em articulação direta ao partido, que os acompanhava. Nesta leitura mobilizou-se a ideia de uma pinça, onde os ataques desferidos ao capital seriam combinados através de duas frentes, sendo elas a pressão nas bases em unidade com o ganho de posições na esfera institucional, onde a primeira determinaria e passava a ser determinada pela segunda. Como vimos, este movimento de pinça, é o processo pelo qual se daria a conquista da hegemonia dos trabalhadores no interior da sociedade contemporânea; esta - compreendida como uma espécie de construção do poder popular - seria a pré-condição para a colocação na ordem do dia do problema da construção do socialismo, uma vez que, sendo os trabalhadores o setor hegemônico na sociedade, encontraria melhores condições para apresentar seu projeto de sociedade.

Como se vê, a institucionalidade burguesa não ocupa um lugar lateral na evolução da EDP, ao contrário, é parte componente e decisiva do *modus operandi* desta estratégia. Há de se comentar, brevemente, visto que isto tem um peso importante na estruturação deste caminho apresentado, que a EDP mobiliza correntemente a noção da conquista da hegemonia dos trabalhadores como condição prévia à tomada do poder político, fazendo remissão regular a Antonio Gramsci, como se esta propositura estivesse contida nos escritos do velho comunista italiano. Este, indubitavelmente, é um ponto extremamente sensível, mas há de comentá-lo uma vez que corrobora com nossa tese de fundo sobre a confluência da EDN e EDP enquanto dois momentos particulares do mesmo percurso histórico, considerando a caracterização em específico dos elementos que alicerçam a estratégia democrática e popular. De modo sumário, tomamos como nossas as palavras de Mauro Iasi; veremos como a tradução do conceito de hegemonia para a atividade prática da luta política no Brasil encontra ecos de

referência tanto no movimento comunista internacional que se gestou após a falência da IIIª Internacional, bem como na generalização desta leitura em espaços acadêmicos. Em ambos os casos as posições de Gramsci com respeito à teoria da revolução, são tomadas de modo invertido, grosseiramente (embora com muita erudição) deturpadas. Consequentemente, e o que é mais grave, também o futuro socialista se mantém anuviado:

[...] Já dissemos que a consciência se forma com a matéria-prima que encontra em cada época. O que transparece nas resoluções é um pano de fundo em que há uma mal digerida tradução do conceito gramsciano de hegemonia, seja no mundo da política (cujo principal papel responsável é uma leitura denominada “eurocomunista” que se espalhou, principalmente, a partir da mudança de rumos do PCI), seja no campo acadêmico, por uma certa leitura da obra de Gramsci, fundamentalmente pela contribuição de Carlos Nelson Coutinho (IASI, [2006] 2012, p.425).

E em outra passagem Iasi conclui:

“Parece ser evidente que aquilo que Gramsci imagina como expressão deste “Estado proletário” é o partido. Assim como o Estado burguês é aquela trincheira avançada, protegida por casamatas e fortalezas que o enraizavam na carne da sociedade, dando unidade ao domínio burguês, a luta dos trabalhadores iria construindo suas instituições, assim como sua cultura, mas estas necessitariam, igualmente, de uma unidade e centralidade, de um Estado que se contraporá a Estado burguês. Assim, conclui Gramsci em outro texto: “a fórmula ‘conquista do Estado’ deve ser entendida nesse sentido: criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe operária, em *substituição* do Estado democrático-parlamentar”. A construção de um poder popular e o acúmulo de forças, caso queiramos manter o conceito de hegemonia de Gramsci, implicariam, portanto, não a disputa do Estado burguês, ainda que em certas situações a luta possa chegar ao interior de suas trincheiras, mas fundamentalmente criar uma ordem institucional e política contrária à burguesa, em luta contra ela e organizada para substituí-la. Nas palavras de Gramsci, o partido proletário: ‘só pode reconhecer no Estado, conjunto da classe burguesa, o seu direito antagonista. Não pode entrar em concorrência para a conquista do Estado, nem direta nem indiretamente, sem se suicidar, sem se desnaturar e transformar em puro setor político, fora da atividade histórica do proletariado, e se transformar num enxame de moscas de cavalaria em busca dos doces a que se agarrar, morrendo ingloriosamente.’ Fica mais do que evidente que não se trata de “disputar” o Estado burguês, mas de substituí-lo por outro. As organizações criadas pela ação do proletariado em sua luta contra o capital devem se preparar para serem “órgãos do poder proletário que substitui o capitalismo em todas as suas funções”. [...] Desta maneira, a disputa de hegemonia é vista como o processo pelo qual, simultaneamente, se luta contra o Estado burguês e se constrói um novo Estado proletário. Para que não parem dúvidas sobre se isso significa disputar as instituições do Estado burguês, Gramsci conclui que: “É preciso que o próprio poder passe para os trabalhadores, mas estes nunca o poderão ter até que se iludam de podê-lo conquistar e exercer através dos órgãos do Estado burguês”. Como ficaria, então, a assertiva de que a disputa de hegemonia passa necessariamente a incluir “a disputa pelo governo federal, a gestão das administrações municipais e a luta pela democratização do Estado”, “das instituições e dos meios de comunicação”,

“assim como a “consolidação da sociedade civil”? O que parece evidente, no caso das resoluções do PT, é que se acredita que é possível disputar estes instrumentos e colocá-los a serviço dos trabalhadores [...]” (IASI, [2006] 2012, p. 488-490).

A longa citação de Iasi comentando os termos gerais pelos quais Gramsci compreende a luta pelo poder político não abre nenhum flanco para dúvidas. Convencer-se da possibilidade de disputar o Estado burguês como instrumento de consolidação do poder proletário é a mais pura manifestação da fetichização da política e do Estado em geral, compreendendo-o – bem como um liberal o compreende – como expressão da vontade geral, e não como a superestrutura de uma sociabilidade cindida em classes, que encontra no Estado o meio para a manutenção de sua dominação. Este é um esvaziamento, portanto, do próprio caráter de classe do Estado em geral e do burguês em particular. Apenas assim é possível acreditar que se disputará as instituições burguesas e não sofrerá nenhum dano, que neste processo a integridade do movimento operário não estará ameaçada. Estamos plenamente de acordo com a conclusão do comunista sardo quando diz que há de se construir um novo Estado, o estado socialista em substituição ao estado burguês, e, sobretudo, no caminho para a realização deste objetivo estratégico, concorrer para disputar o estado burguês e pô-lo a serviço dos trabalhadores é um ato suicida de natureza inglória²⁰⁴.

204 Daniel Lage, a quem já nos reportamos mais de uma vez neste texto, em sua análise da social democracia como fenômeno histórico, amparada em grande parte pelos seus estudos sobre a obra de Przeworski, elenca em conformidade com o autor estudado, cinco características que a ‘decisão de participar’ influiu historicamente nos partidos socialistas. Acreditamos que estes pontos nos auxiliam a visualizar na prática a expressão metafórica de Gramsci. Além disso, a presente passagem será fundamental para nos fundamentar na compreensão da posta em marcha da EDP em específico. Vejamos: “Além do deslocamento de forças para as eleições, há pelo menos, mais cinco consequências da participação, que envolvem a organização do partido e da classe trabalhadora, apontadas por Przeworski. Uma delas é a troca do ator “classe trabalhadora” pelo ator “cidadão”, e a consequente responsabilidade, que o próprio partido assume, de educar seus filiados e sua base de influência para as atividades democráticas, pacíficas e constitucionais. Nesse momento, há uma ampliação significativa da identificação da base do partido, que, se antes eram operários e trabalhadores, passam a ser cidadão e povo. Na democracia, o partido tem que valorizar o voto, e isso significa valorizar a relação direta do indivíduo, cidadão, com o Estado – as relações de produção, que caracterizam a classe, ficam escondidas atrás do voto. Uma segunda consequência da participação é um deslocamento das tensões, das relações de produção (cujo território é a fábrica, a firma, a empresa), para o parlamento – no qual os filiados estão representados por um líder. Uma terceira é que, devido ao fato de que as eleições exigem esforços monumentais, é necessária a profissionalização de uma parte significativa do partido, dentro dos gabinetes, comitês de campanha etc., cujo resultado, frequentemente, é duplo: de um lado, o candidato ganha poderes adicionais, ao empregar militantes em prol de sua eleição; de outro lado, na medida em que criam ou reforçam uma burocracia alienada do processo extra-eleitoral do partido, as eleições tornam-se um fim em si

Há de se comentar um segundo elemento da passagem discorrida de Mansur, destacando especialmente a afirmação “A polarização da luta não seria suficiente se tomada em caráter exclusivamente classista”. Adentra-se aqui no terreno que pretende dimensionar a prática concreta pela qual a conquista da hegemonia – compreendida pela EDP como a primeira fase do processo de construção da sociedade socialista – se realizaria, em particular, o ambiente das alianças que deveriam ser costuradas para alçar o acúmulo de forças. Já foi dito, que em função da particularidade brasileira a classe trabalhadora não havia se integrado satisfatoriamente e isto é compreendido como um dos entraves que a revolução brasileira encontra em seu caminho de realização. De imediato depreende-se desta afirmação o seguinte raciocínio: na configuração das classes há uma oposição entre a burguesia e os três segmentos enquadrados enquanto classes trabalhadoras (a classe média, os assalariados urbanos e rurais), e como estas não havia se integrado de modo satisfatório, tratava-se necessariamente da construção de um bloco que fosse capaz de confluir os interesses destes três segmentos, seja em sua dimensão particular, seja em seu aspecto comum na direção da construção do socialismo enquanto projeto histórico (supondo o socialismo como projeto partilhado pela pequena burguesia – veremos mais à frente sobre qual socialismo a estratégia está fazendo remissão). Assim, a luta política poderia ser resumida da seguinte forma: bloco democrático e popular x bloco monopolista.

Partindo da mesma leitura, a compreensão de construção deste bloco democrático e popular se alarga quando diz que a construção da oposição ao capital não pode assegurar-se exclusivamente pela sua dimensão classista, fazendo remissão ao fato de que a construção do bloco deve ser compreendida pela

mesmas, e não mais um meio de conquistas e ampliações de direitos. [...] uma quarta consequência da participação é a incorporação da democracia representativa – caracteristicamente burguesa – como um valor universal, que transcende os diferentes meios de produção, e deve ser defendida acima de tudo. É nesse sentido que Przeworski lembra que a democracia representativa, para os socialdemocratas, havia se tornado, simultaneamente, meio e objetivo, ou, ainda, caminho para o socialismo e forma política da sociedade socialista que se buscava [...] Por fim, uma última consequência é que os compromissos do partido, com os direitos constitucionais e o governo executivo, combinados à defesa incondicional da democracia, criaram uma situação controversa, em um momento chave para transformações: as crises. Ao contrário da expectativa de que seria na crise que o partido poderia avançar para além da ordem, e alçar a um comportamento revolucionário, o que ocorreu foi uma frustração. Nas crises, o que surgiu foi a defesa da constituição, a expectativa da garantia dos direitos constitucionais. Ou seja, a defesa da constituição econômica capitalista” (LAGE, 2018 p.88-89).

harmonização de interesses de diferentes seguimentos, inclusive os setores médios do capital que se pretendia neutralizar. Para tanto, sobrepor os interesses classistas (proletário) neste bloco seria danoso à construção da hegemonia dos próprios trabalhadores, uma vez que isto fragmentaria o bloco almejado e, conseqüentemente, isolaria os trabalhadores, impossibilitando sua trajetória de conquista da hegemonia. Exatamente por isto, a palavra de ordem de conquista da democracia – e não do socialismo – assumia centralidade na construção da ação política cotidiana, compreendendo que escamotear a radicalidade da luta revolucionária do proletariado era imperativo para não perder o apoio dos setores pequeno e médio burgueses (como vimos em uma de nossas citações: era exatamente isso que “muitos companheiros não faziam distinção”). E, por fim, como se viu, a construção deste bloco democrático e popular que se oporia ao grande capital monopolista encontraria seu lastro na conquista dos espaços democráticos entendidos como espaços no interior da institucionalidade burguesa, uma vez que a atuação nestes círculos – combinada com o acúmulo de forças na sociedade civil - seria capaz de minar a força política do grande capital, especialmente naquilo que diz respeito à uma possível manifestação militar por parte deste setor.

Desta forma, entendemos que a perspectiva de acúmulo de forças para a consolidação da hegemonia dos trabalhadores como condição prévia à tomada do poder político encontra na política de alianças a sua forma concreta, onde as alianças com setores médios e pequenos do capital são compreendidas em dimensão estratégica, uma vez que o grande inimigo a ser batido é o capital monopolista. Conforme Iasi:

[...] No caso específico do 4º Encontro, inicia-se a reflexão sobre os caminhos para o socialismo com a afirmação da especificidade da experiência brasileira, destacando-se, mais uma vez, que no atual estágio “a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização”. Aqui o texto aprofunda um pouco mais precisamente o que seria este “acúmulo de forças”; destaca-se que seria necessário um processo no qual fosse possível unificar os diferentes setores e frações das classes trabalhadoras em torno de um projeto histórico comum levando em conta tanto as especificidades que naquele momento separariam cada setor da classe quanto os objetivos finais, ou seja, a construção do socialismo. O alvo principal desta ação aparece aqui como um esforço no sentido de conquistar os setores médios, a pequena burguesia urbana e rural. **Isto só seria possível se fosse assegurado a estes setores que uma “radical transformação da sociedade rumo ao socialismo” não seria uma ameaça a seus “limitados meios de produção”**. A forma da resolução parece, então, indicar que a preocupação com o fato de a consciência da necessidade de uma ruptura socialista não estar colocada para a “totalidade

da classe” diz respeito a outras classes, mais precisamente à pequena burguesia urbana e rural [...] (IASI, [2006] 2012, p. 403 – negrito nosso).

Mauro Iasi ainda ressalta:

As alianças, nesse momento, são vistas como movimentos necessários na busca da citada unificação dos diferentes setores do bloco social que formaria as “classes trabalhadoras”, pois cada um deles sustentaria interesses e valores legítimos que conformariam um “conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que, ao final, constituem “a classe” (IASI, [2006] 2012, p.403).

Neste momento é importante destacar – da passagem de Iasi – como ele percebe que o acúmulo de forças está aprisionado à capacidade de harmonizar os diferentes interesses dos distintos segmentos da ‘classe trabalhadora’, especialmente a pequena burguesia. E, sobretudo, sua exposição não deixa nenhum vestígio de dúvida sobre qual será a moeda de troca que os trabalhadores irão alienar neste processo de construção do bloco democrático e popular: sua autonomia e suas bandeiras de classe. A equação é simples: supõe-se que para construir o socialismo é preciso trilhar um caminho prévio a este, a saber, a consolidação da democracia, fenômeno este que poderia alterar a correlação de forças em favor dos trabalhadores; para tanto, deve-se acumular forças, esforçando-se para erigir um bloco democrático composto por todas as frações que poderiam se opor ao bloco monopolista. Perspectiva-se, neste momento, a unidade orgânica e estratégica com os setores médios e pequenos do capital (que, como vimos no diagnóstico das classes sociais no país, estariam necessariamente em oposição ao capital monopolista, uma vez que por este era oprimido). Contudo, a condição para a atração destes setores sociais não é outra que a negação da radicalidade do próprio movimento operário, isto é, há – no seio da compreensão desta visão estratégica – de assegurar que o pequeno capital, no processo de constituição da sociedade socialista, continuará com suas atividades regulares, comprando força de trabalho com seus limitados meios de produção protegidos. Uma vez mais na história do movimento operário mundial, ecoando as experiências pretéritas da social democracia e dos partidos comunistas dirigidos pela orientação da Frente Popular, os revolucionários submeteram a radicalidade proletária ao ritmo pequeno burguês, supondo com isso construir um caminho alternativo à construção da

sociedade socialista, sem perceber que nesta fórmula o objetivo socialista é negado peremptoriamente²⁰⁵.

A questão do acúmulo de forças e a confirmação dos compromissos estratégicos que o proletariado deveria assegurar com a pequena e média burguesia, para além das consequências imediatas que apontamos acima – atreladas ao rebaixamento da radicalidade proletária aos limites do aceitável pela pequena burguesia –, encontram desdobramentos na qualidade do próprio socialismo que se pretendia construir. O socialismo democrático ganha sua definição completa. Se de um lado os documentos discorrem sobre a ‘conquista do socialismo’, vê-se agora como este tem incidência na ‘construção do socialismo’. Seleccionamos duas passagens de nosso principal interlocutor para elucidarmos como o diagnóstico da formação social brasileira, ancorado na imagem de um Brasil incompleto, informa o caminho pelo qual o socialismo deve ser alcançado e, subsequentemente, construído:

O caráter e a forma do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, notadamente sua heterogeneidade, não autorizariam uma “imediate” substituição da propriedade privada pela propriedade socializada, tornando impossível uma passagem imediata para uma “completa organização planificada da economia”. No caso da grande propriedade, dos monopólios capitalistas nacionais e estrangeiros, seria possível um certo grau de socialização e estratificação, mas o mesmo não deveria ocorrer com outras formas de propriedade, como a pequena propriedade e propriedade familiar. [...] A saída proposta é que, em um primeiro momento, deveriam coexistir formas diferenciadas de propriedade (estatais, coletivas e individuais) que deveriam “cooperar” para o sucesso de algumas operações produtivas ou de circulação. No lugar da “plena planificação” ainda sobreviveria uma “adequada combinação entre a planificação e a economia de mercado” (IASI, [2006] 2012, p. 406)

E ainda:

Assim como no 4º Encontro, aqui também (IASI se refere ao Vº ENPT) se relaciona o problema das alianças ao perfil da sociedade socialista a ser construída. O argumento é praticamente o mesmo. Existiriam setores próprios de um desenvolvimento capitalista, grandes corporações, monopólios capitalistas industriais ou agrários, de comércio ou de serviços, assim como monopólios bancários, que seriam passíveis de uma “imediate” transformação em empresas socialistas. Ao lado destes setores, devido ao desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, haveria uma infinidade de setores, ainda que “subordinados ao grande capital”, que acabariam

205Ao largo da exposição já tivemos a oportunidade de tornar clara nossa posição com relação a questão das alianças e, em especial, a aliança com a pequena burguesia, que, em conformidade com Lênin, se se deseja ganhar extratos da pequena burguesia para o campo proletário, deve-se ter em conta este setor como uma classe de transição que deve ser conquistada pela força.

secundarizados. Seriam “milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos” que desempenhariam “um papel econômico de grande importância” no atual sistema capitalista brasileiro, “papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil.” É reafirmado que o “único caminho” seria “permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala”, uma vez que isto poderia ser benéfico para o desenvolvimento socialista de uma série de modos, como desenvolvendo forças produtivas, evitando a escassez de bens e serviços, incorporando ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa “sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho(?)”. Como se confirma, portanto: “Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo” (IASI, [2006] 2012, p. 422)

Já vimos como o acúmulo de forças ocupa lugar central no arranjo estratégico tecido pela classe trabalhadora na segunda metade da década de 1980, e como este está inserido em uma concepção do caminho à revolução brasileira que engloba dois momentos para sua realização, sendo o primeiro relativo à conquista da hegemonia – determinando a qualidade da política de alianças – na perspectiva de fortalecer a organização da sociedade civil em conformidade com a conquista de espaço na institucionalidade burguesa com vistas a isolar o bloco monopolista, e o segundo, imaginando a efetivação da primeira etapa do processo, consolidar a democracia e passar à construção aberta do socialismo. Têm-se agora uma imagem melhor descrita de como o operador político da classe projetou este cenário onde o socialismo também teria duas etapas: uma primeira concernente a expropriação dos segmentos monopolistas combinada à manutenção da estrutura produtiva vinculada à pequena burguesia e, em um cenário ainda mais distante, a superação da economia de mercado (que como sabemos presume a supressão da compra e venda de força de trabalho e de qualquer outra mercadoria). É interessante notar neste momento como esta imagem do socialismo petista está arraigada aos primeiros diagnósticos sobre a formação social brasileira, de tal modo que a afirmação ligada à incompletude do capitalismo é obrigada a conceder à pequena burguesia um espaço isento de retaliações; e assim termina legando a este segmento um papel fundamental na construção da primeira etapa do socialismo, a saber: o desenvolvimento de forças produtivas, que em conformidade com a exposição acima, seria responsável por evitar, dentre outras coisas, a escassez. Deve-se perceber que enquadrar a pequena burguesia como sujeito do desenvolvimento das forças produtivas está diretamente atravessado pela ideia de

uma estrutura produtiva incompleta; mas há outro erro de fundo e, quiçá, ainda mais grave: é uma afirmação equivocada dizer que a pequena propriedade será responsável por emular o desenvolvimento de força produtiva, e, sobretudo, lograr reduzir as jornadas de trabalho. Em nosso segundo capítulo conversamos – apoiados em uma extensa passagem de Marx – como o capitalismo em sua fase monopólica ‘prepara’ as condições para a socialização da riqueza e não o contrário. A pequena propriedade é, nos termos de Marx, necessariamente, uma forma antidiluviana do capital incapaz de socializar os ‘processos de trabalho’ e, por isto está impedida de imprimir no seio do real as contradições que impõem a possibilidade da socialização do produto do trabalho²⁰⁶.

Vê-se desta forma como o socialismo petista não é capaz de superar as estreitas margens de um socialismo pequeno burguês, onde a possibilidade de consecução deste projeto histórico depende, em última instância, mais da colaboração voluntária da pequena-burguesia que da direção consciente do proletariado. Acreditamos que este enquadramento da qualidade do socialismo, para além de sua remissão direta ao diagnóstico da formação social brasileira, está também atravessado pela tentativa de superar as experiências socialistas anteriores, isto é, além da análise da realidade brasileira, contribui para a definição do socialismo petista uma série de balanços que os revolucionários (a nível internacional) vinham produzindo na perspectiva de negar a experiência soviética como uma referência decisiva do fazer revolucionário, especialmente aqueles que estão enquadrados dentro do eurocomunismo. Neste acerto de contas, procurou-se

206 Tomando a pequena burguesia como incapaz de figurar o desenvolvimento das forças produtivas (e portanto incapaz de ocupar o espaço que a EDP ansiava) podemos ver em Marx, como a questão da redução da jornada de trabalho está compreendida no processo de transição: “O aumento da força produtiva do trabalho e sua crescente intensidade atuam uniformemente no mesmo sentido. Ambos fatores incrementam a massa de produtos elaborada num determinado período de tempo. Ambos diminuem, portanto, a parte da jornada em que o operário tem que trabalhar para produzir os seus meios de subsistência ou o seu equivalente. O *limite mínimo absoluto* da jornada de trabalho é o que traça essa sua *parte necessária*, porém com restrições. Se toda a jornada de trabalho se reduzisse a isso, desapareceria o trabalho excedente, coisa inconcebível sob o regime do capital. A supressão da forma capitalista de produção permitiria reduzir a *jornada de trabalho ao trabalho necessário*. Este, todavia, na suposição de que todas as demais circunstâncias permanecessem inalteráveis, dilataria seus limites. Por duas razões: Primeiro, porque as condições de vida do trabalhador seriam mais prósperas e as suas exigências maiores; segundo, porque ao trabalho necessário incorporar-se-ia uma parte daquilo que atualmente é trabalho excedente, a saber: a quantidade de trabalho necessária para a criação de um fundo social de reserva e acumulação. Quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, mais pode encurtar-se a jornada, e quanto mais se encurta esta, mais pode crescer a intensidade do trabalho. Socialmente considerada, a produtividade do trabalho cresce também com sua economia. Esta não inclui apenas a economia dos meios de produção, mas também a supressão de tudo quanto seja trabalho inútil (MARX *apud* BAMBIRRA, 1993 p. 28).

rever uma infinidade de teses que movimentaram a ação de classe no ciclo imediatamente anterior. Buscou-se ler Marx sob novas lentes, salvar o que podia de Lênin, converter Gramsci em um entusiasta gradualista, retirar da marginalidade autores renegados por sua capitulação, como Bernstein e Kautsky. Em suma, acrescenta-se como determinação constituinte do ser da EDP algumas leituras que buscaram suplantar diferentes pilares da teoria revolucionária marxista²⁰⁷. Estamos convencidos que este intento tem sua principal negação expressa na desqualificação da ditadura do proletariado como o único caminho consequente da ação revolucionária. A negação aberta da ditadura do proletariado somada ao diagnóstico da realidade brasileira são os dois principais ingredientes que marcam a qualidade do socialismo petista, que como estamos acompanhando, se apresenta como o socialismo democrático.

Grosso modo, a negação absoluta da ditadura do proletariado resulta da (in)compreensão desta como uma alternativa antiquada que já não encontra lastro de sustentação na realidade social contemporânea, e, em última análise, responsável pelos descaminhos ao longo da experiência soviética. Diante desta compreensão, fatalmente, a EDP vê-se emaranhada de um palavreiro liberal que recusa o papel histórico que o proletariado deve desempenhar caso queira superar o modo de produção capitalista. A fim de ilustrar alguns dos argumentos que

207 É o caso de comentar, por exemplo, como a teoria dos novos movimentos sociais – erigidas no bojo da crise da revolução mundial – vinha na direção de suplantar a centralidade proletária na revolução socialista, justificada grosseiramente como o ‘fim do proletariado’, por uma manobra teórica que punha no centro do debate a pluralidade de identidades. Caio Martins, comentando de modo conclusivo o lugar que a ‘teoria dos novos movimentos sociais’ na EDP, diz: “as teorias dos novos movimentos sociais costumam partir do diagnóstico de uma ‘crise’ do ‘paradigma marxista’, que precisaria ser revisto, completado com outras teorias ou superado em seus princípios fundamentais, por conta, entre outros elementos, das novas bandeiras de luta que eclodem no final da década de 1960. Mas as novidades históricas nas lutas de classes estão diretamente vinculadas, em primeiro lugar, às formas particulares das contradições do modo de produção capitalista na era dos monopólios, e, em segundo, às particularidades do desenvolvimento da formação social brasileira no mesmo período. O efeito ideológico das teorias dos novos movimentos sociais é, portanto, permeado de consequências políticas. Ideológicas, sim, pois com a intenção de superar os apriorismos do passado, defendia-se o aprisionamento no presente. Entre a crise do “marxismo-leninismo” oficial e a caducidade da tradição marxista há uma enorme distancia. Dessa forma, *os acontecimentos e conflitos que emergem a partir da década de 1960 não expressam o esgotamento teórico da tradição marxista sendo, portanto, por ela explicáveis [...]* Finalmente, é curioso e necessário sublinhar que, no Brasil, a despeito de essas teorias voltarem-se contra o marxismo, elas se difundiram sobre a mesma base de movimentos e organizações: aqueles que nascem da luta contra a ditadura, e que encontram no PT e na estratégia democrático-popular o veículo de sua realização. Embora elas partissem de pressupostos completamente distintos confluíram no senso comum militante daquele partido e de movimentos que implementavam a estratégia democrático-popular, resultando em uma prática política comum, e ganhando tanto mais força quanto mais empalideciam suas bandeiras socialistas e mais aproximavam-se da defesa da democracia como meio e fim” (MARTINS, 2019 p.143-144).

animavam os debates constituintes da EDP, e que manifestam a negação da ditadura do proletariado como eixo da ação revolucionária, vejamos algumas passagens que consideramos representativas da consciência social deste período. Tomemos como primeiro exemplo uma explanação de Jorge Almeida - membro da Executiva Nacional do PT à época – em ocasião de uma mesa redonda intitulada *O PT e o marxismo*, organizada nos debates pré-congressuais do PT em 1991. Veremos como o socialismo democrático estava pensado e, sobretudo, em qual terreno teórico repousava seus pilares:

Se o conceito de ditadura do proletariado é muito claro teoricamente, o desgaste e deturpação sofridos por este termo criam grandes dificuldades para que possa ser entendido como o significado profundamente democrático que Marx lhe deu. Isso já seria suficiente para não utilizarmos este termo hoje. No caso do PT, entretanto, o centro da questão está em que, como vimos, **não sendo um partido exclusivamente do proletariado e muito menos sendo proponente de um Estado apenas desta classe, não seria politicamente correto utilizar nem mesmo o conceito de Democracia do Proletariado.** Por outro lado, na medida em que a conquista do poder político é um passo fundamental e necessário, mas não resolve por si só a questão da democracia e da disputa de hegemonia que se prolongará por todo o processo de construção socialista; e considerando que o nosso projeto de Governo Democrático e Popular de transição ao socialismo pressupõe a existência, por um longo período, da pequena empresa privada capitalista; a manutenção do mercado, dentro de uma economia hegemonicamente socializada e planificada democraticamente, é uma necessidade da economia e da democracia enquanto subsistirem essas pequenas empresas privadas (ALMEIDA, 1991 p. 109).

Tem-se aqui um retrato fiel do encadeamento teórico que qualificou o socialismo petista. Em primeiro lugar, registremos o fato de que em sua arguição buscou-se resgatar um Marx adstringido, apartado de sua potência revolucionária, enquadrando-o como uma espécie de liberal radical, para ainda assim negá-lo. Não nos ateremos neste aspecto, para este momento o que mais nos importa, para além da confirmação da negação da ditadura do proletariado, é a justificativa que fundamenta tal conclusão. Jorge Almeida não titubeia em afirmar que o PT, não sendo um partido do proletariado, não se dispõe à construção de um estado que seja exclusivamente democrático à esta classe. Tomando a ‘democracia expandida’ como eixo condicionante da ação política, resta-lhe esgarçar os limites da democracia socialista de modo a incorporar outras classes, especialmente a pequena burguesia, chamada a cumprir com um papel decisivo na transição socialista. Para Almeida a questão central reside no modo como o bloco democrático, no interior do Estado burguês, irá garantir a manutenção de sua

hegemonia democrática e popular. Não há um resquício de crítica à qualidade do Estado burguês e, isto, é feito de modo meditado. Isto porque os ditames democráticos aos quais ele – e o conjunto dos intelectuais e militantes ao seu entorno - estão atados, imobiliza e sufoca o potencial revolucionário do socialismo, comprimindo-o aos limites de uma compreensão burguesa da sociedade socialista, onde se projeta para esta, a dinâmica de um Estado Burguês presente na teoria clássica liberal que não fora capaz de ser realizado no interior do próprio modo de produção capitalista. Assim, esta leitura, ao operar como a chave democrática deslocada de seu conteúdo classista, isto é, como um valor universal, termina equalizando a ideia de estado democrático como se este fosse a efetivação do socialismo²⁰⁸. Colocando a afirmação de outro modo, entende-se o socialismo como a realização ‘radical’ dos princípios estruturantes da sociabilidade burguesa, como se na sociedade do capital, democracia, liberdade, igualdade fossem meras representações mentirosas e limitadas daquilo que apenas o socialismo pode realizar substantivamente. É o que se lê em outra passagem da mesma exposição do autor:

208Vê-se como a ideia da sociabilidade socialista proferida pela EDP se parece muito com a imagem ideológica que o senso comum costuma projetar para o futuro. Já comentamos em conformidade com Iasi que algumas palavras são responsáveis por estruturar a consciência de um tempo, de modo que elas operam enquanto significantes mestres que encadeiam uma visão de mundo sempre determinada a uma totalidade específica: as relações sociais de produção que a erigiram e qualificaram. Estamos convencidos que o socialismo democrático proposto pelo PT está aprisionado por esta cadeia de significantes, onde, supondo narrar a sociabilidade socialista, descreve a utopia liberal, transpondo bizarramente para a sociedade pós-capitalistas um ordenamento estruturante da sociedade do capital. É o que se vê, por exemplo, em uma outra passagem de Iasi: “Emparelhados numa série de significantes, estes valores centrais, ou significantes mestres, têm o poder de definir cada palavra que na série se apresenta, mesmo contra a suposta vontade do formulador, em uma totalidade coerente, no caso, a doutrina liberal. **De nada adianta acrescentar à série uma palavra significativa de outra visão de mundo, como “socialismo”, “comunismo”, “revolução” ou qualquer outra.** Mas por que certas palavras têm o poder de funcionar como “equivalentes gerais” e outras não, por que a inserção na série da palavra “comunismo”, por exemplo, não redefine todas as outras em função da totalidade de significado diversa? Por que não teríamos, assim, a liberdade comunista, a igualdade socialista, ou, como muitos hoje, com as mais altas e nobres intenções, almejam, uma “democracia socialista”? Porque não se trata de uma questão linguística ou semântica. Certas palavras são determinantes porque correspondem a relações sociais determinantes” (IASI, [2006] 2012, p.170). E ainda, em nota: “Perguntando-se quais transformações sofreria o Estado na transição para uma sociedade comunista, e, portanto, sem Estado, Marx ironizava a pretensão daqueles que como Lassalle imaginavam resolver a questão com a criativa combinação de palavras, como na proposta de um “Estado livre”. Para Marx, “por mais que combinemos de mil maneiras a palavra povo e a palavra Estado, não nos aproximaremos um milímetro da solução do problema” (MARX, Karl. “Crítica ao programa de Gotha”. *Obras escolhidas*, São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. v.2, p.220-221). Seria interessante imaginar o que pensaria o velho filósofo alemão de termos como “governo democrático-popular” com o qual o PT imaginava diferenciar sua proposta de gestão dos espaços conquistados no Estado burguês” (IASI, [2006] 2012, p.170).

Para os liberais a democracia sempre foi vista como uma ameaça. Tanto que os principais representantes das duas correntes em que se dividia o liberalismo europeu no século XIX, Alexis Tocqueville e John Stuart Mill, tinham um consenso: o temor de que a democracia pudesse, caminhando para a igualdade, instituir a “*tiranía da maioria*” – termos, aliás, já utilizado pelo principal expoente do pensamento conservador, Edmundo Burke, um século antes. Ou seja, liberdade individual, sim; liberdade coletiva, talvez. A força da maioria não pode se sobrepor à maior das individualidades e liberdades: a liberdade de propriedade, a livre iniciativa, o livre mercado. Dai porque a burguesia tem consciência de que sua democracia é tática, tem limites e não tem valor universal. Para ela, quando a democracia se transforma em vontade da maioria, ganha ares de igualdade e atinge sua propriedade privada, passa a ser uma “*tiranía da maioria*”, ou como diria Marx, uma “*ditadura revolucionária do proletariado*” [...] Para os trabalhadores, a democracia é uma luta imediata, um objetivo permanente e um valor estratégico. Muitas das liberdades democráticas hoje existentes ou que venham a ser conquistadas ainda no capitalismo, como as liberdades de organização, manifestação e expressão, de modo geral, serão preservadas, reforçadas e ampliadas após a conquista do poder pelos trabalhadores, *quando deixarão de ser apenas formais para se tornarem reais*. Outras serão reduzidas e controladas, como a liberdade de propriedade e do livre mercado, com a paulatina socialização dos meios de produção e o planejamento centralizado e democrático. (ALMEIDA, 1991, p. 107).

Tomemos mais algum tempo neste tema. Dissemos que a qualidade do socialismo petista, embora especialmente determinada pelo diagnóstico feito da realidade brasileira, está diretamente atravessada pelas análises que ou visavam superar o marxismo ou domá-lo aos limites do reformismo. Um dos pilares centrais que erigem estes balanços reduz-se à negação da ditadura do proletariado. Esta negação termina por atribuir ao socialismo uma qualidade que mais o identifica ao constructo ideológico liberal (que supõe um Estado que esteja descolado de sua natureza de classe) que efetivamente ao que o socialismo é. Ao resgatar a arguição de Jorge Almeida procuramos tornar isto evidente, exatamente pelo fato de que já naquele momento o então dirigente petista evidencia que o socialismo é o governo para todos, é a democracia para todos, e não exclusivamente do proletariado. Poderia ser contestado o fato de que o texto exposto é de 1991 e que neste momento o PT já havia iniciado sua inflexão (a posta em marcha da estratégia que construiu). É o caso de evidenciar, portanto, como a mesma ideia está manifesta – de modo ainda mais claro – anos antes, no exato momento em que a estratégia está sendo tecida. Dentre os inúmeros materiais, selecionamos um texto de Francisco de Oliveira, já mobilizado por nós, intitulado *Qual é a do PT?*, datado em sua primeira edição de 1986, para ilustrar esta questão:

As mutações nas relações de classe no capitalismo contemporâneo, de que o Brasil apresenta as *facies* econômica mas não a sócio-política, impõe para um projeto político de transformação burguesa uma atenta compreensão daquelas mutações, do que decorre uma mudança na tática e estratégia dos partidos da transformação, entre os quais o PT aparece como uma estrela – o símbolo do partido – de uma constelação. A primeira mudança se refere à distinção entre a base classista do partido e seu programa *para além* de sua base: esta sempre foi uma contradição teórica e prática na formulação e experiências socialistas. Partindo de bases classistas, da *comunitas*, a proposta socialista é de *societas*, isto é, para a sociedade como um todo. A solução marxista original, que se concretizou no partido de tipo leninista, é que a classe operária é a única interessada em romper os grilhões da dominação e, portanto, a única capaz de formular um projeto societário global. Há que se reconhecer que esta contradição teórica foi rompida no capitalismo contemporâneo, mas sua transformação em práxis frequentemente se distorce, de um lado, num arremedo da “ditadura do proletariado” ou no partido-ônibus da impotência global.

Uma proposta socialista contemporânea tem que reconhecer, de um lado, suas bases classistas, o que é imprescindível para a própria democratização, e para sua eficácia na re-presentação, e de outro tem que, desde o início, formular uma proposta societária global que não é o mero ajuntamento **nem a subordinação de outras classes ao operariado**; em outras palavras, escapar tanto da “ditadura do proletariado” quanto do partido-ônibus impotente. Esta é uma exigência das mutações na própria divisão social do trabalho, dos avanços dialéticos do próprio capitalismo – onde, pela primeira vez, a des-necessidade da força de trabalho como mercadoria é vislumbrada não apenas utópica mas concretamente – da emergência das fortes classes médias, do novo papel do Estado no capitalismo oligopolista e, nas sociedades como o Brasil, do fato de que um longo período de des-identificação operária eu lugar a novos *quase sujeitos* políticos – como os movimentos sociais – cuja presença reforça, multiplica para além de sua própria base numérica, a possibilidade de hegemonia dos dominados. Aliás, todas as revoluções de cunho socialista contemporâneas, a começar por Cuba (!) e mais visivelmente hoje na Nicarágua, mostram que nenhuma “ditadura do proletariado” pode mais resolver essa questão, se é que historicamente, na experiência soviética, ela foi resolvida (OLIVEIRA, 1986, p. 28)

Francisco de Oliveira foi, sem dúvidas, um dos principais intérpretes da realidade brasileira no último período. Neste trabalho procuramos assimilar algumas de suas contribuições à análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Isto não o isenta de nenhuma crítica, ao contrário, exatamente por ser um dos pilares do pensamento sociológico brasileiro devemos operar como vimos buscando fazer até o momento com todos intérpretes que pudemos travar contato de forma mais detida. Deve-se, como parte da postura que nosso momento histórico exige, incorporá-los negando, visando uma superação que os negue absolutamente e não o faça ao mesmo tempo. E, sobretudo, exatamente pelo fato de Francisco de Oliveira ocupar um lugar de muito prestígio entre a cultura de esquerda no Brasil, deve-se olhá-lo mais atentamente. Por isto, para além de suas contribuições relativas à análise da formação social brasileira, é mister expor como este intelectual expunha suas teses

a respeito da construção do socialismo. Vimos que sua tese não se diferencia um milímetro do sentido geral que a estratégia democrática-popular representa. Oliveira começa arguindo, com razão, que a estratégia deve se subordinar à realidade na qual se pretende atuar. Estamos de acordo. Oliveira ainda coloca a questão de que o capitalismo contemporâneo mudou, afirmação com a qual também concordamos. Contudo, teria o capitalismo metamorfoseado de tal forma que impusesse a necessidade de os revolucionários abandonarem alguns de seus pressupostos? É dizer, a complexificação do capitalismo haveria suprimido as principais contradições que o erige – sendo a oposição entre capital e trabalho a principal delas –, ou mesmo alterado a natureza de classe do Estado – e, portanto, imprimindo implicações para a luta de classes de modo a exigir uma revisão da teoria da transição socialista?²⁰⁹ Aqui nosso caminho se divide. Não vemos uma única manifestação no capitalismo – seja no momento em que o autor escrevia, seja atualmente – que nos force indagar a teoria marxista da transição, isto é, a ditadura

209Este é o mesmo questionamento que fizemos ao comentar de forma sumária alguns dos encaminhamentos estratégico presentes nos teóricos marxistas da dependência. Que ao analisar a particularidade latino-americana supõem a necessidade de uma revisão na teoria da transição presente na tradição marxista. Para ilustrar estas posições tomamos como referência um dos principais intelectuais e propagandistas da TMD no Brasil atualmente, Mathias Lucce, que defende abertamente esta necessidade. O autor levanta os seguintes questionamentos, à luz do balanço de Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra sobre o processo revolucionário em Cuba: “Neste momento, cabe trazer um conjunto de interrogantes a partir do exposto neste último tópico do capítulo: existe alguma virtualidade revolucionária na burguesia latino-americana? As tarefas democráticas podem ser entendidas como tarefas democrático-burguesas ou são, na verdade, tarefas democráticas realizadas por sujeitos revolucionários que são, na verdade, seu antagonista histórico? **Existem especificidades do ponto de vista da teoria da transição para transcender o capitalismo dependente?** O trânsito entre revolução democrática e revolução socialista (isto é, entre tarefas democráticas e tarefas transicionais propriamente ditas) se dá de maneira automática ou existem mediações entre dois momentos? Se as há, que relação estas mediações possuem com o tema do poder?” (LUCCE, 2018, p. 249). E, respondendo as indagações, reafirma a imagem de duas revoluções, a democrática como ante-sala da transição socialista. Comentando as posições de Marini e Vânia diz: “Saber identificar a relação entre revolução democrática e revolução socialista e como a primeira é encaminhada de modo a abrir caminho a uma fase superior da luta de classes é outro dos princípios leninistas em consideração. O livro de Vânia *La Revolución cubana: una reinterpretación*, bem como o prólogo de Marini ao mesmo e seu artigo “Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso constituem alguns exemplos de trabalhos em que ambos pautaram essa problemática. A militância política deles na época da Polop, apoiando a luta pela reforma agrária e a organização das Ligas Camponesas, bem como a militância de Vânia nos anos 1980 e 1990, ajudando a organizar a luta das mulheres no Brasil ou participando dos trabalhos pela regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Congresso Nacional expressam posições buscando a dialética entre reforma e revolução, divisando elementos que podem cumprir um papel-chave na fase democrática da revolução, com tarefas democratizantes que, sob circunstâncias revolucionárias, trarão em si algumas das sementes para o encaminhamento do tema do poder, tendo como horizonte a revolução socialista” (LUCCE, 2018, p. 236).

do proletariado como caminho ao fim da exploração dos trabalhadores. Para Oliveira, ao contrário, a atualidade na qual estava inserido sugeria à ele a necessidade de um caminho alternativo ao socialismo, que não fosse marcado pela ‘distorcida’ ideia de ditadura do proletariado. Em sua tese, a primeira coisa que os revolucionários deveriam ter em conta é exatamente o fato de que o governo socialista, embora deva garantir um conjunto de bandeiras exclusivas da classe trabalhadora, não deve ser reduzido à este. Deve-se ter em vista que socialismo é o ‘governo para todos’²¹⁰. Desta forma, socialismo para Francisco de Oliveira é apresentado como a democracia, e esta é compreendida como uma proposta política global que não deve ser comprimida à uma fração da sociedade, nem mesmo reduzida a uma democracia proletária. Este é o aspecto que além de garantir a integridade do processo (evitando reproduzir os descaminhos trilhados pelo socialismo na primeira metade do século XX) poderia assegurar a hegemonia dos ‘dominados’ dentro do processo de transição socialista.

É válido comentar de passagem como a negação da ditadura do proletariado e a identificação do socialismo ao ‘governo de todos’, isto é, como manifestação da vontade geral onde a centralidade proletária é pulverizada, enquadra a forma específica que o partido dos trabalhadores (uma estrela na constelação democrática) deveria erigir-se. A negação pelo partido centralizado e de quadros de tipo bolchevique (vulgarmente ilustrado como um partido-ônibus²¹¹) impõe a decisão de um partido de massas, que não seja um operador político que execute os interesses particulares de uma classe na sociedade, mas que abarque em si – harmonicamente acrescentaríamos – os interesses das mais diferentes manifestação dos ‘dominados’ (leia-se: a pequena-burguesia), sem nunca, sujeitar-se à anti-democrática tarefa de repressão ou subordinação de uma classe à outra.

Bem como Jorge Almeida expôs 5 anos mais tarde, o PT não sendo um partido do proletariado, não deveria sequer projetar uma “democracia do proletariado”, ou nos termos de Oliveira, encerrar-se em um governo de tipo

210Qualquer semelhança com o mote de governo do Partido dos Trabalhadores (“um país de todos”) não é mera casualidade, ao contrário, é um dos indicadores que explicitam a íntima conexão entre o resultado final e a ideia que o projetou.

211É interessante como o centralismo democrático é atribuído exclusivamente a Lênin, como se este não fosse uma tese contida nos textos de Marx e por Lênin desenvolvida. Conscientemente ou não, a atribuição do ‘partido de tipo bolchevique’ unicamente a Lênin, para além de romper a unidade das teses de Lênin e Marx, compõe parte dos esforços de “salvar” o Marx dos revolucionários soviéticos, isto é, faz remissão direta ou indireta ao movimento de converter o marxismo em uma teoria páida.

comunitas. Na mesma chave interpretativa, Almeida e Oliveira, apresentam um socialismo que deve garantir os interesses de todos os seguimentos da sociedade; desta forma, ao negar o papel dirigente do proletariado no processo revolucionário, aprisionando sua radicalidade aos limites dos bons costumes, visando harmonizar os mais contraditórios interesses de classe, terminam por arrefecer a radicalidade proletária, contendo-a e, exatamente por isto, abrindo o caminho para a resignação dos trabalhadores e sua subsequente derrota. É o que veremos em nossa última seção, o momento em que a realização da estratégia tecida longe de conduzir os trabalhadores à vitória socialista, atuou na direção de desarmar a classe trabalhadora ofertando terreno e matéria prima gratuitamente à reação. Há de se dizer, que mesmo reconhecendo a integridade das intenções presentes em ambos autores (que para nós servem como uma representação da consciência social deste tempo histórico), ambos sucumbem (e a classe como um todo) a uma propositura socialista pequeno-burguesa incapaz de dar cabo à superação da ordem do capital.

Para encerrar este ponto, é o caso de suscitar um último comentário tecido por Mauro Iasi a respeito de como a qualidade do socialismo petista está atada a identificação da incompletude do capitalismo no Brasil, que imporia a necessidade de reservar um papel estratégico a pequena burguesia, e, mais que isto, como o socialismo democrático, na ânsia de refutar qualquer autoridade (que não seja a hegemonia conquistada através do acúmulo de forças), concede aos antípodas do processo ‘revolucionário’ a liberdade de organização e oposição, visto que a *coexistência* de diferentes classes – mesmo estas sendo antagonistas (e quando falamos antagonistas isto contém uma determinação fundada no modo como elas se relacionam contraditoriamente na produção capitalista, onde a existência de uma presume a exploração de outra, tornando impossível qualquer consenso que não esteja marcado pela coerção e resignação) – não seria um problema na construção do socialismo no Brasil.

A sobrevivência desta aliança de classes mesmo na construção socialista indica que certas classes sobreviverão à “mudança política radical” que levou a classe trabalhadora a se converter em classe “hegemônica e dominante” no poder de Estado. O documento afirma que, nas condições do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, seria impossível que em um primeiro momento da sociedade socialista se possam “extinguir todas as classes sociais”. **A convivência entre estas classes é que remete a análise diretamente para a forma ‘democrática’ do socialismo proposto.** Segundo as resoluções, a permanência de diferentes classes no socialismo implica que, por um tempo, persistiriam “diferentes expressões

políticas na sociedade socialista”. A liquidação da burguesia como classe” não alteraria imediatamente a “sociedade civil”, uma vez que “grande parte das organizações da sociedade civil hoje existente continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto. Esta coexistência não seria antagônica à construção socialista, ainda que possa se expressar como “oposição”, devido ao caráter do Estado na contemporaneidade (IASI, [2006] 2012, p. 422-423).

Vê-se nitidamente como as exposições de Almeida e Oliveira não são marginais no interior do partido; ao contrário, após tomarmos o comentário de Iasi sobre as resoluções do Vº ENPT, vê-se como aquelas colocações estão em íntima conexão com o documentos partidários e os fundamenta. Neste momento, o/a leitor/a pode nos indagar questionando se realmente a pequena burguesia não cumprirá nenhuma função específica no processo de transição socialista e se todos os pequenos e médios capitais, bem como os grandes capitais, devem ser expropriados. Responderíamos tal questão da seguinte forma: este é um falso problema! Não existem condições de ditarmos de antemão quais extratos pequeno burgueses serão expropriados no dia seguinte de um processo revolucionário. Contudo, o que não se deve perder de vista é que o socialismo nada mais é que um processo de transição onde o proletariado detendo o poder – após sua tomada radical – dirige a expropriação dos expropriadores independente de sua magnitude e no ritmo mais avançado possível. Neste caminho, a dinâmica da transição não deve estar atada às veleidades de colaboração de nenhuma outra classe - que já não deve atuar como classe uma vez que deve ser reprimida e usurpada da possibilidade de decisão. Para o socialismo petista esta afirmação é inconcebível.

Diante de um Marx e Engels desfigurados, o melhor que podemos fazer é novamente conceder a palavra a eles. Vejamos como Engels compreende o lugar dos democratas socialistas e qual o dever do proletariado no processo revolucionário:

Querer abolir a autoridade na própria grande indústria equivale a querer destruir as fábricas de tecidos a vapor para voltar à roca (...). A autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social. Se os autonomistas se limitassem a dizer que a organização social do futuro restringirá a autoridade até o limite estrito de não comprometer as condições da produção, poderíamos entender-nos (...). Todos os socialistas estão de acordo em que o Estado político, e com ele a autoridade política, desaparecerá como consequência da próxima revolução social, quer dizer, as funções públicas perderão seu caráter político, sendo substituídas por simples funções administrativas, incumbidas de velar pelos verdadeiros interesses sociais (...). Uma revolução é, indubitavelmente, a coisa mais autoritária que existe, é o ato por meio do

qual uma parte da população impõe a sua vontade sobre a outra por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios tremendamente autoritários; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, deverá manter esse domínio pelo terror que suas armas inspiram aos reacionários. Teria a Comuna de Paris acaso durado um dia sequer, se não houvesse exercido essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não poderíamos, ao contrário, censurá-la por não se haver utilizado bastante dela? Assim, pois, de duas uma: ou os antiautoritários não sabem o que dizem, e nesse caso nada mais fazem do que semear a confusão, ou sabem, e nesse caso traem o movimento proletário. Num e noutro caso, servem a reação” (ENGELS, *apud* BAMBIRRA, 1993, p. 48-49).

A passagem de Engels é tão objetiva, tão clara, que por si mesma esgarça o contraste entre suas posições e aquelas que vimos comentando anteriormente. Contudo, há de se dizer a Engels que nem todos os socialistas estão de acordo com a destruição do Estado, nem todos os socialistas visam a substituição da função pública de caráter político por atividades administrativas orientadas pelos interesses sociais. Os socialistas que compunham o Partido dos Trabalhadores esforçaram-se por negar esta afirmação que outrora fora um consenso básico; positivando a política e o Estado, o socialismo petista defendeu a manutenção do Estado burguês como fim e meio para a realização da emancipação dos trabalhadores. Exatamente por isto esta passagem de Engels – famosa nos debates que o revisionismo suscitou – é tão oportuna. “Uma revolução é, indubitavelmente, a coisa mais autoritária que existe”; qualquer tentativa de esquivar-se desta definição exata do processo não faz mais que exercitar a retórica e arquitetar uma lógica desconexa da imanência da realidade. Não há um único exemplo histórico que autorize a defesa de um caminho pacífico ao socialismo, nunca, na história do movimento operário tomou-se efetivamente o poder sem recorrer às armas; ao contrário, todas as vezes que procurou-se chegar ao poder por um caminho alternativo a este, o movimento operário viu-se engendrado por derrotas. “Deverá manter esse domínio pelo terror que suas armas inspiram aos reacionários” (!), que abismo existe entre as colocações dos socialistas democráticos e a decidida afirmação de Engels. Defender a possibilidade de uma transição pacífica, marcada pela convivência harmônica entre as diferentes classes, onde a força militar do inimigo estaria neutralizada exclusivamente pela correlação de forças favorável ao bloco democrático e popular, é – para dizer o mínimo – um atalho para a derrota²¹².

212 Dissemos que algumas das colocações que alicerçam a EDP fundam-se no resgate de militantes e intelectuais legados à marginalidade, bem como Kautsky e Bernstein, em função de suas posições no interior da IIª Internacional. Seria interessante dar voz ao que Lenin comenta em um de seus textos (*como Kautsky transformou Marx num vulgar liberal*) sobre as posições destes autores,

Bem como Engels, compreendemos que independentemente da intenção contida nestas propostas, estas em sua dimensão concreta servem como alavanca da reação. Como dissemos, não há nenhum fenômeno na realidade – ao ser analisado para além de sua feição aparente e ao submetê-lo às determinações da luta de classes – que nos sugira a possibilidade de uma tomada do poder do modo a flexibilizar as bandeiras do proletariado, a tergiversar com caminhos acrobáticos e comportados a necessidade da derrubada violenta do Estado burguês e a construção de um novo Estado, o estado que já é um *não estado*, leia-se uma ditadura revolucionária do proletariado. É inconcebível supor que a garantia do poder político – ou da hegemonia dos trabalhadores – se fará de modo a harmonizar os interesses das diferentes classes sociais presentes no metabolismo capitalista, dentre elas a grande burguesia. Qualquer defesa nesta direção, além de anticientífica, corrobora por semear a confusão e conduz o proletariado em uma direção onde seu movimento de ‘avanço’ é um sintoma de sua retração real, isto é, aquilo que era compreendido como termômetro de vitórias, é na verdade o indicador da trajetória do movimento operário para sua dissolução e seu subsequente reencontro com a primeira forma de consciência, e portanto a sua fragmentação enquanto classe. Em palavras simples, a defesa de uma estratégia gradualista e democrática dirige o proletariado a sua derrota histórica. E, do interior desta sedimentação do movimento operário a estratégia democrática – fundada em sua crença na conquista dos espaços institucionais – engendra as condições históricas que abrem caminho à reação em suas manifestações mais espúrias, bem como as posições abertamente fascizantes presente na pequena burguesia, que atravessa (não poucas) frações da classe trabalhadora, habilmente assimiladas aos interesses do grande capital.

...

que são comuns àqueles que procuram um caminho a negar a ditadura revolucionária do proletariado: “Resumindo: Kautsky deturpou da forma mais inaudita o conceito de ditadura do proletariado, transformando Marx num vulgar liberal, isto é, desceu ele próprio ao nível do liberal que lança frases vulgares acerca da “democracia pura”, escondendo e esbatendo o conteúdo de classe da democracia *burguesa*, esquivando-se acima de tudo à *violência revolucionária* por parte da classe oprimida. Quando Kautsky “interpretou” o conceito de “ditadura revolucionária do proletariado” de modo a fazer desaparecer a violência revolucionária por parte da classe oprimida contra os opressores, de facto bate recorde mundial da deformação liberal de Marx. O renegado Bernstein não é mais que um fedelho em comparação com o renegado Kautsky” (LENIN, [1918] 1980, p. 14).

Comentamos até aqui aqueles elementos que julgamos essenciais para ilustrar o envolvimento geral que constitui o processo de constituição da EDP, além de traçar algumas das principais leituras que arquitetam o ser da estratégia. De passagem, entendemos como oportuno vir comentando criticamente posição por posição daquelas colocadas pela interpretação que erigiu a EDP. Quisemos não nos encerrar exclusivamente nos documentos partidários, embora estes nos serviram de principal referência – uma vez que ali se condensam as sínteses propostas pelo movimento operário em seu operador político – buscamos apresentar algumas sínteses produzidas por alguns dirigentes e intelectuais do período histórico, aqueles que julgamos representativos da consciência social deste momento. Desta forma, ao mesmo tempo em que este capítulo contém elementos de apresentação dos objetos analisados, optamos por manifestar conjuntamente algumas de nossas conclusões, antecipando-nos. Como dissemos no início, ao nosso entender o movimento de realização da EDP obedece – tal como o movimento da social-democracia em geral – três grandes momentos, sendo eles o momento “com” a classe, o momento “pela” a classe e, “contra” a classe, esse seria também o movimento que caracteriza o processo de transformismo da organização em si. Julgamos ter demonstrado de modo geral como a EDP é construída e, até este momento, como sua principal organização comportava-se em unidade orgânica à sua classe, sem desta se distanciar. Entendemos que o movimento de adoção das linhas mestras da EDP e sua realização no cotidiano da luta de classes a partir da segunda metade da década de 1980, imperativamente conduziu o Partido dos Trabalhadores à ação ‘pela’ classe e ‘contra’ a classe, de modo não apenas a pavimentar o caminho da reação, mas desta participando de modo direto. Em nossa última seção buscaremos discutir o objeto em duas dimensões: descrever sumariamente o modo como a ação ‘pela’ classe se manifesta – fazendo remissão contínua às suas raízes, para que não nos esqueçamos que a ‘traição’ de classe está contida no receituário estratégico – e como, no curso de acumulação de força e conquista dos espaços políticos, o segundo (dada a magnitude que este ocupa nos caminhos propostos) termina por converter-se em uma ação ‘contra’ a classe. É aqui que retornamos aos lineamentos gerais que enquadram nosso período histórico e passaremos efetivamente às considerações finais de nosso trabalho. Esperamos, ao final, dialogar com as primeiras provocações apresentadas na introdução deste trabalho, dando a elas algo mais que a angústia de uma aparência fatalista, que reapresenta regularmente

como solução uma reedição radicalizada dos mesmos fundamentos que nos trouxeram até aqui.

4.3 'PELA' CLASSE E 'CONTRA' A CLASSE – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA EM SUA REALIZAÇÃO.

Nos países onde esses erros tão graves são cometidos, o povo mobiliza suas legiões, ano após ano, para conquistas que lhe custam imensos sacrifícios e que não tem o mínimo valor. São apenas pequenas colinas dominadas pelo fogo cerrado da artilharia inimiga. O nome delas são parlamento, legalidade, greve econômica legal, reivindicações por aumento salarial, Constituição burguesa, libertação de algum herói popular. E o pior de tudo é que para ganhar estas posições têm de intervir no jogo político do Estado burguês e, para obter a autorização de entrar neste jogo perigoso, é preciso demonstrar que atuará dentro dos estritos limites da legalidade, que é bonzinho, que não representa perigo, que não passará pela cabeça de ninguém assaltar casernas ou trens, nem destruir pontes, nem punir os carrascos e os torturadores, nem ir até as montanhas e erguer com o punho forte e definitivo a única e violenta afirmação da América: a luta final por sua redenção (GUEVARA, 1981, p. 56-57).

Conversamos até aqui sobre como no interior do entre-ciclos a classe se funde novamente, rompendo sua serialidade e convertendo-se em uma classe cujo objetivo concreto de sua ação é o socialismo. Esta mesma classe em seu movimento de luta contra a ordem compreende a necessidade de construção de suas ferramentas organizativas com as quais deveria trilhar seu caminho; o nascimento do PT e das mais diferentes formas organizativas que pululam na década de 1980 são expressões da objetivação da consciência de classe da fração proletária brasileira, que o faz de modo determinado, espelhando o quadro cultural e político de sua época. Incide nesta visão de mundo da classe dois principais acúmulos políticos que visavam superar as experiências pretéritas, qual seja os balanços políticos do MCI – figurados naquilo que conhecemos como eurocomunismo – e, especialmente, a leitura da realidade brasileira. O encontro

destas duas matrizes interpretativas resulta, como vimos, na conclusão de um caminho específico para um tipo particular de socialismo, o socialismo democrático – que buscava diferenciar-se radicalmente das experiências revolucionárias que naquele momento viam-se em claro declínio.

Nesta direção, o PT ao longo de seu primeiro decênio de existência, atuou organicamente à classe e não nos parece haver nada que nos autorize descreitar esta afirmação; melhor seria dizer que a classe se movimentava através de sua organização cristalizada no Partido dos Trabalhadores, desta forma, para nós, não há para este momento um estranhamento entre classe e partido, por isto, dentro do enquadramento da evolução da EDP, compreendemos este primeiro período como o momento em que o PT age “com a classe”. Neste agir orgânico a classe produziu seus lineamentos estratégicos, abstraiu e analisou o real com seu instrumental, e deste depreendeu uma estratégia correlata às suas conclusões, a Estratégia Democrática e Popular²¹³.

Vimos que a EDP, após dissecar a sua maneira a formação social brasileira, a estrutura de classes e sua particular compreensão sobre a superestrutura, conclui pela incompletude do capitalismo no Brasil e termina por particularizar aspectos que são universais do capitalismo, especialmente naquilo que se refere ao aspecto violento da dominação burguesa, como se este fosse uma manifestação retrógrada, um vício colonial, e não a regra da dominação política no capitalismo contemporâneo, supondo com isto, a existência de uma democracia restringida – que é incapaz de conviver com a participação política dos ‘de baixo’-, contraposta a modelos mais ‘saúáveis’ de dominação burguesa, supostamente mais amplas. O resultado prático destas inversões foi o direcionamento da luta política numa dada

213“Vejam os quais seriam os aspectos formais e os mais fundamentais da formulação Democrática e Popular e até que ponto temos mudanças e permanências. Pelo que foi exposto os elementos que embasam a proposta democrática popular seriam: a) uma caracterização do Brasil como tendo um desenvolvimento capitalista no qual se reproduzem desigualdades regionais e sociais e que é marcado pela marginalização dos setores populares do espaço político; b) Um Estado Burguês que historicamente assumiu uma feição predominantemente coercitiva e que com a abertura democrática abre a possibilidade de uma real ampliação da política para os “de baixo”; c) a impossibilidade de uma passagem imediata ao socialismo o que implica em uma política de acúmulo de forças; d) este acúmulo de forças se fundamenta na organização das demandas populares a serem apresentadas tendo por eixo um programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário que ao se chocar com o caráter autocrático do Estado Burguês levaria a uma ruptura (em uma aproximação), ou que devido ao fortalecimento da sociedade civil poderia levar gradualmente a um conjunto de reformas que superariam o capitalismo (em outra); e) o terreno desta luta seria o da democracia e os principais instrumentos seria as lutas sociais e a participação nas eleições que combinadas levariam, numa determinada alteração na correlação de forças, a chegar a pontos institucionais que poderiam desencadear as reformas radicais” (IASI, [2012] 2017, p.307).

direção, aquela que novamente indicava a impossibilidade de consecução do socialismo no Brasil, e impunha como regra um caminho alternativo para a conquista do poder político pelos trabalhadores.

A classe e seu operador político, portanto, ao mobilizar seu instrumental teórico indicou como caminho ao socialismo a conquista da democracia como um preâmbulo incondicional para se alcançar o objetivo estratégico. A democracia burguesa e a conquista de espaços institucionais em seu interior, combinada com a permanente mobilização dos trabalhadores, aparecia como o terreno de luta que indicava a condição de alterar a correlação de forças, de neutralizar a burguesia monopolista, converter-se em classe hegemônica e “impor” o projeto político dos trabalhadores e do bloco democrático em geral. Assim, a ideia de uma etapa democrática como antessala da luta socialista condicionou a ação política dos trabalhadores (mesmo que apresentada com inúmeras mediações que esperavam superar uma estratégia ‘etapista’).

O tatificar desta estratégia, como vimos, passou necessariamente por reservar as disputas eleitorais um peso decisivo para a evolução dos acontecimentos. Da conquista da institucionalidade burguesa dependia o futuro do socialismo, visto que seria nos termos da ordem que a classe, pouco a pouco, acumulando forças, iria tornando-se hegemônica e imprimindo gradualmente as derrotas ao capital monopolista, caminhando, desta forma, ao socialismo²¹⁴. É assim que as eleições em geral e as presidenciais em particular irão ocupar lugar central na evolução da EDP, é a partir disto que a tática vai convertendo-se em um objetivo estratégico, um direcionamento ensimesmado, uma ação que começa pouco a pouco se desprender da classe trabalhadora, atuando “por” ela, distanciando-se dela, até converter-se em puro fisiologismo, em uma ação “contra” a classe, desorganizando-a e cindindo os laços orgânicos entre a classe e entre esta e seu

214 “A leitura enviesada daquele evento [a Revolução Soviética], por muitos partidários da estratégia democrática, repousa sobre uma concepção da disputa política como tendente à conciliação de interesses, na qual o Estado é visto como lugar privilegiado para sua expressão. Essa concepção pressupõe o compromisso com o respeito à institucionalidade vigente por parte de todos os adversários. Assim, caso o proletariado não avance o sinal, não tente “golpes” de mão, respeite os acordos e consensos estabelecidos em torno da institucionalidade democrática vigente, os outros segmentos também o respeitarão e ele poderá chegar, paulatinamente, à direção daquele mesmo Estado. Dando-se as devidas garantias aos demais atores políticos quanto ao compromisso em não quebrar as regras do jogo, espera-se que eles também não as quebrarão. Qualquer quebra na institucionalidade cai na conta da esquerda, e as acomodações da esquerda à ordem costumam ser apresentadas como necessárias para levar à frente a conquista progressiva de espaços” (NEVES, 2020, p. 266) .

operador político, pavimentando, pois, o caminho à reação.

Queremos dizer que o produto final degenerado que conhecemos hoje está em íntima conexão aos lineamentos que foram projetados enquanto caminho estratégico. Ao projetar a democracia e a participação direta nesta como caminho mais consequente à conquista do socialismo, este, muitas vezes confundido com a própria democracia burguesa, a EDP aprisionou forçosamente sua potencialidade histórica aos termos da legalidade e não encontrou outra alternativa senão obedecer as regras do jogo, isto é, dançar conforme os termos das disputas eleitorais. Isto ditou o sentido de cada inflexão do PT de 1989 até a 2002, quando a EDP chega ao seu mais alto ponto de desenvolvimento.

Não retomaremos de modo detido cada cenário político eleitoral experimentado pelo PT desde 1989 até sua chegada ao governo federal em 2002. Acreditamos que este trabalho já está realizado de modo exemplar por uma de nossas interlocutoras, Isabel Mansur em sua já referida tese, bem como por nosso pioneiro Mauro Iasi. Cabe apenas dizer que a cada derrota eleitoral se reafirmava no interior do partido a necessidade de profissionalização de seus militantes no sentido da conquista da institucionalidade, em cada ENPT, em cada Congresso do partido, novas inflexões sucederam, as palavras gradualmente foram metamorfoseando-se, se ajustando nos termos de um enfrentamento reformista de baixa intensidade, o trabalhador converteu-se em povo brasileiro, o signo proletariado converteu-se na abstração cidadão, diluiu-se pouco a pouco o enfrentamento ao capitalismo em geral para o combate pontual a uma de suas manifestações, o neoliberalismo²¹⁵; de

215 “Avaliando a situação internacional, é indicado que o colapso do regime do Leste Europeu não seria um crepúsculo somente do —stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista (p. 483), mas de tudo que havia sido construído pelo movimento socialista, desde a Revolução de 1917. Logo, era preciso reconhecer o esgotamento do ciclo das revoluções e os ideais revolucionários passavam a figurar, para o partido, como —fonte de inspiração. Devido à incapacidade de resolver questões como a —liberdade individual, a democratização das relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza, as revoluções, ainda que tivessem expropriado o capital e proporcionado avanços —políticos e sociais, não mais se constituiriam como —ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo (p. 483). Incorporando uma dimensão ecológica e ética para a autodeterminação e a soberania dos povos, o documento firma posição em relação aos resultados para os países do —Terceiro Mundo, de —mais de uma década de estagnação (p. 488). Também seriam apontadas as consequências, para a América Latina, das políticas de ajuste do FMI, do neoliberalismo e da intervenção norte-americana — quer fosse pela pressão militar ou pela dolarização. O impasse histórico do capitalismo na região e a incapacidade do neoliberalismo e das elites locais em formularem soluções exigiam da esquerda a apresentação de um projeto emergencial de desenvolvimento (p. 489) que compatibilizasse modernização e demandas populares. Tonalizando a disputa em torno de uma contraposição ao neoliberalismo e de desenvolvimento inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários, além de ser comprometido com a nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica. A democratização

passagem, neste minguar das palavras de ordem, naturalmente, o projeto de uma constituição da nação através de um plano de desenvolvimento ganhou centralidade, o desenvolvimentismo (intimamente conectado com os diagnósticos do anos 1980²¹⁶) converteu-se na força motriz do projeto estratégico. O socialismo, outrora defendido com menos discricção, confundiu-se definitivamente com a *revolução democrática*, converteu-se em um estado de espírito que insufla os militantes para uma prática aguerrida na direção de sua negação. No torpor de conquista da democracia, legando especial atenção à conquista do governo federal, as alianças alargaram-se, daquele já problemático leque de alianças orgânicas que subsumia o proletariado ao ritmo pequeno burguês, estendeu-se as alianças aos burgueses de qualquer tamanho, desde que minimamente ‘comprometidos’ com o fetiche do desenvolvimento.

De modo sumário vejamos como IASI coloca a questão:

Quando analisamos mais detidamente a afirmação, percebemos que se trata do mesmo Estado burguês na forma “democrática”, com todos os seus princípios tornado universais (ordenamento jurídico como fundamento das relações, liberdades civis, democracia representativa combinada com formas de democracia direta, legitimação da maioria, respeito às minorias e alternância de poder), as famosas “regras do jogo”, tal como define ninguém menos que Noberto Bobbio e que foram invocadas pelo ex-presidente Lula em seu discurso recente. A diferença é que essa máquina política seria, agora, liberta da “coação do capital”.

O problema é que, se essas concepções navegam em um inevitável terreno de abstrações, na situação concreta da possibilidade de chegar ao governo do Estado burguês, elas ganham materialidade. A principal alteração na operação da estratégia surge exatamente da possibilidade de chegar ao Governo Federal antes que o trabalho da “pinça” estivesse avançado o suficiente para criar uma correlação de forças que permitisse implementar o programa anunciado.

Tal dilema se expressa em algumas perguntas: É possível, mesmo nesta situação, chegar ao governo? É desejável? Caso se chegue, é possível se manter, isto é, não ser derrubado por um golpe? A forma como forem respondidas essas questões é a chave para a compreensão de nosso tema. Depois de definir que era possível por conta da crise econômica, das contradições dos governos burgueses de plantão etc. e que era desejável, a discussão se centra nas condições para se manter no governo.

O sentido geral dessa equação resolveu-se da seguinte forma. É possível chegar ao governo mesmo sem a correlação de forças necessária, mas isso implica que não seria possível implementar o programa anti

do poder (p. 489) devia buscar reverter —o fluxo de capitais do Norte para o Sul (p. 490) e solucionar definitivamente a questão da dívida externa. O PT, em face de um novo socialismo, deveria, portanto, estreitar o diálogo com —partidos de esquerda, socialistas e democráticos, especialmente com aqueles programaticamente mais próximos (p. 492) de sua concepção estratégica” (MANSUR 2018, p. 135-136).

216 Ver Rodrigo Castelo no texto *O mesão, a escola e o partido: em busca das origens da estratégia democrático-popular*, artigo inserido no livro *A estratégia democrático popular – um inventário crítico*.

latifundiário, anti-imperialista e antimonopolista, o que significaria seguir o acúmulo de forças numa situação privilegiada de poder por se encontrar no governo.

Neste ponto, a operação da estratégia se torna complexa, pois a chegada no governo significava, no desenho anterior, a possibilidade de desencadear o programa democrático popular e, diante da impossibilidade de executá-lo em sua integridade no interior da ordem burguesa, até pela resistência óbvia dos segmentos conservadores, completava-se já no quadro de uma ruptura em direção ao socialismo. Agora, no novo contexto, trata-se de seguir a acumulação de forças utilizando-se do espaço de governo, para depois buscar este desfecho, mas para isso, é preciso e é essencial permanecer no governo e a única forma de fazê-lo era não implementar os eixos do programa e sua radicalidade para não despertar a reação das classes dominantes.

A forma do Estado proposta aos termos desse dilema se resolvem, no andar da carruagem, na equação que conduziria à inflexão moderada: rebaixar o programa, ampliar as alianças, ganhar as eleições e garantir a governabilidade.

Durante todo o tempo em que, nas novas condições apresentadas, o PT levasse o processo de acúmulo de forças para uma situação de governo, o Estado burguês não interviria no sentido da interrupção do processo, uma vez que o PT estaria comprometido a respeitar as regras do jogo.

Acontece que as regras não dizem respeito apenas ao tabuleiro político. O jogo principal se dá na luta de classes e em seu terreno que são as relações sociais de produção e as formas de propriedade, aí estão as principais regras que a burguesia quer ver respeitadas. O equilíbrio não estaria, portanto, apenas na aceitação explícita de que ninguém estaria disposto a chutar o tabuleiro da acumulação capitalista, ou, nas palavras do jovem Genoíno, “moldando as exigências de mudanças a um esquema de representações significativas que não abalem os alicerces das relações sociais determinadas pelo conservadorismo”, diríamos nós, determinadas pela forma capitalista de produção e a sociabilidade burguesa que dela deriva” (IASI, [2016] 2017, p. 366-367)

Em termos genéricos, a execução das diretivas da EDP impôs um movimento ao PT onde este passou a atuar em representação da classe, isto é “*pela classe*”, cindindo os laços orgânicos entre o partido e classe; e, além disso, educando-a numa direção onde ao contrário de afirmá-la como sujeito ativo do processo revolucionário a convertia em um espectador cidadão, que era convidado à legitimar seus interesses através das urnas de tempos em tempos²¹⁷. É o que nos afirma Przeworski quando diz que “Os líderes tornam-se representantes. Massas representadas por líderes – eis o modo de organização da classe trabalhadora no seio das instituições capitalistas. Dessa maneira, a participação desmobiliza as massas” (PRZEWORSKI, 1989 : 27 *apud* IASI, [2013] 2017, p. 346). Podemos dizer

217 “A classe molda o comportamento dos indivíduos tão somente se os que são operários forem organizados como tal. Se os partidos políticos não mobilizam as pessoas como operários, e sim como ‘as massas’, o ‘povo’, ‘consumidores’, ‘contribuintes’, ou simplesmente ‘cidadãos’, os operários tornam-se menos propensos a identificar-se como membros da classe e, conseqüentemente, a votar como operários. Ao estender seu apelo político às ‘massas’, os social-democratas enfraquecem a importância geral da classe como determinante do comportamento político dos indivíduos” (PRZEWORSKI *apud* IASI, [2006] 2017, p. 534).

com muita tranquilidade, de modo a reatar nossa primeira afirmação neste capítulo, que no curso dos acontecimentos, em razão direta da centralidade da conquista de democracia como caminho ao socialismo (e este, por sua vez, calcado na leitura da formação social brasileira que particulariza elementos universais), o PT corporificou uma nova síntese histórica ao conceito de *transformismo* enquanto única possibilidade resultante da disputa do Estado, convertendo-se em uma mosca cavaliária, morrendo ingloriosamente, como enquadrado por Gramsci; a moeda de troca pela conquista da institucionalidade é, e seguirá sendo, necessariamente a alienação da autonomia de classe, como pudemos comprovar na história recente do Brasil ou nas mais variadas experiências das frações proletárias no mundo.

Desta forma, no interstício de 1989 e 2002, o PT evolui gradualmente para uma expressão social estranha a classe, ensimesmada em seus interesses privados que conduzia suas ações de modo a legitimar o sistema que um dia pretendeu destruir (mesmo que por caminhos duvidosos). No corolário de seu desenvolvimento, a EDP manifestava-se da seguinte forma:

O partido estava finalmente adequado às tarefas da “nova estratégia”, e o caminho estava aberto para a ampliação das alianças e a moderação programática que se consolida no 12º Encontro. Ironicamente a política real de alianças, no contexto das eleições de 2002, ameaçava ser ainda mais restrita do que aquela que se efetivou em 1994, e ainda mais do que a de 1998. Finalmente, o Encontro autoriza o partido a buscar alianças com a burguesia, vendo esta classe empenhada em dar continuidade à desastrosa candidatura de Serra, muito mais confiável aos seus olhos. Quando não se tem acesso à coisa mesma, costuma-se utilizar um símbolo, um fetiche. No lugar da burguesia nacional foi colocado, para consagrar a aliança que funda o novo contrato social, o empresário José Alencar, do Partido Liberal. Mas se a burguesia mesma não se fez representar, a não ser por um de seus indivíduos, seus interesses estavam mais que garantidos. Não apenas pela “previsibilidade” das mudanças, a promessa de crescimento econômico, o respeito aos contratos, a ausência de qualquer medida de caráter socialista, mesmo como horizonte desejado, mas fundamentalmente porque mais uma experiência da classe trabalhadora havia completado um ciclo. A história se repetia, não mais como a tragédia da Revolução Alemã de 1918, ou como a ousadia popular do Chile, ou os equívocos e ilusões com a revolução democrática do PCB, mas com tons cada vez mais próximos da farsa, como um circo mambembe que, de tanto repetir o drama, acaba adquirindo aquele ar desbotado de falta total de novidade” (IASI, [2006] 2012, p. 515)

Entende-se, portanto, que a descaracterização daquilo que conhecemos nos anos 1980 não é obra de nenhuma traição apenas, e sim da realização decidida dos pressupostos gerais da EDP. É importante ter este aspecto bastante claro para que não tenhamos uma leitura imediata da crise do movimento operário em sua

contemporaneidade; insistimos na afirmação de que o PT e a transformação da classe como um todo, em um reencontro com sua consciência resignada, é – contraditoriamente - o ponto de chegada de uma estratégia que buscava a superação da dominação capitalista. Assim, a despeito das intenções dos indivíduos que hoje buscam justificar de modo proselitista as escolhas assumidas ao largo da trajetória petista, para resgatar imediatamente um suposto núcleo saudável da estratégia que animou a classe no último ciclo, entendemos que a EDP foi realizada de modo rigoroso e aqueles que esperam responder as razões de nossas mazelas atuais centrados em críticas como rebaixamento ou abandono do projeto inicial perdem de vista que estes movimentos (rebaixamento/abandono) estão contidos enquanto arco de possibilidades que foram delimitados estrategicamente – se fossemos obrigados a flexibilizar um pouco nossa posição recuaríamos dizendo que o que se pode discutir no interior deste arco de possibilidades encetado pela EDP redonda unicamente na discussão da intensidade do reformismo posto em prática (alta ou baixa) e não sua capacidade de conduzir a luta política na direção da superação da sociabilidade burguesa. Isto porque, entendemos que uma vez centrado a ação de classe na conquista da democracia como caminho ao socialismo o único cenário verossímil a esta estratégia é aquilo que acompanhamos na experiência petista em particular, que como vimos ao largo de toda nossa exposição, fora partilhado pelas mais distintas manifestações do oportunismo na história do movimento operário em geral, a saber: uma estratégia democrática como a antessala da derrota política da classe trabalhadora.

Chegamos no momento de nosso texto onde algumas afirmações precisam ser atadas, a fim de encerrar nossa aproximação ao objeto. Afirmamos ao largo do texto, em consonância as colocações de Victor Neves, a imagem de uma dupla tática da burguesia mundial no pós IIª Guerra²¹⁸, onde, por um lado, em espaços

218“Esse potente crescimento dos comunistas em nível mundial (note-se que por ora estou tratando os comunistas como um bloco homogêneo – trata-se de primeira aproximação ao objeto, a ser enriquecida posteriormente) teve como contramovimento burguês a abertura da chamada Guerra Fria, que se traduziu, inclusive militarmente, no alinhamento de todos os principais Estados burgueses do mundo, sob hegemonia norte-americana, aparentemente contra a URSS, mas, mais profundamente, contra a expansão do socialismo (CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 446). Podem-se tomar como marcos inaugurais o famoso discurso de Churchill em março de 1946 – em que acusa a União Soviética de ter descido uma cortina de ferro cortando a Europa do Báltico ao Adriático –, a proclamação da “doutrina Truman” em março de 1947 ou a criação da OTAN em 1949, já que os três apontam na mesma direção, que é esta: no contexto do segundo lustro dos anos 1940, as frações nacionais imperialistas da burguesia europeia, enfraquecidas pela guerra em que se meteram e alarmadas pela aparente possibilidade de revolução socialista europeia – já que tinham diante de si

reduzidos e localizados da Europa esta operou através de recuos táticos, buscando acomodar as tendências revolucionárias do proletariado (e não de suas direções, já recuadas em seu revisionismo) nos termos de um capitalismo ‘de bem estar’ que se apresentasse como capaz de garantir as mínimas condições de existência à classe trabalhadora – vimos que além de arrefecer o termômetro da luta em alguns pontos localizados da Europa, este recuo espelhou uma ideologia do desenvolvimento em nível internacional, alimentando uma esperança civilizatória no próprio capitalismo. Por outro lado, de modo combinado à sua atuação no centro do sistema, a burguesia mundial orquestrou sem reservas de esforços o terror sobre todas as frações proletárias do mundo, exterminando, torturando e credenciando sua vitória política e militar sobre a classe trabalhadora²¹⁹. O objetivo estratégico que se colocava estava claro: vencer a revolução mundial. Estamos convencidos de que nessa luta encarniçada entre as classes a burguesia triunfou e a revolução mundial no século XX viu-se frustrada²²⁰.

organizações nacionais do proletariado fortalecidas e temperadas militarmente pela batalha na Resistência –, aderem à liderança da fração burguesa norte-americana no sentido de conter o avanço comunista. Essa adesão, inscrita na dinâmica mais geral de um deslocamento na relação de forças interimperialista, resultou na instauração de uma frente mundial contrarrevolucionária (CLAUDIN,[1970] 1986, p. 447) liderada pela burguesia norte-americana e operada política e militarmente através de seu Estado, que experimentara formidável fortalecimento econômico e militar durante a guerra e detinha, naquele momento, o monopólio da bomba atômica. O estabelecimento dessa frente marcou o início de uma cautelosa, mas firme e concertada, movimentação internacional da classe burguesa no sentido de apassivar ou neutralizar politicamente as frações nacionais do proletariado em países capitalistas, abrindo o período que Florestan Fernandes chamou de contrarrevolução em escala mundial ([1980] 2011, p. 158) ou contrarrevolução preventiva generalizada ([1980] 2011, p. 75), que combinou, em escala planetária e de forma articulada no espaço e no tempo, componentes coercitivos e consensuais” (NEVES 2019, p.307-308).

219 Mesmo que isto tenha significado emular os trabalhadores politicamente e ser derrotada em determinados locais da luta mundial, caso por exemplo do Vietnã. Ao largo de longas conversas de orientação na produção deste trabalho, sempre fui advertido de que este é um ponto sensível a ser olhado com mais atenção: como afirmar a derrota do movimento operário a nível mundial em uma época histórica em que sucediam revoluções no Terceiro Mundo? Valido muito esta indagação e não tenho de imediato uma resposta completamente meditada sobre o assunto, mas tendo a compreender estas manifestações revolucionárias terceiro mundistas como uma reação à ofensiva colonial imperialista no pós guerra (nos marcos de sua estratégia para a derrota da revolução socialista mundial) que se orientavam – em larga medida – nos termos de uma estratégia democrática nacional em tons de radicalidade absolutamente adversos daquilo que conhecemos no Brasil, mas ainda assim imbuídos de uma leitura democrática e nacional (pensem o Chile, por exemplo, ou nas exposições à Tricontinental em Cuba). Suas vitórias representaram sem dúvidas marcos fundamentais da experiência do proletariado na luta revolucionária do século XX, das quais não podemos abrir mão, mas ao olharmos em um ângulo da totalidade da luta de classes, internacionalmente portanto, o que se viu foi um recuo do movimento operário. É como se ao analisarmos o mundo como um campo de guerra, determinados territórios foram conquistados por nós, mesmo no bojo de uma ofensiva implacável do inimigo que comprimia cada vez mais nosso espaço de atuação, até o momento do cerco final – corado democraticamente.

220 Há de se fazer uma ponderação ao leitor: ao largo de todo nosso trabalho atemo-nos aos descaminhos resultantes das formulações por nós (enquanto classe) tecidas. Isso pode parecer que

Porque retornar a este ponto neste momento? Entendemos que o terror aberto que se generalizou no pós IIª Guerra contra todo o movimento operário, após realizar sua tarefa, encontrou um ponto de esgotamento. Independentemente da caracterização deste momento como fascismo ou não, enquanto bonapartismo ou não, parece-nos que podemos restituir o sentido da violência aberta alavancada pelo capital como uma mediação fundamental à burguesia quando seus mecanismos de dominação democrática se esgotaram e precisam ser rerepresentados em novos-velhos termos, assim como nos informavam as análises de Talheimer. De tal forma que, por exemplo, as ditaduras empresarial-militares na América Latina podem ser entendidas como uma ação tática na direção de restituição dos melhores termos para a dominação burguesa, isto é, uma espécie de negação da democracia para sua rerepresentação legitimada. Posto de outro modo: a objetivação concreta da violência generalizada do capital contra o trabalho suplanta a democracia burguesa para torná-la novamente atual, para rejuvenescer a onírica ideologia liberal. Ao que nos parece, o final dos anos 1980 no Brasil e no mundo, a estratégia burguesa encontrava seu ponto de chegada, rerepresentando ideologicamente a democracia como a forma mais sofisticada de sociabilidade. Atualizando aquilo que Lenin já nos advertiu: a democracia é a melhor forma de dominação para a burguesia²²¹.

É fundamental ter isto em conta uma vez que ao olharmos para o movimento operário no Brasil e o modo como ele se conduzia, na perspectiva de conquista da democracia como via de execução (ou em identidade) ao socialismo, vemos como ao contrário de emular os trabalhadores para uma destruição dos termos burgueses de sociabilidade (que implica, dentre outras coisas, a destruição da democracia

olhamos o objeto exclusivamente sob um único ângulo, isto é, abstendo-se do exame mais detido dos movimentos de nosso inimigo sejam políticos, sejam econômicos – como o processo de reestruturação produtiva, por exemplo. Há de se considerar, portanto, que nossas derrotas não são exclusividade de nossos erros teóricos e práticos, também são expressões dos movimentos da burguesia, que ao largo de todo este período atuou conforme seus interesses, com suas próprias táticas, antecipando-se e dirigindo suas ações estrategicamente contraposta aos interesses do proletariado em geral. Victor Neves, comentando os balanços críticos feitos à EDN, por exemplo, nos lembra como podemos ser extremamente duros com os nossos pares ao mesmo tempo que aliviemos nossas análises sobre os ataques contínuos de nosso antípoda direto, a burguesia enquanto classe mundial atuando em suas frações nacionais – Ver: *Lendo Lênin pela lente democrática: a recepção de seu pensamento e o problema da estratégia revolucionária* (NEVES, 2020).

221 Não é preciso insistir mais uma vez que quando afirmamos a democracia burguesa como a melhor forma de dominação para a burguesia, não olvidamos um só segundo que isto presume mecanismos legais e legitimados socialmente de repressão e contenção do movimento operário.

burguesa), a EDP, calcada em suas formulações teóricas, terminou por contribuir com a realização da estratégia burguesa, é claro, em sua dimensão nacional brasileira. Isto não nos parece menor, ao contrário, imersa em suas certezas equivocadas a EDP cimentou os termos de seu esgotamento e, o fez, de modo a esforçar-se por consolidar a democracia burguesa no Brasil enquanto condição inescapável para a luta ao socialismo.

É aparentemente antitético, porque de fato o é, dizer que no exato momento em que o movimento operário brasileiro se funde em uma classe cuja finalidade é superar o capital, termina, em função de suas sínteses e ações práticas, pavimentando o caminho para a consecução da estratégia global da burguesia de triunfo sobre a revolução mundial no século XX²²².

222 Por caminhos diferentes, visto que não mobilizamos o categorial de Florestan Fernandes em nossas análises, supomos chegar a mesma conclusão que nosso principal interlocutor, Mauro Iasi. Vejamos: “No caso brasileiro a situação ainda é pior, pois o preço da governabilidade e do aparente sucesso do governo é o desarme as condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital. O que presenciamos aqui é, paradoxalmente, o fato que a experiência do PT se não levou à meta socialista suposta inicialmente, cumpriu factualmente uma outra tarefa: encerrou o ciclo de consolidação da revolução burguesa no Brasil. Como vimos, o problema da burguesia e da ordem burguesa dado o caráter dependente e associado do capitalismo em nossa formação social era o estreito limite em que a classe dominante poderia operar sua hegemonia. Nos termos apresentados por Florestan, a burguesia precisava legitimar sua ordem para além dos limites estreitos do pacto burguês/oligárquico, construindo as condições de uma “hegemonia externa” em relação a este círculo, o que implicava a incorporação dos de baixo. A super-exploração, as desigualdades e a dependência impunham um caráter limitado de uma democracia restrita e uma ampliação só poderia se dar na forma de uma democracia de cooptação. No entanto, esta esbarrava na intransigência dos setores burgueses e na compreensiva resistência dos trabalhadores que não aceitariam a cooptação com o pouco que seria possível oferecer-lhes. O PT ofereceu a saída para este impasse. Organizou o consenso entorno de um alternativa que garante os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores nos limites da ordem burguesa em troca de dois aspectos essenciais: emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neo-assistenciais, para os miseráveis. No lado da acumulação de capitais os 10% mais ricos que em 1989 acumulavam 53,2% da riqueza nacional passam em 2008 a acumular 75,4% desta riqueza, enquanto aqueles submetidos à miséria absoluta que viviam com menos de U\$ 2,00 ao dia, hoje, graças aos programas compensatórios, passaram a viver com U\$ 3,00 ao dia, ou seja, saíram da miséria absoluta para viver na miséria. Nada mais ilustrador dos termos de uma “democracia de cooptação”. Em entrevista ao programa norte-americano 60 minutes o presidente Lula ao final de seu segundo mandato esclarece uma dúvida do repórter e que, nos parece, evidencia o sentido do processo político em que nos encontramos: ‘Repórter: havia muitos empresários no Brasil e no estrangeiro muito preocupados com sua posse que pensavam que era um socialista e que daria uma virada completamente à esquerda. Agora são estas pessoas que são seus maiores apoiadores. Como isso aconteceu? Lula: Veja, eu de vez em quando brinco que um torneiro mecânico com tendências socialistas se tornou presidente do Brasil para fazer o capitalismo funcionar. Porque éramos uma sociedade capitalista sem capital. E se você olhar para os balanços dos bancos neste ano, verá que nunca antes os Bancos ganharam tanto dinheiro no Brasil como eles ganharam no meu governo. E as grandes montadoras nunca venderam tantos carros como no meu governo. Mas os trabalhadores também fizeram dinheiro’. *O PT não foi o protagonista de uma alternativa socialista para o Brasil, foi o protagonista indispensável para a consolidação de uma democracia de cooptação e, com ela, a consolidação da ordem burguesa em nosso país.* O origem social de classe do PT e seu comprometimento inicial com as demandas populares não garantem ad eternum sua localização

É neste exato sentido que entendemos que o Partido dos Trabalhadores, no curso da execução estratégica democrático e popular, guinou (não à esquerda como muitos ainda almejam) gradualmente de uma ação que buscava mobilizar permanentemente a classe e representá-la em espaços públicos para uma ação que se voltava *contra* a classe trabalhadora em geral. O leitor pode nos indagar: como podemos afirmar uma atuação deste partido contra a classe sendo que o PT melhorou objetivamente a condição de vida imediata da classe trabalhadora? Não estaríamos incorrendo em um desvio de natureza esquerdista, com uma leitura unilateral que perde de vista os benefícios do ingresso de inúmeros jovens na universidade? Do trabalhador poder comprar sua casa, ou de haver aumentado sua capacidade de consumo em geral? Enfim, não éramos felizes e por isto deveríamos nos reunir uma vez mais sob a insígnia do ‘Brasil feliz de novo’? Ao colocar a questão desta forma não estaríamos atuando em conformidade ao fortalecimento da extrema-direita no Brasil, uma vez que perderíamos de vista os aspectos positivos da experiência anterior, contribuindo em última análise para uma maior cisão do movimento operário? Ocorre que entre a aparência e a essência do fenômeno existe um abismo, e estas são as questões candentes de nosso momento da luta de classes no Brasil hoje, de tal modo que o recuo crítico balizado pelo ‘mau menor’ é expressamente nocivo à superação da apatia do movimento operário em geral, e, exatamente por isto, nos filiamos àqueles que buscam uma crítica radical ao objeto por nós analisado, unicamente possível de ser realizada através do enquadramento concretamente definido pela leitura fiel da história e não pelas nossas conjecturas sobre esta. Há de se perceber os nexos causais entre a evolução da EDP e a desorganização da classe trabalhadora, como vimos ilustrando acima, e, mais que isto, os liames que ditaram os termos da ação do Partido dos Trabalhadores, que seguiram na direção de uma concertação da luta de classes que, se por um lado

no campo da perspectiva socialista e revolucionária. Como adiantou brilhantemente Florestan Fernandes em 1979 sobre o quadro histórico e político no qual nascia o PT: “um movimento trabalhista, ainda que muito forte, íntegro e autônomo, se não contiver um profundo conteúdo socialista revolucionário, irá acabar num reformismo e, quem sabe, até num oportunismo” (Fernandes, 2011: 351). A ordem burguesa cujo desenvolvimento econômico logrou consolidar-se sob a forma de uma autocracia, encontrou as condições para chegar à forma madura de sua expressão política em uma sociedade civil burguesa, sob a forma democrática constringida pelas determinações da forma capitalista que lhe serve de base. Transitamos, finalmente, de uma dominação burguesa “sem hegemonia”, para uma forma de dominação burguesa “com hegemonia”. Isso não seria possível sem o PT” (IASI, [2012] 2017, p. 312 – itálico nosso). Como visto, por caminhos diferentes, concordamos naquilo que é essencial: o PT ao marchar em sua estratégia aveludou o processo de dominação burguesa sobre a classe trabalhadora.

minimizou provisoriamente a agonia da classe trabalhadora, por outro, intensificou o avanço da dominação burguesa sobre estes, e é exatamente com este entendimento que compreendemos que a evolução da EDP figurada através de seu operador político resulta numa ação *contra* a classe trabalhadora em geral. Primeiro porque para chegar a situação de governo é impelida a operar movimentos em representação da classe trabalhadora – estranhando-se desta -; segundo porque, uma vez alçado a posição de representante nas instituições burguesas, para manter-se enquanto tal sua ação fica necessariamente condicionada às pressões burguesas, impondo ao partido a disjuntiva entre mitigar as condições de vida da classe trabalhadora ao passo que a ataca em seus direitos fundamentais (como o direito à aposentadoria, a conivência com o agronegócio em detrimento das intenções dos movimentos sociais que asseguraram a vitória eleitoral petista, o direito a manifestar-se politicamente – que fora duramente atacado com a Lei Anti-terrorismo aprovada pelo PT nos marcos das jornadas de 2013, por exemplo). Esta ação contra a classe é sintetizada pelas palavras de IASI:

Quatro mandatos presidenciais demonstram a eficiência tática do caminho do pacto social, mas algo salta à vista de qualquer analista atento. A tática de permanência no governo não acumulou no sentido esperado no quadro da estratégia democrático popular; ao contrário, desarma a classe trabalhadora de sua autonomia necessária, desorganiza, despolitiza, troca o campo de luta favorável aos trabalhadores para o terreno do inimigo, seu Estado. Aí está um nó principal no grande equívoco de implementação da estratégica na situação de governo. O Estado não é neutro, nem altera sua natureza de classe pela ocupação de seus espaços por forças sociais oriundas de outras classes, segue funcionando como Estado-classe, nos termos gramscianos. Para manter os termos necessários ao pacto e a conciliação de classes, o governo é obrigado a golpear os trabalhadores em seus direitos mais elementares. O preço da governabilidade não é o adiar da execução integral do programa democrático popular, é sua mais retumbante renúncia” (IASI, [2016] 2017, p. 368).

Sem a pretensão de esgotar o assunto, visto que existem inúmeros trabalhos que não deixam margem para elucubrações, sabe-se muito de perto que os exemplos mobilizados pelos entusiastas do governo petista, normalmente referindo-se ao acesso à universidade, aos planos de habitação e eletrificação, o mitigar da fome, as políticas culturais, a elevação do consumo dos trabalhadores, entre outros tantos exemplos ideológicos, ocultam e invertem a verdadeira determinação destas políticas públicas, qual seja, as demandas da própria agenda neoliberal (esta que se supunha contrapor), isto feito, como uma espécie de justificativa de um mal menor, que no limite reapresenta a EDP contestando – quando muito – apenas sua

intensidade²²³.

Há de se considerar ainda que a ação do Partido dos Trabalhadores se volta contra a classe em outras dimensões menos aparentes. Para além daquelas que é impossível tergiversar – como as elencadas acima (e basta um breve sobrevoo sobre a história petista na situação de governo para visualizarmos sem muitas dificuldades como estes atuaram para por em marcha o capitalismo, que outra coisa não é que a exploração desavergonhada dos trabalhadores) – o PT atua na direção de desarmar a consciência de classe dos trabalhadores, seja pela agitação liberal que substitui o terreno da luta política para o campo parlamentar, seja atuando diretamente pela resignação dos trabalhadores através de suas correias de transmissão (sindicatos, movimentos sociais, etc), como quando decididamente, por vezes, o PT emula seus dirigentes à contornarem uma situação explosiva em uma fábrica, buscando capciosamente evitarem greves que possam converter-se em algo que fuja de seu estreito horizonte de conciliação e disputas eleitorais, ou minam deliberadamente a construção de machas nacionais, etc. Qualquer um que tenha minimamente se vinculado à luta sindical – em condição de oposição às ‘chapas situação’ – sabe o quão mafioso é o processo de disputa eleitoral, sabe o quão plástico são as palavras de agitação das diretorias pelegas, sabe, por fim, o quanto as direções ‘situação’ esforçam-se por realizar os termos mais sagrados do pacto: o respeito às formas de propriedade e a manutenção das relações sociais de

223“Debaixo do verniz retórico, remetendo a um ideário que outrora pretendeu conciliar capitalismo e nação periférica, o que se observa na prática é uma política econômica conservadora, que aceita os parâmetros macroeconômicos e o horizonte histórico afirmados pelo neoliberalismo. A função política desta ideologia neodesenvolvimentista, segundo Sampaio Jr., seria supla: ‘diferenciar o governo Lula do governo FHC, ançando sobre este último a pecha de ‘neoliberal’, e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas”. Assim, a retórica neodesenvolvimentista cumpre um papel ideológico regressivo ao estreitar o debate econômico, restrito à microeconomia, e encurtar o horizonte da discussão política, limitando a conjuntura. Ao reduzir o horizonte de mudança social aos parâmetros aceitos pelo próprio neoliberalismo, a política é encolhida a uma discussão sobre o ritmo e a intensidade do arrocho neoliberal, distinguindo-se somente em aspectos acessórios, como a intensidade das políticas de transferência monetária condicionada emanadas do Banco Mundial; a estratégia para lidar com as pressões sociais; o papel que se atribuiu ao entorno regional; o marketing para o consumo interno e externo, entre outros. Na prática, a atuação das distintas frações partidárias se torna idêntica em seu sentido fundamental: a perpetuação dos nexos entre dependência e desigualdade. No caso brasileiro, PT e PSDB convertem-se nos braços esquerdo e direito do partido da ordem. Essa homologia fundamental se escancarou com a crise política que abateu o governo Dilma Rousseff em 2016, quando, mesmo em seus momentos de dificuldade mais aguda, o governo federal nunca ensaiou qualquer saída à crise pela esquerda. Ao contrário, pelejou por acordos envolvendo cargos e verbas, evidenciando que o seu horizonte político – a sua “base” – são as engrenagens corruptas e antidemocráticas da política convencional: aquilo que alguns descrevem, com um misto de complacência e cinismo, como “governabilidade”. Que o mesmo Henrique Meirelles nomeado por Lula em 2003 tenha sido convocado para comandar a economia sob o golpista Michel Temer, em 2016, não foi surpresa para ninguém. Muito menos um contrassenso” (SANTOS, 2016 p.59-60)

produção. Não há espaço para nenhum tipo de ocultamento, a história recente (já embebida pela derrota da classe trabalhadora e atravessada pela figura deprimente que se converteu o PT) torna clara as intenções do PT: assegurar-se no colo do capital em detrimento de qualquer interesse da classe trabalhadora, e, para isto, por exemplo, sequer corou-se em aliar-se ao PSL nas últimas eleições de 2020. O resultado geral desta ação contra a classe possui pelo menos duas dimensões que estão intimamente conectadas: para além da compressão da consciência de classe dos trabalhadores que inaugura a derrota histórica e o esgotamento do ciclo democrático popular, a ação contra a classe pavimenta o terreno à reação, e não apenas da extrema-direita que sempre esteve a espreita de fissuras na conjuntura para propagandear seu programa de fome, mas, sobretudo, a re-serialização dos trabalhadores invoca uma potente possibilidade destes embarcarem em projetos que subsidiam sua própria desgraça, dando a carne necessária para o fascismo se desenvolver no período histórico de entre-ciclos que estamos inseridos. Duas passagens de lasi são suficientes para ilustrar tal afirmação:

[...] A estratégia gradualista e o governo de pacto social que dela deriva desarmam a consciência de classe forjada nas décadas anteriores e criam uma situação na qual a consciência dos trabalhadores se reverte novamente em alienação, em serialidade, fortalecendo o senso comum. A consciência de classe dos trabalhadores pressupõe uma clara definição do inimigo, como dizia Marx, para que os trabalhadores se vejam como uma classe que pode representar uma alternativa universal para a sociedade, outra classe tem que se expressar como um empecilho universal, um entrave que precisa ser superado; ou como dizia Freud, só é possível manter alguns em união quando se dirige o ódio para outros.

O pacto social e a política da pequena burguesia procuram diluir as diferenciações de classe, entre outras coisas, com a enganosa ideia de nação. Ocorre que a consciência de classe não é uma naturalidade sociológica, de forma que cada classe tem a consciência que lhe corresponde, mas se forma na ação política dessa classe e, em grande medida, pela forma política que assume sua vanguarda. Uma ação política classista gera um forte sentimento de pertencimento e identidade de classe; uma política diluída de cidadãos, consumidores, parceiros e outros gera indiferenciação, permitindo que se imponha a inércia da visão de mundo própria da sociedade dos indivíduos em livre concorrência.

Desarmada a classe trabalhadora de sua consciência de classe, a luta de classes, que se esperava contornar e que é impossível de evitar, se manifesta. É fácil identificar os setores de direita que operam no jogo político, mas não é tão simples entender por que meios logram a adesão de segmentos sociais diversos (IASI, [2015] 2017, p. 383)

Desta forma:

A única maneira de enfrentar o discurso e a prática política da direita é revelando sua particularidade e a natureza de seus interesses de classe. No entanto esta não é uma mera operação racional, em grande medida a

luta de classes exige que a transição da alienação para a consciência de classe também opere com mecanismos subjetivos, de identidade de classe, de formação de uma nova subjetividade, de transformação cultural. O fascismo só tem espaço para crescer na derrota da esquerda. Contra esta ofensiva da direita, que era inevitável, seria necessário agora uma classe trabalhadora que constituída enquanto classe e portadora de valores e uma visão de mundo revolucionária, que visse na ameaça fascista a necessidade de sua maior unidade. Na ausência desta consciência de classe, na desarticulação da visão de mundo de esquerda que poderia ordenar o senso comum numa direção diferente, os membros das classes trabalhadoras são devolvidos à serialidade e viram presas do discurso conservador. Enganam-se os que querem restringir o pensamento conservador a uma categoria de eleitores, ou apenas aos segmentos médios. O grande risco é que a base de massas para alternativas conservadoras (não creio que no momento possam ser identificadas como fascistas) não pode ser somente as chamadas “classes médias”, ainda que sejam estas a caixa de ressonância por natureza da proposta conservadora. O alvo é outro. São os trabalhadores. Por isso o abandono das demandas próprias de nossa classe pelo governo de pacto social é o caminho mais rápido para dotar a alternativa de direita da base social que ela precisa. (IASI, [2015] 2017 ,p. 386)

É desta forma que compreendemos a gênese e desenvolvimento do objeto por nós analisado, a estratégia democrática e popular. Partimos em nossas primeiras páginas de uma aparência indeterminada, disforme, casual e desagregada, esta mesma responsável por uma angústia incômoda que diariamente nos convida a respostas fáceis como a crítica rápida à EDP centrada em traição, ou pior, à conclusão inglória da impossibilidade da vitória dos trabalhadores, que involuntariamente tende a rerepresentar o próprio imaginário democrático. Deste cenário procuramos percorrer um longo caminho que iluminasse algumas das principais determinações que incidiram no produto final que nos acomete atualmente; buscamos cruzar a história da fração proletária brasileira com o desenvolvimento da luta de classes a nível mundial, por isto, em nosso recorte procuramos observar as relações causais que incidiram na gênese da EDP desde o marco inicial da Revolução Soviética de 1917, isto porque, compreendemos que a estratégia democrática e popular nada mais é que um complexo dentro de complexos maiores que conformam a história da luta revolucionária no século XX, na qual esta se inscreve como uma manifestação evidentemente determinada pela ruína da revolução mundial. Um recorte estreito, centrado exclusivamente no comportamento petista em sua situação de governo, ao nosso ver, não é capaz de compreender as razões de seus descaminhos, ou mesmo explicar minimamente as características que informam nosso atual período histórico. Desta forma, buscamos unir os laços que atam dois momentos particulares da estratégia democrática que

orientou o movimento operário a nível nacional (e mundial), sendo a EDN e EDP distintos complexos subordinados à uma totalidade comum.

Na análise específica da EDP em sua objetivação tentamos captá-la em seu movimento, compreendendo-a em uma generalidade que abarca três momentos: o momento com a classe, pela classe e seu desfecho contra a classe trabalhadora. Ocorre por analogia o mesmo movimento do fetichismo da mercadoria onde a criatura se volta contra seu criador, após ser produzida por este, distanciar-se, estranhar-se e alienar-se deste²²⁴. Ao largo deste capítulo pudemos acompanhar como este movimento está intimamente conectado com a leitura de mundo produzida pela classe em seu agir histórico, que concluía – novamente – pela impossibilidade da revolução socialista em função de uma suposta incompletude do capitalismo no Brasil, indicando, portanto, um caminho preliminar como condição de acúmulo de forças à luta efetivamente socialista. O momento onde não há um estranhamento entre classe e partido (portanto o momento *com a classe*) desembocou numa transformação de seus agentes históricos, comprimiu seu leque de ações às estreitas margens das disputas eleitorais, dirigindo as ações de classe dentro da ordem, supondo com isto criar as condições que autorizariam uma luta contra a ordem. O que vimos foi novamente a reapresentação dramática de um processo de transformismo da classe como um todo que se resignou em sua serialidade capsular e acompanhou seu operador político comportar-se enquanto um partido da ordem com baixíssimas distinções entre seus pares liberais. A atuação contra a classe trabalhadora, que está temporalmente marcada pela chegada do PT ao governo federal, inaugura o começo do fim de um ciclo que agoniza até seu esgotamento final, quando se torna impossível distingui-lo – mesmo com manobras teóricas sofisticadas - de qualquer outra expressão fisiológica do Estado burguês.

224“Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos o trabalhador pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto de seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa*, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele*, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX, [1844] 2010 p.81).

Neste mergulho histórico que fizemos, para além da identificação dos pontos comuns partilhados por ambas as experiências (EDN-EDP), encontramos um intervalo estratégico, uma fenda que buscamos categorizá-la como um momento de *entre-ciclos*. Estamos convencidos que este período é sumamente significativo para informar as possibilidades históricas de nosso período atual, uma vez que o *entre-ciclos* nada mais é que o intervalo entre o esgotamento de uma estratégia e, portanto, a derrota da classe trabalhadora em uma de suas experiências, e o alvorecer de um novo ciclo estratégico. Para nós, como já dito ao largo da exposição, este é nosso cenário atual, um período de *entre-ciclos*.

Vale lembrar, à guisa de um fechamento de nossas reflexões, que o *entre-ciclos* é imbuído de uma principal contradição, a derrota e gestação de um novo ciclo. É importante retomar a afirmação de que a derrota da classe trabalhadora – que abre terreno para o crescimento da reação – delimita a vitória da burguesia (sempre temporária), e esta se expressa política, filosófica e economicamente, e, exatamente por isto, por colher os espólios de guerra – isto é, por arrefecer a leis de acumulação capitalista – que gradualmente a classe vai ser reorganizando, tendendo novamente a uma fusão e, portanto, ao irromper de um novo ciclo. Vimos que o modo como se acumula politicamente no *entre-ciclos* é decisivo para o modo como a nova síntese histórica irá se conformar; neste sentido, o inventário das experiências pretéritas deve ser extremamente rigoroso com as razões de nossos descaminhos, sob pena de reapresentar – uma vez mais – os mesmos equívocos envernizados de novidade²²⁵.

225 A título de provocação para ilustrar o que queremos expor, tomemos nota da apresentação de José Paulo Netto (uma indiscutível referência para inúmeros marxistas que se formaram no Brasil) à recente publicação *O fogo da conjuntura*, onde os subseqüentes textos foram tecidos por alguns dos principais dirigentes do PCB atualmente. Que nos diz Zé Paulo Netto? Vejamos: “Esta reunião de ensaios – diga-se logo de início: preciosos ensaios, agora coligidos sob a forma de livro, é leitura imprescindível para todos os brasileiros, homens e mulheres, jovens ou não, que se sentem comprometidos com a democracia e o desenvolvimento social”. Ora, até aqui poderíamos comentar apenas que o interlocutor pretende expandir o leque de difusão das linhas que seus camaradas escreveram, alargando as teses para além daqueles que já estão iniciados nos debates, que já acompanham regularmente as publicações no editorial Boitempo e que disciplinadamente leem todos os textos de sua organização. Não há nenhum problema em buscar disputar estes que estão comprometidos com o desenvolvimento e democracia – em alguma medida este trabalho se dirige também a estes; agora, se nos atermos em parágrafos mais adiante, o que vemos? Uma proposição estratégica calcada na conquista da democracia como a tarefa de todo revolucionário no Brasil. “Os marxistas devem se empenhar sinceramente nesse diálogo com todo o campo democrático, enfrentando com argumentação consistente os preconceitos que afetam muitos dos seus argumentos – e não podem fazê-lo dissimulando as suas críticas às formas vigentes da democracia política: ao contrário, **precisam deixar claro que tais críticas dirigem-se não à democracia, mas aos seus limites. Precisam patentear que, em face dessa democracia, o que pretendem não é destruí-la,**

É no seio desta principal contradição do entre-ciclos (derrota concreta e fusão de classe como tendência) que nós, enquanto sujeitos historicamente determinados atuaremos para restituir o futuro enquanto possibilidade. Isto parece-nos a chave para compreender uma série de manifestações do cotidiano militante, seja nas reapresentações da EDP como algo passível de uma retomada, seja na busca de uma radicalidade que termina por reivindicar mecanicamente as experiências socialistas do século XX (exemplo disso é a manifestação comum entre parcelas da juventude de uma justificativa ideológica do stalinismo), seja da digladição contínua entre camaradas, do sectarismo, do voluntarismo e da covardia de determinados segmentos. Por outro lado, acreditamos que o período de entre-ciclos nos ajuda a compreender em grande medida não apenas o camarim das disputas no interior da esquerda brasileira, mas sobretudo a apatia e imobilismo da classe trabalhadora diante da ofensiva contínua do capital sobre ela, diga-se de passagem, potencializada pela maior pandemia vivida pela humanidade.

Para nós, o enquadramento do período histórico atual como um momento de entre-ciclos nos permite esquivar-se de uma aparência indeterminada e subordiná-la à história da luta de classes, compreendendo-a enquanto um concreto pensado, isto é, enquanto um produto histórico que corresponde à uma gama de determinações – estas mesmas que buscamos analisá-las ao largo do trabalho – e que em seu devir aponta tendências. Assim, a atual crise do movimento operário em sua ação fragmentária, em sua crise filosófica, política e organizativa, é, na contramão das aparências, a antessala de um novo capítulo da história do movimento operário brasileiro, o qual já sentimos discretamente as contrações deste vir-a-ser²²⁶.

mas amplíá-la e universalizá-la como *via estratégica* indescartável para a instauração de uma sociedade em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”. (NETTO, 2021, p.14 – negrito nosso). Definitivamente estamos diante de uma grande reinscrição dos pilares que animaram a EDP ao largo de todo o ciclo anterior, e vocalizado nada mais, nada menos que por um de nossos principais mestres. Outras manifestações de reinscrição da EDP pululam diariamente no debate político contemporâneo. Recentemente, em um podcast, Guilherme Boulos, uma das novas direções que o período de entre-ciclos tem produzido, reproduziu didaticamente todo o conteúdo estratégico democrático e popular como resolução daquilo que compreende como melhor caminho aos trabalhadores atualmente. Indicamos fortemente que o leitor escute esta entrevista (disponível em: <https://revolushow.com/115-eu-sou-guilherme-boulos/>), confrontando-a com as peças que lhe foi fornecida por este pequeno contributo ao inventário da estratégia democrático e popular; terá então uma caricatura atualizada da EDP. Por isto insistimos: há de se superar os termos filosóficos, políticos e organizativos que deram carne ao ciclo anterior, sob pena de não retirar a revolução do futuro.

226 “[...] Se a consciência de move é porque há contradição, e a contradição que move a consciência é aquela que se expressa, neste momento do movimento, entre a necessidade da sobrevivência (aqui em um sentido mais amplo que a sobrevivência física) do ser social e a função do organismo humano como parte fragmentada do processo de trabalho do capital na valorização do valor, o que

Iniciamos nosso texto com um poema que versava sobre uma consciência conflitiva que se indagava sobre as razões de suas derrotas, sobre a magnitude da força do inimigo, sobre quais as possibilidades de uma vitória, enfim, sobre uma consciência que relutava em resignar-se mas que para cada canto onde olhava via um convite ao conformismo. Acreditamos que aquele poema dialoga profundamente com o estado de ânimo que a conjuntura e o período histórico em geral nos implica; contudo, há de se destacar deste poema que ali existe um sujeito que em sua crise está se perguntando e, que para além de suas possíveis respostas, está colocando em cheque as certezas que o conduziu até a presente derrota. Acreditamos que esta deve ser nossa postura neste momento, e o presente trabalho buscou colocar perguntas incomodadas, contestar as *verdades consagradas* que animaram a ação de classe no último ciclo. De todo modo, esperamos que o balanço crítico e por vezes inflexível aos nossos/as camaradas anteriores não tenha perdido a dimensão da generosidade com a qual devemos nos conduzir e, sobretudo, não tenha perdido de vista que no meio de nossas derrotas tecemos exemplos que guardam a potência incólume de reafirmar que sim podemos triunfar. Para tanto, as perguntas ingênuas reivindicadas por Szymborska são imprescindíveis: Por que fomos derrotados? Qual o caminho para a revolução? Como funciona a sociedade? Dentre muitas outras questões que se atualizam diariamente.

Desta forma, mais que respostas definitivas, esperamos ter contribuído para a colocação destas perguntas, e finalizamos nosso trabalho de modo a deixá-lo em aberto com um poema:

não é senão a mediação prática e concreta da contradição entre o avanço das forças produtivas materiais e as relações sociais de produção. Como a superação da consciência é um ato prático, esta contradição se resolve na ação, mas não na ação individual, própria do estranhamento serial, porém num tipo de ação que permite ao ser social a primeira negação desta serialidade: a ação no grupo. Quando o capital nega o ser social por sua fragmentação até a abstração do indivíduo egoísta, o que corresponde à fragmentação do próprio ato produtivo do trabalho, acaba determinando que a negação da negação só pode ser a recuperação do ser social subsumido em suas representações ilusórias do mercado ou do Estado. Negar a fragmentação do ser implica recuperar o ser social” (IASI, [2006] 2012. p. 117) Acreditamos que o atual entre-ciclos possua uma correspondência temporal com o período de derrota da classe trabalhadora no pós-1964. Esta aproximação não tem nenhuma intenção de identificá-las como iguais, apenas que são correlatas em suas determinações mais genéricas, isto é, correspondem ao momento onde os trabalhadores voltam-se (fragmentados e sós) contra o capital com a ferramentas que possuem, e as poucas e insuficientes demonstrações de força que fomos capazes de organizar vão na direção de uma reorganização da classe como um todo. Por isto afirmamos, com alguma esperança, que para além das reapresentações e para além da força gravitacional que nos acomete ao binômio Lula x Bolsonaro em 2022, estamos presenciando germes de um novo ciclo da classe trabalhadora, uma vez que, mesmo que esta embarque conjunturalmente uma vez mais (como o fez em 2014, 2018 nas eleições presidenciais) nas ilusões institucionais, esta possui um ponto de esgotamento, este mesmo que acirrará a tal ponto a luta de classe que não haverá volta atrás, que tornará o impossível plausível.

*Recolha cada poeira esquecida
Recolha cada memória guardada
Recolha cada rua anônima
Que não guarda o nome de suas pegadas*

*Recolha cada gesto indeciso
Cada intenção abandonada
Lembre-se que o caminho é feito
Também por trilhas não trilhadas*

*Não esqueça como foi vivo aquele abraço
Lembre-se sempre
Que o produto esconde o processo
O suor e o cansaço*

*Aquele que constrói raramente aparece
Fica ali no canto, invisível,
Sem nome, sem rosto
Sem corpo, sem gosto*

*Nunca esqueça dos esquecidos
Existem em sua inexistência
Como traço de luz no vinho tinto
Alma partida depois do filme findo*

*Recolha tudo: o visível e o invisível
Então terá mais que nomes e fotos
Mais que biografias frias
Mais que simples histórias*

*Serão beijos molhados
Abraços ardentes
Pássaros em pleno voo
Peixes lisos e frutas frescas*

*Então seremos eles e seus sonhos
E suas dores e seus partos
E suas lutas e seus amores
Sua fome e seu farto*

*Seguirão em nós
Porque o seguimos
Não morrerão
Porque não desistimos.*

(IASI, *A arte da memória*, [2008] 2011, p.169)

Considerações finais

Chegamos no momento em que esgotamos os limites de nossas possibilidades neste trabalho. Anunciamos desde o início que não possuíamos nenhuma intenção de novidade ou de sozinhos resolvermos os enigmas que percorrem nossa atual crise. Nos inscrevemos como mais um batedor que sai atrás de pistas em uma investigação coletiva, mas que premidos por nossas limitações nos condicionaríamos a ecoar – em sua maioria – sínteses já proferidas por camaradas melhor posicionados/as no debate que nós; colocamo-nos, portanto, na condição de produzir uma síntese de sínteses. Evidentemente, no curso de nossa pesquisa – curiosos que somos – adentramos uma vez mais nalguns becos que foram pouco explorados, apenas para jogar luz em mais alguns eixos que devem balizar o grande trabalho de inventariar a história do movimento operário brasileiro e mundial. Ao adentrarmos nestas esquinas entendemos melhor o porque ainda estamos aquém de uma completa compreensão das determinações que envolvem o objeto por nós analisado. São questões sensíveis, que, todavia, ainda não superamos. Vimo-nos, portanto, em situações delicadas, como, por exemplo, quando encontramos-nos premidos pelo dilema de buscar superar determinadas *visões de mundo* de dentro delas. Afinal, também nós, trabalhadores estudiosos, estamos inseridos dentro do objeto que nos consome – e não temos a menor intenção de expressarmos uma imagem fria, que supõe analisar sempre em terceira pessoa, de tal forma que a crise do movimento operário fosse ‘deles’; ao contrário, a tomamos como nossa. Esta é, sem dúvida, a maior das dificuldades que enfrentamos ao longo da produção deste documento. Como superar aqueles que nos fundamentam? Como desmontar uma categoria que por vezes me veste a boca

como a melhor forma de exprimir o que quero dizer? Ou em termos freudianos, como matar o pai (morando com ele)?

Exemplo deste dilema por nós vivido foi, definitivamente, nossa preocupação em avaliar a teoria marxista da dependência de modo crítico. O leitor lembrará que em grande parte, no momento em que nos detemos à caracterização da formação social brasileira, reportamo-nos recorrentemente às teses proferidas pelos principais interlocutores da TMD, em particular por Bambirra e Marini. Contraditoriamente, neste mesmo arsenal que nos auxiliou – e que segue ao nosso ver apresentando uma interpretação consequente do desenvolvimento do capitalismo brasileiro –, verificamos que em alguma medida termina por informar a própria estratégia que estamos buscando criticar. Por vezes, pensamos em recuar, em retirar nossas polêmicas, blindarmo-nos numa zona mais cômoda, mas isto atentaria contra o sentido geral da postura de um revolucionário hoje; não há questões mais urgentes que as questões incômodas, e nada mais vergonhoso que esconder-se sob máscaras de certezas (como nos informa Mauro: *a máscara não esconde / A máscara revela / O avesso da face / Que a pele oculta.* - IASI, 2017 p. 70). Exatamente por isto mostramo-nos em nossas ambiguidades, em nossas insuficiências, como um esforço inconcluso na tentativa de explicitar apenas que ‘ali tem coisa’, e que precisa ser melhor investigada e, naquilo que depende de nós, esta foi – até o momento - nossa contribuição, buscando apresentar-se enquanto um exemplar de uma consciência entre a superação e a reapresentação (assim mesmo, num limiar que não seja mera reapresentação e que tampouco é efetivamente a superação) –; aqui é onde reconhecemos nossos principais limites e, ao mesmo tempo, nossos principais contributos.

Portanto, nestas considerações finais, há de se elencar algumas das questões que jugamos pertinentes e passíveis de um exame mais detido. Uma das tarefas que consideramos pendentes dentro do inventário que se está construindo é a análise da relação entre os fundamentos da TMD e a EDP. Esta polêmica não foi inaugurada por nós, como dissemos ao começo, apenas adentramos becos que foram pouco explorados. Ela foi anunciada desde muito cedo, mas, por alguma razão, este ponto segue às cegas no debate. De nossa parte, as pistas que buscamos indicam uma problemática interpretação do papel da democracia como plataforma de luta ao socialismo e buscamos demonstrar minimamente como isto se consubstancia com a própria interpretação da particularidade latino americana, cujas

principais categorias já apresentamos no corpo do texto; ou seja, não podem ser considerados enquanto meros ‘deslizes’, há de se compreender de modo mais cuidadoso os liames entre fundamentação teórica e propositura político estratégica presente na TMD. Já aditamos a urgência deste tema no texto, entendemos que o resgate destes intelectuais já está concluso, visto que não há um círculo de esquerda que não trave contato com esta matriz do pensamento latino-americano, contudo, uma vez retirado estes/as gigantes do isolamento, há de se considerá-los em sua fisionomia real, em suas contribuições e confissões. Como me foi advertido na qualificação deste trabalho, isso é tratá-los como grandes.

Da mesma forma sabemos que quando nos referimos ao pensamento de Florestan Fernandes, o fizemos de modo demasiado rápido. Estamos convencidos que o pensamento de Florestan é sumamente mais rico do que expomos aqui e, exatamente por isto, segue – mesmo sendo um dos principais interlocutores que informaram a EDP – como uma referência incontestada na interpretação da realidade brasileira. Embora inclinamos nossas conclusões para a negação de uma caracterização do Estado brasileiro como *autocrático* (categoria esta que baliza o pensamento de Florestan), visto que a nosso ver esta forma de apreensão da realidade toma por subsídio características universais por particulares, acreditamos que seu pensamento ainda precisa – no bojo do inventário – de um tratamento mais rigoroso, que não fora feito por ninguém. Resultado disso é a recorrente reapresentação dos termos por ele cunhados para uma leitura do período histórico contemporâneo. É o caso, por exemplo, de nosso principal interlocutor, nosso querido Mauro Iasi²²⁷, mas não apenas; o categorial de Florestan baliza a imensa

227 Mauro Iasi em um texto recentemente publicado lança 5 teses sobre a formação social brasileira. Destas, gostaríamos de destacar a segunda tese, visto que ao nosso entender parece reapresentar os termos de uma leitura vinculada organicamente à Florestan Fernandes e, mais que isto, aos mesmos termos que em alguma medida deram o substrato necessário à visão de mundo da EDP. “Sabemos que a ordem monopolista havia imposto uma nova forma do Estado burguês a ela associada (Netto, 2006) que implicava assumir tarefas direta e indiretamente econômicas a serviço da garantia das condições de manutenção das relações que estão na base das relações sociais que permitem ao capital manter seu processo de valorização. Outro aspecto, não menos relevante, é que esse Estado tem que garantir as condições de legitimação da ordem em que se sustenta, daí o desenvolvimento das chamadas políticas públicas ligadas à reprodução da força de trabalho. Ora, o capital monopolista altamente desenvolvido na fase atual não pode prescindir dessas funções, ao mesmo tempo que suas consequências naturais solapam a legitimidade da ordem burguesa junto ao conjunto dos trabalhadores e da enorme superpopulação relativa que produz como inevitabilidade. A ordem econômica e seus nexos com a forma política atual é uma resultante dessa contradição: precisa garantir as condições de relações sociais e formas de propriedade que geram um grau de exploração que solapa as condições mínimas de legitimidade da ordem em que se fundamentam. Tudo indica que a forma política para cumprir tal papel não é a ordem democrática. A conclusão, portanto, de nossa segunda tese é que a base econômica que se esperava ser a base para o

maioria das interpretações dos mais diferentes analistas no atual momento. Partilhamos da impressão de que a instrumentalização do categorial de Florestan para a análise da realidade contemporânea incorre em um certo anacronismo, de modo que, ao que nos parece, as generalizações de F.F. - da *congérie social à estrutura autocrática do estado burguês no Brasil* – não são categorias que explicam o real de modo satisfatório, restando-nos a necessidade de superá-las.

Aqui, novamente a questão se anuncia tal como a apresentamos no início, quando abordamos a questão da incorporação por negação. Nossa disjuntiva diante destes/as grandes intérpretes da realidade social não pode simplesmente negá-los, ou convertê-los em caricaturas (como fora feita muitas vezes com os intelectuais do PCB no primeiro ciclo de lutas do movimento operário brasileiro); mas ao mesmo tempo não pode simplesmente adotá-los integralmente ou indistintamente, montando uma colcha de retalhos com aquilo que julgamos positivo em cada intelectual. Há de se compreender a unidade e coerência de cada um e, sobretudo, submetê-los às determinantes da própria formação social que os produziu, para, a partir daí sim, compreendermos o próprio metabolismo social que nos trouxe até aqui, munindo nossas ferramentas para criticá-los com base na história real e não autonomizá-los desta; ou, de outra forma, o que seria e é mais nocivo para nosso atual momento, desistoricizar para que se ajustem às nossas insuficiências em produzir as análises contemporâneas sobre a formação social brasileira. Em grande medida sentimos que o resgate de inúmeros intelectuais neste momento opera no interior de uma negação absoluta ou de uma adoção sem reservas²²⁸. Assim, a

processo de democratização da política converteu-se na base que exige a negação dessa forma democrática e reatualiza as bases da autocracia burguesa naquilo que lhe é fundamental, isto é, uma ordem que encontra sua legitimidade nos estreitos limites daqueles que dela se beneficiam, restando aos demais a imposição violenta dos meios coercitivos e a intensificação dos mecanismos explicitamente ideológicos que encobrem e justificam a ordem social existente” (IASI, 2019 p424). Vejam, aqui Mauro está trabalhando com a reapresentação de uma categoria (o estado autocrático) que ao nosso ver perde de vista os pontos de identidade com outros estados burgueses no globo. Acreditamos que as manifestações de fascistização do estado brasileiro (estas as quais Mauro está tomando por um reencontro à forma autocrática do Estado) possui estreita correspondência com a crise mundial do capital e é articulada globalmente e não um retorno em novos patamares.

228 Isto é muitíssimo comum em diferentes espaços militantes. Como dissemos no caso de Florestan Fernandes, este é adotado sem reservas nos mais variados meios, tornou-se como uma espécie de plataforma da qual partimos, isto é, uma verdade consagrada. O mesmo vem acontecendo com a adoção da TMD como referência incontornável. Vejam, uma coisa é tomá-la como referência, outra como pilar da análise, suas categorias (que estou convencido que foram pensadas tendo por análise a realidade objetiva) se tornam apriorismas metodológicos incontestes que inverterão a análise do pesquisador; é como se devesse achar os exemplos contemporâneos que se encaixam nesta ou naquela caixinha, e esta seria a forma de ‘atualizar’ a TMD, por exemplo. Contudo, uma adoção mecânica me incomoda de modo peculiar, é o caso do ‘resgate’ dos debates

questão do inventário de cada um destes exemplares da consciência social se inscreve para melhor nos auxiliar no processo de superação do pensamento social que orientou nossa ação estratégica. Naturalmente isto precisa ser acompanhado de um diagnóstico preciso da realidade social contemporânea, apenas assim poderemos superá-los de fato. Será apenas com esta postura que supomos possuir melhores condições para confrontar nossos mestres, ou seja, com ferramentas autênticas e não sombras de suas próprias produções, seguindo desta forma a mesma postura que estes tiveram. Claro está que existem esforços muito consequentes nesta direção, é o caso de citar os trabalhos de Virgínia Fontes, por exemplo. Estes diagnósticos serão decisivos para nossa orientação estratégica que ainda tarda em nascer.

Exatamente nesta direção, acreditamos que uma de nossas contribuições com este trabalho foi dar maior atenção – dentro do inventário – a uma questão anunciada anteriormente por Victor Neves, a saber: a questão das universalidades e particularidades. Insistimos neste ponto porque estamos convencidos de que esta virada de chave nos permite colocar o problema de modo mais preciso, para a partir daí buscar aquilo que é de fato particular. Vejamos: neste último ciclo, pelo que compreendemos, elencamos enquanto classe uma série de características que correspondem à generalidade do ser do capital, entendendo que seus aspectos mais vis não são resultados de sua afirmação, mas de sua ausência ou incompletude, de tal forma que as expressões ‘autocráticas’ do Estado burguês no Brasil corresponderiam de fato a uma caracterização da particularidade, enquanto o que há de particular em outras formações é a ausência deste aspecto (a dominação de uns poucos para estes mesmos); isto é, vigéria em formações sociais clássicas uma democracia expandida que nos serviria como um farol que ilumina nosso porto

sobre o nacionalismo anti-colonial que adota por referência inúmeros dirigentes insurretos terceiomundistas que produziram suas análises com verdadeira autenticidade, mas que, ao meu ver, devem ser compreendidos como a manifestação da consciência social restrita à uma formação social bastante delimitada no tempo e espaço. Grosso modo, não podemos simplesmente ler os documentos produzidos na Tricontinental e adotá-los como melhor caminho à luta revolucionária hoje; em sua maioria, estes documentos versavam sobre um processo de libertação nacional, tomando por tensão central a imagem nação x imperialismo, que definitivamente não é de longe nossa principal contradição e, mais do que isto, já dispomos de teoria suficiente para entender que o imperialismo não pode ser compreendido como uma mera guerra entre nações, ele é o modo de organização do capital em sua fase superior, que em seu interior envolve relações entre nações, mas isto em si, não o caracteriza. Cairíamos novamente em uma cilada kautskista, como já apresentamos no largo do trabalho.

de chegada. Como vimos, nada mais equivocado. Este enquadramento terminou por pintar a realidade do capital de modo ideológico, mitificando o ser do capital.

Ocorre que identificar este problema não é suficiente, pois se por um lado desmonta o enquadramento invertido, por outro nos convida a pelo menos duas frentes de trabalho indispensáveis para a continuidade da tese que está sendo proposta. Por um lado, se o Estado autocrático, a democracia restringida, a incompletude do mercado interno, o capital atrófico, uma via prussiana-colonial (em última instância) não caracteriza nossa particularidade hoje, o que caracteriza? Ficamos com um vácuo analítico neste momento, e é exatamente no interior deste dilema que ou tendemos a rerepresentar nossas explicações fossilizadas ou tomamos as rédeas de uma das tarefas histórica que nos cabe: a de caracterizar, tendo por base a análise concreta do real, a particularidade brasileira. Percebam, não existem perguntas mais urgentes que as perguntas simples: que país é este?

Por outro lado, o problema não é menos difícil. Estamos afirmando que aquilo que tomamos no último ciclo por particular é em sua realização algo que corresponde à generalidade da dominação capitalista na contemporaneidade. Há de se demonstrar isto com mais afinco, para que alguns elementos do senso comum militante sejam por fim eliminados²²⁹. Será verdade que a fração proletária norte-americana é menos explorada que a fração proletária brasileira? Acaso a generalização dos trabalhos precários em aplicativos é uma manifestação da dependência latino-americana ou uma medida de saída da crise pelos capitalistas que operam em nível global, mais identificado as condições de vida do operariado em diferentes partes do globo do que as distinguindo? A favelização acaso já não foi constatada como um fenômeno inerente ao ser do capital²³⁰, presente não apenas

229 Um texto de Edmilson Costa demonstra um esforço positivo no sentido de caracterização da totalidade. Trabalhando com a ideia de saída da crise e como esta é operada em nível global Edmilson Costa diz: “Os gestores do capital retomaram, também sem a menor cerimônia, o discurso de austeridade, dos ajustes fiscais, do corte de gastos públicos, dos salários, da necessidade das privatizações, além do controle da política econômica dos governos, para efetivar mais reformas trabalhistas e previdenciárias e maior saque ao fundo público. Como se tratava de medidas ainda mais impopulares que as do período anterior, pelos impactos dramáticos sobre os trabalhadores, a juventude e a população mais pobre, e que tenderiam a gerar reação dos trabalhadores, as classes dominantes mundiais resolveram radicalizar as restrições às liberdades democráticas, a partir da eleição de dirigentes fundamentalistas de direita ou mesmo se aliando a bandos fascistas para manter a ordem. Na prática, as liberdades democráticas se tornaram um obstáculo às políticas neoliberais em todo o mundo. Como se pode observar desde 2009, aumentou a brutalidade contra as manifestações populares, a criminalização dos movimentos sociais e as perseguições a líderes sindicais, populares e dirigentes políticos de esquerda” (COSTA, 2021 - p.126).

230 Ver *Planeta Favela*, Mike Davis – São Paulo : Boitempo, 2006.

no “terceiro mundo” mas sim em todas as partes? Acaso a repressão, a violência de gênero, a segregação racial não são mazelas experimentadas pelo proletariado em seu conjunto? A fome é algo particular nosso? O irracionalismo pequeno burguês que delira em mamadeiras de piroca, em escolas sem partido, em incursões fascizantes, é realmente algo que reivindicamos como nosso (como um legado colonial)? Vejam, esta virada de chave nos parece sumamente decisiva, visto que ela é capaz de iluminar elementos que identificam o proletariado de forma sem precedente na história, isto porque nunca fomos tão parecidos (!). E isto bem posto, meticolosamente demonstrado, será uma forte contribuição ao internacionalismo proletário, à luta contra os preconceitos nacionais que vige no imaginário do operariado em geral. Há de se compreender a universalidade do capital para que assim possamos não ser surpreendidos quando algumas contrações indicam uma necessária ação conjunta do proletariado, internacionalmente coordenada – pensemos, por exemplo, o que foram as manifestações contra o racismo iniciada contra o assassinato de George Floyd. Acaso este episódio não deu mostras de que o internacionalismo tem um fundamento prático: as condições de vida às quais o proletariado em geral está submetido, que envolve, dentre outras coisas, a opressão racial? Lembremo-nos que recentemente assistimos (porque não a organizamos) uma tentativa de greve mundial dos trabalhadores de app’s. Entendemos estes episódios como uma tímida contração do acirramento da luta de classes em geral, e por isto, eles nos convidam a retirarmo-nos de nossas respostas surradas pelo devir da história: aquilo que jugávamos particular, ao final, parece corresponder à existência concreta do ser nas relações sociais de produção capitalistas em geral.

Sem nos estendermos mais nestas considerações, gostaríamos de destacar duas últimas coisas: primeiro a importância de analisarmos a EDP em específico em unidade à toda a história do século XX, ou, em outros termos, analisar a EDP como uma manifestação diretamente atrelada a história da Revolução Mundial no século passado, em sua ascensão e declínio. Esperamos que o caminho por nós percorrido, embora por vezes demasiado rápido, tenha sido capaz de demonstrar uma unidade contraditória entre EDN/EDP e como estas, por sua vez, foram diretamente atravessadas pelas determinações que a ação de classe global dos trabalhadores lhe imprimiu. Buscamos fazer isto de modo a matizar tanto as determinações de natureza mundial quanto aquelas que estavam intimamente ligadas às questões particulares da fração proletária brasileira. Esperamos não ter

feito crer que a EDN/EDP são meros resultados passivos das determinações exógenas, mas que com estas se confluem, em uma unidade complexa que possui seu movimento. De tal forma que a EDP em específico apenas pode ser compreendida dentro da chave analítica de declínio da revolução mundial, que consubstanciou no espírito do tempo a resignação democrática, decisiva para os lineamentos estratégicos que foram tecidos nos anos 1980. Ao final – ao trilhar as determinações da luta de classes em nível macro - chegamos a uma imagem extremamente ruidosa; a EDP que buscava superar a EDN, para além de sua reapresentação dramática e isenta do brilho de sua predecessora, possui um berço teórico comum, a saber: a linha de Frente Popular tecida pela IC nos anos 1930, capitaneada diretamente por Dimitrov. Esta é uma tese que igualmente não é nossa exclusivamente; novamente, tomamos como ponto de partida as provocações de Victor Neves e, com maior ênfase, as de Francisco José Martins, um comunista português recentemente resgatado para o debate político brasileiro. Acreditamos que esta forma de colocar a questão nos auxilia para uma melhor caracterização do fenômeno estudado e, politicamente, no mínimo, nos ajuda a desviarmos das respostas rápidas, aquelas – cada vez mais populares entre parcelas da juventude – que buscam mecanicamente na URSS a resposta para a ação política atual.

Em segundo, julgamos que no interior do inventário logramos jogar mais luz a um período pouco explorado. Referimo-nos ao período de entre-ciclos, o intervalo entre a depressão da consciência de classe e suas formas de luta e o irromper de novas sínteses e fusões de classes. Nosso trabalho buscou uma primeira caracterização deste período, trilhando alguns poucos passos em uma definição que nos auxilia para a compreensão do atual período histórico. Destacamos deste período que a principal contradição é a posta em marcha da vitória da burguesia sobre o trabalho, sempre temporária, visto que a realização desta invita necessariamente o proletariado à ação, uma vez que acirra seu campo de impossibilidades, tornando-as impossíveis. Como já dito ao largo do texto, acreditamos que este é nosso cenário atual, a marca de uma profunda derrota histórica da classe trabalhadora que marcha ainda a passos largos, mas que em seu interior germinam as contradições que serão responsáveis pelo nascimento, esperamos, do novíssimo. A chave analítica do entre-ciclos - ao tomar por referência o único hiato estratégico que tivemos até os dias atuais - se pretende, por fim, como

uma advertência de que o modo como acumulamos política e filosoficamente neste período será decisivo para as batalhas do futuro.

Estas considerações não possuem a intenção de encerrar as inúmeras polêmicas que estão presentes no corpo do texto, nem mesmo elencar as várias limitações que já reconhecemos e as que não pudemos enxergar. Apenas vocalizamos alguns dos elementos que julgamos possuir maior pertinência nesta dissertação, consciente de que estão inconclusos e carecem de um exame com mais rigor, trabalho este – insistimos – necessariamente coletivo. Digamos que este texto agora “findo” é a imagem de uma aproximação ao objeto, sucessivas outras aproximações são necessárias. Com isto, submetemos nossas linhas ao debate camarada para assim avançarmos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: **Crítica Marxista: A estratégia revolucionária na atualidade** 1ª Edição, São Paulo : Jorúês, 1986. p. 7 – 75.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho – o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980**. 1ª Edição São Paulo/Campinas : Editora Ensaio/Editora da UNICAMP, 1988.

AZEDO, Luis Carlos. **Por quem os sinos dobram?** disponível em <<https://fdinarcos.org.br/fdr/2015/11/17/por-quem-os-sinos-dobram>> Acesso, 11 setembro, 2020.

BAMBIRRA, Vânia. **Diez años de insurrección en América Latina**. 1ª Edição, Santiago: Editorial Prensa Latinoamericana, 1971.

O capitalismo dependente latino-americano. 2ª Edição. Florianópolis: Ed. Insular, [1972] 2013.

La Revolución Cubana, una reinterpretación. 2ª Edição. México : Editoril Prensa Latinoamericana, [1973] 1974.

Teoría de la dependencia: una anticrítica. 1ª Edição, México: Ediciones Era, 1978.

Teoria Marxista da transição e a prática socialista. 1ª Edição, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Notas sobre a POLOP e Eric Sachs. Revista Espaço Acadêmico – n. 188/ janeiro/2017 – mensal. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34505>

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. In Obras Escolhidas, Vol. 1 – Magia e Técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo : Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BIANCHI, Alvaro. **O desenvolvimento desigual e combinado: a construção do conceito**. 2013. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2013/02/04/o-desenvolvimento-desigual-e-combinado-a-construcao-do-conceito/>> Acessado em 23/09/2021.

BICHIR, Maíra. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. Tese de doutorado apresentada a UNICAMP, 2017.

BORGES, Fábio Luis. **Além do PT – a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana**. 2ª Edição, São Paulo: Elefante, 2016.

BORON, Atilio. **Aristóteles em Macondo – reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina**. 1ª Edição Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2011.

BRECHT, Bertolt. **O fascismo é a verdadeira face do capitalismo**. [1935] Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/brecht/1935/mes/fascismo.htm>> Acesso em 11 de setembro, 2020.

CHASIN, José. Da razão do mundo ao mundo sem razão / A crise nos dois sub-sistemas do capital. In. CHASIN, José orgs. **Marx Hoje**. 3ª Edição. São Paulo : Ensaio, 1990.

A miséria Brasileira: 1964-1994 - do golpe militar À crise social. 1ª Edição. Santo André : estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CLAUDÍN, Fernando. **A Crise do Movimento Comunista - A crise da internacional comunista**. Vol.1. 1ª Edição, São Paulo : Global, 1985.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital – transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. 1ª Edição. São Paulo : Xamã; Feira de Santana : UEFS Editora, 2012.

COSTA, Edmilson; IASI, Mauro, PINHEIRO, Milton. **O fogo da conjuntura**. 1ª Edição. São Paulo : Instituto Caio Prado Jr. (ICP), 2021.

COUTINHO et.al. Mesa Redonda: a estratégia da revolução brasileira. **Crítica Marxista – a estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Joruês, 1986.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. 1ª Edição. São Paulo : Global, [1977] 1983.

Carta de saída de nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas, 2011. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2011/11/48866/>>.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. 1ª Edição. São Paulo : Boitempo, 2006.

DEL PICCHIA, Pedro. **O PCB no Quadro Atual da Política Brasileira (entrevistas com seis membros do Comitê Central)**. 1ª Edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na Revolução Burguesa - a política de alianças do PCB: 1928-1935**. 1ª Edição, Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990.

O PCB e a estratégia da revolução brasileira. **Revista Novos Temas** São Paulo, nº 7, p. 217 – 236. 2º semestre 2012.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**:

autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012.

DOS SANTOS, Theotônio. **Conceito de classes sociais.** 1ª Edição. Petrópolis: Vozes, [1966] 1982.

Socialismo ou Fascismo – o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. 1ª Edição. Florianópolis : Insular, [1978] 2018.

DORIA, Carlos, Alberto. “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução Brasileira”. In: MORAES, João Quartim orgs. **História do marxismo no Brasil.** Vol 3. 21ª Edição, Campinas : Ed. UNICAMP, 2007.

FANON, Franz. Os Intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina In. LANDI, Gabriel, MANOEL, Jones (orgs.) **A Revolução Africana – uma antologia do pensamento marxista,** 2ª Edição, São Paulo : Ed. Autonomia Literária, [1957] 2019. p. 80-95.

FERREIRA, Carla. OSÓRIO, Jaime. LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de Reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** 1ª Edição. São Paulo : Boitempo, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4ª Edição, São Paulo: Global, [1973] 2009

A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica. 2ª Edição. Rio de Janeiro : Zahar, [1974] 1976.

GADOTTI, Moacir. PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT – origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores.** 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 1989.

GBRIN, Ricardo. Entrevista, 2010. Disponível em: <<https://mab.org.br/2010/06/16/desafio-organizativo-e-ideol-gico/>>.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** 4ª Edição. São Paulo: Ática, [1987] 1990.

O PCB e sua atuação nos anos 1950. **Revista Brasileira de História,** v 23 nº45, p. 303-309, São Paulo, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos para uma introdução e uma iniciação ao estudo da filosofia e da história da cultura. Caderno 11 (1932 - 1933). In: **Antonio Gramsci,** Recife : Ed. Massangana, 2010.

HAFFNER, Sebastian. **A Revolução Alemã (1918-1919),** 1ª Edição. São Paulo : Expressão Popular, 2018.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – o breve século XX, 1914-1991,** 1ª Edição. São Paulo : Cia das Letras, [1994] 1995.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre emancipação e consciência**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Meta Amor Fases – coletânea de poemas. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular [2008] 2011.

As metamorfoses da consciência de classe - o PT entre a negação e o consentimento. 2ª Edição, São Paulo : Expressão Popular, 2012.

Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora. [2013] Disponível em <<https://pcb.org.br/portal2/4487/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/>> Acessado em 12 de setembro de 2020.

O dilema de Hamlet - o ser e o não ser da consciência. 1ª Edição. São Paulo : Viramundo, 2014.

Política, Estado e ideologia na trama conjuntural. 1ª Edição, São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017.

Nota sobre o conceito de “pequena burguesia política”. Disponível em <<https://pcb.org.br/portal/precongresso/pequenaburguesia.pdf>> Acessado em 12 de setembro de 2020.

5 Teses Sobre a Formação Social Brasileira. Texto-base da mesa de abertura do 12º Seminário do Serviço Social da Cortez Editora (6 de maio de 2018), originalmente publicado na Coleção Carlos Nelson Coutinho, volume IV, organizado pela professora Sara Granemann, pelo PPGSS da ESS da UFRJ (2018) e alterado para esta publicação. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/?lang=pt>> Acesso em 1 de setembro de 2021.

KOHAN, Nestor. **Nuestro Marx** – disponível em <<https://www.rebellion.org/docs/98548.pdf>> Acesso em 11 de setembro, 2020

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª Edição. São Paulo : Expressão Popular, 2009.

LAGE, Daniel. Elos da Estratégia Democrático-Popular com a Socialdemocracia: a Atualização do Estado Burguês. In: **IASI, Mauro et.al. (orgs) A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. 1ª Edição, Marília : Lutas Anticapital, 2019. p. 81-100

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal / lógica dialética**. 1ª Edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975

LENIN, Vladimir. Ilich. Duas táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática. In: **Obras escolhidas**, Vol 1. 2ª Edição. São Paulo : Alfa-Omega, [1905] 1982. p. 383-472.

A falência da II Internacional. 1ª Edição. São Paulo : Kairós, [1915] 1979.

Imperialismo, estágio superior do capitalismo – ensaio popular. 1ª Edição. São Paulo : Expressão Popular, [1916] 2012.

O Estado e a Revolução / A Revolução proletária e o renegado Kautsky. 1ª Edição. São Paulo : Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [1917] [1918] 2005.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Proletariado e Sujeito Revolucionário.** 1ª Edição. São Paulo : Instituto Lukács, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência problemas e categorias. Uma visão histórica.** 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, Georgy. “Lenin - la coherencia de su pensamiento (1924)” – disponível em:
<<https://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/EI%20pensamiento%20de%20Lenin.pdf>>. Acesso em 11 de setembro, [1924] 2020

LUXEMBURGO, Rosa. **O Oportunismo e arte do possível.** [1898] Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>> Acessado em 13 de setembro de 2020.

Reforma ou Revolução. [1900] Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm> Acessado em 13 de setembro de 2020-

A ordem reina em Berlim. [1919] Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1919/01/ordem.htm>> Acessado em 13 de setembro de 2020.

LOSURDO, Domenico. **Stálin – história crítica de uma lenda negra.** 2ª Edição. Rio de Janeiro : Revan, [2010] 2011.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** 1995. Disponível em:
<<https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Lowy,%20Michael>>. Acessado em 23/09/2021.

MANDEL, Ernest. **Crítica do euro-comunismo.** 1ª Edição. Ed. Antídoto, 1978.

MANSUR, Isabel Figueiredo. **A Estratégia Democrática e Popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Questão da Incompletude do Capitalismo no Brasil.** Tese de doutorado apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2018.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Nacionalismo e internacionalismo. In. **Por um socialismo indo-americano.** 1ª Edição. Rio de Janeiro : UFRJ, [1924] 2005. p. 35-39.

MARIGHELLA, Carlos. Crítica às teses do Comitê Central. [1967]. In **Escritos de Marighella**. 1ª Edição, São Paulo : Livramento, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. Crítica à A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, [1967] 2005.

Subdesenvolvimento e revolução. 4ª Edição. Florianópolis: Insular, [1969] 2013.

Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 1ª Edição, São Paulo : Expressão Popular, [1973] 2005.

El reformismo y la contrarrevolución – estudios sobre Chile. 1ª Edição. México: Era, 1976.

El estado de contrainsurgência. [1978] <http://www.marini-escritos.unam.mx/055_estado_contrainsurgencia.html> Acesso em 11 de setembro, 2020.

O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla et.al (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. 1ª Edição, São Paulo : Boitempo, [1979] 2012.

Luz y sombra: perspectiva del eurocomunismo. [1979] Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/230_eurocomunismo.html> Acesso em 12 de setembro, 2020.

La lucha por la democracia en América Latina. [1985] Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx/064_democracia_america_latina.html> Acesso em 11 de setembro, 2020

El movimiento obrero brasileño. [1986] Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/065_movimiento_obrero_brasil.html> Acesso em 12 de novembro, 2020.

A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.) **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, [1994] 2010.

MARTINS, Caio. et. al. A Estratégia Democrático-Popular e um inventário da esquerda revolucionária. In: IASI, Mauro et.al. (orgs) **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. 1ª Edição, Marília : Lutas Anticapital, 2019. p. 25-55

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à crítica da economia política. **Obras escolhidas**, vol 1. Editora Alfa Ômega. [1843] [sem data de publicação], São Paulo. p.300-303.

Manuscritos econômicos-filosóficos. 5º Reimpressão. São Paulo:

Boitempo, [1844] 2012.

A ideologia alemã. 1ª Edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, [1945-1846] 2007.

Manifesto do Partido Comunista. **Obras escolhidas**, vol 1. [1848] São Paulo. p. 13-47.

Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. **Obras escolhidas**, vol 1. [1850] São Paulo. p. 83-92.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelman. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1852] [1862-1874]1977.

O Capital - crítica da economia política. Livro 1. 29ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867] 2011.

Crítica do Programa de Gotha. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, [1875] 2012.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil.** 1ª Edição. São Paulo : Boitempo, 1999.

MEDEIROS, Juliano. **Por uma história do PSOL.** [2017] Disponível em: <<http://afranio.org.br/2015/09/por-uma-historia-do-psol/>>.

MOISÉS, José Álvaro. **1953: Greve dos 300 mil em São Paulo – anotações históricas e teóricas de uma conjuntura concreta.** Disponível em <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/A-Geve-dos-300.000-SP.pdf>> Acessado em 12 de setembro, 2020.

MORAES, João Quartim. Programa Nacional Democrático: fundamentos e permanências. In: MORAES, João Quartim e DEL ROIO, Marcos (orgs) **História do marxismo no Brasil**, vol 4. 1ª Edição. Campinas : UNICAMP, 2007.

MOTTA, Steffano. **Crítica à ampliação da democracia como caminho ao socialismo.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2016.

NEVES, Victor. Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira. **Revista Praia Vermelha**, v. 22, nº 2, p. 28-75. Rio de Janeiro, 2013.

Democracia e Socialismo – Carlos Nelson Coutinho em seu tempo. 1ª Edição. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

Lendo Lenin pela lente democrática: sobre a recepção de seu pensamento e o problema da estratégia revolucionária. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 2, p. 262-276, out. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, [1972] 2003.

Qual é a do PT? In: SADER, Emir (orgs). **E agora PT - caráter e identidade**. 2ª Edição. São Paulo : Brasiliense, 1986.

A economia da dependência imperfeita. 5ª Edição. Rio de Janeiro : Graal, [1984] 1989.

OSORIO, Jaime. **Coyuntura: cuestiones teóricas y políticas**. México: Ed. Ítaca, 2019

OURIQUES, Nildo. **La Teoria Marxista de la dependencia: una história crítica**. Tese de Doutorado apresentada na UNAM em 1995.

PARANA, Edemilson. **O crescimento da popularidade de Bolsonaro e a nova fase do impasse político brasileiro: rachaduras na “frente ampla”?** [2020] Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/19/o-crescimento-da-popularidade-de-bolsonaro-e-a-nova-fase-do-impasse-politico-brasileiro-rachaduras-na-frente-ampla/>>

PEREIRA, Astrojildo. **Lutas operárias que antecederam a fundação do Partido Comunista do Brasil** [1952] Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/astrojildo/1952/04/lutas.htm>>. Acessado em 11 de setembro, 2020.

PINHEIRO, Milton. O PCB no movimento da história: das contradições dos anos de formação às lutas contra o Estado Novo. **Revista Novos Temas** São Paulo, nº 7, p. 181 - 216. 2º semestre 2012.

PRADO, Fernando Corrêa. **História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. [2010] Disponível em: <<https://unila-br.academia.edu/FernandoCorreaPrado>>. Acessado em 13 de setembro de 2020.

Ideologia do Desenvolvimento, Teoria Marxista da Dependência e Crítica da Estratégia Democrático-Popular. In: In: IASI, Mauro et.al. (orgs) **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. 1ª Edição, Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 101-104.

A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. 1ª Edição. Marília: Lutas Anticapital, 2020

PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira**. 1ª Edição. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

PRESTES, Anita. **A que herança os comunistas devem renunciar?** [1980] Disponível em <<https://garapuvu.files.wordpress.com/2010/02/heranca-anita.pdf>>. Acessado em 11 de setembro, 2020.

A estratégia nacional-libertadora e o reformismo na história do PCB –

[2012] Disponível em <<https://pcb.org.br/portal2/2664/a-estrategia-nacional-libertadora-e-o-reformismo-na-historia-do-pcb/>> Acessado em 11 de setembro, 2020.

Entrevista com Anita Leocadia Prestes, **Revista Novos Temas** São Paulo, nº 7, p. 15-72. 2º semestre 2012.

Memória do PCB: duas táticas e uma mesma estratégia – do ‘Manifesto de Agosto de 1950’ à “Declaração de Março de 1958”. [2013] Disponível em <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=284> Acessado em 15 de setembro de 2020

PRESTES, Luis Carlos. **Carta aos Comunistas.** [1980] Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>>.

Aprender com os erros do passado, para construir um partido novo, efetivamente revolucionário. [1981] Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1981/03/aprender.htm>>.

REIS FILHO, Daniel Aarão./ FERREIRA DE SÁ, Jair. orgs. **Imagens da Revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** 1ª Edição. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1985.

RODRIGUES, Francisco Martins. **Anti-Dimitrov – 1935/1985- meio século de derrotas da revolução.** 1ª Edição. Lisboa: Edições Dinossauro, 1985.

SAFATLE, Vadimir. **Como a esquerda brasileira morreu.** [2020] Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596214-como-a-esquerda-brasileira-morreu-artigo-de-vladimir-safatle>

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (orgs). **E agora PT? Caráter e identidade.** 2ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.

SEABRA, Raphael Lana. **A Política Operária como prelúdio da Teoria Marxista da Dependência.** [2017] Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/320108359_A_Politica_Operaria_como_preludio_da_Teoria_Marxista_da_Dependencia>.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira.** 4ª Edição. São Paulo : Ciências Humanas, [1958] 1978.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente.** 1ª Edição. São Paulo : Expressão Popular, [1928] 2007.

THALHEIMER, A. Sobre o Fascismo. In: Centro de Estudos Victor Meyer orgs. **Sobre o fascismo,** 1ª Edição, Salvador : Centro de Estudos Victor Meyer, [1930]

2010. p. 43-73

O fascismo a pequena-burguesia e a classe operária. In: Centro de Estudos Victor Meyer orgs. **Sobre o fascismo**, 1ª Edição, Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, [1923] 2010. p. 39-42.

Marx, Engels, Lênin e a Frente Popular. In: Centro de Estudos Victor Meyer orgs. **Sobre o fascismo**, 1ª Edição, Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, [1936] 2010. p. 73-92

Doze meses da Frente Popular. In: Centro de Estudos Victor Meyer orgs. **Sobre o fascismo**, 1ª Edição, Salvador : Centro de Estudos Victor Meyer, [1937] 2010. p. 93-98.

TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência: da invisibilidade forjada à visibilidade reconstruída. **Pensata – revista dos alunos do programa de pós-graduação em ciências sociais da UNIFESP**. V.3. N.1 p. 65-80, Dezembro, 2013.

TOLEDO, C. N. “Intelectuais do Iseb, Esquerda e Marxismo”. In: MORAES, João Quartim orgs. **História do marxismo no Brasil**, Vol 3. 21ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 2007.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. Disponível em: <<https://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Tragtemberg,%20Mauricio/Tragtemberg,%20Mauricio%20-%20Reflexoes%20sobre%20o%20socialismo.pdf>> Acessado em 11 de setembro, 2020.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Trabalho e capital na virada do milênio**. 1ª Edição. Florianópolis : Em Debate (UFSC), 2018.

VIANNA, Marly. A. G. Os primeiros anos do PCB - as dificuldades da luta. In: **Revista Novos Temas** São Paulo, nº 7, p. 159-180. 2º semestre 2012.

As rebeliões de novembro 1935. Revista Novos Rumos nº 34, 2001. Disponível em <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2191/1811>> Acessado em 12 de setembro 2020.

WEFFORT. Francisco C. (org.) **PT um projeto para o Brasil – seminário realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de abril de 1989**. 1ª Edição. São Paulo : Brasiliense, 1989.

ZAIDAN, M. O Grande Tournant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928-29). In: REIS FILHO, Daniel Aarão et.al **História do Marxismo no Brasil**, Vol 1. 1ª Edição, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

ZETKIN, C. **Fascismo**. [1923] Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1923/08/fascismo.htm>> Acessado em 11 de setembro, 2020.

Resoluções do XIV Congresso do PCB – estratégia e tática. Disponível em <<https://pcb.org.br/portal/resolucoes/EstrategiaeTatica.pdf>> Acessado em 12 de setembro, 2020.

Declaração sobre a política do PCB. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil [1958] Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>

O PT e o Marxismo. Caderno especial de Teoria e Debate – Publicação do Partido dos Trabalhadores – Diretório Regional de São Paulo, 1991.

Programa Socialista para o Brasil (POLOP). Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Programa-Socialista-para-o-Brasil.pdf>> Acessado em 12 de setembro de 2020.

SEMINÁRIO PCB 90 ANOS, realizado em Março de 2012:

1922-1945: DOS ANOS DE FORMAÇÃO ÀS LUTAS CONTRA O ESTADO NOVO Palestrantes: Milton Pinheiro e Marly Vianna; Coordenação: José Renato Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5THybtzpd-Q>>.

1946-1964 - A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DEMOCRÁTICA Palestrantes: Ricardo Costa e Dênis de Moraes; Coordenação: Paulo Schueler. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HayvtxaT4NY&list=PL6acuzpdKbjfqiAJ83zB6PHsWBX8Y1acd&index=2>>.

1965 - 1979 - A RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA. Palestrantes: Muniz Ferreira e Marcos Del Roio; Coordenação: Heitor Cesar Oliveira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rPyT7YPxBxY&list=PL6acuzpdKbjfqiAJ83zB6PHsWBX8Y1acd&index=3>>

1980-1992 – O REFORMISMO E A TENTATIVA DE LIQUIDAÇÃO DO PCB Palestrantes: Anita Prestes e Ivan Pinheiro; Coordenação: Hiran Roedel. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1t44QYK2rvo>>

O PCB E A ESTRATÉGIA SOCIALISTA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA Palestrantes: José Paulo Neto, Mauro Iasi e Milton Temer. Coordenação: Sidney de Moura e Silva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1I4NPTNYH-U&list=PL6acuzpdKbjfqiAJ83zB6PHsWBX8Y1acd&index=7>>

Sites:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/10/ditado-popular-levou-lula-pela-primeira-vez-ao-tribunal-ha-36-anos.htm>>

<https://bahiaia.com.br/politica/noticia/2011/06/29/conquistas-do-pt-devem-ser-politicas-de-estado-por-ademario-costa.37937.0.html>

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/09/18/eleicoes-2020-rivais-nacionais-pt-e-psl-sao-aliados-em-cidades-do-interior-do-pais.ghtml>

<http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-paralisa-pais-e-conquista-paridade>

<https://pt.org.br/a-saida-e-pela-esquerda-por-um-pt-com-projeto-estrategico-socialista/>